

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Enrique Serra Padrós

Como el Uruguay no hay...
TERROR DE ESTADO E SEGURANÇA NACIONAL
Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar

Tomo I

Porto Alegre, 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Como el Uruguay no hay...
**TERROR DE ESTADO E SEGURANÇA NACIONAL
URUGUAI (1968-1985): DO *PACHECATO*
À DITADURA CIVIL-MILITAR**

ENRIQUE SERRA PADRÓS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. DR^a. ALEJANDRA LEONOR PASCUAL - UNB
PROF^a. DR^a. JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA - UFRJ
PROF^a. DR^a. SELVA LÓPEZ CHIRICO - UFSM
PROF^a. DR^a. CLÁUDIA WASSERMAN - UFRGS
PROF. DR. CARLOS SCHIMIDT ARTURI - UFRGS

ORIENTADOR
PROF. DR. CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI

Porto Alegre, 2005

**À memória das vítimas
das Ditaduras
de Segurança Nacional.**

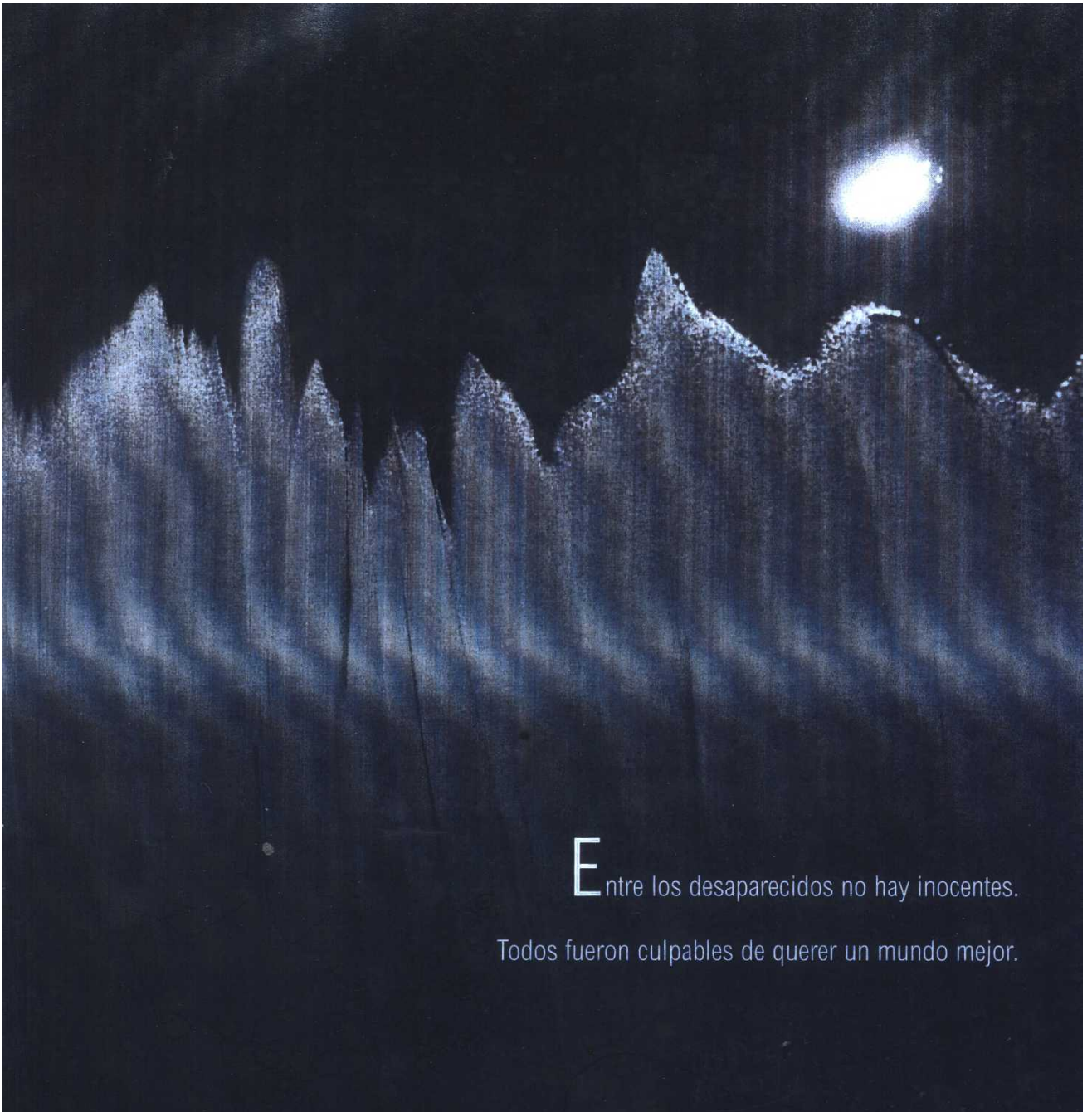
**Aos sobreviventes que persistem
na luta contra a desmemória,
a impunidade e
a injustiça.**

**Aos familiares,
pela inesgotável coragem
diante da luta interminável.**

NUNCA MAIS!

AGRADECIMENTOS

- 1 - Às matrizes dos meus afetos, presentes e ausentes.
- 2 - Aos malas e à malinha.
- 3 - Ao Guazzelli, pela ORIENTAÇÃO, pelo apoio, pela confiança, pela tranquilidade, pela paciência, porque gosta de quadrinhos... e porque não me deixou na mão!
- 4 - Ao PPG, seus coordenadores, funcionários e professores, especialmente às Professoras Sílvia e Helga, pelas aulas, pela dedicação e pela compreensão durante a tormenta.
- 5 - Aos colegas do Departamento de História, particularmente à Professora Cláudia Wasserman.
- 6 - Aos funcionários da Biblioteca do IFCH/UFRGS, do Acervo da Luta contra a Ditadura, do SERPAJ, às gurias do Xerox....
- 7 - A Laura Bálsamo, do SERPAJ.
- 8 - Aos colegas e amigos da Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura.
- 9 - Aos amigos e torcedores. Às guerreiras e aos guerreiros de sempre.
- 10 - Aos sobreviventes: Aveline, Bona, Gutierrez, Lícia, Minhoca, Noeli e Suzana.
- 11 - Aos solidários explorados: *Alessandra, Ananda, Ângela, Bruno, Daniela, Fabiana, Gabriela, Gerson, Hall, Jobim, Leopoldo, Milca, Rodrigo, Sílvia, Vanderlise, Vicente, Vinícius e aos gurus do CD/AIB-PRP.*
- 12 - Aos companheiros do Curso de Arquivologia/UFRGS: Jorge Vivar, Alexandre, Eduardo e Valéria.
- 13 - À Cláudia Antunes, ao Daniel Caon, ao Daniel Milke, ao Ivonei Freitas da Silva, ao Jorge Fernández e à Renata Chimango Fonseca pela inestimável ajuda, pela parceria, pelo estímulo e pelas “indiadas” compartilhadas.
- 14 - À Caroline Bauer, pela riquíssima parceria *rioplatense* (intelectual, bibliográfica/filmográfica e afetiva) e por me permitir conviver e contaminar com a sua rebeldia, ousadia e indignação.
- 15 - Sempre! À Vera Cohen e ao Dario Ribeiro, *los más grandes. Siempre!*



Entre los desaparecidos no hay inocentes.

Todos fueron culpables de querer un mundo mejor.

Fotografía: Annabella Balduvino – Texto: Carlos Caillabet

*No son solo memoria,
son vida abierta,
son camino que empieza
y que nos llama*

*Cantan conmigo,
conmigo cantan.*

Daniel Viglietti

RESUMO

O presente trabalho analisa a ditadura civil-militar uruguaia (1973-1984) a partir da perspectiva da política de Terror de Estado, mecanismo implementado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional e defender os interesses dos setores dominantes locais. Da mesma forma, possibilitou o disciplinamento da força de trabalho, exigência implícita nas novas demandas do capitalismo mundial, o que significou, na prática, a destruição do questionamento social e das manifestações por mudanças promovidas pelas distintas organizações populares nos anos 60 e 70. Este período, aliás, foi marcado, na América Latina, tanto pela efervescência produzida pela Revolução Cubana quanto pelo esforço dos EUA em disseminar as concepções contra-insurgentes e reforçar a *pentagonização* regional. Foi durante as administrações de Pacheco Areco e de Bordaberry (1968-1973), marcadas por acentuada guinada autoritária ainda em regime democrático, que começaram a ser aplicadas determinadas práticas repressivas de Terror de Estado, fato que se projetou, ampliou e consolidou posteriormente, com o regime de exceção.

O objetivo norteador da pesquisa foi estudar o conceito de Terror de Estado e analisar sua aplicação na experiência concreta da ditadura uruguaia enquanto metodologia de atuação de um sistema repressivo complexo que abrangeu as múltiplas dimensões da sociedade. Assim, procurou-se destacar a diversidade e articulação das diferentes modalidades de atuação implementadas: a interdição do Poder Legislativo; a subordinação do Poder Judiciário à Justiça Militar; a proibição de partidos políticos, sindicatos e organizações sociais; a intervenção no sistema de ensino; a imposição de uma política global de censura; a iniciativa de refundação societária; a subjugação e destruição do “inimigo interno”; a aplicação de ações contra-insurgentes (a tortura, o “grande encarceramento”, a política de “reféns” e os seqüestros seguidos de desaparecimentos forçados); etc. A participação ativa uruguaia na conexão repressiva internacional (Operação Condor) expressou o deslocamento da violência estatal da “guerra interna” contra os núcleos exilados nos países vizinhos.

Em síntese, a dinâmica imposta caracterizou o Terror de Estado implementado no Uruguai como sendo abrangente, prolongado, indiscriminado, preventivo, retroativo e extraterritorial além de conter pretensões pedagógicas e ser gerador de seqüelas que se projetaram no período democrático posterior.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura uruguaia: História. Terror de Estado. Doutrina de Segurança Nacional. Regimes repressivos.

ABSTRACT

This paper intends to analyse the Uruguayan civil-military dictatorship (1973 – 1984) from the perspective of the “State Terror” policy, mechanism implemented to apply the premiss of the “National Security Doctrine” and to defend the local dominant groups interests. In the same way it made possible to discipline the workforce, an implicit requirement of the new world capitalism demands, and that meant the destruction of the social questioning and the demonstrations for changes promoted by different popular organizations in the 60’s and 70’s. This period, as a matter of fact, was marked in Latin America as much by the agitation produced by the Cuban Revolution, as the North American effort to spread the counterinsurgents conceptions and to reinforce the USA influence in the region.

It was during the Pacheco Areco and Bordaberry governments (1968-1973), characterized by a strong turn towards authoritarianism even in a democratic regime, that some repressive practices of “State Terror” started to be implemented. These practices were projected, enlarged and consolidated subsequently, during the authoritarian regime.

The main aim of this paper was to study the concept of “State Terror” and analyses its application in the Uruguayan dictatorship experience, as an acting methodology of a complex repressive system which covered the multiple dimension of the society. Thus, it was intended to emphasize the diversity and the articulation of the different ways of acting implemented: the injunction in the Parliament; the subordination of the Judiciary to the Military Justice; the prohibition of political parties, trade unions and social organizations; the intervention in the educacional system; the imposition of a global censorship policy; the establishment of a new social order; the subjugation and destruction of the internal enemy; the application of counterinsurgents measures (the torture, the “grande encarceramento”, the “hostage” policy and the kidnappings followed by disappearance); etc. The effective Uruguayan participation in the international repressive connection (Condor Operation) expressed the movement from the “internal war” state violence to an action against the exiled activists in neighbour countries.

Briefly, the strategies implemented characterized the Uruguayan Terror State as being extensive, prolonged, indiscriminate, preventive, retroactive, and beyond territorial limits, besides having pedagogical intentions and producing sequels in the subsequent democratic period.

KEY WORDS: Uruguayan dictatorship - History. State Terror. National Security Doctrine. Repressive Regimes.

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO I - **Vista al frente**
- ANEXO II - **A simbologia das suásticas: violência de extrema-direita nos anos 60**
- ANEXO III - ***Cuando un amigo se va...* - Embarque do corpo de Dan Mitrione**
- ANEXO IV - ***Constancia de Allanamiento***
- ANEXO V - **Presidente Bordaberry, após os acontecimentos de fevereiro de 1973**
- ANEXO VI - ***Encapuchados***
- ANEXO VII - **Medo, insegurança, desconfiança...**
- ANEXO VIII - **Inimigos internos?**
- ANEXO IX - **Charge de Santiago**
- ANEXO X - **No “olho do furacão”**

LISTA DE SIGLAS

- AAA** (ou *Triple A*): Alianza Anticomunista Argentina - (AR).
- ACNUR**: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- AEBU**: Asociación de Empleados Bancários del Uruguay - (UY)
- AFE**: Administración de Ferrocarriles del Estado - (UY)
- AI**: Acto Institucional - (UY)
- AI-5**: Ato Institucional N° 5 - (BR)
- AID**: Agência Internacional de Desenvolvimento - (EUA)
- ALN**: Ação Libertadora Nacional - (BR)
- ALPRO**: Aliança para o Progresso - (EUA)
- ANCAP**: Administración Nacional de Combustibles, Álcohol y Portland - (UY)
- ANTEL**: Administración Nacional de Telecomunicaciones - (UY)
- ASCEEP**: Asociación Social y Cultural de Estudiantes de la Enseñanza Pública - (UY)
- CDPPU**: Comité de Defensa por los Prisioneros Políticos del Uruguay - (UY)
- CIA**: Agência Central de Inteligência - (EUA)
- CIDE**: Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico - (UY)
- CIEX**: Centro de Informação do Exército (BR)
- CIOSL**: Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres
- CMI**: Complexo Militar-Industrial - (EUA)
- CNT**: Convención Nacional de Trabajadores - (UY)
- COHA**: Council on Hemispheric Affairs - (EUA)
- CONADEP**: Comisión Nacional sobre el Desaparecimiento de Personas - (AR)
- CONAE**: Consejo Nacional de Educación - (UY)
- CONSUPEN**: Consejo Superior de Enseñanza - (UY)

COSENA: Consejo de Seguridad Nacional - (UY)

CSU: Confederación Sindical del Uruguay - (UY)

DII: Departamento de Información e Inteligencia - (UY)

DINA: Dirección de Inteligencia Nacional - (CH)

DINARP: Dirección Nacional de Relaciones Públicas - (UY)

DOP: Departamento de Orden Político (BO)

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social - (BR)

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ERP: Ejército Revolucionario del Pueblo - (AR)

ESEDENA: Escuela Superior de Seguridad y Defensa Nacional - (UY)

ESMA: Escuela de Mecánica de la Armada - (AR)

ESMACO: Estado Mayor Conjunto - (UY)

ESNI: Escola Nacional de Informações (BR)

EUA: Estados Unidos da América

FARO: Frente Armado de Revolución Oriental - (UY)

FAU: Federación Anarquista Uruguaya - (UY)

FBI: Departamento Federal de Investigações - (EUA)

FEUU: Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay - (UY)

FIDEL: Frente Izquierdista de Liberación - (UY)

FLN: Frente de Libertação Nacional - (Argélia)

FUSNA: Fusileros Navales - (UY)

GAU: Grupos de Acción Unificadora - (UY)

ICEX: Programa de Coordenação e de Exploração da Informação - (EUA)

IPA: Academia Internacional de Polícia - (EUA)

JCJ: Junta de Comandantes en Jefe - (UY)

JCR: Junta Coordinadora Revolucionária

JID: Junta Interamericana de Defesa

JUP: Juventud Uruguaya de Pié - (UY)

MAP: Programa de Assistência Militar - (EUA)

MAPU: Movimiento de Acción Popular Uruguaya - (UY)

MDB: Movimento Democrático Brasileiro - (BR)

MILGP: Grupo Militar - (EUA)

MIR: Movimiento de Izquierda Revolucionaria - (CH)

MJDH: Movimento de Justiça e Direitos Humanos - (BR)

MLN (ou MLN-T): Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros - (UY)

MPS: Medidas Prontas de Seguridad - (UY)

MRO: Movimiento Revolucionario Oriental - (UY)

NN: *Nacht und Nebel* (Noite e Nevoeiro) - (Alemanha Nazista). Também: Ningún nombre (corpo sem identificação)

NSC: National Security Council (Conselho de Segurança Nacional) - (EUA)

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil - (BR)

OBAN: Operação Bandeirantes - (BR)

OCOA: Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas - (UY)

OEA: Organização dos Estados Americanos

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OLAS: Organização Latino-Americana de Solidariedade

ONU: Organização das Nações Unidas

OPR 33: Organización Popular Revolucionária - (UY)

ORIT: Organização Regional Interamericana do Trabalho

OSE: Obras Sanitarias del Estado - (UY)

PCU: Partido Comunista del Uruguay - (UY)

PDC: Partido Demócrata Cristiano - (UY)

PIT: Plenario Intersindical de Trabajadores - (UY)

PSP: Programa de Segurança Pública - (EUA)

PVP: Partido por la Victoria del Pueblo - (UY)

RNS: Registro Nacional de Sindicatos - (UY)

ROE: Resistencia Obrera Estudiantil - (UY)

RUSHA: Departamento Superior da Raça e Povoamento - (Alemanha Nazista)

SA: Tropas de Assalto - (Alemanha Nazista)

SERPAJ: Servicio Paz y Justicia - (UY)

SID: Servicio de Inteligencia de Defensa - (UY)

SIDE: Servicio de Inteligencia del Estado - (AR)

SIJAU: Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en el Uruguay - (UY)

SN: Segurança Nacional

SNI: Serviço Nacional de Informação - (BR)

SOPS: Seção de Ordem Político e Social - (BR)

SS: Tropas de Proteção - (Alemanha Nazista)

SUNCA: Sindicato Único Nacional de la Construcción y Afines - (UY)

TAMU: Transporte Aéreo Militar Uruguayo - (UY)

TDE: Terror de Estado

TIAR: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UGT: Unión General de los Trabajadores - (UY)

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UTE: Usinas y Teléfonos del Estado - (UY)

UTU: Universidad del Trabajo - (UY)

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VCI: Viet Cong Infraestructura - (EUA)

VPR: Vanguarda Popular Revolucionaria - (BR)

SUMÁRIO GERAL

TOMO I

INTRODUÇÃO.....	16
Capítulo 1 - TERROR DE ESTADO.....	52
1.1 - DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E TERROR DE ESTADO.....	52
1.2 - TERROR DE ESTADO: APROXIMAÇÃO CONCEITUAL.....	59
1.2.1 - Terrorismo.....	59
1.2.2 - Estado, violência estatal e Terror de Estado.....	63
1.2.3 - A violência estatal na historiografia sobre as Ditaduras de Segurança Nacional.....	76
1.3 - CARACTERIZAÇÃO DO TERROR DE ESTADO	85
1.3.1 - Objetivos e elementos essenciais do Terror de Estado.....	94
1.4 - O TERROR DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA.....	106
1.4.1 - A conexão EUA – América Latina.....	117
Capítulo 2 - OS ESTADOS UNIDOS E A <i>PENTAGONIZAÇÃO</i> DA AMÉRICA LATINA	124
2.1 - AMÉRICA LATINA: REFORMA, REVOLUÇÃO E CONTRAREVOLUÇÃO NOS ANOS 60.....	131
2.2 - OS MECANISMOS DA <i>PENTAGONIZAÇÃO</i> DA AMÉRICA LATINA.....	148
2.2.1 - O Complexo Militar-Industrial: a influência estratégico-econômica.....	164
2.2.2 - A Doutrina de Segurança Nacional: a influência ideológica.....	184
2.2.3 - As Escolas Militares: a influência militar.....	205
2.2.4 - A CIA: a intervenção encoberta.....	228
2.2.5 - A Aliança para o Progresso e a Missão Rockefeller: a influência político-econômica.....	241
Capítulo 3 - DO <i>PACHECATO</i> AO GOLPE DE ESTADO: TERROR DE ESTADO EM GESTAÇÃO (1968-1973).....	256
3.1 - CRISE E ESGOTAMENTO DO MODELO <i>SUIÇA DA AMÉRICA</i>	266
3.2 - A ESCALADA AUTORITÁRIA DO <i>PACHECATO</i>	272
3.2.1 - Escalada Autoritária e <i>Medidas Prontas de Seguridad</i>	274
3.2.2 - Fermentação social: os alvos do Terror de Estado em gestação.....	282
a) A Frente Ampla.....	284

	14
b) O Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros.....	289
c) A <i>Convención Nacional de Trabajadores</i>	299
d) O Movimento Estudantil.....	302
3.3 - O PROCESSO ELEITORAL DE 1971.....	307
3.3.1 - “Amigo Externo” contra “Inimigo Interno”? O fator Brasil.....	316
3.4 - A GESTAÇÃO DO GOLPE DE ESTADO.....	336
3.4.1 - A administração Bordaberry: da eleição ao golpe de Estado.....	337
3.4.2 - A ascensão militar ao poder.....	348

Capítulo 4 - A CONSOLIDAÇÃO DO TERROR DE ESTADO:
A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL URUGUAIA 376

4.1 - ESBOÇO HISTÓRICO DO PERÍODO DITATORIAL.....	377
4.1.1 - A consolidação da Ditadura (1973-1976).....	377
4.1.2 - O ensaio <i>fundacional</i> (1976-1980).....	391
4.1.3 - A procura da saída negociada (1980-1984).....	396
4.2 - A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	408
4.2.1 - Antecedentes.....	409
4.2.2 - A doutrina no Uruguai: princípios e aplicação.....	413
4.2.3 - Características.....	425

TOMO II

Capítulo 5 - DITADURA MILITAR E TERROR DE ESTADO
INSTITUÍDO 441

5.1 - A ABRANGÊNCIA DO TERROR DE ESTADO.....	443
5.2 - A LEGISLAÇÃO REPRESSIVA.....	448
5.3 - A JUSTIÇA MILITAR E A MILITARIZAÇÃO DA JUSTIÇA.....	470
5.4 - REPRESSÃO E CONTROLE CULTURAL.....	488
5.5 - REPRESSÃO E MILITARIZAÇÃO DO ENSINO.....	509

Capítulo 6 - MODALIDADES PARTICULARES DO TERROR DE
ESTADO URUGUAIO 539

6.1 - O “GRANDE ENCARCERAMENTO”.....	541
6.2 - A POLÍTICA DOS REFÉNS.....	563
6.3 - A POLÍTICA DA TORTURA MASSIFICADA.....	582

Capítulo 7 - A POLÍTICA DOS DESAPARECIMENTOS E O TERROR DE ESTADO	613
7.1 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE DESAPARECIMENTOS.....	613
7.1.1 - Um caso em aberto: os “desaparecidos” da Espanha franquista.....	615
7.1.2 - O Decreto Noite e Nevoeiro nazista.....	618
7.1.3 - A Batalha de Argel: a repressão colonial francesa.....	628
7.1.4 - “Banhos de Sangue” e desaparecimentos no Vietnã.....	635
7.2 - A METODOLOGIA DOS DESAPARECIMENTOS.....	640
7.2.1 - O conceito de desaparecido.....	640
7.2.2 - O desaparecimento como sistema.....	653
7.3 - O DESAPARECIMENTO COMO PRÁTICA DO TERROR DE ESTADO.....	672
7.3.1 - Os desaparecidos uruguaiois.....	676
7.3.2 - A dinâmica dos desaparecimentos no Uruguai.....	683
 Capítulo 8 - CONEXÕES EXTERNAS: A COORDENAÇÃO REPRESSIVA.....	 702
8.1 - A REPRESSÃO EXTRATERRITORIAL.....	704
8.2 - CONEXÕES ANTERIORES ÀS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL.....	708
8.3 - O URUGUAI NO MARCO DA OPERAÇÃO CONDOR.....	715
8.4 - NO “OLHO DO FURACÃO”: URUGUAIOS REPRIMIDOS NO EXTERIOR, ESTRANGEIROS REPRIMIDOS NO URUGUAI.....	734
8.4.1 - Coordenação repressiva em Porto Alegre: “o caso Lilian – Universindo”	755
8.5 - A POLÍTICA DE APROPRIAÇÃO DE CRIANÇAS.....	766
8.6 - OS ESTADOS UNIDOS DIANTE DA INTERNACIONALIZAÇÃO REPRESSIVA.....	790
 CONCLUSÃO.....	 807
 ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS.....	 840

INTRODUÇÃO

A política de Terror de Estado (TDE) implementada pela ditadura civil-militar uruguaia (1973-1984) foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares. Essa experiência teve paralelo, concretamente, nos regimes semelhantes que se disseminaram pelo Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980.¹

A problemática sobre as ditaduras cívico-militares de Segurança Nacional (SN), na região, tem sido recorrentes. Seu estudo mantém vigência diante da necessidade de responder aos muitos questionamentos, particularmente dos formulados pelas organizações de direitos humanos, no que diz respeito aos fatos vinculados ao TDE, bem como à permanência de feridas produzidas pela impunidade e pela ausência de esclarecimentos, sobretudo nos casos de desaparecimento. Nos últimos anos, tornaram-se públicos depoimentos de quadros envolvidos no aparato repressivo, que, dependendo de cada caso nacional (Argentina, Uruguai, Chile, Brasil e Paraguai), oscilam entre um tênue arrependimento, a justificativa da obediência devida ou a reafirmação anticomunista. O aumento da visibilidade da problemática através do *Caso Pinochet* (desde sua polêmica detenção em Londres), as novas descobertas sobre a Operação Condor e a desclassificação de documentos da Agência Central de Inteligência (CIA) e do Departamento de Estado dos Estados Unidos relacionados àqueles eventos² confirmam os esquemas repressivos das respectivas ditaduras, as conexões entre si e a co-responsabilidade dos Estados Unidos da América (EUA), em todo este processo. Igualmente, contribuem para valorizar a retomada da centralidade dos estudos e das exigências de esclarecimentos sobre os regimes de Segurança Nacional (SN) e a persistência na luta pelo esclarecimento do seqüestro de crianças nos países platinos -, especificamente, no caso uruguaio, a resolução dos casos de Simón Riquelme e da neta do poeta argentino Juan Gelman.

¹ Referência explícita às ditaduras de Segurança Nacional do Brasil (1964-1985), Argentina (1976-1984), Chile (1973-1989) e Paraguai (nos anos 70 e 80).

² Em relação à ditadura uruguaia, foram divulgados, em 2002, um conjunto de mais de 800 documentos, todos vinculados, entretanto, à repressão argentina.

É necessário reconhecer também que a dinâmica neoliberal na região, desde os anos 80, derrotou as tentativas de resistência a ela; ao procurar as raízes mais profundas de tal desfecho, identificam-se importantes nexos e continuidades entre os regimes de SN e os processos posteriores de redemocratização, o que, sem dúvida, tem estimulado a retomada e/ou ampliação dos estudos sobre aqueles regimes civis-militares. A permanência do “entulho autoritário”, presente tanto no processo de redemocratização quanto nesse cenário neoliberal, contribuiu para a fragilização dos regimes democráticos.³ Paradoxalmente, certas empresas de comunicação que apoiaram e se beneficiaram daquelas experiências realizam uma “redescoberta” desse passado recente, “reciclando-o” para descomprometer e desconectar responsabilidades de agentes históricos (políticos, empresariais e militares) que têm permanecido na vitrine do cenário político.

A produção historiográfica e as reflexões de áreas afins sobre as ditaduras de SN na América Latina – sobretudo a uruguaia – foram praticamente inviabilizadas durante as mesmas. As duras condições de sobrevivência, o patrulhamento ideológico, a proibição explícita e a autocensura foram empecilhos que restringiram o debate. A censura sobre os meios de comunicação comprometidos com posições críticas, a intervenção nas redes de ensino, o controle dos programas de conteúdo reflexivo e a perseguição de docentes e de estudantes que se opunham à lógica dos novos regimes marcaram a expansão autoritária. A própria temática *América Latina* foi alvo de interdição, principalmente sua história recente.⁴

Em função das dificuldades internas diante da ausência de liberdade restringindo os direitos políticos e a democracia representativa, surgiram, no final dos anos 70, os primeiros debates sobre o caráter das referidas ditaduras como o grande fórum promovido pela Revista Mexicana de Sociología.⁵ Neste espaço, debateu-se intensamente a validade ou não da aplicação do conceito “fascismo latino-americano” na realidade dos países enquadrados pelas ditaduras de SN.⁶ A partir da identificação de uma série de características que se consideravam comuns àquelas experiências clássicas de entreguerras, elaborou-se uma teoria

³ PETRAS, James. **América Latina: pobreza de la democracia y democracia de la pobreza**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1995.

⁴ Cabe mencionar o papel importante de certos meios de comunicação que, intermitentemente, sob censura parcial e ameaçados de proibição definitiva, persistiram em ressaltar às mazelas da realidade latino-americana. Da mesma forma, enquanto as universidades sofriam intervenção e diversas formas de controle, a obra *As veias abertas da América Latina*, do jornalista Eduardo Galeano, circulava nas redes clandestinas e iniciava uma geração de latino-americanos na leitura crítica do processo histórico continental.

⁵ Revista Mexicana de Sociología, México, v. 39, nº 1 e 2, 1977.

⁶ Participaram do debate, entre outros, Agustín Cueva (La cuestión del fascismo), Atilio Borón (El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina), Liliana de Riz (Algunos problemas teórico-metodológicos en el análisis sociológico y político de América Latina), Theotônio dos Santos (Sociología y fascismo en América Latina hoy) e René Zavaleta Mercado (Nota sobre fascismo, dictadura y coyuntura de disolución).

explicativa sistematizada, principalmente, por Agustín Cueva.⁷ Essa abordagem recebeu uma diversidade de adjetivações, expressão de divergências quanto aos critérios condutores da análise⁸ sendo, também, resultado de uma ênfase militante que visava contribuir na denúncia e na resistência frente às situações limite vivenciadas na América do Sul.⁹ O caso uruguaio contou, nessa polêmica, com as contribuições, entre outros, de Ródney Arismendi¹⁰, Carlos Rama¹¹, e Eduardo Gitli.¹²

No transcorrer dos anos 80, outro modelo explicativo ganhou espaço, assentado nas reflexões realizadas por autores como Juan Linz¹³ e Stanley Payne¹⁴ sobre as ditaduras de pós-guerra, no sul da Europa (Espanha, Portugal e Grécia), assim como suas transições à democracia. Dessa base de conhecimento resultante de estudos comparativos e da elaboração de tipologias, surgiu, como uma das principais contribuições, a proposição do modelo burocrático-autoritário de Guillermo O'Donnell.¹⁵ O mesmo delineava um Estado caracterizado por forte presença tecnocrata e por responder à acentuada ativação política popular existente nos cenários anteriores aos golpes de Estado do Cone Sul. Enquanto modelo explicativo, mostrou-se mais aberto às especificidades das ditaduras latino-americanas, contrapondo-se, no debate teórico, ao esquematismo do uso da categoria fascismo.

Dentro dos enfoques que pautaram o estudo dos casos de ditaduras de SN, à medida que os processos de abertura política possibilitaram a recuperação de direitos, os subtemas relacionados com as questões econômicas e com as formas de Estado ocuparam a centralidade da produção historiográfica. Um tema que parecia vigoroso nos últimos anos de quase todas as ditaduras, mas que logo se esvaziou parcialmente, foi o referente à questão dos direitos

⁷ CUEVA, Agustín. La cuestión del fascismo. *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. 39, n° 2, p. 469-480, abr./jun. 1977.

⁸ Na medida em que o foco central variava, entre os defensores da categoria de fascismo latino-americano, apontava-se um “fascismo dependente”, “fascismo primário”, “fascismo típico”, “fascismo subdesenvolvido”, “neofascismo”, etc. REVELLO, Cecilia; PORRINI, Rodolfo; SCHOL, Alexis. *Las Dictaduras Militares en América Latina*. Montevideo: Las Bases, 1986. p. 33. FERNÁNDEZ, Wílson. *El gran culpable. La responsabilidad de los EE.UU. en el Proceso militar uruguayo*. Montevideo: Atenea, 1986. p. 86.

⁹ Agustín Cueva, em uma palestra proferida em Porto Alegre, na segunda metade dos anos 80, reconheceu a inadequação explicativa da aplicação da teoria de fascismo à realidade das ditaduras de SN latino-americanas. Avaliou que tal abordagem era resultado das difíceis condições existentes no momento e do clima que se vivia nos países atingidos pelas ditaduras e nas comunidades exiladas. Entretanto, feita essa avaliação, destacou a importância política produzida por tal debate, contemporâneo das próprias ditaduras, o que permitiu denúncias, gerando desdobramentos que se somavam a outras manifestações de resistência democrática.

¹⁰ ARISMENDI, Ródney. *A revolução latino-americana*. Lisboa: Avante, 1977.

¹¹ RAMA, Carlos. Uruguay: de los tupamaros a los militares. *Cuadernos Americanos*. México, n° 4, 1973.

¹² GITLI, Eduardo. Uruguay: del fin de la utopía a la independencia. *Cuadernos Americanos*. México, n° 5, 1976.

¹³ LINZ, Juan. Regimes Autoritários. In: O'DONELL, Guillermo; LINZ, Juan; HOBBSAWM, Eric; JONG, Rudolf de. *O Estado Autoritário e os Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁴ PAYNE, Stanley G. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

¹⁵ As teses de Guillermo O'Donnell foram incorporadas, mesmo que parcialmente, por importantes especialistas como Liliana de Ríz, Felisberto González e Atílio Borón.

humanos. Apesar do grande impacto produzido pela onda da elaboração dos relatórios *Nunca Mais*¹⁶ e das revelações e depoimentos que vieram a público, a aprovação, por parte do sistema político, da anistia para os responsáveis pelos crimes de Estado cometidos durante as ditaduras e a reversão das expectativas de esclarecimento (implícitas na consigna “Verdade e Justiça”) reintroduziram uma situação de paralisia e de medo da sociedade civil diante da permanência da impunidade. Em termos práticos, com algumas variáveis em cada país, a destruição de documentos, a impossibilidade do acesso público aos mesmos e a ameaça física, verbal ou judicial contra as vítimas daqueles regimes fizeram com que a temática do Terror de Estado e das múltiplas formas de violência estatal fossem pouco estudadas. A exceção foi a atitude das organizações de direitos humanos, que, através de trabalhos multidisciplinares, assumiram o confronto pela memória e contra o esquecimento induzido.

No Uruguai, uma das primeiras obras a tratar dessa temática foi *Os Desaparecidos - a História da Repressão no Uruguai*, importante e qualificada contribuição de Baumgartner, Durán Matos & Mazzeo.¹⁷ Apesar dos seus muitos méritos, falta a ela, todavia, a especificidade da análise histórica. É importante salientar que, no fim da década de 90, a descoberta ou disponibilização de novos arquivos, acompanhado da retomada de um posicionamento mais crítico de setores da população dos países do Cone Sul em relação à responsabilização jurídica dos crimes de Terror de Estado, recolocaram a temática como objeto de pesquisa.¹⁸

A clivagem do aprofundamento da Guerra Fria e sua maior visibilidade na região, a partir dos anos 60, em função da Revolução Cubana e dos seus desdobramentos, exigem a análise das diretrizes basilares da política externa estadunidense para a América Latina. Entre elas, a proposta de Desenvolvimento e Segurança que pautou a criação da Aliança para o Progresso (1961) e a política de Contra-insurgência (*pentagonización*¹⁹ das Forças Armadas),

¹⁶ Argentina (CONADEP. **Nunca mais**. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s.d.). Brasil (**Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1986.). Uruguai (SERPAJ. **Uruguay Nunca Más**. Informe Sobre la Violación a los Derechos Humanos (1972-1985). Montevideo: SERPAJ, 1989.). Chile (COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe Rettig**. Santiago: 1991.). O relatório argentino veio a público em 1984, o brasileiro em 1986, o uruguaio em 1989 e o chileno em 1991.

¹⁷ BAUMGARTNER, José Luis; DURAN MATOS, Jorge; MAZZEO, Jorge. **Os desaparecidos. A história da repressão no Uruguai**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

¹⁸ As discussões e as pesquisas atuais referentes à América Latina privilegiam, principalmente, temas vinculados à inserção da região no atual processo de mundialização como integração, neoliberalismo, narcotráfico, transição democrática, etc. Entretanto, à medida que cresce o distanciamento cronológico e que novas fontes documentais são disponibilizadas aos pesquisadores, os estudos sobre o período e outros subtemas vinculados às ditaduras de SN ganham espaço como objetos de divulgação jornalística e de produção científica.

¹⁹ Vista como subordinação das Forças Armadas locais e também como possibilidade de ampliação de lucros. Segundo Gabriel Ramirez, o *pentagonismo* é o complexo militar que, perpassando todos os níveis da sociedade norte-americana, projeta-se para o exterior visando manter a hegemonia mundial dos EUA. Diz Ramirez: “El

ambas inseridas na estratégia de resposta flexível (contendo a possibilidade de implementação de todo tipo de ação) que passou pelas administrações Kennedy, Johnson e Nixon.

Os conceitos básicos elaborados dentro do pensamento da Doutrina de Segurança Nacional (“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc.) foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos na área do ensino, bens de consumo da indústria cultural). A eles fazem referência as obras de autores como Vivian Trias²⁰, Ramirez²¹, Ianni²², Selser²³, Julien²⁴, Chomsky²⁵ e Chomsky & Herman.²⁶ Quanto às análises das vinculações da superpotência com as ditaduras civis-militares, acrescentam-se as contribuições de Huggins²⁷, Boersner²⁸, Baumgartner & Durán²⁹, Schoultz³⁰ e Prudencio García.³¹

No Uruguai, com o aprofundamento da crise político-econômica dos anos 60, aquelas diretrizes e orientações ganharam espaço no embate público, sendo alvo de intensos debates na imprensa escrita e no mundo editorial. O jornalista Carlos Quijano, diretor do semanário *Marcha* e dos *Cuadernos de Marcha*, foi um dos principais artífices do debate que marcou o período compreendido entre a administração de Jorge Pacheco Areco (o autoritário *Pachecato*) e a deflagração do golpe de Estado em 1973, a partir do qual a censura imposta à oposição fez com que só o “oficialismo” pudesse expor sua versão dos fatos. O novo regime divulgou obras de fôlego e de cunho doutrinário que, publicadas em larga escala para os padrões uruguaios, tentaram impor uma história oficial resultante da leitura, interpretação e aplicação dos princípios

pentagonismo se afianza dentro y fuera de fronteras, cumpliendo entonces objetivos dobles: balas, tanques, aviones, barcos, se fabrican en el país pentagonista y allí mismo se recogen los fabulosos dividendos que producen los contratos; pero más lejos, allá donde los materiales son utilizados para sembrar destrucción y muerte, un nuevo puesto de avanzada imperialista se establece y mayores ganancias se acumulan a favor del poder agresor.” RAMIREZ, Gabriel. **El Factor Militar. Génesis, desarrollo y participación política.** Montevideo: Arca, 1988. p. 15.

²⁰ TRIAS, Vivian. **Imperialismo y geopolítica en América Latina.** Montevideo: El Sol, 1967. TRIAS, Vivian. **Historia del imperialismo norteamericano.** Buenos Aires: Peña Lillo, 1975. 3^o vol.

²¹ RAMIREZ, Gabriel. **Las Fuerzas Armadas uruguayas en la crisis continental.** Montevideo: Tierra Nuestra, 1971.

²² IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura.** Petrópolis: Vozes, 1979.

²³ SELSER, Gregorio. **CIA: De Dulles a Raborn.** Buenos Aires: Ediciones de Política Americana, 1967.

²⁴ JULIEN, Claude. **El imperio americano.** México: Grijalbo, 1969.

²⁵ CHOMSKY, Noam. **Año 501. La conquista continúa.** Madrid: Libertarios/Prodhufi, 1993.

²⁶ CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Banhos de sangue.** São Paulo: Difel, 1976.

²⁷ HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos / América Latina.** São Paulo: Cortez Editora, 1998.

²⁸ BOERSNER, Demetrio. **Relaciones internacionales de América Latina.** Caracas: Nueva Sociedad, 1987.

²⁹ BAUMGARTNER; DURAN MATOS, op. cit.

³⁰ SCHOULTZ, Louis. **Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

³¹ GARCÍA, Prudencio. **El drama de la autonomía militar. Argentina bajo las Juntas Militares.** Madrid: Alianza Editorial, 1995.

da DSN norte-americana. Os diversos documentos produzidos pelas Forças Armadas constituem fonte essencial para o levantamento e análise das argumentações que dão sentido ao sistema e que procuraram capitalizar e justificar teses de guerra total, defesa contra agressões externas, manutenção da ordem cristã e ocidental, biologização das contradições internas da sociedade (o “vírus comunista” que infecta o corpo social) e até “guerra suja”. Assinadas pela *Junta de Comandantes en Jefes*, os dois tomos da obra *Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental (La Subversión - 1976 - e El Proceso - 1978)*, junto com o *Testimonio de una Nación Agredida* (1978), evidenciam dois objetivos das Forças Armadas: ressaltar a centralidade do seu protagonismo e divulgar, pedagogicamente, sua versão dos fatos à população, mesclando poder de convencimento com aplicação de rigorosa censura aos dissidentes.³²

No presente estudo, o contraponto à versão oficial é feito a partir da leitura de informes e obras acadêmicas que, muitas vezes, partem dos documentos arrolados pelas organizações de direitos humanos, possibilitando revelar o contraditório implícito por detrás dos conceitos assumidos e divulgados massivamente pelo sistema. São importantes, dentro dessa perspectiva, os citados dossiês *Nunca Mais* - não só o uruguaio, mas também o argentino e o brasileiro -, pois permitem aferir pontos comuns e intercâmbio das experiências repressivas, assim como as análises de Baumgartner, Durán Matos & Mazzeo,³³ de Perelli & Rial³⁴ e de Amarillo,³⁵ entre outros.

A pesquisa parte do entendimento de que a América Latina, nos anos 60/70, passou por uma intensa radicalização do processo de luta de classes. Projetos de mudança, que variavam entre matizes de cunho reformista/nacionalista até outros de contorno socialista, foram alimentados pelos exemplos históricos da Revolução Cubana, da guerra de libertação no Vietnã e da trajetória revolucionária de Che Guevara. Tais fatos, para o sistema, se prefiguraram como elementos desestabilizadores da ordem interna, pois foram referências de mobilização e potencialização dos setores populares em luta por mudanças estruturais.

Os regimes de SN (pese as singularidades de cada Estado nacional) foram o instrumento de reenquadramento dessas sociedades fortemente mobilizadas. Apesar da exposição do protagonismo militar e de certa autonomização conjuntural do mesmo, tais regimes

³² A obra *La Subversión* teve uma edição publicada em fascículos em um dos maiores jornais da época, *El País*, que dava sólida sustentação ao regime.

³³ BAUMGARTNER; DURAN MATOS; MAZZEO, op. cit.

³⁴ PERELLI, Carina; RIAL, Juan. **De mitos y memorias políticas da represión, el miedo y después...** Montevideo: Banda Oriental, 1986.

³⁵ AMARILLO, María del Huerto. **El ascenso al poder de las Fuerzas Armadas.** Cuadernos Paz y Justicia 1. Montevideo: SERPAJ, 1986

representaram os interesses da fração burguesa que, hegemônica em termos internos, estava vinculada ao capital internacional como associada subordinada. Em termos econômicos, as ditaduras consolidaram, como características gerais, a internacionalização da economia, a aplicação das receitas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração da força-de-trabalho).

Em termos políticos, os objetivos foram muito claros: destruir as organizações revolucionárias; desmobilizar e despolitizar os setores populares; aprofundar a associação com os EUA e os aliados internos da região; enquadrar os espaços político-institucionais (partidos, Congresso, sindicatos, grêmios estudantis, etc.); impor uma ordem interna disciplinadora de segurança e estabilidade; esvaziar o pluralismo político e interromper a dinâmica eleitoral. A aplicação de tais medidas produziu, como herança, uma “cultura do medo”, que comprometeu o posterior processo de redemocratização, frustrando as expectativas suscitadas e conformando uma espécie de democracia imperfeita, inconclusa.

Cabe, agora, retomar a discussão sobre o caráter dessas ditaduras cívico-militares que também identificamos como ditaduras de Segurança Nacional. Embora existam outras contribuições interpretativas significativas, centra-se a análise nos três modelos que se entende marcaram, de forma mais profunda o debate sobre as especificidades das experiências ditatoriais que ocorreram na região. Um primeiro modelo explicativo baseia-se na concepção do Estado Burocrático-Autoritário (BA), desenvolvido por Guillermo O’Donell e que partiu dos estudos anteriores sobre Autoritarismo³⁶ apoiados na proposição de um tipo ideal resultante da comparação de características - comuns e diferentes - e de uma tipologia que acolheu múltiplas formas históricas de manifestação. A procura de especificidades, caso a caso, inclusive de aspectos secundários ou basicamente formais, gerou, muitas vezes, um excesso de rótulos que tornou impreciso ou insuficiente tanto a comparação quanto a possibilidade de síntese explicativa que extrapolasse o caso em questão.

O’Donell procurou resgatar a especificidade das experiências latino-americanas apontando para as seguintes características: direção tecnocrática do Estado (pretensamente neutra e acima das contradições de classe); exclusão e desativação política dos setores populares; imposição de uma despolitização generalizada no conjunto da sociedade; formação de uma aliança diversificada de setores sociais (burguesia compradora, oligarquia, setores médios urbanos, etc.) em volta de um projeto de intervenção cívico-militar e de um forte anticomunismo. Destacou ainda a pretensão de reordenamento do *status quo* diante da

radicalização dos setores populares e da crise de hegemonia burguesa para garantir os interesses do capital internacional e as mudanças nos mecanismos de acumulação. Segundo O'Donnell, o bloco hegemônico resultante foi constituído pela alta burguesia (vinculada ao capital internacional), os tecnocratas, as Forças Armadas e, eventualmente, frações da burguesia nacional. Coube, à primeira, imprimir as mudanças estruturais necessárias para garantir maior internacionalização da economia - em detrimento dos interesses e dos projetos de desenvolvimento da burguesia nacional - e estabelecer uma oferta de “vantagens comparativas” com o fim específico de atrair investimentos externos. O papel fundamental do Estado BA foi garantir a exclusão política e econômica, para permitir as mudanças nos padrões de acumulação que se vislumbravam a partir das transformações econômicas produzidas desde o final da Segunda Guerra Mundial. Em síntese, a interpretação de O'Donnell indica que:

Os sistemas autoritário-burocráticos são excludentes (afastam a participação de grupos políticos e econômicos) e enfaticamente não-democráticos. Os atores centrais da coalizão dominante incluem tecnocratas de alto nível (militares e civis, dentro e fora do Estado) trabalhando em associação íntima com o capital estrangeiro. Essa nova elite elimina a competição eleitoral e controla severamente a participação política do setor popular.³⁷

A instalação do Estado Burocrático-Autoritário aconteceu em etapas. A primeira, quando se eliminou a ameaça das organizações populares, com o recurso das Forças Armadas, impondo a ordem e a estabilidade necessária para garantir os investimentos externos. A segunda, quando a tecnocracia e o capital internacional estabeleceram as medidas econômico-sociais exigidas pelo processo de internacionalização da economia. Finalmente, a última etapa, quando àqueles atores se juntaram frações da antiga burguesia nacional, agora subordinada, associada ou cooptada, principalmente pela ação do virulento discurso da existência de uma ameaça comunista. As características e as etapas apresentadas por O'Donnell variaram de acordo com as especificidades de cada caso nacional. Deve salientar-se, por outro lado, que as críticas a este modelo de análise se pautaram, fundamentalmente, pela escassa margem explicativa para as contradições sociais (secundarização do conflito de classe), pelo grande peso concedido à tecnocracia militar e civil e pela diminuição do papel e da importância dos EUA na estruturação desses regimes.

O segundo modelo explicativo baseou-se na citada interpretação sobre a existência

³⁶ As citadas obras de Stanley Payne e de Juan Linz, dentre outras.

³⁷ COLLIER, David (org.). **O Novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 31.

de um fascismo latino-americano, a partir das interpretações clássicas de Georgi Dimitrov e Palmiro Togliatti,³⁸ ambas associadas a uma abordagem marxista-leninista mais ortodoxa presente na linha programática dos Partidos Comunistas da região. A análise de Agustín Cueva, com algumas variáveis pontuais, foi assumida ou defendida por autores como Zavaleta Mercado,³⁹ Álvaro Briones⁴⁰ e Teothônio dos Santos⁴¹. Cueva transpôs, à realidade latino-americana dos anos 70 e 80, o conceito de fascismo como “a ditadura terrorista que os setores mais reacionários do capital monopólico exercem sobre a classe operária, primordialmente em situação de crise”.⁴² Seus críticos avaliaram que esse referencial teórico era anacrônico e sua aplicação para a realidade latino-americana dos anos 70 era inadequada e mecanicista. Diante de tais objeções, Cueva argumentou que o fundamental na análise da categoria fascismo não era a existência concreta de um partido de massas, de um suporte pequeno-burguês ou de uma ideologia chauvinista (de fato, inexistentes na região). A ausência desses fatores era, ao contrário, afirmava Cueva, a característica da especificidade periférica latino-americana e da sua forma de inserção na economia capitalista mundial.

O fundamental, nessa linha de análise, era a natureza de classe do fascismo e a mudança qualitativa que impunha às formas de Estado. O controle monopólico dos setores-chaves da indústria conformava um eixo externo-local vinculado às esferas de dominação cívico-militar, com um forte potencial de fascistização em determinadas circunstâncias históricas. Mas o caráter periférico das economias regionais inviabilizava que o fascismo latino-americano cooptasse algum movimento de massa como base social de apoio. Da mesma forma, estava interdita a implantação de uma política nacionalista, em função da configuração dependente desses países em relação às economias centrais, o que, é claro, assinalava importantes diferenças em relação às experiências clássicas de fascismo. Atilio Borón,⁴³ um dos principais críticos do uso desta categoria de análise, a considerava insuficiente para explicar a especificidade estrutural das ditaduras do Cone Sul, fundamentalmente por que as economias desses países eram periféricas em relação ao sistema capitalista mundial; portanto, inexistiam condições para que uma burguesia nacional pudesse

³⁸ Posição que resultou do documento apresentado por Dimitrov na plenária do VII Congresso Mundial da Internacional Comunista (3ª Internacional), em agosto de 1935. Teve como característica principal a revisão da posição que considerava “irmãos gêmeos” o fascismo e a social-democracia. A partir da aprovação da proposta de Dimitrov, o movimento comunista internacional passou a defender a construção de uma frente comum para enfrentar o fascismo envolvendo os setores esquerdistas, a social-democracia e certos setores liberais burgueses.

³⁹ ZAVALETA MERCADO, op. cit.

⁴⁰ BRIONES, Álvaro. **Ideología del Fascismo Dependiente**. México: Edicol, 1978.

⁴¹ SANTOS, op. cit.

⁴² CUEVA, Agustín. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. São Paulo: Global, 1983. p. 165.

⁴³ BORÓN, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. 3ª ed. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC/Universidad de Buenos Aires, 1997.

assumir papel dirigente.

Independente das diferenças visíveis entre as duas abordagens apresentadas, há, no mínimo, um ponto de encontro entre elas: a questão do caráter inédito e global dos novos sistemas repressivos implantados na região, dentro do mesmo marco cronológico e numa escala sem precedentes na América Latina. Enquanto O'Donnell afirmava que o grau de repressão - vista como mecanismo de ação permanente - aumentava quanto maior fosse a instabilidade no regime anterior e a capacidade de organização dos setores populares, os defensores da tese do fascismo latino-americano lembravam que o mesmo acabava com todas as formas democráticas para exercer uma ditadura terrorista aberta. Este ponto de confluência é importante para os objetivos deste trabalho, pois denota um elemento diferenciador dessas estruturas de poder em relação a experiências autoritárias ocorridas na região em outros contextos históricos e porque o fator violência, aplicado em maior ou menor medida num patamar inédito, esteve presente em todas as ditaduras de SN.

Uma terceira abordagem que consideramos de maior pertinência explicativa é a que identificou as ditaduras latino-americanas dos anos 60 a 80 como regimes de Segurança Nacional, o que realçou, portanto, o papel que a Doutrina de Segurança Nacional assumiu no centro da estruturação desses regimes. As Forças Armadas, nessa perspectiva, receberam uma legitimidade política para desempenharem o papel de ordenadores do sistema social, diante da falência das instituições da democracia representativa e do sistema político em geral, e se apresentaram como garantia suprema da unidade nacional ameaçada pelos efeitos desagregadores do “perigo comunista”. A DSN foi incorporada como o fundamento teórico justificador da proteção da sociedade nacional a partir da edificação de um Estado que precisava esconder sua essência anti-democrática.

A DSN apontou, da mesma forma, a existência de um “estado de guerra permanente” contra um (suposto) “inimigo interno”, que podia ser toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente. Embora a DSN e seus defensores proclamassem agir em defesa dos valores democráticos, consideravam, no fundo, que a democracia era uma fonte geradora de desordens por permitir a atuação dos setores desconformes com a ordem vigente, a qual devia ser defendida através de todos os meios disponíveis. O cenário da “guerra interna” extrapolou as ruas, as fábricas ou as universidades, chegando ao extremo de levar essa batalha aos cárceres políticos, onde as mentes dos prisioneiros políticos viravam campos de batalha para destruir as consciências críticas, militantes

e libertárias.⁴⁴ Esta situação se verificou no Uruguai, onde as autoridades carcerárias, não satisfeitas com a detenção dos inimigos, explicitaram o objetivo de enlouquecê-los, fato que, em si, mostra a diferença qualitativa de uma lógica autoritária clássica para outra pautada no TDE.

A aplicação das premissas da doutrina destruiu as bases da democracia representativa com o fechamento do Parlamento, o controle sobre o Poder Judiciário, a proibição do funcionamento dos partidos políticos, a imposição generalizada da censura, a violação sistemática dos direitos humanos e uma repressão brutal contra toda a oposição. É importante sublinhar que a DSN esteve presente em todos os regimes ditatoriais do Cone Sul, no referido período, independente da especificidade adquirida em cada país. Portanto, o papel que cumpriu no cerne destas experiências constitui, de *per se*, um elemento inédito que, por um lado, inviabiliza a possibilidade de associar tais ditaduras com o fascismo clássico e que por outro, sendo a DSN fluente elo de conexão entre os novos regimes da região e os EUA, exige da tese do Estado Burocrático-Autoritário um redimensionamento da importância da superpotência para o advento e a consolidação daqueles. Esta é a perspectiva que se assume nesta pesquisa a partir da contribuição seminal do padre Josep Comblin⁴⁵ e das contribuições de Jellinek & Ledesma⁴⁶ e Baumgartner & Durán Matos,⁴⁷ entre outros.

Em relação ao debate sobre o Terror de Estado, deve registrar-se que ele é relativamente recente, apesar de que tal fenômeno se tenha manifestado, historicamente, pelo menos, desde a Revolução Francesa. Na passagem dos anos 60 para os 70, os setores dominantes introjetaram a aceitação da violência estatal e de ações paramilitares, encobertas ou não, como sendo legítimas diante do “inimigo”, fosse este um outro Estado ou sua própria população civil (“inimigo interno”). Fatos assim haviam ocorrido no contexto da Segunda Guerra Mundial, mas haviam sido justificados em nome da necessidade real da sobrevivência. Fora desse contexto particular, porém, eram vistos sob o entendimento de que constituíam ações terroristas deliberadas do Estado ou dos dirigentes que o controlavam, contra sua própria população.⁴⁸

No cenário latino-americano, a novidade chegou acompanhada da orientação contra-insurgente proposta desde os EUA, no contexto da Guerra Fria, quando identificaram que todo o continente americano era área de interesse nacional. No entendimento da superpotência,

⁴⁴ SAMOJEDNY, Carlos. **Psicología y dialéctica del represor y el reprimido**. Buenos Aires: Roblanco, 1986. p. 31.

⁴⁵ COMBLIN, Padre Josep. **A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴⁶ JELLINECK, Sergio; LEDESMA, Luis. **Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal**. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980.

⁴⁷ BAUMGARTNER, José Luis; DURAN MATOS, Jorge. **América Latina: liberación nacional**. Montevideo: Banda Oriental, 1985. 2 Vol.

⁴⁸ ANDRADE, John. Acção Directa. **Dicionário de terrorismo e activismo político**. Lisboa: Hugin, 1999. p. 9.

entretanto, a região estava muito vulnerável diante do impacto desagregador produzido pelo comunismo internacional (“exportado” pela URSS) e, sobretudo, pelos associados locais, os “inimigos internos”. A defesa do uso ilimitado da força como mecanismo de controle e de combate às mobilizações sociais produzidas pelas contradições internas dos diversos países tornou-se mais agressiva a partir da vitória e da radicalização da Revolução Cubana. Todavia, já era um processo em marcha desde o final da Segunda Guerra. Apesar da propaganda dos programas de “ajuda” no marco da Aliança para o Progresso, essas “boas intenções” não passavam de tentativas de cooptação para aumentar o controle sobre a região. Nesses termos, o treinamento de corpos de elite de oficiais latino-americanos em escolas norte-americanas (Escola das Américas, Fort Benning, Fort Leavenworth), a ajuda para o aparelhamento e modernização do fator militar e reconversão deste para enfrentar e destruir o “inimigo interno” foram fundamentais.⁴⁹ A passagem do Secretário de Estado Nelson Rockefeller pela América Latina, em 1969, serviu para elaborar um preocupante diagnóstico:

[...] hoje nenhum país [latino-americano], per si só, é capaz de garantir a sua própria segurança interna. [...] Unicamente através da cooperação do Hemisfério poderão esses problemas que afetam tão vitalmente a segurança interna, ser devidamente enfrentados.⁵⁰

Em função disso, Rockefeller, entendendo que estavam em jogo questões estratégicas vitais para a própria segurança dos interesses estadunidenses, recomendava, como “Objetivo da Política Nacional” da superpotência [grifo meu]: “Os Estados Unidos devem cooperar com as demais nações do Hemisfério Ocidental em medidas que fortaleçam a sua segurança interna”.⁵¹

O chamado “Informe Rockefeller” foi um dos arcabouços que permitiram ativar uma lógica repressiva, que atingiu sua forma mais sofisticada e brutal não só para enfrentar os crescentes movimentos guerrilheiros dos anos 60, mas também contra amplos setores da população, sobretudo após a derrota das organizações revolucionárias. Foi a partir da orientação da contra-insurgência que começou a manifestar-se, embrionariamente, na região, o gérmen do TDE, constituído como

[...] un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los

⁴⁹ Em 1963, Robert Mc Namara, Secretário de Defesa da administração Kennedy, afirmava: “[...] provavelmente, o maior rendimento dos nossos investimentos de ajuda militar provém do treinamento de oficiais selecionados e de especialistas chave em nossas escolas militares e seus centros de treinamento nos EUA e ultramar. Estes estudantes são cuidadosamente selecionados em seus países para converterem-se em instrutores quando voltem a eles. São os líderes do futuro [...] Não é necessário explicar o valor que tem dispor de homens com um conhecimento de primeira mão de como os norte-americanos atuam e pensam para os cargos de direção. Para nós, não há preço que pague o fato de sermos amigos desses homens [...]”. CONADEP, op. cit., p. 343.

⁵⁰ ROCKEFELLER, Nelson. **As condições de Vida nas Américas. Relatório de uma Missão Presidencial dos Estados Unidos ao Hemisfério Ocidental**. Rio de Janeiro: Record, s. d. p. 66.

⁵¹ Idem.

marcos ideológicos y políticos de la represión “legal” (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a “métodos no convencionales”, a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar a la oposición política y la protesta social, sea ésta armada o desarmada.⁵²

Nas experiências concretas latino-americanas, inclusive no caso uruguaio, as características repressivas mais comuns foram a criação de uma estrutura clandestina, paralela à estrutura legal e visível do Estado, e a implementação de uma metodologia de seqüestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento definitivo. No debate centrado nessas práticas, destaca-se o questionamento sobre o grau de autonomia dos grupos operativos. A argumentação dos antigos responsáveis pelas ditaduras e seus associados (políticos e empresários que se reinseriram eficientemente no cenário “redemocratizado”) tem sido a de que, se ocorreram excessos, estes foram cometidos por grupos autônomos ou por funcionários do Estado que interpretaram as ordens com demasiado zelo. Entretanto, as provas que confirmam a existência de um TDE tornam inconsistentes tais conclusões. Ao considerar a repressão como um sistema eficiente, aceita-se a possibilidade da ocorrência de autonomização parcial de certos setores da cadeia de transmissão (embora não seja bem o caso do Uruguai), mas isso não contradiz a lógica do sistema nem invalida a interpretação de que o TDE foi um mecanismo fundamental para viabilizar a nova ordem interna e o estabelecimento de novos padrões de acumulação.

A identificação das ditaduras de SN com práticas de TDE foi uma tendência que se consolidou nos anos 90. Os motivos por não ter ocorrido antes são variados. Talvez porque, durante sua existência, foi difícil dimensionar o que efetivamente ocorria, ou porque as negociações políticas de saída desses regimes foram extremamente difíceis e permitiram a sobrevivência política de muitos dos atores centrais. Pode ser ainda porque determinados setores aceitaram a tese de que a repressão estatal foi um mal necessário e transitório diante dos “descalabros” cometidos por projetos populistas ou radicais irresponsáveis. O fato é que a associação das ditaduras com o TDE partiu, em primeiro lugar, das organizações de direitos humanos, especialmente as que surgiram como resposta à prática das detenções-desaparecimentos. Apesar do enorme esforço de falsificação histórica perpetrado pela propaganda oficial ao tentar mostrar o desprendimento dos que se apresentaram como último bastião do “mundo livre” contra a “ameaça comunista”, os resultados concretos mostraram as contradições de um projeto que, para garantir a “paz”, usou da coerção de forma ilimitada.

Com o transcorrer dos anos, foi possível armar o “quebra-cabeça” desses regimes. As informações e experiências recolhidas nas prisões, na tortura, na clandestinidade, na resistência,

⁵² BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSEN, Jan et al. **Terrorismo de Estado. El papel internacional de EE.UU.** Navarra: Txalaparta, 1990. p. 9.

no exílio e no reconhecimento da ausência definitiva dos desaparecidos deram nova fisionomia ao esquema repressivo. Nas primeiras análises, a violência aparecia como uma questão menor diante das questões estruturais. Formularam-se também explicações sobre o uso da violência em doses excessivas, fruto do desajuste patológico de agentes repressivos. À medida que os relatórios *Nunca Mais* foram sendo elaborados, divulgados, analisados e comparados, as sociedades atingidas passaram a ter maior conhecimento sobre as especificidades, a dimensão e o papel que essas práticas desempenharam em cada país do Cone Sul.⁵³

Cabe, ainda, uma última observação a respeito de toda esta problemática. Conhecendo a dinâmica, os objetivos e os interesses que estão por detrás das ditaduras de SN, é inaceitável a tentativa de dissociação entre interesses econômicos e práticas repressivas, como tentou delimitar o discurso tecnocrático. Este procurou marcar distância das políticas coercitivas do mesmo governo do qual fazia parte, tentando isentar-se das responsabilidades pertinentes. É fundamental, nesse sentido, não perder a perspectiva do fenômeno. O TDE foi a expressão de um dos principais aspectos das ditaduras de SN. Embora a centralidade que recebe neste estudo, não se entenda, porém, que é considerado desconexo das demais dimensões que compõem os regimes de SN. Pelo contrário, reafirmamos sua relação intrínseca e subordinada ao processo de internacionalização da economia e de hegemonia do capital internacional e seus associados locais. Os mecanismos implementados pela violência estatal visaram as organizações e os indivíduos que podiam representar perigo de resistência ao projeto em andamento; impuseram também, a médio prazo, formas anestésicas de convivência, fosse através da “cultura do terror”, da autocensura ou até da possibilidade de cooptação. A estabilidade e a apatia resultante do medo da volta do recurso sistemático à força condicionou um clima político que se ajustou adequadamente aos anseios e necessidades da alta burguesia e do capital internacional.

Coerentemente com a DSN, a guerra contra o “inimigo interno” implicou numa “guerra interna”, permanente, “total” e, conseqüentemente, “suja” - ou seja, ilegal e clandestina. A necessidade de implementar as diretrizes da SN exigiu o confronto total com a oposição, numa luta sem compromissos nem negociações e que só poderia terminar com a destruição total e permanente do adversário. Respeitadas as assimetrias e independente das suas singularidades, esse cenário se desenhou por quase toda a região, como ocorreu no Uruguai:

⁵³ Dentro dessa perspectiva, foram de extrema pertinência as exposições, no III Fórum Social Mundial de Porto Alegre, de Antônio González Quintana (Conselho Internacional de Arquivos da UNESCO) sobre o projeto Os Arquivos da Segurança do Estado dos Desaparecidos Regimes Repressivos, e de Julia María Rodríguez (*Asociación Española de Archivos - ANABAD*) sobre a experiência e o impacto social da recuperação dos arquivos do franquismo na Espanha. (Seminário Memória das Ditaduras - Instrumento para a Consolidação dos Direitos Humanos. Organizado pela Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura. III Fórum Social Mundial, Porto Alegre, janeiro de 2003).

La “guerra” en Uruguay no tuvo la espectacularidad de la Casa de Gobierno bombardeada por Pinochet en Chile, ni el genocidio cometido por las juntas militares en Argentina con miles de desaparecidos. Pero se caracterizó por una sofisticación sin par. Fue una represión callada, progresiva en su gradación, “dosificada”, perfectamente selectiva hasta llegar a un control perfecto y total de la población. Logró clasificar a los tres millones de habitantes en tres categorías: A, B y C, según el grado de peligrosidad que les asignaban las Fuerzas Conjuntas. Nuestro país estaba ocupado por nuestro propio Ejército. Todos estábamos fichados, clasificados y vigilados.⁵⁴

Para quebrar o “inimigo”, utilizou-se a detenção sob a forma de seqüestro, a tortura, a política do desaparecimento de pessoas, o extermínio e os instrumentos da “*guerra psicológica*”. Semeou-se o temor e a desesperança. Na medida em que se impôs a autocensura, o Terror de Estado cumpriu sua função *pedagógica*, dobrando vontades e resistências, o que, combinado com a sensação de impunidade, gerou medo e imobilismo.

O sistema tornou-se cada vez mais eficiente, “dosificado” e seletivo. O “desaparecimento” de pessoas foi seu ponto máximo de sofisticação, configurando um mecanismo de extorsão tanto para o *detido-desaparecido* quanto para seus familiares e amigos, bloqueados e paralisados diante de uma situação que impedia a aplicação dos dispositivos legais de proteção da integridade física da vítima. O desaparecido é considerado um “*não-ser*”. Eles “no tienen derecho ni a ser procesados y juzgados”. Não possui direito a conhecer a sua sentença e “se les niega hasta el derecho de estar en un lugar y fecha”.⁵⁵ Não está preso nem morto: simplesmente não está. Como metodologia de extermínio, o desaparecimento gerou desdobramentos sobre todo o corpo social

[...] atingindo primeiro as pessoas, alimentando a esperança de que o seqüestrado haverá de voltar; depois, sonega a documentação e cria a incerteza sobre o que aconteceu; finalmente, desaparece o cadáver sem nome, sem identidade, ... é o horror sem limites.⁵⁶

Esta afirmação está baseada na experiência argentina, onde, inegavelmente, houve uma prática de extermínio. Todavia, nos países em que houve desaparecimentos sem confirmação de intencionalidade de extermínio massiva, como no caso uruguaio, os efeitos sociais produzidos foram e continuam sendo (já que se trata de uma questão ainda não esclarecida) muito semelhantes.

A análise das especificidades da ditadura uruguaia deve partir das relações intrínsecas

⁵⁴ SERPAJ. **Uruguay Nunca Más. Informe Sobre la Violación a los Derechos Humanos (1972-1985)**. Montevideo: SERPAJ, 1989. p. 7.

⁵⁵ *Idem*, p. 8.

⁵⁶ CONADEP, *op. cit.*, p. 174.

existentes entre a realidade dos anos 60 e os diversos projetos em confronto. Nesse sentido, deve-se avaliar a introjeção das diretrizes estadunidenses sobre a Guerra Fria e a implementação de medidas que, dentro dos marcos gerais da Doutrina de Segurança Nacional, legitimaram a organização de uma superestrutura estatal, a qual cumpriu as exigências necessárias para satisfazer dois objetivos fundamentais atribuídos pelos EUA. O primeiro, a liquidação dos projetos de mudança social existentes antes dos golpes de Estado. O segundo, a criação de condições necessárias para disciplinar a força de trabalho, em particular, e a sociedade, em geral, como fator de atração de capital internacional - que devia ser protegido sob qualquer hipótese.

Em nome da defesa da civilização ocidental e do sistema democrático, a DSN procurou desviar as atenções sobre o crescente mal-estar de uma população cada vez mais atingida pelo crescente desequilíbrio da distribuição de renda. Diante dos primeiros sinais de resistência contra esse quadro, a DSN legitimou, em nome do capital internacional e dos seus aliados locais, o uso do Terror de Estado. Tudo justificado com o discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo “comunismo”, das liberdades e da civilização ocidental.

A análise realizada se baseia na premissa de que a especificidade uruguaia da problemática proposta não pode ignorar o seu contexto maior: a realidade latino-americana do período, a forte presença dos interesses dos EUA na região e as inflexões produzidas pela Guerra Fria. Sendo assim, implica numa perspectiva metodológica que parte do geral para o particular através do eixo estruturado ao redor da problemática e das hipóteses que estão no cerne da proposta de estudo - e a posterior rearticulação com o geral, possibilitada pelas conclusões explicativas elaboradas a partir da análise dos resultados da pesquisa. A perspectiva teórica da análise está fundamentada no materialismo histórico e em contribuições de outras áreas do conhecimento, assim como em outras perspectivas teóricas para aspectos pontuais da problemática central.

A dinâmica do estudo realizado, portanto, iniciou com a análise da produção historiográfica relacionada com essa visão de conjunto articulada, que permitiu identificar os marcos históricos de um duplo contexto: o cenário latino-americano dos anos 60-70 e a singularidade da crise uruguaia. Posteriormente, o cruzamento analítico da documentação levantada nos arquivos pesquisados com as fontes bibliográficas, jornalísticas e testemunhais permitiu identificar fatos, aferir e comparar informações e analisar os conceitos básicos explícitos para a resolução do problema (Terror de Estado, Segurança Nacional, desaparecimento, etc.). Particularmente, de extrema valia foi a análise de documentos e textos sobre a Doutrina de Segurança Nacional uruguaia onde procurou-se identificar os elementos assimilados da matriz norte-americana, assim como a explicitação das premissas básicas

diretamente vinculadas com o estabelecimento do TDE e da modalidade repressiva dos “desaparecimentos” (por exemplo, a “teoria dos dois mundos”, o “inimigo interno”, a “guerra interna”, a “guerra total” e a “guerra suja”). Foi possível confrontar e relacionar, desta forma, as premissas da DSN com a realidade, avaliando como esta foi justificada pelos responsáveis pela ditadura, o que possibilitou dirimir imprecisões e cercar com maior profundidade a problemática proposta, tanto na lógica interna do sistema repressivo quanto da articulação do mesmo com o processo histórico que lhe confere sentido.

A pesquisa parte do seguinte cenário: A ditadura uruguaia (1973-1985) apresentou uma lógica de poder que se impôs sobre o conjunto da sociedade através de uma política de TDE global que implementou múltiplos mecanismos coercitivos e de controle. Essa política de TDE visou a desmobilização política dos setores populares, a destruição das organizações e instituições pelas quais se manifestavam seus anseios e exigências, o disciplinamento da força-de-trabalho e a imposição de uma nova ordem fundamentada nos princípios da DSN e nas novas necessidades da economia internacional.

Portanto, o objetivo principal é a análise da política do TDE, identificando suas relações com as premissas da DSN nas peculiaridades do caso uruguaio. Além disso, pretende-se:

- a) avaliar o cenário regional de conflito (América Latina), nos anos 60;
- b) identificar os interesses dos EUA na região em um contexto de bipolarização;
- c) articular o processo específico uruguaio dentro dessa lógica internacional;
- d) identificar os atores sociais e políticos envolvidos neste processo e seus interesses;
- e) compreender o funcionamento dos mecanismos repressivos internos utilizados pela ditadura;
- f) dimensionar e particularizar o fenômeno dos “desaparecimentos” dentro da lógica do TDE.

Nessa perspectiva, a tese proposta parte das seguintes considerações:

- o perfil da sociedade uruguaia e sua histórica experiência democrática de participação política;
- o grau de consciência de classe dos setores populares e a experiência de movimentos sociais politicamente ativos;
- uma situação de crise econômica combinada com o esgotamento do “velho” modelo reformista;
- a necessidade de implementação de um novo modelo de acumulação;

- o fortalecimento qualitativo dos desafios à ordem vigente e de resistência à reconversão econômica em marcha, corporificados, sobretudo, na organização guerrilheira do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* e na coalizão de esquerda *Frente Amplio*;

A partir de tais considerações, a aplicação das diretrizes resultantes da interpretação feita sobre a DSN pelos militares uruguaios e seus associados civis, como mecanismo para enquadrar o país na lógica da defesa hemisférica promovida pelos EUA, durante a Guerra Fria, só foi possível através de práticas repressivas que extrapolaram simples mecanismos coercitivos e autoritários e se configuraram como uma política de TDE, essência do regime de SN no Uruguai. Algumas modalidades de TDE começaram a ser aplicadas no país, paulatinamente, durante a vigência do regime democrático, nas administrações Pacheco Areco e Bordaberry (1968-73), fato que se projetou, ampliou e consolidou durante a ditadura civil-militar.

As hipóteses que fundamentam a tese são:

- 1) A aplicação das diretrizes da DSN conformou a escalada repressiva caracterizada como TDE.
- 2) A montagem, a manutenção e a qualificação das estruturas repressivas do Estado receberam significativa cooperação e suporte do governo dos EUA.
- 3) Certas práticas de TDE foram implementadas durante os anos anteriores à imposição da ditadura, sob um Estado de direito em franco processo de deterioração.
- 4) A destruição física, psicológica e/ou política do “inimigo interno” não resultou de uma justificada “guerra civil”, mas de uma opção deliberada do TDE.
- 5) O TDE, aplicado com pretensões “pedagógicas” através da “violência irradiada”, objetivou a conformação de uma “cultura de terror”, “de medo”, de efeitos devastadores, os quais, em diversos aspectos, se projetaram, inclusive no período posterior à ditadura, como “entulho autoritário”.
- 6) O fenômeno dos seqüestros associados aos desaparecimentos, como prática do TDE, constituiu-se na especificidade mais refinada e complexa da política repressiva do regime de SN uruaio.
- 7) Os desaparecimentos ocorreram não só como “excessos” cometidos durante o

processo de extração de informações (em casos particulares), mas também como evolução de uma prática repressiva que, sem ser a marca repressiva principal do regime, configurou-se como política de Estado.

- 8) O regime de Segurança Nacional uruguaio agiu além das suas fronteiras, participou e se articulou com outros esquemas repressivos do Cone Sul, compondo uma vasta rede de integração e cooperação (a coordenação repressiva internacional), esquemas articulados juntamente com os EUA.
- 9) O TDE não se restringiu às práticas de repressão física ou psicológica, mas perpassou toda a sociedade e, simultaneamente, instrumentalizou as instituições estatais, subordinou o Poder Judiciário, anulou o Poder Legislativo, controlou os meios de comunicação, interveio na rede de ensino e calou fundo nas relações cotidianas.
- 10) A idéia de “guerra interna” (vinculada à necessidade permanente de identificar novos “inimigos internos”) se projetou além do combate contra as organizações guerrilheiras nas ruas e outros focos de resistência e foi canalizada para o interior dos cárceres (outro cenário da guerra, segundo as autoridades da ditadura), para o cenário do exílio e para todo o território nacional, espécie de grande prisão para o amedrontamento da sociedade como um todo.

Em suma, esta tese se propõe a dimensionar, compreender e analisar o TDE que se implantou no Uruguai através de diversas modalidades de violência. Há um esforço por tentar apreciar a lógica interna das modalidades destacadas no estudo (certamente que não são as únicas) e dar-lhes sentido dentro do todo. A essência da pesquisa não está na análise aprofundada da tortura ou da censura, por exemplo, e sim na compreensão da abrangência, da multiplicidade e da complementação das iniciativas repressivas que, sob hipótese alguma, podem ser reduzidas à violência física, e que compõem esse quadro opressivo, “cinzento”, resultado da dinâmica de aplicação do Terror de Estado. Terror de Estado que, no caso uruguaio, foi abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial:

Abrangente porque não houve setor da sociedade que permanecesse imune ao alcance das ações repressivas ou estivesse livre das suas ameaças.

Prolongado porque algumas das suas modalidades foram aplicadas no final dos anos 60 e - embora existam períodos de maior rigor -, até o final da ditadura,

continuou vigorando (além de gerar seqüelas que se projetaram no período posterior).

Indiscriminado porque a ação repressiva contra a população não teve limites. O uso flexível do conceito de “inimigo interno” atesta que novos grupos sociais e/ou políticos foram sendo incorporados como “novos subversivos”, num processo sem fim. A ditadura de SN esteve presa a essa dinâmica de tensão que ela precisou forjar e alimentar, pois foi sua razão de ser. Por isso que, exceto em uma etapa inicial, onde houve certa “racionalidade” na escolha dos alvos da ação repressiva estatal, posteriormente, confirmou-se a inexistência de limites ideológicos, profissionais, religiosos, de classe ou de idade.

Retroativo porque, após o combate contra guerrilheiros, comunistas e outros esquerdistas, alvos óbvios da lógica da SN, desenvolveu-se uma prática de vasculhar, no passado das pessoas, suas simpatias políticas, a existência de militância sindical ou estudantil ou qualquer outra atitude que colocasse em questão sua fidelidade ao novo regime, tornando-o pouco confiável, o que, em determinado momento da ditadura, poderia significar (como realmente significou para muitos) sofrer um novo critério de estigmatização.

Preventivo porque um dos seus principais objetivos foi a geração da “cultura do medo”, e esta, geralmente, contribuiu para dois tipos de comportamento social. Por um lado, a quebra das correntes de solidariedade, isolando as vítimas diretas e tornando passivas, alienadas, indiferentes ou amedrontadas as demais pessoas (vítimas indiretas). Por outro lado, ser conseqüente numa linha pedagógica; quer dizer, explicitar alguns comportamentos proibidos e ser ambíguo em relação a outros, alimentando a incerteza e, portanto, induzindo as pessoas a terem muita cautela. Logo, seja pela insegurança resultante ou pelo medo das punições violentas e sem limites, o Terror de Estado procurou moldar um comportamento padrão aceito deixando claro que o preço a pagar, por quem “andasse fora da linha”, seria a acusação de “subversivo”.

Extraterritorial também como característica que pode ser avaliada como metáfora, pois não houve segurança contra a violência estatal em lugar algum,

mesmo dentro de casa, no interior de um templo religioso, no local de trabalho ou inclusive para quem já estava preso (porque, mesmo julgado e condenado, o terror contra este não terminava, podendo apenas diminuir). Mas extraterritorial principalmente como perseguição fora das fronteiras nacionais. Neste sentido, o braço da violência estatal atingiu o interior das embaixadas, as fronteiras vizinhas e o território de outros países. Através de esquemas repressivos binacionais ou da sofisticada coordenação repressiva formatada na Operação Condor, as comunidades exiladas foram ameaçadas, perseguidas, infiltradas e, no caso traumático da Argentina, brutalmente atingidas.

Há alguns esclarecimentos prévios que devem ser feitos para que sirvam de coordenadas durante a leitura do trabalho. O foco da análise está vinculado ao sistema repressivo, seus mecanismos visíveis e invisíveis, seu impacto na sociedade, etc. Isto não significa afirmar, entretanto, que, mesmo nos anos mais “duros” da ditadura uruguaia, o aparato coercitivo reinou absoluto ou que não houvesse possibilidade mínima de explorar algum canal de diálogo (alguma fissura nas Forças Armadas, um canal empresarial ou diplomático, etc.). Igualmente deve-se lembrar que, mesmo nesses anos mais “duros”, sempre houve algum tipo de resistência interna, mesmo que, em determinado momento, fosse mais uma questão de atitude do que uma ação política conseqüente. Por conseguinte, embora o texto focalize a eficiência repressiva, não se ignora a persistência de resistência individual ou coletiva, com sorte variada segundo os diversos momentos conjunturais.

Um outro esclarecimento que precisa ser reforçado é que a centralidade da análise no sistema repressivo não deve esconder que este é um mecanismo que, geralmente, está a serviço de um projeto maior, como, por exemplo, a tentativa de imposição de um novo modelo econômico, com o devido enquadramento dos diversos protagonistas políticos e sociais e com a imposição de uma aliança subordinada entre o capital internacional e seus associados locais.

Outro aspecto a considerar é que, no trabalho, se assume uma opção metodológica onde se destaca a vinculação permanente entre as dimensões externa e interna do que diz respeito ao caso uruguaio. Apesar do estudo realçar os influxos externos (a projeção dos EUA sobre a região, a circulação planetária das experiências repressivas do século XX, as sínteses que delas são feitas até sua implementação no Cone Sul e as conexões da ditadura uruguaia com os demais regimes repressivos da região) não se pretende esconder a especificidade do caso uruguaio nem o desenvolvimento interno de fatores e protagonismos explicativos. Deve-

se acrescentar que a importância de um enfoque global permite avaliar, de forma mais pertinente, a circulação de informação e de experiências, tanto do sistema repressivo quanto das possibilidades de resistência. O que há, de fato, é uma tentativa de avaliar a influência e o impacto dos acontecimentos regionais sobre o Uruguai, especialmente as projeções das dinâmicas internas dos dois grandes Estados vizinhos, assim como a pressão da política externa dos EUA. Sabidamente, a “vulnerabilidade internacional” do pequeno país é temática recorrente que frequentemente é retomada pela intelectualidade uruguaia. Portanto, não se trata de estabelecer uma relação mecânica com os acontecimentos externos (com projeção regional importante) e a anular os particularismos uruguaiois, mas sim do entendimento de que, no caso da disseminação dos regimes de SN pela região, independente dos fatores de escala pertinentes, há aspectos comuns tanto na crise de deterioração do cenário democrático quanto na imposição da ditadura civil-militar, o que contribui para melhorar a precisão explicativa do caso em estudo.

Finalmente, o trabalho objetivou, mesmo que secundariamente, potencializar as conexões entre as experiências do Uruguai e do Brasil, particularmente envolvendo o estado do Rio Grande do Sul. A consulta das fontes documentais do Departamento de Ordem Política e Social desse estado, as atividades desenvolvidas junto à Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura⁵⁷ e o contato com os depoimentos colhidos dentro do Projeto Memória Digital⁵⁸ reforçaram a percepção da importância que o Uruguai teve para importantes quadros políticos e militantes sociais do Rio Grande do Sul. Tal país foi paradigma de uma sociedade com diferenciado amadurecimento de consciência política e sindical, vitalidade das suas instituições e estabilidade democrática. Sobretudo, a partir de 1964, o Uruguai se tornou “terra livre” para muitos cidadãos brasileiros que lá se exilaram fugindo da repressão desencadeada pela ditadura brasileira. Houve um intenso e profícuo diálogo entre a comunidade exilada e amplos setores democráticos orientais. Montevideú, principalmente, virou local de articulação da resistência brasileira. A experiência dessa articulação serviu de aprendizado para alguns setores da esquerda uruguaia. Assim, o Rio Grande do Sul se tornou “corredor” de passagem ou de saída para o país platino. Só que esse “corredor” não foi

⁵⁷ A Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura existe desde o ano 2000. Foi criada para desenvolver ações de identificação, recepção e preservação de documentos sobre a ditadura brasileira. Tal documentação compõe o Acervo da Luta Contra a Ditadura que, como a comissão de mesmo nome, está vinculada à Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Paralelamente, a Comissão tem desenvolvido cursos, seminários, oficinas e atividades técnicas nas quais me envolvi como interessado e/ou convidado até o ano de 2004, quando me tornei integrante da própria comissão.

⁵⁸ O Projeto Memória Digital foi desenvolvido pelo Acervo da Luta Contra a Ditadura durante os anos de 2002 e 2003. Neste período, foram coletados 42 depoimentos de pessoas que participaram, de diversos âmbitos de atuação, da resistência à ditadura brasileira. Dez desses depoimentos, pelo menos, estão relacionados com a

exclusivo dos militantes perseguidos após o golpe de Estado: os governos de ambos os países também dispuseram seus aparelhos repressivos sobre essa rota de conexão. Foi assim que o Uruguai, ainda em tempos democráticos, se tornou palco não só do exílio brasileiro – assim como, posteriormente, do argentino e do paraguaio -, mas também contou com a presença de espiões e policiais brasileiros que agiam em conjunto ou sob cobertura da polícia local.

Um compromisso metodológico assumido na tese é o de partir de uma perspectiva de processo histórico, de uma história total, onde as diversas instâncias se articulam, se interconectam, formando uma rede de relações cuja lógica deve estar presente para o historiador. Segundo, um compromisso radical com a verdade - sobretudo em tempos de *negacionismo* -, com o real (sem a pretensão de uma apreensão absoluta, mas cercando-a da forma mais objetiva, mais abrangente e mais próxima possível do concretamente vivido), assim como com a produção do conhecimento científico acumulado. Entendemos que são premissas vitais para o trabalho do historiador e ferramentas inestimáveis para desvelar a essência dos regimes de SN. Estes tiveram, durante sua vigência e em relação aos acontecimentos dos quais foram protagonistas centrais, posturas que variaram entre um silêncio sepulcral ou uma desresponsabilização consciente que, em determinados casos, se deu através de uma postura negacionista, pelo menos enquanto inexistiam possibilidades de conectar tal postura com as informações dos sobreviventes das experiências traumáticas das prisões, da clandestinidade, do exílio e daquelas fornecidas pelos familiares dos desaparecidos.

Em função dessas questões, a análise incorpora a preocupação metodológica da História do Tempo Presente, área específica de intervenção dos historiadores, fortalecida nos últimos anos a partir das reflexões de autores como Hobsbawm, Lacouture, Barraclough, entre outros, conferindo-lhe o rigor científico pertinente. Quando Hobsbawm define o tempo presente como o “nosso próprio tempo”,⁵⁹ aponta para essa “história em aberto”, que dificulta uma percepção de mudança ou permanência. Contudo, o “fato”, quando trabalhado numa abordagem crítico-científica de história-processo, não aparece desconexo ou deslocado da realidade do processo histórico que lhe dá sentido. Para que as análises do presente, mesmo parciais e provisórias, não se restrinjam às interpretações desconexas, fragmentadas, desarticuladas e superficiais da “cena contemporânea”, deve-se esclarecer as mudanças básicas de estrutura que funcionam como eixo do contexto analisado.

As dificuldades encontradas na construção da História do Tempo Presente devem ser

realidade dos outros países do Cone Sul entre as décadas de 60 a 80.

⁵⁹ HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 244.

encaradas a partir da perspectiva de que o fundamental é fornecer uma base explicativa que, mesmo efêmera, seja plausível. Desta forma, responde-se, legitimamente, a uma primeira demanda sobre o assunto em questão. Para tanto, deve-se ressaltar o papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história (processo histórico). Isto é fundamental, pois é a partir de uma base analítica que se pode apreender a história como processo e não como fragmentação desarticulada ligando o presente aberto, com todas as suas possibilidades, com o passado mais recente.⁶⁰ Em relação aos regimes de SN, as primeiras tentativas de armar tal “quebra-cabeça” se defrontaram com inúmeras lacunas resultantes das proibições oficiais, assim como de extrema fragmentação da informação disponível e coletada nas difíceis situações do exílio ou da clandestinidade.

Na perspectiva da análise do Tempo Presente, a natureza e a diversidade de fontes existentes, assim como a amplitude da documentação disponível, permite ao historiador realizar os cruzamentos e as verificações correspondentes para estabelecer suas conclusões. No que diz respeito às fontes sobre os regimes de SN, tal problemática está presente e essa preocupação deve ser vital na postura do pesquisador. Tal cautela deve nortear o tratamento a ser dado, por exemplo, aos depoimentos e aos testemunhos, uma das fontes que têm se tornado freqüentes nos últimos tempos. Por mais sedutoras que possam ser essas falas, é fundamental perceber que elas podem ser produto da aplicação consciente de filtros “corretores” ou que podem estar marcadas por “lapsos” que incidem nessa complexa dimensão que é a memória. Justamente, a existência de testemunhas/protagonistas dos acontecimentos, verdadeiros “arquivos vivos”, e a oportunidade de ouvi-los são das particularidades mais valiosas do Tempo Presente. A possibilidade do pesquisador poder contar com a disponibilidade de tal testemunha, trocando informações, fornecendo pontos de vista, aferindo o conhecimento na fase da coleta de dados, da elaboração, da sistematização e até da publicitação dos resultados parciais ou finais, é um trunfo de quem trabalha com períodos históricos recentes. Sem dúvida, constitui-se em uma fonte interativa que afere e interage, enquanto protagonista, com a leitura interpretativa resultante da análise do factual. Contudo, não podem ser utilizados como fonte exclusiva dos acontecimentos em questão, sob risco de produzir leituras idealizadas, parciais, laudatórias, apologéticas, etc.

Situação semelhante ocorre se a pesquisa for baseada exclusivamente em jornais, ignorando os interesses em jogo por detrás das informações contidas nos mesmos, sobretudo se não há uma posição política assumida. Há jornais que permanentemente tiveram que enfrentar a

⁶⁰ CHESNEAUX, Jean. *¿Hacemos tabla rasa del pasado?* 6ª ed. Madrid: Siglo XXI, 1984. p. 202.

tensão resultante da procura de um limitador equilíbrio de sobrevivência entre a ameaça da censura e da autocensura preventiva. Já outros foram orgânicos (em termos políticos, ideológicos e econômicos) das ditaduras e tiveram oportunidade de beneficiar-se de múltiplas formas.

Igualmente, o tratamento dado aos denominados documentos oficiais, cuja lógica interna (informação, contra-informação, pontos de vista, etc.) pode capturar o leitor desatento prejudicando seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica. Por outro lado, pode ocorrer, com as fontes oficiais, um problema de outro teor, ou seja, a existência de limitações importantes quanto ao seu livre acesso, seja em função da falta de sistematização, seja pelas restrições impostas pelas administrações governamentais (o problema concreto da desclassificação dos documentos oficiais). Tal situação conforma, segundo alguns críticos da interpretação do Tempo Presente, uma situação de “história sem arquivo”. Segundo eles, isto inviabilizaria a formulação de uma análise histórica do Tempo Presente diante da impossibilidade de efetuar um levantamento exaustivo das fontes tradicionais.

Para os casos dos regimes de SN, tal crítica é insustentável frente à variedade de materiais existentes que podem ser potencialmente transformados em fontes de pesquisa. Se o cruzamento de fontes é uma necessidade do rigor metodológico da história, esta exigência é essencial quando se trata de analisar processos traumáticos recentes, pois é a única forma de evitar o subjetivismo de protagonistas que estão disputando politicamente um cenário ainda marcado por importantes lacunas e onde se confrontam memórias, justificativas, interpretações e histórias.

O fato de que algumas das explicações plausíveis sobre processos do Tempo Presente permaneçam provisórias não desmerece o esforço por tentar dar sentido a cenários ainda desordenados ou com lacunas. Mesmo com todas as carências evidentes, uma primeira sistematização desse emaranhado de acontecimentos e de informações pode constituir um ponto de partida mais qualificado para futuras análises, assim como posicionamentos da sociedade ao dispor dessa informação (caso das citadas exigências de “Verdade e Justiça” em relação aos antigos regimes de SN). Esta é, logo, uma outra função vital da História do Tempo Presente.

A análise do Tempo Presente demanda, mediante pressupostos teóricos, o dimensionamento, a hierarquização, a contextualização, a inserção e a relação dos eventos com o processo histórico. Sua natureza científica da apreensão está garantida se os historiadores que trabalham nesse campo e com essa abordagem consideram as seguintes operações metodológicas: analisar o acontecimento com profundidade histórica; trabalhar as fontes com rigor crítico e métodos adequados; explicar os fatos, hierarquizá-los e integrá-los numa

perspectiva de processo.⁶¹ Portanto, uma abordagem teórica macro-explicativa (abrangendo e interrelacionando as variadas esferas), processual (fundamentada no passado histórico), estrutural (construindo explicações mais consistentes assentadas nas regularidades para assim identificar as rupturas), global (dimensão essencial do Tempo Presente em função da intrínseca associação entre as diferentes realidades) e dialética.

A inconclusão dos processos analisados constitui um outro problema característico dessa abordagem. Não é o caso, necessariamente, dos regimes de SN do Cone Sul. Há consciência sobre a falta de informação em relação a aspectos pontuais e a questões individuais que se ressentem da falta de esclarecimento, inclusive dos governos posteriores às ditaduras. Tem havido um silêncio institucional, como no Uruguai, onde um “pacto de silêncio” corporativo das Forças Armadas tem contribuído sistematicamente para bloquear a luta da busca da verdade por parte dos familiares e amigos dos mortos e desaparecidos. Se é bem verdade que falta muito por conhecer sobre aquelas experiências repressivas de Seguridade Nacional, as tendências gerais e a essência das mesmas são conhecidas. Isso não significa dizer que a abertura de arquivos oficiais ou o acesso a novos depoimentos de ex-integrantes do sistema repressivo não possam apresentar dados qualitativos que, extrapolando demandas e interesses particulares (por exemplo, das famílias dos desaparecidos), não possam oferecer uma correção na precisão de algumas análises.

O fator inconclusão, na produção deste conhecimento, já decantadas várias décadas, localiza-se, sobretudo, na persistência de interdição dos arquivos oficiais. Porém, essa limitação que reforça o caráter provisório da explicabilidade desses acontecimentos na lógica do Tempo Presente, não pode ser vista como insuficiência da análise, no sentido de não ter caráter científico, e sim especificidade de um método de abordagem na tentativa de dar inteligibilidade inicial a fatos pontuais ainda nebulosos.

A procura de objetividade na história implica na permanência de um componente subjetivo que é imanente a toda produção do conhecimento científico e que exige um estado de alerta, o que pode ser feito através dos seguintes instrumentos: utilização de recursos metodológicos e conceituais adequados; respeito às evidências concretas; elaboração de hipóteses pertinentes; uso de um referencial teórico que capte os movimentos internos do fenômeno e o estabelecimento de relações com outros nexos do real. Tudo isso, emoldurado na rigorosa postura ética do historiador de submeter seus interesses aos cânones da ciência e da

⁶¹ LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 102.

verdade e cotejar os resultados da sua pesquisa com o conhecimento socialmente acumulado. Nesse sentido, a análise dos regimes de SN coloca o desafio não só da contemporaneidade do autor com seu objeto como o fato de, independente de ter consciência disso, estar imerso naquele contexto quando efetivamente ocorreu o processo histórico assim como nos seus desdobramentos posteriores. Com isso, reconhece-se que há carga de lembranças, de sentimentos e de imagens de um cotidiano passado que se torna presente em diversos momentos da pesquisa e da produção do texto. Inegavelmente, há momentos de tensão entre a objetividade do pesquisador e a subjetividade da experiência vivida.

Nesses termos, a ausência de distanciamento entre sujeito e objeto é uma peculiaridade da História do Tempo Presente. Considerando que o observador do Tempo Presente é um contemporâneo do acontecimento, não há como negar a possibilidade da subjetividade, o que exige que a pesquisa deva ter, como uma das suas prioridades, uma permanente ação de objetivação da mesma. Assim, para fugir da armadilha da subjetividade, é fundamental que o historiador esteja munido de uma sólida e rigorosa base teórico-metodológica que lhe possibilite a maior isenção possível, deixando de lado as aparências superficiais dos fatos e dos seus interesses. O aumento da carga subjetiva não inviabiliza a avaliação crítica do fato recente, já que existem instrumentos que permitem promover procedimentos que submetem sua subjetividade na busca de um conhecimento histórico científico, objetivo e, portanto, legítimo. Uma história objetiva não anula o sujeito, mas estabelece com ele uma relação de equilíbrio através dos mecanismos de controle e aferição mencionados, que garantem a legitimidade do que é produzido como conhecimento (científico). A forma legítima de um historiador garantir credibilidade ao emitir opiniões sobre uma base de dados objetivos é fazê-lo através de um trabalho permanente de revisão, verificação e acumulação de conhecimentos parciais.

Outra questão vinculada à produção do conhecimento científico consiste no fato de alguns historiadores assumirem uma atitude de querer julgar o passado em vez de tentar explicá-lo - fato suscitado, provavelmente, por motivações de cunho político-ideológico. Aliás, dependendo do objeto, tais motivações podem ser terrivelmente sedutoras. Entretanto, como indica Carlos Pereyra, a inversão entre o *por quê* e o *quem é o culpado* confunde o objeto e o objetivo da ciência histórica.⁶² Levantar dados, relacionar fatos, explicar processos e avaliar os resultados dessas operações mentais fundamentam uma consistente contribuição da história à produção de conhecimento científico e, conseqüentemente, à sociedade. Fora disso, corresponde a outras instâncias dessa sociedade desempenhar certas tarefas e assumir determinadas

⁶² PEREYRA, Carlos. Historia, ¿para qué? In: PEREYRA, Carlos et al. **Historia, ¿para qué?** México: Siglo XXI, 1982. p. 11.

responsabilidades como a de querer julgar. Quer dizer, o conhecimento produzido pelas pesquisas sobre os regimes de SN permite que a sociedade possa usá-lo, se for do seu interesse, para levar adiante suas exigências de verdade e justiça. Esta pode ser uma contribuição social importante da pesquisa, mas tal decisão não cabe ao historiador nem pode ser o motivo essencial da mesma.

A natureza das fontes utilizadas na pesquisa é diversa. Além das fontes bibliográficas e jornalísticas, outros dois conjuntos de arquivos essenciais foram trabalhados: os arquivos sobre a repressão e os arquivos repressivos.⁶³ Em relação aos primeiros, são produto da ação das organizações de direitos humanos e se compõem, fundamentalmente, de testemunhos e depoimentos de sobreviventes, listagens de vítimas, de repressores (“vitimários”) e de locais de detenção (legais ou clandestinos). É o resultado da iniciativa dos “empreendedores da memória”, grupos de pessoas que assumem a iniciativa de recuperar informação para resolver casos individuais e/ou levar adiante denúncias coletivas.

Os Arquivos da Repressão podem ser compostos de duas categorias de documentos. De um lado, o conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência repressiva estatal, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais. Do outro lado, estão os documentos produzidos pelas forças de segurança durante as ações repressivas (batidas policiais, seqüestros, interrogatórios, torturas, etc.): dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões, ordens de serviço, etc. É a documentação produzida pelas cadeias de mando das forças de segurança, num trabalho meticuloso e burocrático que, muitas vezes, contém falsa informação. A informação extraída e acumulada circulou por toda a rede do sistema repressivo estatal como documento que se tornou prova irrefutável sobre a culpabilidade de todo e qualquer suspeito de “subversão”. A mesma informação foi compartilhada com os demais países do Cone Sul e com os EUA na lógica da conformação da coordenação repressiva internacional.

O debate sobre a existência ou não destes arquivos, da sua destruição pelas forças de segurança⁶⁴ e sobre as dificuldades dos governos democráticos em torná-los públicos ou de tornar menos rígida a legislação pertinente são parte dos problemas com os quais se

⁶³ Sobre esta questão, ver: Da SILVA CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (comps.). **Los Archivos de la Represión: Documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002; GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. **Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos**. Paris: UNESCO, s. d.; BOCCIA, A., LÓPEZ, M. H. PECCI, A. V.; JIMÉNEZ, G. **En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del Operativo Cóndor**. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002.

⁶⁴ Fato pouco provável de ser certo, pois construiria um “suicídio institucional” de uma comunidade de informações cuja essência e justificativa existencial é, justamente, produzir informação. Se houve destruição,

defrontam, na atualidade, os pesquisadores. Entre as dificuldades percebidas, há também a possibilidade de encontrar arquivos “infiltrados”, fato de difícil aferição, que coloca sob suspeita acervos inteiros.

Também há uma questão muito peculiar relacionada com o fato de que tais documentos constituem “material sensível”, ou seja, são portadores de informação delicada em função da possibilidade da exposição de vítimas e “vitimários”. Se for documentação inverídica que registra falsos testemunhos e manipula informação, obriga às organizações de direitos humanos a assumirem uma ofensiva de esclarecimento e de manifestações de indignação, particularmente para as vítimas e seus familiares. Porém, em caso de que essa documentação não seja falsa, pode revelar, em relação às vítimas sobreviventes, memórias traumatizadas e escondidas, lembranças apagadas. Pode trazer de volta imagens e sensações de dor, humilhação, constrangimento; talvez, a exposição de fragilidade, de claudicação. São reações das vítimas diante da provação, da ameaça de violência e da aplicação da violência propriamente dita. Trata-se da angústia de que se tornem públicos comportamentos que foram provocados pela aplicação do terror na forma mais direta e brutal; há o temor de que, descontextualizados, tais comportamentos possam ser incompreendidos e seja atingida a imagem que a vítima construiu ou teve construída como sobrevivente. Desde a perspectiva das vítimas, a exposição pública desse “material sensível” sobre aquele período das suas vidas pode gerar nova experiência traumática, e esta, por sua vez, atingir os mecanismos de defesa (inclusive frente ao seu entorno mais imediato), construídos para enfrentar a retomada da vida cotidiana após tal sofrimento. Portanto, há uma discussão ética que diz respeito à tênue fronteira entre o que é de foro privado e o que é de tratamento público.

Em geral, as organizações de direitos humanos consideram que, no caso das vítimas, deve haver o consentimento destas para qualquer divulgação de informação e/ou documentação a seu respeito, evitando situações constrangedoras das mesmas. Quanto aos “vitimários”, confirmada a veracidade das informações, as organizações consideram desnecessária tal preocupação, pois foram eles os que, mediante tratamento desumano, causaram e continuam causando, nas memórias das vítimas, constrangimento e dor. Também entende-se que eles têm sido sistematicamente preservados pelos mecanismos da impunidade, da imunidade e da desmemória.

Por outro lado, a importância dos arquivos está vinculada a uma tripla dimensão: histórica, política e administrativa. Em termos históricos, implicam na possibilidade de

desenvolver a pesquisa dos acontecimentos na produção de conhecimento histórico e na sua socialização. Em termos políticos, possibilitam que a sociedade, de posse desse conhecimento, como já foi dito, se posicione sobre tais acontecimentos e, se assim o entender, responsabilize os culpados e apele à justiça. Ainda dentro desta dimensão, o conhecimento desse passado pode gerar “ações pedagógicas” que reforcem o caráter democrático e a necessidade de não esquecer. Em termos administrativos, as pessoas que se sentem prejudicadas individualmente pelas ditaduras podem exigir, junto à justiça, direitos de reparação, restituição de empregos ou de bens, despenalização, fim dos expurgos, etc., o que significa a possibilidade de reconstruir memórias “lastimadas” pela tortura, pela perseguição política e pelo exílio. Neste caso particular, a existência de documentos gerados pelo sistema repressivo para, originalmente, perseguir e condenar às vítimas, pode ser utilizado, após o final da ditadura, para mostrar que aquelas foram vítimas do sistema repressivo; ou seja, o mesmo documento pode servir para desempenhar um papel diametralmente oposto ao qual foi concebido. Feito para acusar e punir sua posterior existência se torna prova incriminatória contra o TDE.

Deve-se esclarecer ainda que não se pode ter a expectativa de que esses documentos, quando revelados, se tornam portadores de uma cristalina verdade ou trazem informações essenciais ou grandes novidades e descobertas. A própria legitimidade das mesmas deve ser questionada, pois são informações que, quase sempre, foram arrancadas das vítimas em situações constrangedoras, sob forte coerção ou, então, elaboradas por funcionários estatais (policiais, militares, diplomatas, médicos, funcionários públicos, etc.) que mantiveram deliberadamente ou organizaram e transmitiram a informação de acordo com seus interesses e simpatias, dos seus chefes ou das instituições em que desempenharam funções. Como já foi afirmado antes, a validade de tais documentos para a pesquisa se dá na medida em que são cruzados com outras fontes como forma de aferir a veracidade de informações. Por outro lado, geralmente confirmam informações gerais que circulavam durante a ditadura, como suspeita ou denúncia, o que confere valor de prova judicial que legitima, definitivamente, aquelas informações gerais. Ou seja, os documentos elaborados pela repressão, além de ajudar a precisar questões pontuais/individuais, conferem legitimidade e credibilidade às denúncias.

No Uruguai, o informe “Uruguay Nunca Más”, publicado pelo *Servicio Paz y Justicia*, considera o período da ditadura como sendo uma etapa de “guerra não-documentada”. As organizações de direitos humanos conseguiram acesso escasso a documentos e arquivos oficiais; desconhece-se a existência física de algum arquivo que contenha ordens, mecanismos e modos de ação do aparato repressivo. Os militares uruguaios,

durante muito tempo, negaram os fatos denunciados. No período posterior à ditadura, os governos democráticos se negaram a prestar informações à opinião pública interna e aos fiscais argentinos que investigaram a atuação de repressores uruguaios em território argentino no marco da Operação Condor. O que há são depoimentos de alguns ex-integrantes das forças de segurança que abandonaram as mesmas durante o período discricionário e denunciaram a política repressiva estatal. Nos últimos anos, o debate tem sido animado com novos depoimentos de alguns oficiais que, a título de iniciativa pessoal, vieram a público dar a sua versão dos acontecimentos.⁶⁵

Entretanto, o pronunciamento das instituições militares e policial, quando ocorreu, reforçou a legitimidade dos atos praticados durante a ditadura. Quanto à possibilidade de fornecer dados e documentos ou diante da mera possibilidade de colaborar com a entrega de informações, pelo menos aos familiares de desaparecidos, até o início do ano 2000, mostraram-se sempre inflexíveis. Precisamente nesse ano, o comandante do Exército, tenente-general Juan Geymonat, informava não saber “si hay archivos sobre los desaparecidos, si los hubo y fueron destruidos o en algum momento esto puede haver ocurrido”. Mas há um fato concreto que contradiz essa afirmação institucional. Se existem documentos produzidos pelas ditaduras argentina e brasileira, onde se verifica importante fluxo de informações com a ditadura uruguaia (caso da documentação do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - do Rio Grande do Sul), é evidente que existiram pedidos de busca, telegramas, cartas, mensagens originados no Uruguai, assim como respostas às demandas das autoridades dos governos vizinhos. Inferência semelhante se depreende da análise dos documentos desclassificados dos EUA.

É evidente que as posturas de inflexibilidade encontradas nas Forças Armadas, até recentemente,⁶⁶ são o resultado dos desdobramentos ocasionados pelo TDE quanto à imposição de uma impunidade e de uma imunidade que foi pretendida como perpétua para os responsáveis da violência estatal. Para os pesquisadores, a interdição desses arquivos constitui mais um desafio a ser encarado dentro das dificuldades pertinentes à análise desse regime.

As fontes principais que deram sustentação a esta tese resultaram da pesquisa

⁶⁵ Casos dos oficiais da Armada, Jorge Trócoli, e do Exército, Oscar Pereira. O primeiro publicou a carta *Yo asumo... yo acuso (Brecha, 10/05/96)* e o livro *La ira del Leviatán* (Montevideo: Revista Tres, 1996). O general Pereira escreveu, recentemente, *Recuerdos de un soldado oriental* (Montevideo: edição do autor, 2004).

⁶⁶ A vitória eleitoral do candidato Tabaré Vázquez, da Frente Ampla, nas eleições presidenciais de 2004, e o início da sua administração pareceram indicar que a posição institucional das Forças Armadas, no que se refere a algumas questões vinculadas ao período repressivo, estaria mudando. É o que indicava uma certa concordância das autoridades militares em colaborar no fornecimento de informações sobre os casos de desaparecimento e a localização dos seus restos. Entretanto, até outubro de 2005, tal fato não se havia confirmado. De todas as formas, os militares ou policiais responsáveis pelas mortes e desaparecimentos, estão protegidos pela *Ley de*

realizada, principalmente, junto aos seguintes arquivos:

a) *Centro de Documentación y Biblioteca “Luis Perez Aguirre”*, do *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ/Uruguay). Constituído por diversos acervos sobre a temática geral dos direitos humanos, possui acervos específicos de periódicos, boletins, jornais e bibliografia específica sobre a ditadura uruguaia e demais experiências de SN da região. Igualmente, há inúmeros trabalhos especializados desde campos diversos do conhecimento que focalizam a questão da memória, das seqüelas da repressão, dos sobreviventes e familiares de vítimas, etc. Na modalidade documentos, são particularmente importantes os depoimentos e testemunhos de vítimas, familiares de desaparecidos e ex-integrantes das forças de segurança.

b) Acervo da Luta Contra a Ditadura, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. De fundamental interesse são os Fundos Documentais da Secretaria de Segurança Pública/Seções de Ordem Política e Social (SOPS), o Acervo Omar Ferri e os depoimentos colhidos dentro do Projeto Memória Digital.

Particularmente, a documentação do SOPS confirma o fluxo de informações no Cone Sul nas décadas de 60 e 70.⁶⁷ O corpo documental, apesar das lacunas temporais/espaciais e da fragmentação das séries existentes, expressa, quanto à informação solicitada, padrões de coleta, codificação, organização e divulgação da mesma, áreas de atuação e de interesse da comunidade de informação brasileira e traços da rede internacional. Há relatórios sobre entrada ou presença de estrangeiros procurados pelos serviços de inteligência dos seus países. Há pedidos de informação, busca e localização, informações sobre expulsão de estrangeiros, divulgação de nomes de brasileiros exilados e dados sobre suas atividades no exterior, etc. Tal documentação ajuda a confirmar que, mesmo antes da generalização de ditaduras pela região, já havia colaboração entre os serviços de informação dos diversos países através de uma rede de contatos, repressão e controle.

Quanto ao Arquivo Pessoal Omar Ferri (APOF), ele é constituído por centenas de documentos e notas de jornais centralizados no caso do “seqüestro Lilian

Caducidad de la Capacidad Punitiva del Estado. Lei confirmada em plebiscito em 1989.

⁶⁷ Ver especialmente o Fundo Documental: Secretaria de Segurança Pública - Sub-fundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / Delegacias Regionais / SOPS Série nº 1 Coleta e Processamento de Informações, Sub-séries nº 1 e nº 2.

Celiberti-Universindo Dias”.⁶⁸ Possui depoimentos, correspondência, inquéritos administrativos dos policiais gaúchos envolvidos, material de imprensa internacional, registro de campanhas de denúncia do seqüestro e pela libertação das vítimas, anotações pessoais, etc. Há material sobre a situação da ditadura uruguaia e também sobre a argentina e a chilena, extrapolando o caso pontual e permitindo visualizar o fenômeno e suas implicações no contexto regional.

c) Arquivo eletrônico argentino *Nunca Más* (nuncamas.org), vinculado à *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP). O site disponibiliza centenas de documentos sobre legislação repressiva, documentos militares, discursos das autoridades repressivas, documentos e resoluções internacionais, testemunhos e depoimentos, listagens de vítimas, de repressores, de centros legais e clandestinos de detenção e de desaparecimento, etc. Muitos desses documentos fornecem informação direta ou indireta sobre a coordenação repressiva entre Argentina e Uruguai e sobre a perseguição aos exilados e refugiados uruguaios naquele país.

d) Arquivo eletrônico do *National Security Archive* (NSA), organização não-governamental sediada na *The George Washington University* (gwu.edu/~nsarchiv/nsa), que disponibiliza os documentos desclassificados pelo governo dos EUA sob a prerrogativa da Ata de Liberdade de Informação. Em 2002, foi disponibilizado um conjunto de mais de 4 mil documentos sobre a ditadura argentina, entre os quais, 870 dizem respeito à situação de cidadãos uruguaios na Argentina. São documentos que circularam dentro da rede formada pelas embaixadas dos EUA na região, o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa e seus contatos nos governos repressivos, geralmente os embaixadores em Washington ou alguns militares locais que serviam de elo de ligação com as ditaduras da região. Quanto aos documentos, são memorandos elaborados pelos funcionários das embaixadas estadunidenses (civis e adidos militares) ou agentes de inteligência, telegramas e correspondência interna, assim como as orientações específicas do governo norte-americano para suas embaixadas. Também há intensa circulação de material produzido por organizações de resistência e/ou denúncia, interna ou externa,

⁶⁸ Seqüestro dos cidadãos uruguaios Lilian Celiberti, Universindo Dias e dos filhos de Lilian, as crianças Camilo e Francesca, ocorrido em Porto Alegre em 1978.

quanto às condições de sobrevivência sob os regimes ditatoriais. Sua publicitação permite aferir o grau de conhecimento e de envolvimento do governo estadunidense com a situação da região e verificar a existência de uma rede de informação, onde os EUA aparecem também como alimentadores da mesma.

e) Legislação do Poder Legislativo da República Oriental do Uruguai. Trata-se da legislação disponibilizada em arquivo eletrônico. Particularmente, interessam as leis produzidas no período constitucional de 1968 a junho de 1973, além das produzidas pelo Conselho de Estado instalado pela ditadura e que funcionou durante sua vigência.

f) Salienta-se também a importância do jornal *La República* e do semanário *Brecha*, ambos surgidos depois do fim da ditadura. São, até hoje, fonte permanente de informações a respeito daquele passado e da memória histórica do regime repressivo e, sobretudo, das questões em aberto relacionadas com os direitos humanos. Também deve registrar-se a importância do semanário *Marcha*, valioso instrumento de análise crítica contra o crescente autoritarismo a partir do final dos anos 60 e que foi definitivamente proibido pela ditadura em 1974. Finalmente, destaca-se o mensário gaúcho *Coojournal*, publicado pela Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre entre 1976 e 1983, com acentuada perspectiva latino-americana, onde as denúncias contra as ditaduras da época, sobretudo a uruguaia, ocuparam um espaço significativo.

g) Arquivo pessoal do autor, constituído de bibliografia, periódicos, material jornalístico, documentos de organizações políticas e sociais, filmes, documentários, registros fonográficos, materiais de arquivos eletrônicos, etc.

O trabalho está estruturado em oito capítulos, um de precisão conceitual, três de contextualização vinculada com a montagem da infra-estrutura do Terror de Estado e quatro correspondentes às modalidades de manifestação do mesmo.

No primeiro capítulo, realiza-se a discussão sobre o conceito de Terror de Estado distinguindo a violência por ele praticada daquela que, como aparato coercitivo, é encontrada nos regimes democratas. Resgatando a contribuição historiográfica, avaliar-se o seu sentido geral, seus objetivos e suas características e a dimensão concreta das experiências implementadas no Cone Sul pelos regimes de SN e a imbricação desta com os preceitos da

Doutrina de Segurança Nacional.

O segundo capítulo avalia as múltiplas conexões que se estabeleceram ou se aprofundaram entre a região e os EUA, desde o final da Segunda Guerra Mundial, destacando aquelas que, combinadas com as contradições internas de cada situação nacional, se tornaram estratégicas na montagem e no amadurecimento das condições que levaram à espiral autoritária e à imposição das ditaduras de SN.

O terceiro capítulo estabelece a leitura crítica do desenvolvimento histórico uruguaio, destacando desde o período de aguçamento da sua crise econômico-social até o golpe de Estado de junho de 1973 (o denominado golpe em “câmara lenta”). Centrada no governo de Jorge Pacheco Areco, na conjuntura eleitoral de 1971, e no período constitucional de Juan María Bordaberry, a análise destaca a deterioração democrática, a implementação de um autoritarismo crescente - numa conjuntura de radicalização do confronto social - e as primeiras manifestações repressivas, que anunciam o terror implementado como política de Estado a partir da instalação da ditadura.

O quarto capítulo focaliza o período da ditadura propriamente dita, que inicia com a peculiar participação direta do próprio presidente eleito. Analisa a ofensiva simultânea contra uma ordem reformista em crise e as exigências de mudança estrutural propostas desde a esquerda. Resolvido o impasse, procura-se impor um projeto de refundação nacional, uma nova ordem, promovida por setores civis e militares e sustentado nas premissas gerais da DSN. Ressaltam-se ainda fases diferentes, representando objetivos e possibilidades, que variam de acordo com as mudanças conjunturais resultantes da dinâmica interna e das inflexões externas.

No quinto capítulo, analisa-se o modo como o TDE se projeta pelo conjunto da sociedade, extrapolando os estreitos limites do “inimigo interno”. Para tanto, escolheu-se, como campo de análise, a interdição do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, a imposição da lógica da Justiça Militar sobre a população e a disseminação do TDE, de forma avassaladora, no campo da educação e da cultura.

O sexto capítulo está centralizado nas modalidades repressivas mais visíveis da aplicação do TDE, ou seja, na prática massiva da tortura, na política de encarceramento massivo (*gran encierro*) e na especificidade da política de reféns, exemplos da extrapolação e manutenção da “guerra interna”, mesmo quando o inimigo já se encontrava “militarmente” derrotado, reduzido, cativo. Este procedimento permitiu ao sistema a inclusão de novas gerações de quadros das forças de segurança, associando-os à grande cruzada anticomunista e tornando-os cúmplices da dinâmica repressiva.

O sétimo capítulo refere-se ao fenômeno dos desaparecimentos. Inicia com uma avaliação da trajetória dessa ação repressiva a partir de ocorrências em outros contextos e em outras regiões. Depois, tais ocorrências são sintetizadas pela lógica contra-insurgente aplicada na América Latina pelos regimes de SN. Embora esta modalidade repressiva não seja, necessariamente, a principal marca da ditadura uruguaia, ocupou um lugar importante durante sua existência e se tornou, após a mesma, no maior fator de reivindicação e de denúncia da sociedade, a partir da persistência da impunidade resultante dos crimes cometidos por aquele regime. Por isso, a preocupação em dimensionar essa ação dentro da dinâmica do TDE aplicado no Uruguai. Como prática mais refinada da repressão estatal, o desaparecimento de pessoas se inseriu numa dinâmica maior de seqüestro, com a detenção clandestina, desaparecimento forçado e silenciamento, o que implicou em suporte de infra-estrutura, equipes especializadas de funcionários repressivos, participação das Forças Armadas, envolvimento direto e indireto da diplomacia, comprometimento dos meios de comunicação que, coniventemente, silenciaram e toda uma estrutura montada para encobrir tais fatos e para impedir que essa verdadeira “caixa de Pandora” permanecesse intocável após o fim da ditadura.

O último capítulo relaciona-se à denominada coordenação repressiva internacional - em ação na região desde o início dos anos 60 - que é orgânica durante a vigência dos regimes de SN e visível, posteriormente, em algumas situações pontuais. Inicia na colaboração dos governos uruguaiois com as ditaduras vizinhas da Argentina, Brasil e Paraguai, vigiando seus exilados em território oriental, e acentua-se com o colaboracionismo militante dos governos Pacheco Areco e Bordaberry, já inseridos dentro da lógica da defesa hemisférica e da noção de fronteiras ideológicas. Com o advento da ditadura, em 1973, simultaneamente à instalação da ditadura Pinochet no Chile, uma nova frente binacional de colaboração e articulação repressiva se estabelece; a posterior queda do governo de Isabel Perón na Argentina (março de 1976) completa o quadro para a decolagem da Operação Condor, da qual a ditadura uruguaia será uma das maiores protagonistas. O capítulo incide na perseguição de exilados uruguaiois, sobretudo na Argentina, particulariza a ação do seqüestro, desaparecimento e apropriação de crianças, assim como o “seqüestro dos uruguaiois” em Porto Alegre, em 1978, concluindo com a avaliação do envolvimento dos Estados Unidos nessa dinâmica de coordenação e colaboração repressiva.

CAPÍTULO 1

TERROR DE ESTADO

Entre as características do “Estado moderno”, destacou-se sempre, como fundamental, a de ser detentor do monopólio da violência, tanto para fora, na defesa contra os inimigos externos na guerra, como para dentro, atuando contra os inimigos da ordem social estabelecida pela polícia e pela justiça.

Neste último terreno, a ação do Estado combina a defesa dos súditos contra a delinquência (mediatizada pelo fato de que é ao Estado que corresponde, em última instância, definir o que deve ser considerado delinquência), com a proteção dos grupos dominantes da sociedade contra a “subversão” a que podiam sentir-se tentados os dominados [...].

Josep Fontana¹

A los vencedores no se les pone condiciones.

Teniente-general Queirolo²

1.1 - DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E TERROR DE ESTADO

Na origem das ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional (SN), situam-se dois fatores geradores de inúmeros desdobramentos e que nas suas possibilidades de combinação constituem elementos elucidativos para a compreensão dessas experiências. De um lado, o fator repressivo de tais sistemas decorreu da pressão exercida pelo capital internacional e pelas elites locais, para a imposição de um novo modelo de acumulação. Por outro, os regimes de SN resultaram da radicalização das contradições de classe e do avanço de projetos reformistas ou revolucionários, principalmente, a partir da vitória da Revolução Cubana.³

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é a rejeição da idéia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa o que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que

¹ FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da história geral**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 269.

² CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve historia de la dictadura**. 2ª ed. Montevideo: Banda Oriental, 1998. p. 72.

³ SCHULZ, William. Estados Unidos y el terror contrarrevolucionario en América Latina. In: PIETERSE, J. et al. **Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU**. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 117; CUEVA, Augustín. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983. Cap. 12.

aponte à existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificada como nociva aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatida como tal. Mais do que isso, tal coesão política pressupõe o fim do pluralismo político, condição essencial para a resolução dos conflitos e de seus elementos centrífugos.

Em realidade, isso fundamenta-se na pretensão dos dirigentes do Estado em identificá-lo com a Nação, expressão maior de uma unidade que deve inibir a existência real de contradições. Tal determinação, por parte de setores vinculados à DSN, expressa o objetivo de despolitização e desmobilização social, tão característicos desses regimes militares, como apontado nas análises de Guillermo O’Donnell sobre os Estados Burocráticos-Autoritários. Desta forma, esvaziada das suas contradições mais visíveis, a sociedade se dilui numa Nação anunciada como homogênea, com uma única vontade, com um único projeto:

O Estado capitalista é confundido com a Nação. [...] O Estado de Segurança Nacional é proposto à população como a própria encarnação de toda a Nação. As ações do Estado são apresentadas, em princípio e a priori, como expressões do pensamento e da vontade nacional, sem que os diversos segmentos da sociedade como um todo sejam ouvidos, consultados e considerados.⁴

Assim, a Nação constitui um Estado, um território e uma comunidade que compartilha e defende sua concepção de mundo e seus valores - basicamente ocidentais e cristãos. Aquele que discordar publicamente dessa perspectiva é encarado como um “inimigo” e, portanto, pode e deve ser excluído do corpo nacional, sendo justificado seu combate pelo Estado. Para o caso uruguaio, pode-se citar o seguinte exemplo:

La amenaza más grave contra el cuerpo de la Nación es el peligro de intrusión de ideologías extrañas a la mentalidad popular que [...] pretende propiciar y justificar la destrucción total de lo existente como precio de un mañana utópico nunca bien definido. El pueblo debe entonces asumir la responsabilidad de su propia defensa para desenmascarar y destruir las múltiples formas de tal clase de agresión.⁵

Segundo tal afirmação, o perigo é identificado nas “ideologias estranhas”, forâneas, externas, diferentes das locais. Pelo desdobramento dos fatos históricos, constata-se que aqueles cidadãos que acabaram identificados internamente com essas “ideologias estranhas” foram tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional, uma vez que não

⁴ Documento de Recife do XII Congresso Brasileiro de Comunicação Social. Citado por BAUMGARTNER, Jose Luis; DURAN MATOS, Jorge; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos. A história da repressão no Uruguai**. Porto Alegre: Tchê, 1987. p. 133.

⁵ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. **Las Fuerzas Armadas al pueblo oriental**. T I. **La subversión**.

compartilhavam nem defendiam a tradição política (da elite) local. O que se resume na idéia de que: “Todo ser vivo - y la Nación es un ser vivo - debe, si quiere subsistir, defenderse contra todo aquello que pueda dañarlo, en si mismo, como desde afuera.”⁶ É por isso que o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado “subversivo”, inimigo e, na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e não tem direito de pertencer à Nação. Desta forma, se justificam os defensores da doutrina na Argentina, como o general Videla: “Yo quiero significar que la ciudadanía argentina no es víctimas de la represión. La represión es contra una minoría a quién no consideramos argentina.”⁷ De forma ainda mais explícita, o Comandante da Gendarmeria, Agustín Feced afirmou: “No puede, no debe reconocerse condición de hermano al marxista subversivo terrorista, por el hecho de haber nacido en nuestra patria. Ideológicamente perdió el derecho de llamarse argentino.”⁸

Neste quadro, um procedimento pertinente consiste em rastrear as orientações, os valores, enfim, tudo o que faz parte do componente ideológico que os regimes de SN impuseram e disseminaram entre as gerações mais jovens, através dos manuais escolares obrigatórios de Moral e Cívica. Nestes, são apresentados como sinônimos, com base na interpretação da DSN, os conceitos de Pátria, Nação e Estado.

La Patria

Velar por la seguridad de la Patria es velar por tu integridad y la de ella.

La Patria es Orden. El orden es regla y esencia del universo todo; sin él no se logra.

Por ello debemos comprender que vivir libres presupone vivir dentro de un orden lógico de respecto por la vida de los demás, respecto en los legítimos intereses de cada persona, jamás será sinónimo la vida democrática de confusión de libertad con libertinaje y menos con entrevero.⁹

La Patria es, entonces, una unidad de destino en lo universal, y cada individuo portador de una misión particular en la armonía del Estado. No caben disputas de ningún género, el Estado no puede ser traidor de su tarea, ni el individuo puede dejar de colaborar en la suya en el orden perfecto de la vida de su país. El individuo interviene en el Estado, como cumplidor de una función, por tener una profesión, un oficio, una familia.¹⁰

Além da reafirmação da Pátria (Nação) como unidade, destaca-se a função disciplinadora que está implícita na sua aceitação. Trata-se de formar as novas gerações

Montevideo: 1977. p. 13.

⁶ Idem, p. 12.

⁷ GAYOSO, Andrea. **La Doctrina de Seguridad Nacional**. Montevideo: Librosur, s. d. p. 19.

⁸ Idem, p. 20.

⁹ NOBLÍA, D.; MÁRQUEZ, G. Educación Moral y Cívica. Primer Curso. Apud: “Ideología de la educación uruguaya actual” (I), *Jaque*, Montevideo, 30/03/84, p. 18.

¹⁰ CORCHS, S. Educación Moral y Cívica. Primer Curso. Apud: “Ideología de la Educación uruguaya actual” (I), idem.

inculcando-lhes valores como fidelidade, docilidade, obediência e disciplina. Ressalta-se que, na conclusão da segunda citação, há uma mensagem explícita de que se quer indivíduos produtores e pais de família, em detrimento de sujeitos cidadãos e conscientes. Cabe salientar ainda que a educação foi usada como mecanismo de divulgação dos elementos constitutivos da DSN e de redefinição de características, objetivos e práticas autoritárias, através de programas, de normas disciplinárias impostas simultaneamente à substituição massiva de professores. Tudo combinado com medidas repressivas, com o constrangimento sofrido pelo corpo docente e com uma quase militarização dos espaços escolares e acadêmicos, o que gerou crescente isolamento e perda de cidadania.¹¹ A DSN associou diretamente, o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por idéias e influências “estranhas” (externas), com o comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. Extrapolando a leitura da Guerra Fria, a América Latina, durante os anos 60 e 70, foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes locais. Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a idéia de que socialismo e democracia eram incompatíveis. Outra associação identificou as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista. A força desta relação se expressaria, mais tarde, na afirmação da embaixadora dos EUA na ONU, Jeane Kirkpatrick: “As revoluções são feitas com os fuzis dos terroristas”.¹² Conseqüentemente, a constante ampliação do guarda-chuva do anticomunismo fez com que aumentasse, o espectro dos suspeitos de tentar agredir o “mundo livre”.

A identificação de um “inimigo interno” que visava desestabilizar as relações do seu país com os EUA, produzindo mudanças, ratificou a necessidade de sua eliminação, enquanto foco de tensão. Tal situação implicou em introjetar, nos marcos nacionais, a realidade conflitiva da Guerra Fria. A defesa dos interesses estadunidenses na América Latina - sua zona de influência abalada desde 1959 - levou a superpotência capitalista a considerar a política interna de cada país da região como extensão da sua política externa, ou seja, os assuntos de segurança interna desses países passaram a ser entendidos como sendo da sua segurança. Sendo assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da idéia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada. A mesma,

¹¹ CAMPODÓNICO, Silvia; MASSERA, Ema; SALA, Niurka. **Ideología y educación durante la dictadura. Antecedentes, proyecto, consecuencias.** Montevideo: Banda Oriental, 1991. p. 144.

¹² PANKOV, Y. (Org.). **El terrorismo político. Inculcación al imperialismo.** Moscú: Editorial Progreso, 1983. p. 137.

em função das particularidades do “inimigo interno”, da periculosidade e dos desdobramentos da ação dos mesmos, devia ser enfrentada e transformada em “guerra total”, na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos “defensores” da unidade nacional e do “mundo livre”.

Junto a esta motivação de ordem política, ideológica e estratégica, há um outro elemento essencial para compreender a forma tão violenta que assumiu o confronto aos setores portadores de projetos de mudança (em um campo difuso onde se manifestam forças populistas, nacionalistas, reformistas e/ou revolucionárias). Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA, através da Conferência de Bretton Woods e do Plano Marshall, deram início ao processo que configurou uma verdadeira “*norte-americanização* da economia internacional.”¹³ Através desses mecanismos, garantiram a recuperação da Europa e do Japão, através de uma complexa rede de interconexão econômica, mantendo, contudo, seus índices de produtividade aproximados aos da guerra. Se a Europa recuperou rapidamente um novo ciclo de crescimento, cabe lembrar, entretanto, que perdeu a primazia mundial no sistema capitalista para os EUA. Por conseguinte, além de garantir a recuperação do pós-guerra, o acordo de Bretton Woods e o Plano Marshall asseguraram um enorme crescimento produtivo e uma grande acumulação de capitais nos EUA, o que garantiu sua indiscutível supremacia no mundo capitalista.

Como decorrência deste quadro de reordenamento de poder e de hegemonia estadunidense no bloco capitalista, a política externa dessa potência se preocupou, cada vez mais, com a necessidade de garantir a “quinta liberdade”¹⁴, o que, para Noam Chomsky¹⁵, traduz-se no direito de saquear e de explorar e, quando ameaçado, no uso da força e da violência para se proteger. Em 1948, George Kennan, chefe do grupo de planejamento do Departamento de Estado, em um documento de circulação interna havia dito que:

[...] poseemos cerca del 50 por 100 de la riqueza mundial pero sólo un 6,3

¹³ TRIAS, Vivian. **Historia del imperialismo norteamericano**. Buenos Aires: Peña Lillo, 1975, v. 3, p. 204.

¹⁴ Em janeiro de 1942, logo após os EUA entrarem na guerra, o presidente Roosevelt apresentava, na sua mensagem anual ao Congresso, o discurso sobre as “Quatro Liberdades”. O mesmo anunciava que os aliados lutavam pela liberdade de expressão, pela liberdade de culto, para serem livres de necessidades e, finalmente, livres de temor. CHOMSKY, Noam. **La quinta libertad**. Barcelona: Crítica, 1999. p. 75. Em relação à liberdade de expressão, Roosevelt afirmava que o objetivo era garantir a liberdade de palavra em todas as partes do mundo. Quanto à liberdade da necessidade, implicava em acordos econômicos que assegurassem a *todas* as nações uma saudável existência pacífica. A libertação do medo implicava em uma redução mundial de armamentos de tal forma “que nenhuma nação se achará em posição de praticar um ato de agressão física contra qualquer vizinho - em qualquer parte do mundo.” (Discurso de Franklin D. Roosevelt sobre as “Quatro Liberdades” - 6 de janeiro de 1941. In: SYRETT, H. (Org.). **Documentos históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 303-307. Considerando as tensões que assolaram a América Latina nas décadas de 60 a 80, as justificativas de Roosevelt para essas “liberdades” tornam-se, no mínimo, curiosas (e contraditórias).

¹⁵ CHOMSKY, op. cit.

por 100 de su población [...]. En esta situación, no podemos evitar ser objeto de envidias y resentimientos. Nuestra tarea principal en el próximo período consiste en diseñar un sistema de relaciones que nos permita mantener esta posición de disparidad sin ningún detrimento positivo de nuestra seguridad nacional.¹⁶

Em 1950, Kennan alertou, também, para o perigo que as “nossas matérias-primas” (referindo-se às latino-americanas) tinham de cair nas mãos de governos nacionalistas, que poderiam tentar prejudicar os EUA em benefício do bem-estar da sua população. Ele aconselhava que, diante dessa possibilidade os EUA não deviam vacilar em apoiar uma repressão policial exercida pelos governos amigos.¹⁷ O enunciado da “quinta liberdade” e a determinação de garanti-la, como mecanismo inerente ao processo de “*norte-americanização* da economia mundial”, levou ao intervencionismo militar e a um aprofundamento do caráter subordinado das economias periféricas.

A combinação dos fatores macro-estruturais acima delineados, com os fatores político, ideológico e estratégico - respeitando as especificidades da dinâmica interna, bem como sua relação com a dinâmica externa - consolidou, como opção e orientação, a contra-insurgência - ações dirigidas pelo Estado destinadas à eliminação dos focos de contestação ao *status quo* existente. Tendo como objetivo a estabilidade e a defesa dos interesses das elites locais e do governo dos EUA, esta não foi uma modalidade isolada ou restrita às questões internas de cada país. Pelo contrário, a contra-insurgência articulou redes regionais de segurança coordenadas, nos estratos superiores, pelos EUA.¹⁸ É importante salientar que a existência destas redes não foi exclusividade latino-americana, como demonstra Tapia Valdés.¹⁹

Quando as expropriações produzidas pela Revolução Cubana fizeram soar o alarme que anunciava o ataque contra o princípio da “Quinta Liberdade”, a DSN tornou-se o corpo doutrinário que justificou e materializou a aplicação da política de contra-insurgência na região para enfrentar o “inimigo interno” que impedia a unidade nacional e portador das ameaçadoras “ideologias estranhas”. A contra-insurgência foi a forma de enfrentar o desafio da “guerra interna”. Esta opção implicou em assumir como meios a força e a violência, utilizadas sistemática e racionalmente com o intuito de aniquilar às diferenças e reestruturar a unidade política, o que foi feito em detrimento do Direito e do consenso da negociação

¹⁶ KENNAN apud CHOMSKY, idem, p. 80.

¹⁷ SCHULZ, op. cit., p. 111.

¹⁸ Idem, p. 141.

¹⁹ O autor apresenta indicativos de que, no mesmo período, ocorreram ações de contra-insurgência na Indonésia, na Coréia do Sul, na Grécia e nas Filipinas. TAPIA VALDÉS, Jorge A. **El Terrorismo de Estado - La Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur**. México: Nueva Imagen, 1980. p. 24.

política.

Deste modo, a aplicação dos princípios da DSN nos países latino-americanos para defender a democracia assumiu, de forma geral, o perfil de violência estatal e, na maioria dos casos, de Terror de Estado, configurando um aparente paradoxo:

Sus sostenedores [da DSN] no atacan a las fuerzas guerrilleras sino a los gobiernos legítimos, y adoptan para la lucha contra sus oponentes políticos la forma de un “Terrorismo de Estado”. Este Terrorismo de Estado ha establecido un tipo de orden interno cargado de conflictos y contradicciones, en la medida en que de él no deriva seguridad, paz ni libertad para la población. Su blanco real es la democracia: se pregona la destrucción de la democracia a fin de renovarla y salvarla. Por su propia naturaleza, la DSN presume no sólo que el Estado democrático es incapaz de autodefenderse por la vía democrática frente a las distintas formas de subversión, sino, principalmente, que la democracia es un camino abierto para que las que llama doctrinas subversivas, conquisten democráticamente el poder.²⁰

Assim, na visão da doutrina: “La salud del pueblo exige que se le prive de la capacidad de autogobernar-se.”²¹ Nos países em que a DSN e seus defensores locais constataram a resistência por parte de movimentos sociais, políticos ou até militares, o resultado foi o recurso à contra-insurgência que, em realidade, representou a imposição de ações de terrorismo de Estado contra a sociedade. Em nome da DSN, da unidade nacional, do anticomunismo e, veladamente, dos interesses implícitos na “Quinta Liberdade”, o Estado se configurou como o macro instrumento repressivo que, variando em grau de violência nos diversos países do Cone Sul deixou, como marca comum a supressão das instituições democráticas. Os setores economicamente dominantes viram, nessa intervenção e na própria DSN, a viabilização da “tranquilidade social” tão necessária para seus interesses.

Portanto, o Estado, que deveria ser uma estrutura de mediação e de proteção da sociedade, agindo como fiador da segurança das pessoas, foi utilizado, de forma geral, em toda a região, como um mecanismo que devia enfrentar e derrotar o “inimigo interno”. Sob as diretrizes gerais resultantes da interpretação particular que a DSN recebeu em cada país e através da guerra contra-insurgente, o aparato estatal extrapolou os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando, um sistema de Terror de Estado.

²⁰ Idem, p. 30.

²¹ Idem.

1.2 - TERROR DE ESTADO: APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

Ao longo da exposição anterior, pode-se aferir que a categoria Terror de Estado (TDE) constitui-se em um importante instrumento para a análise da realidade das ditaduras civis-militares de Segurança Nacional. Por esta razão, faz-se necessário aprofundar as questões relativas a sua discussão conceitual, bem como a caracterização utilizada nesta pesquisa. Como o TDE é uma modalidade de terrorismo, há a necessidade de tecer breves considerações sobre este fenômeno.

1.2.1 - Terrorismo

O terrorismo é apresentado, geralmente, como um produto de atos individuais ou de pequenos grupos radicais, sejam de extrema direita ou de extrema esquerda, com finalidades que, na maioria das vezes, são de cunho político, embora também possam ser produzidos por motivações religiosas e sociais. Uma primeira definição do fenômeno indica o terrorismo como emprego do terror, da violência e da intimidação para obter determinado fim.²² Pode ser avaliado também como mecanismo inibitório de formas de solidariedade e, nesse sentido, é uma forma de violência cuja realização se objetiva no âmbito psicológico do indivíduo ao gerar condicionamentos que variam entre o medo e o terror (pavor, pânico, horror). A definição do FBI sobre terrorismo aponta nessa direção: “[...] o uso ilícito da violência contra as pessoas ou bens para intimidar ou coagir um governo, a população civil ou parte dela, para alcançar objetivos políticos ou sociais”.²³ Basicamente, o uso da violência, a inculcação do medo e da insegurança sobre a população civil são os componentes centrais desse quadro que apresenta poucas variáveis²⁴, mas que pode ser ampliado.

Uma outra linha de interpretação assume veladamente as consignas da DSN e torna o terrorismo sinônimo de comunismo e de revolução. É o caso, por exemplo, de Claire Sterling,

²² American Heritage Dictionary apud HERMAN, Edwards, S. El poder y la semántica del terrorismo. *Brecha*, La Lupa. Montevideo, 16/03/87.

²³ ANDRADE, John. **Acção Directa**. Dicionário de terrorismo e activismo político. Lisboa: Hugin, 1999. p. 7.

²⁴ Walter Laqueur afirma que o terrorismo é: “[...] o uso ilegítimo de força para conseguir um objetivo político, afetando pessoas inocentes”. Para James Poland consiste no: “[...] uso do assassinato, da violência e da ameaça sobre os inocentes para criar medo e intimidação, com o fim de alcançar uma vantagem política ou tática.” H. Cooper enfatiza que é o “uso da violência para aterrorizar pessoas que não foram objeto dessa mesma violência, com o fim de as fazer atuar de uma determinada maneira.” ANDRADE, op. cit., p. 7.

autora de uma obra que repercutiu nos anos 80.²⁵ Sterling procurou explicitar o *modus operandi* dos terroristas: “Raramente deixam transparecer emoção. [...] Tampouco matam por impulso. [...] Matam com naturalidade, pois esta é ‘a única razão de ser um guerrilheiro urbano’, segundo reza a cartilha” (referência ao Minimanual de Guerrilha Urbana de Carlos Marighella). E prossegue:

O que importa não é a identidade do cadáver, mas seu impacto sobre o público; “o objetivo do terrorismo é aterrorizar”, como certa vez lembrou Lenin aos esquecidos. O emprego que fazem da violência é deliberado e desapaixonado, cuidadosamente engendrado para surtir efeitos teatrais [...].²⁶

A utilização que a jornalista faz de figuras históricas como Marighella e Che²⁷ e a maneira como aborda a ação da guerrilha uruguaia tupamara e de outras organizações revolucionárias indicam sua concordância com a associação que a DSN historicamente fez entre “inimigo interno” e terrorismo; isto não permite inferir, contudo, que a autora concorde com os métodos que foram utilizados para enfrentá-lo. Aliás, *a priori*, a identificação de alguém pelo termo “terrorista” acaba sendo, muitas vezes, um recurso apelativo e de desqualificação que pretende associar o denunciado com um suposto caráter desumano. Em realidade, tal recurso visa desacreditar adversários políticos do regime estabelecido, independente da sua origem e, de certa forma, transforma-se em uma perigosa indução da opinião pública a aceitar a utilização de mecanismos defensivos preventivos (repressivos) contra aqueles, ignorando os direitos constitucionais e a legalidade institucional existentes. Como conseqüência de tal atitude, estimula-se o surgimento de uma barreira de desconfiança, descrédito e hostilidade contra aqueles que são supostamente responsáveis pelo clima de insegurança sofrido pelo conjunto da população, procurando impedir que esta desenvolva algum tipo de simpatia ou sensibilidade em relação àqueles.²⁸ Como acontece nos casos em que setores conservadores da sociedade que se expressam através de partidos políticos ou meios de comunicação se esforçam, em associar manifestações de movimentos sociais

²⁵ STERLING, Claire. **A Rede do Terror**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

²⁶ Idem, p. 18.

²⁷ Sterling apresenta Guevara como tendo fracassado em tudo que empreendeu após deixar Cuba: “[...] nada do que empreendeu após ajudar Castro a tomar Cuba teve muito resultado”. Idem, p. 18. Para inseri-lo no rol dos terroristas, apresenta uma mensagem de Che endereçada à Conferência Tricontinental da Havana, em 1966, que, descontextualizada, serve de argumento para associá-lo ao discurso e às ações terroristas que podem ser lidos como “irracionais”: “Precisamos, acima de tudo, manter vivo nosso ódio e alimentá-lo até o paroxismo; ódio como fator de luta, ódio intransigente ao inimigo, ódio capaz de impulsionar um ser humano para além de seus limites naturais e transformá-lo numa fria, violenta, seletiva e eficaz máquina de matar.” Idem.

²⁸ SAINT-PIERRE, Hector Luis. ¿Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir terrorismo. In: LÓPEZ, Ernesto (comp.). **Escritos sobre terrorismo**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003. p. 54.

descontentes com a ordem vigente com o terrorismo.²⁹

Um ato terrorista é definido a partir da finalidade deliberada de incutir terror às vítimas e intimidar ou coagir a população civil, influenciar a política de um governo ou mesmo pressionar uma opinião pública que se vê insegura e desprotegida. Essa sensação coletiva de desamparo e de vulnerabilidade pode gerar um clima de pânico incontrolado que impacta de forma indiscriminada toda a população. Trata-se de uma situação de comoção social, de terror, gerando pressão sobre um governo que é exigido a assumir algum tipo de atitude protetora, preventiva e/ou repressiva, sob pena de enfrentar um início de desgaste das suas bases de sustentação, o que pode levá-lo, a médio prazo, ao próprio colapso.

Por isso, na medida em que tal situação pode afetar a conduta de um governo, a geração e estímulo desse clima de insegurança acaba sendo, quase sempre, a meta estratégica principal do terrorismo. Héctor Saint-Pierre afirma que “[...] o objetivo estratégico do terrorismo, o que o distingue de toda outra relação de força e o define, é produzir o terror”.³⁰ Efetivamente, o terrorismo, diferentemente de outras formas de violência política, não visa a tomada direta do poder. Sua metodologia de ação visa desestabilizar o governo por meio do terror induzido na população, causando a erosão do tecido social, procurando expor a ineficiência estatal e intensificando o questionamento da liderança política.

É da natureza do terrorismo produzir um efeito que impacta psicologicamente o indivíduo. Produzir um pavor incontrolável. Por isso seu objetivo nem sempre é a denominada vítima direta, imediata (a que morre ou é ferida no atentado). Embora, em determinadas conjunturas, existam “grupos de risco” integrados por vítimas específicas (religiosos, militares, políticos, homossexuais, etc.), na maior parte das ações o alvo principal pode ser o conjunto das denominadas vítimas indiretas, ou seja, aquelas pessoas que, estando ausentes no local do atentado, podem identificar-se de alguma forma com as vítimas diretas. São aquelas que, diante da ausência de características específicas das vítimas diretas, sentem-se expostas e vulneráveis diante de um hipotético (mas provável) próximo atentado. Em realidade, quanto mais gerais ou indefinidas forem as características de identidade das vítimas diretas, maior será a parcela da sociedade que se perceberá indefesa diante dessas ações.³¹

Dentro dessa perspectiva, se a prioridade do atentado é atingir um alvo vinculado a um determinado “grupo de risco”, essa ação resulta de uma decisão que prioriza,

²⁹ Tal afirmação, entretanto, deve ser relativizada. Certos setores da grande imprensa brasileira têm realizado sistemática campanha associando as manifestações do Movimento Sem Terra com práticas terroristas. Da mesma forma, registram-se situações parecidas em outros países em relação aos movimentos anti-globalização.

³⁰ SAINT-PIERRE, op. cit., p. 59

³¹ SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo:

politicamente, um objetivo particular, ou seja, trata-se de terrorismo *seletivo*. A eficácia deste tipo de ação está em definir com precisão para a opinião pública quem é o inimigo visado, de tal forma que obtenha como resultado indireto do medo projetado por sua atuação o isolamento do “grupo de risco” e a interdição de solidariedade do resto da sociedade para com ele. Já quando o atentado é cometido sem definição antecipada do perfil do alvo, é porque o critério priorizado é o da ação que não discrimina vítimas (diretas ou indiretas); ou seja, procura-se fazer vítimas em grande número e sem homogeneidade social. Neste caso, o atentado ideal é aquele que vitima sem fazer distinção de sexo, idade, cor, profissão, credo, nacionalidade ou ideologia; é uma ação da qual ninguém está a salvo de ser alvo. Este é o terrorismo *aleatório*. O mesmo, ao deixar impreciso o perfil da sua vítima, impõe sua universalização e, ao objetivar produzir o maior impacto possível, incorpora na sua metodologia de atuação, o fator espetacularidade, que pode ser medido pela escolha dos locais, dos horários, do número de pessoas e da infra-estrutura que se pretende atingir diretamente.³²

No esforço de tentar caracterizar as ações terroristas, alguns autores têm procurado definir elementos para o estabelecimento de uma tipologia mínima. Assim, independente das modalidades utilizadas (assassinatos, seqüestros, uso de artefatos explosivos, seqüestros aéreos, etc.), há um terrorismo que pode ser considerado *doméstico* (interno ou nacional) e outro que é *internacional*. Em relação ao primeiro, além da delimitação espacial dada pelo território de um país, a motivação da operação vincula-se, quase sempre, com questões particulares da situação política, religiosa ou social interna. Quanto ao segundo tipo, tratam-se de atos que assinalam um horizonte espacial maior, com ampliação de vítimas e com a conseguinte pretensão de envolver outros atores estatais (amplificando as pressões) e legitimando a internacionalização do conflito - caso concreto das guerras de libertação nacional contra a ocupação estrangeira. Nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, a modalidade do terrorismo internacional cresceu significativamente, sobretudo nos cenários de luta anticolonial, por ser, aparentemente, mais eficiente, segundo os critérios da lógica terrorista. O simples fato de agir em outros territórios dificulta sua prevenção e combate, mas esse não é o único motivo para essa opção: geralmente, a relação custo-benefício é muito mais alta do que quando aplicada em nível doméstico, pois obtém maior impacto midiático e obriga o Estado visado a gastar altas somas em segurança e proteção das suas instituições, dos

Editora UNESP, 2000. p. 213.

³² SAINT-PIERRE. **A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária.** Op. cit., p. 220.

cidadãos e de seus bens.³³ Uma variante deste critério é o que Saint-Pierre denomina como terrorismo *transnacional*: quando, em função da possibilidade logística de mobilização de recursos humanos e materiais, os grupos terroristas agem em países afastados da sua própria população de origem.³⁴

Outras situações vinculadas a esta temática são os casos decorrentes da desestruturação territorial produzida pelas mudanças do fim da Guerra Fria, desestruturação territorial que gerou ações com metodologia terrorista promovidas por movimentos de diferentes lógicas, como aqueles que lutam pela independência política, caso da Tchecônia em relação à Rússia, e das resistências que combatem a ocupação militar dos seus países, como ocorre no Iraque e no Afeganistão contra as tropas dos EUA e dos seus aliados.

Outro critério que pode ser utilizado para a elaboração de uma tipologia de ações terroristas pode ser o da responsabilidade da execução das mesmas, ou seja, *individual*, quando o atentado é realizado por um indivíduo desvinculado de qualquer organização, ou *grupal*, quando é atribuído ou é assumido por uma organização específica (seja de perfil político, religioso, étnico, etc.). Noam Chomsky identificou ainda um outro critério de classificação, o da escala da operação. Assim, segundo ele, existem ações de pequena escala (*retail terrorism*), visando casos individuais ou de simples execução, e os de grande escala (*wholesale terrorism*), dirigido contra objetivos grandes que exigem sofisticado planejamento, logística e execução. Em toda ação terrorista, podem combinar-se vários dos critérios enunciados. Como exemplo disso, pode ser citado o atentado contra as torres do World Center, em setembro de 2001, onde se combinaram os critérios *grupal*, de *alta escala*, *aleatório* e *internacional/transnacional*.³⁵

1.2.2 - Estado, violência estatal e Terror de Estado

Indo além da discussão sobre o terror e o terrorismo individual ou de grupos extremados não-estatais, é necessário apresentar uma dimensão do fenômeno que se relaciona diretamente com a proposição desta pesquisa, o Terror de Estado (ou Terrorismo de Estado), o qual é bem mais antigo que aquela modalidade:

³³ ANDRADE, op. cit., p. 8.

³⁴ SAINT-PIERRE, ¿Guerra de todos contra quién? La necesidad de definir terrorismo. In: LÓPEZ, Ernesto (comp.). **Escritos sobre terrorismo**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003. p. 62.

³⁵ CHOMSKY, op. cit.

[...] si bien al principio [o terrorismo] se aplicó principalmente a aquellos actos y políticas diseñadas para propagar el terror entre una población con el propósito de asegurar su submisión y su conformidad con la voluntad de aquellos gobiernos parece que ahora, se aplica principalmente a las acciones de individuos, o de grupos de individuos.³⁶

O TDE configura-se como uma modalidade essencialmente distinta do terrorismo individual ou de grupos extremados não-estatais. Enquanto este é responsabilidade de indivíduos que utilizam a violência de forma indiscriminada para atingir e desestabilizar o Estado e a sociedade, o TDE se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação.³⁷ Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo.³⁸

Antes de analisar o TDE propriamente dito, é importante fazer algumas precisões a respeito do Estado e a natureza de uma das suas funções vitais, a disciplinadora. Nesse sentido, há uma distinção prévia a fazer entre sistema estatal e sistema político, para definir o que é do âmbito da esfera do Estado. O sistema estatal está incluído no sistema político, bem mais amplo e do qual fazem parte também outras instituições, que afetam o funcionamento do Estado, como partidos políticos e grupos de pressão. Este ainda sofre a influência de outras instituições que, em tese, não são do âmbito político, como Igrejas, meios de comunicação e grandes empresas.

Ralph Miliband aponta que as instituições que compõem o Estado e cuja inter-relação molda a forma do sistema estatal são o governo, a administração, os militares e a polícia, o setor jurídico e as assembleias parlamentares.³⁹ Das funções que lhe são pertinentes, entretanto, duas merecem especial atenção. Por um lado, a função administrativa, que abrange uma grande variedade de órgãos (repartições ministeriais, empresas públicas, bancos centrais, comissões controladoras, etc.), que organiza, articula e normatiza a dinâmica econômica, social e cultural, com envolvimento direto ou indireto do Estado.⁴⁰ Por outro lado, a função coercitiva, a qual conta com o suporte de importantes instituições - como o exército, a polícia, o ministério público, tribunais, prisões, etc.-, todas vinculadas ao exercício de coerção e de violência dentro de limites estabelecidos constitucionalmente, com alcance nacional e de projeção sobre o conjunto da sociedade. Na medida em que o Estado monopoliza a criação de

³⁶ Cherif Bassioui apud HERMAN, op. cit..

³⁷ Webster Collegiate Dictionary apud HERMAN, idem.

³⁸ HERMAN, op. cit.; MIR, Luís. **Guerra Civil: Estado e Trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

³⁹ MILIBAND, R. O sistema estatal e a elite do Estado. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. **Política e sociedade**. v. 1. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 136.

⁴⁰ Idem, p. 139.

regras dentro do seu território, contribui para implementar uma cultura política comum que é partilhada por todos os cidadãos.⁴¹

Na abordagem sociológica, o Estado organiza a vontade de um povo politicamente constituído, no que diz respeito a seus interesses coletivos. Esta aceção induz ao entendimento de que o poder coercitivo do Estado conta com a aprovação dos setores populares, inclusive daqueles politicamente organizados, e realça a idéia de que há objetivos comuns entre ambos. Tal vínculo é difícil de ser constatado até porque esbarra nos fins, nos propósitos e nas funções concretas do Estado. É muito mais pertinente pensar em um Estado cujo papel mais ativo e estratégico é o de ser “vigia noturno”, protetor de uma estrutura na qual as forças do mercado podem agir de acordo com a lógica decorrente das suas próprias necessidades.⁴²

Dentro dessa perspectiva, Miliband afirma que a classe economicamente dominante tem uma relação bastante íntima com os responsáveis pelo controle do aparelho estatal: “os donos do poder são, por diversas razões”, os agentes do poder econômico privado e os que o exercem são, por isso mesmo, uma autêntica “classe governante”.⁴³ Segundo ele, o Estado, ao erigir uma lei que proclama o que deve ser norma nas esferas econômica, social ou política, proíbe aos cidadãos, sob ameaça de castigo, a realização de atos contra o regime, sancionando os atos coincidentes com os interesses da classe dominante, fato que se contrapõe ou, então, que mostra as limitações da avaliação de que o Estado representa os “interesses coletivos”. Em realidade, pode corresponder a alguns pontos de consenso, no âmbito político-administrativo, por exemplo; mas quanto a aspectos econômicos, há limites e interesses bem concretos.

No pensamento marxista, o conceito “Estado” é central, pois representa a instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe. Sua existência, dentro de uma sociedade de classe, responde ao fundamento da violência original produzida na esfera das relações de produção (a distribuição desigual da produção), opressão que implica em complexa variedade de efeitos nas dimensões sócio-políticas, culturais e ideológicas. Neste sentido, a violência é parte substancial da dominação de classe, num conflito onde a iniciativa histórica pertence aos grupos de poder econômico.⁴⁴ Sendo assim, o Estado irrompe no meio da sociedade como instrumento de

⁴¹ HALL, J. A. Estado. In: OUTHWAITE, W. & BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 257.

⁴² KOLB, William, L. Estado. In: **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 416.

⁴³ MILIBAND, op. cit., p. 140.

⁴⁴ Engels em seu texto “O papel da violência na história” mostra que não é a violência o motor da história ou forjadora da ordem econômica, senão pelo contrário, a violência nasce de determinada ordem econômica e

garantia de uma ordem marcada por tensões latentes geradas pela dinâmica da exploração sócio-econômica. Para Engels o Estado:

[...] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.⁴⁵

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo de classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.⁴⁶

Jean-Jacques Chevalier lembra que as engrenagens do aparelho repressivo legal do Estado são constituídas, fundamentalmente, por um exército e uma burocracia e são complementadas por acessórios específicos, como prisões e instituições coercitivas de toda espécie. Em relação ao Exército e à polícia, cabe lembrar que se tornam forças permanentes e cada vez mais profissionais, evoluindo daquelas unidades que Engels denominava de força pública *especial* e Lenin identificava como “destacamentos especiais de homens armados.”⁴⁷ Deste poder armado, exige-se a manutenção geral da ordem e, acima de tudo, a defesa e a garantia da propriedade privada. Quanto à burocracia, ela sintetiza a existência de uma rede que desconecta, distancia ou isola seus funcionários do resto da população, dos problemas que afetam a realidade cotidiana, fazendo com que atuem e se sintam como estando situados acima da sociedade, como tecnocratas que gozam de privilégios e protegidos por *leis* especiais.⁴⁸ Essas engrenagens não só se fortalecem com a exacerbação dos antagonismos de classe como os

conforme as suas necessidades. Esta tese foi desenvolvida nas obras marxistas clássicas, particularmente, por Lênin no “O Estado e a Revolução”. PIERRE-CHARLES, Gerárd. Dominación política y terrorismo de Estado. *Revista Mexicana de Sociología*. México, Año XL, vol. XL, nº 3, julio-septiembre 1978. p. 929.

⁴⁵ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 191.

⁴⁶ Idem, p. 193.

⁴⁷ *Especiais*, por oposição à organização *geral* e espontânea da população em força armada, organização que era possível antes da cisão da sociedade em classes. Segundo Chevalier, com o posterior advento da sociedade de classes, o armamento espontâneo foi abandonado e proibido, pois sua continuidade poderia acarretar luta armada entre as classes hostis. CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1980. p. 369.

⁴⁸ Idem, p. 369.

retroalimentam, na medida em que funcionam de acordo com os interesses dominantes.⁴⁹ O peso da burocracia, no caso das ditaduras de Segurança Nacional latino-americanas, se expressou com vigor nas próprias Forças Armadas. Efetivamente, tais regimes se caracterizaram pela institucionalização e burocratização das mesmas, o que acabou marcando de forma muito particular os respectivos aparatos de Estado.

Originalmente, o Estado surgiu como estrutura necessária para evitar que as classes se devorassem entre si e devorassem a sociedade numa luta estéril. Ou seja, o Estado construído como uma estrutura de contenção e de conservação dos limites da ordem. Quer dizer, o Estado nasceu da sociedade “mas se afastou dela cada vez mais”. Sua eficiência em moderar o conflito de classes ocorreu, justamente, na legalização do domínio de uma delas sobre as outras através da organização *especial* da força, do uso da violência para reprimir as classes dominadas e exploradas. Simultaneamente, o Estado se transformou em uma estrutura que retirou dos setores dominados os meios para derrubar seus opressores e que garantiu a acumulação dos setores dominantes e os meios para manter o controle do poder. Por isso, a desigualdade social se consagrou a partir do controle do *aparelho do poder de Estado ou máquina de Estado*, “instrumento de domínio de classe”.⁵⁰ Lenin encontra em Engels a essência da avaliação que o pensamento marxista elaborara até então a respeito do papel histórico e do significado do Estado, realizando a grande síntese:

O Estado é o produto e a manifestação do *caráter irreconciliável* das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente *não podem* ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são irreconciliáveis.⁵¹

É desta perspectiva que Saint-Pierre conclui que “[...] o Estado é a organização e a administração da força repressora” e “sua manifestação é, simultaneamente, produto e denúncia da existência de contradições irreconciliáveis no seio da sociedade”.⁵² Esta é a lógica em que se insere a avaliação de James Petras quando, ao analisar as ditaduras de Segurança Nacional da América Latina, afirma que, mesmo que os setores liberais possam ter sido reprimidos, a violência desencadeada sobre as organizações populares foi muito maior. Para ele, isso era demonstração de coerência por parte do TDE, uma vez que seu objetivo político era o enquadramento dos movimentos populares, sobretudo daqueles articulados e mobilizados ao

⁴⁹ ENGELS, op. cit., p. 192.

⁵⁰ CHEVALIER, op. cit., p. 368.

⁵¹ LENINE, Vladimir I. O Estado e a Revolução. In: LENINE, Vladimir I. **Obras escolhidas**. Vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. p. 226.

⁵² SAINT-PIERRE. **A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária**. Op. cit., p. 43.

redor de questionamentos radicais da ordem vigente e de mudanças estruturais profundas.⁵³

A pretensão de um Estado que deveria funcionar acima das contradições e antagonismos sociais, como árbitro delas, na prática, não se verifica. Se a desigualdade distributiva estrutural é a característica dessas formações sociais, a função social é vigiar para que os “marcos da legalidade” não sejam ultrapassados pelas ações e mobilizações dos setores sociais prejudicados por aquela. Isso impossibilita que o Estado funcione em defesa dos interesses de toda a sociedade. Apesar de algumas questões de ordem geral comuns e de algumas concessões resultantes de ações de consenso ou de hegemonia, nos aspectos essenciais da produção de riqueza e da sua distribuição, o Estado contribui na consolidação da situação de desigualdade e injustiça.

Feitas essas considerações, pode-se avaliar o teor da função disciplinadora do sistema estatal. Há inclusive quem afirme que a violência institucional é inerente à existência do próprio Estado e que este pode assumir uma diversidade de manifestações entre a mera coerção cotidiana e o terrorismo estatal.⁵⁴ Existe um dado concreto; cabe ao Estado, inegavelmente, a responsabilidade de ter o monopólio da violência na defesa do território e da população contra os inimigos externos, em casos de guerra ou de ameaça de invasão. Trata-se de um consenso inquestionável. Entretanto, a situação muda de tom e se torna polêmica quando se trata de reconhecer o mesmo direito de intervenção na dinâmica interna, ou seja, possuir e administrar o monopólio da violência para agir no interior das fronteiras nacionais. A proteção da população contra a ação da delinquência geralmente conta com amplo apoio. O problema se coloca quando essa intervenção estatal é direcionada contra setores sociais que questionam a ordem social, como lembra Josep Fontana: “a proteção dos grupos dominantes da sociedade contra a ‘subversão’ a que podiam sentir-se tentados os dominados”, indica a dinâmica da exclusão presente e a criminalização do protesto social com o agravante de que cabe ao próprio Estado que reprime, definir, em última instância, os critérios que identificam a delinquência.⁵⁵

Desde a perspectiva democrática, o recurso à violência estatal é um traço característico do exercício do governo e resulta da crença na eficácia geral das sanções físicas quando se consideram esgotados os canais do diálogo. Há também o entendimento de que o governo não deve poupar esforços para manter as condições que salvagam a coexistência

⁵³ “Milhares de sindicalistas e de lideranças de base camponesas são assassinadas enquanto muitos líderes políticos são exilados, encarcerados, fogem ou simplesmente são proscritos. Quando mais estreita é a identificação da direção política com os movimentos sociais de classe, é mais provável que sofra os mesmos ataques violentos, independentemente da sua origem de classe [...]” [Tradução minha] PETRAS, James. *Economía política del terror de Estado: Chile, El Salvador y Brasil*. In: PIETERSE, Jean et al. **Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU**. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 162.

⁵⁴ RAMA, Carlos M. *Violencia política bajo el Franquismo. El Viejo Topo Extra / 3*. Barcelona. p. 22.

pacífica e que impedem a violência entre grupos e indivíduos da comunidade. Para isso, é indispensável que o Estado possa agir através de mecanismos coercitivos e que tenha capacidade de enquadrar e punir comportamentos que possam infringir a lei. Para desempenhar tais funções, o sistema estatal não pode prescindir de aparelhos especializados como polícia, serviços de informação, códigos disciplinares, etc. Cabe ao governo imprimir, com continuidade, uma dinâmica coercitiva cuja regulamentação é sua exclusividade. Claro que o poder político não se baseia só na violência, mas ele se constitui, parcialmente, sobre ela e, parcialmente, sobre o consenso.⁵⁶

Há um entendimento de que a força da repressão pode ser desencadeada com alto grau de legitimidade se ocorre o convencimento de amplos setores da população de que o seu recurso vem ao encontro do interesse geral da nação e em defesa da pátria. Mas esta fronteira entre legalidade e ilegalidade na aplicação do poder coercitivo estatal pode chegar a ser, em momentos de crise de legitimidade do governo, muito tênue, com escassa margem de separação; atravessá-la pode ser uma ação sedutora, principalmente se é avaliada como sendo uma forma rápida de resolver o impasse existente. Esta é uma questão central, a definição do limite da imposição da violência estatal já que, por definição, na democracia formal, ao Estado cabe reforçar a convivência pacífica e a resolução dos impasses e dos conflitos dentro dos marcos legais pactados e com o recurso dos instrumentos constitucionais disponibilizados pela sociedade e que são pertinentes para enfrentar situações consideradas de emergência. Mas esta possibilidade está supeditada a normas e regras e, por isso mesmo, não permite interpretações dúbias dos acontecimentos justificadores. Porque se o Estado possui, por natureza, o monopólio legítimo do uso da força, isso está condicionado aos limites consentidos pela legislação interna e internacional e subordinada a maior de todas as suas obrigações, a defesa intransigente da lei.⁵⁷ Mas essa condição se dilui quando entra como critério de *permissividade* a justificativa da *razão de Estado*, uma “abstração” que quase sempre paira acima dos homens, dos direitos humanos e da legalidade constitucional. Constatada a existência real ou potencial de uma determinada ameaça, global, total, profunda aos interesses dos setores dominantes, estes embasam a ruptura da legalidade como mecanismo ao qual se deve recorrer urgentemente para defender o “conjunto da sociedade”. Nesse marco, a violência constitucionalmente legitimada, função monopolizada pelo Estado,

⁵⁵ FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da história geral**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 269.

⁵⁶ STOPPINO, M. Violência. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

⁵⁷ ALDRIGH, Clara. **La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros**. Montevideo: Trilce, 2001. p. 59.

pode ser reconvertida para uma configuração mais complexa que, em vez de julgar e punir, pode também semear o terror.

No Uruguai do final dos anos 60, o Estado tinha a sua disposição instrumentos coercitivos e violentos legais que permitiam enfrentar a ação da guerrilha tupamara e de outras pequenas organizações armadas. Para proteger os cidadãos que podiam ser alvos objetivos dessas organizações e para preservar seu próprio poder, o Estado não precisava utilizar modalidades de violência que eram reconhecidamente ilegais.⁵⁸ Houve, porém, uma perturbadora pré-disposição repressiva inconstitucional inserida na cúpula do governo e de parte da sua base de sustentação político-econômica. Apesar da existência de recursos legais como medidas constitucionais de exceção para conjunturas marcadas por profunda instabilidade (caso das *Medidas Prontas de Seguridad*⁵⁹), o discurso anticomunista dos setores dominantes exigia mecanismos mais radicais para enfrentar uma ameaça superdimensionada. Foi um típico exemplo de argumentação da *razão de Estado*. Na experiência uruguaia, “razão tão suprema que abarcava tudo, não tinha limites” e, por sua causa, “o Estado se converteu num aparato infernalmente poderoso frente ao qual não cabia aludir a direitos e garantias individuais ou de grupo”.⁶⁰ Na evolução para uma dinâmica cada vez mais ilegal, em poucos anos, as medidas repressivas inconstitucionais isoladas se transformaram em um sistema político completo e complexo com a forma de TDE.

Embora a visibilidade dos casos concretos, como no caso da ditadura uruguaia de SN, o TDE é ignorado por muitos dos autores que explanam sobre o terror e o terrorismo, inclusive por aqueles que consideram os movimentos de libertação nacional sinônimo de terrorismo. Há duas hipóteses para explicar tal atitude. Uma, derivada de uma limitação conceptual, a não inclusão, no campo do terrorismo, dos atos de violência praticados por governos em nome da *razão de Estado*. A outra, por causa do entendimento de que não deve haver limite para a ação repressiva estatal pois esta é sempre pautada pela justeza do seu fim maior, a “proteção da sociedade.”⁶¹

É evidente que, por maior que for o recurso à força, sempre pode haver um espaço político, mesmo que mínimo, para tentar estabelecer algumas possibilidades de negociação, por maior que for o desequilíbrio na relação de forças entre os interlocutores. A preocupação com a cooptação de manifestações de apoio via consenso leva os regimes repressivos a permitir brechas - algumas das quais podem existir apesar da sua vontade -, por onde podem

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Cf. capítulo 3, nota 34.

⁶⁰ BAUMGARTNER; DURAN MATOS; MAZZEO, op. cit., p. 106.

⁶¹ SAINT-PIERRE. *Escritos sobre terrorismo*. Op. cit., p. 54.

filtrar-se, conjunturalmente, contatos e consultas, geralmente com a oposição mais moderada, mesmo que isso pareça (e até seja) pouco produtivo.

As ditaduras de Segurança Nacional aglutinaram um conjunto de forças sociais e grupos políticos que se vincularam numa rede de relações de hierarquia e de subordinação em volta do capital estrangeiro, dos seus associados locais e do núcleo militar mais próximo da DSN. Na pretensão de obter consenso político para sua imposição hegemônica, esse núcleo realizou algumas concessões em troca desse reconhecimento e para evitar o isolamento, tendência crescente das ditaduras de SN, à medida que se verificou a incongruência entre o discurso de defesa da democracia e de melhoria das condições sociais da população e as práticas econômicas e políticas concretas do governo.⁶²

A procura dessa liderança implicou em atender demandas pontuais de outras frações dos setores sociais dominantes para obter um consentimento e uma legitimidade que, tendencialmente, são mais amplos no momento dos golpes de Estado, diluindo-se com o passar do tempo e com o desgaste da gestão. Para as oposições que podem mostrar-se como tais, a existência de contradições ou disputas nas relações intra-bloco no poder podem significar, conjunturalmente, oportunidades a serem exploradas.

As contradições de uma sociedade onde o conflito entre proprietários e excluídos está sempre latente podem radicalizar-se em determinada conjuntura histórica. A mediação do Estado a procura de um destensionamento negociado pode ser insuficiente, o que pode levá-lo a acentuar o caráter repressivo que, em última instância, responde aos interesses dos setores dominantes. Para impor o ordenamento da sociedade ou para enfrentar a instabilidade social e política, o Estado conta, entre outros instrumentos de contenção (jurídicos, administrativos, tributários, etc.), com o aparato repressivo legal, responsável pelo controle, pela vigilância e pela manutenção da ordem interna. E, se estes não forem suficientes, pode ainda recorrer a mecanismos repressivos *especiais* (decretação do Estado de Sítio, leis de exceção, etc.) para enfrentar uma ameaça percebida como de alto risco para a sobrevivência do *status quo* existente.

É o caso do “Estado de Sítio”, experiência muito próxima ao cenário concreto existente no Uruguai quando da aplicação das *Medidas Prontas de Seguridad* e, sobretudo, da declaração do *Estado de Guerra Interno*⁶³ em abril de 1972. Trata-se do regime jurídico de exceção

⁶² SHOWSTACK SASSON, A. Hegemonia. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

⁶³ O *Estado de Guerra Interno* foi o marco legal encontrado pelo governo Bordaberry e pelas Forças Armadas para justificar o incremento da violência repressiva estatal em abril de 1972. Foi aprovado pela Assembléia Geral legislativa com apoio unânime dos partidos Colorado e Nacional e a oposição frontal da coalizão de esquerda, a Frente Ampla. Segundo esse marco jurídico, foram suspensas as garantias individuais, se impôs a censura sobre os meios de informação e restringiram-se os direitos de reunião e de associação. Nos dias seguintes, centenas de

empregado durante um certo período sobre toda a população de um determinado país em razão de uma situação de perigo para a ordem pública. Sua implementação, por parte do governo, implica em atribuir poderes extraordinários às autoridades públicas com a conseqüente restrição de direitos e de liberdades aos cidadãos através de ações que podem variar entre simples medidas policiais e a total suspensão das garantias constitucionais. Em geral, os motivos que geram tal situação são de ordem política.

O ato constitutivo do Estado de Sítio é uma “decisão” muito delicada, que pode comportar uma avaliação potencialmente questionável. Isto ocorre pelo fato de que os órgãos aos quais compete a constatação e a avaliação da situação de perigo são os mesmos que estão habilitados a pôr em prática as medidas extraordinárias previstas para o Estado de Sítio. O problema, porém, reside em que a avaliação da situação de perigo para a ordem pública que justifica a necessidade de reagir com medidas excepcionais pode estar imbuída de interesses particulares, o que afeta a lisura do funcionamento das regras democráticas. Com isso, a instituição dessa situação de exceção e o reforço do Poder Executivo com o alargamento das suas faculdades repressivas pode ser questionável e gerar maior tensão no quadro político existente. Inegavelmente, ao implementar uma ordem de caráter excepcional, o Estado de Sítio reconfigura as relações entre os cidadãos e a autoridade estatal. Mesmo motivado por uma situação temporária normatizada constitucionalmente, fragiliza a cidadania ao impor-lhe medidas restritivas dos seus direitos.

De qualquer forma, cabe o registro de que, havendo consenso sobre um determinado perigo contra a sociedade e a ordem pública, o Estado de Sítio pode corresponder à atribuição de poderes extraordinários a uma autoridade constitucionalmente preestabelecida para que, dentro do marco da legalidade, tenha os instrumentos necessários para combater a ameaça. A questão-chave, entretanto, é sempre o quanto há de real na ameaça percebida desde o Estado e até onde é uma ameaça para as instituições e para a sociedade como um todo e não para interesses particulares e dominantes.⁶⁴ Geralmente, há um superdimensionamento da mesma, quer dizer, sua percepção é bem maior do que ela representa em termos concretos e será aumentada, ainda

ações militares e paramilitares atingiram lideranças de oposição, comitês das forças componentes da Frente Ampla, sedes sindicais e instituições de ensino ocupados pelos estudantes secundaristas e universitários. Em julho do mesmo ano, o *Estado de Guerra Interno* e a suspensão de garantias individuais foram substituídos pela *Ley de Seguridad del Estado*, também aprovada pelos legisladores dos partidos Nacional e Colorado. Essa lei colocava os acusados por delitos de sedição à disposição da Justiça Militar. Os resultados dessa mudança do estatuto jurídico permitiu que, em cinco meses de vigência da nova ordem repressiva “legal” (já que aprovada pelo Poder Legislativo), as Forças Armadas capturassem 1.441 pessoas consideradas subversivas, requeressem outras 284, matassem 38 e ferissem 25. ALFARO, Milita. **El derrumbe de la Suiza de America. El Pachequismo y el Golpe Militar**. Montevideo: Las Bases, s. d. p. 27.

⁶⁴ BALDI, C. Estado de Sítio. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. Op. cit.

mais, quando denunciada junto à opinião pública.

Mesmo com a possibilidade de recorrer aos dispositivos emergenciais previstos pela Constituição, o TDE é sempre uma possibilidade atrativa; assim, os responsáveis pelo Estado podem abandonar, por ineficiência, os instrumentos tradicionais da legalidade e da legitimidade, passando a utilizar, de forma sistemática e como sustentação do seu poder, a repressão ilegal e o terror que nasce da violência das contradições da desigualdade estrutural.⁶⁵ Diante do que tem sido colocado até aqui, torna-se evidente que o tema do TDE não pode ser dissociado da análise sobre a natureza do Estado e que este é um instrumento da ação política das classes que dirigem as sociedades. James Petras, ao analisar o fenômeno latino-americano do TDE, tem enfatizado a profunda relação existente entre a imposição de uma violência estatal que extrapola os limites constitucionais com o processo de reconversão econômica que sofre a sociedade como um todo.⁶⁶ Numa posição mais radical, William Schulz entende que, no que diz respeito ao objetivo de garantir a apropriação da minoria dominante, não há diferença, em essência, no uso legal do aparato coercitivo estatal ou na implementação do TDE.⁶⁷ O caráter repressivo do Estado, em função do objetivo da acumulação e da apropriação de riqueza, pode ser exercido em três níveis estruturais:

- 1) A opressão que resulta da aplicação da violência estrutural da dinâmica sócio-econômica (desnutrição, analfabetismo, desemprego, discriminação sexual, racial, de gênero, etc.).
- 2) A repressão “ordinária” do Estado (violência institucional) requerida para cumprir determinadas funções públicas ou de interesse geral e que se executa dentro dos marcos da legalidade.
- 3) A violência estatal que viola o direito e extrapola a legalidade constitucional (o TDE).⁶⁸

O impacto produzido pela violência desencadeada como TDE se distingue da violência institucional definida segundo limites constitucionais. Esta última pode ser mensurada e prevista pela população, que conhece as regras estabelecidas. Ou seja, a sociedade sabe que a violência punitiva atinge os desvios de conduta que foram determinados com antecipação e que são

⁶⁵ PIERRE-CHARLES, *op. cit.*, p. 929.

⁶⁶ PETRAS, *op. cit.*, p. 162.

⁶⁷ SCHULZ, *op. cit.*

⁶⁸ PADILLA BALLESTEROS, Elías. *La memoria y el olvido. Detenidos desaparecidos en Chile*. Santiago: Ediciones Orígenes, 1995. Nota 47.

castigados através de ações físicas normatizadas pela superestrutura jurídica, conforme a gravidade da falta. É um sistema cuja lógica, ao ser conhecida, gera um temor racional que permite calcular os custos dos comportamentos da desobediência; situação completamente diferente do que ocorre diante de um sistema pautado pelo TDE. O desconhecimento, por parte da população, da sua dinâmica e dos critérios norteadores da sua lógica interna, torna sua ação incompreensível e imprevisível.

É uma violência que atinge indiscriminadamente comportamentos não prefixados, nos quais se manifesta, ou se pretende manifestar, mesmo de maneira indireta ou incerta, uma crítica ou algum grau de oposição. Além disso, trata-se de uma violência com altas doses de brutalidade, o que produz um medo irracional na população. Não tendo contornos precisos, essa violência impede, *a priori*, qualquer especulação. Numa percepção baseada no senso comum, a maior parte dos cidadãos pode concluir que o único mecanismo protetor é assumir uma postura de passividade que permita iludir qualquer pretexto que a provoque, o que significa abster-se de mostrar algum tipo de desconformidade.

A generalização dessa resposta comportamental poupa, em tese, os cidadãos de sofrerem represálias diretas e pode diminuir a intensidade da ação repressiva sobre o conjunto da sociedade. Entretanto, paradoxalmente, é quando se demonstra a maior eficiência do TDE, pois consegue paralisar imediatamente a oposição real e, preventivamente, a oposição potencial. Como resultado dessa ação, o regime repressivo pode recolher, por cooptação, medo ou oportunismo, a adesão de pequena parcela da população.

De fato, há casos de situações extremadas onde o indivíduo se depara com duas únicas possibilidades: ser vítima ou ser carrasco. Frequentemente, o adesismo ao regime é percebido como garantia de proteção diante da violência estatal. Essa adesão pode ser fomentada por vantagens comparativas como imunidade, favores, emprego ou vantagens econômicas. Sem dúvida, cooptar adesões é uma possibilidade sempre implícita no TDE. Induzir a oposição a assumir atitudes de passividade ou de indiferença já é um grande trunfo. Porém, ele se torna muito maior e mais eficaz quando consegue transformar posturas inertes em colaboracionismo ativo.

No Uruguai, tal situação foi muito restrita. Além do apoio de setores que corroboraram direta ou indiretamente a ação golpista, a tendência foi no sentido contrário; por desilusão ou por se terem tornado também vítimas do sistema que haviam apoiado originalmente, afastaram-se, gradativamente, do projeto. O que houve sim foi a traição de alguns quadros das organizações militantes de oposição, fato sem relevância quantitativa, mas que, em casos pontuais, tiveram sérias implicações qualitativas. A principal modalidade de cooptação que ocorreu no Uruguai foi

a instrumentalização, por parte das Forças Armadas, da miséria existente no interior do país, atraindo milhares de jovens sem perspectiva de emprego e de futuro incerto que, em troca de um modesto salário e de eventuais cotas de alimento para a família, alistaram-se nas fileiras militares. Em termos gerais, foi uma opção muito mais determinada pela necessidade imediata de sobrevivência do que por afinidade ideológica. A doutrinação desses soldados ocorreria de forma precária e primária, a partir da rotina da caserna.

Partindo das experiências concretas dos regimes de SN do Cone Sul, Petras alerta que o marco para analisar o terrorismo de Estado deve ser o totalizador para captar as relações dinâmicas entre a atividade do Estado, o processo de acumulação e a projeção de poder hegemônico, processo este que é essencial para explicar e justificar a ação repressiva virulenta do TDE.⁶⁹ Para ele, o TDE é o mecanismo fundamental para realizar o reordenamento da superestrutura com as novas necessidades econômicas dos setores dominantes e do capital internacional. A estratégia de aplicação deste complexo esquema de enquadramento segue, em geral, as seguintes fases:

- 1) Destruição dos movimentos sociais e das instituições populares.
- 2) Consolidação do Terror de Estado e recomposição dos setores dominantes que controlam a direção do processo de acumulação.
- 3) Implementação, através da força, de novo processo de acumulação pela canalização de empréstimos para investimentos nos setores que sustentam o regime.⁷⁰ Na medida em que isso ocorre, a dinâmica social se estabiliza e o poder econômico retoma sua dominância, diminuindo a necessidade e a funcionalidade do terror. Este perde sua autonomia relativa, subordinando-se às regras do mercado e retornando a um limite institucional-legal, onde reassumem um perfil de *força ostentatória, intimidatória* ou de controle.⁷¹
- 4) Acirramento de contradições entre as orientações local e internacional do Terror de Estado, em função das crises econômicas profundas, abrindo um cenário de novas possibilidades onde o ressurgimento do movimento social pode induzir uma nova escalada repressiva ou uma retirada tática negociada mediante processos eleitorais nos quais os aparatos repressivos se retraem.⁷²

⁶⁹ PETRAS, op. cit., p. 162.

⁷⁰ Coincide com Pierre-Charles, o qual avalia que ocorre a vinculação do aparato estatal com os interesses externos mediante o atrelamento das economias nacionais ao capitalismo mundial, impondo processos internos de adaptação subordinada aos fluxos internacionais e pelo emprego da violência para conter e destruir tensões sociais e políticas produzidas pelas contradições do sistema. PIERRE-CHARLES, op. cit., p. 933.

⁷¹ PIERRE-CHARLES, op. cit., p. 939.

⁷² PETRAS, op. cit., p. 162.

Portanto, quando a violência institucional do poder estatal extrapola os atributos coercitivos constitucionais, é porque se reconhece que os mecanismos da mesma são insuficientes na ação persuasiva e de neutralização dos descontentamentos sociais. O recurso ao TDE e a intensidade da sua implementação está diretamente relacionada à dimensão da percepção da ameaça a que se vêm expostos os setores dominantes frente ao questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundamentado a dominação de classe.⁷³ Ou seja, enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do TDE tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas.⁷⁴

1.2.3 - A violência estatal na historiografia sobre as Ditaduras de Segurança Nacional

É a partir dos anos 70 que a expressão Terror de Estado ganha maior espaço no debate intelectual e político.⁷⁵ Uma dupla definição marca tal debate. De um lado, como já foi apontado, está a caracterização dos Estados que praticam atos de terrorismo contra às próprias populações. De outro, está o fato de um Estado exportar terrorismo – ou subsidiá-lo de forma oficial, mas discreta – ao interior de outros Estados. Apesar da nítida participação do aparato estatal em ambos os casos, é curioso observar como alguns autores, diante das evidências mais concretas, rejeitam a responsabilidade do Estado nos excessos repressivos. É o que faz o jurista Edison González Lapeyre que, em uma obra dedicada exclusivamente à discussão do tema terrorismo, somente identifica TDE, quando há uma agressão externa:

En cuanto al terrorismo internacional, se reputa por tal, exclusivamente, el perpetrado por un Estado en perjuicio de otro. En tal sentido, se considera criminal a todo agente representante de un Estado que comete o ordena cometer, organiza, ayuda, financia, o tolera la ejecución de actos dirigidos a sembrar el terror entre los dirigentes y la población.⁷⁶

Apesar da análise da realidade uruguaia e do movimento tupamaro⁷⁷ realizada pelo

⁷³ SAINT-PIERRE. **A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária.** Op. cit., p. 86; PIERRE-CHARLES, op. cit., p. 939.

⁷⁴ PETRAS, op. cit., p. 161.

⁷⁵ ANDRADE, op. cit., p. 9.

⁷⁶ GONZÁLEZ LAPEYRE, Edison. **Violencia y Terrorismo.** Montevideo: Arca, 1995. p. 104.

⁷⁷ González Lapeyre identifica o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros como organização terrorista sustentando tal afirmação a partir de uma bibliografia que destaca essa organização como referência para o terrorismo mundial. O próprio autor assume com convicção a clássica argumentação dos setores golpistas e

autor, a dimensão interna do terror é desconsiderada e, até mesmo, rejeitada. Este silêncio pode indicar que, para ele, não existem ações concretas de TDE no interior de um país porque um Estado, entendido como “nação agredida”, tem o direito de defender-se utilizando todos os recursos existentes ao seu alcance. González Lapeyre apresenta dois elementos centrais para as reflexões deste trabalho. Primeiro, a identificação dos movimentos guerrilheiros, portadores de projetos concretos de mudança estrutural da sociedade e do Estado, como meras organizações terroristas; neste ponto, identifica-se com a posição da citada Claire Sterling. Segundo, contra essas organizações legitima toda e qualquer violência estatal justificada pela percepção de que visam dissolver a unidade nacional; os “lamentáveis excessos” produzidos no seu combate foram, não obstante, necessários para proteger a Nação e o bem comum.

O TDE aplicado na América Latina, entre as décadas de 60 a 80, através das orientações da DSN e na forma da guerra contra-insurgente, é um terrorismo de grande escala, dirigido desde o centro do poder estatal, *dentro* ou *fora* das suas fronteiras. Um aspecto importante a ser ressaltado é que, nos últimos anos, se tem reforçado a vinculação entre as ditaduras de SN e o TDE. Uma primeira explicação para esta constatação pode estar na centralidade crescente das questões relativas aos direitos humanos, numa escala mundial, e que pode ter duas motivações particulares em relação à América Latina. Uma, no papel que os direitos humanos passaram a ter como aglutinadores de movimentos de resistência e de denúncia permanente, constituindo-se como barricadas no interior de cenários políticos atingidos pela ação despolitizadora e desmobilizadora do TDE. A outra explicação pode estar na persistência da dívida política expressa pela não-resolução dos crimes de Estado, referentes ao tempo das ditaduras, em praticamente todos os países do Cone Sul. Embora o grau de intensidade e de mobilização varie em cada caso, tal dívida permanece como pauta não cumprida das concertações de transição à democracia, tornando a luta contra a desmemória, em tempos de neoliberalismo, outro aspecto essencial das organizações de direitos humanos.

Uma segunda resposta, imbricada nas razões acima expostas, refere-se ao fato de que a dimensão, a modalidade e a profundidade da repressão nas ditaduras de SN ainda estão sendo desveladas, em um lento processo, ainda inconcluso, que já dura mais de duas décadas (desde o

defensores da aplicação dos mecanismos de Terror de Estado: “El Uruguay es una nación sin servicios de seguridad e inteligencia adecuados para evitar la infiltración del exterior y la acción disolvente en lo interior. [...] el Poder Judicial del Uruguay, si bien constituido por jueces en general probos y capacitados, era muy vulnerable a la extorsión, a la infiltración y a las presiones de todo tipo que los terroristas le imponían. [...] Evidentemente, la lucha, que se fue haciendo cada vez más encarnizada frente a la progresiva crueldad del movimiento terrorista, no podía desarrollarse por parte de las autoridades, con éxito, dentro del esquema institucional [...]” Idem, p. 182. A argumentação do jurista é rica quanto às justificativas do golpe assim como à violência institucional necessária para derrotar o MLN. É mais do que evidente porque a resposta violenta do Estado não constituirá Terror de Estado para González Lapeyre.

fim das ditaduras) para os casos do Brasil, Uruguai e Argentina. As novas descobertas sobre essas experiências autoritárias e as relações entre elas, assim como delas com os EUA, dão mais consistência às exigências de reavaliar a existência concreta de políticas de TDE. A contribuição da pressão pelo julgamento de Pinochet (acentuada desde sua detenção temporária na Inglaterra), as dezenas de processos instituídos na Europa contra militares argentinos, chilenos e uruguaios (acusados de crimes contra cidadãos de origem italiana, francesa ou espanhola), os novos casos de restituição de identidade de crianças seqüestradas nos países platinos, assim como a abertura gradual dos arquivos estadunidenses permitem analisar, com maior precisão conceitual, esta realidade, definindo novos parâmetros explicativos.

O aspecto repressivo dos regimes civil-militares de SN foram abordados, na sua época, de forma diferenciada. Para vários dos autores aqui considerados, este fator, embora não fosse ignorado, estava deslocado para instâncias muito secundárias das análises num entendimento de que a violência perpetuada pelos militares e seus aliados políticos era um fator “naturalizado” pelo histórico acumulado de golpes de Estado, “pronunciamentos” e outras formas de interrupção constitucional ocorridas na região. Em um primeiro momento, os objetos de análises sobre as ditaduras de SN referiam-se ao novo papel dos militares, à intervenção e reconversão do Estado, às articulações das frações de classe, às relações destas com a DSN e com os novos padrões de acumulação mundial. Ainda, os estudos comparativos de casos nacionais a partir dessas temáticas (apontando às raízes dos diversos processos, às semelhanças e às particularidades de cada caso) foram acompanhados de reflexões que colocavam como paradigma as ditaduras do sul da Europa - a procura do estabelecimento de paralelos e da compreensão daquelas experiências à luz das necessidades explicativas dos casos concretos latino-americanos.

A escolha mais premente de certas temáticas não significa que aquelas análises desconhecem o teor da violência estatal como componente importante do disciplinamento promovido pelo novo sistema e da existência de formas qualitativamente novas de coerção estatal. Efetivamente, a ausência de referências mais precisas sobre a dimensão e a duração dos esquemas repressivos das diversas experiências nacionais não escondia a percepção de que se estava frente a formas qualitativamente novas de coerção estatal.

Em duas importantes coletâneas de textos⁷⁸ que centravam o debate sobre o modelo de Estado Burocrático-Autoritário (BA) proposto por Guillermo O’Donnell, o fator repressão estatal era colocado de forma bastante diluída. O próprio O’Donnell, nas suas premissas fundamentais,

⁷⁸ O Novo Autoritarismo na América Latina, organizado por David Collier (1982) e o Estado Autoritário e Movimentos Populares, coordenado por Paulo Sérgio Pinheiro (1979).

indicou que o Estado BA, ao excluir os setores populares, fechava-lhes as vias de acesso às estruturas estatais, reprimindo-os e desativando-os politicamente. Essa iniciativa do Estado BA foi condizente com outra importante premissa: a de que a despolitização dos setores populares foi um dos objetivos centrais da nova ordem, pois era mister reduzir as questões sociais e políticas a simples problemas de gerenciamento técnico. De forma mais direta, o autor afirma que o Estado BA, após impor esmagadora derrota ao setor popular não pode esconder o fato de que é fundado na coerção.⁷⁹

Apresentando outros elementos vinculados à função repressiva, O'Donnell reforça que a exclusão política que visa atingir os setores populares mobilizados (ativados) antes da intervenção autoritária é uma condição de sobrevivência do novo sistema de poder. Essa exclusão é materializada na destruição dos meios que fomentavam aquela ativação.⁸⁰ Sem explicitar os mecanismos específicos de como isso acontece, o autor destaca genericamente a supressão da cidadania, a liquidação das instituições democráticas e a coação física, sem oferecer, contudo, maior detalhamento da mesma. Observa-se que os pontos citados pelo autor, além de pouco úteis em termos de precisão conceitual, parecem distantes de outras análises que inferem a existência do TDE. Todavia, O'Donnell, apesar de preocupado com outras questões - sobre as quais realiza pertinentes contribuições -, descreve os temores não só dos “vencidos” mas também dos “vencedores”. Em relação aos primeiros, diz que:

[...] o melhor que se pode esperar é um “consenso tácito”, isto é despolitização, apatia [...]. E medo. Medo por parte dos perdedores e dos adversários do BA, que resulta da capacidade conspícua do BA para a coerção.⁸¹

Quanto aos vencedores, O'Donnell afirma que estes também sentem medo pois: “[...] enfrentam o espectro de uma volta à situação que precedeu à implantação do BA. [...] medo [...] de qualquer ‘solução política’ que possa levar possivelmente a essa volta [...]”⁸²

Aqui, o autor indica um outro aspecto relevante: o projeto de interrupção democrática é de médio ou longo prazo. A desconfiança de uma negociação entre parte dos seus aliados e os derrotados visando reverter o quadro político leva os militares, na percepção de O'Donnell, a garantir um certo grau de autonomia e a incrementar a ação despolitizadora. O temor dos setores que controlam o novo regime mostra que “parece impeli-los por um caminho de coerção que não

⁷⁹ O'DONNELL, Guillermo. Tensões do Estado Autoritário-Burocrático e a Questão da Democracia. In: COLLIER, David (org.). **O Novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 268.

⁸⁰ Idem, p. 274.

⁸¹ Idem, p. 277.

⁸² Idem, p. 278.

conhece nenhum limite.”⁸³ Ou seja, sem explicitá-la, O’Donnell esboça a essência da dinâmica repressiva ilimitada presente, concretamente, em diversas ditaduras de SN; sem se propor isso, o autor anuncia a lógica do TDE.

Entre aqueles autores que debateram o modelo apresentado por O’Donnell, Robert Kaufman e Fernando Henrique Cardoso são os que, apesar de não privilegiar a coerção estatal nas análises, esboçaram, porém, uma avaliação sobre o perfil repressivo do Estado de SN. Ao distinguir o militarismo de Segurança Nacional e sua atuação coercitiva de outras experiências repressivas na mesma região, Kaufman destacou a existência de uma repressão sistemática baseada, principalmente, na tortura - “com crueldade e eficiência inusitada” - e no emprego corrente de instrumentos públicos de vigilância.⁸⁴ Esses mecanismos se sobrepuseram a outros, como a intervenção no ensino, a suspensão dos processos eleitorais, a intervenção no Poder Legislativo e a desmobilização sindical. Kaufman considera que as experiências ditatoriais chilena, argentina e uruguaia foram as mais repressivas dos Estados BA.

Em relação a Cardoso, este reconheceu o caráter repressivo comum dos regimes autoritários latino-americanos, enfatizando o: “[...] uso continuado da repressão, com toda a desmoralização e alienação produzidas pelo uso generalizado da violência [...]”⁸⁵ (grifo meu). Ainda reconheceu a implementação de um sistema de terror nas experiências uruguaia e argentina⁸⁶ e ressaltou que no Chile o golpe que instalou a Junta Militar foi bem sucedido na destruição das organizações populares e de esquerda.⁸⁷ Nesta mesma linha, David Collier também constatou o uso da “repressão pura” no Chile e no Uruguai⁸⁸ e caracterizou o caso brasileiro como exemplo do uso extensivo da tortura.⁸⁹ Collier coincide com Julio Cotler ao afirmar que a quebra institucional imposta pelos militares e sua intervenção generalizada na sociedade, nos golpes de Estado dos anos 60 e 70, se reveste de um caráter inédito.⁹⁰ Neste aspecto, há concordância com Atilio Borón, que reconheceu também um significado novo na intervenção das Forças Armadas, a partir da pretensão em assumir o papel de “partido da ordem.”⁹¹

⁸³ Idem.

⁸⁴ KAUFMAN, Robert. Mudança Industrial e Governo Autoritário na América Latina: Uma Crítica Concreta ao Modelo Autoritário-Burocrático. In: COLLIER, idem, p. 156.

⁸⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Os Regimes Autoritários na América Latina. In: COLLIER, idem., p. 55.

⁸⁶ Idem, p. 54.

⁸⁷ Idem, p. 52.

⁸⁸ Idem, p. 342.

⁸⁹ Idem, p. 435.

⁹⁰ COTLER, Julio. Estado e Regime: Notas comparadas sobre o Cone Sul e as sociedades “Enclave”. In: COLLIER, idem.

⁹¹ Para Borón “[...] não se trata agora do pronunciamento de um caudilho militar senão que é a própria instituição militar na sua totalidade a que ‘ocupa’ militarmente os aparelhos do Estado projetando sua própria estrutura hierárquica de poder sobre o cenário da organização estatal”. A idéia de “partido da ordem” relaciona-se ao fato

Dentro das interpretações que partem do modelo explicativo do fascismo latino-americano, o caráter repressivo ocupou um espaço mais central na análise relativa a experiências concretas, o que não surpreende se pensarmos que a matriz dessas interpretações explicita acentuadamente esse fator: “O Fascismo no Poder é [...] a ditadura terrorista descarada dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do Capital Financeiro.”⁹² Tal destaque foi retomado em uma das principais obras já escritas sob essa perspectiva, *Teoría social y procesos políticos en América Latina*, de Agustín Cueva.⁹³ Para ele, a prática de um terror moderno, institucionalizado e sistemático expressou uma mudança qualitativamente nova na forma como a superestrutura estatal procurou atingir os movimentos populares organizados, principalmente, o operariado. É um “sistema de dominação baseado no terror puro e mudo”,⁹⁴ fato sempre associado, como reforçava Cueva, aos interesses do capital monopólico. Foram regimes políticos que exerceram uma coerção universal e permanente, um autoritarismo repressivo de Estado levado ao extremo⁹⁵, exemplificados na existência de campos de concentração e salas de tortura no Chile, na tortura massiva do pau-de-arara no Brasil e na profunda violência imposta no Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina. Com estes argumentos Cueva afirmou, de forma categórica: “a América Latina sofre o terror e a barbárie.”⁹⁶

A identificação mais direta entre o caráter repressivo das ditaduras latino-americanas com o TDE, apareceu principalmente nas obras de Tapia Valdés e de Alain Rouquié,⁹⁷ também contemporâneos daqueles fatos. Rouquié, embora não pretendesse conceituar nem definir o que entendia por TDE, ao rejeitar o caráter fascista das ditaduras latino-americanas, alinhou-se ao paradigma do autoritarismo e afirmou que “esses regimes [...] talvez sejam terroristas [...]”.⁹⁸ Ao referir-se à experiência argentina, caso por ele priorizado em outras obras, particularizou a existência de uma “máquina de matar”, inerente à dimensão terrorista contra-revolucionária do militarismo argentino.⁹⁹ Embora sem explicitar o significado desse TDE que reconheceu existir, Rouquié, curiosamente, na sua obra *O Estado Militar na América Latina*, utilizou esta categoria no título do capítulo *Dos militares respetosos (da democracia) ao Estado terrorista*, embora

de que as forças armadas se constituem como “partido orgânico da grande burguesia monopólica e suas frações” BORÓN, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. 3ª ed. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC/Universidad de Buenos Aires, 1997. p. 63.

⁹² DIMITROV, Georgi. **A Unidade Operária Contra o Fascismo**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978. p. 11.

⁹³ CUEVA, Agustín. **Teoría social y procesos políticos en América Latina**. México: Edicol, s. d.

⁹⁴ CUEVA, Agustín. La fascistización de América Latina. **Nueva Política**, México, n. 1, enero-mayo 1976. p. 160.

⁹⁵ Idem, p. 127

⁹⁶ Idem, p. 157

⁹⁷ TAPIA VALDÉS, op. cit.

⁹⁸ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. p. 316.

⁹⁹ Idem, p. 325

sem tecer nenhuma consideração a esse respeito.

Em um pequeno texto de divulgação, Revello, Porrini & Schol incorporaram o fenômeno do TDE aos regimes repressivos do Cone Sul, identificando-o como a repressão executada clandestinamente, de forma totalmente ilegal e através de atentados, assassinatos, seqüestros, desaparecimentos e da aplicação massificada de torturas diversas, inserido em um processo de conquista e ocupação do espaço político-institucional por parte das Forças Armadas. Lembram, também, que:

Los militares pasan a ser ministros, subsecretarios, jueces, directores de empresas del Estado, jefes de servicios a distintos niveles. [...] sin embargo: en todas estas dictaduras no faltan jamás civiles dispuestos a colaborar, entre ellos los tecnocratas y economistas liberales, así como ciertas “personalidades” de los partidos burgueses tradicionales.¹⁰⁰

Independente da presença dos civis nesses regimes, ao projetarem-se desta forma, as Forças Armadas impuseram uma espécie de militarização da sociedade que variou, de país a país, mas que, em geral, disseminou valores, posturas de subordinação, ordem, disciplina, eficiência, autoridade, serviço, patriotismo, etc.¹⁰¹

Tapia Valdés, integrante do primeiro escalão da administração Allende e vinculado à linha interpretativa do fascismo latino-americano, ressaltou que os golpes de Estado que propiciaram o advento das ditaduras foram antecidos pelo recurso de uma técnica comum que solapou as bases democráticas do regime anterior: “[...] la exacerbación del conflicto social y la quiebra terrorista del orden y paz sociales por medio de grupos paramilitares de ultraderecha [...]”¹⁰² Cabe assinalar que Tapia Valdés relacionou a DSN às práticas de TDE, responsabilizando os mentores e os defensores da primeira pelas ações perpetradas pelo segundo. Em outras palavras, foi a DSN, associada às contradições internas existentes, que incubou e justificou a brutal intervenção nas sociedades latino-americanas do período.

Uma avaliação final sobre a posição dos autores citados quanto ao reconhecimento ou não da existência de um caráter repressivo de novo tipo nas ditaduras latino-americanas, independente da sua denominação, torna necessário salientar alguns aspectos. Em primeiro lugar, seja como necessidade de impor as novas formas de acumulação, seja pela consolidação dos novos regimes, seja pela reorientação da sociedade segundo os interesses dominantes ou seja pela articulação de todas estas orientações, o fato é que as diversas interpretações reconhecem a existência de uma função coercitiva de legitimação das mudanças implementadas. Em segundo

¹⁰⁰ REVELLO, Cecilia; PORRINI, Rodolfo; SCHOL, Alexis. **Las Dictaduras Militares en América Latina**. Montevideo: Las Bases, 1986. p. 28.

¹⁰¹ Idem.

lugar, entretanto, o papel que desempenhou a dimensão repressiva foi colocado como elemento secundário diante dos focos centrais de cada análise (com a exceção da matriz do fascismo latino-americano, onde ocupa uma posição de destaque). Finalmente, mesmo a ênfase dada por Agustín Cueva e outros autores que partilham das suas premissas ao caráter terrorista das ditaduras, a repressão foi mais em função do entendimento do papel que cumpria a violência nos sistemas fascistas de dominação do que produto de uma avaliação concreta e específica das ditaduras militares do Cone Sul. Neste sentido, a ênfase na palavra terror não significa avançar em termos de precisão conceitual a partir dos dados constatados no plano concreto. De certa forma, a não ser pela constatação de maior grau de violência, esta interpretação mostrou-se tão imprecisa quanto a dos demais autores apresentados (com exceção de Tapia Valdés).

Esta insuficiência de precisão pode ser entendida como conseqüência de vários motivos. Primeiro, do desconhecimento, na época, da dimensão da violência estatal. É evidente que isto relacionou-se com uma consciente sonegação de informações por parte das cúpulas de poder das ditaduras, pretendendo ocultar suas próprias responsabilidades. As informações detalhadas sobre a violação de direitos humanos estão entre os mais preciosos segredos que se tentou controlar ou destruir - mais até que as denúncias de corrupção estatal. Segundo, do interesse e da preocupação dos pesquisadores em responder questões pertinentes aos projetos políticos e programas econômicos implementados, considerados mais urgentes no contexto da ditadura e do início da transição à democracia. Terceiro, da dificuldade em avaliar um processo em andamento com conhecimento e informações muito restritas de um universo marcadamente fragmentado (os espaços censurados ou autocensurados do interior dos regimes, o mundo das prisões políticas, a comunidade do exílio, o cenário de imersão na clandestinidade, etc.). A isso, acrescentam-se os estágios e ritmos variados nos diversos países onde as tendências, permanências e contradições de uma dinâmica de mudança ainda eram de difícil percepção - tanto caso a caso quanto em perspectiva comparada.¹⁰³ Entretanto, estas apreciações não significaram que alguns indícios de novos elementos ou novas formas de violência estatal não estivessem sendo considerados nas pesquisas e nas análises sobre os regimes repressivos da região, apesar da dificuldade de inseri-los de forma mais pontual nas diversas lógicas explicativas.

O TDE, enquanto categoria analítica, passou a ocupar maior espaço nos anos 80, a partir das análises realizadas sobre a instrumentalização que, principalmente, na América Central, fazia a política Reagan dos seus aliados (governamentais ou não) para enfrentar e

¹⁰² TAPIA VALDÉS, op. cit., p. 27.

¹⁰³ Típico problema colocado como limitador das possibilidades da abordagem histórica e que o debate sobre a História Imediata e o Tempo Presente procuram superar.

destruir importantes projetos revolucionários e organizações populares da região. Com conotações políticas, o TDE vinha sendo denunciado por organizações vinculadas aos direitos humanos, tanto no interior das ditaduras do Cone Sul quanto no exterior, através do exílio e da solidariedade internacional, desde o final da década de 70. Essa dupla ação contribuiu para que o TDE ganhasse espaço como categoria analítica a ser aplicada nos novos estudos sobre aquelas experiências concretas, abrindo novas possibilidades explicativas, o que permitiu a retomada da reflexão das primeiras análises feitas sobre as ditaduras de SN. Autores que aparentemente tinham relegado o caráter repressivo das mesmas a um plano muito secundário, mudaram de atitude e, sem alterar seus focos de atenção, passaram a posicionar-se de forma mais objetiva em relação àquelas experiências. O caso de Guillermo O'Donnell é exemplar. A análise cronológica da sua produção sobre o tema confirma essa mudança. Possivelmente, o contato com os depoimentos e documentos tornados públicos no final das ditaduras, particularmente a argentina, em 1984, gerou a necessidade de focalizar a violência estatal. Impactado diante do desborde dos limites da violência do Estado BA, ao referir-se à Argentina, em um texto denominado '*Voz horizontal*' e *representação política*, publicado no livro *Contrapontos: autoritarismo e democratização*, diz que:

[...] o regime implantado foi, em uma palavra, terrorista. Ele não somente aplicou uma rígida e cruel repressão contra muitos indivíduos, como o fez de uma forma descentralizada, grandemente imprevisível e, no geral, clandestina. Tudo isto é bastante conhecido hoje em dia, de modo que não creio ser necessário entrar em maiores detalhes. Só devo enfatizar que os riscos eram difíceis de serem avaliados. Praticamente qualquer um (porque ele ou ela tinham sido ativistas políticos no passado ou simplesmente porque conheciam alguém que era suspeito de ser "subversivo" por algum órgão de repressão), podia ser seqüestrado, torturado e assassinado, sem nem mesmo ter conhecimento dos motivos para isto. Além disso, uma vez que o regime - em consonância com sua natureza profundamente terrorista - se recusava a estabelecer quaisquer regras claras sobre o que era ou não passível de punição, era praticamente impossível sentir-se seguro. (Em nossos melancólicos encontros com amigos chilenos e uruguaios acabávamos descobrindo que sentíamos inveja de seus regimes, não menos repressivos, porém mais burocratizados e, portanto, mais previsíveis...).¹⁰⁴

Este trecho é extremamente rico para identificar os novos elementos que o autor incorpora (o que não contradiz seu modelo explicativo; pelo contrário, o complementa). O'Donnell reconhece uma categoria nova, a do terrorismo estatal, e mostra-se realista ao tentar definir a abrangência e a contundência do mesmo. Destaca a fragilidade do indivíduo que está a sua mercê e que sofre muito mais do que o somatório da violência policial de rua, da censura e da interrupção da vida político-partidária de um país. A referência que faz, a modo de

depoimento pessoal, sobre a simultaneidade da violência estatal na região vincula o sistema repressivo de SN como elemento comum de certos Estados BA.

Em outro artigo¹⁰⁵ publicado na mesma obra, mas escrito antes do texto recém citado, dedicou à ditadura argentina adjetivos bem ásperos e até incomuns para um intelectual desse porte, ao mostrar profunda indignação com o fato de tratar-se de um governo: “[...] tão ‘extremista’, tão violento e, como alguns só viram no final, tão louco.”¹⁰⁶ (grifo meu)

1.3 - CARACTERIZAÇÃO DO TERROR DE ESTADO

A proposta desta pesquisa em analisar o TDE está pautada pela compreensão da dinâmica específica do contexto de implementação das ditaduras de SN do Cone Sul latino-americano, entre os anos 60 a 80. Numa dimensão maior, pensamos tais experiências dentro da dinâmica do desenvolvimento do sistema capitalista e das suas contradições. Neste recorte, portanto, desconsideramos (mas sem negá-las), as experiências de TDE ocorridas em determinados países socialistas. Quanto ao TDE resultante da dinâmica capitalista, entendemos que é um instrumento de dominação e disciplinamento que os setores economicamente dominantes utilizam para enfrentar um determinado e agudo questionamento que se dá através de um ameaçador embate político e social.

Também esclarecemos que não abordamos a discussão desde a ótica do totalitarismo porque entendemos que este conceito é aplicado de forma indiscriminada a experiências autoritárias - tanto de direita quanto de esquerda - que, entretanto, apresentam elementos norteadores muito diferenciados e que se baseiam em premissas e projetos que divergem em essência (caso da comparação das experiências do regime fascista, por um lado, e do estalinismo, por outro). Além do que consideramos grande parte dos elementos priorizados no debate sobre esse fenômeno histórico, em realidade, secundários, embora ocupem uma centralidade em detrimento de outros fatores essenciais para dar-lhes inteligibilidade.

Terror de Estado e terrorismo não-estatal não são modalidades equivalentes do mesmo fenômeno. Em realidade, há uma diferença fundamental entre elas que está implícita no fato de que qualquer cidadão que tenha sido agredido nos seus direitos, liberdades ou propriedades por outros indivíduos, sempre tem (ou deveria ter) a sua disposição as

¹⁰⁴ O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. São Paulo: Vértice, 1986. p. 104.

¹⁰⁵ O'DONNELL, Guillermo. E eu com isso? Notas sobre sociabilidade e política na Argentina e no Brasil. In: O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. Op. cit.

instituições públicas do Estado, às quais pode recorrer para sua defesa ou para exigir justiça. Porém, se a ameaça de agressão ou a agressão propriamente dita parte da esfera pública, o cidadão fica totalmente exposto, indefeso, pois, frente a essa situação, não existe nenhuma instância superior a qual recorrer dentro do território nacional. Isto torna este terrorismo muito mais criminoso, para o cidadão comum, do que aquele praticado por grupos específicos.¹⁰⁷ Seu caráter criminoso geral e global está determinado pela violação dos direitos humanos, pelos crimes políticos e um acentuado belicismo. O caráter clandestino das suas ações, desencadeadas às margens da lei, encobrem que a auto-justificadora “guerra interna” se torna, por iniciativa estatal, uma “guerra suja”.¹⁰⁸

Segundo as palavras de Willian Schulz, o fenômeno do TDE é: “tão velho como a sociedade de classes”.¹⁰⁹ Contudo, há um consenso de que, enquanto sistema de dominação interna, seu primeiro antecedente significativo ocorreu durante a Revolução Francesa, especificamente, no período do Terror dirigido pelos jacobinos desde o Comitê de Salvação Pública. É pertinente associar o TDE aos processos fictícios montados pelos tribunais revolucionários, onde, de fato, a mera suspeita e delação geraram perseguições contra os denominados “inimigos do povo”; neles, não cabiam recursos nem apelações contra as sentenças proferidas, pois sua função básica era a condenação e a execução imediata dos acusados.¹¹⁰ Portanto, pode-se considerar a prática desses comitês e tribunais revolucionários como antecedente direto do TDE; contudo cabe uma objeção: é necessário relativizar essa experiência, pois ela ocorre em um contexto revolucionário completamente aberto quanto às possibilidades políticas, com intenso confronto social e onde a uma violência revolucionária se contrapunha uma violência contra-revolucionária extremamente forte e articulada com aliados do Antigo Regime continental e da Inglaterra burguesa. Estes aspectos dão a essa experiência uma conotação qualitativamente particular e muito diferente do que é encontrado nos cenários da instalação dos regimes de SN. Nestes, a violência estatal foi expressão de regimes de força que destruíram uma cultura democrática e uma legalidade institucional de cenários tensionados - mas não revolucionários - ou, como no caso chileno, de um governo de esquerda que agiu dentro dos marcos da legalidade da própria democracia burguesa.

A promoção do TDE começa quando, desde o interior das estruturas do próprio Estado,

¹⁰⁶ O'DONNELL, idem, p. 134.

¹⁰⁷ FRONTALINI, Daniel; CAIATI, María Cristina. **El mito de la Guerra Sucia**. Buenos Aires: CELS, 1984. p. 83.

¹⁰⁸ ALDRIGH, op. cit., p. 59.

¹⁰⁹ SCHULZ, op. cit., p. 9.

¹¹⁰ ANDRADE, op. cit., p. 9; BAEYER-KATTE, W. V.; GRIMM, T. *Terrorismo*. In: KERNIG, C. D. **Marxismo y Democracia**. Sociología 4. Madrid: Rioduero, 1975.

se organiza uma rede que envolve as instituições coercitivas, por onde se intensifica o fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência, publicamente inacessível, e que afunila no Poder Executivo. Simultânea e sorrateiramente, impõe-se o desequilíbrio na relação entre poderes, fato que evidencia um componente autoritário em gestação. Para Frontalini & Caiati o Estado se transforma em terrorista quando, ao exercer um poder, o faz sem sofrer controle de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil.¹¹¹

O terror, como forma específica de poder, tem duas dimensões. Uma, comportamental: a imposição da adaptação da população ao novo padrão de comportamento político desejado e a obediência absoluta às diretrizes dos setores que detém o controle do poder. A segunda, ideológica: molda as instituições a fim de obter, mediante mecanismos de cooptação, uma obediência voluntária que permita conformar novos sujeitos políticos.¹¹² Mignone reforça a ênfase no caráter clandestino da repressão, no uso arbitrário dos mecanismos coercitivos legais e na falta de garantias e defesa da população.¹¹³ Como variante destas definições, Horacio Riquelme apresenta o conceito de “violência organizada”, contraponto da violência institucional, componente característico do Estado inserido num plano de legalidade. A “violência organizada”, permeia todo o sistema estatal e está investida de TDE,¹¹⁴ correspondendo ao tratamento intimidatório de matiz variado que pode inclusive chegar à própria possibilidade do aniquilamento.¹¹⁵ Seus resultados concretos podem ser medidos no estabelecimento de situações que variam entre um violento disciplinamento até a “institucionalização do horror”.¹¹⁶ Considerando todos esses aspectos, é de extrema pertinência a definição de Terror de Estado elaborada por Miguel Bonasso:

[...] un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión “legal” (la consentida por el marco jurídico tradicional) y que debe apelar a “métodos no convencionales”, a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar la oposición política y la protesta social, sea ésta armada o desarmada.¹¹⁷

¹¹¹ FRONTALINI; CAIATI, op. cit., p. 83.

¹¹² CORRADI, Juan E. El método de destrucción. El terror en la Argentina. In: QUIROGA, Hugo; TCACH, César (comps.). **A veinte años del golpe. Com memoria democrática**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1996.p. 89.

¹¹³ Apud PASCUAL, Alejandra L. **Terrorismo de Estado. A Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 133.

¹¹⁴ Riquelme lembra que, em realidade, o conceito “violência organizada”, utilizado recorrentemente por ele, é uma aceção usual na linguagem das organizações internacionais como ONU e OMS e que pode ser entendido como sinônimo de Terror de Estado. RIQUELME, Horacio. América do Sul: direitos humanos e saúde psicossocial. In: RIQUELME, Horacio (edit.). **Era de Névoas. Direitos Humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina**. São Paulo: EDUC, 1993. p. 33.

¹¹⁵ RIQUELME, idem.

¹¹⁶ SERPAJ. **Uruguay Nunca Más**. Informe Sobre la Violación a los Derechos Humanos (1972-1985). Montevideo: SERPAJ, 1989.

¹¹⁷ BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan et al. **Terrorismo de Estado. El papel internacional de**

No caso dos regimes de SN do Cone Sul, o TDE apresentou desempenhos e resultados diversos; isto ocorreu em função das especificidades de cada processo interno. Há, entretanto, alguns êxitos comuns como a eliminação das lideranças populares, o enfraquecimento e o isolamento acentuado da esquerda e o enquadramento dos setores reformistas. O TDE se manifestou através de modalidades variadas dentro de uma vasta gama de mecanismos coercitivos, repressivos e de controle. Recursos tradicionais do poder de Estado como autoridade, prestígio, castigo, reabilitação, privilégios e corrupção foram acrescidos de modernos recursos de controle, persuasão e dissuasão além das novidades tecnológicas e das novas contribuições da contra-insurgência que qualificaram as atividades no campo da inteligência, da espionagem, da tortura, dos interrogatórios assim como o uso dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e imprensa escrita).

Na sua dinâmica de funcionamento o TDE visou atingir tanto alvos selecionados (lideranças políticas, militantes sociais, intelectuais) quanto indiscriminados. Isso ocorreu pela existência de um grande número de “inimigos” reconhecidos como tais e localizados em “zona de combate” - área guerrilheira, bairros populares, prédios universitários e secundaristas - e pela identificação da população, em geral, como potencial inimiga. O ponto de partida foi a afirmação da existência de uma “guerra interna” contra um inimigo infiltrado por toda a sociedade, agente da conspiração internacional solapadora dos valores e princípios dos que controlavam a ordem vigente.

O TDE projeta o abandono ou anulação do processo judicial legal para a determinação da autoria de um delito e das conseqüentes responsabilidades cabíveis, assim como torna impreciso os fatos puníveis. A aplicação de métodos repressivos “não-convencionais” implica no abandono dos marcos legais e leva à clandestinização de ações estatais, na medida em que o seqüestro e a tortura, entre tantos outros registrados, são constitucionalmente proibidos. Conjuntamente ocorre a sonegação de informações sobre o destino dos detidos e a omissão da aplicação de medidas e garantias de salvaguarda aos cidadãos, de modo geral. Deve salientar-se, igualmente, que a criação de uma estrutura clandestina de repressão é concomitante à permanência da estrutura visível; a funcionalidade desta se manterá, embora a intensidade e abrangência poderá variar caso a caso. Conjuntamente, a impunidade também está presente, tanto diante das responsabilidades pela aplicação de tais procedimentos contra qualquer cidadão considerado “inimigo” quanto na agressão a vítimas consideradas inocentes pelo próprio sistema

repressivo.¹¹⁸

O jurista romeno Eugene Aroneau denomina de “Estado delinqüente”, o Estado que estabelece uma política global de terror. Na análise da manifestação concreta do mesmo, descreve uma série de etapas sucessivas que atestam seu desenvolvimento e maturação. Assim, numa primeira etapa, diz que, para um conjunto de pessoas identificadas através de critérios particulares como raça, religião, nacionalidade ou filiação política, ocorre a interdição do direito penal. Uma segunda etapa está marcada por uma postura duplamente nociva da força pública. Por um lado, ela está ausente, é omissa ou é conivente na aplicação do direito penal que devia proteger os cidadãos agredidos pelos “excessos” da violência estatal. Por outro, ela está presente e bem ativa no momento da detenção, transporte ou execução das vítimas. Finalmente, há uma terceira etapa, em que ocorre a consolidação no poder do Estado delinqüente, momento a partir do qual o terror gerado e desencadeado não resulta de “erros” ou “excessos” cometidos pelas forças de segurança, mas sim é o produto “de un sistema definido, previamente organizado y alentado desde la estructura del poder.”¹¹⁹

O sociólogo Juan Corradi apresenta duas contribuições importantes para a compreensão das delimitações do fenômeno da implementação do TDE. Primeiramente, especifica o universo que está sendo visado. Sendo assim, considera que há um “processo de Terror” em andamento quando os que controlam o poder assumem como função a indução e multiplicação do medo sobre toda a população, o que pode iniciar a partir das primeiras medidas de controle, vigilância, restrição de liberdades, discussão e imposição de mudanças normativas na legislação repressiva. Já quando se intensifica a violência estatal através da aplicação das modalidades repressivas mais diretas e brutais, ocorre uma “fase de Terror”.¹²⁰

A segunda contribuição de Corradi consiste na identificação de “zonas de terror”, o espaço social das vítimas diretas e do seu entorno mais imediato (os “grupos de risco”). As “zonas de terror” são alvos de ação seletiva onde se gera uma violência e um medo decorrente que ficam confinados no seu interior. As mesmas se distinguem da dimensão espacial maior, global, denominada pelo autor de “sistema de terror”, embora talvez o mais correto seria pensar em uma “zona de terror total” ou “global” (evitando uma comparação inapropriada entre espaço e metodologia da ação).

Por sua vez, Noam Chomsky e Edward Herman¹²¹ introduziram uma outra dimensão

¹¹⁸ Ernesto Garzón. Citado por PADILLA BALLESTEROS, op. cit.

¹¹⁹ FRONTALINI; CAIATI, op. cit., p. 83.

¹²⁰ CORRADI, op. cit., p. 90.

¹²¹ CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Banhos de sangue**. São Paulo: Difel, 1976. Também: CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Washington y el fascismo en el tercer mundo**. México: Siglo XXI, 1981.

do TDE, a da instrumentalização de um *terror benigno* e de um *terror maligno*. O *terror benigno* é aquele promovido pelos EUA e seus aliados contra setores sociais, organizações ou Estados de orientação contrária aos seus interesses e dos seus sócios locais. É um terror apresentado e justificado como imprescindível e salutar, pois seu objetivo basilar é o de eliminar os elementos “comunistas” e “antidemocráticos”. Seu caráter salvacionista justifica os meios empregados (torturas, execuções, desaparecimentos, etc.) para garantir a salvação da civilização democrático-ocidental-cristã. Os *banhos de sangue* (*bloodbath*), expressão empregada por Chomsky & Herman para identificar a aplicação da violência estatal promovidos pelo *terror benigno*, são corretos, absorvíveis e justificáveis, inclusive, concluem Chomsky & Herman, porque “são nossos”. São desejados, pois através deles as populações terceiro-mundistas são mantidas sob controle.

Rojas Mix, na sua análise sobre o Chile de Pinochet, lembra que algumas autoridades eclesiais, como Monsenhor Tagle, bispo de Valparaiso, reforçavam a idéia de que: “[...] un baño de sangre era necesario para purificar el país”, alusão ao desafio da “cruzada” anticomunista”.¹²² No contexto da Guerra Fria, portanto, a violência contra as populações foi ignorada ou, em vez de ser associada aos *banhos de sangue* ou aos métodos terroristas estatais, acabou sendo apresentada como pouco inteligível e tolerado “reajuste” interno.

Em compensação, a violência estatal ou *banhos de sangue* promovidos pelos regimes vinculados ao campo comunista foram denunciados até a exaustão como *terror maligno* e como tais combatidos, pois eram expressão da ameaça da expansão soviética.¹²³ Chomsky & Herman acrescentam que esta tem sido a percepção que, desde os anos 60, tem sido difundida nos EUA para a opinião pública interna e externa. O “nosso terror” (o dos EUA e dos seus associados) é benigno, pois visa salvar a civilização, e os *banhos de sangue* resultantes são lamentáveis mas justificáveis, como os “efeitos colaterais” dos anos 90. Já o terror “dos outros” (promovido pelos inimigos internos e externos) é maligno, destrutivo e é expressão de barbárie.

Alguns regimes, ao defender a intervenção enérgica para proteger seus sagrados valores societários do que consideraram um ataque do comunismo internacional, assumiam, mesmo que na defensiva, os argumentos próximos à compreensão do *terror benigno* anunciado por Chomsky & Herman. Ou seja, o Estado, quando impedido de continuar ignorando as

¹²² ROJAS MIX, Miguel. La dictadura militar en Chile y América Latina. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. (org.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 17.

¹²³ Nos EUA, estudantes, militantes afro-americanos dos Panteras Negras e intelectuais de esquerda que protestavam contra a Guerra do Vietnã, eram acusados de violentos e terroristas por um governo que havia jogado mais de cinco milhões de toneladas de bombas, em doze anos, sobre um pequeno país camponês sem meios de defender-se. CHOMSKY; HERMAN, **Washington y el fascismo en el tercer mundo**. op. cit.

denúncias ou impossibilitado de negar as evidências incriminatórias dos crimes estatais, assumia o pragmatismo da *razão de Estado* e reconhecia que a política repressiva era o último recurso diante do *terror maligno* dos grupos “subversivos”. Argumentava que, diante do esgotamento de ações políticas, preventivas, coercitivas e exauridas todas as possibilidades de ação dentro dos marcos da lei, em nome da cidadania, da pátria e em “defesa” das liberdades democráticas, apelara para o recurso de um sistema estatal específico para vencer a guerra interna.

Essa justificativa está presente, por exemplo, em uma rara entrevista publicada duas semanas após o atentado contra o *World Trade Center* (setembro de 2001), com o coronel da reserva uruguaio Manuel Cordero,¹²⁴ um dos oficiais mais envolvidos no esquema da coordenação repressiva internacional (Operação Condor). Cordero participou de casos de seqüestro, tortura, assassinato, desaparecimento e apropriação de crianças junto à comunidade uruguaia exilada em Buenos Aires, após o golpe de Estado naquele país, em 1976. Em 2001, protegido pela *Ley de Impunidad*,¹²⁵ veio a público para falar contra o terrorismo chocado, segundo informou, com a imagem das torres desabando. Cordero recolocou, então, as clássicas justificativas utilizadas durante a vigência dos regimes de SN, abaixo reproduzidas parcialmente pela importância da argumentação e pelo impacto produzido, mostrando claramente os desdobramentos de um TDE ainda em aberto e não resolvido:

Búsqueda - En los últimos años usted se ha negado a ser entrevistado. ¿Por qué cambia ahora de actitud?

Cordero – [...] Lo que me llevó a aceptar la entrevista fue el impacto del ataque terrorista a las torres gemelas en Nueva York. Las imágenes en la televisión me recordaron la sin razón de las agresiones terroristas vividas por este país años atrás y las consecuencias que se arrastran hasta ahora.

Búsqueda - ¿A qué agresiones se refiere?

¹²⁴ O coronel do Exército Manuel Cordero, integrante do *Servicio de Información de Defensa* (SID) e do *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCA), foi acusado diante da justiça argentina por ter participado, em maio de 1976, nos assassinatos do senador uruguaio Zelmario Michelini e do Presidente da Câmara de Deputados do Uruguai, Héctor Gutiérrez Ruiz, então exilados em Buenos Aires. Ele é acusado também de ter participado em interrogatórios nos quais se aplicou tortura física e psicológica a cidadãos uruguaio detidos ilegalmente, em Buenos Aires, no centro clandestino *Automotores Orletti*, durante o ano de 1976. Numerosos depoimentos de sobreviventes confirmam tal denúncia, pela qual foi processado pela justiça argentina, que solicitou sua extradição ao governo uruguaio em 1986. Cordero participou também nos traslados forçados ao Uruguai, sem julgamento nem extradição, de cidadãos uruguaio detidos em *Automotores Orletti*. Comandou, junto com o tenente coronel Gavazzo e o major Rama, a aplicação de torturas aos detidos trasladados da Argentina, no centro clandestino de detenção de *Punta Gorda (300 Carlos R, Infierno Chico)* e na sede do SID (*La Casona, La Mansión*), ambos em Montevideu. Ainda esteve envolvido em ações de coordenação repressiva, junto com repressores da ditadura argentina no marco da Operação Condor, em crimes de homicídio, tortura, privação de liberdade, ameaças, seqüestro de crianças, extorsão e furtos, entre outros delitos.

¹²⁵ Denominação popular da *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*. Lei aprovada em 1986, sob orientação da administração Sanguinetti. Consagrou a impunidade dos agentes que violaram os direitos humanos durante a ditadura. Cf. capítulo 6, nota 160.

Cordero - A las del terrorismo uruguayo. Especialmente, la guerrilla tupamara. [...]

Búsqueda - El presidente de Estados Unidos, George Bush, dijo que la respuesta al terrorismo debe ser “guerra a muerte” y exhortó a combatirlo mediante una guerra total. ¿Usted qué opina?

Cordero - Lo comparto totalmente. [...]

Búsqueda - Propuestas de integrantes del gobierno estadounidense para combatir a Bin Laden incluyen acciones irregulares. ¿Comparte esa metodología?

Cordero - Totalmente, especialmente cuando quien recibe los ataques es un Estado. Históricamente la única forma de combatir acciones irregulares es mediante un método similar. Me parece importante destacar que el mejor éxito se obtiene mediante la prevención y en Uruguay, durante las décadas de los años 60 y 70, tampoco se hizo nada para prevenir los ataques terroristas.

Búsqueda - De sus argumentos se deduce que considera que lo sucedido en Estados Unidos es un calco de lo que ocurrió en Uruguay con la diferencia del tamaño de los países. ¿Es así?

Cordero: Sí [...].

Búsqueda - Entonces, ¿justifica que en Uruguay se haya combatido a la guerrilla mediante acciones irregulares?

Cordero - No es que lo justifique, pero no me puedo imaginar otro tipo de acciones, porque si permitimos que el terrorismo se expanda sucederán otras tragedias. [...]

Búsqueda - ¿La forma es erradicar a los enemigos?

Cordero - Primero hay que prevenirlos. Después hay que ubicarlos y erradicarlos para evitar que repitan actos terroristas.

[...]

Búsqueda - Como cree usted que tienen que actuar las fuerzas estatales para enfrentar a movimientos que operan, como usted dice, con métodos “irregulares”?

Cordero - Hay que ingeniarse para tener éxito. Es un problema de ingenio. Pero además de ingenio hay que usar métodos que escapan a la guerra regular y a normas jurídicas como los Tratados de Ginebra (que establecen límites a los Estados cuando entran en guerra). El resto es jugar el partido.

Búsqueda - ¿Esos métodos implican matar, torturar, secuestrar o hacer desaparecer personas?

Cordero - Yo creo que sí, porque es la única manera. Estados Unidos lo está preconizando y su Congreso por unanimidad lo facilita.

Búsqueda - Eso en Estados Unidos. ¿También lo justifica en el caso de Uruguay?

Cordero - Le repito, no es que justifique. Es un tema de acción-reacción, porque si usted no lo hace y de su éxito depende la seguridad de los habitantes de un país y del propio Estado, ¿quién lo va a hacer?

[...] ¹²⁶

Por causa destas declarações, em novembro de 2001, o *Servicio Paz y Justicia*

¹²⁶ Jornal *Búsqueda*, 27/09/01.

(SERPAJ) e outras organizações de direitos humanos denunciaram o militar na justiça uruguaia por ter feito, através de um meio de comunicação, apologia de fatos qualificados como delito (apologia do terrorismo de Estado).¹²⁷ Pelo fato de não se ter apresentado às citações judiciais, foi denunciado por desacato, teve decretado o “fechamento de fronteiras” e, ao final, foi solicitada sua detenção, mas, nesse momento, já se encontrava no Brasil desde onde tenta, em 2005, um salvo-conduto de “refugiado político” junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Finalizando, o caráter clandestino do sistema repressivo neutraliza os controles internos das sociedades política e civil, aumenta o efeito psicológico da repressão ao torná-la anônima e onipresente e preserva o governo das denúncias que lhe são imputadas sobre a violação dos direitos humanos. Na sua projeção mais abrangente o TDE reforça mecanismos e ações que produzem efeitos psicológicos. A percepção de uma repressão anônima, clandestina e onipresente gera, nos atingidos, a sensação de abandono diante da perda de solidariedade e do quadro de injustiça vigente. A persistência desse estado de coisas difunde ainda mais a insegurança e a atmosfera de medo que leva a uma inércia da população, inércia que anula a luta por seus direitos políticos e civis e suas reivindicações sócio-econômicas.

Aqueles cidadãos que se sentem indiretamente ameaçados são alvo particular da “pedagogia do medo”, que visa gerar como efeito a incapacidade para a ação, condição para o estabelecimento de uma “cultura do medo”. Já aqueles que são convencidos pelo discurso oficial da ameaça permanente de agentes que querem acabar com as bases societárias conhecidas, pelo tom “apocalíptico” passado através dos meios de comunicação associados ou cooptados pelo sistema, juntamente com a defesa apologética da intervenção saneadora das Forças Armadas, tornam-se vítimas de uma armadilha política. Esta consiste em que, para acabar com tal ameaça (sempre superdimensionada), torna-se necessário aumentar a segurança. Ou seja, em nome desta, alguns setores sociais, convencidos ou confundidos pelo discurso oficial, tornam-se reféns de um “posicionamento” (parcialmente induzido) onde parecem concordar, pelo menos num primeiro momento, em restringir parte dos seus direitos e das suas liberdades para garantir segurança e proteção, sem se dar conta da profunda contradição em que estão caindo. Entre a liberdade e a segurança, optam pela última, conferindo, assim, legitimidade à espiral crescente da instalação/expansão do TDE. Caem, então, na armadilha de ter que procurar proteção dos “excessos de proteção” das forças de segurança.

¹²⁷ Dossiê Manuel Cordero. Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura. Porto Alegre, março de 2005.

1.3.1 - Objetivos e elementos essenciais do Terror de Estado

Como já foi colocado, a mensagem intimidatória, de onipotência e de invulnerabilidade do TDE visa, primordialmente, destruir a oposição, mas também é bem sucedida se a esvazia ou a empurra a posições defensivas. Considerando os casos gerais, a destruição da mobilização social e política é o objetivo mais imediato para justificar a interdição da democracia e a intervenção na sociedade. O segundo é a interrupção do processo de *recâmbio* e transmissão geracional dessa experiência de mobilização política e consciência crítica. Um terceiro objetivo consiste na conformação de novas gerações distantes dessa experiência, acríticas e passivas. Esses objetivos, que podem ser aplicados simultaneamente ou por etapas, fazem parte do processo de destruição do estado de consciência coletivo (fator importantíssimo nas experiências de SN da Argentina e do Uruguai). Esses objetivos que o TDE procura implementar, ao mesmo tempo, embora com ritmos e tempos diferentes, correspondem a duas ações estratégicas: o controle e a mudança dos atores sociais - nas ditaduras de SN, isso permitiu “quebrar” a geração militante dos anos 60 e 70 e moldar as posteriores. Ou seja, o TDE visa desmobilizar a população, desestruturar suas formas de organicidade, de coesão solidária, para impedir posturas reivindicatórias pontuais ou de mudanças profundas da ordem vigente. Portanto, enquanto parte de uma estratégia global, não se restringe a castigar delitos “subversivos”, mas também a enquadrar o movimento popular, liquidando seus quadros e suas reservas mediante o duplo movimento de perseguição-intimidação.¹²⁸

Nos casos concretos do Cone Sul, os golpes de Estado que instalaram os regimes repressivos cumpriram várias funções pontuais. Primeiro, a eliminação física, política e psicológica de muitos cidadãos vinculados ou suspeitos de pertencerem à oposição. Em segundo lugar, com intenção preventiva, tomaram medidas intimidatórias, dissuasivas, afetando organizações e instituições de potenciais opositores, visando soterrar qualquer chance de concretização de alternativas institucionais e adiar, no tempo, a reestruturação das organizações, a rearticulação dos quadros sobreviventes assim como o debate político que poderia ativar novas formas de atuação. Foram golpes de Estado onde os militares se apresentaram com um projeto político que extrapolou os limites de uma tradição de intervenções saneadoras (quase sempre de curto prazo). As Forças Armadas assumiram de forma inédita, um protagonismo de média e de longa duração, de acordo com as diretrizes da DSN, que, além de associar a elite política com ineficiência administrativa e corrupção, dava suporte para o novo papel (político) que devia ser

assumido pelas instituições castrenses.

Entre os elementos presentes nas diversas experiências de Terror de Estado dos regimes de Segurança Nacional, destacamos alguns que consideramos essenciais na sua configuração. O primeiro deles corresponde à “violência irradiada” (*violencia radial*), definida por Alvaro Abos. Ela difere da violência direta, que é descarregada sobre o alvo “subversivo” e que fica confinada a ele e sua família. Em realidade, se trata da irradiação, que se expande como um espiral crescente, a partir do entorno mais imediato da vítima direta, atingindo seu espaço de atuação e convivência social mais imediato (a família, os amigos, o bairro, o local de estudo ou de trabalho, etc.); por sua vez, as pessoas desses meios se tornam potenciais suspeitos e eventuais vítimas. Tanto num caso como em outro, espalham seus medos e inseguranças no interior dos seus próprios espaços particulares de atuação e de convivência, onde essa situação volta a repetir-se e assim sucessivamente, até disseminar-se, concêntrica, por toda a sociedade, como se fosse uma grande “semeadura de medo”. Os integrantes desses círculos são tratados como potenciais culpados de um comportamento “pernicioso” e ilegal, segundo os parâmetros da “legalidade” vigente: o de não se terem afastado do “subversivo” (ou do indivíduo suspeito de sê-lo). Neste sentido, a violência irradiada, ao expandir-se como ameaça concreta sobre o mundo do perseguido (vítima direta), atinge-o de novo, de rebote, duplamente, pois aumenta o seu isolamento diante de um clima de indiferença, sonegação de solidariedade, delação e escapismo, reforça a pressão sobre ele, ampliando sua mortificação. A irradiação da violência, na medida em que estimula esse clima, gera atitudes que mostram a ampliação da eficiência repressiva, o que Abos avalia como sendo fruto da “rentabilidade” do terror.¹²⁹

Assim, em primeiro lugar, se destaca aquele que diz respeito à diluição das responsabilidades entre os funcionários que administram a máquina repressiva. Esta, envolve um significativo número de funcionários civis, policiais e militares que, para a população, se tornam sinônimo, segundo palavras de Perelli & Rial,¹³⁰ de *hacedores de miedo*, ou talvez “semeadores de medo”. O maior grau de eficiência nessa dinâmica se obtém através da confirmação da participação da maior parte dos membros do aparato repressivo. Ou seja, o estabelecimento de um sistema de rodízio que forma e consolida um “pacto de honra”, expressão de uma rígida postura corporativa que acentua a coesão interna e a solidariedade repressiva. Com isso, sedimenta-se uma burocracia tecnocrática repressiva onde há divisão de tarefas controladas pela linha de comando, tornando o processo de controle social e violência

¹²⁸ ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. *El Viejo Topo*. Barcelona, n° 39, dic. 1979.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ PERELLI; RIAL, op. cit., p. 69.

organizada mais asséptico, menos explícito na sua virulência e, por conseguinte, mais suportável para os envolvidos na sua implementação.

O compromisso com a disciplina e a obediência à hierarquia diluem responsabilidades no interior da “união sagrada” do coletivo corporativo. A promessa de imunidade perpétua, resultado do corolário da imposição da impunidade almejada, é um fator que contribui nessa participação mais ampla, sobretudo da oficialidade. O sistema de rodízio procura reduzir ao mínimo as perigosas deserções por cargo de consciência mediante ações corretivas que podem variar desde a imposição do mesmo tratamento destinado aos “inimigos internos” até a “queima de arquivo”. Em todos os casos, a quebra do compromisso corporativo condena os desertores à condição de traidores, antipatriotas; pior, traidores entre camaradas de armas, fato imperdoável. A responsabilidade compartilhada e o medo mancomunado de hipotética punição reforça os laços de coesão interna, dificulta posturas de distanciamento e alimenta uma contínua auto-reprodução, um círculo vicioso de violência do qual os integrantes das forças de segurança acabam reféns. O que torna a imunidade uma exigência para os mesmos nas negociações de saída das ditaduras e cuja tentativa de reversão, no período posterior, é sempre foco de tensão. Aliás, no cenário de recuperação democrática, os setores “duros” das instituições militares entendem que a guerra interna persiste, pois o “inimigo interno” acabou se deslocando para as associações que manifestam intenções de lembrar e conhecer a verdade sobre os acontecimentos recentes e, na visão dos defensores da DSN, o maior de todos os “crimes”: a exigência de justiça. Diante de tais posturas, vistas como revanchistas, cria-se o clima para justificar um permanente estado de alerta das novas gerações das Forças Armadas, reféns dos compromissos assumidos durante a vigência dos regimes de Segurança Nacional.

O segundo elemento a considerar é dos mais essenciais: o fomento e a consolidação de uma “cultura do medo”, clima que emerge da sociedade atingida pela sistemática do TDE. É o resultado da aplicação das medidas que compõem o arsenal coercitivo e repressivo do TDE. Trata-se do cenário do silêncio, da desconfiança, da alienação, da autocensura e de um terror permanente, onde nem o conformismo é garantia de segurança, pois a máquina de terror igual pode acusá-lo de “subversão”. A “cultura do medo” não deve ser confundida com a “pedagogia do medo”, entendida como a instrumentalização da aplicação das modalidades repressivas de impacto mais direto, a função “pedagógica” de ensinar e lembrar que, havendo transgressão das atitudes, comportamentos e limites permitidos, há duríssima punição. Neste sentido, o temor obtido, funciona como fonte de obediência compulsiva ou, na menor das hipóteses, como desmobilização e paralização de uma oposição militante ou de manifestação pública de descontentamento. A “pedagogia do medo”, organizada desde o aparato estatal e disseminada

por todo o território nacional, impõe, através da violência - direta ou irradiada, institucional, cultural e psicológica -, o entorpecimento do raciocínio, o bloqueio da capacidade de compreensão e a acentuação do estresse, condicionamentos presentes no cenário da “cultura do medo”.

A política de amedrontamento é central nos objetivos e na dinâmica do TDE e, claro, na “cultura do medo”. O *Diccionario de la lengua española* reconhece o termo “terror”¹³¹ como sinônimo de medo e das variáveis espanto e pavor; assim, terror é a sensação provocada por uma ameaça concreta ou imaginária. Como as modalidades repressivas são relativamente conhecidas, embora o caráter imprevisível dos critérios de atuação, o TDE está mais relacionado com o medo e o grande medo (terror, pavor) do que com a ansiedade ou o pânico (temor excessivo sem causa justificada).

De qualquer forma, a fronteira entre estas sensações são imprecisas e estão presentes na sobrevivência cotidiana da população, sobretudo nos períodos de maior virulência persecutória. Cores Transmontes vincula espanto, pavor, medo, pânico, angústia e temor como sensações que explicitam, em matizes diversos, os fatores de controle social e pressão psicológica presentes no ambiente de terror do cenário onde predomina a “cultura do medo”, um cenário com um clima de tons cinzas e opacos, no qual predomina o silêncio, pois uns calam porque lhes falta a voz e outros por medo de punição exemplar.¹³²

A imposição do medo, portanto, é um objetivo central nas experiências de TDE e que visa causar atitudes de paralisia, resignação, silenciamento e indiferença da sociedade civil diante dos grandes problemas da realidade. A aplicação da “pedagogia do medo” reforça o caráter onipresente do TDE (veja-se, de forma figurada, a imagem do Anexo I). O efeito combinado da exploração econômica, da possibilidade da repressão física, do rigoroso controle dos espaços de expressão e de atuação política, sindical e comunitária da cidadania e da desinformação predominante intensifica a incerteza e a insegurança. Também pode promover certa cumplicidade, sobretudo quando se sinaliza ao cidadão comum que sua segurança pessoal depende dele assumir postura de apoio incondicional e de colaboração com o regime.¹³³

Se a disseminação do medo possui tamanha centralidade, conseqüentemente, o fator psicológico cumpre um papel fundamental no superdimensionamento das ameaças e dos temores que podem produzir desequilíbrios psíquicos desestruturadores das defesas internas das pessoas.

¹³¹ REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la Lengua española*. Madrid, 1970. Apud TRASMONTTE, Baldomero Cores. Violência. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 1229.

¹³² TRASMONTTE, op. cit.

¹³³ TAPIA VALDÉS, op. cit, p. 230.

ANEXO I

**“Vista al frente”**

“Membros da *Policia Federal Argentina* observando o trabalho de um fotógrafo”

Fotografia de Eduardo Longoni – Dezembro de 1982

Fonte: VÁZQUES, Enrique.

PRN: *La última. Origen, apogeo y caída de la dictadura militar.*
Buenos Aires: EUDEBA, 1985

Daí, a potencialização da dimensão de guerra psicológica, característica marcante dos regimes de SN, para intimidar, submeter e impor a parcelas da população a aceitação passiva de estruturas de dominação autoritárias e a sensação de ameaça constante e de impotência geral diante do TDE.¹³⁴

Tão importante quanto a consolidação de uma “cultura do medo” é a identificação e a exploração da figura do “inimigo interno”, terceiro elemento a ressaltar. A DSN e os regimes que nela se inspiraram, fizeram desse elemento o foco central em volta do qual puderam autojustificar sua existência. A manutenção da vigência da figura do “inimigo interno” - apesar de ser muito mais uma figura de ficção do que uma ameaça concreta contra o sistema - aconteceu porque a DSN precisava continuar justificando o recurso do TDE, não como saída conjuntural, mas como instituição permanente. Foi por isto que o conceito “inimigo interno” teve enorme elasticidade (como aconteceu com o anticomunismo); ao ponto que, em certos casos, antigos aliados passaram a ser identificados e tratados como elementos de “pensamento estranho” e desagregadores da “unidade nacional”.

Um regime que assume práticas de TDE e que encobre a arbitrariedade e a impunidade dos seus atos, além de garantir a imunidade dos seus agentes, criminalizando a dissidência e a oposição política, torna-se um “sentinela do absoluto”.¹³⁵ Ao eliminar o direito do outro ter a sua verdade ou interpretação dos acontecimentos, fomenta-se um cenário impreciso, onde sempre podem caber novos “inimigos” ameaçadores. Não basta aos cidadãos dar mostras de apatia no presente; um passado militante (sob regime democrático) pode condená-los *a posteriori*, por terem sido lideranças políticas, quadros sociais, sindicais ou estudantis. Até um passado distante de militância basista pode ser motivo de falta de confiabilidade do regime sobre as “tendências democráticas” (sinônimo de “subversão”) de qualquer cidadão: trata-se de um perigoso precedente que pode justificar punições preventivas de possíveis atitudes futuras. Para os setores mais autoritários dos regimes de SN, a instrumentalização do “inimigo interno” possibilita o desencadeamento de uma verdadeira cruzada contra a “subversão”, a qual ocupa o lugar dos antigos infiéis ou bárbaros já que, os “subversivos” são, segundo reforça a DSN, as novas “hordas” que ameaçam os países identificados com o ocidente cristão e capitalista.

A abertura do leque de “inimigos internos” amplia os “círculos de terror”. Neste caso, cidadãos que eram alvos da violência irradiada, ao serem transformados em (novos) “inimigos internos”, passam a sofrer o TDE direto. É um mecanismo que funciona como provedor de

¹³⁴ RIQUELME, op. cit., p. 34.

¹³⁵ DUHALDE, Eduardo Luís. *El Estado terrorista argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 52.

potenciais inimigos de reserva, o que permite manter o alerta permanente do regime de SN. No fundo, a repressão estatal necessita contar com o “inimigo”, pois a presença deste justifica sua razão de ser. A DSN o associa, primeiramente, à esquerda armada. Mas, diante da derrota desta ou de sua ausência, outros “grupos de risco” são destinados a ocupar o seu espaço e a desempenhar tal papel. O TDE procura a coesão forçada da sociedade ao redor da rejeição desse inimigo. Na lógica do TDE, significa dizer que, se ele inexistente, deve ser criado; e se ele for muito débil, deve ser superdimensionado. A existência desses dissidentes ameaçadores é a justificativa para que o Estado intervenha com violência e possa acabar, em tese, com os antagonismos da sociedade. Conseqüentemente, para a DSN, cada cidadão pode ser uma ameaça potencial para a paz pretendida e, por isso, o Estado deve permanecer sob constante alerta.

Por outro lado, o inimigo deve ser apresentado com contornos indefinidos porque assim pode ser “qualquer um de nós”, o que deixa a população civil refém dessa lógica perversa, fragilizando-a diante do Estado e expondo-a frente a uma arbitrariedade que é justificada, paradoxalmente, em nome da própria segurança do cidadão. Frente ao “inimigo interno”, espera-se que o resto da sociedade compreenda o esforço do “sentinela” e colabore. A retórica sobre o “inimigo interno” complementa-se com outra de signo oposto. Nela, policiais e militares, protagonistas e agentes da defesa dos valores e dos princípios da sociedade colocada sob ameaça, são identificados como “salvadores da pátria”, heróis e vítimas da violência “subversiva”. Para o cidadão comum, alvo da violência irradiada e com alguma consciência disso, deve parecer um tanto esquizofrênico: os quadros repressivos são apresentados como heróis e “salvadores da pátria”. No caso uruguaio, com um agravante: o de serem apresentados como heróis na melhor tradição artiguista.¹³⁶

O binômio DSN-TDE cobra a participação de todo cidadão na luta contra a “subversão” e contra todos os “inimigos internos”, os do presente e os que, no presente, estão sendo incubados para o futuro. Na lógica do binômio, a equação é simples: o indivíduo está com o Estado e colabora com ele ou, então, vira suspeito. A consciência que o cidadão comum possa ter de virar suspeito, em si, já ajuda a isolar os “inimigos internos”. A insistência do regime em difundir que continua tendo inimigos (reais ou imaginários) a enfrentar e que a sociedade permanece ameaçada, mesmo quando não há fundamento, cumpre funções políticas, propagandísticas e psicológicas. Uma delas é a de manter a coesão do tecido social e da unidade da Nação, através da continua sensação de perigo. Uma outra função é a de responsabilizar os setores “subversivos” de todas as promessas não cumpridas pelo regime, assim como dos erros e

¹³⁶ Referência a José Gervasio Artigas, maior prócer uruguaio e referência latino-americano das lutas emancipacionistas e anticoloniais.

dos excessos cometidos. Alega-se que o descumprimento de acordos e promessas, o insucesso de medidas econômicas e a negligência administrativa resultam de atos de sabotagem perpetrados pelo “inimigo interno” ou do deslocamento de investimentos para o combate à subversão.

Também legitima-se a manutenção do Estado de exceção, a repressão massiva e a impossibilidade de respeitar *stricto-sensu* os direitos humanos enquanto perdure tal perigo. Aliás, permanentemente reafirma-se o compromisso de que, destruída a ameaça, a situação voltará ao normal. Com isto, isentam-se da acusação de continuismo no poder. A demora em devolver o poder aos civis não é culpa da ditadura; também é responsabilidade da “subversão” interminável. Assim, além de culpar por isso o “inimigo da vez”, reforça o compromisso de que se trata de uma intervenção transitória. Diante da funcionalidade estratégica do uso sistemático da “presença” dos “inimigos internos”, é fácil constatar que estes nunca podem deixar de existir, pois são a garantia da permanência do sistema.

Um quarto elemento está relacionado com o citado caráter imprevisível da dinâmica do TDE. Embora este use modalidades concretas, visíveis e de impacto direto, nem sempre ou nem tudo é explicitado. A população, temerosa de tornar-se vítima dessa violência, se sente ameaçada também pelo fato de desconhecer a lógica e os mecanismos imperceptíveis, desconhecidos e imprevisíveis. Contra eles não há proteção; ignoram-se os códigos que os norteiam, aguçando a sensação de impotência e de fragilidade diante do funcionamento do sistema. Desinformada, propositalmente, a população precisa descobrir por si mesma quais são as “regras do jogo”, o que diferencia um “bom” de um “mau” cidadão segundo a lógica dos novos tempos. O cidadão sabe que sua segurança e da sua família estão em jogo. Um sujeito, nessas condições, se torna mais obediente, cauteloso e se autopolicia e policia os outros. “El miedo adquiere entonces vida propia. Se vuelve su propio objetivo.”¹³⁷ A imprevisibilidade da violência que pode vir a sofrer desestabiliza o indivíduo, sua vida física, social, intelectual e profissional. Isto funciona como eficiente técnica de desorientação, dificultando a avaliação e a previsão das conseqüências das suas ações e reforçando a sensação de desamparo e de vulnerabilidade diante da vontade do TDE, o que, em última instância, acaba contribuindo na conformação da “cultura do medo”.

Outro elemento que a prática cotidiana visível e invisível do TDE introjeta na população é o *isolamento*. Trata-se de um fator de tal magnitude que chega a beirar a auto-anulação da existência ou a “catatonia social”, segundo as palavras de Perelli & Rial.¹³⁸ Hannah Arendt associa o isolamento, enquanto comportamento visado pelo sistema repressivo, à ação que procura pulverizar o coletivo em respostas individuais e introspectivas, pois “o terror só pode

¹³⁷ CORRADI, op. cit., p. 95.

¹³⁸ PERELLI; RIAL, op. cit., p. 65.

reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros”¹³⁹. A desconfiança, a incerteza, a deterioração da intensidade das relações levam o indivíduo a assumir esse comportamento como possibilidade de sobrevivência física, mas com perda de ação política, na medida em que se afasta do agir coletivo. Para Arendt, o isolamento pode ser o começo do terror e é seu solo mais fértil; sua manifestação inibe a contestação, a reflexão e a projeção de expectativas, configurando essa experiência traumática e paralisante.¹⁴⁰

O isolamento resulta do reconhecimento de que até os espaços mais íntimos da vida privada são atingidos pela introjeção da coerção e da censura, o que atinge a capacidade de inventar, de pensar, de ousar e até de agir. Os efeitos da violência específica e da violência irradiada, ao visar a submissão progressiva do conjunto da população e a internalização das ameaças vitais, estimulam uma auto-regulação desejável pelo sistema; deste modo a inibição e a indiferença, enfim, reforçam um padrão de isolamento que contribui para a fragmentação da solidariedade e para a inércia social emergente. A introjeção do temor de estar sob “liberdade vigiada” leva o indivíduo a assumir posturas de pretensa neutralidade¹⁴¹ ou a camaleonizar-se, procurando adquirir uma imagem respeitável e “permitida”. Também pode significar o desinteresse consciente pelo passado imediato e o “apagamento” de vestígios de contatos individuais passados que, dentro da nova ordem, podem ser vistos como comprometedores, sobretudo quando antigos companheiros, colegas ou amigos são denunciados como “subversivos”. Diante de opções adesistas e atitudes claudicantes, o silêncio e a desconfiança generalizados se impõem.

Para muitos, essa é a situação mais traumática de isolamento: a experiência do “exílio interno”, o *inxilio* (neologismo criado por Pérez Pinto¹⁴²). O *inxilio* é a expressão do isolamento do indivíduo que não se reconhece mais onde está, nem naquilo que faz, nem nas relações que mantém com os demais indivíduos; que sofre o tempo indefinido e congelado do exilado, mas com a peculiaridade de que a mudança não está no distanciamento geográfico e cultural, e sim no irreconhecimento do seu meio social mais imediato. Embora o *inxilio* seja um conceito criado a partir da avaliação do clima de opressão vivido pela sociedade uruguaia durante a ditadura, é inegável sua manifestação universal. A combinação de sensações produzidas pelo isolamento,

¹³⁹ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 526.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Nas experiências dos regimes de SN, na tentativa de resolver a contradição por ter assumido uma pretensa neutralidade, alguns indivíduos reagiram negando a realidade, procurando esquecer fatos, lembranças e pensamentos comprometedores sobre o que ocorria nos “porões” do regime. Foi o preço a pagar para tentar viver uma “normalidade” sem maiores riscos. O regime fomentava essas atitudes recolhendo, como respostas, consciências domesticadas, acríticas e, de certa forma, coniventes. Uma “servidão - voluntária ou involuntária - ao regime”. PASCUAL, op. cit., p. 91.

pela sentimento de *inxilio* e pelo temor persistente de cair nas malhas do TDE produz, em muitos cidadãos, a percepção de se estar detido em um presídio que fisicamente tem uma configuração espacial muito peculiar, a de ser uma área limitada pelas paredes externas do sistema carcerário institucional e as fronteiras políticas do próprio país. Ou seja, a situação de se estar incomunicado fora do presídio. Quer dizer, sentir-se prisioneiro fora do cárcere (“para afuera”). Em suma, na penitenciária propriamente dita estão os presos políticos; fora dela, sofrendo o cotidiano discricionário, importantes contingentes da população também se sentem prisioneiros. É o exílio experimentado sem abandonar o próprio país; é a situação de acostumar-se à ausência dos que partiram para o exterior, estão presos ou mortos. Como lembra o escritor, então exilado, Mario Benedetti ao comparar sua situação com a dos *inxiliados*: “Todos estuvimos amputados: ellos de la libertad; nosotros del contexto”.¹⁴³

Um sexto elemento marcante é a política de controle. Nos regimes repressivos, a ampliação das funções de vigilância a uma escala que, para o cidadão comum, pode tornar-se insuportável; mais ainda, na medida em que isso é concomitante à perda de mecanismos de neutralização e normatização, por parte do Poder Judiciário e da sociedade civil, sobre as funções estatais de patrulhamento, seguimento e espionagem. No caso dos regimes de SN, a atividade da comunidade de informações (levantamento, processamento e circulação de informação) foi intensa e, apesar de que há analistas que consideram um mito a eficácia das mesmas, o fato é que foram estruturas macrocéfalas cuja atuação acentuou o clima de insegurança e temor.

Nas experiências de TDE, a vigilância seletiva de pessoas, grupos de ativistas, familiares dos mesmos e familiares de presos políticos estabelece forte controle coercitivo, sendo que a delação¹⁴⁴, ou sua possibilidade, espreita ainda mais as “ilhas” de segurança que os setores visados tentam preservar. Para tanto, um exército de informantes, delatores, espões e agentes infiltrados se espalha por toda parte: locais de estudo, de trabalho, de transporte, de lazer. Concomitantemente, a violação da privacidade mínima mediante o controle da correspondência,

¹⁴² Apud PERELLI; RIAL, op. cit., p. 66.

¹⁴³ BENEDETTI apud DA CUNHA-GIABBAI, Gloria. **El exilio. Realidad y ficción**. Montevideo: Arca, 1992. p. 22.

¹⁴⁴ Um deputado colorado lembrava, em 1985, no jornal *El Día*, como era o clima de desconfiança que se vivia durante a ditadura uruguaia (“Lentamente hasta la delación a nivel civil comenzó a funcionar”): “Un tradicional estilo de vida abierto y polémico que caracterizó siempre a nuestra Sociedad comenzó a transformarse. Ni en las oficinas, ni en los clubes, escuelas, fábricas o talleres, se continuó con los dialogos sinceros y desprejuiciados y todo se limitó a la cosa intrascendente y poco comprometedor. La reacción colectiva era lógica. Acto Institucional N° 7 mediante u ordenanzas, o simple y directamente por la vía del despido, los conductores del proceso fueron haciendo presión y ejercitando el castigo sobre una legión de ciudadanos y sus respectivas familias.

Quizás por primera vez en la historia del Uruguay y su gente tuvieron plena conciencia de haber perdido hasta el derecho a la intimidad. Como públicamente se ironizaba éramos todos prisioneros en nuestra propia patria.” *El Día*, 31/03/85, p. 5. Citado por PERELLI; RIAL, op. cit., p. 48.

a escuta telefônica e a rotina ostensiva dos seguimentos aumentam a introjeção, em parcelas da população, de sentir-se presas, fora da prisão ou de serem reféns do regime. Ximena Barraza,¹⁴⁵ ao descrever o cotidiano concreto da ditadura Pinochet, conclui: “cada um é encarcerado em si mesmo”.

As reuniões foram proibidas, as diversões regulamentadas. Os movimentos são controlados, as palavras vigiadas, estimula-se a delação.

[...] O lar deixou de ser inviolável à força pública; a família já não se sente segura no espaço privado. Sua vida está à vista do público; inclusive em casa é necessário manter as aparências. A grande limpeza que lavou as propagandas políticas das paredes penetrou igualmente no interior das casas: as gavetas e os armários foram limpos, selecionados os papéis, eliminados todo indício comprometedor e qualquer sinal identificador. A moradia deve estar em condições de ser “visitada” a qualquer momento, e essa mesma autocensura induz os moradores a dormir com a carteira de identidade sob o travesseiro. Se chegar a hora, é necessário estar preparado... Sabe-se que não há santuários, e se conhece a precariedade de todos os refúgios. É uma vida desprotegida.¹⁴⁶

Finalmente, o último elemento essencial do TDE a destacar é a manipulação e o ocultamento de informação técnica que complementa o controle da população. O desconhecimento do que está ocorrendo e a desconfiança sobre o que o aparato repressivo é capaz de produzir sobre qualquer pessoa alimenta, particularmente, o medo. Isso permite tornar invisível à população, o que for de conveniência para o regime dificultando, ainda mais, como já foi apontado, a percepção do caráter imprevisível da sua dinâmica de atuação assim como a apreensão dos códigos que podem dar certa margem de segurança aos movimentos e atitudes do cidadão comum. O ocultamento de informação é complementado pela manipulação da mesma com a conseguinte negação dos fatos e falseamento da realidade. Seu manejo evasivo e diversionista é um aspecto muito importante para a amplificação do efeito psicológico e do alcance da situação traumática. Como seu alcance é global, acaba funcionando como mecanismo acoplado à violência irradiada.

Os meios de comunicação que apoiam a interrupção democrática são um importante suporte para a consolidação do TDE (assim como os que são contra devem ser silenciados). Foi o que aconteceu nos cenários dos regimes de SN onde desempenharam papel estratégico, disseminando desinformação. Os meios de comunicação sofreram os efeitos da censura estatal, já que, em quase todos os casos concretos, uma das primeiras medidas adotadas a partir dos golpes de Estado foi a intervenção (voluntária ou compulsória) de jornais, rádios e canais de

¹⁴⁵ Ximena Barraza é o pseudônimo de Paulina Gutierrez, autora do texto “Notas sobre a Vida Cotidiana numa Ordem Autoritária”, escrito em Santiago do Chile, em 1979. Informação de Alejandra Pascual, op. cit., p. 61.

¹⁴⁶ BARRAZA, Ximena. Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária. In: MAIRA, Luís; SOUZA, Herbert J. de; ANDRADE, Regis de C.; PORTANTIERO, Juan, C.; BARRAZA, Ximena. **América Latina**.

televisão com a finalidade de influir na opinião pública, divulgar a “informação oficial” e transmitir os novos códigos e valores em vigor.

Noam Chomsky ao analisar o grau de vinculação entre meios de comunicação e regimes de TDE explicita as variáveis existentes na metodologia de atuação. A primeira, segundo ele primária, é a que suprime qualquer informação sobre fatos considerados inconvenientes (denúncias de tortura e assassinato, recrudescimento autoritário, apoio ou envolvimento dos EUA, etc.). Neste caso, não havendo como ignorar ou negar as evidências concretas, parte-se para estratégias de minimização da gravidade dos acontecimentos noticiados. Ou, senão, como alternativa, brindam-lhes um tratamento rápido e superficial. Uma outra variável de manipulação da informação consiste em oferecer um enfoque onde se passa ao público a idéia de um (falso) equilíbrio de forças; neste caso, o TDE, nunca é apresentado como tal, mas como violência estatal legítima e necessária, resposta pertinente contra a agressão do “terrorismo subversivo”. Uma outra modalidade procura diluir os dados concretos dos acontecimentos no meio de um excesso de imagens e entrevistas alinhadas com o ponto de vista oficial, saturando e contaminando os fatos originários.

Outro recurso utilizado pelos meios de comunicação para reforçar sua pretensa objetividade é o sobredimensionamento das notícias consideradas positivas, dos regimes em questão, como aspectos econômicos, apoio a atividades esportivas e culturais ou inauguração de obras. Chomsky lembra que esta técnica de “destacar o positivo” é o recurso largamente utilizado, há décadas, para reforçar a imagem dos EUA frente à opinião pública internacional. Outra última técnica freqüentemente utilizada com fim diversionista é a concentração da atenção “jornalística” nos abusos, reais ou não, cometidos pelo inimigo ou adversário conjuntural, como acontecia durante a Guerra Fria com o mundo comunista e seus aliados; a recepção dessas notícias com tais enfoques tinham repercussão amplificada através da própria rede de agências de notícias e de informações estadunidenses.¹⁴⁷

A conjunção destes elementos essenciais do TDE ou de alguns deles, criam um clima de silêncio, isolamento e falta de perspectivas de mudança que, por sua vez, semeiam desânimo e resignação diante da ausência de expectativas de quebra de continuidade. Para o cidadão comum que não é diretamente visado pela violência direta estatal, há possibilidades de sobrevivência (sempre e quando não for transformado no “inimigo interno” da vez). Mas o custo é alto,

Novas estratégias de dominação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

¹⁴⁷ Como exemplo, Chomsky lembra que, no verão de 1978, os processos contra os dissidentes Aleksander Ginzburg e Anatoli Charanski, na URSS, receberam muito mais atenção dos meios massivos de comunicação dos EUA do que os últimos 20 mil casos de torturas e assassinatos cometidos por governos latino-americanos subordinados aos EUA. CHOMSKY; HERMAN, *Washington y el fascismo en el tecer mundo*. Op. cit., p. 53.

sufocante, sobretudo nos anos mais cinzentos desses regimes repressivos; para muitos, a sobrevivência tem como contrapartida, o abandono da convivência social, da atividade militante e da possibilidade do exercício do debate crítico. A aplicação da “pedagogia do medo”, que resulta numa “cultura do medo”, produz o silenciamento e o isolamento dos indivíduos e mais eficiente se torna quando induz ao “autosilenciamento” e ao “auto-isolamento” de cidadãos temerosos e desesperançados. Portanto, nas experiências de TDE, a combinação da violência direta (ativa) com a violência irradiada (potencial), mecanismos componentes da “pedagogia do medo”, produz medo e temor e, pelo exemplo, “educa” na atitude passiva, submissa, indiferente e, se for possível, coopta para o colaboracionismo.

1.4 - O TERROR DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Cabe perguntar, agora, em que contexto se deram as experiências concretas dos regimes de Segurança Nacional no Cone Sul, os quais instrumentalizaram um Estado que apelou para o terror como mecanismo de reordenamento da sociedade. Articulando o que já foi descrito sobre a DSN, os interesses dos EUA e os aliados internos na região, pode-se apontar alguns elementos explicativos. Um deles refere-se à expansão particular do capitalismo desde o final da Segunda Guerra Mundial, o que produziu um efeito desagregador nas estruturas sociais da periferia mundial e o esgotamento de economias que foram reconvertidas para atender os novos padrões de acumulação. Isso é muito claro em relação às economias que se haviam industrializado através da política de substituição de importações, casos da Argentina e do Brasil, assim como, de forma secundária, do Chile e do Uruguai. Essas matrizes produtivas foram alvo do capitalismo internacional, particularmente o estadunidense. Não surpreende, então, que, durante os anos de apogeu da DSN na região, quando da implantação das ditaduras civis-militares, com a particular exceção do Brasil, tenham sido estimuladas as políticas de privatizações, desnacionalizações, abertura das economias nacionais aos grandes monopólios internacionais e de endividamento externo.

A existência concreta de crescente desigualdade e injustiça social foi, independente das especificidades nacionais, um marco comum nas formações sociais latino-americanas, com acentuada inflexão a partir do final dos anos 50. As decorrentes tensões sociais estiveram emolduradas no contexto planetário da Guerra Fria e, de forma especial, pelo impacto da Revolução Cubana. As exigências de mudanças profundas, estruturais, promovidas por fortes movimentos sociais populares, levou os setores dominantes e seus sócios estrangeiros a

desenvolver uma percepção de insegurança para sua privilegiada situação política e econômica. A instrumentalização da ameaça do “Comunismo Internacional” proporcionou àqueles setores a oportunidade para apresentar às sociedades nacionais dois campos bem definidos e antagônicos. O “deles” defendia os valores democráticos, cristãos e ocidentais; o outro lado era o dos agentes nocivos alinhados com os valores do “ateísmo”, do “marxismo” e do “totalitarismo”.

A radicalização de tensões, a polarização de forças e o desgaste da dinâmica política - solapada pelo aprofundamento da crise econômica que perpassou, com matizes nacionais variados, a década de 60 - levaram os setores dominantes da região a apelar, paulatinamente, às forças de segurança, concedendo-lhes crescente protagonismo e prerrogativas com o compromisso de que protegessem a ordem e o *status quo* vigentes e tão questionados. A procura de saídas de consenso e de proposição de diálogo foi sendo abandonada em benefício de uma espiral repressiva progressiva. Na medida em que os objetivos fundamentais foram acabar com as aspirações de mudança social, eliminar as formas de organização popular e o nível de consciência e militância política, o projeto de institucionalização de um regime que garantisse uma “paz armada” duradoura e que pudesse salvaguardar a ordem vigente foi ganhando adesões, além de receber sinalizações positivas dos EUA.

Veja-se, então, que, para impor a violência do mercado que exige a reestruturação das economias nacionais periféricas e o disciplinamento da força-de-trabalho e dos movimentos sociais, deve-se apelar para uma violência estatal inédita. A originalidade dos regimes de SN do Cone Sul está na junção do Estado repressivo com a exigência de abertura dos mercados nacionais pelos setores econômicos internacionalmente hegemônicos.

A dinâmica repressiva desencadeada teve características diferentes daquelas aplicadas em experiências anteriores de regimes autoritários. Segundo Abos a mera repressão dos quadros opositores era insuficiente, pois havia uma classe trabalhadora com grande experiência política acumulada com possibilidades de substituição geracional; frente a ela, os mecanismos coercitivos tradicionais mostraram-se inúteis, pouco eficientes. Impunha-se uma nova concepção repressiva apoiada na DSN, na percepção da “guerra interna” e na estratégia da contra-insurgência. Por conseguinte, implementou-se um programa de intervenção que se multiplicou na região desde o início dos anos 60 e que ampliou a criminalização dos movimentos sociais, a eliminação da possibilidade de recrutamento de novas lideranças, quadros e simpatizantes, e a ação sobre o conjunto da sociedade para desmobilizá-la. Essa intervenção contou com a ajuda dos EUA, os quais proporcionaram recursos econômicos, equipamentos e assessores especializados, o que contribuiu na obtenção de maior eficiência dos aparatos envolvidos no

combate à “subversão” comunista.¹⁴⁸

No Chile e nos países *rioplatenses*, o Terror de Estado, propriamente dito, antecedeu a deflagração dos golpes militares. No Uruguai e na Argentina,¹⁴⁹ com seus matizes particulares respectivos, existiam bolsões clandestinos que, agindo desde as entranhas de um Estado democrático viciado por práticas autoritárias, já realizavam o “trabalho sujo” (seqüestros, tortura e assassinatos produzidos por esquadrões da morte e bandos de extrema direita). Os excessos coercitivos que ultrapassavam os limites da legalidade estavam vinculados a grupos paramilitares de extrema direita controlados e protegidos por núcleos de poder do interior da estrutura estatal (caso da *Juventud Uruguaya de Pie* - JUP e do grupo de extermínio *Alianza Anticomunista Argentina* - Triple A). No Chile, a diferença residiu em que a direita e a extrema direita, com cobertura e apoio da CIA - bem maior do que nos outros casos citados -, patrocinaram atentados desestabilizadores e se organizaram no esquadrão paramilitar *Patria y Libertad*, opondo-se ao governo socialista da *Unidad Popular*, usando certas estruturas do poder estatal que haviam permanecido fora do controle de Allende (particularmente nas forças de segurança), ou, então, evoluíram, gradualmente, a posições de franca conspiração.

A clandestinização de parte das ações repressivas e da autoria das mesmas se tornou uma contradição muito curiosa no funcionamento do TDE. Levando em conta que um dos seus principais objetivos foi a geração de um medo global que devia atingir todo o espectro social, foi de fundamental interesse que suas requintadas práticas repressivas fossem reconhecidas para generalizar o medo. Entretanto, ao mesmo tempo, o Estado precisou dissociar-se dos mesmos, negando sua autoria para não se envolver em situações embaraçosas que transgrediam normas jurídicas, sobretudo internacionais, e que evitassem denúncias e acusações de desrespeito aos direitos humanos. Isso gerou uma dupla operacionalidade estatal: modalidades repressivas legais e ilegais coexistiam e se complementavam.

Dependendo da relação de forças em dados momentos conjunturais, podiam ocorrer tendências de autonomização de unidades repressivas, como no caso de grupos paramilitares a serviço de interesses privados; nessas situações, tais fatos podiam fugir do controle, até pelo fato já comentado de ser muito tênue a fronteira entre o quê divulgar para atemorizar e o quê era conveniente silenciar, visto que nem tudo era do conhecimento de todos dentro da estrutura do

¹⁴⁸ PIERRE-CHARLES, op. cit., p. 934; ABOS, op. cit.

¹⁴⁹ A luta contra o Exército Revolucionário Popular-ERP, organização revolucionária argentina, de tendência trotskista, aconteceu antes do golpe de Estado de março de 1976. Através da “Operação Independência”, as bases do ERP foram quase totalmente aniquiladas. A repressão utilizou práticas que, posteriormente, foram usadas massivamente contra toda a sociedade: concentração de prisioneiros, torturas sistemáticas, política de desaparecimentos e clandestinidade da ação repressiva. PAOLETTI, Alipio. **Como los nazis, como en Vietnam**. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1987. p. 16.

comando repressivo. Nesse sentido, certamente o caso argentino foi o mais evidente.

Em períodos de forte restrição interna, havia uma posição ambígua, mas lógica; externamente, o regime divulgava a imagem de respeito aos preceitos jurídicos enquanto que, internamente, impunha, de modo acintoso, uma demonstração de força que exigia um controle muito rigoroso sobre as conexões de informação do interior do país com o mundo externo. Um exemplo bem concreto, a esse respeito, foi a campanha oficial desencadeada pelo regime argentino, em 1979, quando, diante da visita de uma delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foram espalhados milhares de cartazes, faixas e adesivos de automóveis com uma frase que, cinicamente, refutava toda denúncia de violação das liberdades: *Los argentinos somos derechos y humanos*.¹⁵⁰

A ambigüidade quanto às necessidades e às possibilidades de divulgação dos seus atos introduz uma outra questão que mostra a diferença entre o terrorismo promovido por indivíduos ou grupos e aquele praticado pelo Estado. Do primeiro caso, faz parte, quase sempre, um *modus operandi* que procura obter a maior publicidade possível da mídia sobre seus feitos, como forma de divulgar as razões da causa que defendem. Diferentemente, os agentes do TDE não têm esse objetivo. Por um lado, porque possuem meios eficientes de intimidação, legais ou não, “legitimizados” pelo Estado - a própria capacidade de produzir violência e semear medo causa um impacto imediato e profundo sobre o corpo social. Por outro, porque a relação com os meios de comunicação, como já foi apontado, está pautada por graus diversos de adesão ou de controle (censura). Ou seja, uma imprensa inconveniente, ao interpretar os fatos autonomamente da versão oficial, pode produzir tensões sobre situações que convém ter sob controle; portanto, por isso mesmo, são alvos estratégicos imediatos do TDE.

Entre as modalidades mais específicas do TDE promovido pelos regimes de SN do Cone Sul, podem salientar-se, respeitando as especificidades nacionais, o uso massivo da tortura, a presença de esquadrões da morte, os desaparecimentos e a internacionalização do sistema repressivo. A tortura já era um mecanismo conhecido e utilizado há muito tempo na região; a novidade decorreu da criatividade dos especialistas em realizá-la e na incorporação de avanços tecnológicos na metodologia de execução. O mais importante é reconhecer seu uso massivo e significativamente indiscriminado, a evolução no refinamento da sua aplicação com a contribuição do que foi identificado como dimensão da tortura psicológica. Também se deve

¹⁵⁰ Um dos locutores esportivos mais populares da época, José María Muñoz conclamava a população, com um discurso fortemente patriótico, a dar uma resposta aos “mentirosos” que denunciando a ditadura no exterior, haviam motivado a vinda dessa delegação. Muñoz virou um porta-voz enfático: “Vayan y muestren a esos señores de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos cual es la verdadera cara de la Argentina.” Era necessário convencê-los de que os argentinos não só respeitavam os direitos humanos como, acima de tudo, eles

realçar a existência da complexa rede de transmissão de novas técnicas e de formação de novos especialistas através de uma correia de transmissão que ultrapassou fronteiras e contou, notadamente, com a colaboração de agências governamentais dos EUA e, secundariamente, de missões francesas; umas e outras possibilitaram incorporar as novidades da contra-insurgência experimentada na Argélia e no Vietnã.

Em outra ordem de coisas, Luís Mir¹⁵¹ avalia que existe um TDE invisível nos regimes democráticos pós-ditaduras, particularmente no Brasil. Ressalta que se trata de um TDE com finalidade social de disciplinamento e controle dos setores populares desamparados, diante dos efeitos das políticas neoliberais e do avanço do clima de barbárie existente nos cenários onde os setores mais vulneráveis lutam diariamente pela sobrevivência. Na percepção de Mir, esta experiência incorpora uma inédita tecnologia utilizada contra a criminalidade. Produz, assim, uma simbiose entre técnica e guerra, exército e máquina que atinge seu paroxismo na definição do objetivo principal da moderna doutrina policial de combate ao crime: evitar a produção de dor (*guerra indolor*).¹⁵²

Sem polemizar com Mir sobre a existência de um TDE social atual, mas aceitando sua interpretação da *guerra indolor* desta modalidade de violência estatal, cabe salientar que o TDE característico dos regimes de SN é bem o contrário. A dor, combinação de mecanismos de destruição físico-psicológicos dos presos políticos, foi, como regra geral na região, um objetivo persistentemente procurado. E, no caso dos milhares de desaparecidos do Cone Sul, a execução não foi imediata, mas corou semanas ou meses de uma detenção forçada e clandestina, marcada por privações e agressões de todo tipo.

Quanto a proliferação de esquadrões da morte e de organizações paramilitares, sua existência cumpriu importante papel na difusão do medo impactando a sociedade, via violência irradiada, espalhando ameaças e marcas de caveiras, realizando o “trabalho sujo” comprometedor e contribuindo na criação de fatos desestabilizadores ou diversionistas. Em alguns casos (Argentina e Uruguai), sua presença foi anterior à deflagração dos respectivos golpes de Estado; posteriormente, foram absorvidos dentro do espectro das forças de segurança estatal. Sua existência imprecisa e fantasmagórica foi utilizada também como meio de desresponsabilizar o Estado dos crimes que, no mínimo, sob sua sombra e cobertura, aqueles grupos executaram. Em alguns países, a compartimentação das suas ações produziu a autonomização da sua atuação, o que pode explicar certos transbordamentos de limites (caso da

eram direitos e humanos. *Clarín - Zona*, 08/08/99, p. 6.

¹⁵¹ MIR, op. cit.

¹⁵² Idem.

Triple A argentina); entretanto, sempre agiram de acordo com um comando que, se não era do próprio governo, pertencia a setores chaves da sua cúpula. Além disso, algumas argumentações procuraram explorar a presença desses grupos para convencer a opinião pública de que os mesmos haviam desobedecido ordens, produzindo uma quebra de comando; tal argumento visava diminuir as responsabilidades dos setores dirigentes, realmente envolvidos na repressão estatal e que usavam o subterfúgio dos excessos gerados pelos subalternos e, sobretudo, pelos esquadrões da morte, ou pelo descontrole no funcionamento do aparato em determinadas conjunturas.

Na sua essência, esquadrões da morte e grupos paramilitares constituíram organizações secretas que seqüestraram, torturaram e eliminaram os “inimigos do Estado”. Às vezes, podiam estar integrados por forças irregulares ou fora de função; contudo, sem dúvida, sempre estavam sob controle estatal (apesar da negação das autoridades). Espalharam-se pela América Latina a partir dos anos 60, sendo os primeiros países que sofreram sua ação a República Dominicana, o Brasil e a Guatemala. Tais organizações secretas foram estruturas que, em vários casos, sobreviveram ao fim dos regimes de SN, adequando-se aos novos tempos e privatizando seus serviços - não raramente, sob a feição de “esquadrões de extermínio”.¹⁵³

Um fato comum à Argentina, ao Chile e ao Uruguai é que, consumados os golpes sofridos, os grupos paramilitares diluíram-se, imediatamente, no interior das forças repressivas do próprio Estado. Isto significou que, continuaram praticando as mesmas ações e utilizando a mesma metodologia terrorista, só que, a partir desse momento, com o estatuto da legalidade legitimadora de um Estado sem limites repressivos. Ou seja, consumado o golpe, as estruturas repressivas ilegais - o “Estado Clandestino” - foram *blanqueadas*. Mas, no caso argentino, principalmente, manteve-se uma duplicidade de estrutura repressiva (uma legal e outra clandestina), situação que o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) denominou de Paralelismo Global.¹⁵⁴ Isso consistiu, na prática, na coexistência de uma violência de base legal (mesmo que fosse a legalidade da Junta Militar), com outra lógica de dinâmica repressiva, também pertencente ao Estado, apesar de não ser assumida como tal. Esta última permitiu organizar e armar, no interior das forças de segurança, unidades separadas entre si que agiam com total autonomia e impunidade, além de ter as mãos livres para selecionar as vítimas, estratégia esta que apresentava diversas vantagens para o regime: era uma rede difícil de infiltrar,

¹⁵³ Ver a esse respeito, BICUDO, Hélio. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1978 e BIOCCA, Ettore. **Estratégia do Terror**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

¹⁵⁴ CELS. **El caso argentino: desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. Necesidad de su denuncia y**

justamente, pela sua natureza descentralizada; era imune à influência dos familiares das vítimas que detinham cargos-chaves no governo; permitia ao governo negar sua responsabilidade nas violações dos direitos humanos.

O sistema repressivo do regime de SN argentino teve, assim, como marca maior o Paralelismo Global:

[...] las Fuerzas Armadas optaron por llevar adelante sus operaciones en forma clandestina, de manera paralela pero con sometimiento global a la conducción militar y política del Estado. Esto es lo que hemos dado en llamar paralelismo global.[...]

El paralelismo se da en la totalidad de las estructuras de decisión y ejecución organizadas celularmente y con carácter secreto. Paralelismo también en los métodos de acción: en las detenciones, en la investigación y en la aplicación de penas.¹⁵⁵

Se o Paralelismo Global foi uma especificidade argentina, foi fato comum na região - e a manifestação mais inovadora do TDE de SN - a promoção do desaparecimento, principalmente dos militantes considerados mais perigosos entre aqueles que faziam parte do impreciso campo dos “inimigos internos”.¹⁵⁶ O desaparecimento de pessoas foi a maior metáfora do poder total do TDE. Diferentemente da tortura e dos esquadrões da morte, manifestações intensas e comuns em toda a região, a modalidade do desaparecimento variou em cada país, mas se verificou em todos eles. Constituiu um método repressivo de novo tipo, onde a eliminação física, o ocultamento do corpo das vítimas e a negação de tudo isso se transformaram em elementos básicos da violência irradiada pelo TDE. Efetivamente, seus efeitos extrapolaram o meio mais restrito das vítimas e projetou-se pelo corpo social, contribuindo com o objetivo de atemorizar e paralisar a reação e o protesto contra o regime.¹⁵⁷

Como modalidade repressiva, a prática dos desaparecimentos se beneficiou da situação extrema de ausência do controle judicial e de desconhecimento de toda e qualquer norma constitucional, o que possibilitou dispor das vítimas com a certeza da impunidade e do mutismo ou diversionismo “oficial”. Os responsáveis por esses crimes hediondos freqüentemente alegaram que o desaparecido podia ser um subversivo que teria fugido do local de detenção, sido vítima de vingança interna da sua própria organização, passado para a clandestinidade ou, então,

condena. Conclusiones y recomendaciones. Buenos Aires: 1981.

¹⁵⁵ CELS. **El secuestro como método de detención.** Buenos Aires, s. d.

¹⁵⁶ Como expressava o general Acdel Vilas, responsável pela “Operação Independência” contra a guerrilha do ERP, em Tucumán (fevereiro de 1975): “un año antes del golpe de Estado que derrubó Isabel Perón decidí separar en tres grupos los guerrilleros, de forma tal que los más peligrosos e importantes nunca llegasen a prisión [...]. Entre estos últimos, y para evitar riesgos inútiles, muchos eran retenidos en Famallá [centro clandestino de detención], procediéndose a su interrogatorio hasta que dejasen de tener utilidad.” GARCÍA, Prudencio. **El drama de la autonomía militar. Argentina bajo las Juntas Militares.** Madrid: Alianza Editorial, 1995. p. 405.

¹⁵⁷ PADILLA BALLESTEROS, op. cit.

partido para o exílio. Independente da rentabilidade punitiva imediata, os desaparecimentos contribuíram mais do que qualquer outra modalidade repressiva do TDE na irradiação do poder estatal onipotente sobre a sociedade, desmantelando resistências e semeando angústias paralisantes. Até porque, como referia Eduardo Galeano durante o exílio uruguaio: “Nadie presta cuentas, nadie da explicaciones. Cada crimen es una dolorosa incerteza para los seres próximos de la víctima y también una advertencia para todos los demás.”¹⁵⁸

O desaparecido possui um estatuto específico: sua existência foi suspensa; não está vivo nem morto; não está preso nem em liberdade. O Estado diz desconhecer seu destino. Logo, parece não existir, está em um limbo indefinido. Contudo, concretamente, existe, mesmo que não passe de um nome perdido em alguma lista ou, principalmente, no coração aflito de uma mãe ou de um obstinado pedaço de memória de alguém que procura respostas insistente e incessantemente.¹⁵⁹ A condição de detido-desaparecido foi transitória para muitos prisioneiros. Porém, os desaparecidos que continuaram com esse estatuto após o término das respectivas ditaduras passaram a ser considerados (não-oficialmente) prisioneiros executados em condições ignoradas.

O desconhecimento destes fatos e a não informação sobre o local onde se encontram seus restos mortais são a expressão de um dos problemas mais difíceis de resolver no cenário de recuperação e consolidação democrática, pois persiste o sentimento de injustiça e de impunidade nas comunidades afetadas. O desconhecimento do destino final da vítima, a ausência de informações e de esclarecimentos e a impossibilidade de elaboração do luto de despedida fazem com que muitos dos familiares das vítimas (também vítimas tanto da mesma dinâmica repressiva como da passividade e da indiferença do posterior regime democrático) vivam numa situação indefinida e atemporal, uma “dor congelada”. Isso sem desconhecer o seqüestro de centenas de crianças filhos de “subversivos” que foram tratados como verdadeiros botins de guerra, produzindo um permanente seqüestro dos seus corpos, dos seus afetos, da sua história e da sua identidade.¹⁶⁰

Finalmente, cabe lembrar que o TDE aplicado no interior das fronteiras nacionais durante as experiências de SN foi potencializado, através de uma também inédita rede de atividades de cooperação entre os aparatos repressivos regionais, com o intuito de trocar

¹⁵⁸ Entrevista. *El Viejo Topo*, n° 22, julio 1978.

¹⁵⁹ ABOS, op. cit.

¹⁶⁰ Ver: ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. **Restitución de niños**. Buenos Aires: EUDEBA, 1997; NOSIGLIA, Julio E. **Botín de Guerra**. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo; Página12, s. d.; SALABERRY, Mariela. **Mariana, tu y nosotros. Diálogo con María Ester Gatti**. Montevideo: Banda Oriental, 1993. SILVA, Alberto. **Perdidos en el Bosque**. Montevideo: Familiares de Detenidos-Desaparecidos, 1989; SANTELICES, Marisol; Dinamarca, Hernán. **“Por los chiquitos que vienen...”** Montevideo: Madres y

informações e experiências, de organizar operações conjuntas contra alvos escolhidos e de sistematizar um grande arquivo de informação. Essa coordenação repressiva de alcance internacional foi a denominada Operação Condor, ápice de um projeto que realizou inúmeras ações perseguindo e eliminando exilados políticos “incômodos”, o que pode ser aferido a partir da leitura e da análise da extensa documentação tornada pública nos últimos anos. De qualquer forma, é importante lembrar que a colaboração entre os serviços de inteligência dos países da região já havia iniciado durante os anos 60, ou seja, bem antes da Operação Condor tomar forma. Da mesma forma, sua existência não se esgotou com o fim das ditaduras.

As especificidades presentes nas experiências de SN do Cone Sul influenciaram as práticas de terror aplicadas em cada país, de acordo com peculiaridades sociais, culturais, políticas e econômicas. Por isso, as práticas repressivas assumiram formas preponderantes e diversas em cada caso. Assim, há um certo consenso entre as organizações de direitos humanos de que, no Uruguai, por exemplo, a característica repressiva marcante foi a aplicação da tortura e o encarceramento prolongado enquanto que, no Chile, foi o exílio massivo e, na Argentina, o desaparecimento forçado.¹⁶¹ Entretanto, todas essas modalidades de experiências traumáticas foram praticadas em todos os países da região, incluindo o Brasil e o Paraguai.

A frase “Salta aos olhos que o Estado terrorista produz a legalização da desigualdade, a consagração da morte de toda vida política ou consolida um poder de Estado”,¹⁶² sintetiza os elementos básicos na dupla dimensão da funcionalidade instrumental. Ao legitimar uma maior desigualdade social, produto de uma lógica econômica cada vez mais injusta e excludente, o Estado precisou eliminar o espaço político onde o contraditório poderia aflorar, no interior da democracia burguesa. Mas os interesses econômicos que se resguardaram na estrutura repressiva do TDE também abriram mão dessa democracia.

No Uruguai, o final dos anos 60 acarretou a definitiva superação de idéias e valores progressistas e humanistas enraizados em décadas de tradições políticas liberal-reformista. O mítico Uruguai, que num passado recente era lembrado como a Suíça da América, rapidamente se tornou alvo da pior experiência repressiva da sua história. Em 1968, a tortura era sistematicamente aplicada pela polícia; em 1971, também o fazia o Exército. Também eram visíveis os grupos paramilitares, e diversos estudantes e trabalhadores acabaram mortos pela violência estatal desencadeada, nesse período, contra mobilizações estudantis e greves

Familiares de uruguayos Detenidos-Desaparecidos, 1989.

¹⁶¹ Conclusões do Seminário Internacional sobre: Consecuencias de la Represión en el Cono Sur. Sus efectos médicos, psicológicos y sociales - Balneario Solís (Uruguay), 03 a 18/05/86.

¹⁶² MONGIN, Olivier. Terrorisme d’Etat, Etat terroriste. *Terrorisme*. **Esprit**, n. 94-95, octobre-novembre 1984. p. 170.

operárias.

Durante a década de 60, a presença encoberta da CIA, no Uruguai, era extremamente ativa, tendo seu quartel geral na própria embaixada dos EUA e estando conectada diretamente com a cúpula policial e com alguns núcleos do Poder Executivo, como denunciado pelos ex-agentes, Philipp Agee e Manuel Hevia, este último, agente cubano infiltrado na missão que atuava no Uruguai. O ponto alto da qualificação repressiva da polícia local, com orientação de métodos ilegais, foi em 1970, quando da participação do agente Dan Mitrione, especialista em técnicas de tortura. É importante salientar, mais uma vez, que essas atividades invisíveis (encobertas) de treinamento policial de sofisticadas “técnicas de interrogatório” e a transmissão de novas experiências no combate contra-insurgente ocorreram ainda sob regime que, em tese, era democrático. Portanto, antes do golpe de Estado, já eram apreciáveis as iniciativas implementadas típicas de TDE, embora ainda não de forma global, como uma política abrangente e orgânica de Estado. A violação das leis e a ilegalidade em que ora se movia o Poder Executivo antecipava o cenário vindouro:

En la violencia estatal aplicada desde 1971 contra la guerrilla, existía un “excedente” totalmente gratuito, no había relación entre los objetivos a lograr - disuadir o vencer - y el grado de brutalidad empleado. El sufrimiento, la humillación, la mutilación, la muerte, no eran infligidos por bandas de delincuentes o marginados, si no por funcionarios públicos, policiales y militares, en instituciones estatales.¹⁶³

Era o início da formação de uma burocracia que obedecia e procurava ser eficiente no exercício de impor restrições de todo tipo à população. A instauração e consolidação da ditadura levou à utilização de múltiplas modalidades repressivas como forma de disciplinamento e controle político e social da comunidade, através da disseminação da “pedagogia do medo”.

Paralelamente, o sistema de exclusão, via reclusão, cumpriu uma função específica sobre a população carcerária, através do rigor das penas, da arbitrariedade e da tortura. O objetivo era “quebrar” o prisioneiro, experimentando novas formas de repressão enquanto, paralelamente, se dava treinamento às unidades de custódia e se aumentava a difusão do terror ao resto da população, humilhando e constringendo os familiares durante a rotina das visitas.

Uma peculiaridade do TDE uruguaio é que ele continuou sendo aplicado contra a população carcerária até o final da ditadura. Não bastou prender. Sua ação persistiu; a “guerra interna” contra a população carcerária nos estabelecimentos de Libertad ou Punta de Rieles (novos cenários do conflito, segundo os responsáveis pela política repressiva) permitia forjar novas gerações de vitoriosos soldados que assim eram incorporados e integrados, em nova fase

da luta contra o comunismo internacional, nessa grande epopéia de defesa da pátria. Por detrás dessa retórica, havia uma questão central: garantir uma postura monolítica da corporação, tornando as novas gerações de soldados e de oficiais comprometidos, solidários e associados com os atos e responsabilidades daqueles que participaram diretamente do desencadeamento e instalação inicial do TDE e da imposição da ditadura cívico-militar.

Quem não estava preso, ressentiu-se com a existência de uma “liberdade” profundamente vigiada e controlada, alimentando a “cultura do medo” espalhada por todo o país. A população “livre” sofreu tentativas de cooptação, embora os resultados de adesismo não tenham sido significativos. Em contrapartida, de forma geral, ela teve que enfrentar a imposição de um clima de temor que induzia a assumir atitudes de resignação, silêncio e submissão. Da sobreposição de espaços e dinâmicas que, com características diferenciadas - mas complementares -, atingiam presos políticos e população “livre”, resultava uma “cultura da indiferença”, conformista, desmobilizadora reforçada por frases que se transformaram no registro de um senso comum imobilizador, alienado e fruto do medo: “no te metás”; “hay que quedarse en el molde”; “si lo metieron es porque algo habrá hecho”; “aquí no pasa nada”.¹⁶⁴

Como dado final desta primeira aproximação à especificidade do estudo de caso em questão deve frisar-se que o Uruguai foi o país da região que teve, proporcionalmente, maior número de cidadãos desaparecidos e/ou mortos (incluindo as crianças) no exterior do que dentro das suas fronteiras nacionais, o que confere ao TDE ali implementado mais uma expressiva singularidade. Isso leva a avaliar que a participação uruguaia na coordenação repressiva internacional não se restringiu a ações isoladas contra alvos selecionados; em realidade, foi uma verdadeira caçada humana, uma operação sistemática de grandes proporções, produzindo o pânico e o terror entre a enorme comunidade exilada ou afixada, principalmente na Argentina. Esse dado ajuda a dimensionar o grau de integração entre os comandos uruguaio que atuaram naquele país e as autoridades gerais e intermediárias do mesmo. Buenos Aires e algumas outras cidades argentinas foram uma espécie de área de extensão do braço repressivo da ditadura uruguaia, como se fosse, quase, mais uma *zona interna* para a aplicação das ações da política repressiva; a esse ponto chegou o grau de colaboração entre as ditaduras *rioplatenses*.

¹⁶³ ALDRIGH, op. cit., p. 62.

¹⁶⁴ PERELLI; RIAL, op. cit.; GIL, Daniel. **El Terror y la Tortura**. Montevideo: EPPAL, 1990; SERPAJ, op. cit.

1.4.1 - A conexão EUA - América Latina

O Terror de Estado dos regimes de Segurança Nacional do Cone Sul teve como um dos seus componentes fundamentais a mencionada contra-insurgência. Esta resultou da apropriação de um conjunto de experiências repressivas acumuladas desde o final da Segunda Guerra Mundial, que foram sendo sofisticadas e refinadas a cada nova aplicação concreta. O desenvolvimento da contra-insurgência acarretou a incorporação de novas contribuições tecnológicas para as ações repressivas, mecanismos para extrair informação e para criar novas formas de controle social, inclusive no âmbito da consciência das pessoas. Assim, a utilização dos meios de comunicação de massa e a implementação da guerra psicológica se tornaram tão estratégicos quanto a incorporação das novas técnicas de contra-insurgência e o acesso a armas e equipamentos militares adequados para os desafios da “guerra interna”. A ostentação de equipamento tecnológico intimidatório e operacional potencializa o medo coletivo, o que se torna mais efetivo quando os primeiros resultados do embate contra as forças de oposição e resistência começam a mostrar a disparidade de forças e a eficiência da violência estatal aplicada em escala ilimitada. Grande parte deste sucesso deve ser creditado aos EUA pela transmissão doutrinária da DSN, pela preparação das unidades mobilizadas na “guerra interna”, pelo fornecimento de apetrechos bélicos adequados e treinamento operacional, e pelo suporte material de fundo, seja na forma de linhas de financiamento, facilitação de pagamentos ou, até, de ajuda a fundo perdido na luta hemisférica anticomunista.

A responsabilidade dos EUA na promoção, sustentação ou apoio direto desses regimes, portanto, é mais do que evidente. Seus interesses econômicos, estratégicos, políticos ou militares estão presentes em todas as experiências concretas de SN da região. No início dos anos 60, sob a administração Kennedy, os EUA estabeleceram as diretrizes da estratégia contra-revolucionária para a América Latina; entre elas destacavam-se a promoção de ações para a reforma social, o aumento da capacidade preventiva e ofensiva da “contra-insurgência” e a criação de um sistema hemisférico de controle e repressão. As duas primeiras orientações foram encaminhadas através da Aliança para o Progresso (ALPRO), articulação político-institucional que condicionava, em troca da ajuda financeira norte-americana, a subordinação dos governos latino-americanos aos interesses da potência. O intuito era oferecer recursos para viabilizar projetos de combate e erradicação das mazelas sociais nas esferas da saúde, educação, habitação e trabalho. Visava-se, com isso, esvaziar os focos de tensão e de degradação social existentes, estabilizando o domínio das elites locais e protegendo os interesses dos EUA.

A Carta de Punta del Este (1961) - documento que delineava suas ações e recomendava

medidas concretas no plano social e a implementação de uma política cultural de reforço dos valores e princípios ocidentais, cristãos e democráticos - diminuiu e reverteu a receptividade e as simpatias desenhadas pelas ações e idéias das organizações guerrilheiras junto aos setores médios e populares. Esta batalha para seduzir os “corações e mentes” ganhava importância para os EUA, em função da projeção sobre o continente latino-americano das experiências da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã, assim como as reivindicações fermentadas nas manifestações estudantis dos anos 60.

Paralelamente, estabeleceu-se uma outra base de sustentação da relação dos EUA com a região e com o resto do mundo, devido ao crescimento potencial do risco revolucionário em escala mundial, o que marcou a conversão da estratégia de “defesa hemisférica”, pactuada no Tratado do Rio (1947), para o de “ameaça interna”. O aumento substancial da ajuda militar e policial aos governos aliados da América Latina permitiu que a esfera militar recebesse treinamento em programas de contra-insurgência na Escola do Exército Estadunidense para as Américas, na Zona do Canal do Panamá (território estadunidense na época), assim como em instituições semelhantes nos EUA. Em 1962, a administração Kennedy criou a Oficina de Segurança Pública (*Office of Public Safety*), que ministrou instrução de forças policiais na ação repressiva contra movimentos populares de países do Terceiro Mundo, aprofundando a parceria com interlocutores latino-americanos e do sudeste asiático.

No mesmo ano, surgiu a Academia Inter-americana de Polícia (*Inter-American Police Academy* - IAPA), também na Zona do Canal (*Fort Davis*), e diretamente vinculada à CIA. A própria Divisão Hemisférica da CIA foi reformulada e ampliada a partir do fracasso da invasão militar da Baía dos Porcos (1961). Por tais centros, deve-se ressaltar, passaram parte daqueles quadros que posteriormente dirigiram as forças de segurança dos seus respectivos países, que retransmitiram os fundamentos da DSN e montaram os sistemas repressivos no interior das ditaduras de SN e sua expressão transnacional, a Operação Condor.

A crescente opção contra-insurgente estadunidense ficou evidenciada, principalmente, pelo Informe Rockefeller sobre as Américas (Informe Sobre a Qualidade de Vida nas Américas)¹⁶⁵, onde uma das sentenças mais categóricas foi o reconhecimento de que: “Não há país hoje em dia que possa efetivamente proteger sua própria segurança interna por si só”. Ou seja, a cooperação hemisférica foi vista como urgente e de vital importância para os interesses

¹⁶⁵ Na visita que realizou em diversos países latino-americanos, em 1968, Nelson Rockefeller articulou um novo reordenamento de estratégias a serem seguidas nos países atingidos por tensões desagregadoras. Das suas orientações, recolheu-se uma acentuada ênfase no quesito segurança, enquanto eram abandonados, quase que completamente, as orientações sobre a reforma agrária e a distribuição da terra, proposições pontuais da ALPRO. O abandono das mesmas, mais do que constatar o fracasso daquela estratégia de preservação da democracia -

dos EUA. Assim, definiu-se a ênfase na segurança interna e hemisférica diante da constatação de que a URSS e Cuba exploravam as frustrações crescentes resultantes da pobreza e da instabilidade política regional. De forma concreta, o documento sugeria o reforço da segurança hemisférica recomendando: 1) programas de treinamento para as forças de segurança e a implementação da ação repressiva; 2) criação de um Conselho de Segurança Hemisférica; 3) ajuda material (equipamento militar) para mobilidade e apoio; 4) missões de treinamento técnico e militar; 5) facilidades na venda de material bélico convencional.¹⁶⁶

A política externa dos EUA, através do Informe Rockefeller, sinalizou para a necessidade de reforçar a maquinaria repressiva, desenvolver um Estado policial, continuar a construção de uma rede hemisférica de inteligência e repressão e, se fosse necessário, fomentar a idéia de intervenção militar. A eclosão de golpes de Estado e a instalação de ditaduras civis-militares nos países de forte ativação social prévia resultaram da combinação de três fatores: a) as pressões dos setores dominantes diante da ameaça do esfacelamento das estruturas políticas e do profundo questionamento da ordem vigente; b) a interpretação e a aplicação dos preceitos da DSN; c) o amadurecimento das condições para desencadear violenta política repressiva (o TDE). Schulz afirma ainda que o Informe explicitava o que, desde o governo Kennedy, já fazia parte da política secreta dos EUA para a região: a construção de uma rede hemisférica de inteligência e repressão.¹⁶⁷

Desta forma, os EUA desempenharam um papel central na consolidação dessa nova ordem e, particularmente, desenvolveram quatro formas de apoio aos governos que utilizaram o TDE para viabilizar o enquadramento interno:

1º) Proteção e reabilitação de quadros fascistas derrotados na Segunda Guerra Mundial. Tal fato não teve maior peso sobre o continente latino-americano a não ser de forma indireta. A utilização de elementos, organizações e estruturas fascistas reabilitadas diluiu-se na estrutura de inteligência norte-americana, embora numa participação mais direta no cenário europeu.

2º) Patrocínio de intervenções diretas ou indiretas que instalaram e protegeram os aliados locais. Ocorreu sob variadas modalidades, de acordo com as peculiaridades de cada país: desestabilização de governos refratários (aos EUA); manipulação de informações, cooptação via propaganda; solapamento e boicote das atividades econômicas; pressão diplomática; estímulo e

mesmo que restritiva -, apontava a ênfase da resolução das contradições sociais através do uso da força.

¹⁶⁶ EL INFORME ROCKEFELLER. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, n° 33, enero 1970.

¹⁶⁷ SCHULZ, op. cit., p. 125.

apoio aos golpes de Estado.¹⁶⁸

3º) Instrumentalização da subversão de direita contra governos inimigos ou pouco confiáveis. Deste modo, implementaram-se mecanismos de financiamento, armamento, doutrinação,¹⁶⁹ modernização e treinamento das forças golpistas (aparelhos repressivos, órgãos de inteligência, etc.).

4º) Fornecimento de armas às forças de segurança e aos governos amigos, assim como instrução pertinente. Consistiu-se em apoio institucional justificado abertamente como defesa de interesses comuns, o que sedimentou uma relação simultânea de aliado, “amigo” e cliente.¹⁷⁰

O principal produto da relação que os EUA estabeleceram com a América Latina foi a formação de gerações de futuros oficiais das forças armadas da região que introjetaram “atitudes políticas internas favoráveis aos Estados Unidos”.¹⁷¹ “Corações e mentes” foram conquistados com relativa eficiência, embora não todos; diante da bandeira do anticomunismo, a influência dos EUA se fez sentir e muitos oficiais policiais e militares tornaram-se hostis a qualquer proposta de mudança da sociedade, reformista ou revolucionária.¹⁷² A conivência do governo estadunidense com as práticas de TDE foi muito mais do que uma postura de omissão diante do desrespeito dos direitos humanos. Por exemplo, a aceitação, por parte dos EUA, de que os “esquadrões da morte” não possuíam relação com o Estado, mais do que dar suporte ao discurso oficial, evidenciava uma imbricada relação de interesses. A mesma inferência pode ser feita

¹⁶⁸ Edward Herman exemplifica com a postura que os EUA assumiram diante do golpe militar de 1964, no Brasil: suborno de setores políticos; cooptação de jornalistas e órgãos de imprensa; financiamento de edição de livros e materiais de propaganda; acesso a redes de televisão; utilização do *American Institute for Free Labor Development* (AIFLD), apoiando o sindicalismo amarelo e golpista; pressão sobre o *establishment* militar para derrubar o governo Goulart; posicionamento de navios de guerra no litoral brasileiro como forma ostensiva de incidir sobre o governo e de mostrar simpatias pelos setores golpistas. HERMAN, Edwards S. El patrocinio estadounidense del terrorismo internacional: un examen general. In: PIETERSE, Jan et al. **Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU**. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 76.

¹⁶⁹ Além do acesso aos manuais e às obras doutrinárias norte-americanas, há outras fontes para a formação dos militares latino-americanos: “*Reconozco, y lo digo con orgullo, que desde antiguo venía prestando atención a los trabajos sobre el particular [luta contra-insurgente] editados en Francia - y traducidos en la Argentina o España - debidos a oficiales de la OAS y el Ejército Francés que luchó en Indochina y Argelia. En base a la experiencia recogida a través de estos clásicos del tema y el análisis de la situación argentina, comencé a impartir órdenes, tratando siempre de preparar mis subordinados. Porque, claro está, muchas veces las órdenes recibidas no se correspondían con lo que durante años habíamos aprendido en el Colegio Militar y la Escuela Superior de Guerra.*” (Grifo do autor) Depoimento do general argentino Acdel Vilas (GARCÍA, op. cit., p. 404). Veja-se a tensão existente entre os limites institucionais das forças armadas e uma interpretação subjetiva da realidade do país, por parte de um militar que encaminha decisões inconstitucionais, antes do período militar.

¹⁷⁰ A dimensão desta operação pode ser aferida em dados concretos. Entre 1973 e 1980, os EUA venderam mais de 66 bilhões de dólares em armamento aos países do Terceiro Mundo. Desde 1950 mais de 500 mil policiais e militares de 85 países foram treinados na Escola da Américas (*Army School of the Americas*), no Panamá, e em outros estabelecimentos semelhantes dos EUA. Enormes investimentos procuraram montar, melhorar e recuperar sistemas de comunicação policiais e militares nos Estados terceiomundistas considerados aliados. HERMAN, op. cit., p. 80.

¹⁷¹ HERMAN, op. cit., p. 80.

quanto a posição frente às denúncias sobre desaparecimentos e práticas de tortura. O apoio e a sustentação que os EUA deram aos golpes que instalaram e consolidaram as ditaduras de SN na região deixaram os “semeadores de medo” de mãos livres para executar e reprimir. Em suma, seu envolvimento não foi fortuito nem secundário e, muito menos, desinteressado. A superpotência teve um protagonismo central como parceira das ditaduras regionais de SN, inclusive da uruguaia, como se mostrará no decorrer dos seguintes capítulos.

A guisa de conclusão do capítulo, pode-se afirmar que o TDE é uma variante da violência de classe, que nele a imposição da força coercitiva, punitiva ou de “ação pedagógica” do poder do Estado se orienta, fundamentalmente e sistematicamente, a provocar o medo dissuasivo. O que ocorre, através de meios variados e eficientes, é a coerção física, psicológica, econômica, coletiva e individual. Isto confere ao contexto que envolve tal situação uma dinâmica que intensifica o desequilíbrio de forças internas da sociedade e aumenta o caráter onipotente do pólo de difusão do terror, enquanto se torna mais palpável a incapacidade de resposta dos setores alvos. A multiplicação dos casos de vítimas de torturas, seqüestros, execuções, saques, desaparecimentos, ameaças de morte, cassações, etc. - tudo ocorrendo sem direito a proteção alguma da lei - é um dado que confirma a configuração do que Luis Mir denomina de “catástrofe humanitária”.¹⁷³

As justificativas para a manutenção de uma situação de alerta permanente do Estado contra o “inimigo interno” escondem que, na prática, mantém-se um clima de ameaça contínua sobre toda a sociedade, apesar do discurso que afirma que é justamente pela sua proteção (da sociedade) que zela rigorosamente o TDE. A amplitude multidimensional da sua aplicação perturba as regras da convivência social e atinge as pessoas até nas suas relações e situações mais cotidianas, ao ponto da banalização e da rotinização das formas de controle tornaram-se, para muitos, “normais” e corriqueiras nos espaços escolares, nos espaços públicos e nas atividades profissionais.

A iniciativa de disseminar o amedrontamento provocava respostas variadas de comportamento; da mesma forma, havia uma tentativa dos regimes repressivos de cooptar adesismos, o que dependia de uma série de condições. Fato mais difícil era obter colaboracionismo, apesar de que, vantagens materiais individuais e garantia de sobrevivência, eram fatores que podiam pesar nessas definições. Entretanto, o padrão geral era que, enquanto o dissidente era perseguido e punido, quem calava sobrevivia, apesar de sentir uma sensação ambígua, pois o regime contabilizava o silêncio como consenso (a “maioria silenciosa”) e a falta

¹⁷² Idem.

¹⁷³ MIR, op. cit., p. 377.

de protesto como cumplicidade ou adesão.

A paralisia da oposição pelo medo e pelo silêncio pode gerar a “cultura do medo”, onde as pessoas introjetam uma sensação de culpa pelo imobilismo político, pela evasão e pela diminuição ou ausência de solidariedade. Assim, introspecção, prudência, cautela, dissimulação e silêncio viram recursos, individuais e cotidianos vitais para a sobrevivência nesses “tempos cinzentos”; receosas e acuadas, as pessoas tentam entrincheirar-se em “casamatas de privacidade”¹⁷⁴ ou deslocam suas frustrações e ansiedades para a emigração, a religiosidade, o futebol,¹⁷⁵ os jogos de azar e outras manifestações diversionistas que funcionam como desaguadouro, válvulas de escape das tensões acumuladas.

Na América Latina, o TDE foi justificado nas décadas de 60 a 80 pela necessidade de enfrentar a agressão “subversiva” comunista que ameaçava a sociedade. Para tanto, partiu-se para uma “cirurgia” saneadora que exigia um regime de exceção, aparentemente transitório. Tradicionalmente, até então, as intervenções militares “saneadoras” eram de curta duração; uma vez cumprida a missão de restabelecer a ordem vigente ou de esmagar alguma instabilidade social de proporções, as Forças Armadas devolviam a administração do governo aos civis e se recolhiam à caserna. Dessa vez, entretanto, a intervenção se sustentou sobre um projeto onde o protagonismo militar devia extrapolar as experiências anteriores. As diretrizes da DSN orientaram para uma atuação decidida e sem concessões contra as forças que reagiam à associação cada vez mais subordinada do país aos interesses e necessidades do capital internacional, os quais, concomitantemente, exigiam mudanças estruturais.

Para enfrentar tamanho desafio, os setores dominantes instrumentalizaram o recurso do TDE como sistema estatal global ou de algumas das suas modalidades tomadas de forma isolada ou pontual. O TDE, como sistema estatal, não se restringiu a modalidades de repressão física, apesar de que estas tenham sido as mais brutais e impactantes. Uma variada gama de mecanismos administrativos, propagandísticos, psicológicos e jurídicos deram suporte às

¹⁷⁴ ABOS, op. cit.

¹⁷⁵ O futebol se constituiu num fenômeno que foi instrumentalizado pelos regimes de SN da região. Os casos mais evidentes se relacionam com a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, no México, e a dupla exploração realizada pelo regime argentino com a realização do Mundial de 1978 e com a vitória da sua seleção. Em uma escala menor, houve a vitória da seleção uruguaia no Mundialito de 1980, realizado no Uruguai, em comemoração do cinquentenário da primeira Copa do Mundo, também realizada nesse país e também vencida pela sua seleção; portanto, ocasião carregada de simbolismos, sobretudo num período em que o futebol uruguaio, pelo menos em termos de seleção nacional, já mostrava acentuada decadência. O Mundialito, sediado no Uruguai e com a participação das seleções campeãs mundiais, com exceção da Inglaterra, substituída pela Holanda, permitia projetar sobre a população do país a falsa impressão de que o Uruguai continuava sendo uma potência nesse esporte e que não estava tão distante dos grandes vizinhos e rivais, o que representava melhoria da auto-estima e uma certa euforia que a ditadura podia capitalizar. Diga-se de passagem, essa vitória uruguaia não escondeu a profunda decepção provocada pela não classificação aos mundiais da Argentina (1978) e da Espanha (1982).

atividades, clandestinas ou não, das unidades específicas de inteligência, informação, controle e repressão física explícita. Em realidade, esta última foi das experiências repressivas mais incisiva praticadas pelos regimes de SN. Porém, não foi excludente. Tão complexo e global foi o campo de atuação do TDE que nenhum setor da sociedade ficou incólume.

A flexibilização do conceito de “inimigo interno” demonstrou que este podia conter, em tese, toda a população que não respaldava o regime. Confluindo com os objetivos de despolitização e desmobilização, é pertinente destacar que as ditaduras de SN procuraram esconder, com seu discurso patriótico, moralista e tecnocrático, que o TDE se constituiu numa estratégia contextualizada de luta de classes.

Não houve limite ou fronteira entre o espaço público ou privado quanto à atuação dos agentes estatais repressivos sobre o cotidiano das pessoas. No caso uruguaio, esta percepção é muito forte, por exemplo, através do papel crescente da televisão. Esta foi um instrumento permanente de intermediação das mensagens oficiais, que irrompiam nos lares com notícias filtradas através da *cadena nacional de información*, que “informava” as novidades da guerra contra a “subversão”.

Por outro lado, até as reuniões familiares e as festas de aniversário só eram permitidas com expressa permissão policial: mesmo assim, os horários eram prefixados e havia a explícita ordem de evitar todo e qualquer comentário alusivo a temas da atualidade. A inviolabilidade da residência foi atingida com o controle sobre a correspondência ou com escutas telefônicas. Todo vizinho podia ser informante e todo local podia estar sob vigilância. O silêncio tomou conta do microcosmos da sociedade urbana, e dele não escaparam nem o pequeno armazém de bairro nem as tradicionais e barulhentas rodas de amigos que, entre *cortados* e *media lunas*, alongavam-se horas a fio, noite adentro, pelos bares montevidéanos.

CAPÍTULO 2

OS ESTADOS UNIDOS E A *PENTAGONIZAÇÃO* DA AMÉRICA LATINA

No momento há apenas um Castro entre 26 nações do Continente; pode muito bem haver mais no futuro. E um Castro no terreno continental, apoiado militar e economicamente pelo mundo comunista, constituiria a espécie de ameaça mais séria para a segurança do Hemisfério Ocidental [...].

Informe Rockefeller¹

Invitamos aquí a oficiales de otros países con el objetivo de enseñarles el equipo que podrían adquirir.

Después disponemos de un programa para entrenarlos en la utilización de ciertos equipos, con la esperanza de que los compren.

Se trata, efectivamente, de una promoción de ventas.

General Robert Wood

Diretor do Programa de Ajuda Militar²

O presente capítulo pretende apresentar a discussão sobre o papel e protagonismo dos Estados Unidos da América (EUA) no processo histórico de surgimento e consolidação das Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul latino-americano. Isso a partir da análise dos seus interesses concretos na região e da sua percepção de maior envolvimento da mesma no contexto da lógica da Guerra Fria. A maior visibilidade na região, a partir dos anos 60 (em função da Revolução Cubana e de seus desdobramentos), passa pela compreensão das diretrizes norteadoras da política externa norte-americana, fundamentalmente: a contenção da expansão da URSS e do comunismo; a organização da economia capitalista em volta da sua liderança e interesses; a abertura dos impérios coloniais e das metrópoles européias ocidentais aos seus investimentos e comércio, além da derrota da onda revolucionária anticapitalista na Europa, no Extremo Oriente e, depois, na América Latina e na África. Tal visibilidade passa também pelas orientações específicas que começaram a pautar as relações dos EUA com a América Latina. Neste sentido, é importante salientar a evolução dessas orientações que

¹ ROCKEFELLER, Nelson. **As Condições de Vida nas Américas. Relatório de uma Missão Presidencial dos Estados Unidos ao Hemisfério Ocidental.** Rio de Janeiro: Record, s. d. p. 43.

perpassam documentos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947), a proposta de desenvolvimento e segurança inscrita na criação da Aliança para o Progresso (ALPRO, 1961), as políticas de Contra-Insurgência e de Ação Cívica ou o Informe Rockefeller, entre outros. A inserção dessas preocupações concretas em relação ao subcontinente mostram uma evolução pautada pela ênfase profunda numa perspectiva de anticomunismo,³ de pronunciada preocupação com a problemática da segurança interna e externa, com o enquadramento econômico da região e a necessária imposição de uma estabilidade social e política confiável para os investimentos internacionais (estadunidenses). Aliás, é visível, na política externa dos EUA, a intrínseca vinculação entre interesses econômicos e militar-estratégicos. Neste sentido, a obtenção de mercados estava acompanhada pelas necessidades geradas pela Guerra Fria: controle sobre zonas energéticas, bases militares, enclaves geopolíticos, etc.

Toda esta dinâmica coincide com um cenário latino-americano de agravamento das condições sociais da maioria da população, onde a ordem social e política vigente sofre questionamentos diversos. Tais protestos refletem uma realidade de esgotamento de políticas econômicas marcadas por certas possibilidades de industrialização durante a conjuntura da guerra; essas políticas haviam tido sucesso variado nos países do Cone Sul, abalados diante das transformações estruturais do capitalismo na arrancada do pós-guerra, transformações às quais a região não estava imune. Portanto, um dos pontos a serem abordados neste capítulo consiste na discussão sobre as relações dos EUA com a América Latina nesse período, o encaminhamento das suas orientações aos seus aliados regionais e os efeitos das mesmas na fermentação reformista e revolucionária dos anos 60 e 70.

Desde a década de 50, observa-se uma série de orientações que partem de diversas instâncias das estruturas constituintes do centro de poder norte-americano que teriam desdobramentos importantes para a América Latina. Nesse período, precisou-se e adequou-se com maior rigor o conjunto de elementos constitutivos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Também, configurou-se a materialidade do complexo militar-industrial que, ainda num momento inicial da sua existência, ganhara notoriedade explícita frente ao temor do seu poderio, manifestado publicamente pelo próprio presidente Eisenhower ao concluir o seu

² JULIEN, Claude. **El imperio americano**. México: Grijalbo, 1969. p. 289.

³ Entende-se por “anticomunismo” um fenômeno que assume valores bem mais profundos que o de uma simples oposição à ideologia e aos objetivos comunistas. Durante a Guerra Fria, particularmente, no plano internacional, o anticomunismo é o critério inspirador de uma política de alcance planetário, cujos objetivos são simultaneamente: a) a contenção da URSS e dos seus aliados; b) a interferência nos negócios internos de cada um dos países, a fim de prevenir e/ou reprimir os movimentos de inspiração comunista. Ver: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora

mandato. Como afirma Fred J. Cook,⁴ o Complexo Militar-Industrial (CMI) se tornou tão poderoso nos EUA que nenhum governo lhe pode resistir.

Os acontecimentos que envolveram a Revolução Cubana e as relações do novo regime da ilha com os EUA (a invasão da Baía dos Porcos, a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, a Crise dos Mísseis, etc.) aceleraram a mudança qualitativa do perfil intervencionista estadunidense na América Latina (lembrando, nos próprios anos 50, as pressões explícitas que levaram aos trágicos acontecimentos da política interna do Brasil de Vargas, da Argentina de Perón e da Guatemala de Arbenz). A década de 60 mostra a determinação específica para evitar o que se denominou “cubanização” da América Latina. O co-patrocínio do golpe de Estado de 1964 no Brasil e a direção da invasão à República Dominicana em 1965 atestam o início da proposição de um novo tipo de relação, onde se combinaram, durante algum tempo, mecanismos de preservação da democracia, pelo menos em aspectos de ordem mais formal, com outros de teor repressivo e contra-insurgente. Em realidade, o insucesso do programa da Aliança para o Progresso, constatável a partir dos últimos anos da década, esvaziou a preocupação formal com a manutenção de sistemas democráticos, em benefício da instalação de regimes autoritários eficientes na luta contra o comunismo e na imposição da ordem interna.

Em relação ao significado da expressão “pentagonização” (da América Latina) - recurso conceitual que decorre do reconhecimento da centralidade da estrutura de força que sintetiza o poder dos EUA -, há uma primeira leitura elaborada pelo ex-presidente dominicano e escritor Juan Bosch,⁵ a qual apresenta a idéia de “pentagonismo”, modalidade do capitalismo que, no pós-Segunda Guerra Mundial, substitui a noção de imperialismo (na clássica acepção de Lênin). Para Bosch, o “pentagonismo” é o produto do capitalismo superdesenvolvido que “[...] se diferencia del imperialismo en lo que éste tenía de más característico, que era la conquista militar de territorios coloniales y su subsecuente explotación económica. El pentagonismo no explota colonias: explota a su propio pueblo. Este es un fenómeno nuevo [...]”⁶

A argumentação de Bosch reconhece que o “pentagonismo” faz a guerra contra um outro Estado e nisto não há diferença em relação ao imperialismo clássico. Mas acrescenta o que para ele constitui uma mudança qualitativa na finalidade de tal ação:

Universidade de Brasília, 1986. p. 34-35.

⁴ COOK, Fred J. **O Estado militarista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁵ BOSCH, Juan. **El pentagonismo**. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1968.

⁶ Idem, p. 11.

La guerra se hace para conquistar posiciones de poder en el país pentagonista, no en un territorio lejano. Lo que se busca no es un lugar donde invertir capitales sobrantes con ventajas; lo que se busca es tener acceso a los cuantiosos recursos económicos que se movilizan para la producción industrial de guerra; lo que se busca son beneficios donde se fabrican las armas, no donde se emplean, y esos beneficios se obtienen en la metrópoli pentagonista, no en el país atacado por él.⁷

Há uma segunda leitura sobre a idéia de “pentagonismo”/“pentagonização” que consideramos mais precisa, em termos históricos, e que é apresentada por Gabriel Ramirez. Este autor questiona a afirmação de Bosch de que o “pentagonismo” substitui o imperialismo. Pelo contrário: “El pentagonismo es una fuerza paralela al imperialismo que viene en su auxilio como puntual estabilizador.”⁸ Segundo Ramirez, o “pentagonismo” é o complexo militar-industrial que, perpassando todos os níveis da sociedade norte-americana, projeta-se para o exterior visando manter a hegemonia mundial dos EUA. Decorrente desta noção, a imposição da lógica da “pentagonização” da América Latina implica no inicial convencimento de setores dominantes dos países da região da sincronia entre os seus interesses e os da superpotência no cenário da Guerra Fria, como a defesa dos valores da civilização cristã-ocidental. Simultaneamente, aponta-se para a necessidade de realizar uma intervenção cirúrgica que extirpe as raízes exógenas em um sistema político deformado pela permissividade com aqueles que são identificados como “inimigos internos”.

Paradoxalmente, em nome da suposta defesa da democracia, esta deve ser cancelada de maneira parcial ou total, sendo substituída por regimes militares que viabilizem o saneamento político e defendam a “nação agredida” pelo comunismo internacional e seus “agentes locais”. Apesar de ser este um dos argumentos mais enunciados no discurso justificador das forças autoritárias, cabe registrar também a profunda preocupação dos grandes interesses econômicos internacionais (principalmente dos EUA) e seus associados internos com a instabilidade política e a agitação social crescente que reage e resiste à imposição dos novos padrões de exploração resultantes da reestruturação capitalista mundial.

Dentro desta perspectiva, obtido o convencimento e a cooptação de setores dominantes, simultaneamente, desenvolveram-se mecanismos de gradual atração, articulação ou ampliação das relações pré-existentes entre as estruturas envolvidas diretamente com a questão da segurança e, considerando a explicitação do “inimigo interno”, da repressão interna. Em essência, a “pentagonização” da América Latina foi a expressão do estabelecimento ou ampliação gradual de uma complexa rede de relações que compreendeu

⁷ Idem, p. 12

⁸ RAMIREZ, Gabriel. **Las Fuerzas Armadas uruguayas en la crisis continental**. Montevideo: Tierra Nuestra,

intercâmbio de informação, fornecimento de equipamentos militares e munição, instrução e treinamento diverso para fins de segurança interna, instrução para ações encobertas, acesso às escolas estadunidenses criadas ou reconvertidas para esses fins, linhas de financiamento específicas, etc. Dessa rede participaram setores, protagonistas e instituições que, em cada um dos países do Cone Sul, estavam vinculados às funções de segurança e informação. Particularmente, a “pentagonização” apontava para os diversos corpos policiais, militares ou paramilitares e consistia na instrumentalização dessas forças para proteção dos interesses das corporações norte-americanas e dos seus associados locais através da rede de relações subordinadas ao centro de poder norte-americano.

É importante salientar, entretanto, que a relação dos EUA com os países da região variava segundo as especificidades do poder de barganha de cada um dos mesmos, assim como de aspectos conjunturais particulares, que podiam ser mais ou menos favoráveis; isto produziu resultados que apresentaram semelhanças por aproximação, mas que não podiam implicar em leituras simplificadas e superficiais, redutoras das complexidades de cada caso. De qualquer forma, a ênfase nas particularidades não podiam desconhecer a existência de algumas tendências gerais com graus de semelhança, portanto, comuns entre si. Pensar a “pentagonização” dos exércitos e de outras forças coercitivas continentais implicava em reconhecer o protagonismo das suas decisões e determinações no que diz respeito ao impacto que produziram em relação à sociedade latino-americana. O que não se pode perder de vista é que a “pentagonização” resulta da adequação às novas necessidades econômicas do grande capital internacional e sua estratégia de dominação.

No mundo do pós-guerra, a manutenção de um grande domínio econômico expressado em áreas de abastecimento de minerais e matérias-primas estratégicas, de mercados consumidores (mais ou menos cativos), de zonas de investimento financeiro, de redes comerciais integradas numa perspectiva planetária exigiram uma estratégia assentada, cada vez mais, no fator militar. É importante lembrar que o mecanismo colonial clássico (controle territorial) estava em franco retrocesso nesse período e que, os EUA, além do confronto com a URSS dentro da lógica da Guerra Fria, estavam reorganizando o mundo capitalista através da sua imposição hegemônica diante de outras economias nacionais competitivas, embora, abaladas pela guerra. Em essência, os EUA enfrentam um duplo desafio crucial: por um lado, a expansão do comunismo e, por outro, a reorganização do capitalismo sob sua hegemonia.

É neste duplo desafio que se destacou o fator militar, instrumento que contribuiu como fator tanto de “contenção” do expansionismo soviético quanto de defesa e garantia do controle sobre a zona de domínio econômico. Entretanto, o fator militar possuiu um ponto de inflexão muito mais profundo através do denominado complexo militar-industrial, estrutura produtiva resultante do enorme esforço de guerra realizado pelos EUA e que, uma vez concluído o conflito, não foi reconvertido para tempos de paz, tornando-se, gradativamente, no principal pólo dinâmico do poder econômico dos EUA. A produção bélica não só manteve uma dinâmica própria como, ao desempenhar um papel determinante no aumento do potencial industrial dos EUA, subordinava outros setores industriais e manteve como setor-chave da atividade econômica e da pesquisa industrial.⁹ Ou seja, passou a ser o motor e centro nevrálgico da estrutura do capitalismo estadunidense de pós-guerra e, conseqüentemente, um setor fundamental da reestruturação capitalista planetária.

A partir deste cenário, a “pentagonização” da América latina extrapolou, enquanto focalização do tema segurança, o objetivo puramente militar dos interesses dos EUA, também se constituindo como meio concreto de ampliação de lucros. Assim, Ramirez admite que as possibilidades de realização de lucro através dos efeitos diretos e indiretos da “pentagonização” são mais amplos dos que reconhece Bosch,¹⁰ que os limita ao interior da metrópole (em relação à América Latina, os EUA). Ramirez entende que o “pentagonismo” lucra dentro e fora das suas fronteiras:

El pentagonismo se afianza dentro y fuera de fronteras, cumpliendo entonces objetivos dobles: balas, tanques, aviones, barcos, se fabrican en el país pentagonista y allí mismo se recogen los fabulosos dividendos que producen los contratos; pero más lejos, allá donde los materiales son utilizados para sembrar destrucción y muerte, un nuevo puesto de avanzada imperialista se establece y mayores ganancias se acumulan a favor del poder agresor.¹¹

Portanto, além de bloquear qualquer progresso do comunismo na região, reafirmava o poderio industrial e militar dos EUA assegurando o fornecimento de matérias-primas a preços baixos, obtendo máxima rentabilidade dos seus investimentos na região e garantindo a docilidade dos Estados clientes.¹²

Independente das diferentes visões sobre a “pentagonização”, este é um fenômeno iniciado no pós-guerra. Antes disso, os EUA interviram na América Central e no Caribe, regiões que consideravam inseridas dentro das suas fronteiras naturais. A intervenção ocorria

⁹ JULIEN, op. cit., p. 414.

¹⁰ BOSCH, op. cit.

¹¹ RAMIREZ, op. cit., p. 7.

¹² JULIEN, op. cit., p. 416.

quando as oligarquias locais se mostravam ineficientes na proteção dos interesses da potência. Em diversos casos, o treinamento de *guardas nacionais* as constituiu em forças de proteção de seus interesses econômicos. O advento do nazi-fascismo levou os EUA a se aproximar ainda mais das forças armadas latino-americanas, criando, em 1938, o “Comitê Permanente” dos exércitos do continente. Durante a guerra, a necessidade de garantir a sua retaguarda e inviabilizar o surgimento de qualquer foco pró-nazi-fascista na região levou os EUA a aprofundar as conexões existentes com as forças armadas da maioria dos países latino-americanos. Assim, em 1942, através da “Lei de Empréstimos e Arrendamento”, abasteceu de material bélico os países da região; ainda nesse ano, constituiu-se a Junta Interamericana de Defesa, confirmada definitivamente na Conferência de Chapultepec, em 1945, e que promove uma articulação militar subordinada, além da substituição das missões européias que ofereciam treinamento militar em diversos países.

Concluída a guerra contra o nazi-fascismo, com o advento da Guerra Fria, os EUA passaram a defender a tese de que sua segurança estava ameaçada em qualquer parte do mundo onde o comunismo ameaçava impor-se. Isto levou à estratégia planetária de contenção do poder soviético via conformação de blocos militares com países aliados. No caso da América latina estruturou-se o TIAR, que estabelecia que “[...] cualquier ataque armado por parte de cualquier Estado contra un Estado americano sería considerado un ataque contra todos los Estados americanos [...]”.¹³ A Guerra da Coreia aprofundou os laços de dependência dos exércitos latino-americanos promovendo programas de ajuda econômica e militar dos EUA. A aprovação da “Lei de Segurança Mútua” pelo Congresso norte-americano, em 1951, oportunizou convênios bilaterais (Programa de Ajuda Militar-PAM), que garantiram o fornecimento de material de guerra obsoleto e que foi utilizado para derrubar administrações hostis aos EUA e reprimir movimentos sociais opositores aos governos “amigos”, junto com o envio de conselheiros militares que, não raramente, interferiam nos assuntos de política interna.¹⁴ Cada vez mais, comprometia-se a autonomia de forças armadas latino-americanas que, gradualmente e de forma diferenciada, eram inseridas dentro do processo de “pentagonização”, tornando-se cada vez mais dependentes do exército estadunidense. Não só pelo fornecimento de armamento, peças de reposição e equipamentos adicionais, mas também pelo treinamento que sua oficialidade recebia nas academias norte-americanas, bem como pelo impacto produzido pelos tratados militares bilaterais e interamericanos, que visavam

¹³ REVELLO, Cecilia; PORRINI, Rodolfo; SCHOL, Alexis. **Las Dictaduras Militares en América Latina**. Montevideo: Las Bases, 1986. p. 15.

¹⁴ Idem, p. 16.

uniformizar abastecimentos, manobras, estratégias e pontos de vista sócio-políticos emitidos pelo Pentágono.¹⁵ Em síntese, as orientações das diversas administrações estadunidenses das décadas de 50 e 60 apresentaram para a América Latina, independentemente das variáveis conjunturais pertinentes, um processo de interferência crescente, a “pentagonização”, cujas tendências gerais podem apontar-se:

- a) a exploração da região a partir das necessidades específicas do complexo militar-industrial norte-americano;
- b) a imposição de diretrizes resultantes da conexão, no cenário da Guerra Fria, dos interesses concretos desse complexo militar-industrial com as justificativas ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional;
- c) o enfrentamento de todo foco de questionamento das relações subordinadas em qualquer país da região, tanto em relação ao centro capitalista quanto à influência e ingerência política dos EUA;
- d) a subordinação da capacidade de decisão política soberana dos países da região aos interesses da política externa norte-americana.

2.1 – AMÉRICA LATINA: REFORMA, REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NOS ANOS 60

Durante os anos 60, a América Latina foi atingida por uma intensa radicalização social e política decorrente do esgotamento do modelo econômico-distributivo populista. Diante disso, diversos projetos de mudança foram colocados como alternativas à crise de hegemonia. Variando desde um populismo com matizes autoritários ou progressistas, passando por um nacionalismo antiimperialista, articulando a formação de alianças políticas de Frente Popular, e chegando a propostas de nítidos contornos socialistas, todos esses projetos foram alimentados pelos acontecimentos paradigmáticos da Revolução Cubana, da guerra de libertação no Vietnã, assim como pela emblemática trajetória de Che Guevara. Tudo isto gerou elementos desestabilizadores que fizeram aflorar as contradições internas dos sistemas nacionais de dominação; já, para os setores populares, ao contrário, aquelas influências viraram referências de mobilização e potencialização da luta revolucionária. Entre

¹⁵ BAUMGARTNER, José Luis; DURAN MATOS, Jorge; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos. A história da**

os fatores de acirramento das contradições internas da região podem-se arrolar:

- 1) O já mencionado esgotamento do modelo econômico-distributivo populista - “crise das expectativas” do populismo -, que se alastrava desde meados dos anos 50. Tal processo vinha emoldurado por outros desdobramentos estruturais profundos, expressão das contradições inerentes à dinâmica capitalista na região. A subordinação periférica aos centros capitalistas e a constatação da ingerência norte-americana sofreram questionamentos concretos.
- 2) O novo ambiente mundial que repercutiu sobre a América Latina, a qual não ficou indiferente diante do recrudescimento das tensões da Guerra Fria.
- 3) A ilimitada drenagem de excedentes locais, por parte de grupos estrangeiros, a acumulação de riqueza pelos setores locais dominantes e diante da necessidade da burguesia nacional em transferir os efeitos da deterioração econômica aos setores populares, acentuou-se a convulsão social em quase todo o continente.¹⁶
- 4) O impacto profundo produzido pela Revolução Cubana e sua evolução ao socialismo, colocando a região no centro de uma Guerra Fria que até então parecia distante do subcontinente.

Dentro desse grande marco mundial (a Guerra Fria), é inquestionável que a presença soviética (ideológica, política e militar), em uma zona de tradicional influência dos EUA, assumiu, para estes, proporções alarmantes e virou uma ameaça direta para os seus interesses. O processo cubano virou paradigmático para as formações sociais periféricas, na perspectiva da libertação nacional contra a histórica dominação econômica da região, ampliando significativamente a perspectiva da luta antiimperialista. Sem dúvida, no quadro das condições históricas do contexto latino-americano, o exemplo cubano revitalizou o objetivo da retomada do projeto de soberania nacional, simultaneamente ao questionamento da hegemonia norte-americana. As lideranças políticas de oposição passaram a considerar seriamente as possibilidades de reformas ou de rupturas com o sistema de dominação. Neste sentido, ocorreu, então, um intenso debate dentro dos setores progressistas, tanto das ações táticas quanto das ações estratégicas a implementar. A experiência de *Sierra Maestra* funcionou como “mola propulsora” de radicalização social sem precedentes. A derrota norte-americana na invasão à Baía dos Portos (*Playa Girón*), em 1961, a opção do regime de Castro em acolher-se ao “guarda-

repressão no Uruguai. Porto Alegre: Tchê, 1987. p. 137.

chuva” militar soviético e os efeitos da crise do populismo exigiram das elites latino-americanas dominantes a necessidade de manter, a todo custo, o controle do aparato político-institucional, num cenário de acentuada pauperização dos setores médios e populares e de radicalização das mobilizações políticas.

A experiência revolucionária cubana exigiu dos EUA uma nova avaliação da situação continental, pois, como nunca antes, seus interesses foram atingidos. Desafiado pela explicitação do confronto ideológico socialismo x capitalismo por quase todo o continente, o imperialismo norte-americano reavaliou o perfil dos aliados necessários na nova etapa de dominação. A ação diplomático-financeira-militar da grande potência reconheceu que, no contexto latino-americano, todo e qualquer movimento de afirmação ou reafirmação de soberania, independência e nacionalismo questionava sua projeção hegemônica e desestabilizava seus aliados locais. Portanto, tais manifestações deviam ser combatidas sem trégua.

A luta armada cresceu de forma considerável. A Teoria do Foco Revolucionário (*Foquismo*), desenvolvida por Régis Debray e expressada por Che Guevara incendiou o cenário continental, influenciando inúmeras organizações revolucionárias que tinham na trajetória e ideário do segundo, uma das bases permanentes de estímulo e mobilização. O foco revolucionário, segundo Debray, era fundamental para o sucesso de um movimento guerrilheiro. A tática do foco visava uma ação expansiva que previa a organização de grupos móveis e colunas guerrilheiras constituídas por pequenas unidades flexíveis e ágeis que deviam ganhar para o movimento a simpatia camponesa em troca de proteção, organização e colaboração nas suas necessidades imediatas. Nesta perspectiva de luta, estava embutido o entendimento de que o foco guerrilheiro devia manter-se autônomo em relação aos partidos políticos; não era o seu braço armado, e sim, ao contrário, o (futuro) partido revolucionário em gestação. A ênfase na guerrilha (em detrimento da condução dos partidos) explica as conturbadas relações entre os diversos grupos guerrilheiros e os partidos de esquerda, principalmente os Partidos Comunistas (PCs), que reafirmavam o seu caráter vanguardista e revolucionário em detrimento das organizações armadas. Por outro lado, estas, apesar da tentativa de estabelecer conexões com os movimentos sociais, acabaram, geralmente, isoladas e desconectadas do conjunto da sociedade - talvez em função da evolução do próprio caráter do sistema repressivo -, o que pesou significativamente na sua posterior derrota.

A “via cubana ao socialismo” passou a constituir uma alternativa concreta para grande parte da esquerda latino-americana. A luta armada (a *guerra de guerrilhas*) alastrou-se pela

¹⁶ CUEVA, Augustín. *O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

região. O marco histórico acelerou a radicalização do processo. Os fatos evidenciam uma espécie de roteiro de resistência e insurreição popular, destacando, entre outros: a Campanha da Legalidade no Brasil (1961); o surgimento da *Frente Sandinista de Libertación Nacional* – FSLN - na Nicarágua (1961) e de guerrilhas camponesas no Peru e na Colômbia; a radicalização de frações do APRA no Peru - organizando o MIR; a expansão da luta armada pelo Brasil, Argentina, Venezuela e Equador.¹⁷ No Uruguai, a partir da fusão de parte da estrutura dos cortadores de cana de açúcar (*cañeros*) da região de Bella Unión com alguns militantes oriundos do Partido Socialista, surge, na primeira metade dos anos 60, o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaro (MLN-T ou MLN), embora sua visibilidade só comece a ser registrada no final dos anos 60. O MNL, a partir da adaptação da teoria do foco de Régis Debray, se constituiu, durante algum tempo, como o principal paradigma de guerrilha urbana latino-americana até ser destruído militarmente em 1972.

A opção crescente pela luta armada contrapôs-se a outras formas de luta, como as que eram parte, até então, da tradição histórica dos PCs, de orientação soviética - a percepção de uma revolução etapista e de alianças com frações burguesas-nacionalistas. Tais divergências produziram rupturas e dissidências dentro da esquerda; o alastramento da luta armada, em diversos países da região, aumentou as divergências que dividiam as esquerdas quanto à estratégia concreta a seguir para a conquista do poder.

O governo Kennedy solicitou e obteve o apoio da maioria dos governos latino-americanos para a expulsão de Cuba da OEA, em 1962. Assim, o isolamento do Estado caribenho passou a ser peça importante na estratégia montada para impedir a todo custo a expansão revolucionária continental. Como resposta à vitória dos liderados por Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos em Cuba, a administração Kennedy e seus aliados nacionais decidiram enfrentar os dois problemas mais visíveis. Ou seja, a presença de um “inimigo interno” - na perspectiva do mundo bipolar - e as contradições sociais desestabilizadoras. Desta forma, através da perspectiva da combinação Desenvolvimento e Segurança, traçaram-se duas grandes linhas de ação. A primeira, através da implementação da ALPRO, articulação político-institucional que condicionava, em troca de ajuda financeira norte-americana, a subordinação dos governos latino-americanos aos interesses da potência. Tais governos receberam empréstimos para aplicarem em projetos de combate e erradicação das mazelas sociais, visando esvaziar os focos de tensão e degradação social existentes. Uma das experiências reformistas mais apuradas foi a do governo Frei no Chile, (1964-1970). Durante tal gestão, o Partido Democrata Cristão

¹⁷ BAUMGARTNER, José Luis; DURAN MATOS, Jorge. **América Latina: liberación nacional**. Montevideo: Banda Oriental, 1985. 2º Vol. p. 213.

(PDC) implementou algumas medidas de cunho popular, como a reforma agrária, com a pretensão de manter o controle no jogo democrático-eleitoral e esvaziar as tensões que alimentavam o crescimento da esquerda, assim como retirar desta parte da sua base de sustentação. A Carta de Punta del Este (1961), documento norteador da ALPRO, apontava para a necessidade de modernizar e homogenizar os sistemas de ensino dentro do quadro dos programas econômicos acordados, assim como defendia a implementação de uma política cultural de contra-insurreição que diminuísse e revertesse a receptividade obtida pelas ações e idéias das organizações guerrilheiras junto aos setores populares e aos setores médios urbanos.

A segunda ação, bem mais agressiva e implementada a medida que fracassava a aplicação dos objetivos da ALPRO, consistia na intervenção (mais ou menos direta) do poder militar norte-americano numa luta de contra-insurgência que enfrentasse eficientemente qualquer ação armada contestatória do *status quo*; seu objetivo deliberado era evitar a “cubanização” latino-americana. Desde 1962, funcionavam centros de preparação e treinamento contra-insurgente de militares da América Latina dirigidos por especialistas dos EUA, como na Escola Militar das Américas. Por estes centros passaram parte daqueles quadros que, posteriormente, dirigiram as forças policiais, militares e paramilitares dos seus respectivos países; articularam eficientemente os diversos golpes de Estado ocorridos no continente a partir de 1964; estruturaram as decorrentes ditaduras de Segurança Nacional e montaram os brutais sistemas repressivos internos e a futura rede repressiva internacional, a Operação Condor.¹⁸

Na dança dialética dos anos 60 e 70, deve-se reafirmar que os projetos de reforma, revolução e contra-revolução perfilaram o grau de confronto e limite de tensão regional a que haviam chegado os atores sociais e políticos. A análise e discussão sobre a existência de condições objetivas para uma revolução continental e a polêmica sobre a realidade das articulações entre guerrilha, partidos políticos e movimentos sociais expressos no debate da proposta do foco guerrilheiro de Régis Debray e na malsucedida experiência de Che Guevara na Bolívia não devem esconder o fato de que foram múltiplas as formas de contestação e organização popular que se manifestaram, articuladas ou não. Sob certa forma, mantém-se até hoje a polêmica sobre qual o principal inimigo temido pela reação. A escalada repressiva das posteriores ditaduras mostra que não se atingiu exclusivamente os segmentos da luta armada. Embora a presença do fator guerrilheiro tenha sido o mais destacado pelas justificativas

¹⁸ Alguns dados sobre o número de militares do Cone Sul treinados nas escolas especializadas dos EUA no período 1950-1979: argentinos (4.017), bolivianos (4.861), brasileiros (8.659), chilenos (6.883), uruguaios (2.806) e paraguaios (2.018). *Training of Foreign Military Personnel by the United States, Fiscal Years 1950-1979*. In: KLARE, T.; ARNISON, C. **Supplying Repression. U.S. Support for Authoritarian Regimes Abroad**. Apud: REVELLO; PORRINI; SCHOL. op. cit., p. 20.

golpistas, em geral, o objetivo principal foi a destruição extensiva de toda forma de organização e de resistência dos movimentos populares, particularmente do movimento operário e sua estrutura sindical. Por outro lado, não foi pequena a surpresa da reação ao constatar que, além de marxistas de todo tipo, segmentos vinculados à Igreja e ao Exército, duas tradicionais instituições comprometidas na manutenção do *status quo* regional, também estavam dispostos a assumir o rol protagônico da contestação.

Por exemplo, a Igreja Católica latino-americana foi fortemente marcada, nos anos 60, pelos desdobramentos do Concílio Vaticano II (1962-65), pela adoção de uma atitude comprometida por parte do papado de João XXIII e pelas Conferências Episcopal Latino-americana (CELAM, 1966) e de Medellín (1968), mostrando a força e vitalidade dos seus setores progressistas. Como decorrência disso, importantes segmentos católicos avançaram na perspectiva de uma maior vinculação orgânica entre a instituição e a luta dos excluídos. Tudo isto, dentro de um profícuo debate integrador entre Marxismo e Cristianismo.¹⁹ Portanto, o nacionalismo católico progressista se fez presente tanto através da incorporação política de milhares de jovens nas jornadas de luta anteriores à deflagração dos golpes quanto naquelas posteriores de resistência às ditaduras de Segurança Nacional. A palavra *Libertação* sintetizou o entendimento de que havia uma relação histórica de dominação e exclusão a romper através de ações conseqüentes e de que, no contexto da época, a “violência de baixo” resultava da “violência de cima”. Na esteira de tais proposições, surgiram movimentos cristãos que se inseriram diretamente na luta social, como a Ação Popular (Brasil), o *Movimiento de Sacerdotes del Tercer Mundo* (Argentina), os padres sandinistas (Nicarágua), a Teologia da Libertação e as Comunidades de Base (Brasil), assim como boa parte dos que constituíram as primeiras colunas *montoneras* (Argentina) ou do *Ejército Nacional de Libertación* (Colômbia).

¹⁹ A aproximação entre Cristianismo e Marxismo resultou do esforço de certos intelectuais e religiosos que acentuaram as semelhanças entre as duas doutrinas. Entre os fatores comuns destacam-se: o contexto comum que se prolonga entre a Revolução Industrial e a Revolução Russa quando são elaboradas a Encíclica *Rerum Novarum* e o socialismo marxista; o forte questionamento ao caráter desumano do capitalismo, contido na Encíclica citada e no Manifesto Comunista; o estabelecimento de paralelos entre o cristianismo primitivo e o comunismo primitivo, assim como entre as trajetórias de Jesus Cristo e do Che Guevara; o entendimento comum da necessidade do surgimento de um *hombre nuevo*; o uso da dialética e do evangelho como instrumentos de libertação dos homens; o reconhecimento do protagonismo dos setores sociais despossuídos e uma perspectiva terceiro-mundista.

Uma das maiores expressões latino-americanas desse esforço de síntese foi Camilo Torres, que afirmava: “Es necesario [...] quitarles el poder a las minorías privilegiadas para dárselo a las mayorías pobres. Esto, si se hace rápidamente, es lo esencial de una revolución. [...] La revolución, por lo tanto, es la forma de lograr un gobierno que dé de comer al hambriento, que vista al desnudo, que enseñe al que no sabe, que cumpla con las obras de caridad, de amor al prójimo no solamente en forma ocasional y transitoria, no solamente para unos pocos, sino para la mayoría de nuestros prójimos. Por eso la revolución no solamente es permitida sino obligatoria para los cristianos que vean en ella la única manera eficaz y amplia de realizar el amor para todos.” *Mensaje a los Cristianos*. In: CUADERNOS DE MARCHA. **De Camilo Torres a Helder Câmara. La Iglesia en América Latina**. Montevideo: Marcha, n° 9, enero 1968. Veja-se, também, a série de textos e documentos publicados nos

Representativo disto é a trajetória de Camilo Torres, a qual mostra os limites dos setores progressistas católicos, impotentes diante da urgência no enfrentamento das carências dos excluídos e dos esquecidos pelo sistema e pela própria Igreja. A opção pela guerrilha sintetiza esse deslocamento em direção a ações mais combativas e comprometidas com a luta popular, o que deixa perplexos os setores conservadores. Antes de morrer combatendo, Camilo Torres havia afirmado que:

La Revolución es la forma de lograr un gobierno que dé de comer al hambriento, que vista al desnudo, que enseñe al que no sabe, que cumpla con las obras de caridad, dé amor al prójimo, no solamente en forma ocasional y transitoria, no solamente para unos pocos, sino para la mayoría de nuestros prójimos. Por eso, la revolución no solo es permitida sino obligatoria para los cristianos que ven en ella la única manera eficaz de realizar el amor para todos.²⁰

No Uruguai, durante os anos 60, em função das novas discussões nos círculos religiosos católicos geradas a partir do Concílio Vaticano II, ocorreu a cisão do Movimento Social Cristão. Dele retirou-se um importante setor que criaria o Partido Democrata-Cristão (PDC). O mesmo estabeleceria uma agenda programática marcada pela preocupação com as mazelas sociais, com a crise econômica, com a escalada autoritária e com a ascensão de Pacheco Areco em 1968, além de alimentar o diálogo com setores democráticos de perfil popular. É este grupo político que propõe, segundo testemunho de Juan Pablo Terra, uma das suas maiores expressões políticas, a criação de uma frente política de partidos de centro-esquerda em junho de 1968, logo após o governo Pacheco Areco impor as *Medidas Prontas de Seguridad*.²¹ O PDC acabou tendo protagonismo histórico ao ser uma das forças políticas fundadoras do *Frente Amplio* (Frente Ampla) em fevereiro de 1971, justificando sua adesão da seguinte maneira: “Hay que desplazar del comando a la derecha política blanca e colorada, a la oligarquía económica y a los poderes extranjeros que pretenden manejarlos como cosa suya.”²² Tal afirmação demonstra a iniciativa deste setor católico quanto à orientação assumida diante da escalada autoritária que, assim como no resto da América Latina, também se manifestava no Uruguai.

Em relação ao Exército, ocorreu, em alguns países, a emergência de setores nacionalistas questionando o grau de corrupção e de subordinação das elites “internacionalizadas”, o que pareceu aos olhos estadunidenses, o agravamento das ameaças que

Cuadernos de Marcha: Iglesia hoy (nº 8); Medellín: la Iglesia nueva (nº 17) e Iglesia y Socialismo (nº 52).

²⁰ TORRES, Camilo. **La Revolución, imperativo cristiano**. Editorial Sandino, 1968. Contracapa.

²¹ Cf. capítulo 3, item 3.2.1

²² Testemunho de Juan Pablo Terra citado por BAYLEY, Miguel. **El Frente Amplio. Historia y documentos**. Montevideo: Banda Oriental, 1985. p. 25.

já pairavam sobre seus interesses na região. A necessidade de reafirmação da soberania nacional, assim como o entendimento de que a “desordem” política era produto da carência de políticas públicas sociais abrangentes agitaram a caserna. A fusão de projetos militares nacionalistas com as forças populares promoveu algumas experiências reformistas que geraram expectativas de mudança preocupantes para o grande capital internacional e seus associados locais. Dentre tais expectativas, destacaram-se a experiência dos militares terceiromundistas de Velasco Alvarado no Peru (1967), o curto mas ousado reformismo de Torres na Bolívia (1970-71), a postura firme, mas minoritária na corporação, dos quadros militares democráticos constitucionalistas que acompanharam a tragédia da *Unidad Popular* (Unidade Popular) de Allende até o trágico setembro de 1973 (o general Schneider, assassinado sob encomenda da Agência Central de Inteligência (CIA) e de setores golpistas chilenos que queriam impedir que Allende assumisse o cargo de presidente no final de 1970, e o general Prats, ex-ministro de Defesa da Unidade Popular, assassinado pela Operação Condor em Buenos Aires em 1976).²³ Pode-se arrolar, também, o caso do general Torrijos, no Panamá, principal responsável pela condução das negociações de recuperação do Canal em poder dos EUA desde o início do século XX.

Deve destacar-se também que, sem ter o mesmo protagonismo político em todas as ditaduras de Segurança Nacional, uma das primeiras medidas implementadas foi a cassação, enquadramento, expulsão ou prisão de bolsões democráticos existentes na caserna. Estabeleceu-se ainda uma severa vigilância daqueles sobre os quais pairava a desconfiança quanto ao cumprimento de ordens dentro da ilegalidade constitucional gerada. Há também casos isolados de militares que, no decorrer dos fatos, evoluíram a posições de aberta resistência ou confronto contra as ditaduras estabelecidas, como o conhecido caso do capitão Carlos Lamarca no Brasil.

A implementação da reforma agrária, as nacionalizações dos setores considerados

²³ O caso chileno é paradoxal para avaliar a terrível disputa que se deflagra na caserna. O Exército chileno, diante da ascensão da Unidade Popular, começou a dividir-se a partir da vitória eleitoral de Allende em setembro de 1970. Exatamente um mês após a eleição, o Comandante em Chefe do Exército, general René Schneider, constitucionalista e garantia da posse de Allende, após uma mal sucedida tentativa de seqüestro, foi assassinado numa ação articulada entre a CIA e setores golpistas da direita chilena. Durante os “mil dias” do governo Allende, na disputa surda que tomou conta da caserna, a oficialidade legalista foi sendo removida pelos setores conspiradores, que ganharam espaço, através de, segundo Eder Sader (cf. **Um rumor de botas. A militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Editora Polis, 1982), uma política equivocada da administração Allende, que lhes fazia concessões em troca de duvidosas promessas de fidelidade constitucional. No trágico 11 de setembro de 1973, viu-se o tamanho da articulação que envolvia o Estado Maior das Forças Armadas (Pinochet, Mendoza, Merino, Bonilla, Leigh, Arellano, etc.). A publicitação recente das comunicações entre os chefes golpistas durante o ataque ao Palácio de La Moneda explicita claramente tal fato (cf. a obra de Patricia Verdugo: **Interferencia Secreta. 11 de Septiembre de 1973**. Santiago de Chile: Editorial Sudamericana, 1998). A desorganização dos setores legalistas impediu a ação dos soldados simpatizantes da Unidade Popular. Mesmo assim, houve resistência em algumas guarnições, porém, sem comando, acabaram derrotadas pela bem sucedida repressão golpista. Posteriormente, os braços dos golpistas agiram até no exterior contra os militares colaboradores de Allende. Atuando dentro da Operação Condor, atingiram seus adversários, como o general Carlos Prats, ex-Ministro de Defesa de Allende, assassinado em 1974 na Argentina.

estratégicos à economia e à soberania do país, a recuperação da soberania nacional, o diálogo respeitoso com o movimento operário, o reconhecimento da norma democrática e a denúncia da forte presença dos interesses estadunidenses são traços mais ou menos gerais nos casos citados. O fracasso, por motivos diversos, desses protagonismos naquele período não invalida a ameaça ou desconfiança percebida pelos EUA nos setores militares de alguns países, ainda mais ao lembrar que parte desses militares também havia passado pelos cursos de formação militar ministrado sob orientação direta da potência e do embasamento doutrinário da DSN.

Quanto ao Uruguai, verifica-se a existência de um reduzido mas importante contingente de militares na reserva que acompanham a fundação da Frente Ampla; o próprio candidato à presidente dessa coalizão de centro-esquerda foi um general da reserva, Líber Seregni, que, assim como vários companheiros de armas que fizeram a mesma opção teve seus direitos políticos e civis cassados e virou preso político durante quase todo o período de exceção. A postura destes militares está marcado pelo entendimento de um profundo respeito e subordinação das Forças Armadas à Constituição, a crença na tradição democrática da política uruguaia, bem como em valores vinculados ao artiguismo. Alguns deles, também se identificavam com as políticas de bem-estar distributivas implementadas, décadas antes, em determinadas administrações do Partido Colorado. No final dos anos 60, também se verificou a presença de alguns oficiais dentro da organização guerrilheira tupamara. Tanto os militares vinculados à esquerda político-partidária quanto os identificados com a luta armada foram incluídos entre os “inimigos internos”, segundo os cânones da DSN, e, particularmente, pela sua função de oficiais das Forças Armadas na ativa ou na reserva, foram considerados traidores, o que lhes acarretou um tratamento extremamente duro na sua condição de prisioneiros políticos.

Os dados apresentados em relação às fissuras surgidas dentro das Forças Armadas e da Igreja, tradicionais instituições de manutenção do *status quo* latino-americano, permitem avaliar o alerta feito por Nelson Rockefeller no seu Informe sobre as condições gerais da América Latina, encomendado pelo presidente Nixon. Diz aquele:

Desde el arribo de los conquistadores hace más de 400 años, la historia de los militares y de la Iglesia Católica, trabajando hombro con hombro con los terratenientes con el objeto de proveer “estabilidad”, há sido una leyenda en las Américas. Poca gente se da cuenta de hasta que punto ambas instituciones están ahora rompiendo con sus pasados. Están, de hecho, adelantándose rápidamente hacia el frente como fuerzas a favor del cambio social, económico y político.²⁴

Este alerta evidencia que, para os interesses das burguesias nacionais vinculadas ao grande capital internacional, tais bolsões nas instituições estratégicas historicamente alinhadas à

dominação oligárquica representavam entraves potenciais que deviam ser extirpados, pois eram elementos que complicavam ainda mais suas dificuldades de imposição no interior dos marcos democráticos tão deteriorados.

Outro protagonismo muito sensível diante da crise foi o dos estudantes secundaristas e dos universitários, setores privilegiados quanto às possibilidades de conscientização da dimensão da crise social e política e profundamente questionadores de políticas econômicas que comprimiam orçamentos e investimentos sociais em benefício do cumprimento das orientações externas e da desequilibrada distribuição de renda. Neste caso, há uma sobreposição de duas dinâmicas que dizem respeito ao movimento estudantil latino-americano dos anos 60. Uma evidencia as influências da grande onda contestatória internacional, que tem como expressões mais contundentes o “Maio Francês” (mas também as manifestações na Alemanha e na Espanha franquista) e os diversos movimentos sociais que atravessam os anos 60 nos EUA (os *sit in* de Berkeley, hippies, *flower power*, Weathermen, Movimento dos Direitos Civis, Muçulmanos Negros, Black Power, Black Panther); o pacifismo, a contracultura, a luta contra o racismo e, primordialmente, a denúncia da guerra contra o Vietnã costuram essa miríade de grupos e interesses. A outra dinâmica do movimento estudantil latino-americano diz respeito às demandas mais específicas geradas pela sua própria realidade. A autonomia universitária e a reforma do ensino foram questões geralmente presentes e mobilizadoras. Mas, acima de tudo, os estudantes que ocuparam as ruas, as escolas e as universidades manifestavam-se em favor da democracia e da liberdade e contra as formas concretas assumidas pelo autoritarismo em cada caso nacional. Onde as ditaduras já se haviam implantado, lutavam para reverter esse quadro (casos da Argentina e do Brasil); onde a escalada autoritária avançava, tentava-se resistir a ele (México, Chile, Uruguai).

No Brasil, as expectativas de abertura política e de forte ressurgimento do movimento estudantil e operário, entre 1967 e 1968, esfumaram-se diante da repressão e da decretação do Ato Institucional Nº 5. No México, em outubro de 1968 ocorreu o Massacre de Tlatelolco, quando, após semanas de mobilização estudantil contra o autoritarismo do Partido Revolucionário Institucional e de duros combates contra as forças repressivas do governo Díaz Ordaz, milhares de soldados e de efetivos paramilitares apoiados até por helicópteros e tanques, atacaram uma concentração pacífica de mais de 6 mil estudantes. Mais de 2 horas de tiroteio ininterrupto resultaram em mais ou menos 500 estudantes feridos com gravidade, mais de 2 mil

²⁴ EL INFORME ROCKEFELLER. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, nº 33, enero 1970. p. 34.

presos e centenas mortos ou desaparecidos.²⁵

No Chile, as primeiras mobilizações pela reforma universitária haviam iniciado em 1967. A partir da conservadora Universidade Católica de Santiago, rapidamente espalharam-se para a Universidade de Chile. Em maio de 1968, documentos de solidariedade lembravam o “Maio Francês”. As reivindicações exigiam estruturas mais democráticas no funcionamento das universidades, assim como a facilitação do acesso às mesmas pelos setores populares. Com forte presença de lideranças comunistas entre estudantes e docentes, cresceu, significativamente, a articulação orgânica entre os estudantes e o movimento popular, através dos partidos, sindicatos e cooperativas. A agitação social esteve presente também em quase todos os setores produtivos e de serviços do país: greves nos Correios e Telégrafos, no Serviço Nacional de Saúde, no magistério, nas minas de carvão em Huachipato, nas áreas do salitre, etc. No final do ano ocorreu o 5º Congresso da *Central Única de Trabajadores*, com as palavras de ordem “Unidade dos trabalhadores para as mudanças revolucionárias”.

Na Argentina, 68 marcou a continuação da resistência contra a ditadura de Onganía, que, desde 1966, havia imposto um choque autoritário fechando o Parlamento, dissolvendo os partidos políticos e escolhendo a universidade como alvo preferido. Ainda em 1966 (29 de junho), ocorreu a *noche de los bastones largos*, quando a polícia invadiu os prédios universitários de Buenos Aires. Autoridades e professores foram demitidos e seus lugares passaram a ser ocupados por indivíduos vinculados a setores clericais, conservadores e autoritários. Em 1967, foi a vez do movimento operário ser acuado. Foi um cenário de violência policial, prisões de lideranças, demissões massivas, ocupações de sedes sindicais, suspensão de negociações coletivas e congelamento de salários. Mesmo assim, a radicalização aumentou.

Em 1968, a oposição sindical passou a controlar a *Central General de los Trabajadores* (CGT), enquanto crescia o trabalho do *Movimiento de Sacerdotes del Tercer Mundo*, ligando a Igreja ao peronismo nas favelas urbanas (*villas miseria*). Esta corrente católica aprofundava o diálogo entre cristãos e marxistas. Ainda, desde o ano anterior, diversas forças guerrilheiras marcavam posição, como as *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR); *Descamisados* e *Fuerzas de Liberación* (posteriormente, em 1970, apareceriam as poderosas organizações dos *Montoneros* e do *Ejército Revolucionario del Pueblo* -ERP-).

²⁵ Publicações recentes apontam de 100 a 500 estudantes assassinados. Tal imprecisão se deve ao fato dos cadáveres terem sido, provavelmente, incinerados ou jogados ao mar. Os jornalistas que presenciaram o fato e que foram detidos, quando libertados, viram muitos soldados limpando o sangue espalhado por toda a praça. Centenas de famílias procuraram sem sucesso pelos filhos desaparecidos. Muitos estudantes fugitivos passaram à clandestinidade e, parte deles, integrar-se-iam às guerrilhas existentes.

Portanto, a agitação refletia-se por todas as partes. As demandas são conhecidas: democracia, autonomia estudantil, medidas sociais... e a volta de Perón.

O ponto alto, porém, ocorreu em maio de 1969, na cidade de Córdoba, como desdobramento de uma série de greves e mobilizações que afetavam diversas províncias argentinas. No dia 29, a CGT local conclamou à greve geral. Estudantes e operários (liderados pelos combativos trabalhadores do setor automobilístico), foram os protagonistas centrais. Após horas de confronto, conseguiram ocupar o centro da cidade e, apesar da fortíssima repressão, mediante barricadas e fogueiras, humilharam as forças policiais expulsando-as da cidade. Tal fato mereceu o nome de *Cordobazo*. Durante horas, a massa controlou a cidade velha. Chama a atenção o fato de que o movimento não tinha nenhuma liderança formal. Em realidade, os resultados foram completamente inesperados. Nenhuma organização ou partido esperava por aquilo. Aquele movimento resultou do espontaneísmo e da ação de algumas poucas lideranças, emoldurado, é claro, num contexto maior de confronto que desenhava-se em diversos pontos do país. A cidade de Córdoba se transformou em comuna livre durante 2 dias, quase sem querer e sem saber o que fazer. A intervenção militar, com tropas de outras regiões, retomou o controle no dia 31 de maio e impôs os Conselhos de Guerra. Nessas jornadas, morreram entre vinte e trinta pessoas e cerca de 300 foram presas. Lideranças sindicais históricas, como Agustín Tosco, foram responsabilizados pelos fatos acontecidos. O *Cordobazo* foi fato gerador de uma onda de mobilizações crescentes que se projetaram, pelo menos, até a volta de Perón, em 1973.

No Uruguai, em 68 os estudantes foram às ruas contra o aumento da passagem escolar, mas fazia tempo que também denunciavam todo o sistema que girava em volta da decadente “Suíça da América”. O Uruguai apresentava-se para eles como um país sem perspectiva e com um sistema político no qual muitos não se viam representados. A existência de inúmeras pequenas organizações de esquerda (compondo um leque muito diversificado) e dos partidos marxistas majoritários, o comunista e o socialista, expressavam a riqueza das orientações políticas em confronto. Fora das mobilizações específicas, agitava-se a luta armada. O saldo do final do ano antecipava dias piores: três estudantes assassinados e dezenas de feridos. O governo Pacheco Areco assumira caminhos autoritários e, desde o 13 de junho, com as *Medidas Prontas de Seguridad*, agredia liberdades e direitos. A situação entrava num complexo processo de radicalização. Em 1969, a chegada ao país do enviado especial norte-americano Nelson Rockefeller e o medo de que ocorressem distúrbios generalizados motivaram o governo a fechar os estabelecimentos de ensino. A desculpa oficial foi a de que, casualmente naqueles dias, descobrira-se a existência de uma estranha gripe no país, a *gripe Rockefeller*, como foi

sarcasticamente chamada.

Um outro marco importante no cenário de confronto político na região, nos anos 60, foi a retomada da formação de frentes populares de centro-esquerda, como mecanismo de superação da atomização e dos históricos limites eleitorais da esquerda mediante uma proposta programática viável. A experiência da Unidade Popular chilena ocorre, paradoxalmente, num período em que, na América Latina, a luta armada assumiu proporções nunca vistas anteriormente, o que permite entender um dos motivos da escolha de Che pela Bolívia - no intuito de desencadear um processo geral de insurreição revolucionária desde o coração da América -, a maior conquista popular veio, entretanto, da vitória eleitoral da Unidade Popular - de Salvador Allende, no Chile, em 1970. A “via chilena ao socialismo” foi, na prática, uma fórmula que, mais do que concretizar a segunda experiência socialista no continente, gerou a expectativa de um processo de transformações que pudesse transcorrer dentro de um clima de relativa estabilidade política tornando desnecessário o apelo à radicalização popular e a luta armada – sempre considerada culpada, pelo pragmatismo político da direita quanto pelo julgamento de alguns setores de esquerda, no sentido de ter sido indutora direta de maior repressão. A “via chilena” apostou na consistência das instituições da democracia burguesa para construir pacificamente um caminho de transição do capitalismo ao socialismo. Porém, o seu futuro imediato mostrou a estreiteza dos limites existentes para tal fim como²⁶ também as contradições da dinâmica política interna do governo da Unidade Popular.²⁷

No Uruguai, ocorreu, quase que concomitantemente à Unidade Popular chilena, a experiência da Frente Ampla, uma coalizão de partidos e movimentos de esquerda e centro-esquerda que aglutinou, através de um programa e de uma candidatura majoritária comum, socialistas marxistas, sociais-democratas, comunistas, democratas-cristãos, dissidentes da esquerda dos partidos tradicionais (Blanco e Colorado), pequenos grupos de esquerda de perfil variado e personalidades independentes (entre os quais os militares da reserva citados), além do apoio da *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT). Tendo antecedentes de confluência de esquerda no início dos anos 60, a Frente Ampla foi produto do voluntarismo político daqueles setores espalhados no espectro da centro-esquerda político-partidária (apesar de ser integrado

²⁶ Durante a campanha eleitoral vitoriosa de Allende, a CIA já conspirava abertamente contra ele financiando as demais candidaturas e praticando atos de sabotagens. Diante dos resultados eleitorais, tentou-se, sem sucesso, articular um golpe de Estado para evitar sua posse. Ver: CHOMSKY, Noam. **Banhos de Sangue**. São Paulo: DIFEL, 1976; CHOMSKY, Noam. **Um olhar sobre América Latina**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.

²⁷ Sobre as contradições do governo da Unidade Popular e da evolução do quadro conspirativo, ver as seguintes obras: SADER, Eder. **Um rumor de botas**. São Paulo: Pólis, 1982. ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota**. São Paulo: Brasiliense, 1979. GARCÉS, Joan. **Allende e as Armas da Política**. São Paulo: Scritta, 1993. BITAR, Sergio. **Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

pelo braço político do MLN, ambos, Frente Ampla e guerrilha, mantinham prudente distância entre si). A intensa mobilização e o entusiasmo dos militantes não conseguiram superar o escasso tempo de organização (a coalizão foi fundada poucos meses antes das eleições de 1971) e a contrapropaganda que sofreu dos setores conservadores. Seus resultados eleitorais foram adversos; porém, mesmo assim, obteve 18% dos votos em todo o país para a presidência enquanto que, em Montevideu, o seu candidato à prefeitura fora votado por 30% dos eleitores. De todas as formas, tinha sido o melhor resultado obtido pela centro-esquerda, junta ou separada, em toda a história do país. O imediato período pós-eleitoral viu uma escalada autoritária acelerada. Com o golpe de Estado consumado em 1973, a Frente Ampla foi colocada na ilegalidade. Parte de seus dirigentes partiram para o exílio, única alternativa à prisão e ao assassinato. Seus militantes foram perseguidos aos milhares. Com o advento da ditadura, junto com a CNT, a Frente Ampla tornou-se um dos principais alvos.

Além disso, dentro de toda esta trama complexa do cenário latino-americano dos anos 60, é necessário apontar – como fator componente, orgânico, a toda essa expressão de consciência crítica e de politização qualitativa de importantes setores da população – para o engajamento visível de parte importante do mundo da produção artística e cultural dos diversos países. Certamente que esta tendência estava vinculada a uma outra característica muito presente em países como Uruguay, Argentina e Chile: a existência de um qualificado sistema de ensino público que foi parte do substrato social que gerou uma cultura política marcada pela participação política, inclusive dos setores sociais menos privilegiados. Sem dúvida, a educação pública e de qualidade esteve profundamente relacionada com o crescimento de uma cultura popular engajada e mobilizadora. Esse é um fato que não pode ser desconsiderado na hora de aferir a relação existente entre o grau geral de politização dessas sociedades e a brutal escalada repressiva posterior.

Os anos 60 foram muito ricos em produção musical, teatral, literária; de fato, houve setores do universo cultural e artístico que assumiram um compromisso de denúncia das mazelas da realidade social. Fosse de forma figurada no interior de regimes autoritários, fosse como convocatória nos espaços ainda democráticos, a produção e divulgação de produtos culturais engajados se espalharam pela América Latina. Algumas vezes, circulando sorrateiramente nos porões e nas sombras da clandestinidade; outras, explodindo no mundo do exílio ou nos grandes acontecimentos de solidariedade internacional. As temáticas centrais giravam entorno das mazelas da realidade da América Latina. Eram os versos poderosos de Neruda, Guillén e Alberti. Era a expressão literária onde temas políticos, questões sociais, a identidade indígena e o sentimento latino-americano se traduziam na idéia do realismo

fantástico ou do romance social, de importante tradição na região. Roa Bastos, Cortazar, Vargas Llosa, Borges, Rulfo, Onetti, Jorge Amado e, principalmente, García Marques lideraram o que, poucos anos depois, foi conhecido como o “boom” latino-americano que conquistava o mundo a partir do exílio. Era o impacto das contribuições musicais da *Nueva Trova* cubana e da música argentina de raízes rural e popular numa linhagem que inicia com Atahualpa Yupanqui e ganha ressonância com Horacio Guarany e Mercedes Sosa, mas também com manifestações urbanas identificadas como música de “protesto”.

Acima de tudo, no decorrer dos anos 60 e, sobretudo, durante os “mil dias” da Unidade Popular, constata-se uma verdadeira explosão criativa e experimental de artistas chilenos que, por todos os âmbitos do “fazer cultural”, realizavam a síntese entre as experiências urbanas e o resgate das raízes indígenas, desde a tapeçaria até a arte dos murais, das *peñas* aos circos, do erudito ao popular. A melodia das flautas andinas se espalharam por todo o continente junto com os ponchos dos diversos grupos Quilapayun e do Inti-Illimani ou na voz da dinastia iniciada anteriormente por Violeta Parra. Hinos como o *Venceremos* (Quilapayún) ou *Canción con todos* (na voz de Mercedes Sosa) destacavam a crença na construção de um mundo melhor e se transformaram em canções reconhecidamente latino-americanas. E, talvez, como maior símbolo de todo este profícuo processo, Victor Jara, síntese de engajamento político da *Nueva Canción Chilena* e do compromisso de uma geração que acreditava, lutava e trabalhava na construção desse mundo novo tão anunciado nas letras das canções, dos megafones das universidades, nos comunicados dos partidos progressistas ou nas palavras de ordem das organizações revolucionárias. De certa forma, era a geração do homem novo do qual falava Che Guevara.

No Uruguai, estas manifestações também ocorreram. No mundo do teatro, mereceram destaque especial, entre outros, os coletivos do El Galpón e La Comedia Nacional. Na literatura, destacava-se o texto de Mario Benedetti. O semanário *Marcha* era, provavelmente, o principal espaço de reflexão do mundo da cultura no qual despontava seu diretor, Carlos Quijano. Os carnavais uruguaios dos anos anteriores à ditadura serviu de palco para a sátira política e a crítica social recorrentes em diversas *murgas*. A virada dos anos 60 para os 70 marcou a forte presença no panorama musical de compositores e cantores comprometidos com o seu tempo (Zitarrosa, Numa Moraes, Carbajal, Los Olimareños, Viglietti). Também houve uma relativa circulação de obras de outros músicos latino-americanos de perfil semelhante, inclusive ocorrem possibilidades de intercâmbio. Um fato curioso que não fica restrito ao Uruguai é que, nesse período, músicos espanhóis em confronto com a censura franquista divulgava sua obra junto ao público latino-americano,

aumentando os limites dessa comunhão de trocas e de identificação de situações e problemas comuns. A forte presença do exílio espanhol republicano e o teor das suas mensagens engajadas ou simplesmente cantando os poetas silenciados pelas décadas da ditadura de Franco garantiam calorosa recepção.

Importante destaque teve a atividade desenvolvida pela atriz catalã exilada, Margarita Xirgu, revigorando o teatro uruguaio e *rioplatense* e fundado o emblemático grupo *La Comedia Nacional*. Por outro lado, cantores como Paco Ibañez, Joan Manuel Serrat e o conjunto Agua Viva cantaram Rafael Alberti, Antonio Machado, Miguel Hernandez, Leon Felipe e, claro, García Lorca. Há o caso paradoxal de Serrat, quem sofria na Espanha uma dupla censura, a das letras e a da língua; muitas das suas canções eram compostas e cantadas em catalão, língua proibida pelo regime franquista. Catalães exilados cantavam com ele em Santiago, Buenos Aires, México e Montevideú. Aliás, a identificação com esses artistas estrangeiros foi tão grande que, ao instalarem-se as ditaduras, foram impedidos de entrar nesses países e suas obras foram proibidas pela censura.

A combinação deste fluxo de circulação e o reconhecimento dessa diversidade cultural enriqueceu e estimulou ainda mais esses significativos nichos de criatividade engajada e de um crescente sentimento de solidariedade que atravessava fronteiras. No Uruguai, havia na época um reconhecimento específico pelas centenas de exilados brasileiros e argentinos que lá estavam (pelo menos até 1972), assim como havia simpatias declaradas explicitamente pelos vietnamitas, pelos revolucionários cubanos, pelo governo de Allende, pela resistência antifranquista na Espanha e pela Revolução dos Cravos em Portugal.

A década dos anos 60 e a passagem para os anos 70, portanto, foi marcada por um crescente confronto das forças políticas e sociais e pelo esgotamento dos limites de convivência no interior de regimes democráticos bastante deteriorados. O endurecimento das burguesias nacionais foi a resposta diante das ações sociais que denunciavam o agravamento da situação sócio-econômica e a brutal deterioração da legitimidade dessas administrações. O avanço político das correntes peronistas e da luta armada na Argentina com o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (trotskista) e os *Montoneros* (peronista), os êxitos da guerrilha *Tupamara* e o surgimento e crescimento eleitoral da Frente Ampla no Uruguai, a vitória da Unidade Popular no Chile, assim como a afirmação dos setores populares em outros países, prefiguraram o fim da tolerância da potência hegemônica capitalista e seus aliados de classe regionais (a oligarquia agro-exportadora, setores vinculados ao comércio internacional e ao sistema financeiro) diante da necessidade de impor limites concretos sob pena de sofrer novas derrotas na região.

Os EUA, diante da convulsão social e das expectativas políticas aguçadas, abandonaram qualquer preocupação com as aparências democráticas e assumiram, cada vez mais, um caráter contra-revolucionário, golpista e intervencionista. A partir daí, sucederam-se os golpes de Estado no Brasil, na Bolívia, na Argentina, na República Dominicana, etc. Os setores progressistas começaram a acumular derrotas. A política norte-americana para a região afastava-se, cada vez mais, das orientações democratizantes e optava, rapidamente, pela instrumentalização das ditaduras para enfrentar de forma mais eficiente a “expansão comunista” pelo mundo livre latino-americano.

Em 1968, a visita de Nelson Rockefeller a diversos países da região reafirmou o apoio norte-americano à violentíssima onda contra-revolucionária que varreu de vez os espaços democráticos ainda existentes. No “Informe Sobre a Qualidade de Vida nas Américas”, suas observações fundamentaram a política para a região das administrações Nixon e Ford. O Informe Rockefeller sugeriu o reforço da segurança hemisférica recomendando: a) programas de ajuda às forças de segurança (treinamento policial e militar) e à execução de ação repressiva; b) criação de um Conselho de Segurança Hemisférico; c) oferta de ajuda material (equipamento militar) para mobilidade e apoio; d) missões de treinamento militar e técnico; e) facilitação de venda de material bélico convencional.²⁸ A partir das suas orientações, definiu-se a ênfase na segurança em detrimento de qualquer intenção desenvolvimentista e reformista, configurando a escalada de enquadramento autoritário em nome da defesa hemisférica dos interesses e valores da sociedade (leia-se capitalista e norte-americana). Logo, a eclosão de golpes militares nos países onde os setores populares progressistas apresentavam tamanho grau de ativação não foi gratuita. Usando e justificando o discurso da Segurança Nacional diante da necessidade de contenção da expansão comunista no continente, as Forças Armadas dos países citados receberam doses maciças de doutrinação, constituindo-se como instrumento pretoriano da burguesia e do imperialismo para conter e destruir as organizações populares. Ajustes no bloco do poder produziram remanejamentos e rearranjos internos. Entretanto, mesmo que, em alguns casos e em certos períodos, tenha-se constatado uma certa autonomização dos setores militares golpistas, isto não afetou a hegemonia da burguesia financeira e do capital internacional.

Na prática, na América Latina, diversos foram os mecanismos utilizados para desestabilizar as forças democrático-progressistas e destruir as revolucionárias. Uma propaganda anticomunista primária, veiculada permanentemente pelos setores da grande imprensa comprometidos com as forças golpistas, calou fundo junto a importantes setores médios alinhados à reação numa ofensiva sem precedentes e generalizada, ofensiva que se alastrou por

quase todo o continente. Em poucos anos, a sociedade latino-americana, tão fortemente mobilizada nos anos 60, acabou enquadrada, através das ditaduras militares e da lógica da DSN, diante das novas necessidades econômicas do capital internacional e dos interesses geoestratégicos dos EUA na Guerra Fria.

2.2 – OS MECANISMOS DA “PENTAGONIZAÇÃO” DA AMÉRICA LATINA

As interpretações discrepantes sobre as últimas ditaduras do Cone Sul coincidem com o fato das mesmas diferirem qualitativamente das anteriores. As que surgem a partir dos anos 60 inserem-se dentro de uma lógica generalizada e comum que vincula o interno com o externo, sob o prisma da ameaça do comunismo, que põe em perigo a existência do Estado capitalista. A Doutrina de Segurança Nacional, com sua carga de geopolítica e sua noção de desenvolvimento e segurança divulgada nos programas de estudo das escolas e academias militares e policiais dos países latino-americanos, fundamentou a escalada autoritária.

A América Latina era uma área de múltiplos interesses materiais para os EUA desde o final do século XIX. As necessidades da sua pujante estrutura econômica produziram pressão sobre governos, muitas vezes fracos; simultaneamente, encontraram aliados/sócios entre os setores das classes dominantes que, por sua vez, possuíam influência sobre o poder político.²⁹

No início da Segunda Guerra Mundial, os Estados latino-americanos tentaram manter, inicialmente, uma postura de neutralidade diante do conflito. A mesma foi revertida pela pressão estadunidense, utilizando o crescente intercâmbio comercial para aprofundar as relações militares, mandando dezenas de assessores militares à região. A pressão dos EUA visava limitar a influência militar do Eixo, pois missões alemãs assessoravam e davam instrução às Forças Armadas de países como Bolívia e Chile. O advento da guerra e o envolvimento dos EUA, mesmo antes de Pearl Harbor, intensificaram as relações com a América Latina o que permitiu àquele país aumentar a venda de armamentos, abastecer-se de minerais estratégicos e obter bases militares na região.

A entrada dos EUA na guerra rompeu com a neutralidade da maioria dos países latino-americanos que decidiram acompanhá-los no conflito. Embora somente o Brasil e o

²⁸ REVELLO; PORRINI; SCHOL, op. cit., p. 18.

México mandassem unidades militares, quase todos os países contribuiram para o esforço de guerra mediante fornecimento de cotas de suprimentos, rompimento de relações com os países do Eixo, patrulhamento dos seus litorais, concessão de novas bases militares (Brasil, Panamá, Cuba e Equador) aos EUA. A normatização dessa cooperação na guerra foi estabelecida pela Conferência do Rio de Janeiro (1942). Na mesma, foi criada a Junta Interamericana de Defesa (JID), que estabelecia mecanismos multilaterais para a defesa hemisférica, onde as simpatias do Chile e da Argentina pelos países do Eixo, geravam desconfiança. No esquema de defesa da JID, eram objetivos estratégicos a produção crescente e entrega de materiais essenciais aos EUA (Aliados), a garantia da estabilidade política e da segurança interna das unidades produtivas estratégicas, o aprovisionamento e a proteção das bases requeridas pelos EUA para a proteção das linhas de comunicação vitais e a proteção coordenada contra invasões e ataques aéreos.³⁰ Em outras palavras, os EUA esperavam garantir que:

[...] cada fuerza armada latinoamericana pueda ser capaz de mantener la seguridad en su propio territorio, incluyendo la prevención de disturbios revolucionarios, operaciones clandestinas enemigas, defensa contra ataques aislados, protección de las fuentes e instalaciones de materiales estratégicos y seguridad local de las bases y facilidades militares.³¹

Em compensação ao esforço de defesa assumido, os EUA proveram mais de 260 milhões de dólares na forma de equipamento.³² Em março de 1945, negociou-se o Acordo de Chapultepec (Declaração de Assistência Recíproca e de Solidariedade Americana), que consagrou a tese do intervencionismo múltiplo:

La seguridad y la solidaridad del Continente quedan afectadas en idéntica medida tanto por actos de agresión contra cualquiera de los Estados americanos por parte de un Estado no americano; como por un acto de agresión por parte de un Estado americano contra uno o más de los Estados Americanos.³³

Essas diretrizes estiveram no espírito do TIAR. Recolocando a tese da Doutrina Monroe, adaptava-se a mesma aos tempos da Guerra Fria ao criar uma aliança militar permanente entre os Estados do hemisfério destacando a segurança coletiva; todo ataque contra qualquer integrante seria considerado como uma agressão contra todos. Esse processo consolidou maior solidariedade hemisférica durante o nascente período da Guerra Fria.

²⁹ JULIEN, op. cit., p. 273.

³⁰ FERNÁNDEZ, Wílson. **El gran culpable. La responsabilidad de los EE.UU. en el proceso militar uruguayo.** Montevideo: Atenea, 1986. p. 41.

³¹ Idem, p. 42.

³² KRYZANEK, Michael J. **Las estrategias políticas de Estados Unidos en América Latina.** Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano, 1987. p. 88.

Terminada a Segunda Guerra, a possibilidade de uma ameaça comunista na América Latina converteu-se na principal preocupação para Washington. Os presidentes Truman e Eisenhower definiram como a principal responsabilidade dos EUA na América Latina a proteção dos governos ameaçados pela penetração comunista e por movimentos revolucionários inspirados em sentimentos nacionalistas. Simultaneamente, havia a promessa de fortalecimento das instituições democráticas e de cooperação econômica na região com o surgimento da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948.³⁴

Concluída a Segunda Guerra e definida a lógica do novo confronto, as relações com a América Latina foram redefinidas em função disso. O memorandum secreto de George Kennan, *Charge d’Affaires* norte-americano em Moscou, ao Secretário de Estado norte-americano apontava sugestões para o encaminhamento das relações com a América Latina, região valorizada como “importante parte del sistema internacional no comunista” e “importante elemento de la posición estratégica de los EUA en caso de guerra”, destacando o Canal do Panamá e o fornecimento de matérias-primas como “essenciais”. Reconhecendo a ameaça do comunismo sobre a região, considerava fundamental combatê-lo: “[...] las actividades de los comunistas representan nuestro mayor problema en la área (ya que) ellas han procesado hasta un punto en que deben ser miradas como un problema mayor y urgente” – pois eles, continua Kennan, se aproveitavam do “[...] formidable sentimiento antinorteamericano siempre presente en cada uno de los países latinoamericanos, sin excepción”. Kenan considerava ser obrigação dos EUA colaborar nessa luta. Identificava que, em certos casos de governos fortes com respaldo político, a ajuda devia consistir mais em suporte econômico e diplomático. Entretanto, para aqueles politicamente mais fragilizados (desgaste político, instabilidade social, insatisfação), o apoio devia ser mais drástico: “[...] debemos conceber que desagradables medidas gubernamentales de represión pueden ser la única respuesta al desafío comunista”.³⁵

Em julho de 1945, os EUA já cogitavam a possibilidade de treinar militares latino-americanos na região ou no seu próprio território, além de propor a elaboração conjunta de planos de defesa hemisférica. Quando perceberam que tinham em mãos um poder sem precedentes, os estrategistas norte-americanos encarregaram-se de organizar o mundo no interesse dos vencedores, assumindo, por vontade própria, a responsabilidade pela manutenção do bem-estar mundial do sistema capitalista. A cada região do Hemisfério Sul,

³³ SCHILLING, Paulo. **De la Doctrina Monroe al Informe Rockefeller**. Montevideo: Tierra Nueva, s. d., p. 97.

³⁴ KRYZANEK, op. cit., p. 90.

³⁵ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 38-39.

foi designado um papel apropriado; à América Latina, zona de influência direta dos EUA, foi destinada o papel de abastecer eficientemente o mercado estadunidense com matérias-primas e aumentar seu potencial de consumo de excedentes de produção e de capital dos EUA.

Em 1946, George Kennan elaborou a Doutrina de Contenção, que afirmava que a URSS representava uma ameaça de agressão a longo prazo contra o Ocidente. Kennan defendia, então, criar diques de contenção no entorno geopolítico soviético. Keenan reconhecia que isso implicava uma valorização diferenciada de países diante dessa ameaça. Para os EUA, eram cruciais os países considerados “estratégicos” (capacidade industrial e/ou matérias-primas estratégicas). Nestes casos, o esforço de contenção devia ser concentrado. Kennan alertava que os soviéticos utilizariam recursos psicológicos e políticos, até mais do que militares, para conquistar tais países. Era necessário, então, antecipar-se elaborando programas de contenção prospectivos que ajudassem aqueles países a resistir à futura agressão.

A dinâmica da “política de contenção” exigia centralizar as diversas organizações de informação estadunidenses que haviam proliferado durante a Segunda Guerra Mundial e que funcionavam independentemente umas das outras. A carência de coordenação entre esses órgãos prejudicava o sistema de inteligência constatando-se informação não compartilhada nem quando era ordenado, gerando disputas internas, sobreposição e dispersão de forças, assim como imprecisão na definição da missão das atividades de inteligência. Faltava também uma orientação ideológica unificada. Portanto, os novos desafios do mundo de pós-guerra e a intenção de hegemonização por parte da elite dirigente estadunidense exigiram, para ter êxito contra o comunismo, modernização, internacionalização, coordenação e centralização do planejamento e das operações dos serviços de inteligência internacional dos EUA. Inegavelmente, a Doutrina de Contenção impediu a reconversão da estrutura de inteligência e segurança de uma situação de guerra para uma outra de paz. Pelo contrário, mantendo-a, exigiu a sua modernização em função do critério eficiência. Essa “política proporcionou uma visão de mundo que reorientou, dirigiu e justificou as políticas do governo dos EUA.”³⁶

Ao lado da abordagem da política de contenção de Kennan, foi elaborada uma estratégia mais ampla de contenção global, proclamada pelo presidente, em 12 de março de 1947. A “Doutrina Truman”, como veio a ser consagrada, consistiria no apoio aos “povos livres” que estavam “resistindo” às tentativas de subjugação promovidas por minorias internas vinculadas à ameaça comunista ou por pressões externas da URSS. Essa política buscava a

³⁶ SCHURMANN apud HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos / América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 83.

extensão dos recursos dos EUA para a contenção, pelas regiões do mundo consideradas “periféricas”. Assim, a Doutrina Truman colocava os EUA em luta global contra o comunismo.

Em 1947, através da Lei de Segurança Nacional foi criado o Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council*-NSC) como órgão do Executivo para coordenar o planejamento e as operações de segurança internacional dos EUA. A idéia era ter um organismo de direção para a condução de todas as atividades de inteligência e contra-inteligência nacionais e estrangeiras. Esse organismo virou peça-chave na condução da política externa estadunidense, inclusive em relação à América latina. O NSC inclui, como membros estatutários, o presidente, o vice-presidente e os secretários de Estado e de Defesa e, como assessores, o diretor da CIA e o presidente dos chefes do Estado Maior Conjunto. Inegavelmente, o Assistente de Segurança Nacional tinha grande influência junto à Casa Branca. Porém, foi com a ocupação desse cargo por Henry Kissinger na administração Nixon que se acirrou a competição do NSC e do Secretário de Estado pelo controle da política externa do país. Mais do que isso: desde então, começou a haver uma intensa disputa entre o NSC e o Departamento de Estado. No tempo de Kissinger, “[...] expandiu-se o papel e a influência do cargo até o ponto de dominar o desenvolvimento da política externa, eclipsando por completo o secretário de Estado, William Rogers.” Desde o início, o âmbito de funcionamento do NSC era a área de integração de informes de inteligência e de formulação de política de segurança nacional.

No início dos anos 70, Henry Kissinger formou o que foi denominado “Comissão dos 40” (memorando 40 do NSC), organização diretamente envolvida em atividades encobertas no Chile. A Comissão dos 40, micro-centro de concentração de poder do NSC, ligado diretamente ao presidente, se tornou conhecido pelo eficiente trabalho de desestabilização contra a administração de Salvador Allende. A atomização do NSC e a perda de visibilidade de algumas de suas comissões constitutivas, como a Comissão dos 40, leva Kryzanek a afirmar que “el presidente que no se informe de las operaciones del NSC corre el riesgo de que sus subordinados obtengan el control de un segmento clave del proceso de la política exterior”.³⁷

A criação da CIA, em 1947, substituindo o Escritório de Serviços Estratégicos (*Office of Strategic Services*), existente durante a Segunda Guerra, disponibilizou aos EUA eficiente mecanismo para a centralização e coordenação da coleta de informações no exterior. Essa infra-estrutura contribuiria para a transformação da ajuda norte-americana a polícias

estrangeiras em um mecanismo permanente para a internacionalização da segurança norte-americana, sob os auspícios ideológicos da defesa do “mundo livre” e mediante seu desenvolvimento econômico e técnico.³⁸

Após a Segunda Guerra, os EUA demoraram uma década para dar-se conta da verdadeira lógica da Guerra Fria, ou seja, que a luta entre as duas superpotências não consistia em confrontação armada direta entre elas. No máximo, poderia ser um confronto entre eventuais amigos ou aliados de cada lado. Em realidade, consistia em uma batalha indireta de natureza ideológica em que, mais do que capacidade ofensivo-defensiva, o essencial era o convencimento de outros povos das suas respectivas ideologias e doutrinas. Do lado norte-americano, na medida em que se definiam na prática as “regras” da Guerra Fria, principalmente com o salto qualitativo dado pela URSS ao explodir sua primeira bomba atômica (1949), a impossibilidade de utilizar a guerra tradicional como forma de impor mundialmente sua hegemonia, levou a armar defesas internas (propaganda, doutrinação) para “conter” as áreas de influência soviética. Assim, criou-se a imagem de uma vasta conspiração, infiltração e espionagem comunistas que ameaçava toda a comunidade nacional, criando desdobramentos complexos na formação política militar e diplomática. As medidas de segurança tenderam a dissociar a sociedade da política. A confiança no Departamento de Estado foi seriamente minada. A Revolução Comunista chinesa (1949) ajudou ainda mais a propagar um clima de histeria anticomunista.

Cook considera que é no final dos anos 40 que surge o que ele denomina Estado Militarista, ou seja, a subordinação crescente da esfera política à doutrina de segurança externa, abrindo espaço para os interlocutores dos adeptos da linha dura. O comunismo, a URSS e a China eram meras desculpas para definir uma profunda orientação agressiva no plano das relações internacionais. Cook afirma que o Estado Militarista

[...] convertera-se [...] no novo modo de vida americano – um modo de vida que tinha todos os elementos de fantasia à escala nacional. Como povo, continuávamos pensando que éramos uma nação amante da paz, tal como o fôramos no passado, enquanto que, ao mesmo tempo, e ainda como povo, vivíamos da abundância traiçoeira que o Estado Militarista criara. [...] A verdade é que o Estado Militarista é um risco desesperado – o risco de podermos manter a corrida da guerra fria, em nome do nosso próprio *status quo* econômico e da prosperidade, também econômica, sem nos destruirmos a todos, a nós e ao mundo – [...].³⁹

Veja-se que o que Cook denomina de Estado Militarista é o que Ramirez, analisando

³⁷ KRYZANEK, op. cit., p. 156.

³⁸ HUGGINS, op. cit., p. 86.

o impacto dessa política sobre a América Latina, chama de “pentagonização”.

Baumgartner, Duran Matos & Mazeo⁴⁰ entendem que o início da “pentagonização” dos exércitos da América Latina está datada em 1951, com a aprovação da “Lei de Segurança Mútua” pelo Congresso dos EUA, que estabeleceu empréstimos de material bélico da grande potência para seus “vassalos” e as correspondentes missões de assessores. Mediante estes tratados bilaterais, os países latino-americanos começaram a enviar seus oficiais a cursos de “formação” ministrados no “Colégio Nacional de Guerra dos EUA”, ao “Colégio Industrial das Forças Armadas” e o “Comando Sul do Exército Norte-americano”, localizado na Zona Central do Panamá”. Os autores denominam este mecanismo de *norte-americanização* dos exércitos latino-americanos, reconhecido pelo discurso oficial com o eufemismo de “modernização” dos mesmos. Desta forma, os exércitos da América Latina se modernizaram, profissionalizaram-se e assemelharam-se entre si em função dos objetivos dos EUA, dirigentes do processo.

A explosão da primeira bomba atômica soviética e a vitória comunista na China constituíram dois fatos externos que influenciaram a consciência pública norte-americana, virulentamente exposta diante da “ameaça vermelha” que se projetava sobre o Ocidente, através da histeria anticomunista da “caça às bruxas” patrocinado pelo Macarthismo, “caçada” que ganhou o interior dos EUA. A elite dirigente defendia uma ação externa de contenção mais ativa. Conseqüentemente, colocou-se a necessidade de reforçar militarmente os aliados. O corolário deste entendimento será o documento do Conselho de Segurança Nacional (dos EUA), o NSC-68, de 1950, no qual se afirma que o “[...] asalto a las instituciones libres se da ahora en términos mundiales y, en el contexto de la actual polarización de poder, una derrota de las instituciones libres en cualquier lugar representa una derrota en todas partes”.⁴¹ Desta forma, o NSC-68 redimensionava a tese de Kennan: a disputa pelo equilíbrio de poder devia ocorrer em cada lugar do mundo onde houvessem problemas. Passava-se, assim, ao esquema de “contención global”. Três princípios emolduravam esta doutrina: represália massiva, defesa do perímetro e segurança coletiva com responsabilidade compartilhada.⁴²

Um acontecimento assustou ainda mais aqueles que alimentavam a paranóia anticomunista. Em 1952, a Guatemala foi abalada pela experiência da administração reformista de Arbens, que implementou um vigoroso programa de redistribuição da terra, ampliação de direitos trabalhistas e a nacionalização de propriedades estrangeiras. Ao tentar

³⁹ COOK, op. cit., p. 148.

⁴⁰ BAUMGARTNER; DURAN MATOS; MAZEO, op. cit.

⁴¹ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 29.

nacionalizar a *United Fruit Company* (possuidora de enormes extensões bananeiras), o governo dos EUA interveio militarmente para evitar o que considerava o avanço comunista no hemisfério e, portanto, ameaça direta para sua própria segurança nacional. Embora o êxito militar, a revolução guatemalteca agitou os fantasmas dos setores duros em relação à orientação da política para a América Latina. Visitas posteriores do vice-presidente Nixon e de Eisenhower confirmam a existência de um clima de hostilidade anti-estadunidense que levou os EUA a revisar a política externa para a região.

Os resultados da Missão Nixon dividiram os dirigentes políticos dos EUA. Concluíram eles que a instabilidade da região devia-se ou ao fato dos líderes democráticos serem imaturos e incapazes de controlar seu povo diante das táticas comunistas, ou ao fato de que os setores empobrecidos viam na revolução expectativas de melhoria de situação. A ambigüidade aumentou diante do debate entre Nixon e o secretário John Foster Dulles. O primeiro afirmava que: “Os Estados Unidos não devem fazer nada que reforce a impressão de que estamos ajudando a proteger os privilégios de uns poucos; ao contrário, devemos dedicarmos a melhorar o padrão de vida das massas [...]”. Dulles concordou, mas lembrou que a “democracia não será instituída pelas classes baixas”, pois estas, se ganhassem o poder, instituiriam uma “ditadura” comunista. Vencido diante de tais argumentos, Nixon informava depois ao NSC que:

[...] o continente meridional estava certamente evoluindo em direção a formas democráticas [sic] de governo. Normalmente, aclamaríamos tal desenvolvimento, mas deveríamos perceber que ele nem sempre é o melhor de todos os caminhos possíveis em cada país, particularmente naqueles países latino-americanos, que carecem completamente de maturidade.⁴³

Aqui estava o centro argumentativo que seria utilizado, anos depois, para justificar as ditaduras de Segurança Nacional. De qualquer forma, essa dupla leitura - ou melhor, leitura ambígua - levou a administração Eisenhower a desenvolver uma política bifurcada que se dirigia aos interesses de ambas as perspectivas. O apoio dos EUA, particularmente na forma de assistência militar, prosseguia onde os ditadores anticomunistas conseguiam manter a estabilidade; mas também houve assistência para o desenvolvimento econômico através de acordos sobre produtos primários, autorização de empréstimos e apoio à criação de um mercado comum latino-americano.⁴⁴ Não é de estranhar que as elites dominantes latino-

⁴² Idem, p. 32.

⁴³ SCHOULTZ, Louis. **Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina.** Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 390.

⁴⁴ Idem, p. 392.

americanas chancelassem a proposta dos EUA de que “[...] el comunismo internacional, por su naturaleza antidemocrática y por su tendencia intervencionista, es incompatible con la concepción de la libertad americana.”⁴⁵

Conforme a sua guinada conservadora, em meados da década de 50, os EUA implementaram a política interna de defesa nacional como eixo central. A estratégia de “guerra total” foi substituída pela doutrina de “guerra limitada” (resposta flexível). Esta mudança de estratégia decorria da mudança qualitativa na idéia de “guerra total” em função do desenvolvimento científico-tecnológico. Diante dos mísseis intercontinentais com carga nuclear, tornou-se improvável a sobrevivência até dos vencedores em caso de uma guerra. Ainda, o desenvolvimento nuclear autônomo da França, Inglaterra e China forçou a políticas bi ou multilaterais. Então, veio o primeiro teste da política bifurcada: a Revolução Cubana. O conceito de guerra limitada, particularmente em relação a América Latina, consagrou-se nas administrações Kennedy e Johnson. O candidato democrata à sucessão de Eisenhower afirmava, no debate final da campanha presidencial: “Castro é apenas o início de nossas dificuldades na América Latina. A grande batalha será evitar que a influência de Castro se espalhe para outros países”. Apesar da denúncia da ameaça revolucionária, Kennedy pretendia ganhar os corações e mentes latino-americanos através da colaboração econômica para potencializar mudanças sociais que fossem o suficientemente significativos como para esvaziar o “fator cubano”: “Vamos ter que tentar promover laços mais íntimos, associar-nos com o grande desejo dessa gente por uma vida melhor, se quisermos evitar que a influência de Castro se espalhe por toda a América Latina.”⁴⁶ Estas intenções estavam na base da proposição da posterior Aliança para o Progresso (ALPRO). Apesar de tudo, o governo Kennedy redirecionou a política externa para a região, abrindo novos espaços para os setores mais duros, vinculados à indústria de guerra e sobre os quais fora advertido pelo seu antecessor.

A *cubanização* devia ser evitada a todo custo; sendo assim, o presidente Kennedy iniciou uma ofensiva contra-revolucionária que incluía, em primeiro lugar, a fracassada invasão militar da Baía dos Porcos (1961) para derrubar o regime de Fidel Castro; em segundo lugar, a já comentada Aliança para o Progresso, visando reduzir sensivelmente as principais tensões sociais de que se alimentava o espírito revolucionário latino-americano; em terceiro lugar, o isolamento de Cuba do resto do continente, obtido com a expulsão daquele país da OEA (1962) e a ruptura diplomática (a exceção do México); em quarto lugar, com a

⁴⁵ SCHILLING, op. cit., p. 100.

⁴⁶ SCHOULTZ, op. cit., p. 393.

intensificação das relações militares com a América Latina.⁴⁷

Os EUA introduzem, então, a figura do “inimigo interno”. Mas quem é esta figura que ameaça a segurança da nação? O comunismo internacional, que, apesar de ser identificado pelo discurso oficial (tanto dos EUA quanto dos seus aliados locais) como sendo a guerrilha, expressa, na aplicação concreta do enunciado da definição, um leque muito mais amplo. Em função desta sonegação de informação, esconde-se o que serão tratados como ações produzidas por “inimigos internos” como greves operárias, ocupações e invasões camponesas ou movimentos estudantis. Na prática, etiqueta-se como comunista todo movimento nacional de caráter esquerdista. Os programas de contra-insurgência ordenavam combater sem concessão o inimigo específico: o comunismo.⁴⁸ Isto levou o Pentágono a considerar que as guerras de liberação nos países periféricos consistiam em conflitos tão ameaçadores quanto a guerra convencional. Era necessário enfrentá-las com outros meios. Dentro dessa percepção, uma primeira mudança foi a valorização do papel que cabia às forças políticas locais como sistemas de detecção de tais movimentos, antes que estes assumissem a forma de rebelião. O governo Kennedy teve papel decisivo ao propiciar a aproximação da CIA com os programas específicos de treinamento da polícia.⁴⁹

Em 1960, diz Kennedy diante do Congresso:

[...] la seguridad del Mundo Libre puede ser amenazada no sólo por un ataque nuclear sino, también, por su lento debilitamiento en la periferia – a pesar de nuestra capacidad estratégica -, por las fuerzas de la subversión, la infiltración, intimidación, agresión encubierta e indirecta, revolución interna, chantaje de lunáticos, guerra de guerrillas ou una serie de guerras limitadas.⁵⁰

Quando, em 1961, a administração Kennedy mudou a orientação da ajuda para os militares da América Latina de defesa hemisférica para segurança interna, o Pentágono criou as Forças Especiais do Exército (Boinas Verdes) para combater a ameaça guerrilheira. *Experts* estadunidenses foram espalhados por toda a região e se multiplicaram e ampliaram as escolas militares nos Estados Unidos e na Zona do Canal, também controlada pela superpotência, para receberem um número crescente de oficiais latino-americanos. Paralelamente, equipes de ação cívica dos engenheiros militares dos EUA construía a infra-estrutura física necessária em

⁴⁷ HELLER, Claude. Las relaciones militares entre los Estados Unidos y la América Latina: un intento de evaluación. In: HELLER, Claude (comp.). **El Ejército como agente de cambio social**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1980. p. 121.

⁴⁸ Idem, p. 133.

⁴⁹ HUGGINS, op. cit., p. 14.

⁵⁰ TAPIA VALDÉS, Jorge A. **El Terrorismo de Estado - La Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur**. México: Nueva Imagen, 1980. p. 50.

áreas consideradas vulneráveis.⁵¹ Essa importante mudança de orientação deslocou o limite de política externa dos EUA da tolerância da “voracidade e da crueldade dos militares latino-americanos” à “cumplicidade direta” nesses métodos repressivos aperfeiçoados, os quais viraram um ingrediente central na política de Kennedy para a América Latina, independente de, simultaneamente, desenvolver-se a estratégia da ALPRO.⁵²

A nova tática de guerra limitada foi uma estratégia muito mais ampla: a vigilância militar que os EUA mantinham sobre a URSS deslocava-se, agora, para o mundo inteiro. O aparato bélico dos EUA foi dotado de capacidade militar múltipla. Esta doutrina foi definitivamente estabelecida por Johnson em 1965, após a intervenção na República Dominicana e do incremento militar sobre o Vietnã: “Uma revolução no interior de um país é algo que concerne somente a essa nação mas [...] se converte em matéria de ação hemisférica [...] quando seu objeto é o estabelecimento de uma ditadura comunista.”⁵³ Com tal mudança de orientação, anularam-se os princípios internacionais de não-intervenção e de autodeterminação dos povos. Na América Latina, a “guerra limitada”

[...] desarrolló como su principal táctica, la guerra antisubversiva, la cual condujo por un tipo de entrenamiento militar que derivó en la usurpación de la función política por parte de los militares, cuya meta fue diseñada como la de asumir la responsabilidad del orden y estabilidad política internas en sus respectivas naciones.⁵⁴

A doutrina da guerra limitada, com o envolvimento global dos EUA nos acontecimentos do sudeste asiático, mostrou as limitações e dificuldades de enfrentar uma situação que lhe exigia responsabilidades muito onerosas (materiais, humanas e políticas). Em função dessa experiência que recém iniciava mas que já se configurava tão complexa, instrumentalizara, para a América Latina, uma espécie de “intervenção indireta” onde o fundamental era ter influência e controle das decisões políticas dos líderes militares latino-americanos.⁵⁵ Considerando que a América Latina é uma zona de segurança sensível para os EUA, o que acontece aqui diz respeito também à segurança norte-americana. A possibilidade do estabelecimento de um governo hostil a isso constitui uma ameaça direta e não pode ser tolerado porque a falta de estabilidade política e de ordem sócio-econômico em um país latino-americano pode implicar em uma espécie de efeito dominó, como já se esboçava em relação à Revolução Cubana. Entretanto, não assumindo a “intervenção direta”, os EUA

⁵¹ SCHOULTZ, op. cit., p. 395.

⁵² CHOMSKY, Noam. **Camelot. Os anos Kennedy**. São Paulo: Scritta, 1993. p. 194.

⁵³ TAPIA VALDÉS, op. cit., p. 51.

⁵⁴ Idem, p. 52.

⁵⁵ Idem, p. 53.

devem adotar táticas destinadas a evitar os riscos da instabilidade, mediante o desenvolvimento econômico e a imposição da ordem.⁵⁶

A “doutrina da contra-insurgência” foi o corolário da aplicação da guerra limitada (“resposta flexível”) no Terceiro Mundo. Em termos operacionais, significou uma ênfase nas operações descentralizadas, em comunicações e unidades móveis. Em termos de equipamento, a mudança de perspectiva da guerra total para a guerra limitada consistiu em substituir o fornecimento de armamentos pesados e sofisticados por veículos ligeiros e armas leves. Houve uma profunda reorientação de treinamento e fornecimento de infra-estrutura militar, assim como de preparação de forças irregulares norte-americanas para dar assistência e ação direta.

Robert Kennedy, irmão do presidente, foi um dos principais artífices na pressão pela imposição dessa mudança de orientação. Sua influência foi decisiva, por exemplo, para criar o Grupo de Antiinsurreição (*Counter-Insurgency Group* – Grupo C-1), centro pensante para enfrentar os novos desafios à segurança norte-americana. O C-1 fazia parte de uma experiência de monitoramento da luta contra-revolucionária no plano mundial. Nesse sentido, sua primeira e primordial tarefa era desenvolver um “programa estratégico político-militar para lidar com a guerra de guerrilha. As experiências na luta antissubversiva foram aplicadas no Vietnã, utilizado como campo de provas de idéias, ações, estratégias e equipamentos de combate. Foram as necessidades decorrentes da dinâmica da Guerra do Vietnã que fizeram o Pentágono ampliar o universo das assessorias e contribuições materiais para as forças armadas e para as forças policiais. Em 1965, o general Taylor demonstrava a

[...] necessidade de uma forte força policial e de uma forte organização policial de inteligência, para ajudar na identificação precoce dos sintomas de uma situação subversiva incipiente. Esta percepção serviu de base na elaboração da doutrina do “remédio preventivo”: [...] um bom serviço policial de informação evitaria conflitos militares ao permitir a eliminação das mais incipientes de suas manifestações.⁵⁷

O governo Kennedy, por maior que tenha sido o esforço em resgatar seu lado negociador, democrático ou distante do uso da força, para resolver os dilemas e ameaças sentidos pela política externa norte-americana, foi responsável por significativa contribuição na escalada militar para a região. Embora toda a propaganda em volta do programa da ALPRO e a mistificação democrática de Kennedy após seu assassinato, seus próprios discursos explicitam suas opções, mesmo com certas ambigüidades aparentes. Assim, em

⁵⁶ Idem, p. 58.

⁵⁷ HUGGINS, op. cit., p. 122.

janeiro de 1963 expressava:

[...] é difícil a qualquer nação concentrar-se numa ameaça externa ou subversiva à sua independência, quando suas energias são drenadas na luta diária com as forças da pobreza e do desespero. Não faz sentido atacarmos, em discursos e resoluções, os horrores do comunismo, gastarmos cinquenta bilhões de dólares por ano para impedir seu avanço militar e, depois, relutarmos em gastar, geralmente através de produtos americanos, menos da décima parte dessa quantia para ajudar outras nações a fortalecerem sua independência e curarem o caos social onde o comunismo sempre floresceu.⁵⁸

Há compreensão da origem social da simpatia que as idéias forâneas podem encontrar na região. De certa forma, justifica as diretrizes da Aliança para o Progresso, questionada por alguns núcleos internos do *establishment* do seu país. Um ano antes, informava sobre o sucesso dos meios de propaganda utilizados na conquista dos corações e mentes da região quando dizia: “Aumentamos em doze vezes [...] nossas irradiações em línguas espanhola e portuguesa para a América Latina”.⁵⁹ Um ano depois acrescentaria que

[...] nossa Agência de Informações duplicou a força da irradiação em ondas curtas da Voz da América, e aumentou o número de horas de transmissão, em 30 por cento, e em língua espanhola – para Cuba e a América Latina – de uma para nove horas diárias; de sete vezes para mais de 3,5 milhões de exemplares – o número de livros americanos que estão sendo traduzidos e publicados para leitores da América Latina; e um sem número de outras providências para levarmos a mensagem da verdade e da liberdade aos pontos mais longínquos da Terra.⁶⁰

A dosagem entre ajuda econômica e militar fez parte dos seus discursos sobre a América latina, tentando mostrar um equilíbrio que certamente era alvo de disputas políticas internas quanto á orientação a seguir:

[...] Dólar por dólar, dentro ou fora do governo, não há melhor forma de investimento, para nossa segurança nacional, que o muito criticado programa de ajuda ao exterior. Não podemos permitir-nos perdê-lo. Podemos mantê-lo. Temos, seguramente, recursos para, por exemplo, fazer, por nossos dezenove vizinhos necessitados da América Latina, tanto quanto o bloco comunista está fazendo somente pela ilha de Cuba. Falei de força, em grande parte, em termos de repressão e resistência à agressão e ao ataque. Mas, no mundo de hoje, pode-se perder a liberdade sem deflagrar um tiro; por meio de eleições, tanto quanto por meio de balas.

⁵⁸ Terceira Mensagem sobre a situação da União, proferida no 14 de janeiro de 1963. KENNEDY, John. O Peso da Glória. 2° ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965. p. 43.

⁵⁹ Segunda Mensagem sobre a situação da União, proferida em 11 de janeiro de 1962. In: KENNEDY, idem, p. 29.

⁶⁰ Discurso não pronunciado, dirigido ao conselho de cidadãos da assembléia e do centro dos diplomados em pesquisas científicas do sudeste, em Dallas, divulgado em 22 de novembro de 1963 [data do seu assassinato]. In: KENNEDY, op. cit., p. 256.

Veja-se aqui a duplicidade de discurso: “O êxito de nossa liderança depende do respeito por nossa missão no mundo, e também por nossos mísseis; depende de se reconhecer, mais claramente, as virtudes da liberdade e os males da tirania”.⁶¹ Ressalta-se aqui o uso do fator militar como justificador da missão dos EUA no mundo. E qual era essa missão? No discurso oficial norte-americano, a defesa da democracia, da civilização ocidental-cristã e da liberdade:

Nós, desta geração, neste país, somos – mais pelo destino do que pela escolha – os guardas das muralhas da liberdade do mundo. Peçamos, portanto, para sermos dignos de nossa força e de nossas responsabilidades, para podermos exercer nossa força com sabedoria e prudência; e para realizarmos em nossa época, para todo o sempre, o antigo sonho de paz na terra aos homens de boa vontade. [...] ⁶² (grifo meu)

Toda esta ênfase colocada na defesa dos valores democráticos não passava de recurso propagandístico para consumo interno. A atuação dos EUA na periferia, durante a administração Kennedy, mostrou claros sinais do endurecimento das relações com os países considerados hostis ou pouco confiáveis. Cuba e o Vietnã foram exemplos concretos disso, embora o esforço para dissociar o presidente norte-americano dos acontecimentos que acabaram sendo identificados como responsabilidade dos seus sucessores. Como diz Heller:

[...] a importância fundamental da política de Kennedy esteve na nova orientação que imprimiu às relações militares. Esta seria continuada pelos seus sucessores Johnson, Nixon e Ford. Esta nova orientação [...] entrava em aberta contradição com a política de promoção da democracia. A prática de reconhecimento de governos com o fim de contrabalançar o golpismo na América Latina foi definitivamente abandonada em 1963.⁶³

Chomsky utiliza a crítica de Stephen Rabe quando afirma que:

[...] por meio de sua política de identificação, iniciativas voltadas para a segurança interna e programas de auxílio militar e econômico, a administração Kennedy, reconhecidamente, favoreceu regimes e grupos não democráticos, conservadores e, freqüentemente, repressores. A segurança a curto prazo que as elites anticomunistas podiam fornecer foi comprada às custas da democracia político-social de longo prazo.⁶⁴

Além de questionar os efeitos “democratizantes” da política externa de Kennedy para a América Latina, ele vai mais longe mostrando as profundas conexões e interesses dessa administração com o complexo militar-industrial. Não tem sentido, diz ele, contrapor

⁶¹ Idem.

⁶² Idem, p. 258.

⁶³ HELLER, op. cit., p. 124.

Kennedy aos interesses do complexo militar-industrial. Apelando para o discurso que havia sido elaborado para ser lido em Dallas no dia do seu assassinato, Chomsky lembra que o presidente destacaria, no mesmo, os enormes investimentos que havia autorizado de armas estratégicas (submarinos Polaris, mísseis Minuteman, bombardeiros estratégicos de 15 minutos de prontidão, armas nucleares em forças estratégicas de alerta, prontidão das forças convencionais, aquisição, construção e modernização da força naval, aeronaves táticas e forças especiais). Ele ressalta que o keynesianismo de Kennedy elevou os gastos do Pentágono de US\$ 45.3 bilhões em 1960 para US\$ 52.1 bilhões em 1962, além do enorme aumento no orçamento espacial, de 400 milhões de dólares em 1960 para 5 bilhões em 1965. No final do mandato de JFK, mais de 78% de toda a verba para pesquisa e desenvolvimento era fornecida pelo governo federal: principalmente para os setores militar e espacial e para o “setor privado”.⁶⁵ Cabe devolver a palavra ao próprio Kennedy. Num discurso de 22 de novembro de 1963, Kennedy explicita friamente a verdadeira lógica da política norte-americana:

[...] palavras apenas não bastam. Os Estados Unidos são uma nação pacífica. Onde nossa força e nossa determinação são claras, nossas palavras precisam tão somente levar convicção, não beligerância. Se formos fortes, nossa força falará por si. Se formos fracos, as palavras de nada servirão. [...] Não foi o discurso do General Marshall, em Harvard, que manteve o comunismo fora da Europa Ocidental; foram a força e a estabilidade tornadas possíveis graças a nosso auxílio militar e econômico.

[...] nossa bem sucedida defesa da liberdade tem sido devida não às palavras que usamos mas à força que estamos prontos a utilizar em favor dos princípios que estamos prontos a utilizar em favor dos princípios que estamos dispostos a defender.

Essa força compõe-se de diversos elementos diferentes, que se estendem desde os mais maciços instrumentos de repressão até as mais sutis influências. [...]”⁶⁶

A administração Johnson deu continuidade às diretrizes de Kennedy mas explicitando uma intencionalidade mais ameaçadora ainda, pois, de forma mais aberta, rejeitava o reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos, como se esboçava na administração anterior: “Las naciones americanas no pueden, ni deben permitir el establecimiento de otro Gobierno comunista en el hemisferio occidental”. Logo a seguir, reconhecia o direito dos povos latino-americanos de implementarem processos

⁶⁴ RABE apud CHOMSKY, op. cit., p. 196.

⁶⁵ CHOMSKY, op. cit., p. 190.

⁶⁶ Discurso não pronunciado, dirigido ao conselho de cidadãos à assembléia e ao centro dos diplomados em pesquisas científicas do sudeste, em Dallas, divulgado em 22 de novembro de 1963 [data do seu assassinato]. In: KENNEDY, op. cit., p. 253.

revolucionários, entretanto... sem orientação comunista: “[...] una revolución en cualquier país es un asunto que concierne a ese país. Sólo se convierte en motivo de acción hemisférica – repito – quando el objetivo es el establecimiento de una dictadura comunista.”⁶⁷ Vivian Trias considera que isso pode ser denominado de Doutrina Johnson: os EUA se reservam o direito de intervir em qualquer país onde exista o risco de uma revolução comunista.⁶⁸ Paulo Schilling acrescenta, como específico da nova política de Washington para a América Latina, na administração Johnson, o apoio à associação dos monopólios norte-americanos com as burguesias nacionais, objetivando o controle total dos centros industriais e dos sistemas mercantis transformando os exércitos locais em organizações de polícia-política, cujos objetivos fundamentais consistiam na preservação da ordem nacional e continental vigente e em “impedir o surgimento de uma nova Cuba”.⁶⁹

Curiosamente, poucos anos depois, a Missão Rockefeller, solicitada pelo presidente Nixon, concluía que era necessário aumentar o intercâmbio econômico com a justificativa de ajudar tais povos. Entretanto, também indicava que podia ser necessário ter que aceitar fórmulas políticas que podiam estar em desacordo com o decantado ideal estadunidense:

Poucos dentre esses países, ademais, têm alcançado suficientemente avançados sistemas econômicos e sociais necessários para apoiar uma organização política consistentemente democrática. Para muitas dessas sociedades, portanto, é menos de democracia, ou ausência democrática, do que simplesmente uma maneira de viver em ordem.⁷⁰

Rockefeller reconhecia que o maior dilema dos EUA era de “[...] como poder cooperar para atender às necessidades básicas dos povos do hemisfério, a despeito de desacordos filosóficos que possamos ter com a natureza de regimes específicos”.⁷¹ Considerando o sempre referido discurso de defesa da democracia e da liberdade, é possível antever “sinal verde” para a instalação de regimes autoritários. Ou seja, a forma do regime não devia ser um impasse que levasse os monopólios estadunidenses a perder oportunidades econômicas. “Os EUA não podem renegar seu compromisso de contribuir para a melhoria de vida dos povos do Hemisfério só porque discordamos do seu governo”.⁷² Entretanto, tal afirmação era anacrônica no seu momento, pois já existiam ditaduras de diversos tipos na

⁶⁷ TRIAS, Vivian. **Banca y neoliberalismo en el Uruguay**. Montevideo: Cámara de Representantes/República Oriental del Uruguay, 1990.

TRIAS, Vivian. **La crisis del dólar y la política norteamericana. La guerra del oro y la diplomacia**. 3ª ed. Montevideo: Cámara de Representantes/Banda Oriental, 1990. p. 38.

⁶⁸ Idem, p. 39.

⁶⁹ SCHILLING, op. cit., p. 109.

⁷⁰ ROCKEFELLER, op. cit., p. 62.

⁷¹ Idem.

região (Brasil, Argentina, Nicarágua, Haiti, etc.); e as relações de Washington com elas não eram conflituvas. Pode entender-se, portanto, que a referência de Rockefeller vinculava-se diretamente àqueles países onde a democracia formal ainda perdurava, embora muito fragilizada.

Se bem é verdade que nos anos 70 triunfou a contra-revolução na América Latina, deve-se registrar que, no mesmo período, os EUA eram questionados em diversos países, particularmente, no Sudeste Asiático, o que coincidiu com importantes mudanças políticas na América Latina entre as quais podem arrolar-se a ascensão dos militares progressistas no Peru e no Panamá (outubro de 1968), e na Bolívia (1970), a vitória eleitoral da *Unidad Popular* no Chile (1970), a queda de Velasco Ibarra no Equador (1972), a eleição de Carlos Andrés Pérez na Venezuela e o ressurgimento do peronismo na Argentina. No Uruguai, começavam as atividades do MLN e se formava a Frente Ampla. Para finalizar, os EUA sofriam dois golpes diretos, o seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil e, logo depois, a execução, pelos tupamaros, no Uruguai, do funcionário do FBI, Dan Mitrione.

No bojo deste conturbado período, houve uma furiosa queda de braço entre a CIA e o Departamento de Estado dos EUA. A CIA defendeu a manutenção da linha dura, que apresentou como principal argumento o cerco e a execução do grupo de Che Guevara na Bolívia (1967). O Departamento de Estado, por sua vez, questionava a manutenção dessa orientação; considerava que a dureza excessiva acarretava demasiados riscos. O semanário *Marcha*, sempre tão preciso na interpretação da política norte-americana para a região, aponta que as recomendações do Informe Rockefeller inclinaram a balança a favor do Departamento de Estado, o que causou um afrouxamento da repressão, considerada a estratégia mais eficiente para evitar a radicalização dos conflitos sociais. Em pouco tempo, esta interpretação se mostrou equivocada. Não só a repressão não diminuiu como, pelo contrário, se entraria em uma fase inédita de violência.

2.2.1 – O Complexo Militar-Industrial: a influência estratégico-econômica

Denomina-se Complexo Militar-Industrial (CMI) a conexão entre a indústria bélica, as grandes corporações⁷³, parte do mundo acadêmico e o poder militar - organizado tanto nas

⁷² Idem, p. 63.

⁷³ Entre as maiores empresas que compõem o CMI, destacam-se: Lockheed, Boeing, General Electric, North American Aviation, General Dynamics Corp., Martin-Marietta, Grumman, McDonnell-Douglas, Northrop,

Forças Armadas quanto nos grupos de pressão organizados nas comissões militares existentes no Senado e na Câmara de Representantes -; todos esses protagonistas são centralizados pelo Ministério da Defesa (Pentágono). Portanto, é desta imensa rede de relações que surge o CMI

[...] formado por la unión entre las compañías bélico-industriales, los círculos militares y la burocracia gubernamental, es el sistema que utilizan, preferencialmente, los Estados capitalistas para equipar técnica y materialmente a sus fuerzas armadas, para regular las proporciones, la estructura y la distribución geográfica de la producción bélica, para estimular el desarrollo de la técnica militar y para colocar en práctica diversas medidas tendentes a preparar la movilización de la economía para la guerra. A este objeto, los círculos gubernamentales conceden apoyo financiero al complejo bélico-industrial, así como otras clases de ayuda y privilegios de todo tipo, al tiempo que sostienen y estimulan sus actividades.⁷⁴

O CMI representou as forças sociais e políticas que se fortaleceram, desde a Segunda Guerra Mundial, até se tornarem hegemônicas na sociedade norte-americana, orientando sua vida econômica e sua política externa, sobretudo no que diz respeito à disputa com o bloco soviético. Sua estruturação resultou da combinação entre ciência, tecnologia e guerra. A demanda internacional de armamento e munição, durante o conflito mundial, permitiu incrementar a capacidade produtiva do país, o que se verificou através de um grande salto qualitativo e quantitativo. Concomitantemente, a produção armamentista foi vista como uma saída para a grande crise dos anos 20 e a depressão decorrente na década seguinte. A guerra se tornou um fator decisivo na superação do quadro recessivo, apesar das boas expectativas desencadeadas pelo New Deal, foram as demandas gigantescas de uma Europa em guerra e do conflito na Ásia que possibilitaram aos EUA superar a crise. O que garantiu a recuperação “[...] foi o gasto armamentista, ou seja, o gasto improdutivo do Estado, que durante a Segunda Guerra Mundial tinha permitido absorver o desemprego criado pela crise da década de 30.”⁷⁵

A base do crescimento produtivo significativo e da recuperação econômica foi baseada na energia nuclear, na indústria eletrônica, na química e na informática, atividades impulsionadas pela guerra. Acosta Sanchez é incisivo a esse respeito:

La concatenación guerra-ciencia-tecnología es clave a la hora de entender el desarrollo capitalista que sucede a la Segunda Guerra Mundial. La simbiosis

Rockwell International, United Technologies, United States Teel, American Telephone & Telegraph Co., Metropolitan Life Insurance Co., General Motors, Standard Oil, Ford, etc.

⁷⁴ FARAMAZIÁN, R. **Los Estados Unidos: militarismo y economía**. Moscú: Editorial Progreso, 1975. p. 260.

⁷⁵ COGGIOLA, Osvaldo. **América do Sul na era das ditaduras militares**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. p. 21.

del científico con el Estado, como empresario máximo de la guerra, se realiza por primera vez en la historia plenamente. [...] En realidad, la innovación portentosa estribó en que la propia guerra se convierte en una industria. [...]⁷⁶

Dimensionando a importância do impacto do conflito na economia mundial, o autor reforça que é na postura assumida pelos EUA, no fim do mesmo, que se encontra a origem do poder hegemônico do qual disporão nas décadas seguintes.

Al contrario de lo que hizo en la primera postguerra mundial, Norteamérica no efectuó en la segunda la reconversión de las industrias militares a las civiles. La industria de guerra quedó ya insertada en la economía del país, cumpliendo tres importantes funciones en orden a frenar las contradicciones internas del capitalismo americano: a) desahogar los capitales excedentes; b) aliviar el peligroso excedente de mano de obra; c) asegurar la tasa de ganancia de las grandes compañías monopolistas, las cien mayores de las cuales reciben las tres cuartas partes de los contratos de armamentos del Estado.⁷⁷

Harry Magdoff afirma, por sua vez, que a história dos anos transcorridos desde a Segunda Guerra Mundial não constitui uma novidade no desenvolvimento do capitalismo estadunidense, pois as “[...] despesas relacionadas com guerra constituíram o setor dominante do orçamento federal durante toda a história dos EUA”.⁷⁸

Foi durante a Segunda Guerra Mundial, porém, que essa profunda conexão estratégica entre o poder militar e o grande capital monopolista ganhou centralidade. Depois do ataque a Pearl Harbour, os militares se converteram nos guardiães do *American way of life*, produzindo a decolagem da sociedade militar-industrial.⁷⁹ À medida que a tendência do conflito passou a apontar a vitória dos Aliados, começou a ganhar corpo a tese de que a economia de guerra devia tornar-se permanente, mesmo que, naquele momento, a única ameaça real era um Eixo quase prostrado. Surgiu, então, uma “Associação Industrial de Segurança Nacional”, que devia garantir a permanência, em tempos de paz, da organização militar-industrial estruturada durante a guerra, para que “[...] a América estivesse sempre adequadamente preparada e defendida.”⁸⁰

Anos depois, no contexto da Guerra da Coreia, o Congresso dos EUA garantiu ao presidente amplos poderes para incrementar a produção bélica e impor medidas de distribuição de matéria-prima e materiais estratégicos, acumulação de reservas e controle de

⁷⁶ ACOSTA SANCHEZ, José. **El imperialismo capitalista. Concepto, períodos y mecanismos de funcionamiento.** Barcelona: Editorial Blume, s. d. p. 340.

⁷⁷ Idem, p. 341.

⁷⁸ MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da Era Colonial ao Presente.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 165.

⁷⁹ JULIEN, op. cit., p. 286.

⁸⁰ COOK, op. cit., p. 69.

preços. As necessidades geradas por esse novo conflito produziram nova onda de expansão da economia capitalista:

Os gastos militares somaram [...] quantidades nunca antes atingidas. [...] Os gastos militares eram, para o sistema [...] a principal causa da expansão [...]. Os encargos militares davam solução ideal ao problema colocado pela realização da mais-valia: preservavam a taxa de lucro no conjunto da economia e abriam, para as indústrias não-armamentistas, mercados que de outro modo não teriam existido.⁸¹

Seja como fato conjuntural ou como tendência geral, é inegável que a produção de armas e de material bélico para as próprias Forças Armadas e para as exportações atingiu enormes proporções nos EUA e se converteu em um fenômeno permanente dentro da sua estrutura econômica. O conhecimento científico e o avanço tecnológico produzidos pela pesquisa vinculada à indústria bélica e à corrida armamentista geraram enormes lucros que se alastraram por toda a economia na medida em que eram incorporados à indústria civil, produzindo benefícios na qualidade de oferta de bens de consumo do cotidiano da população. O peso crescente da indústria bélica na economia da superpotência e sua dinâmica irradiadora a outros setores produtivos e financeiros, além da importância geopolítica e militar implícita, fez com que as empresas que geravam a tecnologia necessária para estabilizar toda essa rede fossem transformadas em imensas corporações, com grande capacidade de pressão sobre as decisões governamentais.⁸²

Embora tenha sido o sociólogo Wright Mills o primeiro a constatar a formação dessa enorme máquina industrial e militar, foi o presidente Dwight Eisenhower quem deu uma dimensão inusitada ao CMI ao tornar pública sua desconfiança e temor diante do mesmo. Efetivamente, em 1961, preocupado com a força que estava adquirindo essa estrutura de poder e ciente dos riscos e das ameaças que projetava, Eisenhower, no discurso de transmissão de cargo ao seu sucessor, John Kennedy, denominou-a de Complexo Militar-Industrial e descreveu-a como um colosso que dominava vastas áreas da vida econômica:

Hasta el último conflicto mundial, los Estados Unidos no poseían una industria de armamentos. Cuando era necesario, los fabricantes americanos de carretas podían producir también espadas. Pero ya no podemos seguir corriendo el riesgo de unas improvisaciones de urgencia en el aspecto de la defensa nacional. Por lo tanto, nos hemos visto obligados a crear una industria de armamento de vastas proporciones y trabajando permanentemente. A ello se añaden los tres millones y medio de hombres y

⁸¹ COGGIOLA, op. cit. p. 21.

⁸² ARBEX JUNIOR, José. **A outra América: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos**. São Paulo: Moderna, p. 37.

mujeres directamente enrolados en los efectivos de la defensa. Sólomente para nuestra seguridad militar gastamos más que las rentas netas de todas las sociedades americanas. Esta conjunción de un personal militar considerable y de una importante industria de armamentos constituye un hecho nuevo en la experiencia americana. Su influencia – económica, política e incluso espiritual – se deja notar en todas las ciudades, en todas las asambleas legislativas de Estados, en todas las oficinas del Gobierno federal.

Constatado seu poder, Eisenhower advertia:

[...] Nunca debemos permitir que este complejo militar-industrial ponga en peligro nuestras libertades o nuestros métodos democráticos. [...] Sólo unos ciudadanos alertas y bien informados pueden romper este autentico engranaje de la gigantesca máquina industrial y militar de la defensa, con ayuda de métodos y objetivos pacíficos, de modo que la seguridad y la libertad puedan prosperar al mismo tiempo.⁸³

Tais palavras, proferidas por quem havia dirigido o país nos últimos 8 anos, ou seja, alguém que falava com conhecimento de causa, eram a constatação do poder e da capacidade de influência acumulada pelo CMI. A importância do discurso de Eisenhower, por isso, é impar. Primeiro, pelo reconhecimento da evolução da qualidade tecnológico-científica da indústria bélica. A Segunda Guerra ultrapassou o primeiro conflito mundial quanto a exigência de um esforço de guerra para reverter uma indústria de paz para enfrentar tamanho conflito militar. Em realidade, ocorreu profunda transformação do perfil produtivo marcado por uma corrida armamentista que implicava num volume de produção e numa logística que tensionavam o cenário internacional em disputa (na definição de campos de influência), obrigando a conviver com uma “máquina de guerra” em tempos de paz.

Em segundo lugar, Eisenhower especulou que, depois das experiências de duas guerras mundiais, se impunha uma nova realidade de conflito, onde as guerras ocorriam em espaços geográficos de grandes dimensões, com necessidade e disponibilidade de recursos em múltiplas frentes de batalha, o que apontava para a possibilidade de uma guerra total, que, por sua vez, exigia grau de alerta máximo.

Uma terceira inferência possível que se pode compreender do discurso presidencial está no entendimento de que o esforço bélico efetuado durante a guerra exigira uma profunda reavaliação quanto às exigências materiais e humanas para enfrentar tamanhos desafios. Entretanto, a projeção de um conflito de grande escala com características nucleares tornava inadequadas as conclusões e reflexões sobre as experiências anteriores e abria um cenário de imprevisibilidade, o que, de certa forma, justificava o gigantismo do complexo militar e o fato dele perpassar toda a sociedade, de forma visível ou não.

Finalmente, em quarto lugar, transparece o fator mais significativo das apreciações presidenciais. Trata-se do alerta do que poderia vir a ocorrer se o processo fugisse do controle; ou seja, a possibilidade de que essa terrível “máquina de guerra” para tempos de paz, com o poder econômico que possuía, adquirisse lógica própria dentro da estrutura de poder e passasse a constituir uma ameaça concreta para a própria sociedade, restringindo-lhe liberdades e direitos políticos e fragilizando sua decantada democracia. A gravidade da situação é evidente, sobretudo se considerarmos que é anunciada por uma fonte tão qualificada. Contudo, o que Eisenhower não explicitara é que tal ameaça era o preço que a sociedade estadunidense devia pagar pelo fato do país ter-se consolidado, desde a Segunda Guerra, como a potência capitalista hegemônica, aliás, papel do qual não abria mão. Merece destaque, portanto, esse caráter profético do discurso quanto à possibilidade do CMI vir a enfraquecer as estruturas democráticas da sociedade norte-americana, o que se confirmaria nas décadas seguintes.

Um dos temores de Eisenhower referia-se, especificamente, à incorporação de quadros militares para a ocupação de cargos estratégicos nas direções das empresas e corporações do CMI; os convidados eram militares que passavam à reserva e que eram avaliados pelos seus conhecimentos e, principalmente, pelos seus contatos, vinculações e influências. Tratava-se de uma forma concreta de fusão do aparelho dos monopólios e dos departamentos militares. A concessão de cargos na presidência, na direção e nos conselhos das empresas a representantes dos círculos militares, com altos vencimentos, reforçava a união do grande capital com a cúpula das Forças Armadas a partir da expectativa de lucros resultantes das encomendas bilhionárias feitas pelo Pentágono. Os gastos de guerra do Estado viraram fonte de riqueza para as corporações do CMI. Os ex-militares que as dirigiam cumpriam as encomendas enquanto, ao mesmo tempo, pressionavam as autoridades no sentido de reforçar a corrida armamentista. Uma corporação que contava com altos cargos militares na sua direção utilizava seus serviços para abrir as portas dos contratos do Pentágono. Mesmo corporações de menor porte incluíam, na sua folha de pagamento, oficiais da reserva que preservavam influentes amizades que adquiriam valor comercial estratégico quando o governo repartia os contratos, o que abria o caminho para a possibilidade de corrupção,⁸⁴ o que levou o Congresso a instituir uma comissão investigadora que apontou

⁸³ EISENHOWER apud JULIEN, op. cit. p. 403.

⁸⁴ A corrupção em alta escala, nessas condições, se tornou uma possibilidade concreta. O senador Douglas declarava: “Cuando las compañías que tienen contratos bélicos toman a sueldo a militares de alto rango para que establezcan conversaciones con sus antiguos compañeros de armas – a los que en muchas ocasiones habrían promovido en su carrera – las posibilidades de abuso se multiplican”. Apud FARAMAZIÁN, op. cit., p. 246.

dados inquietantes. Em 1957, quase 1400 oficiais da reserva, de patente acima de major, eram funcionários das cem maiores sociedades industriais; curiosamente, elas repartiram, entre si, 75% dos US\$ 21 bilhões de bens encomendados pelo Pentágono.⁸⁵ Doze anos depois, um relatório do senador Proxmire informava que 2.072 oficiais da reserva trabalhavam para cem empresas industriais, sendo que metade deles prestava serviços a dez das maiores corporações militar-industriais: *Lockheed Aircraft* (210); *Boeing* (169); *McDonnell Douglas* (141); *General Dynamics* (113); *North American Rockwell* (104); *General Electric* (89), etc.⁸⁶

Mas este era um lado do tráfico de influência. Para garantir a obtenção das encomendas mais vantajosas, os monopólios também propunham seu pessoal de confiança como candidatos a cargos políticos, desde a presidência do país até parlamentários, passando pelos ministérios, secretarias de Defesa ou de Estado, conselhos, etc. Essa era a outra cara da moeda quanto à absorção de militares na reserva na direção administrativa das corporações. O fluxo de mão dupla na conexão interna do CMI com o aparato estatal teve como síntese a atração de militares estratégicos para negociar futuros contratos com o Pentágono, assim como na tomada de iniciativas na seara política, disputando cargos através de intermediários de confiança ou representantes diretos dos seus interesses. Neste caso, o peso do seu poder econômico sempre jogou um papel muito forte junto aos meios de comunicação e à opinião pública.

Eisenhower também não teve como imaginar, na sua época, o grande impacto que o desenvolvimento dessa estrutura de poder teria para as relações internacionais como um todo e para a difusão, junto à opinião pública mundial, da percepção de iminente destruição total. Durante sua administração, mais de US\$ 350 bilhões foram destinados à defesa, sendo que, nos últimos anos, o orçamento anual atingia US\$ 46 bilhões. No primeiro ano do governo Kennedy, essa quantia aumentou para US\$ 52, 7 bilhões, o que, por si só, mostra a permanência crescente dessa tendência histórica.⁸⁷ O Pentágono foi redimensionado de acordo com a sua função de centro do poder militar dos EUA sob cuja administração se articulava a complexa rede do CMI, cada vez mais identificada com o militarismo estadunidense.⁸⁸

A manutenção do clima de ameaça e de insegurança, característico da Segunda Guerra,

⁸⁵ JULIEN, op. cit., p. 404.

⁸⁶ FARAMAZIAN, op. cit., p. 246.

⁸⁷ COOK, op. cit., p. 25.

⁸⁸ Nele trabalhavam, em meados dos anos 60, 26 mil funcionários (14.200 sob contrato e 11.800 militares), conformando o maior e mais concentrado aparato burocrático do mundo. Utilizando o enorme orçamento militar, a máquina de guerra e outros fatores, o Pentágono passou a exercer influência sobre todos os setores da sociedade. FARAMAZIAN, op. cit., p. 31.

persistiu durante a Guerra Fria, favorecendo a manutenção do esforço bélico anterior e adaptando-o a uma nova modalidade de guerra (uma “paz armada” permanente). A Guerra Fria e a percepção de um comunismo ameaçador foi a grande cartada dos setores que se haviam beneficiado na luta contra o Eixo para resistir à reconversão econômica que devia ter ocorrido no imediato pós-guerra. Foi, na prática, a estratégia desencadeada para manter as vantagens tecnológicas desenvolvidas pelos setores do CMI e incorporadas na estrutura produtiva, inclusive com os conhecimentos adquiridos da experiência com as bombas atômicas e da absorção de parte dos quadros científicos do nazismo.

Dentro da lógica da Guerra Fria, em síntese, se tratou de garantir a permanência da superioridade militar estadunidense e a utilização de todos os recursos possíveis para limitar e controlar a expansão soviética. O impacto disso, no setor produtivo, foi significativo, pois os orçamentos crescentes do Pentágono se dispersavam pela rede direta e vinculadora das empresas que conformavam o CMI, consolidando o papel da produção bélica (no discurso oficial, para a “defesa”) na expansão da economia e do avanço tecnológico dos EUA. Tal fato tornou o aparato militar a empresa econômica mais poderosa do país. As derivações do poder econômico e político do CMI extrapolaram fronteiras, projetando-se em escala planetária com sérias implicações geopolíticas:

Por el juego de las importaciones de materias primas a precios ventajosos y de las exportaciones de capitales con unos índices de beneficio muy rentables, esta riqueza funde sus raíces en todas partes del mundo. Para protegerla, no basta con asegurar la defensa de 9.385.000 km² entre el Atlántico y el Pacífico, entre la frontera de Méjico y la de Canadá. [...] es preciso asegurar la libertad de navegación en todos los océanos y todos los mares. Por lo tanto, el aparato militar se halla a la escala de un imperio sin fronteras.⁸⁹

A centralidade dada à Segurança Nacional pela elite dirigente estadunidense reconheceu como fundamental a dimensão econômica que se configurou no aprofundamento de laços entre o Governo e as grandes corporações. Os tecnocratas da Segurança Nacional costuraram a rede de relações do CMI encarando a guerra e a política como competição e como simulacro de jogos técnicos. A partir da Secretaria de Defesa, foram coordenadas, como problema industrial, a produção científica, o desenvolvimento tecnológico, a organização da produção e a administração das guerras. Por outro lado, argumentou-se que o domínio econômico devia ser defendido militarmente; se haviam jazidas de matérias primas ou áreas de investimento remotas que alimentavam a prosperidade do país, era essencial protegê-las

⁸⁹ Idem.

mediante um aparato militar que, disseminado pelo planeta, também contribuía para a criação de empregos da máquina industrial.

Apropriadamente, Harry Magdoff defende que a grande máquina militar “[...] é o preço que está sendo pago para manter a rede imperialista do comércio e investimentos na ausência do colonialismo”. Inclusive, considerando as dimensões do cenário aberto aos investidores dos EUA no pós-guerra, correspondeu à Europa ocidental um papel subalterno de correia de transmissão deste processo de controle. A persistência da dependência econômica das ex-antigas colônias em relação às economias dos ex-centros metropolitanos exigia “[...] a dispersão mundial das forças armadas americanas e o apoio militar direto às classes dominantes locais.”⁹⁰ Iniciativa coerente com o diagnóstico do anteriormente citado discurso do presidente Eisenhower.

Após o final da guerra, os EUA se beneficiaram com as condições extremamente vantajosas para sua expansão global, o que permitiu confirmar seu papel hegemônico. Os círculos dirigentes regularam a produção militar com um sistema de planificação e programação econômico-militar feito a longo prazo. A utilização dos potenciais técnico-científico e produtivo-econômico do país para fins militares sinalizaram, aos monopólios da indústria militar, pontos de referência para planificar seus organogramas de produção e vendas durante longos períodos. Na medida em que a complexidade dos artefatos resultantes da demanda tático-técnica aumentou as dificuldades da sua produção, esta passou a requerer maiores investimentos em pesquisa, tecnologia de ponta, materiais especiais de grande qualidade, instalações radio-eletrônicas de elevado custo de recursos humanos altamente especializados.⁹¹

Constatando o crescimento da centralidade da produção do CMI no conjunto da economia norte-americana, Magdoff lembra que:

[...] em 1937, quando já começara a corrida armamentista, em preparação para a Segunda Guerra, os dispêndios militares *per capita* de todas as grandes potências combinadas – EUA, Inglaterra, Alemanha, Japão, França, Itália e URSS - era de 25 dólares. Em 1968, os gastos militares *per capita* norte-americanos apenas, a preços de 1937, eram de 132 dólares.⁹²

O autor rejeita, contudo, que esse aumento resultasse da Guerra do Vietnã, lembrando que, nos anos anteriores ao conflito, o montante já era de 103 dólares *per capita*; ou seja, o crescimento do gasto militar era uma tendência estrutural da economia

⁹⁰ MAGDOFF, op. cit., p. 171.

⁹¹ FARAMAZIÁN, op. cit., p. 65.

⁹² MAGDOFF, op. cit., p. 170.

estadunidense. Nesses termos, o CMI deve ser visto como fator vital para o sistema produtivo dos EUA. Dentre os argumentos que justificam tal compreensão, está o fato de que o gasto militar funcionava como um mecanismo de ajuste anti-cíclico, na medida em que o cenário da Guerra Fria e sua dinâmica característica exigiam o aumento da demanda, o que permitia sustentar um alto nível de ocupação. Outro argumento utilizado é o de que o CMI acelerava o progresso técnico e, dentro da lógica do sistema, o gasto militar abria oportunidades de investimento para os capitais ociosos das grandes corporações e da burguesia monopolista.⁹³

O estabelecimento de uma política de armamentos permanente, estável e com pedidos estatais garantidos acentuou o caráter simbiótico da relação Estado-corporações onde as últimas se beneficiavam de uma política de subsídios e/ou seguros favoráveis. Considerando que o Estado norte-americano era o grande comprador da produção das corporações envolvidas na produção de material bélico, inexistia concorrência de mercado. A intensa disputa pela obtenção de encomendas não se baseava na lógica do marketing, da propaganda, do preço ou da qualidade do produto, e sim na disputa de bastidores marcada pelo tráfico de influência e pelos *lobbys* das empresas junto aos centros decisórios responsáveis pelos contratos do Pentágono. A acirrada disputa se resolvia, geralmente, em favor de um pequeno número de corporações monopólicas de grandes proporções, que acabavam absorvendo a maior parte dos pedidos militares.⁹⁴

Analisando a estrutura do CMI e a qualidade de suas relações com o Estado, Faramazián⁹⁵ destaca importantes particularidades. Em primeiro lugar, o fato de que a indústria bélica, diferentemente da produção civil - que é obrigada a vender sua produção depois de fabricada -, só produz sua linha de artigos militares (foguetes, aviões, navios, tanques, etc.) depois de tê-los vendido ao Pentágono sob encomenda e com dados precisos de especificação (volume, quantidade, qualidade).

Em segundo lugar, Faramazián destaca que a produção bélica tem no Estado seu único comprador. Mesmo que as compras militares se realizem através de uma complexa rede

⁹³ A conexão e integração Estado-corporações se tornaram característica fundamental da estrutura do poder da superpotência. Em 1965, de uma produção de mais de US\$ 17 bilhões, a indústria aeronáutica vendeu ao Pentágono quase US\$ 14 bilhões. A indústria das telecomunicações vendeu pelo valor de US\$ 5 bilhões de uma produção de US\$ 8,6 bilhões, os estaleiros venderam US\$ 2,4 bilhões de um total de US\$ 3,5 bilhões. Assim, o Pentágono se tornou responsável por 23,5% dos empregos industriais da Califórnia, 30,2% do Kansas, 20,6% do Arizona, 21,1% de Connecticut, 23,8% do Novo México, 20,4% de Utah, etc. Logo, “[...] no sólo el militar ha dejado de ser un parásito, sino que se ha convertido incluso en uno de los elementos de la prosperidad americana”. JULIEN, op. cit., p. 287.

⁹⁴ Como exemplo, pode citar-se o caso do caça-bombardeiro F-111, pelo qual, durante 2 anos, dez grandes monopólios, entre os quais a *Boeing* e a *General Dynamics*, disputaram entre si uma encomenda de US\$ 7 bilhões. A decisão favorável à *General Dynamics* gerou a formação de uma comissão especial de investigação do governo por tráfico de influência e corrupção de funcionários. JULIEN, op. cit., 287.

⁹⁵ FARAMAZIÁN, op. cit., p. 272.

de organizações e de que parte dos fornecimentos militares efetuados pelo sistema de sub-contratações ocorra entre firmas privadas, no fim das contas, o Estado é o comprador final do produto bélico. Esta é uma particularidade essencial do sistema, pois é o Estado, em definitivo, quem orienta o perfil do produto e imprime determinada dinâmica à produção bélica.

Em terceiro lugar, a estrutura e o volume da demanda estatal podem mudar rapidamente, obrigando as empresas que fazem parte do CMI a adaptar-se imediatamente a tal situação. A mudança de demanda em função da eclosão de uma guerra ou pela deterioração de uma determinada situação, implica numa capacidade de adaptação sem igual no setor civil da economia. Isso se explica pelo maior e mais intenso desenvolvimento da técnica militar e pelas variáveis resultantes da dinâmica internacional. A produção bélica se diferencia pela relativa indeterminação de suas perspectivas de desenvolvimento, o que não está em contradição com o fator planejamento. Essa capacidade de adaptação e de resposta rápida às consideráveis mudanças de demanda, tanto de volume como de estrutura da sua fabricação, são condições essenciais e inerentes à existência do CMI.

Em quarto lugar, Faramazián avalia que a exigência de qualidade sobre a produção bélica e a renovação muito rápida de novos e complexos sistemas de armas fazem com que a competitividade das empresas dedicadas à produção de guerra dependa muito de quadros altamente especializados com experiência na execução de encomendas militares, exitosos na pesquisa científica e, também, bem relacionados no Pentágono e no Congresso.

Em quinto lugar, como fator singular, constata que os preços da produção bélica não são afixados de acordo com as leis de mercado, a não ser em função de negócios entre os representantes do governo e dos monopólios. A inexistência de um mercado aberto de produção bélica e a ausência da falta de pressão que a competição exerce sobre os preços são fatores que os fornecedores utilizam para aumentar consideravelmente seus lucros.

Finalmente, em sexto lugar, Faramazián avalia que o governo dos EUA planifica o desenvolvimento da produção bélica de acordo com os objetivos estratégicos imperialistas e com os programas de construção das Forças Armadas, procurando fazer com que seu potencial econômico-militar esteja sempre disponível para o caso de urgente mobilização.⁹⁶

Diante do quadro apresentado, constata-se que o Pentágono é a empresa econômica mais poderosa dos EUA, considerando os critérios de contratação de mão-de-obra por orçamento e de massa salarial distribuída. Os significados dos seus pedidos indicam a inexistência de competição de mercado, pois o Estado é o principal comprador, o que eleva os

preços. As mercadorias fabricadas sob encomenda prévia não se destinam à venda pública; ou seja, seus preços não são pautados pelas leis da oferta e da procura, poupando os setores privados de custos de propaganda e de marketing, embora, para contrabalançar, a prática do *lobby* tenha um alto custo. Deve salientar-se que é o Estado quem financia a maior parte da pesquisa científica, do que se beneficiam as empresas privadas, pois recebem tecnologia de ponta de forma quase gratuita, otimizando os lucros do CMI.

A vinculação direta dessa estrutura produtiva com a política externa do país se manifesta na pressão que os setores envolvidos com o CMI efetuam pela manutenção ou aumento de uma política de portas abertas e no interesse em que o desenvolvimento dos países periféricos ocorra de forma complementar e subordinada ao centro mundial. A obtenção de lucros para o CMI, evidentemente, também faz parte dessa estratégia.

Decorrente deste conjunto de jogos de interesses, o CMI desempenha papel vital na reprodução de mecanismos que intensificam e perpetuam a subordinação das economias periféricas (receptoras de ajuda). Dessa forma, são fragilizados os governos de Estados periféricos em relação à tomada de decisões soberanas, sofrendo a pressão dos EUA quanto a manutenção de fluxos de reposição, de financiamento e de manutenção dos equipamentos do CMI disponibilizados (como no caso da América Latina). É por isso mesmo que deve apreender-se, em toda sua intencionalidade, a sugestão de Rockefeller: “[...] se os Estados Unidos não venderem tais equipamentos, estes serão adquiridos noutras fontes, do Leste e Oeste, e isso não seria compatível com os melhores interesses dos Estados Unidos.”⁹⁷ O comércio de armamento dos EUA à América Latina é muito mais abrangente do que parece a primeira vista. Além de garantir mercado para a venda de armas, peças de reposição e munição, garante também a manutenção das mesmas e o treinamento e instrução das forças de segurança locais. Indiretamente, esse fluxo reforça a conexão dos militares da região com as Forças Armadas dos EUA com as subseqüentes derivações de teor político, ideológico e profissional.

O CMI, muitas vezes, apela para inverdades como forma de convencer setores políticos e governamentais contrários a sua centralidade estratégica e, fundamentalmente, à opinião pública. Assim aconteceu quando, em 1960, o chefe do Comando Estratégico da Força Aérea, general Thomas Power, alarmou a população com um discurso em que informava que a inteligência dos EUA reconhecia que a URSS estava muito mais adiantada no desenvolvimento de armas estratégicas do que supunham os especialistas norte-

⁹⁶ Idem, p. 272-274.

⁹⁷ ROCKEFELLER, op. cit., p. 69.

americanos. Power afirmava que a URSS, em matéria de mísseis, não tardaria em ter capacidade suficiente para destruir todas as defesas dos EUA em menos de trinta minutos.⁹⁸ Tal informação era falsa, mas tinha objetivos muito bem delineados. Ao apresentar o país como atrasado na corrida armamentista nuclear em relação à URSS e com gravíssimas falhas de segurança na defesa antimíssil, o governo dos EUA causava uma situação de comoção pública que se associava à histeria anticomunista alimentada desde o início dos anos 50 e esvaziava a racionalidade do debate e da avaliação da realidade militar das superpotências. A “falha” no sistema de defesa foi creditada à administração Eisenhower, acusada por setores vinculados ao CMI de haver reduzido o orçamento militar. O tema entrou na agenda do debate eleitoral que levou os democratas à presidência com John Kennedy. É provável que esse acontecimento estivesse entre os motivos que levaram Eisenhower a pronunciar o citado discurso sombrio sobre o CMI.

Comprometido com as promessas de campanha de recuperação da aparentemente perdida vantagem tecnológica nuclear, a administração Kennedy não só aumentou as despesas militares como fortaleceu consideravelmente a presença do CMI junto à estrutura do poder estatal. Os EUA aumentaram consideravelmente seus investimentos na área militar, o que coincidiu com uma maior participação na política internacional e o enrijecimento da diplomacia a partir da noção de Segurança Nacional e seus limites geopolíticos concretos. De qualquer forma, é importante salientar que meses depois do início da administração Kennedy, quando corretivos suplementários do orçamento incrementavam os investimentos no CMI, “descobriu-se” que a divulgada “falha” da defesa antimíssil era falsa. Não só os EUA não estavam expostos às armas soviéticas como a defasagem continuava favorável aos EUA. Cook afirma: “[...] nunca houvera uma falha na defesa antimíssil.”⁹⁹ Tudo não passou de um subterfúgio para induzir a população a aceitar a necessidade de aumentar o orçamento militar. O alerta de Eisenhower mostrava sua validade. A democracia estadunidense era vulnerável e estava exposta diante do poder e da pressão das corporações que intervieram no processo eleitoral recorrendo a um recurso altamente questionável: a manipulação de informação.

John Kenneth Galbraith ampliou o leque dos integrantes ou responsáveis pelo CMI, incorporando os serviços de inteligência, o corpo diplomático e importantes setores acadêmicos:

El poder militar no está confinado a las fuerzas armadas y a los contratistas, o sea al llamado complejo militar-industrial. También participan en él los

⁹⁸ COOCK, op. cit., p. 16.

⁹⁹ Idem, p. 17.

servicios de inteligencia que evalúan las acciones e intenciones de los soviéticos e chinos [...] [Los] miembros del Servicio Exterior que proveen una glosa civil o diplomática para los puntos de la política exterior que sirven las necesidades militares [...] También forman parte del poder militar los científicos de las universidades y de las organizaciones orientadas a la defensa, tales como la Rand, el Institute for Defense Analysis y el Hudson Institute, cuyo interés profesional son los armamentos, sistemas de armamentos, y la estrategia de su empleo.¹⁰⁰

A crítica interna ao comportamento dos setores acadêmicos vinculados à corrida armamentista e ao militarismo da superpotência cresceu até explodir nos movimentos massivos dos anos 60, onde o pacifismo contra a Guerra do Vietnã e a luta pelos direitos civis da minoria negra levaram a um profundo questionamento ético do Estado norte-americano. Enormes manifestações ocuparam os *campi* das principais universidades e denunciaram o envolvimento do mundo acadêmico com a lógica da guerra promovida pelo CMI. Desde 1940, a pesquisa científica de caráter estratégico não parou de crescer dentro das universidades; estas, acabaram submetidas aos imperativos militares refletindo, cada vez mais, sua submissão às orientações do capital monopolista. Grande parte das linhas de financiamento da pesquisa universitária provinham de subvenções do governo federal, o que acarretou na realização de pesquisas substanciais para os interesses do Departamento de Defesa.¹⁰¹

No final dos anos 60, quase 80% dos cientistas trabalhavam para a indústria de guerra; eram engenheiros, físicos, químicos, biólogos, sociólogos, psicólogos, economistas, filósofos e historiadores. O recrutamento de cientistas e unidades de produção de conhecimento de ponta das universidades para os encargos militares do Pentágono aumentou a militarização da pesquisa universitária. As subvenções outorgadas às universidades e vindas do CMI tornaram-nas cúmplices da máquina de guerra e do *status quo*. Nos agitados anos 60, era comum ouvir discursos como o do líder estudantil Brad Cleaveland:

La “multiversidad” no es un lugar de estudio sino una industria altamente calificada: produce bombas, máquinas de guerra y, por qué no, algunas máquinas “apacibles”; también produce en masa autómatas perfeccionados que inspiran confianza para responder a las exigencias de los hombres de negocios y de los políticos.¹⁰²

Mark Kleiman, da organização *Students for a Democratic Society* (SDS), quando,

¹⁰⁰ GALBRAITH apud TAPIA VALDÉS, op. cit., p. 17.

¹⁰¹ Em 1968, o Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) obteve do Pentágono encomendas avaliadas em US\$ 119 milhões; a Universidade da Califórnia, obteve US\$ 17 milhões; a Universidade John Hopkins, US\$ 57 milhões; e a Universidade de Stanford, US\$ 6 milhões. FARAMAZIÁN, op. cit., p. 214.

¹⁰² “A letter to Undergraduates”, State Supplements, 1964. In: LAS LUCHAS ESTUDIANTILES EN EL MUNDO. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1969. p. 43.

em maio de 1968, denunciava a vinculação da produção de conhecimento no âmbito da academia com as corporações armamentistas, usava o seguinte exemplo:

Mi profesor de antropología era un tipo “bien”: barbudo, se drogaba y hasta estaba en contra de la guerra. Hoy está en Alaska. El gobierno americano desplazó a diez mil esquimales para que la Air Force norteamericana pudiera instalar una base de proyectiles y un nuevo radar. Mi profesor aconseja al gobierno de la región en que conviene reubicar esta población... Se llega a pensar que si Estados Unidos hubiera tenido antropólogos para “tratar” con los indígenas en el siglo XIX, no habrían necesitado, indudablemente, el ejército.¹⁰³

Outro exemplo das relações imbricadas entre o CMI e o meio acadêmico está presente no seguinte documento relacionado à Universidade de Columbia:

Cinco de los 22 administradores [dessa intuição] representan industrias de guerra. *Lockheed Aircraft* (Burden, diretor) e *General Dynamics* (Moore, diretor) reciben simultáneamente el 10% (3,6 mil millones de dólares) de los contratos militares nacionales. Esas dos sociedades producen aviones utilizados en Vietnam por consiguiente, viven de la guerra. Como presidente del Consejo de administración del *Institute for Defense Analyses* (IDA), Burden administra un presupuesto de 15 millones de dólares de investigaciones militares para el Pentágono. El IDA es un instituto universitario de investigación en armamentos avanzados y en las técnicas antiinsurreccionales, es la “fábrica de ideas” del Departamento de Defensa americano. Dos grandes universidades (entre ellas Columbia) son miembros de este instituto de investigación militar y le dan una respetable fachada académica... y el presidente de Columbia, Grayson Kirk, forma parte él mismo del consejo de administración del IDA. Dunning, consejero del Departamento de Defensa y *experto* en armamento atómico, dirige tres sociedades privadas que dependen de contratos militares. La *City Investing Corp.*, por ejemplo, depende de *Lockheed Aircraft* (donde Burden es director) y produce desfoliantes para la guerra química.¹⁰⁴

Na mesma linha, divulgavam-se outras críticas: a utilização no Vietnã de professores da Universidade de Michigan como assessores para treinamento e armamento da polícia local; a transformação do Instituto Universitário de Pesquisa de Política Estrangeira num prestador de serviço para o Departamento de Estado na área de informação e estratégia; a conversão da Universidade da Pensilvânia no centro mais importante de pesquisa para a guerra química e bacteriológica; a atividade do Instituto para a Análise de Defesa, que congrega uma dúzia de grandes universidades na elaboração de projetos de defesa nuclear e de estratégia contra-revolucionária.¹⁰⁵

¹⁰³ Idem, p. 45.

¹⁰⁴ “Who Rules Columbia? North American Congress on Latin America”, maio 1968. In: LAS LUCHAS ESTUDANTILES EN EL MUNDO, op. cit., p. 47.

¹⁰⁵ Idem, p. 50.

Os serviços de inteligência também desenvolveram papel importante dentro do CMI, munindo de “informação” as autoridades civis quanto às intenções, atitudes e ações dos “inimigos comunistas” (soviéticos, chineses, cubanos, etc.). Dentro da estrutura do CMI, os serviços de inteligência e, particularmente, a CIA realizaram importante papel de fornecimento de informação, manipulação da mesma e criação de contra-informação com o objetivo de induzir os meios de comunicação, a opinião pública e até a própria elite política ou gerando fatos diversionistas em proveito dos interesses do Pentágono e/ou do CMI (como ocorreu no citado caso da “falha” no sistema de defesa antimíssil). A lógica era aparentemente simples. Quanto maior fosse a ameaça externa apresentada (real ou não), maior era a histeria anticomunista resultante, ou seja, mais eficiente era o impacto favorável junto à população para justificar o aumento do orçamento do Pentágono, assim como mais lucrativos se tornavam os contratos das empresas militares.

Para as empresas do setor privado, participar do CMI foi um ótimo negócio. Ao negociar com o Pentágono, obtinham altas taxas de lucratividade em função de benefícios superiores às normas habituais e porque, a longo prazo, os contratos militares possibilitavam acesso aos conhecimentos mais avançados no aspecto científico e tecnológico. As empresas, durante a execução da encomenda (o que normalmente exigia contratos de vários anos de duração), tinham o direito de utilizar os resultados das investigações e estudos realizados nos laboratórios estatais. Uma empresa que obtivesse pedidos militares beneficiava-se de vantagens tecnológicas que não estavam disponíveis para seus concorrentes, o que lhes auferia significativa vantagem comparativa.

Nos EUA, o desenvolvimento de tecnologia que estivesse acima da capacidade técnica e financeira do capital privado era assumida pelo Estado, particularmente pela esfera militar, que contratava empresas privadas e coordenava seu trabalho quando essas não dispunham de capacidade operativa individual. Por isso, parte das indústrias mais desenvolvidas estavam no setor estatal (a indústria química, a informática, a pesquisa espacial, a eletrônica, etc.) e deviam sua expansão à guerra e ao militarismo. Em síntese,

[...] la industria privada ha visto donde se hallaba su ventaja. Para la puesta a punto y la construcción de vehículos espaciales, de cohetes, de armas atómicas, de submarinos, de portaaviones, de bombarderos, de equipos electrónicos y de armas de todas clases, hay fondos que afluyen desde Washington hacia todos los sectores industriales. Estos fondos alimentan la investigación, estimulan la producción y crean millones de nuevos empleos en un momento en que la automatización tiende a suprimirlos, asegurando unos beneficios redoblados, y al mismo tiempo, consolidando en el interior de los

Estados Unidos un poderío que irradia sobre todo el planeta.¹⁰⁶

Dentro da perspectiva do anticomunismo vigente no contexto da Guerra Fria, o CMI desempenhou um papel de pressão em relação à realidade latino-americana do período. Os militares da região treinados e diplomados em escolas militares dos EUA experimentaram, ao longo dos cursos, as vantagens técnicas do material fabricado pelo conglomerado. Durante manobras de treinamento de unidades militares de países latino-americanos clientes, assessores do Pentágono “aconselhavam” sobre tipos de armamento e de munição mais adequado às necessidades locais. Segundo Claude Julien, havia todo um jogo de sedução (“pompa de sabão comercial”) ocasião em que alguns “alunos”, durante o treinamento, eram “eleitos” e convidados a visitar os EUA, onde conheciam o Pentágono, instalações militares, escolas de formação e fábricas de armamento, o que ajudava a vender a “imagem” do poder militar da superpotência e, acima de tudo, armamentos, munições e, de forma implícita, prestação de serviços (treinamento e cooperação).

O general Robert Wood, diretor do programa de ajuda militar, explicou, em 1964, diante de uma comissão da Câmara dos representantes, a relação do programa de treinamento militar com a venda de armamentos.

Invitamos aquí a oficiales de otros países con el objetivo de enseñarles el equipo que podrían adquirir. Después disponemos de un programa para entrenarlos en la utilización de ciertos equipos, con la esperanza de que los compren. Se trata, efectivamente, de una promoción de ventas.¹⁰⁷

Aqui vemos, concretamente, a conexão entre o CMI e a DSN através de uma correia de transmissão que funciona em direção a todas as regiões onde os EUA detém interesses estratégicos, inclusive na América Latina. A potencialidade dos negócios, todavia, era bem maior. Caso os intermediários “eleitos”, confiáveis, promovessem intervenções parciais ou golpes de Estado nos seus países de origem, os lucros da indústria militar da superpotência se multiplicavam automaticamente diante de um maior volume de fornecimento de armas e de ajuda econômica, além do que, estrategicamente, garantia um fiel escudeiro na luta contra o comunismo continental.

Dois objetivos essenciais foram cumpridos pela política de assessoria militar dos EUA, em escala planetária, aos governos aliados/amigos na luta contra a URSS e o comunismo. Por um lado, a ação deliberada de estreitar vínculos com os Estados clientes, delimitando ou consolidando zonas de influência e aprofundando relações políticas, diplomáticas, econômicas e

¹⁰⁶ JULIEN, op. cit., p. 289.

¹⁰⁷ Idem, p. 293.

militares. Por outro, aproveitou-se a oportunidade para colocar no mercado externo parte importante da produção militar, ou seja, a realização de “negócios” em um mercado internacional onde o comércio de armas se transformou numa das mais lucrativas pautas do comércio mundial.

No cenário da Guerra Fria, os Estados Unidos perseguiram uma dupla imposição hegemônica: uma, planetária, enfrentando a influência do campo soviético; a outra, dentro do bloco capitalista, em relação às demais economias desenvolvidas. O CMI foi estratégico para as duas pretensões. Ele foi visto como vital para controlar e derrotar o comunismo no plano militar (dentro da particular lógica bélica da Guerra Fria) e no plano tecnológico-estratégico da corrida armamentista, inclusive utilizando o aparelhamento da OTAN como mecanismo comercial. Mas foi fundamental também porque, ao se tornar motor da produção e dos interesses econômicos dos EUA, constituiu-se como fator que alavancou, a seu favor, a balança de poder entre as potências capitalistas. Todavia, ao se transformar em produção, o CMI impôs à política externa norte-americana, particular signo de tensão. Parte das armas produzidas foram incorporadas pelo próprio Estado, particularmente aquelas mais sofisticadas e com maior capacidade de eficiência, representando argumentos de peso para disputar hegemonia em escala planetária. Mas essa produção também se regeu pela lógica de mercado; quer dizer, parte dela foi destinada ao mercado externo, devia ser vendida e, simultaneamente, se possível, servir para reforçar os exércitos amigos, particularmente, aqueles confrontados por ameaças mais imediatas como na percepção que o Pentágono divulgara sobre a figura dos “inimigos internos”.

Na América Latina, de fato, os dois objetivos essenciais da política de assessoria militar se cruzaram e produziram a

[...] promoção ativa de vendas comerciais de armamentos no exterior, realizando extenso treinamento de pessoal militar local e empregando fundos de ajuda econômica com finalidade de treinar forças policiais locais a fim de conter demonstrações de massa e em serviço de contra-informação.¹⁰⁸

A ameaça comunista podia significar um perigo real para os interesses dos EUA na região (a Revolução Cubana produzia apreensão). Mas é inegável que, após a experiência cubana, a ameaça comunista era menor do que se divulgava; mas sua manipulação contribuiu para a realização de importante comércio envolvendo a venda de armas e a prestação de serviços “antissubversivos” vinculados aos programas de ajuda militar dos EUA. O senador Eugene McCarthy, conhecido promotor da anticomunista “caça as bruxas”, dos anos 50, explicitava a influência diplomática dos programas militares ao afirmar que:

¹⁰⁸ MAGDOFF, op. cit., p. 172.

La ayuda militar de los Estados Unidos suele ir acompañada del envío de personal militar americano a los países destinatarios de las armas, con la finalidad de supervisar, aconsejar, ayudar y trazar planes de acuerdo con los procedimientos del Pentágono para la utilización, por parte de estos países de equipos americanos suplementarios. En lo esencial, estos consejeros militares americanos actúan como agentes comerciales sobre el terreno, tratando de asegurar que el país en cuestión reciba su equipo militar de Estados Unidos y no de un competidor político o comercial.¹⁰⁹

McCarthy deixava implícito no seu discurso o duplo desafio que o país devia enfrentar, tanto no plano político-ideológico (a ameaça de um rival comunista), quanto no plano econômico, frente à possibilidade de vir a ter sua liderança questionada dentro do próprio bloco capitalista.

Nas relações entre o poder militar dos EUA e as elites político-militares latino-americanas, reproduzia-se uma situação semelhante àquela que, no interior da superpotência, conectava os poderes militar e civil com o Estado, ou seja, cooptação, tráfico de influências, corrupção, oportunidades de enriquecimento ou ascensão política, moeda de troca que acompanhava o mecanismo de convencimento ideológico efetuado pelo binômio Doutrina de Segurança Nacional e *American Way of Life*. Os interlocutores militares encontrados nos países “amigos” foram alvo de um processo de cooptação diluído. Ao participarem das missões e dos cursos militares, ou nas visitas às indústrias do CMI, recebiam doses maciças sobre a eficiência e a excelência das instituições e dos valores do sistema democrático estadunidense; eram convencidos de que *American way of life* era sinônimo de defesa dos valores ocidentais cristãos.

Um caso concreto de conexão entre cooperação militar e venda de equipamento pode ser ilustrado com o testemunho do ex-agente cubano infiltrado na CIA e membro da Missão da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) junto a Chefatura de Polícia de Montevideú, Manuel Hevia. Em 1967, segundo ele, ocorreu um momento de singular tensão entre o Ministério do Interior do Uruguai e a Missão da AID (vinculada à Secretaria de Estado dos EUA) após a elaboração de um relatório técnico realizado pela Missão estadunidense, dentro dos marcos de cooperação “antissubversiva” existentes, onde se analisava a situação das forças policiais e as condições necessárias para sua modernização. No relatório, após análise das funções e das necessidades do corpo policial, sugeria-se não só a aquisição de determinados tipos de veículos de fabricação estadunidense, como indicava-se a marca - *Ford* -, o que gerou queixas de outros fabricantes (caso da *GM*), também vinculados ao CMI.

¹⁰⁹ JULIEN, op. cit., p. 296.

O incidente aconteceu quando representantes de um país europeu apresentaram uma proposta ao governo uruguaio envolvendo um pacote global contendo automóveis, equipamentos militares e armas automáticas a serem pagos com produtos de exportação não-tradicionais. O governo solicitou pareceres específicos sobre essa proposta. O tenente coronel Ramón Trabal, diretor do Instituto de Ensino Profissional da Polícia, foi o encarregado de elaborar o parecer sobre as armas oferecidas. Trabal, segundo Manuel Hevia, era conhecido nos círculos próximos ao governo pela crítica aos negócios espúrios que se faziam à sombra do poder. No seu parecer (Informe Trabal), recomendava a realização da transação comercial com o país europeu, contrariando os interesses dos EUA, a partir de dois argumentos básicos. O primeiro era de caráter técnico: comprovada a qualidade das armas, a conveniência dos preços e a facilidade de reposição das peças, justificava-se a aceitação. O segundo era de natureza política: alegava que ter mais de um fornecedor de armamento e equipamento militar era muito mais conveniente para diminuir as pressões políticas externas e garantir a autonomia do país.¹¹⁰ Hevia sugere que Trabal se mostrava muito preocupado com a dependência do Uruguai em relação ao fornecimento exclusivo dos EUA.

Embora o Informe Trabal fosse confidencial, ele circulou dentro da Missão da AID. Hevia reconhece que ele próprio chegou a lê-lo. Segundo o ex-agente, o documento “vazou” do Estado Maior da Polícia, o que é indicativo das múltiplas formas de pressão que os agentes dos EUA realizavam na época. A reação norte-americana foi imediata. O Ministro do Interior do Uruguai foi informado de que, se o Informe Trabal fosse aceito e a transação comercial com os europeus concretizada, a Missão da AID se retiraria imediatamente do país. Paralelamente, uma partida de equipamentos destinada às Forças Armadas uruguaias, negociadas antes da crise, foi sustada, assim como foram cancelados contratos de compra de pêssegos. O resultado de tanta pressão não poderia ser diferente: Trabal acabou afastado do instituto que dirigia, foi devolvido ao Exército como oficial disponível e o Uruguai adquiriu 300 automóveis *Ford* e todas as armas necessárias.¹¹¹

Em resumo, o CMI colocou-se como um componente inédito da evolução da política norte-americana surgida na inflexão que a Segunda Guerra Mundial impôs, enquanto demanda dos setores produtivos, conectando profundamente ciência-tecnologia-produção dentro da lógica do conflito. O CMI, ao tornar-se motor da economia capitalista do mundo de pós-guerra, projetou tensões desestabilizadoras dos processos democráticos e da convivência

¹¹⁰ HEVIA, Manuel. **Passaporte 11333 - Uruguay... ocho años con la CIA**. Montevideo: Suplemento de Liberación Nacional, 1985. p. 155.

¹¹¹ Idem, p. 156.

pacífica internacional. Também promoveu a militarização das sociedades, pois sua própria existência se justificava pela permanente ameaça de eventuais e potenciais conflitos. No fundo, a fração social nele representada precisava dessa política de rearmamento permanente como forma de enfrentar as contradições subjacentes ao sistema capitalista e como garantia da sua permanência no controle hegemônico do mesmo.¹¹²

Como conglomerado de empresas lucrativas, o CMI exigiu consumidores cativos dos seus produtos, dos seus avanços tecnológicos e da manutenção dos mesmos. Além do governo estadunidense, seu maior e mais estratégico consumidor e ao qual estava integrado através do Pentágono, o CMI precisava estender sua rede de clientes e, para tanto, contou com o fantasma da ameaça comunista que a DSN difundiu pelo ocidente. Com esse artifício, conseguiu uma dupla projeção espacial simultânea: externamente, no cenário planetário da Guerra Fria; e internamente, no cenário do seu território nacional acrescido de toda a América Latina, ao considerar que esta, a partir da lógica das fronteiras ideológicas e da guerra interna, também devia ser compreendida como extensão da sua Segurança Nacional.

2.2.2 - A Doutrina de Segurança Nacional: a influência ideológica

A Doutrina de Segurança Nacional foi o esqueleto teórico que fundamentou os regimes cívico-militares justificando a emergência e o protagonismo das Forças Armadas no conturbado cenário político latino-americano dos anos 60. Refletindo a lógica bipolar da Guerra Fria e as novas estratégias de dominação dos EUA sobre a América Latina, a DSN disseminou-se através das Academias e Escolas de Guerra, formando quadros especializados a partir de uma série de preceitos básicos: a lógica da bipolaridade, a delimitação de zonas de influência pelas superpotências; a satanização do inimigo; a introdução de que o Estado e a Nação são organismos vivos passíveis de contaminação pelo vírus comunista (o que, por sua vez justifica um virulento anticomunismo). A desagregação do mundo colonial e a fermentação revolucionária conseqüente, de cunho comunista, deram aos EUA a percepção da vulnerabilidade do capitalismo diante da persistência das suas contradições. Em função disso, seus ideólogos aproximaram a necessidade de segurança com a doutrina de contra-revolução (contra-insurgente). O padre Josep Comblin, no seu estudo clássico, *A Ideologia da Segurança Nacional*, afirma que, no momento em que os EUA assumiram a defesa do mundo ocidental,

¹¹² MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Movimento, 1982. p. 87.

impuseram uma particular divisão internacional do trabalho, onde coube à superpotência a sustentação da dissuasão nuclear enquanto que, aos países aliados da periferia (“satélites”, nas palavras de Comblin), restou (com ajuda estadunidense) lutar contra a guerra revolucionária dentro de suas fronteiras.

Na “teoria dos dois mundos inimigos” (mundo comunista bárbaro versus mundo livre ocidental e capitalista), fundamentação maior da bipolaridade planetária, a DSN identificou a América Latina como parte integrante do segundo. A detecção da presença da “peste” comunista no tecido social da região, justificou a idéia de guerra interna e total.¹¹³ Todos os recursos disponíveis foram canalizados para tal fim: a destruição do inimigo invisível que apodrecia o organismo estatal, criava o pânico junto à população e lembrava que a infecção não era externa à nação, mas estava dentro dela. O discurso contra o “inimigo interno”, oculto e com grande potencial subversivo, amalgamou setores abastados, ainda não comprometidos com as ditaduras, assim como de boa parte dos setores médios. O uso que as forças da nova ordem fizeram de tal ameaça variou de acordo com as necessidades conjunturais. Enquanto conceito, o “inimigo interno” é suficientemente flexível como para incluir, permanentemente, novos grupos-alvos. É uma espécie de “guarda-chuva” que pode mover-se em determinada direção projetando desconfiança e potencial repressão sobre atores que expressam novos focos de questionamento do status quo existente. Eles podem ser guerrilheiros, comunistas, políticos populistas, sindicalistas, estudantes, etc. De qualquer forma, a sua identificação cumpre uma função altamente utilitarista, como se constata em outros momentos da história. Para as ditaduras de Segurança Nacional, a identificação de um “inimigo interno” circunstancial possibilita manter a coesão daqueles que se sentem ameaçados diante do avanço de projetos radicais e justifica uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade. Complementarmente, sua presença é explorada pelas autoridades como justificativa para explicar os fracassos das políticas governamentais, prejudicadas pela necessidade de combater a subversão, o que redundava numa situação de exceção que restringe as liberdades e os direitos individuais e sociais.

A militarização do Estado foi apresentada como única forma de resistir a um “império do mal” crescente na Ásia e na África e ameaçador na América. O Estado foi visto como

¹¹³ “La realidad contemporánea indica que el marxismo no es únicamente una doctrina intrínsecamente perversa. Es además una agresión permanente, hoy al servicio del imperialismo soviético [...]. Esta moderna forma de agresión permanente da lugar a una guerra no convencional, en la que la invasión territorial es reemplazada por el intento de controlar los Estados desde adentro. Para ello el comunismo utiliza dos tácticas simultáneas. Por una parte, infiltra los núcleos vitales de las sociedades libres, tales como los centros universitarios e intelectuales, los medios de comunicación social, los sindicatos laborales, los organismos internacionales, y, como incluso lo hemos visto, los propios sectores eclesiásticos. Por otro lado, promueve el desorden en todas sus formas [...]”. Discurso do general Pinochet no terceiro aniversário da derrubada do governo da Unidade Popular, em 11 de setembro de 1976. Apud REVELLO; PORRINI; SCHOL, op. cit., p. 23.

instrumento fundamental para enfrentar a guerra interna e total contra a subversão, ampliando a sua ação e controle sobre o conjunto da sociedade como metodologia para obter melhor eficiência. O combate ao “mal maior” explicava muitas coisas. As críticas feitas pela oposição às novas orientações foram vistas como antipatrióticas e atentavam contra os “interesses gerais da nação”. Sua eliminação justificava a prática repressiva e o amordaçamento do movimento popular. Logo, um Estado forte, autoritário, estável e militarizado era considerado o melhor antídoto contra o inimigo à espreita.

A segurança interna da América Latina, dessa forma, foi vinculada à segurança continental dos EUA. Diante da subversão, implementaram-se ações de contra-insurgência (militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e de ação cívica). Essas ações constituíram a guerra contra-revolucionária iniciada nos anos 60, emoldurada pela DSN e implementada através de políticas de TDE, particularmente, nas ditaduras militares emergentes no Brasil (1964), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976), além da Bolívia e do Paraguai.

A origem do conceito, segundo Josep Comblin, está situada no contexto imediato do pós-guerra, quando os EUA desenharam e assumiram o novo reordenamento mundial.¹¹⁴ Sua elaboração ocorreu nas “usinas ideológicas” da superpotência, nos setores vinculados à DSN.¹¹⁵ A mesma derivou de raízes fincadas na diversidade do pensamento geopolítico (principalmente no que diz respeito ao expansionismo, às fronteiras naturais e às estratégias de defesa), desenvolvido por Kjellen, Ritter, Mckinder, Haushofer, Mahan e Spykman.¹¹⁶ Na DSN, confluíram reflexões de distintos pensadores e estrategistas militares, tanto em relação à temática defesa quanto segurança, havendo também perspectivas diferenciadas e nuances particulares na recepção e nas interpretações desse conjunto de idéias nos países do Cone Sul (inclusive entre eles). Entretanto, houve significativa unidade nos princípios norteadores que se originaram nos EUA e cuja base comum foi aplicada, independente das especificidades pertinentes, pelas ditaduras que, em boa parte, tiveram seus oficiais formados nos cânones daqueles princípios. Assim, pode-se falar em uma DSN constituída por um corpo comum de conceitos aplicados sem diferenças essenciais; ou seja, existiu um denominador comum que serviu de base da articulação de tal pensamento e dos conceitos básicos que foram funcionalmente aplicados na região.¹¹⁷

¹¹⁴ COMBLIN, Padre Josep. **A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹¹⁵ REVELLO; PORRINI, SCHOL, op. cit., p. 21.

¹¹⁶ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 50.

¹¹⁷ CORLAZZOLI. Pablo. **Los Regímenes Militares en América Latina**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1987. p.

Seus antecedentes encontram-se no Colégio Nacional de Guerra dos EUA, durante a Segunda Guerra Mundial, quando se tornou fundamental racionalizar esforços na luta contra o Eixo vinculando, estrategicamente, os fatores político, militares e econômicos. Temendo que o fim do conflito pudesse gerar uma nova crise econômica de proporções, como acontecera ao final da Primeira Guerra, a liderança estadunidense redimensionou as possibilidades de projeção e de manutenção do esquema da DSN num cenário de pós-guerra onde os EUA deviam reafirmar sua liderança e sua hegemonia, conquistada nas últimas décadas. Para tanto, foi necessário readaptar as novas noções militares de geopolítica e de geo-estratégia inserindo-as como componentes do programa de expansão econômica. Ocorreu, assim, uma readequação doutrinária do pensamento militar norte-americano, onde a DSN se tornou fundamental para garantir a hegemonia econômica e militar. Na prática, ela se configurou como: “[...] una doctrina elaborada por el centro imperialista para garantizar, a largo plazo, su nueva estrategia de dominación”.¹¹⁸ Sua imposição implicou em transfigurar o eixo central do confronto da Segunda Guerra para o da realidade do pós-guerra, ou seja, a substituição do confronto fascismo *versus* antifascismo pelo de democracia *versus* comunismo. O reconhecimento da centralidade da proclamada “ameaça comunista” como desafio fundamental a ser enfrentado foi a essência legitimadora da imposição e exportação da DSN.

A reflexão sobre a Segurança Nacional se desenvolveu no interior do Conselho de Segurança Nacional, fundado em 1947. Nos primeiros anos, o envolvimento mais urgente com os acontecimentos da Europa e do Extremo Oriente se refletiu no pensamento militar dos EUA e na elaboração da DSN, considerando a realidade bipolar, a política de blocos e a corrida armamentista nuclear. A preocupação fundamental foi com a “política de contenção” do comunismo e a articulação do cerco da zona de influência da URSS através do estabelecimento de bases militares nas regiões fronteiriças e, particularmente, na Europa Ocidental e no Japão. O pensamento militar latino-americano alinhou-se a essas concepções, como manifestava o general Golbery do Couto e Silva, uma das maiores expressões militares do pensamento geopolítico e da Segurança Nacional regional:

No mundo de hoje, o antagonismo dominante entre os EUA e a Rússia, polarizando todo o conflito, de profundas raízes ideológicas, entre a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente, e no qual se joga pelo domínio ou pela libertação do mundo, arregimenta todo o planeta sob o seu dinamismo avassalante a que não podem, não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterados e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente

22.

¹¹⁸ REVELLO; PORRINI; SCHOL, op. cit., p. 21.

oscilante.¹¹⁹

A partir da administração Kennedy, a DSN passou a ter uma incidência especial sobre a América Latina. Coincidiu, essa orientação, com o desenvolvimento de um processo marcado pelo protagonismo revolucionário de Cuba e pela identificação do avanço do inimigo comunista na região, bem como pelo aprofundamento das contradições sócio-econômicas do decorrente aumento das tensões sociais e da efervescência contestadora do *status quo*. Foi nesse contexto que os EUA instrumentalizaram a DSN para uma aplicação funcional mediante a formação e a doutrinação das Forças Armadas latino-americanas, fornecendo-lhes assistência técnico-militar e cooptando-as para o exercício de um novo rol social e político nos seus respectivos países. Durante as administrações Johnson, Nixon e Ford a ênfase na segurança ganhou centralidade e se impôs em detrimento das práticas democráticas; conseqüentemente, acelerou-se ou reforçou-se a escalada autoritária e a implementação dos mecanismos repressivos considerados mais eficientes para impedir o avanço do “inimigo interno/externo” estabelecendo as coordenadas de enquadramento social e político necessário para impulsionar o alinhamento a uma nova ordem econômica adequada ao reordenamento capitalista de pós-guerra. O advento, consolidação e extensão da Guerra Fria combinados com o crescimento dos movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo e, especialmente, com a Revolução Cubana (sobretudo após a incorporação de Cuba ao bloco soviético) fizeram com que os EUA considerassem a América Latina em situação de alerta. Assim, a segurança da região passou a ser percebida como inserida no “guarda-chuva” protetor da segurança interna dos EUA.¹²⁰ Essa interpretação da Guerra Fria exigiu dos países do continente o alinhamento ao bloco capitalista.

Uma outra questão basilar, dentro da perspectiva da doutrina, é a conceituação da Segurança Nacional, tarefa nada fácil. Para Comblin, a imprecisão parece ser uma característica comum nas diversas definições alcunhadas: “[...] não [se] sabe muito bem quais são os bens que devem ser postos em segurança [...] mas se sabe muito bem que é preciso colocá-los em segurança”.¹²¹ O autor avalia que isso se vinculou a uma das principais características da DSN: sua funcionalidade. Como se sabe, uma das premissas fundamentais da DSN foi o reconhecimento da existência de um inimigo que devia ser enfrentado impreterivelmente. O mesmo, era instrumento de uma utilização muito elástica da sua figura; dependendo da especificidade conjuntural, podia ser guerrilheiro, quadro partidário,

¹¹⁹ SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981. p. 186.

¹²⁰ CORLAZZOLI, op. cit., p. 26-27.

estudante, operário, intelectual, etc. Em função disso, essa elasticidade devia estar presente também no momento de definir bens, fatores e valores abrangidos pela proteção da Segurança Nacional.

Comblin procura cercar o conceito ao propor que: “A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo.”¹²² Esta é a chave-mestra para entender o conceito. A DSN considera o comunismo como sinônimo de “inimigo interno” e sabe-se que este é um conceito funcional que identifica um alvo que pode ser (e de fato é) ampliado a partir das necessidades conjunturais que o controle da sociedade exige, tornando o próprio conceito de Segurança Nacional muito flexível. Conseqüentemente, o comunismo (ou aparente comunismo) pode manifestar-se (como “inimigo interno”) em qualquer setor da sociedade; logo, o Estado precisa estar organizado e aparelhado para combatê-lo à altura, ou seja, com a aplicação funcional da política de Segurança Nacional, o que pode levar à adoção de políticas de TDE.

O citado general Golbery do Couto e Silva definiu a Segurança Nacional como “o grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos,¹²³ a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis”.¹²⁴ Em relação ao mesmo conceito, o Diretor da *Academia Superior de Seguridad Nacional* do Chile, o general Agustín Toro afirmava, em 1976, que era o

[...] grado de protección que una sociedad puede prestar a los valores existentes, a los que están en proceso de obtención, y a aquellos que probablemente se logren en el futuro, todos los cuales se pueden ver amenazados o interferidos por tres fenómenos diferentes que son la guerra, la conmoción interna y las catástrofes naturales.¹²⁵

Veja-se que, em essência, não existem diferenças substanciais, a não ser por uma certa explicitação de uma determinada expectativa de futuro no caso chileno. No Uruguai, o general Medina afirmava que, para assegurar a sobrevivência nacional, o Estado devia satisfazer um Objetivo Nacional que compreendia o Desenvolvimento e a Segurança Nacional. Esta

¹²¹ COMBLIN, op. cit., p. 55.

¹²² Idem.

¹²³ Para o general Golbery do Couto e Silva, os Objetivos Nacionais (classificados como permanentes ou atuais) expressam as aspirações e interesses do conjunto da sociedade (“todo o grupo nacional”). A promoção dos mesmos deve ser garantida pelo Poder Nacional, conjunto de meios aglutinados no Estado como Poder Político, Poder Militar, Poder Psicossocial e Poder Econômico. SILVA, op. cit., p. 156.

¹²⁴ Idem, p. 155.

¹²⁵ TORO apud CORLAZZOLI, op. cit., p. 40.

[...] responderá satisfactoriamente a su finalidad, quando las vulnerabilidades que presenta el Estado en los campos político, económico, psico-social y militar sean eliminados o neutralizados, y por consiguiente, ésta [a Segurança Nacional] se encuentre en condiciones de responder a las amenazas de cualquier antagonista real o potencial.¹²⁶

Esta afirmação encontrava refúgio no espírito do artigo 4º da *Ley Orgánica Militar del Uruguay* (Decreto-Ley Nº 14.157, de 05/03/74), onde se estabelecia que a “Seguridad Nacional es el estado según el qual el patrimonio nacional en todas sus formas y el proceso de desarrollo hacia los objetivos nacionales, se encuentran a cubierto de interferencias o agresiones internas y externas”.¹²⁷

O denominador comum das citações acima apontadas é o fator segurança, fio condutor da estruturação dos regimes de Segurança Nacional. Inegavelmente, a explicitação da percepção de uma ameaça forânea contra o modo de vida das sociedades latino-americanas reforçou o discurso legitimador do uso da repressão estatal.

Nas palavras do general Medina, há um outro elemento a destacar (também presente nos outros regimes de SN), que confere um caráter de onipotência à interpretação da realidade feita através do filtro da DSN. Esse caráter está implícito na diretriz que indica ser obrigação do Estado proteger a Nação das ameaças *de cualquier antagonista real* como também de qualquer antagonista *potencial*, cabendo ao aparelho estatal decidir sobre quem pode ser antagonista potencial (como mecanismo preventivo). Ao defender este enfoque que prejudicava o indivíduo condenando-o a priori, a doutrina instaurou como sinônimos as práticas de “violência preventiva” e de “violência repressiva”, contrariando uma concepção anterior de defesa nacional que justificava o uso da violência (nos âmbitos interno e externo) contra qualquer agressão concreta, mas, dentro dos marcos constitucionais, democraticamente definidos. Já a percepção de Segurança Nacional que legitimou a ação preventiva contra qualquer ameaça potencial criminalizou, sem embasamento judicial e à margem da ordem constitucional, cidadãos suspeitos que foram costringidos e reprimidos como se fossem reconhecidamente culpáveis. Isso gerou um verdadeiro contra-senso, o de que, ao impor-se a segurança a qualquer custo, criou-se um verdadeiro clima de insegurança ancorado em um forte sentimento de impunidade alimentado pela ausência de controle e de fiscalização na aplicação de mecanismos repressivos ilimitados.¹²⁸ Portanto, considerando-se a dinâmica repressiva desencadeada no Cone Sul sob as diretrizes da DSN, é de particular importância

¹²⁶ MEDINA apud CORLAZZOLI, op. cit., p. 41.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ COMBLIN, op. cit., p. 57.

registrar que parte do seu *modus operandi* se originou e se sustentou na diretriz específica da ação preventiva, o que, no caso uruguaio, é constatado no discurso oficial (exemplificado nas palavras do general Medina).

Concordar com a premissa de que nada estava acima da segurança que protegia a Nação e garantia a consecução dos Objetivos Nacionais significou legitimar a vigilância preventiva e repressiva contra os indivíduos qualificados como inimigos, bem como aceitar outro fator importante da aplicação da DSN, a não distinção entre meios violentos e não-violentos para enfrentar os desafios presentes. Tais meios, inseridos na lógica da razão de Estado dos regimes de SN, foram fatores que geraram relações particulares tanto na dinâmica repressiva quanto naquela aplicada no plano externo. No caso da política interna, a Segurança Nacional ignorou as garantias constitucionais, fato desmascarado com fina ironia por Josep Comblin: “[...] a segurança não conhece barreiras: ela é constitucional ou anticonstitucional; se a Constituição a atrapalha, mude-se a Constituição”.¹²⁹ Por outro lado, a condição internacional periférica dos países do Cone Sul não restringiu as possibilidades de atuação externa das ditaduras de SN; são conhecidas as ações externas bilaterais ou multilaterais orquestradas sob a sombra da Operação Condor. Assumir a utilização de recursos de força no plano internacional, potencializados pela aceitação da lógica preventiva, diluía a fronteira entre a guerra e a diplomacia.

Ainda como característica da aplicação da lógica da DSN, deve registrar-se que ela, ao orientar a organização de uma estrutura “defensiva” contra a agressão desagregadora comunista, não distinguiu a política externa da política interna e vice-versa. Esta sobreposição de campos de atuação diferentes implicou, por sua vez, na utilização de metodologias de confronto de alto risco, recursos políticos inadequados e o desconhecimento de interlocutores pertinentes. A razão dessa sobreposição pode ser decorrência do processo de internalização do inimigo “comunista” (que era externo na lógica estrutural da Guerra Fria). Sua identificação, no interior de cada país, intensificou a percepção de que a ameaça comunista se projetava simultaneamente nos planos externo e interno. Ou seja, a ação contra um “inimigo interno” ou um “inimigo externo” fazia parte de um mesmo movimento, de uma mesma “cruzada”, o que reforçou a centralização das forças repressivas, eliminando a diferença entre polícia e exército e unificando seus objetivos essenciais (a proteção da comunidade ameaçada interna e externamente pelo “vírus” subversivo). Por isso, nos anos 60, na medida em que se intensificaram os questionamentos da ordem vigente na América Latina e os EUA se definiram pela aplicação da política contra-insurgente na região, verificaram-se muitos pontos

em comum entre a doutrinação e o treinamento ministrados às forças de segurança dos diversos países da região. Os regimes de SN que surgiram na América Latina, a partir dos anos 60, apresentaram diversos elementos comuns (mesmo que gerais), originários da mesma matriz: a Doutrina de Segurança Nacional.

A consolidação da DSN na América Latina privilegiou o antagonismo Leste-Oeste, fato constatado na centralidade que o anticomunismo adquiriu na orientação dos regimes de SN, tornando secundários outros antagonismos como o das relações Norte-Sul. Decorrente dessa leitura, resulta factível a óbvia conclusão emitida pela DSN quanto à fragilidade demonstrada pelos regimes democráticos na tentativa de defender a Nação da dupla “ameaça comunista” (externa/interna); tal afirmação converteu-se em pedra angular ideológica baseada em:

[...] dos vertientes: la imagen de la existencia de una crisis, por una parte, y la afirmación del rol militar como factor de restauración del equilibrio, para que esa restauración abra el paso al nuevo proyecto ajustado a los intereses económicos de la transnacionalización y la concentración del poder y la riqueza.¹³⁰

Além das expectativas depositadas no fator militar, o horizonte de atuação da DSN foi muito além do tratamento funcional. Efetivamente, os novos regimes do Cone Sul basearam suas ações e pressupostos naquela doutrina; mas esta também se enriqueceu pela contribuição que realizaram, mesmo antes dos golpes de Estado, em centros locais de elaboração e divulgação doutrinária, como a Escola Superior de Guerra, no Brasil. Tais centros, ao desenvolver um trabalho de adaptação, teorização, acréscimo e intermediação da doutrina, funcionaram também como instrumento de “pentagonização”, independente de possuírem ou não pretensões autonomistas em relação ao núcleo mais duro das orientações da política externa estadunidense. Enquanto transmissores e (re)formuladores da DSN, fortaleceram a criação de mecanismos de caráter ofensivo-defensivo para eliminar os desafios internos gerados pela lógica da Guerra Fria.

Recorremos, mais uma vez, ao Informe Rockefeller para exemplificar essa conexão entre o descontentamento gerado pela pobreza e a instabilidade política generalizada aliada a existência de um crescente quadro de hostilidade em relação aos EUA. O documento é taxativo nas suas afirmações:

¹²⁹ Idem, p. 56.

¹³⁰ MOLINA THEISSEN, A. L. **La desaparición forzada de personas en América Latina**. KO'AGA ROÑE'ETA, Série VII, 1998. p. 7.

No momento há apenas um Castro entre 26 nações do Continente; pode muito bem haver mais no futuro. E um Castro no terreno continental, apoiado militar e economicamente pelo mundo comunista, constituiria a espécie de ameaça mais séria para a segurança do Hemisfério Ocidental, criando também um problema extremamente difícil para os EUA.¹³¹

Ao passo que os pareceristas do Informe *não defendiam* mudanças estruturais sócio-econômicas para acabar com os motivos geradores de insatisfação, transparece, então, nas entrelinhas, o recurso à implementação de medidas de força como mecanismo de contenção do “germe” latente na região. A Guerra Fria, a Revolução Cubana e outros fatos associados serviram de mote justificador para a extrapolação dos limites legais da atuação estatal, o que fez com que ficassem aparentemente desconexos dessa dinâmica, as intenções concretas de organizar a economia da região segundo as novas modalidades da internacionalização do capital e do trabalho e da imposição da política de *portas abertas*, ou seja, a abertura das economias regionais aos interesses das grandes corporações multinacionais. A segurança política estava, inequivocamente, articulada às necessidades estratégicas da segurança econômica, embora esta lógica parecesse diluída diante de uma visibilidade mais concreta do embate político, ideológico e militar.

Diversas são as características gerais que emolduram a expansão da DSN pela América Latina, independente das contribuições particulares resultantes das abordagens concreta de cada caso nacional.

Em primeiro lugar, diante das necessidades e condições da Guerra Fria, se estabeleceu a idéia de “destino comum”, condição necessária para que fosse aceito, sem maiores questionamentos, a interpretação estadunidense de que a situação interna dos países latino-americanos fazia parte da sua própria segurança. A iniciativa da diplomacia dos EUA para a região, a partir do imediato pós-Segunda Guerra, visou dois objetivos importantes: transformar em acordos formais a gradual aproximação que se configurou desde o final dos anos 30 e revalidar as alianças militares que haviam garantido a salvaguarda coletiva da América Latina diante do Eixo. De certa forma, a criação da OEA e do TIAR resultaram desse esforço e responderam às intenções da superpotência em consolidar o alinhamento para impedir a influência soviética na região, bem como para contrarrestar o impacto cubano.

Em segundo lugar, houve o reconhecimento da existência das “fronteiras ideológicas”, demarcadas pela defesa do “mundo livre”. A contraposição entre esse “mundo livre” e o “mundo comunista” foi uma leitura maniqueísta da Guerra Fria e uma sensível tentativa de diluir os efeitos resultantes do deságüe das contradições interimperialistas e intra-imperialistas sobre as

¹³¹ ROCKEFELLER, op. cit., p. 43.

sociedades periféricas.¹³² Da mesma forma, ocorreu, no interior de cada país, a tentativa de imposição de uma percepção de sociedade homogênea (em termos econômicos e sócio-políticos) galvanizando uma mítica comunidade nacional e míticos objetivos nacionais em detrimento de uma história de agudos conflitos de classe. Assim, a defesa do “mundo livre”, elemento basilar da DSN, pareceu, para grande parte dos latino-americanos, uma ficção ou uma realidade onde não se reconheciam como pertencentes.

A existência de dissidências que deviam ser enfrentadas no interior dessa comunidade nacional exigiu a imposição da noção de fronteira ideológica. Isso implicava no apoio direto dos EUA aos governos vulneráveis, desconsiderando as fronteiras políticas; por cima e acima destas, estavam as exigências de proteção das fronteiras ideológicas, marcos fundamentais da geografia do “mundo livre”. A guerra contra-insurgente não foi proposta como uma guerra tradicional, no sentido da estratégia e dos protagonistas. Considerando que o inimigo podia agir em qualquer espaço da sociedade e utilizando qualquer mecanismo ofensivo, o conflito não ficava restrito à dimensão militar. Através da razão de Estado, os mecanismos repressivos da DSN identificavam e qualificavam os indivíduos, em relação a sua atitude deliberada de pertinência ou de rejeição ao “mundo livre”, como “amigos” (patriotas) ou “inimigos” (traidores). No caso destes, deixavam de ser “pessoas de bem” e viraram “maus uruguaios”, “maus brasileiros”, etc., pois, ao aderirem às teses subversivas, simultaneamente, segundo a DSN, estavam rejeitando os valores e princípios profundos da comunidade nacional, colocando-se, portanto, do outro lado da fronteira ideológica, embora permanecessem dentro das mesmas fronteiras políticas, o que, combinado com uma metodologia de ação clandestina, os tornava muito mais perigosos.

As idéias do campo considerado inimigo foram adjetivadas, pelos defensores da ordem autoritária, como estranhas e contrárias à comunidade nacional; sua mera presença no interior do país era o registro da contaminadora e avassaladora intromissão dessa ameaça abstrata chamada comunismo internacional. A constatação da sua existência justificava a implementação de medidas duras no plano militar e o “esclarecimento da opinião pública” mediante mecanismos de cooptação e de censura à imprensa, intervenção na rede de ensino, nos movimentos sociais, etc.

No Uruguai, o esforço pela cooptação dos corações e mentes, foi intenso. O regime utilizou uma parafernália de mecanismos, o que lhe permitiu convencer certas parcelas da população e conseguir uma situação confortável nos primeiros anos mas somente após ter dobrado a resistência da greve geral desencadeada pelos trabalhadores nas duas primeiras semanas após o golpe de Estado. Além de métodos gerais de controle da informação, houve

¹³² ACOSTA SANCHEZ, op. cit., p. 14.

especial preocupação em acessar toda a população através de formas inéditas de “esclarecimento”. Duas delas merecem registro. A primeira, o uso de uma cadeia nacional diária de rádio e televisão, para divulgar informações oficiais sobre o estágio da luta anti-subversiva, os avanços na estabilização política do país e a reafirmação da depuração que se levava a cabo em todo o país. A segunda, a publicação, no formato de fascículos semanais encartados no jornal oficialista *El País*, de uma volumosa e pretensiosa obra que tinha como objetivo apresentar a “verdade” sobre os fatos que tinham levado o país à desagregação política e à necessária e saneadora intervenção militar.¹³³ Em ambos os casos, verifica-se a preocupação de “informar” à população, preenchendo as lacunas geradas em função da vigência dos mecanismos formais e informais de censura (censura oficial, pressão dos proprietários dos meios de comunicação sobre as redações, autocensura e repressão contra jornalistas “subversivos”). É importante ressaltar que não se tratava somente de desfocar a censura vigente ou de (des)informar; havia uma intenção muito mais ousada: substituir o que devia ser informação concreta por informação oficial. Esta, mesclada com elementos doutrinários, poderia constituir uma base futura para sedimentar uma história oficial do regime. A elaboração dessa história oficial, sólida e convincente, constituiu um dos objetivos cruciais da geração golpista uruguaia quanto às expectativas de futuro, no sentido de disseminar a percepção de pertencimento ao mundo ocidental ameaçado e do qual o Uruguai fazia parte (de novo, a lógica das fronteiras ideológicas).

Em terceiro lugar, como já foi apontado, a DSN foi a expressão de anticomunismo. O mesmo se originou nas primeiras interpretações que apontavam para a necessidade de efetuar uma política planetária de “contenção” da onda comunista e da influência soviética no imediato pós-guerra. O fracasso político da estratégia dissuasiva estadunidense de represália atômica massiva (governo Eisenhower) e sua substituição pela “resposta flexível” (governo Kennedy) tiveram desdobramentos diretos sobre a América Latina. Tal mudança resultou do reconhecimento dos avanços científicos e tecnológicos da URSS na corrida armamentista nuclear e o equilíbrio de forças que isso acarretou. Por outro lado, o crescimento da modalidade guerrilheira mostrou a inadequação dos arsenais de destruição massiva para enfrentá-la. Nesse sentido, a “resposta flexível”, ao combinar três modalidades específicas de guerra (nuclear, convencional e subversiva), exigiu importante esforço estrutural de adaptação do CMI e proveu a superpotência de uma estratégia mais dinâmica e realista de intervenção internacional.

Os Estados Unidos ampliaram e intensificaram, durante a Guerra Fria, a idéia de que toda ameaça - real, potencial ou virtual - sempre era produzida pela URSS, pelos seus aliados

¹³³ Trata-se da obra “Las Fuerzas Armadas al Pueblo Uruguayo”, produzida pelas autoridades do novo regime.

estatais e pelos movimentos sociais tributários. Na América Latina, essa percepção, presente desde a Revolução Russa, foi adequada às condições regionais. Foi assim que, acoplada a essa intenção, houve uma dupla estratégia preventiva frente às ameaças reais e potenciais que o comunismo e a URSS projetavam. A primeira, o reforço das defesas litorâneas (consideradas vulneráveis segundo o Pentágono).¹³⁴ A segunda dizia respeito à reorientação das Forças Armadas locais para enfrentar as perturbações introduzidas pela expansão de guerrilhas, as quais, segundo interpretação da DSN, não passavam de insurreições inspiradas pelo exterior e que se articulavam com outras formas de “subversão” da ordem interna (greves, manifestações, luta armada). A “guerra de guerrilhas” diferiu da guerra clássica na medida em que inexistiam forças regulares a ser enfrentadas; pelo contrário, a ação clandestina foi considerada uma significativa vantagem para as forças insurretas e se tornou fator fundamental para a implementação da ação contra-insurgente.¹³⁵

Cabe salientar ainda que o anticomunismo latino-americano recebeu uma forte ênfase do esforço macartista através do que se convencionou chamar de indústria cultural: a produção cinematográfica *hollywodiana*, as séries (*enlatados*) de televisão, as histórias em quadrinhos (sobretudo na temática de super-heróis) e as revistas de divulgação massiva como a *Seleções do Readers Digest*. Mas, independente dessa influência, havia setores dirigentes, na região, que possuíam significativa bagagem acumulada. O conservadorismo dos mesmos tinha uma sólida experiência histórica construída antes da própria Guerra Fria, por gerações precedentes que se especializaram em criminalizar as organizações políticas de esquerda e os movimentos de reivindicação social (“questão social” como sinônimo de “questão policial”) como nos exemplos mais imediatos de repressão contra as primeiras manifestações operárias do início do século, as mobilizações estimuladas pelo impacto da Revolução Soviética ou na vigilância acintosa sobre os exilados da República Espanhola e dos cidadãos que lutaram, na Guerra Civil deste país, como voluntários das Brigadas Internacionais. Claro que esses fatos variaram em função das especificidades nacionais, mas constituíram importante “caldo de cultura” do qual se nutriram as velhas oligarquias e sua tradição autoritária, rejeitando toda proposta de mudança da ordem social e econômica que pudesse afetar o *status quo* vigente.

Quanto às Forças Armadas, o anticomunismo foi um elemento essencial da sua doutrinação; isso pode ser atestado pelos conteúdos das disciplinas ministradas nas escolas de formação e instrução militar e dos manuais utilizados. Apesar disso, nem todos os oficiais latino-americanos treinados pelos EUA assumiram a orientação da DSN. Ocorreram

¹³⁴ CORLAZZOLI, op. cit., p. 37.

¹³⁵ Idem, p. 36.

exceções. Em alguns casos, nem tanto pela ênfase no anticomunismo; até, porque, geralmente coincidiam na aplicação de políticas de saneamento matizadas entre mecanismos autoritários e democráticos, mas discordavam dos efeitos perversos da desnacionalização econômica e da perda de soberania na tomada de decisões políticas que as orientações da DSN e a dependência econômica dos EUA impunham a partir da intensificação do auxílio contra-insurgente. A perda de espaço de negociação e a tentativa de alinhamento em questões pontuais levaram alguns setores militares, minoritários mas nada desprezíveis, a resgatar o fortalecimento da autonomia na tomada de decisões e a reforçar uma orientação nacionalista que entrou em conflito com os interesses das corporações estadunidenses. Em determinada conjuntura de acirramento de posições e pressões externas, a orientação desses setores levou à proposição de políticas antiimperialistas (o que não é, necessariamente, sinônimo de revolução) e constitucionalistas, fato de fundamental importância em termos de projeção da DSN. Este foi o caso das experiências dos militares nacionalistas e antiimperialistas liderados por Velazco Alvarado (Peru), Torres (Bolívia) e Torrijos (Panamá), entre outros casos.

Em quarto lugar, no discurso da DSN, junto ao anticomunismo, ocupou centralidade a construção da figura do “inimigo interno”. Historicamente, a utilização do “inimigo interno” tem sido um recurso utilizado para aumentar a coesão interna no interior de uma dada sociedade, como ocorreu nos casos de xenofobia ou de limpeza étnica; o Terceiro Reich foi o maior exemplo disso. A construção dessa figura visa gerar, no interior da sociedade nacional, sensações que variam entre a insegurança, o temor e o pânico. Acima de tudo, se a propaganda que a cada instante evidencia sua existência (“informando” sobre ações “terroristas” contra o patrimônio nacional e os “cidadãos de bem”) for bem sucedida, o maior objetivo será alcançado; ou seja, a obtenção do consentimento tácito de parcela da população às medidas de força que, apesar de atropelarem a legalidade constitucional, visam extirpar aquela ameaça do interior da sociedade.

A identificação desse “inimigo interno” cumpriu relevantes funções políticas. A ameaça destrutiva ou contaminadora que projetava sobre os valores nacionais e a civilização ocidental tornam-no fator de aglutinação do tecido social interno, principalmente dos setores menos esclarecidos, alvos potenciais do trabalho de conscientização das forças de resistência em conjunturas de crise. Mais ainda, a existência ameaçadora do elemento “subversivo” exigia uma espécie de trégua no embate social decorrente das contradições da sociedade. Toda demanda social devia ser adiada em “benefício” da comunidade nacional. De certa forma, a percepção da existência desse protagonista, apresentado como terrível ameaça contra a sobrevivência da sociedade, diluía os conflitos de classe.

Enquanto fator de desagregação, o “inimigo interno” podia incorporar um amplo

espectro de posições políticas, atitudes de contestação ou formas de militância “subversiva”; o fato concreto é que abrangia um universo muito maior que o da luta armada. É pertinente observar como tal questão era colocada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil:

É sempre bom lembrar que a guerra que move o ‘mundo comunista’, é uma guerra irregular, uma guerra não declarada. Neste tipo de guerra, também conhecida pelo nome de guerra popular, guerra de libertação, guerra revolucionária, guerra subversiva ou simplesmente subversão, atuando em todos os setores, seja no meio estudantil, religioso, artístico, nos órgãos de divulgação e no próprio seio da família, a arma mais importante é a PSICOLOGIA, porque neste tipo de guerra, o objetivo não é a conquista do espaço territorial e sim da MENTE HUMANA.

A subversão não é somente o emprego de bombas, os seqüestros, etc, é também o emprego da palavra, a propaganda, visando a conquista da mente humana. Outrossim as ações de força, tais como os seqüestros, atentados, etc., têm como objetivo efeitos psicológicos, ou seja, a intimidação a cumplicidade do silêncio. [...].¹³⁶

Observe-se como é abrangente o que é entendido como guerra subversiva, sua metodologia de ação e o perfil do indivíduo considerado “inimigo interno”, inclusive nas normativas existentes dentro do aparato repressivo.

Em quinto lugar, a DSN pretende atingir determinados “Objetivos Nacionais”, os quais são, grosso modo, grandes metas apontadas como de interesse da Nação, que podem variar na comparação entre os diversos casos de SN, mas que são coincidentes em pontos como independência, democracia, paz social, preservação dos valores morais e espirituais, defesa da propriedade privada, etc. Os instrumentos para a consecução de tais objetivos são os meios materiais e humanos reais e potenciais colocados a disposição do Estado, o denominado Poder Nacional. De forma geral, há quatro fatores principais do Poder Nacional, embora deve entender-se que esta divisão é muito mais esquemática para efeitos de análise do que na percepção dos estrategistas, pois, para estes, ele é “uno e indivisível”.¹³⁷

- 1) *O poder político*. Abrange a função de comando das instituições de direção da administração da sociedade e articula a participação complementar das instâncias político-partidárias remanescentes da depuração dos setores não confiáveis e dos três poderes, sob o reconhecimento da supremacia do Poder Executivo, sobre o

¹³⁶ Dia do Trabalhador – Confidencial 30/04/76. Acervo da Luta Contra a Ditadura/Fundo: Secretaria de Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/15ª Região/Delegacia Regional de Rio Grande/SOPS/SOPS/R6-1.1.381.3.1.

¹³⁷ Para os elementos constitutivos do Poder Nacional da DSN vejam-se: FERNÁNDEZ, op. cit., p. 55-58; COMBLIN, op. cit.; e CORLAZZOLI, op. cit.

qual recaem, segundo a DSN, a elaboração e imposição das diretrizes norteadoras. Em todos os regimes de SN, os poderes Legislativo e Judiciário, em graus diversos, foram atingidos pela concentração de poder no Executivo. Para a DSN, o poder político é fundamental pois é garantia de defesa de um dos principais “Objetivos Nacionais”: a defesa e o exercício da soberania, o que é feito mediante o monopólio da coerção e a imposição, pela força, das normativas de conduta que devem ser obedecidas a risca pelo conjunto da sociedade.

- 2) *O poder econômico*. Manifesta-se através da ação estatal e de instrumentos de orientação, pressão e controle da produção, distribuição e financiamento dos setores econômicos, inclusive o acompanhamento do funcionamento de certas empresas consideradas de interesse da comunidade nacional. A intervenção do Estado também é considerada essencial para disciplinar a força-de-trabalho. A abertura ao mercado internacional é necessária para aumentar as exportações primárias e para o suprimento de demandas de bens, capital e tecnologia.
- 3) *O poder psicossocial*. Representa o conjunto de fenômenos psicológicos e sociais que expressam valores que derivam da moral, da religião, da propaganda, da opinião pública, etc. Há ideólogos da DSN que consideram o aspecto psicossocial central na proposição da Contra-Insurgência. Um teórico uruguaio da guerra psicopolítica alinhado com a leitura da DSN, o tenente coronel (na reserva) e advogado uruguaio Caviglia Cámpora, considera um equívoco a utilização do termo guerra subversiva para designar a “agressão comunista”. Para ele, o correto é denominá-la Guerra Psicopolítica (variação terminológica), pois “[...] muchos años antes de la primera bomba, del primer secuestro o del primer asalto subversivo, ya funcionaba el aparato de guerra, ya funcionaba aquello que es la esencia y motor de esa guerra, LA PSICOPOLITICA”.¹³⁸ [Grifo do autor] O fator psicossocial é considerado fundamental para analisar a fase de maturação das condições do surgimento do acionar da futura força guerrilheira. É a perspectiva da DSN que destaca a infiltração anterior que toma conta do espaço cultural, intelectual, político, sindical e desencadeia a infiltração ideológica que contamina as instituições e os “cidadãos de bem”. Trata-se da fermentação que toma conta do

¹³⁸ CAVIGLIA CÁMPORA, Buenaventura. **Psicopolítica. Verdadera dimensión de la guerra subversiva**. Montevideo: Ediciones Azules, 1974. p. 22.

embate político-ideológico. Pode-se dizer que os elementos constitutivos do poder psicossocial lembram muito a contribuição de Pierre Renouvin sobre as forças profundas presentes no processo histórico. O fator psicossocial está intrinsecamente vinculado à guerra psicológica e tem por alvo fundamental a conquista das mentes.

- 4) *O poder militar*. Primeiro e maior baluarte de defesa e segurança. Dispõe de meios específicos¹³⁹ e sua atuação simultânea no plano externo e interno, intervindo para destruir os antagonismos e os questionamentos da ordem vigente, encontram forte respaldo na DSN. Aliás, esta abertura à intervenção interna que a DSN oferece aos militares é uma contribuição inovadora da doutrina, justificada pelo entendimento de que todas as modalidades de antagonismos e tensões internas de uma nação (violência, subversão, infiltração ideológica ou quebra de poder) correspondem a problemas de segurança interna. O campo de atuação das Forças Armadas cresceu consideravelmente no Cone Sul com o acirramento das tensões e a evolução do processo de desagregação político-social, o que fortaleceu o fator militar como elemento fundamental de saneamento e de proteção dos valores ameaçados.

Em sexto lugar, cabe destacar, da DSN, a centralidade conferida à Segurança Nacional. Todas as demais características e objetivos da DSN foram-lhe subordinadas e foi a partir dela que se fundamentou a intervenção dos regimes civis-militares. A SN resultou da articulação dos quatro fatores do Poder Nacional. Ao Estado foi delegado o papel fundamental de guardião da Nação. Para conseguir tal fim, ele teve que garantir a Segurança Nacional; ou seja, a DSN, ao tornar o Estado depositário dessa obrigação, legitimou sua ação sobre a vontade soberana da própria Nação. Como o “inimigo interno” podia atacar desde qualquer espaço do âmbito social, a sociedade, em todas suas dimensões (política, econômica,

¹³⁹ Ironicamente, Wilson Fernández questiona se dentro desses meios específicos são considerados também as torturas física e psicológica, bem como o desaparecimento de pessoas. (FERNÁNDEZ, op. cit., p. 60) Na mesma linha, Molina Theissen lembra que “[...] los ejércitos han recorrido al Estado de excepción, por medio del cual reemplazan el orden jurídico existente por todas las formas de la arbitrariedad.” Gerando uma situação onde “[...] prevaleció la utilización de métodos terroristas como la tortura, los asesinatos políticos, las desapariciones forzadas y otras formas de conculcación de los derechos civiles y políticos; métodos ejercidos por las fuerzas armadas y grupos paramilitares que actuaran bajo su absoluto control y dirección.” MOLINA THEISSEN, op. cit., p. 8.

cultural, ideológica), teve que ser perpassada pela Segurança Nacional. Gerou-se, assim, o seguinte paradoxo: as normas constitucionais foram atropeladas em nome da defesa de uma liberdade e de uma democracia abstrata ameaçadas pelo comunismo e pela “subversão”. Curiosamente, a SN, dizendo que agia em nome e defesa da democracia e da liberdade, sacrificou a ambas. E, embora se explicitasse que era uma necessidade temporária, o temporário se tornou permanente. Até porque, o fator justificador da intervenção militar (a existência do “inimigo interno”) foi mantido e recriado indefinidamente de forma a tornar crível o argumento que avalizava a permanência no poder dos novos protagonistas.¹⁴⁰

Uma última característica que deve ressaltar-se em relação à DSN é o conceito de guerra em que se baseia a ação das forças de segurança. Já vimos que, na perspectiva da Guerra Fria, a internalização dessa lógica na América Latina gerou a idéia de guerra interna e da existência de um “inimigo interno”, que agia através de métodos irregulares, os quais variavam desde a desestabilização da ordem até a luta insurrecional.¹⁴¹ Essa guerra interna foi reconhecida como uma guerra total e permanente, o que foi inédito dentro das referências históricas latino-americanas. A esse respeito, a experiência da política colonial francesa contra os movimentos de libertação nacional no Vietnã e na Argélia foi assimilada nas escolas de guerra da América Latina e dos EUA; teóricos e estrategistas do novo tipo de conflito, como Bonnet, Lacheroy, Howard, Nemo e Trinquier foram estudados.¹⁴²

O coronel Roger Trinquier, por exemplo, diz que: “[...] desde que terminó la Segunda Guerra Mundial, una nueva forma de guerra há sido criada [...]” e essa nova guerra “[...] es el choque de una serie de sistemas políticos, económicos, psicológicos y militares que tienden a derrocar el gobierno existente en un país para substituirlo por otro”.¹⁴³ Trinquier afirmava que na lógica da nova guerra havia mudado o objetivo final dos beligerantes. Não se tratava mais de impor a derrota ao inimigo e obter uma rendição vantajosa ou compensatória, mas sim de destruir e de eliminar o inimigo. Como este se escondia e se mimetizava no meio da população e usava a clandestinidade como recurso defensivo/ofensivo, a tortura se tornou um instrumento estratégico e eficiente para a obtenção de informação, tratamento este que era extensivo aos colaboradores diretos ou indiretos do inimigo os quais também mereciam ser considerados e tratados como traidores. Trinquier recomendava cuidado com os excessos: “[...]”

¹⁴⁰ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 57.

¹⁴¹ A esse respeito, o general Golbery do Couto e Silva registrou: “[...] a guerra subversiva, insurrecional ou social-revolucionária possibilita a agressão indireta e mesmo à distância, comandada do exterior, apoiada com técnicos da subversão, os intitulados voluntários, armas, dinheiro, propaganda e ameaças de toda natureza”. Para o autor, a Guatemala de Jacobo Arbenz e a Guiana de Cheddi Jagan eram exemplos disso. SILVA, op. cit., p. 235.

¹⁴² CORLAZZOLI, op. cit., p. 37.

debemos evitar estas extremas medidas que son incompatibles con las ideas de libertad que nosotros y la civilización estamos defendiendo, no podemos tampoco ignorarlas, porque de lo contrario jamás derrotaríamos al enemigo que no está claramente identificado”.¹⁴⁴ Os fatos concretos mostraram que essa orientação não passou de retórica ou, então, foi completamente ignorada.

A proposição de uma guerra contra-insurgente se tornou sinônimo de guerra total e envolveu o esforço de todos os fatores e as potencialidades para a obtenção dos objetivos maiores: a destruição do perigo e, conseqüentemente, a conquista da vitória “total” sobre o “inimigo interno”. Forçosamente ela devia ocorrer em todas as dimensões da sociedade e do espaço geográfico (inclusive extraterritorial). Na prática, um desafio percebido como ameaça real à sobrevivência da Nação devia produzir uma resposta com a mesma intensidade, pois “[...] a una guerra total se responde con la seguridad total.”¹⁴⁵ Quer dizer, ao assumir-se que toda a sociedade estava vulnerável diante de uma ameaça global que a colocava em xeque, em todas as suas dimensões, afetando sua expectativa de sobrevivência (fosse tal avaliação verdadeira ou não), a resposta só podia ser a implementação de mecanismos de segurança total, e esta independia da legalidade dos meios utilizados. É um caso típico de meios justificados pela consecução dos fins; neste caso, a defesa da sobrevivência da Nação, levou a DSN a difundir a luta insurgente como sendo uma ameaça frontal e letal. A defesa da Nação, objetivo nacional primeiro, justificou a ausência de limites quanto à disposição das forças e das ações desencadeadas pelo Estado, pois cabia a este “[...] enfrentar con éxito todas las amenazas provenientes de todo tipo de antagonismo reales o potenciales del presente o del futuro.”¹⁴⁶ [grifo do autor]

Caviglia Címpora referia-se, em 1974, à existência de uruguaios determinados a dar um basta à agressão sofrida e a fazer com que a Nação vencesse a guerra “*pese a quien pese y pase lo que pase*”.¹⁴⁷ Este final de frase está destacado no texto do próprio autor e evidencia um extremismo que até Roger Trinquier, mesmo que pró-forma, procurou relativizar ao referir-se aos excessos cometidos na luta contra a “subversão” anti-colonial. Mas Caviglia Címpora vai muito além, como explicita ao referir-se aos

[...] Orientales [uruguaios] que están absolutamente dispuestos a hacer cuanto sea necesario para salvar la Patria, que están dispuestos a empuñar

¹⁴³ TRINQUER apud CORLAZZOLI, op. cit., p. 38.

¹⁴⁴ Idem, p. 39.

¹⁴⁵ Idem, p. 41.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ CAVIGLIA CÁMPORA, op. cit., p. 35.

tanto “la lanza de Marte” como “de Bruto el puñal” [...].¹⁴⁸

O recurso literário de tributação clássica não esconde intenções. Pelo contrário. Caviglia Cámpora conclui:

Orientales que están dispuestos a sacudir a los indiferentes y a los paralisados, castigar a los corruptos y exterminar implacablemente a los traidores [...].¹⁴⁹ [grifo meu]

É importante frisar que essa obra tem pretensões de erudição. No ano em que essa frase e a argumentação que lhe serve de corolário foram escritas, o golpe de Estado já se havia consumado no Uruguai, a guerrilha tupamara havia sido destruída e o país era conhecido no exterior pelo uso generalizado de tortura, pelas primeiras denúncias de desaparecimentos políticos e por possuir, percentualmente, uma das maiores populações carcerárias de presos políticos do mundo, fazendo com que o Uruguai, denunciado no exterior, fosse identificado como um enorme campo de concentração. Considerando a formação e a trajetória do autor e o ano em que a obra foi publicada, torna-se mais do que evidente que Caviglia Cámpora sabia muito bem do que estava falando.

O Uruguai parece ser um caso representativo da tese defendida por Molina Theissen de que, na prática, os exércitos latino-americanos foram transformados em forças de ocupação interna, ou seja, das suas próprias sociedades, porém, defendendo e representando interesses alheios.¹⁵⁰ Dentro da idéia de guerra total, a modernização, a profissionalização e a capacitação que receberam por parte das escolas militares dos EUA convenceram-nos de que eram a única opção possível para controlar a decomposição do quadro interno. Essa mesma linha de argumentação foi utilizada, em 1977, pelo presidente de *facto* uruguaio, Aparicio Méndez, ao afirmar que: “Ante la incapacidad de las democracias de poder resolver los problemas fundamentales y asegurar la supervivencia de los Estados, las FF.AA. eran la única institución en condiciones de asumir el poder.”¹⁵¹

O protagonismo assumido pelas Forças Armadas sob amparo da DSN merece uma última reflexão. O próprio Rockefeller, no seu Informe sobre a situação latino-americana, constatou que os militares se converteram em agentes “[...] del cambio social, económico y político” e que era através deles que a superpotência “[...] debe ensayar de actuar más que desconocerlos o descalificarlos”.¹⁵² Reconhecia que a situação de decomposição e convulsão

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ MOLINA THEISSEN, op. cit., p. 7.

¹⁵¹ MÉNDEZ apud CORLAZZOLI, op. cit., p. 47.

¹⁵² EL INFORME ROCKEFELLER, op. cit., p. 27.

social implicava em tomar medidas duras e com pulso firme, pois: “Las fuerzas de la anarquía, el terror y la subversión corren por las Américas” e, segundo ele, ninguém tinha melhores aptidões para fazer isso do que os militares.¹⁵³

A esse respeito, Rockefeller considerava necessário mudar certas restrições existentes em alguns setores dirigentes estadunidenses que se mostravam incomodados com os excessos cometidos na luta contra-insurgente e com os casos notórios de corrupção existentes na América Latina. Particularmente, descrevia que:

“Hay una tendencia en Estados Unidos a identificar la policía de las otras repúblicas americanas con la acción y represión políticas, mas que con la seguridad. Han habido, desafortunadamente, muchas ocasiones en que la policía há sido así utilizada.”¹⁵⁴

Observa-se que Rockefeller não escondia a existência de excessos repressivos. O que chama a atenção é o raciocínio utilizado. Não se esconde a existência de tais ações repressivas, mas eles são considerados benéficos (*benignos*, na terminologia de Chomsky & Herman), pois estão relacionados com a segurança, condição fundamental do sistema. Rockefeller é mais um defensor da tese de que os fins justificam os meios. Sua recomendação explícita era, no caso, a de silenciar ou não dar importância a tais fatos, até porque eram de âmbito interno, e a política externa dos EUA *reconhecia* o direito de autodeterminação dos povos. No fundo, Rockefeller, através de outras palavras, lembra que a violência estatal ilegal era parte de uma estratégia global que interessava aos EUA.

Provavelmente, o empantanamento estadunidense no Vietnã, após a Ofensiva do Tet, e a necessidade de convencer determinados setores dirigentes, cada vez mais pressionados por uma opinião pública reticente diante dos discursos que procuravam convencer da necessidade de aumentar o envolvimento dos EUA na América Latina, ajudam a explicar a sensibilidade de alguns setores políticos com a violência desencadeada para garantir a ordem interna e a SN. De qualquer forma, a pregação de Nelson Rockefeller foi bem sucedida, pois, nos anos seguintes, a região sofreu nova onda avassaladora de tensionamentos e a escalada autoritária se completou com o endurecimento da ditadura brasileira e os golpes de Estado no Uruguai e no Chile, experiências a partir das quais as Forças Armadas atingiram níveis inéditos de intervenção.

Para finalizar, citamos Claude Julien, quem lembra que os militares latino-americanos formados e aderidos à lógica da DSN foram os “aliados naturais” dos EUA para

¹⁵³ Idem, p. 47.

¹⁵⁴ Idem, p. 48.

preservar os interesses do seu império econômico. Tal percepção é fundamental pois, embora o discurso da DSN tenha procurado restringir as preocupações dos EUA à necessidade de contenção interna da expansão do comunismo, os interesses daquela abrangiam um universo muito mais complexo, como ficou registrado no documento produzido pela missão Rockefeller. Assim, os regimes de SN tornaram-se fiadores de grandes expectativas de negócios das corporações estadunidenses e dos seus associados internos; sua dependência crescente de treinamento militar, parafernália bélica, empréstimos econômicos e respaldo político-diplomático (diante das denúncias de desrespeito dos direitos humanos), tornou-os cada vez mais reféns e vulneráveis diante dessa influência.¹⁵⁵

2.2.3 – As Escolas Militares: a influência militar

Um dos mecanismos mais eficientes da correia de transmissão que se estabeleceu entre os governos norte-americanos e seus aliados latino-americanos foi o intercâmbio global que resultou do treinamento das Forças Armadas e policiais - esforço da contra-insurgência através de programas militares. As vantagens concretas que resultaram da implementação desse mecanismo mostraram seu valor altamente estratégico, já que foram suporte para uma série de intercâmbios pontuais que redundaram em ações positivas não só para o esforço contra-insurgente como para o projeto global de identificação da região com o espaço geopolítico do mundo ocidental. Assim, através dele, como resultados diretos ou indiretos, procuraram-se: homogeneização doutrinária, padronização de treinamento militar, articulação de esforços civis-militares locais e regionais, implementação de sistema de propaganda, montagem de sistemas de informação e de intercâmbio, venda de material bélico, estabelecimento de vínculos pessoais e relacionamento político alinhado e dependente das

¹⁵⁵ Para exemplificar, Claude Julien recorre ao Brasil, certamente o país que melhor podia barganhar em relação aos EUA. Diz ele: “No Brasil, por exemplo, Washington não se contentou em ficar impassível diante do golpe de força que em 1964 derrubou o presidente Goulart, nem com manter depois as melhores relações com os regimes militares do marechal Castelo Branco e do marechal Costa e Silva. Assim foi como o governo viu-se obrigado, para obter um crédito dos EUA, a conceder importantes vantagens a uma companhia norte-americana dentro da petroquímica brasileira.” A pressão política e econômica da superpotência não deixou de ocorrer pelo fato de haver um engajamento concreto do governo local na luta contra-insurgente. Pelo contrário, até se justificava, pois a finalidade era o aprofundamento do entrelaçamento dos dois países dentro dos valores da civilização cristã-ocidental. Mais explícita foi a ameaça indireta que Julien testemunhou pessoalmente contra o então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Diz ele que Brizola “[...] foi convocado à oficina do presidente, em Brasília, onde lhe esperavam os representantes da companhia telefônica americana que acabava de nacionalizar. No mesmo instante, em Washington, o autor deste livro [o próprio JULIEN] encontrava-se na oficina do responsável de América Latina no Departamento de Estado, e este, informado por telefone de que o governador Brizola havia firmado a ordem de nacionalização, não se conteve em contestar a presença do visitante: ‘Brizola é o homem que deve ser liquidado’”. JULIEN, op. cit., p. 272.

diretrizes da DSN e dos interesses dos EUA.¹⁵⁶ Em última instância, quanto mais se fomentaram as relações desse tipo com as elites políticas e militares locais, maior foi a possibilidade dos EUA administrarem uma grande capacidade de pressão sobre os respectivos sistemas nacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA tentaram garantir a manutenção da rede militar que subordinava as Forças Armadas dos diversos países americanos, a sua liderança e interesses, tornando-os uma espécie de força de reserva que devia desempenhar funções regionais ao serviço da estratégia global da superpotência. A criação do *National War College* (Escola Superior de Guerra), nos EUA, em 1946, constituiu o ponto de partida da perspectiva de segurança coletiva. A partir dela, foram criados centros especiais para treinamento, qualificação e doutrinação de militares latino-americanos nos EUA. Igualmente, sob inspiração norte-americana, foram criadas escolas de formação militar na América Latina (Escola Nacional de Guerra do Paraguai, Escola Superior de Guerra da Colômbia, Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, Academia de Guerra do Chile, Escola Superior de Guerra do Brasil).

Dentro desse período, surgiram, na zona de ocupação no Canal do Panamá, a Escola do Caribe do Exército dos EUA (USARCARIB), em Fort Gulick (1949), e uma escola de treinamento de guerrilha na selva, em Fort Sherman (1953), com o objetivo específico de estruturar unidades avançadas de aperfeiçoamento profissional para oficiais.¹⁵⁷ A evolução dessa relação com os militares latino-americanos gerou crescente interferência nos assuntos militares internos dos países da região, o que pode ser aferido a partir da construção de uma rede de instrumentos a ser acionada imediatamente diante de conjunturas instáveis e que, ao mesmo tempo, podia funcionar em períodos menos tensos, como mecanismo de acompanhamento, de vigilância e/ou de controle sobre os acontecimentos regionais.

De qualquer forma, o advento da Revolução Cubana colocou a região como cenário de alerta permanente para os interesses dos EUA. Entretanto, sempre deve ser frisado: a projeção estadunidense sobre a América Latina e sua ação de enquadramento foram anteriores à Revolução Cubana e a influência que esta exerceu sobre a esquerda latino-americana. Ressaltar tal fato é importante para desvendar o discurso oficial dos EUA para a região desde o início da Guerra Fria e a criação de um fantasma comunista justificador das ações

¹⁵⁶ A moldagem e a padronização da ação política, as preferências tecnológicas dos oficiais-chaves da segurança e o fato dos quadros treinados pelos EUA se projetarem no interior das organizações de segurança interna mais importante de seu país eram garantia de influência dos órgãos de segurança dos EUA nos países da região. HUGGINS, op. cit., p. 22.

¹⁵⁷ LANGGUTH, A. J. **A face oculta do terror**. São Paulo: Círculo do Livro, s. d. p. 92.

posteriores protagonizadas pela superpotência e seus aliados e sócios locais. Nesse sentido, desde 1958, já existia o Comando Sul dos EUA, cuja principal tarefa era orientar a política militar para a América Latina. Posteriormente, a partir dos anos 60, quando da vitória da guerrilha de Fidel Castro e do medo da disseminação regional da experiência revolucionária de Cuba, foram implementados os primeiros programas de contra-insurgência e a Escola do Caribe passou a ser conhecida como “Escola das Américas”. Segundo Langguth, ao voltar para seus países de origem, os alunos ali diplomados mostravam estar tão imbuídos no seu espírito contra qualquer interferência civil que a escola se tornou conhecida, no continente, como “Escola dos Golpes”.¹⁵⁸ Atualmente, é lembrada como “Escola de Assassinos”.¹⁵⁹ O fato é que, entre 1961 e 1977, mais de 33 mil militares latino-americanos passaram pelos seus cursos.¹⁶⁰

Durante a campanha eleitoral que elegeu Eisenhower como presidente dos EUA, o impacto do desgaste da Guerra da Coréia veio a tona, produzindo o questionamento da presença de tropas norte-americanas numa região que, apesar de estar inserida dentro da lógica da “política de contenção” manifestada desde a Doutrina Truman, parecia longínqua demais para justificar uma ação de tamanha envergadura e um custo material e humano tão oneroso. Eisenhower, sensível a tais questionamentos, prometeu um “novo estilo” para pautar sua política externa, ou seja, caso vencesse as eleições, diminuiria a presença de tropas no Extremo Oriente e esforçar-se-ia para diminuir o custo da guerra para a sociedade norte-americana. Assim, afirmava que pressionaria os aliados locais para que assumissem as responsabilidades e o ônus de serem o primeiro corpo de contenção comunista naquela região, o que significava “deixar os asiáticos travarem as guerras asiáticas”. Parece curiosa tal afirmação se tivermos em mente o envolvimento do país nos trágicos acontecimentos do Sudeste Asiático menos de 15 anos depois, ou seja, a brutal escalada militar desencadeada pela intervenção estadunidense em toda a península indochinesa.

Os fatos contradisseram as intenções do então candidato Eisenhower. Mesmo assim, é muito útil retomar o seu raciocínio. Segundo ele, a perda de influência dos países ocidentais naquela região foi consequência direta da omissão dos mesmos em capacitar seus aliados locais (treinamento e armamentos) para enfrentar eficientemente os desafios exigidos pela “política de contenção”; tal leitura virou senso comum dentro do *establishment* dos EUA. A esse respeito, o almirante Arthur Radford (chefe do Estado Maior das Forças Armadas)

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Expressão norteadora da organização de direitos humanos estadunidense *School of the American Watch* (SOA Watch). Ver: <http://www.soaw.org>

¹⁶⁰ COMBLIN, op. cit., p. 140.

definia o equívoco da anterior dominação colonial francesa na região: “[...] a verdadeira razão para os franceses estarem ainda em guerra [no Vietnã] depois de sete anos era sua antiga relutância em treinar qualquer vietnamita”.¹⁶¹ Por detrás da crítica, há uma alusão implícita e que expressa uma das principais diretrizes da política externa norte-americana para reconstruir o mundo capitalista de pós-guerra: a pressão contra a manutenção dos sistemas coloniais europeus, considerados entraves para a consecução da hegemonia dos EUA no sistema capitalista. É interessante analisar a vinculação da crítica do almirante Radford ao descaso ou ao temor dos franceses em armar e qualificar seus aliados locais para enfrentar diretamente a ameaça comunista – aliás, temor justificável se for considerado que o poder colonial avaliava a possibilidade de que essas tropas coloniais pudessem voltar-se contra ele, como de certa forma ocorreu quando da retirada japonesa da península indochinesa, no final da Segunda Guerra.

As palavras de Radford e de Eisenhower de deixar os asiáticos resolverem seus conflitos esboça uma estratégia que difere da francesa. A preparação e o treinamento militar/policial dos aliados locais seriam assumidos pela superpotência como mecanismo para a criação de um “Vietnã livre” (diferente do enquadramento colonial clássico) tornando-o bastião de resistência anticomunista na região. A utilização de mecanismos de prevenção, a orientação estratégica e o fornecimento de apetrechos militares no Vietnã, na primeira metade dos anos 60, mostra a simultaneidade dessa iniciativa da superpotência em relação às que vinha desenvolvendo na América Latina. Onde a DSN foi aplicada, houve uma orientação geral e global, respeitando a importância estratégica que o Pentágono conferiu a cada região; entretanto, independente disso, é inegável que houve uma linha de continuidade da política externa dos EUA desde a Revolução Cubana e os desdobramentos regionais a seguir - o confronto com o Vietcong, a guerra contra o Vietnã do Norte e a vietnamização do seu entorno espacial.

Na América Latina, a Crise dos Mísseis, o golpe de Estado no Brasil e a intervenção na República Dominicana demarcaram um ponto de inflexão onde começou a mudar a orientação vigente dos EUA. A ênfase na democracia e na liberdade persistiria, mas, cada vez mais, como objeto de retórica do discurso oficial. Há uma conotação diferente quando se orienta militares e policiais a agir respeitando os marcos dos fundamentos democráticos ou a agir em defesa da democracia. Não se trata de tergiversação. A DSN, a partir dos anos 60 e início dos 70, reforçou a idéia de que a democracia como valor universal devia ser protegida pela Segurança Nacional a

¹⁶¹ NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security, 1954, p. 14.

qualquer custo. Ou seja, um dos pontos mais relevantes na evolução da DSN foi a orientação a agir contra a liberdade, a Constituição e os direitos dos cidadãos para defender, em última instância, a própria democracia; isso foi colocado tanto no Sudeste Asiático quanto na América Latina.

O diferencial dado pela violenta escalada militar implementada no Vietnã e pelo enorme esforço de guerra material e humano assumido pelos EUA, nesse conflito, diz respeito à transformação da “guerra suja” contra o Vietcong (resultado da interferência na guerra civil do Vietnã do Sul) numa guerra contra outro Estado (o Vietnã do Norte). Na ampliação do conflito, aplicaram-se, simultaneamente, as estratégias e os métodos de guerra total e de “guerra suja”, expressão do TDE estadunidense aplicado contra a população civil vietnamita. De qualquer forma, independente do fato dos EUA terem-se envolvido completamente no Sudeste Asiático, as críticas emitidas por Eisenhower e Radford à política francesa de não qualificar os recursos humanos policiais/militares autóctones para utilizá-los contra o “inimigo comunista” são esclarecedoras da orientação que, a partir dos anos 60, passou a ser projetada sobre a América Latina, ou seja, a preparação de unidades especializadas na luta contra-insurgente. Embora não evitassem seu envolvimento definitivo no Vietnã, os EUA procuraram agir preventivamente na América Latina, o que conseguiram com bastante sucesso.

A estratégia da luta contra-insurgente assumida pela potência norte-americana como sendo um dos mecanismos fundamentais para enfrentar o grave quadro de deterioração acelerada na América Latina baseou-se, fundamentalmente, no reforço e na qualificação das forças de segurança visando uma dupla finalidade. Por um lado, a sua reconversão e adaptação para a luta contra o que denominaram de subversão interna ou insurgência. Ou seja, qualificá-los para desempenhar um protagonismo inédito no que diz respeito ao desencadeamento e gerenciamento de ações relativas à segurança interna e à ação cívica, fatores, portanto, de uma contra-insurgência que havia sido aplicada pelo poder colonial francês no Vietnã e na Argélia e universalizado pelos EUA, sobretudo a partir do seu envolvimento no Sudeste Asiático. Por outro lado, ocorria a capacitação de uma elite militar para assumir, a curto prazo, funções políticas estratégicas diante da possibilidade concreta de rupturas revolucionárias em determinados cenários; formalmente, este objetivo estava situado, pelo menos no início dos anos 60, dentro dos limites democráticos e de preocupações relativamente reformistas.¹⁶²

Em relação ao segundo objetivo e seu entorno constitucionalista, pode se inferir duas leituras explicativas. Uma considera que parte das justificativas enunciadas pelos EUA não

passavam de um argumento falso. Essa postura se constata em inúmeros documentos elaborados durante os anos posteriores e contemporâneos dos regimes de SN. É notório que os EUA apoiaram os golpes de Estado e as ditaduras de SN subseqüentes, alegando a defesa das instituições, dos valores ocidentais, da democracia e da liberdade. Entretanto, a análise da conjuntura específica do início dos anos 60, apesar da gravidade dos fatos envolvendo a sobrevivência da Revolução Cubana, não esconde o esforço de manter, formalmente, as ações militares dentro de uma certa legalidade institucional, o que ajuda a entender a existência de uma estratégia onde a luta contra-insurgente por um lado e a ALPRO por outro, complementam-se no esforço para estabilizar a região. O contexto específico, a evolução dos fatos e o início da administração Kennedy parecem fundamentar uma relativa preocupação legalista na forma de agir das Forças Armadas que estavam sendo treinadas.¹⁶³

Justamente é dentro dessa perspectiva de implicar atores locais na defesa de uma área que passou a ser compreendida como inserida na nova concepção de segurança interna dos EUA que o Pentágono, através da DSN, assumiu a qualificação das Forças Armadas da América Latina, fornecendo treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico. Por detrás dessa ação, objetivou o combate dos focos de descontentamento e de agitação social que podiam desestabilizar a região. Para tanto, multiplicou a criação de novas escolas com essa finalidade e o treinamento de quadros policiais e militares para maior eficiência no enfrentamento da ameaça externa e interna comunista. Assim, surgiram novas escolas de treinamento, como Fort Bragg, também na Zona do Canal, e Fort Benning e Fort Leavenworth, nos EUA. A criação desses centros foi acompanhada da concentração de unidades especiais estadunidenses preparadas para entrar em ação imediata na América Latina, caso fosse necessário. Desde 1962, Fort Gulik sediou o Grupo IV de unidades especiais - “boinas verdes” (*Special Action Force for Latin América*) - e dois batalhões de “mariners” (todavia, existia outro batalhão localizado na base naval de Guantánamo, em Cuba).¹⁶⁴

Essas unidades destacavam-se pela capacidade de rápida mobilização, podendo intervir em qualquer ponto do continente diante de ameaças regionais. Particularmente, os “boinas verdes” eram treinados em táticas antiguerrilheiras com armas táticas adequadas e recebiam aulas de língua espanhola e portuguesa, o que era muito prático diante da possibilidade futura de terem que se mover no meio de civis latino-americanos. Tais unidades

¹⁶² HELLER, op. cit., p. 133.

¹⁶³ Idem, p. 126.

¹⁶⁴ Em 1981 os EUA tinham mais de 26 mil soldados espalhados em bases localizadas em território latino-

especiais eram organizadas em 17 equipes de “treinamento móvel” (uma para cada país da região), destinadas a ser rapidamente transportadas diante da solicitação de qualquer governo “amigo”. Treinadas em cursos de “Operações Especiais”, essas unidades especializaram-se em ações de atentados, sabotagem, assassinatos, emboscada, explosões, espionagem, incursões, vigilância e amedrontamento.¹⁶⁵ Segundo Claude Julien, desde que foram sediadas na Zona do Canal, unidades “boinas verdes” chegaram a intervir em toda a América Latina, com exceção de Cuba, Haiti e México.¹⁶⁶

A Guerra do Vietnã absorveu parte dos quadros treinados para ações na América Latina. Aliás, as experiências adquiridas (acumuladas) naquele conflito foram incorporadas, posteriormente, nas operações militares e paramilitares desenvolvidas junto aos exércitos latino-americanos. A semelhança da metodologia de “guerra suja” aplicada no Sudeste Asiático e o treinamento que as “unidades especiais” receberam para intervir, “hipoteticamente”, na América Latina indicam mais do que semelhanças casuais. No Vietnã, foi aplicada a mesma lógica que combinava ações contra alvos militares e contra a população civil (disseminando o terror entre a mesma). Em realidade, tanto na América Latina quanto no Sudeste Asiático, os “boinas verdes”, independente da existência de uma declaração formal de guerra, desencadearam inúmeras operações típicas de “guerra suja”: eliminação de grupos guerrilheiros ou de pessoas suspeitas de colaborar com eles, assassinato de cidadãos “esquerdistas”, organização de sublevações e sabotagens contra o poder constitucionalmente instituído, práticas de TDE, etc. Langguth afirma que as equipes de treinamento policial estadunidenses mandadas ao Vietnã, também ajudaram a disseminar essas práticas. A Embaixada dos EUA em Saigon recebeu inúmeras denúncias de torturas e assassinatos de presos políticos envolvendo a polícia local treinada pelos especialistas dos EUA. Pior do que isso, as denúncias descreviam que, muitas vezes, tais fatos aconteciam diante da presença dos agentes estadunidenses.¹⁶⁷ Um dado revelador das ações desenvolvidas por essas unidades militares, na lógica da Segurança Nacional, indica que, as mesmas, muitas vezes, estavam diretamente conectadas e subordinadas à CIA.

A derrota militar no Vietnã não significou o abandono, pelos EUA, da identificação de toda manifestação de signo progressista ou antiimperialista em qualquer parte do planeta como sendo “agressão comunista” e, conseqüentemente, assunto da sua segurança interna. Houve sim uma reavaliação sobre o envolvimento bélico em grande escala num cenário talvez

americano. ZUBENKO, V., TARÁSOV, K. **La CIA contra América Latina**. Moscú: Editorial Progreso, 1984.

¹⁶⁵ Idem, p. 48.

¹⁶⁶ JULIEN, op. cit., p. 303.

não tão justificável, como no Vietnã. É conhecido, a esse respeito, o impacto e o custo político provocado, junto à opinião pública interna, pela morte e mutilação de milhares de soldados naquela guerra. Entretanto, as diretrizes gerais para a América Latina não sofreram quebra de continuidade (a não ser certas clivagens particulares durante a administração Carter). Portanto, o revés sofrido no Sudeste Asiático não mudou, na sua essência, a política estadunidense para a América Latina; ao contrário, em 1974, recém golpeadas as democracias chilena e uruguaia e no momento de intensa luta armada na Argentina, os EUA impuseram, via Junta Interamericana de Defesa e OEA, o denominado Plano LASO (*Latin American Security Operation*), projeto que havia sido elaborado pelo Pentágono no início dos anos 60. Segundo o mesmo, o confronto com a guerrilha devia seguir as seguintes etapas: a) montagem de infra-estrutura para sustentar as etapas posteriores; b) operação de limpeza (eliminação) dos focos guerrilheiros e suas bases de sustentação (inclusive seus braços políticos); c) operação de retenção a partir da eliminação da guerrilha e da inviabilização do surgimento de novas organizações armadas; d) operação de estabilização através de políticas de pacificação e reversão de descontentamentos sociais.¹⁶⁸ No final dos anos 70, com o Cone Sul estabilizado pela disseminação das ditaduras de Segurança Nacional, os EUA deslocaram sua atenção para a América Central, onde a Nicarágua, El Salvador e a Guatemala tornavam-se os novos alvos de aplicação das diretrizes citadas.

Retomando a questão da modernização das forças de segurança regionais, cabe reafirmar que o modelo de treinamento das unidades “boinas verdes” foi o referencial adotado para a capacitação dos exércitos latino-americanos. A irrupção da “via cubana” não é suficiente para explicar tamanho esforço dos EUA; em realidade, foi muito mais do que isso, já que outros fatores também estavam em jogo. O objetivo essencial foi criar um mecanismo eficiente de intervenção nos assuntos internos de cada país sem expor a superpotência ao desgaste político, humano, militar e econômico de uma invasão e/ou ocupação territorial. Segundo levantamento feito por Osvaldo Coggiola, o custo médio de formação e de treinamento de um soldado norte-americano, em 1967, era de US\$ 5.400, enquanto que o de um soldado latino-americano, considerado na nova lógica como integrante de unidades militares “complementares”, era dez vezes inferior.¹⁶⁹ A inserção das Forças Armadas latino-americanas no esforço de contenção anticomunista diminuiu os gastos que os EUA dispensavam as suas tropas, desobrigavam a potência de ações diretas mais questionáveis

¹⁶⁷ LANGGUTH, op. cit., p. 127.

¹⁶⁸ ZUBENKO; TARASÓV, op. cit., p. 47.

¹⁶⁹ COGGIOLA, op. cit., p. 16.

diante dos olhos da opinião pública e do direito internacional e repassavam o maior desgaste, no combate aos focos “subversivos”, aos governos locais. Os EUA, com a sensível diminuição do custo da manutenção da rede de proteção e segurança dos seus próprios interesses, combinado com as expectativas comerciais da indústria bélica, beneficiavam-se do lucro gerado por toda essa engenharia político-militar, emoldurado pelo discurso da segurança. As palavras de Robert McNamara, a esse respeito, parecem definitivas:

Os EUA não podem estar em todo lugar simultaneamente. A balança de forças e as necessárias alternativas com o mundo contemporâneo em transformação só podem ser conquistadas com amigos fiéis, bem equipados e prontos para cumprir com a tarefa que lhes cabe. O Programa de Assistência Militar foi projetado para impulsionar e conquistar tais forças e alternativas, já que ajuda a manter forças militares que complementam nossas próprias forças armadas.¹⁷⁰

O treinamento militar e policial ministrado pelos especialistas dos EUA tornou-se uma oportunidade de ascensão na carreira e de sensível melhoria salarial para os oficiais escolhidos. Para os quadros que passavam por tais cursos, as promoções eram mais rápidas além de sempre existir a possibilidade de serem chamados a participar de operações, tarefas especiais ou atividades de assessoramento; mais do que isso, podiam vir a assumir responsabilidades e protagonismos futuros que, geralmente, constituíam expectativas concretas de vantagens pessoais (altos postos de comando, cargos ministeriais, direção de empresas públicas, representação em missões no exterior, etc.).

Para entender a maneira como este mecanismo aprofundava o desequilíbrio e a dependência entre os Estados latino-americanos e os EUA, abrindo maior capacidade de influência da superpotência sobre a orientação da política interna dos governos locais, podemos utilizar a linha explicativa de Martha Huggins que, ao analisar a particularidade do treinamento envolvendo as forças policiais, aponta aspectos que eram comuns ao treinamento das demais forças militares.¹⁷¹ Na tradição regional, as Forças Armadas só assumiam tarefas policiais (manutenção da ordem pública e prevenção de delitos) quando a ação insurgente transbordava as capacidades das forças policiais.¹⁷² Com a deterioração política dos anos 60, o entendimento passou a ser o de inserir as forças policiais dentro da mesma preparação que era destinado às Forças Armadas. Desenvolveu-se, então, a noção do protagonismo policial e a idéia de que a melhor prevenção era uma polícia eficiente. Dentro da perspectiva da

¹⁷⁰ Declaração de Robert McNamara, Secretário de Defesa dos EUA em defesa do Programa de Assistência Militar para o ano fiscal de 1967. Citado por COGGIOLA, op. cit., p.16.

¹⁷¹ HUGGINS, op. cit.

¹⁷² FERNÁNDEZ, op. cit., p. 48.

biologização da ameaça comunista, a eficiência policial foi vista como sintoma de uma “*medicina preventiva*”; ou seja, se a polícia falhasse ou fosse transbordada pelos acontecimentos, sempre restava o recurso da cirurgia maior: a intervenção militar.¹⁷³

Portanto, através de uma enorme rede norte-americana de centros de instrução, articulados com missões militares estabelecidas em diversos países da região, tendo a Junta Interamericana de Defesa como “guarda-chuva”, os EUA prepararam as Forças Armadas regionais para desempenhar tarefas de vigilância interna dentro de uma complexa teia de atividades. Delas faziam parte manobras conjuntas, contatos militares permanentes, treinamento e capacitação profissional de oficiais nos EUA, intercâmbio de delegações militares nas Escolas Superiores Militares, divulgação da bibliografia militar produzida por especialistas estadunidenses, treinamento específico com armamento incorporado pelas forças locais e, principalmente, os cursos de formação de quadros, os quais cumpriam função estratégica pois, posteriormente, repassavam os ensinamentos adquiridos aos militares dos respectivos países.¹⁷⁴

Os programas de assistência econômica dos EUA financiaram o treinamento militar e reforçaram o aprofundamento com os exércitos latino-americanos. Em 1964, a AID aumentou o número de vagas dos cursos ministrados em Fort Bragg, e, em 1966, seus programas de treinamento policial em contra-insurgência urbana consumiam 38% do orçamento de assistência econômica para toda a América Latina. Dessas linhas de auxílio, fazia parte a consultoria de 23 especialistas policiais enviados pela administração Johnson ao Brasil, após o golpe de 1964, para complementar o treinamento de 641 policiais brasileiros que haviam estudado na Academia Policial Internacional, em Washington, entre 1963 e 1971.¹⁷⁵

Langguth relata que na passagem de Dan Mitrione pelo Brasil, os especialistas locais ficavam admirados com a facilidade com que o agente do FBI montava academias policiais e laboratórios de criminalística. Os pedidos de apetrechos diversos solicitados por Mitrione aos programas de ajuda mantidos pelos EUA para qualificar e modernizar o trabalho das unidades repressivas como câmaras, projetores, telas, material de impressões digitais e artigos fotográficos eram prontamente atendidos.¹⁷⁶ Diante dos questionamentos formulados por congressistas norte-americanos de que o custo da ajuda aos sócios e aliados da região era

¹⁷³ Este raciocínio foi apresentado, em 1971, pelo Subsecretário de Estado, Alexis Johnson, diante do Congresso. *Idem*, p. 50.

¹⁷⁴ ZUBENKO; TARASÓV, *op. cit.*, p. 49.

¹⁷⁵ SCHOULTZ, *op. cit.*, p. 397.

¹⁷⁶ LANGGUTH, *op. cit.*, p. 74.

muito alto, o general Robert Wood esclarecia, pragmáticamente, de como a assistência militar ministrada repercutia benéficamente sobre a economia e a segurança do próprio país:

Que é então a assistência militar? É um programa com cujos fundos são feitas compras à indústria norte-americana, para as forças dos países estrangeiros que, contando com vontade e material humano, carecem de meios de defesa; é um programa que traz a nosso país entre dez e quinze mil estudantes militares estrangeiros anualmente, expondo-os não somente ao conhecimento militar norte-americano, como também ao modo de vida norte-americano; é um braço da política exterior dos EUA; defende predominantemente nosso interesse nacional.¹⁷⁷

Do elenco de cursos ministrados na Escola das Américas, destacavam-se quatro básicos: 1º) operações técnicas (comunicações, engenharia e manutenção de armas e veículos); 2º) operações de apoio (cursos de polícia militar, logística e sanidade); 3º) departamento de mando para chefes de alta patente e oficiais do Estado Maior (cujo modelo era o programa de Fort Leavenworth para os futuros generais estadunidenses); 4º) operações de combate com treinamento em guerra irregular na selva (práticas de emboscada, assaltos), combate à guerrilha urbana e técnicas de investigação criminal sofisticadas. Neste último curso, adquiriam especial importância temas de ideologia, ação psicológica, inteligência e contra-espionagem. As aulas práticas eram de extrema abrangência, envolvendo infinidade de variáveis dentro do grande marco da luta contra-insurgente: seleção e uso de informantes, métodos de proteção de dirigentes, desativação de aparatos explosivos, treinamento em cordão policial, operações de busca, operações de contraguerrilha, tática militar de desfolhamento, inteligência eletrônica, inteligência, contra-inteligência insurgente, subversão e contra-subversão, espionagem e contra-espionagem, interrogatório de prisioneiros e de suspeitos, treinamento para lidar com comícios, reuniões de massa e tumultos, fotografia para o serviço secreto, controle de recursos, operações psicológicas, batidas e buscas policiais, vigilância, terror e operações secretas, etc.¹⁷⁸

Havia manuais específicos para enfrentar o foco insurgente ou guerrilheiro. Por exemplo, no manual de *Operaciones de Contraguerrilla*, além das questões militares propriamente ditas, explanava-se sobre um conjunto de recomendações para estabelecer contato com a população civil, preocupação pertinente por causa das pressões morais e psicológicas decorrentes dessa situação rodeada de incertezas. Por isso, procurava-se preparar os comandos quanto aos condicionamentos que podiam sofrer no contato com um fator humano cuja postura podia variar desde atitudes receptivas e colaboracionistas até

¹⁷⁷ Citado por COGGIOLA, op. cit., p.16.

¹⁷⁸ SCHOULTZ, op. cit., p. 396; REVELLO; PORRINI; SCHOL, op. cit., p. 19.

demonstrações de franca hostilidade; o fundamental era cooptar os civis. Diga-se de passagem, objetivo permanentemente reformulado em função da experiência que as próprias tropas norte-americanas vivenciavam no Sudeste Asiático.

Entre as diretrizes compartilhadas visando atitudes cautelosas que não gerassem impactos negativos, havia recomendações ambíguas que abriam possibilidades de justificativas para excessos cometidos. Assim, num tópico sobre a avaliação das questões que envolviam o moral da tropa envolvida na luta contra-insurgente, entre outros pontos,¹⁷⁹ havia dois que eram particularmente importantes para a temática deste trabalho. Ao refletir sobre o tipo de motivação que afetava o moral da tropa, faziam-se duas constatações:

- 1) La renuncia natural del soldado en reprimir mujeres, niños y ancianos que pueden estar apoyando las actividades guerrilleras;
- 2) Temor a las atrocidades que cometen las guerrillas y un impulso por tomar represalias vengativas a causa de tales atrocidades.¹⁸⁰

Tais avaliações constavam nos manuais de treinamento. Logo, é lógico pensar que um dos seus objetivos centrais era o de informar e instruir quanto às formas de potencialização da capacidade operativa dos comandos. Considerando isso, pode-se avaliar cada uma das conclusões.

Em relação à primeira constatação, argumentava-se que os soldados eram vulneráveis porque não reprimiam mulheres, anciãos e crianças que colaborassem com a subversão. A primeira questão que surge dessa avaliação é simples: o que acontecia com os homens adultos que colaborassem com a subversão? Eram identificados diretamente como inimigos? Se assim fosse, eram tratados iguais que aqueles? Pela afirmação, não parece ser essa uma questão ambígua; pelo contrário. Também se diz que os soldados ficavam constrangidos a agir diante desses colaboradores do inimigo. Significa dizer que se devia esperar um tratamento mais duro? Quanto mais duro? O mesmo dedicado ao inimigo? Significa que, por serem colaboradores, eram também inimigos? No caso de serem, como tratar crianças colaboradoras? O documento reconhece que os soldados não sabiam como reagir. De certa forma, isso significava vantagem daqueles considerados colaboradores da “subversão”. Mas se admite que tal fato desorientava os soldados, o que, evidentemente, devia ser revertido.

¹⁷⁹ São considerados fatores de fragilidade psicológica dos efetivos da contra-insurgência as operações cujos resultados são inatingíveis, penalidades e longos períodos de atividade; o desconhecimento de táticas guerrilheiras; a evasão da guerrilha; a presença de civis nas áreas de combate e a necessidade de protegê-los. CUARTEL GENERAL, DEPARTAMENTO DE EJÉRCITO (USA). **Operaciones de contraguerrilla**. Buenos Aires: Editorial Rioplatense, 1971. p. 222.

¹⁸⁰ Idem.

A função do treinamento contra-insurgente e dos manuais utilizados, enquanto instrumentos de instrução, era o de, uma vez identificado o problema, encaminhar sua solução. Portanto, parece claro que se estabelecia uma expectativa de atuação que não estava ocorrendo; esta parece ser a solução colocada nas entrelinhas. Historicamente, são conhecidos os excessos cometidos em nome da SN contra inocentes, independente de idade ou sexo. Sabidamente, os mesmos foram rotineiros e indiscriminados, tanto contra guerrilheiros e militantes de oposição quanto contra civis. Falar de excessos significa falar de mecanismos e de ênfases repressivas fora da lei. No caso de guerra externa, é recorrente, por exemplo, à Guerra do Vietnã, se é que assim se pode classificar este conflito; aqui constariam, no mínimo, os crimes praticados contra a população civil. No caso de guerra interna, torna-se difícil avaliar o que não é considerado crime estatal. Logo, tal lógica torna a todos que sofrem o excesso repressivo (que está sempre à margem da lei), vítimas do sistema.

Em relação à segunda constatação, anuncia-se que, se os militares cometerem excessos contra o inimigo, o fazem como resposta às atrocidades cometidos por aqueles. Vejamos o que está implícito em tal afirmação: a violência é produzida pelo inimigo; não é qualquer violência, são atrocidades; contra quem são cometidas? Não fica claro, mas se, além de terem sido contra militares ou policiais, o foram contra civis ou inocentes, o impacto das atrocidades é muito maior. A partir disso, a resposta mais dura das forças de segurança é vista como mecanismo defensivo, que embora não seja recomendável, parece ser compreensível e, portanto, passível de ser justificada. Até porque se trata de uma resposta marcada pela indignação diante da ausência de compaixão do inimigo e pela solidariedade com as vítimas; digamos que podem ser excessos cometidos por bons sentimentos. Como os excessos foram de fato cometidos, aqui encontramos uma linha de argumentação importante que, além de ser acolhida pelos setores simpatizantes dos regimes de SN, possivelmente também o foi por parte de setores despolitizados e/ou desinformados, ou seja, aqueles mais vulneráveis diante da versão oficial. De qualquer forma, “atrocidades” foram cometidas pelo inimigo; os excessos cometidos em nome da defesa da população são aceitáveis e constituem um mal menor.

Portanto, as duas constatações retiradas do manual *Operaciones de Contra guerrilla* indicam e justificam, claramente e sem maiores subterfúgios, a ocorrência de práticas de TDE ou sua ocorrência futura.

Em Fort Bragg, os temas acadêmicos estudados versavam sobre metodologia subversiva de insurreição, operações psicológicas de apoio à defesa interna, papel do serviço de informação na defesa interna, operações táticas antiguerrilheira, defesa interna e controle

de narcóticos. Na Academia Internacional de Polícia, em Washington – a qual, segundo o ex-agente da CIA, Phillip Agee, era controlada pela própria CIA - havia um curso avançado para oficiais, de 14 semanas de duração e que, entre outros temas, continha no seu currículo tópicos como sistemas policiais comparados, controle de motins, bombas, segurança interna, natureza da ameaça insurrecional e psicologia das multidões e das massas amotinadas.¹⁸¹

O interrogatório e as formas de obtenção de informação sempre foram um dos aspectos centrais desses cursos, pois se vinculava, sem fazer menção explícita, à coleta de informação para medidas preventivas de segurança e ao uso da tortura. A realização de tais cursos, ministrados tanto em território dos EUA quanto nos países que acolhiam suas missões militares (como no caso de Dan Mitrione, por exemplo), foi algo sempre negado pelo governo norte-americano e pelos seus aliados na região. O registro feito pelo “boina verde” Donald Duncan, é bem ilustrativo a esse respeito. Duncan relatou que um soldado, após presenciar na aula a aplicação de diversas técnicas de tortura para arrancar informação, ao perguntar ao instrutor se pretendia que os alunos empregassem esses métodos, ouviu como resposta: “Não podemos dizer-lhe isso, Sargento Harrison. As mamãezinhas aqui nos Estados Unidos não aprovariam.” A continuação, para arrematar qualquer dúvida ao respeito acrescentou: “Além disso, negaremos ter ensinado ou pretendido que se fizesse tal coisa”.¹⁸²

O dilema dos excessos foi resolvido, na prática, como demonstra a seguinte argumentação do contra-almirante argentino César Guzzetti ao expressar o que ele entende por subversão:

Mi concepto de subversión se refiere a las organizaciones terroristas de signo izquierdista. La subversión o el terrorismo de derecha no es tal. El cuerpo social del país está contaminado por una enfermedad que corroe sus entrañas y forma anticuerpos. Esos anticuerpos no deben ser considerados de la misma manera que se considera un microbio. A medida que el gobierno controle y destruya a la guerrilla, la acción del anticuerpo va a desaparecer. Yo estoy seguro que en los próximos meses no habrá mas acciones de la derecha, cosa que ya está ocurriendo. Se trata sólo de una reacción natural de un cuerpo enfermo.”¹⁸³

O discurso “biologizado” de Guzzetti extrapola a tese anterior de que a iniciativa do terror pertence aos setores insurgentes; para ele, o terror é exclusivamente de “signo esquerdista”. Não existe um Terror de Estado nem um terror paramilitar de extermínio. Existem sim mecanismos de defesa contra a agressão de iniciativa do “inimigo interno”. Ou

¹⁸¹ HUGGINS, op. cit., p. 129.

¹⁸² LANGGUTH, op. cit., p. 215.

¹⁸³ *La Opinión*, 3/10/76, apud FRONTALINI, Daniel; CAIATI, María Cristina. **El mito de la Guerra Sucia**. Buenos Aires: CELS, 1984. p. 21.

seja, os excessos das forças de segurança e paramilitares constituem um mal necessário (“anticorpos”); eliminada a doença (o “inimigo interno”), esses mecanismos se tornam desnecessários. Nessa perspectiva, bandas paramilitares da *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), do brasileiro Comando de Caça de Comunistas ou da *Juventud Uruguaya de Pié* (JUP), não cometeram crimes nem foram responsáveis pelo TDE (que na perspectiva de Guzzetti e da DSN, inexistiu). Pelo contrário, atuaram como “anticorpos” da nação “sadia”, obrigados a “defenderem-se” ao serem agredidos por um inimigo que pretendia destruí-los.¹⁸⁴

Outra situação comum era que quando ocorria alguma denúncia de tortura em algum país da região com alusões ao treinamento oferecido pelos instrutores estadunidenses aos especialistas locais, o governo dos EUA ou seus representantes responsabilizavam a polícia local ou outras unidades encarregadas da coleta de informação sugerindo, com esse estratagema, que os excessos cometidos eram de iniciativa dessas forças. Caso relatado, por exemplo, pelo ex-oficial do Serviço de Inteligência Naval do Uruguai, Victor Paulo Laborde, em novembro de 1981, em São Paulo. Laborde confirmou que os métodos de tortura aplicados aos presos políticos eram elaborados nos EUA, onde eram formados especialistas em tortura. Informou também que ele próprio havia sido treinado por oficiais dos Estados Unidos através de aulas práticas e de manuais militares que não passavam de textos didáticos norte-americanos traduzidos e que eram destinados à formação dos especialistas locais.¹⁸⁵

Outros centros específicos de treinamento de oficiais e agentes estrangeiros em ações policiais de segurança ou de suporte foram identificados por Wilson Fernández. Entre eles, o autor destacou: a Academia Nacional do FBI, em Washington, especializada em organização de arquivos policiais; a Academia de Patrulha Fronteiriça, no Texas, onde se ensinava a confecção de bombas caseiras e de outros dispositivos explosivos; a Universidade de Illinois do Sul. A partir de 1975, acrescenta Fernández, o Controle Internacional de Narcóticos passou a encobrir unidades militares e paramilitares que agiam clandestinamente contra grupos políticos. Também ministrou cursos de técnicas de detenção, entrevistas e interrogatórios, verificação de declarações e documentos, busca de pessoas e de veículos e métodos de vigilância de portos e fronteiras. Tais programas extrapolavam seu objetivo original para adentrar na dinâmica da repressão política.¹⁸⁶

Um objetivo que também era central dentro de toda essa rede de treinamento e capacitação antiinsurgente emoldurada pela lógica da segurança interna foi a introjeção, no

¹⁸⁴ FRONTALINI; CAIATI, op. cit., p. 21.

¹⁸⁵ ZUBENKO; TARASÓV, op. cit., p. 25.

¹⁸⁶ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 158.

aluno “alvo”, de que o rol protagônico decorrente da sua função militar dependia das suas atitudes e iniciativas. A origem dessa concepção encontrava-se na luta contra as forças nazi-fascistas, durante a Segunda Guerra, e teve continuidade na cruzada anticomunista da Guerra Fria, sempre reforçando a idéia-chave da defesa do “mundo livre” e dos valores da civilização ocidental e cristã. Só que a base doutrinária fornecida pela DSN norte-americana, ao ser adaptada aos países periféricos, expressava mais do que o aperfeiçoamento do soldado.

A DSN abria uma “nova dimensão da política interna” ao convocar a participação da corporação militar exigindo-lhe que assumisse, de forma aberta e agressiva, um rol que extrapolava a simples intervenção saneadora e transitória almejando o protagonismo necessário para encaminhar a *refundação* do Estado. Ou seja, instrumentalizava o fator militar para que este se apropriasse dos mecanismos da política com o intuito de assumir a responsabilidade do gerenciamento do país através de um projeto a longo prazo. Questionando a ineficiência do poder civil em prevenir e extirpar os focos radicais resultantes das mazelas sociais e das políticas econômicas locais existentes, a combinação de programas de contra-insurgência com a ação cívica militar serviu para catapultar as Forças Armadas. Sob o disfarce da tecnocracia e da neutralidade da corporação, os cursos de treinamento de oficiais especializados na repressão anti-subversiva foram fundamentados, em termos doutrinários, na defesa dos sentimentos mais profundos da Nação e dos valores da civilização cristã-ocidental. É inegável, portanto, que um dos objetivos primordiais da formação militar ministrada pelos especialistas estadunidenses aos seus congêneres latino-americanos visou convencê-los da necessidade de que assumissem, direta ou indiretamente, as tarefas políticas do país.¹⁸⁷

Martha Huggins, ao analisar a formação das forças policiais (que apresenta características gerais próximas da instrução ministrada às forças militares), afirma, em primeiro lugar, que os quadros que passaram por tais cursos ocuparam ou vieram a ocupar cargos importantes na hierarquia da estrutura policial dos seus respectivos países. O principal centro de treinamento foi a Academia Internacional de Polícia (IPA), por onde passaram aproximadamente 5 mil policiais estrangeiros. Treinados no combate à insurreição urbana, a autora constata que, por detrás do discurso da profissionalização e da qualificação para o desempenho da função, há uma apologia da violência como sistema mediante a prática de “*métodos brutais de interrogação e de tortura*”.¹⁸⁸

Seguindo com o raciocínio de Huggins, retomamos a idéia de que o discurso que justifica a qualificação militar (e policial) das forças locais como meio de fortalecimento da

¹⁸⁷ COMBLIN, op. cit., p. 142.

¹⁸⁸ HUGGINS, op. cit., p. XIV.

democracia esconde justamente o contrário, ou seja, o reforço do autoritarismo. A autora analisa a atuação do corpo policial e o crescimento da subordinação à orientação norte-americana a partir da combinação dos critérios de *internacionalização*, *centralização*, *recrudescimento do autoritarismo* e *degenerescência*, sobre os quais cabem alguns comentários.

Em relação ao critério de *internacionalização*, afirma que este era um objetivo central da política da superpotência. Além da influência através da formação prática e do fornecimento de armamento, a idéia era penetrar no sistema policial mediante relações privilegiadas com um pequeno número de oficiais em cargos estratégicos, inclusive inserindo quadros dos sistemas de informação da CIA ou do FBI e encobrendo agentes duplos. Para a CIA, era de vital importância infiltrar as polícias políticas e acessar as bases de dados e “[...] informações diretas sobre comunistas, ‘perturbadores da ordem’, políticos, militares ambiciosos, agitadores operários...”.¹⁸⁹ Philip Agee¹⁹⁰ e Martín Hevia¹⁹¹ descreveram com riqueza de detalhes como isto funcionou no Uruguai.

Quanto à *centralização*, o fato dos EUA internacionalizarem sua segurança implica em orientar a formação de redes de defesa interna nos países aliados/associados instituindo novas organizações de segurança vinculadas entre si e com as organizações pré-existentes. Fosse por imposição norte-americana, fosse por iniciativa dos setores dominantes nacionais, tais organizações se articulavam à rede internacional nucleada nos EUA. Controlando quadros confiáveis por eles treinados, que ocupavam funções estratégicas de liderança e de chefia em organismos de segurança do país, a superpotência reforçava, junto aos governos, a necessidade de centralização do aparelho policial para evitar sua fragmentação, divisão em facções competidoras ou funcionamento autônomo, situação que Martha Huggins considera, na sua forma extrema, possível de implicar em *degenerescência* do Estado de SN.

O caso argentino, nesse sentido, foi o maior exemplo de autonomia operacional de algumas unidades repressivas, as quais deviam respeitar os espaços previamente delimitados para evitar tensões, disputas e confrontos pela apropriação do “botim”. A tendência a autonomização de alguns bandos repressivos contrariava a orientação de Washington, pois a quebra da unidade da ação estatal, que poderia combinar-se com a quebra de hierarquia, diminuía a eficiência do combate contra a “subversão”. Fato semelhante ocorreu com a autonomização de algumas decisões da Operação Condor. Após ter participado indiretamente da sua orquestração, os Estados Unidos mostraram desconforto e mal-estar com alguns operativos específicos.¹⁹² Em

¹⁸⁹ LOBE, apud HUGGINS, op. cit., p. 105.

¹⁹⁰ AGEE, op. cit.

¹⁹¹ HEVIA, op. cit.

¹⁹² Pontualmente, trouxeram desdobramentos diplomáticos desgastantes os atentados perpetrados em território

1978, o jornalista brasileiro Newton Carlos escrevia um texto que intitulava *Ninguém Segura a Segurança*. No mesmo, descrevia um cenário de “*fronteiras móveis*” marcado pela internacionalização da ação repressiva (uma espécie de repressão sem fronteiras) e que agia inclusive dentro dos EUA, ao ponto de obrigar o Senado a perguntar à CIA: “[...] como serviços de segurança estrangeiros operam nos Estados Unidos, até assassinando exilados políticos [referência ao caso Letelier], e qual o papel que a própria CIA – o ‘papai grande’ de subsidiárias espalhadas pelo terceiro mundo – desempenha nessa internacional.”¹⁹³ Na época, aumentavam as evidências da existência de uma articulação repressiva que somente tempos depois viria a ser conhecida como Operação Condor.

A consequência direta do processo de centralização do sistema de segurança foi a interdição do contraditório político e a instalação de uma estrutura verticalizada de controle; em síntese, um processo crescente de militarização da segurança, o que acarretou no *recrudescimento do autoritarismo*. A flexibilização do conceito de “inimigo interno” e a transformação da luta contra-insurgente em uma verdadeira guerra interna estendeu o conflito aos confins da sociedade nacional, exigindo a existência de uma forte estrutura burocrática que racionalizasse e rotinizasse o sigilo, a fraude, a violência e o terror.¹⁹⁴

Huggins considera, finalmente, a questão da *degenerescência* desse processo, entendendo tal situação como a perda do controle estatal e a autonomização de grupos repressivos. Entre os motivos para o mesmo, aponta o surgimento de tensões, conflitos e contradições internas inerentes à dinâmica do sistema ou da ação dos seus atores. Outra razão estava na superação de uma situação de emergência; isto poderia exigir um processo de desburocratização que gerasse menor controle sobre os diversos setores repressivos, conferindo-lhes, conseqüentemente, maior autonomização de atuação. Foi o caso dos esquadrões da morte, que se vinculavam, de forma indireta, com a repressão policial formal. A situação de *degenerescência* pode ajudar a explicar também situações de facções do próprio sistema de segurança que se enfrentavam praticando espionagem ou agindo uma contra a

européu: contra o casal chileno Leighton (Roma, 1975); contra o general boliviano Joaquín Zenteno Anaya (Paris, 1976); o assassinato do coronel uruguaio Tralbal (Paris, 1974). Entretanto, o caso de maior repercussão foi o atentado que matou Orlando Letelier, ex-chanceler chileno da Unidade Popular, e sua assistente no “Instituto de Estudio de la Política”, a cidadã estadunidense Ronny Moffit, em Washington (20/09/76). Segundo documentos desclassificados pelos EUA, o crime foi dirigido por agentes da DINA chilena encobertos por documentação paraguaia (solicitada como “favor urgente” pelo general Pinochet ao general Stroessner) e efetuado em conjunto com dissidentes cubanos vinculados à CIA. BOCCIA PAZ, Alfredo et al. **En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del operativo Condor**. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002. p. 160-164. Na obra de Stella Calloni *Operación Cóndor: los años del lobo* (1999), há sérias acusações contra a CIA e seu então diretor, George Bush, por envolvimento no assassinato de Letelier.

¹⁹³ CARLOS, Newton. **América Latina dois pontos**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1978.

¹⁹⁴ HUGGINS, op. cit., p. 23.

outra. Esta situação já foi apontada para o caso da repressão desencadeada na Argentina (*guerra súcia*) e é uma situação à qual não estavam a salvo sequer os sistemas de espionagem e informação dos EUA, como num fato de espionagem da embaixada soviética em Montevideú pela CIA, abortada por uma ação do FBI, num contexto de disputa entre as duas organizações policiais norte-americanas.¹⁹⁵ De qualquer maneira, mais do que a perda de controle por parte do Estado, a presença e as manifestações desses grupos de extermínio ou de “justicieiros” eram parte da engrenagem do TDE. Em realidade, em certas conjunturas, interessava ao Estado desconectar-se de uma violência mais extremada deslocando-a para esses grupos paramilitares e parapoliciais que, na prática, também eram por ele orientados, sustentados e dirigidos.

No Uruguai, as Forças Armadas assumiram o novo papel como um sacrifício que devia ser realizado em nome da pátria. Elas ressaltaram que, diferentemente do que denunciavam os setores “subversivos” (antinacionais), o soldado uruguaio não era um mercenário. Bem pelo contrário. Ele demonstrava, com suas ações, possuir ideais patrióticos, sentido do dever e da disciplina, e sua atuação “siempre estuvo enmarcada por la más estricta legalidad” [grifo meu].¹⁹⁶ As Forças Armadas reforçaram que, diante dos piores adjetivos dedicados por parte do inimigo, a abnegação desse homem comum, o soldado, tão dedicado à defesa da sua comunidade nacional e dos seus iguais, destacou-se ainda mais:

En múltiples ocasiones los oficiales y subalternos, clases y soldados, de las FFCC [*Fuerzas Conjuntas* - Forças Armadas], pusieron de relieve sus innatas cualidades de arrojo y valentía, disputandose posiciones de mayor riesgo, en una permanente demostración de heroísmo colectivo y anónimo, exento de todo afán exhibicionista, frente a un enemigo cruel, taimado y traicionero, resumante de odio y bien pertrechado en armas automáticas.¹⁹⁷

Finalmente, tanto treinamento e informação oferecidos através dos diversos cursos e programas exigiam dos alunos que aplicassem os conhecimentos adquiridos à realidade dos seus respectivos países de origem. Uma das formas práticas mais imediatas era a obrigatoriedade, em muito desses cursos, de que o aluno, ao concluir seus estudos, elaborasse uma monografia que, de forma concreta, auxiliasse no combate a insurgência.¹⁹⁸ Obrigava-se a esses oficiais-alunos, muitos deles ainda detentores de baixa patente, a refletir e a propor soluções adequadas para as demandas contra-insurgentes locais; o governo dos EUA tinha

¹⁹⁵ HEVIA, op. cit., p. 243-248 e 286.

¹⁹⁶ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. *Las Fuerzas Armadas al pueblo oriental*. T I. *La subversión*. Montevideo: 1976. p. 10.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ REVELLO; PORRINI; SCHOL, op. cit., p. 19.

expectativa de que, num futuro não muito distante, parte deles ocuparia cargos de comando. Efetivamente, esta foi uma das perspectivas mais estratégicas que nortearam a abertura das escolas militares dos EUA para as Forças Armadas latino-americanas. Nesse sentido, em outubro de 1973, o Pentágono reconhecia, com satisfação, o sucesso dos seus cursos e do investimento feito para enfrentar a ameaça comunista no continente através da estratégia de dividir custos e responsabilidades com as Forças Armadas locais, mediante treinamento e fornecimento de material bélico. Naquele ano, o Pentágono contabilizava 170 alunos diplomados pela Escola das Américas desempenhando funções de Chefes de Estado, ministros, Comandantes em Chefe das Forças Armadas ou diretores dos Serviços de Inteligência.¹⁹⁹

O exemplo mais emblemático de atuação contra-insurgente contundente, persistente e eficiente foi o da paradigmática intervenção no Chile da Unidade Popular, com a peculiaridade de que não foi contra a presença e crescimento de movimentos guerrilheiros ou protagonismo de partidos de esquerda. Neste caso, a interferência foi contra um governo democraticamente eleito e respeitoso da legalidade constitucional democrático-burguesa. A denominada via chilena ao socialismo caracterizou-se justamente pelo avanço de um projeto de esquerda (via Frente Popular) que conseguiu ocupar espaço político dentro da institucionalidade burguesa. Visto como a primeira experiência socialista decorrente de um processo pacífico (diferente do caso cubano e do modelo de violência revolucionária); o Chile de Allende satisfazia os pré-requisitos de respeito à ordem constitucional e às regras de disputa eleitoral, o que desmonta o discurso da DSN, das autoridades estadunidenses e dos aliados chilenos diante dos atos que desencadearam.

Na véspera de setembro de 1973, no contexto do golpe contra Allende, os EUA já se haviam definido abertamente pela prioridade da segurança em detrimento da democracia. Tal posição estava implícita, exemplarmente, na lapidar frase de Kissinger: “Não vejo por que temos de ficar parados enquanto um país se torna comunista pela irresponsabilidade de seu povo.”²⁰⁰ Tal frase não surpreende, apesar do grave significado antidemocrático, intervencionista e preconceituoso que ela contém, além de ter-se tornado um dos primeiros registros de ação preventiva da política exterior norte-americana. O envolvimento estadunidense no golpe que depôs o governo da Unidade Popular não foi o mais assustador. O pior é a constatação de que, antes do próprio pleito eleitoral que deu a vitória à coalizão liderada por Allende, a conspiração já estava em marcha e, de que nela, os EUA tinham um

¹⁹⁹ COMBLIN, op. cit., p. 141.

²⁰⁰ HITCHENS, Christopher. **O julgamento de Kissinger**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 13.

papel central. Para ser mais preciso, desde a administração Kennedy, a esquerda chilena estava na mira.²⁰¹

A CIA teve um papel ativo nas ações que tentaram inviabilizar a campanha eleitoral da Unidade Popular e, posteriormente, sua posse, em 1970. Consumada a vitória de Allende, investiu em fracassadas tentativas golpistas para impedir a posse. Para tanto, a CIA desenvolveu duas estratégias golpistas. A primeira, a “via I”, envolvia a colaboração do PDC, do ex-presidente Eduardo Frei, e do alto comando militar, e fracassou, fundamentalmente, pela postura constitucionalista dos generais Schneider e Prats. A partir daí, passou-se para a “via II”, ou seja, um golpe militar clássico. Para tanto, a CIA objetivava remover os comandantes constitucionalistas, atrair setores golpistas do segundo escalão militar e criar um clima de instabilidade que justificasse o golpe de Estado. Diante deste quadro, passou a identificar oficiais golpistas (garantindo-lhes apoio dos EUA) e a desestabilizar o cenário político através de campanhas de propaganda e atividades terroristas. E, na ação mais ousada, participou, indiretamente, do assassinato do Comandante em Chefe do Exército, o general Schneider.²⁰²

Considerando tais fatos e pelo exemplo paradigmático que constituem, merecem registro as conclusões²⁰³ de uma análise realizada por agentes da CIA, imediatamente após a divulgação do resultado eleitoral de 1970. A mesma avaliava o impacto de um governo Allende para os interesses dos EUA no Chile e no conjunto da região:

1. Os EUA não têm interesses nacionais e vitais no Chile. No entanto, poderia haver perdas econômicas tangíveis.
2. O balanço mundial militar não sofreria uma mudança significativa com o governo de Allende.
3. No entanto, uma vitória de Allende teria custos políticos e psicológicos

²⁰¹ Com a autoridade de ser um dos maiores especialistas em política externa norte-americana e de utilizar documentação oficial, Noam Chomsky afirma que: “A primeira manipulação ilegal da Casa Branca do processo eleitoral chileno contra Salvador Allende se deu nas eleições presidenciais de 1964, nas quais a CIA gastou mais de três milhões de dólares em operações políticas secretas – comprando jornalistas e políticos, fomentando calúnias e mentiras sobre o candidato – para impedir o triunfo de Salvador Allende”. CHOMSKY, **Um olhar sobre América Latina**. Op. cit., p. 221.

²⁰² A embaixada em Santiago sugeriu, em um relatório encaminhado a Henry Kissinger (21/09/70), neutralizar o general Schneider. De fato, este sofreu, em 19 e 20 de outubro, duas tentativas de seqüestro. Finalmente, em 22 de outubro, ao resistir a uma terceira tentativa, acabou assassinado. As implicações da CIA no fato acabaram confirmadas nas investigações posteriores do Senado norte-americano. Idem, p. 224.

²⁰³ Tanto na obra *Banhos de Sangue* (1976), escrita com Herman, quanto em *Um olhar sobre a América Latina* (1998), Chomsky publica alguns desses documentos, até então inéditos, obtidos nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos. A respeito das conclusões aludidas no texto, a fonte dele é *Select Committee study governmental operations with respect to intelligence activities. U.S. Senate, Alleged assassination plots involving*

consideráveis:

- a) A coesão hemisférica seria ameaçada pelo desafio que representaria um governo de Allende para a OEA e pelas reações que geraria em outros países. Não vemos, no entanto, nenhuma ameaça para a paz na região;
- b) Uma vitória de Allende seria, seguramente, uma derrota psicológica para os EUA e, sem sombra de dúvida, um avanço psicológico para a idéia marxista.²⁰⁴

Para entender a avaliação deste documento, é necessário relacioná-lo com o contexto regional, pois, como se vê, nele se afirma que a situação do Chile, em si, não ensejava maiores preocupações. Mais do que isso, através dos diplomatas, das conexões junto aos partidos Nacional e Democrata-Cristão e da grande imprensa (como no caso do jornal *El Mercurio*), o governo dos EUA estava ciente da opção pacífica da Unidade Popular, assim como do seu distanciamento da opção revolucionária do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Sabia também que a URSS não considerava o Chile peça vital da sua geopolítica mundial. Porém, havia preocupação com o impacto que pudesse gerar junto a outras populações e Estados latino-americanos. Tratando-se de um projeto socialista que usava uma estratégia pacífica para ganhar espaço político e adesão popular, era fundamental desestabilizá-lo rapidamente, pois o simples discurso acusatório da DSN, de que o governo da Unidade Popular era constituído de inimigos armados, não diminuía o capital político acumulado interna e externamente. Por isso, era necessário desestabilizá-lo ao ponto de obrigá-lo a tomar medidas mais duras na defesa da legalidade constitucional.

Uma preocupação particular dos estrategistas da contra-insurgência foi orientar as Forças Armadas continentais na realização de atividades socialmente visíveis, principalmente obras de infra-estrutura física ou de assistência social, como forma de cooptar simpatias dos setores populares, ou, como prefere explicitar Michael Kryzaneck, “ganar el corazón y la muerte de los campesinos”.²⁰⁵ Isto, inclusive, já estava implícito nas orientações da própria ALPRO e ganhou mais consistência nos anos seguintes. Ou seja, além do desenvolvimento das atividades envolvendo a luta contra-insurgente, os EUA patrocinaram programas de ação cívica que visavam, fundamentalmente, recuperar a imagem pouco popular dos militares junto às camadas sociais latino-americanas mais pobres, sobretudo os camponeses.

foreign leaders. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1975, p. 229-250.

²⁰⁴ CHOMSKY, **Um olhar sobre América Latina**. Op. cit., p. 222.

²⁰⁵ KRYZANEK, op. cit., p. 104.

A experiência da Revolução Cubana acumulava o fato de que, em território controlado pela guerrilha, rapidamente se desencadeavam ações sociais de valorização e beneficiamento dessas populações, o que redundava em simpatias para a guerrilha. É importante lembrar que, no caso uruguaio, o Movimento de Libertação Nacional Tupamaro fomentou, durante os primeiros anos de atuação, um perfil identificado como “Robin Hood”, já que, entre as ações que funcionavam com muito boa repercussão quanto à propaganda política e impacto psicológico, estavam os assaltos a depósitos de alimentos e mercados e a distribuição desse botim nas zonas montevideanas de população extremamente carente (zona de *cantegriles*).

Contra-apor-se a essa influência era todo um desafio. Fomentar uma maior proximidade entre os militares e as populações mais deprimidas era uma tentativa de cooptação de simpatias. O citado manual *Operaciones de Contraguerrilla* refere-se à necessidade de desenvolver ações dentro da concepção de ação cívica, principalmente em momentos conjunturais defensivos. Neste sentido, recomendava-se a participação de brigadas de ação cívica em programas de utilidade pública para a população local, como educação, abertura de estradas, edificação de pontes, construção de escolas e moradias populares, cuidado de parques e praças, atendimento médico e odontológico em regiões afastadas dos centros urbanos.

Houve um cuidado com o estudo sobre a realidade local (demandas reprimidas, potencialidades), assim como em relação aos fins desejados, pois temia-se que a ausência de planejamento pudesse inviabilizar o esforço realizado impossibilitando a reversão das expectativas criadas com a estratégia da ação cívica. As recomendações para a proposição e implementação de projetos exigiriam: considerar os interesses da população - para garantir seu envolvimento e apoio voluntário - e beneficiar a população da região a ser contemplada, inclusive aos “ciudadanos de dudosa lealtad” para que possam “elevar su nivel de vida del que gozan ciudadanos leales”.²⁰⁶ Portanto, pode-se ver que esta estratégia procurou retirar das forças insurgentes facilidades para a cooptação de novos quadros tentando minar sua influência nas regiões onde, historicamente, as contradições sociais eram mais explosivas e visíveis.

Todavia a aplicação dessa política para tornar mais visível uma ação militar que não fosse vinculada à repressão e ao controle da população não deve enganar. Até nos manuais contra-insurgentes se afirmava que: a ação cívica “[...] apoya las operaciones tácticas, de inteligencia, psicológicas, de control de población y recursos, y operaciones de asesoramiento y

a su vez es apoyado por todas estas operaciones[...]” e está ligada ao centro de comando contra-insurgente.²⁰⁷

A ação cívica, por fim, propunha que os militares assumissem um papel de integração e de bem estar geral, melhorando sua imagem junto à população, ganhando a confiança e um gradual colaboracionismo que podia chegar a ser de um apoio ativo.²⁰⁸ Certamente, este último objetivo era o fundamental, pois, no mesmo momento em que conquistavam a confiança e a simpatia dessa população, conseguiam afastá-la da esfera de influência da guerrilha, isolando-a ainda mais, o que aumentava sensivelmente as possibilidades de vitória militar contra-insurgente.

2.2.4 – A CIA: a intervenção encoberta

Nas relações EUA-América Latina, merece especial destaque a Agência Central de Inteligência, muito mais conhecida pela sigla CIA, organização também identificada como a “Companhia”. Foi criada em 1947 pela administração Truman, em substituição à *Office of Strategic Services*, e sob a cobertura da Lei de Segurança Nacional (a mesma que havia criado o NSC) com o intuito de coordenar as operações de inteligência exterior estadunidense sob a alegação de que o serviço de informação havia-se tornado objetivo primordial na nova ordem mundial que se inaugurava.

Inicialmente acreditava-se que a CIA poderia operar com certo sucesso no seio do mundo comunista, principalmente nos países satélites da Europa Oriental. Porém, o controle policial comunista não deixou nenhuma brecha. O campo escolhido pela CIA foram os países aliados dos EUA e os países do Terceiro Mundo, freqüentemente desorganizados, com uma vigilância bastante fraca e onde a corrupção era relativamente fácil.²⁰⁹

Desde o início, as operações secretas ou encobertas (*covert action*) ocuparam um lugar central na atividade da nova organização. Ainda em 1947, foi aprovada a diretriz (NSC-4/A) que permitia à CIA realizar operações secretas fora do país. Também lhe conferia o monopólio da guerra psicológica recomendando o uso da propaganda, da sabotagem, de publicações apócrifas ou falsificadas, de elementos colaboracionistas, de setores políticos aliados, assim como o auxílio

²⁰⁶ Idem, p. 154.

²⁰⁷ Idem, p. 152.

²⁰⁸ CUARTEL GENERAL, DEPARTAMENTO DE EJÉRCITO (USA). **Operaciones de contraguerrilla**. Op. cit., p. 151.

militar às forças insurgentes “amigas”.²¹⁰

Sob a direção de Allen W. Dulles, a organização obteve, desde o início, importantes prerrogativas para seu funcionamento, dentre as quais, significativa autonomia, o que foi uma característica marcante na sua história. Foi assim que ficou sob incumbência do seu diretor o recrutamento de pessoal. A organização recebeu orçamento próprio, com direito a linhas suplementares de financiamento por conta dos Departamentos de Estado e da Defesa (Pentágono), além de jurisdição exclusiva para operações secretas, acesso a toda informação confidencial relativa a países estrangeiros, credenciais exclusivas para tratar com os serviços de inteligência de outros países e legislação especial para a proteção do seu pessoal e das suas operações.

O texto, um tanto ambíguo, da Lei de Segurança Nacional que criou a “Companhia” foi motivo de intensa disputa e posterior debate a partir de interpretações diferentes que dele faziam o Pentágono e o Departamento de Estado. As divergências se aprofundaram em certas conjunturas quanto às interpretações e às metodologias de ação defendidas por esses centros de decisão que elaboravam e controlavam a política exterior norte-americana. A CIA, vinculada ao Pentágono, representou, quase sempre, um ponto de vista político mais duro daquele defendido pelo Departamento de Estado.²¹¹ O documento que criou a CIA estabeleceu cinco funções principais para a mesma:

- 1) assessorar o NSC sobre assuntos de espionagem;
- 2) formular recomendações ao NSC para atividades de coordenação e inteligência dos departamentos e agências do governo;
- 3) correlacionar e avaliar dados de inteligência e divulgá-los aos organismos governamentais específicos;
- 4) desempenhar serviços “adicionais” em benefício dos organismos de espionagem existentes;
- 5) desempenhar outras funções e deveres relacionados com espionagem ou inteligência que pudessem ser ordenados pelo NSC.

O caráter ambíguo do texto que enunciava o quinto item abria uma brecha que permitia, à organização, extrapolar suas funções fundadoras. Gregorio Selser afirma que a

²⁰⁹ COMBLIN, op. cit., p. 129.

²¹⁰ SYROKOMSKI, V. et al. **CIA y Terrorismo internacional**. Moscú: Editorial Progreso, 1985. p. 28.

²¹¹ *Marcha*, 26/09/69, p. 12.

aplicação das funções estabelecidas nos itens 4 e 5 significava que o governo dos EUA concedia um “cheque em branco” à CIA para patrocinar motins, golpes de Estado, atividades subversivas e as *dirty tricks* (jogos ou ações sujas).²¹² A autonomia da organização foi sendo consolidada ao ser eximida de ter que tornar público nomes de funcionários, gastos, ações desenvolvidas e orçamentos. Em 1958, Allen W. Dulles reconheceu tal situação ao afirmar, na Universidade de Yale, já como Diretor da CIA, que inexistia país no mundo cujo serviço de inteligência exercesse a influência sobre seu respectivo governo como fazia a CIA em relação ao governo norte-americano. Até mesmo Truman, “pai da criatura”, encontrou motivos para arrepende-se do engendo; 16 anos depois, em 1963, escreveu que: “[...] la CIA ha sido desviada de su función original y se ha convertido en un brazo de operaciones que a veces es el que dirige la política del gobierno; [a ela devem atribuir-se] algunas de las complicaciones y situaciones embarazosas que estimo hemos experimentado”.²¹³

Em outubro de 1951, a CIA obteve nova autorização do Conselho Nacional de Segurança (diretriz 10/5) que lhe permitiu estender suas operações secretas pelo mundo todo. De certa forma, “A CIA foi chamada a intervir nos casos em que a diplomacia constituía um meio de ação insuficiente para a ‘segurança nacional’ dos Estados Unidos e quando uma intervenção militar direta era contra-indicada. Foi o domínio da ação secreta”.²¹⁴ A partir desse momento, as modalidades de operações que a CIA desenvolvia no exterior se diversificaram significativamente organizando, em escala global, ações subversivas ou de desestabilização. Em essência, a partir dessa diretriz, o governo dos EUA assumia, como sendo da sua alçada, atividades de todo tipo contra grupos estrangeiros ou Estados hostis. Evidentemente que essas operações deviam ser planejadas com máxima cautela, sem deixar rastros ou, então, deixando pistas diversionistas que dificultassem qualquer identificação da origem intelectual ou da autoria da execução da ação. E, principalmente, devia-se ter o máximo cuidado para que fossem encobertos todos e quaisquer indícios que vinculassem esses fatos com o governo estadunidense, o qual, de qualquer forma, diante de qualquer acusação de envolvimento nos mesmos, negaria toda evidência e responsabilidade.

Em 1955, a diretriz NSC-5412 aprovou outra orientação sobre a atividade subversiva (vigente pelo menos até fevereiro de 1970, quando da constituição da Comissão 40). Segundo essa diretriz, os objetivos da CIA foram reorientados, fundamentalmente, para o combate do grande inimigo, o comunismo internacional, em todas as suas dimensões. Nesse sentido, cabia à

²¹² SELSER, Gregorio. **CIA: De Dulles a Raborn**. Buenos Aires: Ediciones de Política Americana, 1967. p. 18.

²¹³ “CIA: la gusanería empieza a hervir”. *Marcha*, 26/09/69, p. 11.

²¹⁴ COMBLIN, op. cit., p. 129.

organização: criar e explorar problemas em prejuízo do comunismo internacional, desacreditando-o; enfraquecer seus partidos e organizações; lutar contra a projeção do mesmo em qualquer região do mundo; reforçar a orientação pró-EUA das nações do “mundo livre”; favorecer grupos que aspiravam desenvolver relações de mútuo interesse com os EUA; aumentar a capacidade de defesa e de resistência dos povos e das nações do “mundo livre”; e desenvolver a resistência clandestina e as operações secretas e guerrilheiras nas áreas onde dominava o inimigo. Os meios e métodos para alcançar esses objetivos consistiam em operações secretas relacionadas com propaganda, atividades políticas, sabotagem econômica, *lockout*, diversionismo, conspiração, atentados, financiamento de unidades paramilitares, ações de desestabilização contra grupos ou Estados hostis.²¹⁵

Desde sua criação, a CIA teve um peso crescente na formulação e implementação das diretrizes da política externa dos EUA, fornecendo informação e inteligência ao Departamento de Defesa, ao Conselho de Segurança Nacional e ao próprio presidente. Seus informes e relatórios sobre países, grupos políticos, movimentos sociais, atores econômicos e organizações revolucionárias lhe conferiram um papel estratégico e central na estrutura de poder do país.²¹⁶ As atividades de inteligência eram a função legal e legítima que se esperava da “Companhia”,²¹⁷ função essa que, dentro do cenário da Guerra Fria era reconhecida inclusive por aqueles governos que podiam sentir-se atingidos pela organização. O que realmente causava embaraço eram as crescentes ações encobertas, verdadeira interferência no que diz respeito à autonomia da

²¹⁵ SYROKOMSKI et al., op. cit., p. 35-36.

²¹⁶ KRYZANEK, 1987, p. 156.

²¹⁷ O semanário *Marcha*, na matéria de 26/09/69 já citada, denunciava que, apesar do protagonismo da CIA, esta agência de espionagem e inteligência não era a única dos EUA e nem a única a atuar na América Latina. Assim, apresentava uma lista de organismos que compunham, na época, o sistema estadunidense de inteligência:

1º) G-2 do Exército: desempenhava funções de informação sobre armamentos e exércitos estrangeiros, levantamento cartográfico, contra-espionagem, etc.

2º) Oficina de Inteligência Naval: desempenhava funções de informação sobre poderio naval estrangeiro e cenários geopolíticos locais (praias, baías, portos, ilhas, etc.).

3º) Força Aérea: desempenhava funções de informação sobre potencial estrangeiro (projeteis dirigidos, bombardeiros, satélites e radares) através de agência própria (A-2).

4º) Comissão de Energia Atômica: desempenhava funções de informação sobre poderio atômico das potências nucleares e intervinha na formulação da política atômica dos EUA. Ramo autônomo do “governo invisível” [do CMI].

5º) FBI: desempenhava funções de investigação criminosa convencional e de contra-espionagem (Divisão Nº 5: “inteligência doméstica”). Subordinado ao Departamento de Justiça.

6º) Oficina de Inteligência e Investigação do Departamento de Estado: desempenhava funções de análise de dados proporcionados por outros serviços. Segundo *Marcha*, seu orçamento era o único de conhecimento público (aproximadamente US\$ 3 milhões anuais - dados de 1969).

7º) Agência de Segurança Nacional (NSA). *Marcha* afirmava que constituía, junto com a CIA e a AID, o centro da inteligência norte-americana. Subordinada à Secretaria de Defesa, suas funções eram nebulosas. *Marcha* indicava que a organização se dedicava a confeccionar e decodificar mensagens cifradas (“áudio vigilância” e “interceptação telefônica”) e que possuía mais de 2 mil estações interceptoras no mundo inteiro.

8º) Agência de Inteligência de Defesa (DIA): desempenhava funções de espionagem espacial. Moderno serviço criado no princípio dos anos 60 diante do progresso soviético nesse campo. “CIA: la gusanería empieza a

vida política interna de cada país atingido.²¹⁸ A “Companhia” procurava justificar seu apoio a uma organização sindical, estudantil ou política pró-estadunidense, por exemplo, com o argumento de que isso era estratégico para garantir orientações internas favoráveis aos EUA e suas diretrizes gerais. Alegava que as operações encobertas realizadas na América Latina contribuíam para neutralizar forças inimigas e que, sem essas atividades clandestinas, os EUA estariam perdendo um fator estratégico muito eficiente para garantir a proteção e o apoio dos seus aliados locais.²¹⁹ Claro que isso provocou fortes reações internas e externas, como as denúncias internacionais que responsabilizaram à CIA e aos EUA pelo golpe que derrubou Jacobo Arbenz na Guatemala em 1954. Nessa mesma linha, colocaram-se as denúncias apresentadas reiteradamente no interior do Congresso norte-americano, como as formuladas pela Comissão presidida pelo então senador Frank Church sobre as atividades clandestinas da CIA na América Latina (*Informe Church*).

No cenário latino-americano, a atuação da CIA não entrou em contradição com as orientações gerais da política externa da superpotência dentro do marco da Guerra Fria. Pelo contrário, a eclosão vitoriosa da Revolução Cubana permitiu à organização uma justificativa concreta para envolver-se muito mais nos conflitos regionais. Seus agentes, ao coletarem e transmitirem informações sobre a existência e a multiplicação de “organizações comunistas”, tornaram-se instrumentos do processo de “pentagonização”. Aliás, a CIA, como não poderia deixar de ser, também mascarou, sob o rótulo de “comunista”, organizações e pessoas portadoras de diversas matrizes político-filosóficas, contribuindo, sensivelmente, para o aumento da percepção sobre a existência da temida “ameaça comunista”.

Simultaneamente, a organização montou conexões locais com a grande rede de inteligência e espionagem sob seu controle, visando, entre outras coisas, não só cooptar quadros para a organização (como agentes ou informantes), mas também, estabelecer relações com as instituições responsáveis pelas tarefas de segurança interna e repressão, particularmente as organizações de inteligência locais. Os contatos com estas permitiu à CIA receber valiosa informação sobre a presença e as movimentações de setores nacionais democráticos e ou antiimperialistas.

Em meio a todas as atividades da CIA, existiu uma que se revestiu de um

hervir”. *Marcha*, 26/09/69, p. 12.

²¹⁸ Além das atividades já indicadas, ressaltam-se atividades explícitas de conspiração contra governos considerados hostis ou inimigos, através de inúmeros subterfúgios, como apoio às greves, sabotagem ou subversão (Chile, 1971-73), ações de desestabilização para a derrubada violenta de governo constituído (Irã, 1953), organização de expedição militar para derrubar governo (Guatemala, 1954; Cuba, 1961), organização de exércitos mercenários (Laos, 1960). COMBLIN, op. cit., p. 130.

²¹⁹ KRYZANEK, op. cit., p. 157.

significado especial para as nações integradas no sistema americano: foi a assistência às polícias secretas dos Estados dependentes. A finalidade dessa assistência era formar em cada país uma organização semelhante à CIA, tecnicamente tão bem organizada quanto ela, e igualmente eficaz. Pode-se dizer que essa forma de ajuda ao desenvolvimento foi a mais eficiente de todas. Os mestres podem se orgulhar de seus discípulos.²²⁰

Embora a CIA trocasse informação, é evidente que a relação foi sempre desproporcional em detrimento da organização de inteligência local. Aliás, independente da colaboração existente, também elas sofriam a infiltração da “Companhia”.

Os agentes infiltrados no meio da população, nos sindicatos, nas organizações estudantis, nos partidos políticos, na imprensa ou na polícia²²¹ elaboravam listas de “comunistas” ou de indivíduos identificados (com matizes variados de periculosidade) como colaboradores, suspeitos, simpatizantes ou conhecidos, assim como relações de endereços de locais suspeitos.²²² Os colaboradores ou agentes “nacionais” recrutados pela CIA não constavam nas listagens oficiais de funcionários das missões (“estações”) oficiais da organização junto às embaixadas dos EUA nos respectivos países da América Latina. O processo de cooptação foi fundamental para complementar os quadros visíveis ou encobertos, próprios da CIA em cada país. Agentes locais, considerados muito valiosos pela possibilidade de camaleonizar-se no meio da população, eram colocados a soldo da “Companhia”. Citando o exemplo do Equador, o ex-agente Philip Agee apontou - entre os agentes recrutados - congressistas, militares, sindicalistas, dirigentes estudantis e políticos, jornalistas, diplomatas (até o representante equatoriano na ONU), comerciantes, proprietários de hotéis (estratégicos para espionar com escuta), padres, empresários, cientistas, professores universitários e até esportistas (jogadores de basquete do time *Juventud Católica*).²²³ Os alvos visados pela CIA para infiltrá-los foram diversos. Partidos políticos de direita e centro-direita, organizações sociais, sindicatos e outros eram penetrados sem maior dificuldade pela organização. Zubenko elenca significativa lista de políticos latino-americanos que foram agentes da Companhia: Epifanio Mendes Fleitas (Partido Liberal Paraguayo), Renato Pérez Druhe (Movimiento

²²⁰ COMBLIN, op. cit., p. 130.

²²¹ A infiltração chegou ao centro da cúpula do poder como nos casos de Luis Vargas Garmendía, ministro do Interior do Uruguai, denunciado em 1980 como agente da CIA, e de Miguel Nassar Haro, chefe da Direção Nacional de Segurança do México que, em 1982 foi denunciado por ter proporcionado à CIA dados sobre emigrantes de El Salvador e da Guatemala. ZUBENKO; TARASÓV, op. cit., p. 35. Anteriormente, Philip Agee havia proporcionado significativa lista de organizações infiltradas ou encobertas pela “Companhia” que agiam no Uruguai, bem como de funcionários públicos e de notórias personalidades políticas do país que eram agentes da organização. AGEE, Philip. **Dentro da “Companhia”. Diário da CIA**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976. Informações importantes sobre a conexão de autoridades uruguaias com a CIA também são encontradas no depoimento de Manuel Hevia (op. cit.).

²²² ZUBENKO; TARASÓV, op. cit., p. 22.

²²³ AGEE, op. cit.

Cristiano Social, Equador), Rafael Arizaga (Partido Conservador, Equador), Sergio Onofre Jarpa (Partido Nacional, Chile). Em relação ao Uruguai, identifica Benito Nardone (político ruralista vinculado ao Partido Blancos) que chegou a ser presidente do país. Sua esposa Olga Clerici de Nardone também colaborou.²²⁴

No processo de cooptação, foi estratégico obter a colaboração de empresários e funcionários vinculados a empresas de comunicação e com acesso a meios de informação (jornais, revistas, editoras, agências de notícias, programas e canais de rádio e TV); estes agentes ou aliados desempenharam um papel fundamental na veiculação de propaganda e contra-informação disponibilizando à “Companhia” uma grande rede de meios massivos de comunicação. Foram peças importantes nas redes internas montadas clandestinamente e financiadas pela CIA. Os mecanismos de cooptação dos agentes foram variados, mas a afinidade ideológica com os EUA e a corrupção generalizada constituíram instrumentos de grande eficiência. Mais difícil era penetrar no interior de partidos de esquerda ou de movimentos revolucionários. Mesmo assim, a infiltração acontecia. A revista *Time* informava que parte dos recursos destinados a desestabilizar o governo da Unidade Popular de Allende, fora utilizado no pagamento de provocadores conjunturais, e de agentes infiltrados no Partido Socialista.

A CIA também infiltrou um vasto sistema de organizações e empresas que serviram de fachada para esconder suas atividades e seus agentes encobertos. Zubenko & Tarásov citam as “*corporações de Delaware*”, empresas fictícias sediadas nesse Estado norte-americano onde existiu, na época, uma legislação bastante permissiva quanto à falta de regulamentação de normas de inscrição de sociedades anônimas, o que permitiu à CIA constituir, sem maiores receios, organizações fictícias que depois utilizou na América Latina para encobrir sua atividade subversiva.²²⁵ Nos países atingidos pela sua atuação, a organização orientou alguns dos agentes infiltrados para que se envolvessem em atividades econômicas de “fachada”. Esse tipo de experiência foi relatada pelo cubano infiltrado na CIA Manuel Hevia, que no Uruguai desempenhou, sucessivamente, atividades como professor de língua inglesa, tradutor e até dono de um bar noturno nas proximidades de Punta del Este.²²⁶

A rede que foi sendo montada durante as décadas de 50 e 60 mostra, claramente, que os objetivos da “Companhia” extrapolaram a simples coleta de informação para transformar-se, cada vez mais, em espionagem e crescente interferência no interior dos países alvos,

²²⁴ ZUBENKO; TARÁSOV, op. cit., p. 35-36.

²²⁵ Idem., p. 27.

²²⁶ HEVIA, op. cit.

praticando, freqüentemente, “ações sujas”. Volta-se, assim, aos receios, anteriormente formulados, a partir da origem da CIA quanto às funções que devia desempenhar. A questão é saber se houve um deslocamento deformador dos seus objetivos ou houve, de fato, intencionalidade em permitir brechas através das quais o Pentágono conseguiu desencadear ações que, de outra forma, seriam denunciadas como ilegais e poderiam ser bloqueadas pela própria estrutura política norte-americana. De certa forma, não há como deixar de registrar o paralelismo que existe, a partir do início da Guerra Fria, entre a conformação e o crescimento do Complexo Militar-Industrial e o serviço de inteligência, assim como o papel que desempenharam no processo de “pentagonização” das relações com a América Latina. A cautela e os alertas formulados por alguns políticos mostram a perda de controle institucional e a autonomização desses centros de poder em relação aos marcos democráticos da vida política do país. A revista *Planète*, ao descrever a estrutura que a CIA controlava fora dos EUA - com forças armadas sem bandeira e aviação de guerra que operavam em Cuba, Indonésia, Laos, Tibet e outras regiões do mundo, sabotando e organizando complôs -, afirmava que “[...] es mucho más que un servicio de espionaje. Es un verdadero gobierno clandestino de Estados Unidos en el extranjero”.²²⁷ O ex-agente Victor Marchetti diz que a sociedade estadunidense e boa parte do seu sistema político desconheciam a verdadeira atuação da CIA no exterior. Acreditavam, de fato, que ela envolvia-se apenas na coleta de informação e ignoravam que, na sua essência, agia fora de qualquer legalidade institucional visando a espionagem e a sabotagem como forma de criar fatos consumados para enfraquecer ou simplesmente derrubar governos hostis. Marchetti afirma ainda que, mesmo assim,

[...] o povo americano sabe do episódio da baía dos Porcos (1961), da queda de Mossadegh (1953), do suborno de Eduardo Frei, em 6 milhões de dólares, na eleição de 1964, da queda de Jacob Arbenz, em 1954, (Guatemala), do esquadrão volante que tenta assassinar Fidel Castro desde 1961, depois do fiasco da baía dos Porcos, e talvez de mais alguns episódios já revelados por jornais e jornalistas corajosos.²²⁸

Mas a sociedade estadunidense, conclui Marchetti, acredita que tais fatos são excepcionais ou excessos produzidos pelo fato do governo agir com muito zelo. Em realidade, a população estadunidense ignora que “[...] a função primordial da CIA é essa, e não a coleta de inteligência”.²²⁹

A metodologia utilizada pela organização correspondia ao campo de atuação das suas seções específicas (política, psicológica e paramilitar). A ação política imiscuía-se na

²²⁷ PLANÈTE, 1967, apud SELSER, op. cit., p. 29.

²²⁸ *Visão*, 10/06/74, p. 40.

dinâmica institucional dos países visando mudanças de regime, pacíficas ou violentas, para beneficiar setores pró-EUA. A ação psicológica preparava o cenário que antecedia a aplicação de medidas de força e até de intervenção golpista, alimentando o clima de efervescência e de desestabilização que induzia à interpretação da perda de controle e a necessidade de medidas fortes (até autoritárias) para recompor a ordem. Às vezes, a justificativa para esse tipo de ruptura constitucional ocorria com a potencialização do aumento de um sentimento anti-EUA, por parte da população, mostrada como vinculada ao comunismo e jogada contra o restante da sociedade, que, assustada, aceitava o golpe ou a escalada autoritária. O Chile de Salvador Allende certamente foi um dos casos mais explícitos de intervenção da CIA envolvendo os aspectos político e psicológico. Quanto à ação paramilitar, implicava na intervenção direta em território estrangeiro mediante operações bélicas executadas por unidades especiais encobertas. A agressão ao Vietnã exemplificou este tipo de atuação.²³⁰

Por outro lado, a ação de espionagem não teve limites. Até os setores considerados aliados podiam ser alvos da mesma, pois a organização procurava obter documentos comprometedores para provável utilização futura dos mesmos (como mecanismos de pressão ou, literalmente, de chantagem). Até diplomatas e adidos estadunidenses eram passíveis de sofrerem espionagem da CIA. Esta foi uma modalidade concreta de atuação que a organização desempenhou em território estrangeiro, procurando descobrir provas materiais ou morais que comprometessem indivíduos incômodos ou, então, plantando falsas acusações difíceis de serem desmontadas, o que induzia ao colaboracionismo. Os relatos de Philip Agee e Manuel Hevia são muito esclarecedores a respeito.²³¹

Como já foi afirmado, a CIA teve papel fundamental na organização, articulação e coordenação dos serviços de inteligência da região; assim, pautou a necessidade de estabelecer ações coordenadas que permitissem uma ação eficiente de vigilância sobre exilados políticos, bloqueando a atuação política destes e limitando-lhes o campo de ação, já que, a partir do exterior, desencadeavam campanhas de denúncias contra as ditaduras de SN. A jornalista Stella Calloni ressalta que foi a “Companhia” quem viabilizou as primeiras reuniões entre as autoridades uruguaias e argentinas responsáveis pela SN para discutir a vigilância dos exilados políticos, assim como pela intermediação da aproximação entre as lideranças paramilitares e dos esquadrões da morte brasileiros, argentinos e uruguaios. Tal modalidade de cooperação mostrou-se ser muito eficiente, principalmente no que diz respeito

²²⁹ Idem.

²³⁰ SELSER, op. cit., p. 29.

²³¹ AGEE, op. cit.; HEVIA, op. cit.

ao intercâmbio de informação sobre prisioneiros, pessoas e organizações procuradas.²³²

No trabalho de qualificação da repressão contra as manifestações de rua desenvolvido, principalmente pelas escolas policiais dos EUA, a CIA também deu sua contribuição específica. É curiosa, neste sentido, sua interpretação do que considerava o padrão esquerdista de *fabricação* de mártires e que divulgava às unidades policiais dos governos aliados dos EUA. Para os homens da CIA, a esquerda persistia na produção de um mártir entre suas fileiras nos conflitos de rua. Langguth diz que, para os instrutores da CIA, essa era uma tática comum utilizada pelos “marxistas” em qualquer parte do mundo, por isso, orientavam a polícia a não usar baionetas diante de manifestações públicas, pois os próprios manifestantes poderiam empurrar um companheiro contra elas para criar o mártir...! O procedimento dos setores de esquerda era, após a morte do manifestante, tomar o cadáver, carregá-lo pelas ruas, fazer um enterro público e, posteriormente, promover uma celebração pública multiplicando o impacto político de tal acontecimento.²³³

Uma das atividades em que a CIA mais se envolveu na região foi a transmissão de novos métodos de interrogatório. Isto não foi exclusividade dessa organização; as missões do FBI e as missões militares estadunidenses também centraram sua atuação contra-insurgente na coleta de informação e nas técnicas de interrogatório. Inegavelmente, o aumento da eficiência e a modernização dos organismos repressivos na região passou pela incorporação de novos métodos combinando tortura física e psicológica com a formação de funcionários qualificados para tal atividade. Os *experts* da CIA e seus colaboradores treinaram e formaram, nesses novos métodos, grupos de especialistas que além da violência física, inovaram com a utilização de substâncias químicas (como o LSD, a prolixina e a ansotina²³⁴) e aplicaram a tortura psicológica afetando a percepção sensorial dos indivíduos, isolando-os em solitárias, encapuzando-os, privando-os do sono e visando, como finalidade, sua desestruturação psíquica. A “Companhia” forneceu também equipamentos de tortura elétrica e assessorou sobre o grau de descarga (choque) elétrica que o corpo humano podia resistir.²³⁵

Um dos mais eficientes *experts* norte-americanos a trabalhar neste tipo de atividades, na América Latina, foi o já citado Dan Mitrione, antigo instrutor de polícia que, segundo Langguth, apesar das suas vinculações, não era agente da CIA, e sim do FBI e do Departamento de Estado. Aliás, segundo o jornalista, “[...] Mitrione, até receber a sua própria

²³² CALLONI, Stella. **Operación Cóndor: los años del lobo**. Buenos Aires: Peña Lillo y Ediciones Continente, 1999. p. 17.

²³³ LANGGUTH, op. cit., p. 54.

²³⁴ A prolixina produz reações similares aos sintomas do mal de Parkinson enquanto que a ansotina produz delírios ou ilusão de próxima morte. ZUBENKO; TARÁSOV, op. cit., p. 24.

unidade de comando no Uruguai, foi eclipsado e ignorado pelos embaixadores norte-americanos e pelos funcionários da CIA.”²³⁶ Nas suas aulas, Mitrione ensinava que o interrogatório era constituído de várias fases que deviam ser seguidas metodicamente. Primeiro, ocorria uma fase obrigatória que denominava de amaciamento, onde o preso sofria as agressões físicas e as humilhações de praxe (os torturadores argentinos e uruguaios se referem a isto como passar pela “máquina”). O objetivo desta primeira bateria de agressões era mostrar à vítima o quanto estava indefesa e desconectada da realidade. Uma segunda fase repetia a agressão física só que em absoluto silêncio, procurando desconcertar quanto aos reais motivos da prisão e das intenções para com ela. Para Mitrione, concluída estas fases, o preso certamente já apresentaria sinais de perda de resistência (“estar quebrado”); era chegado, então, o momento de começar o interrogatório propriamente dito.

A violência utilizada contra o interrogado devia ser limitada às condições de sobrevivência do mesmo, por isso, Mitrione afirmava que todo preso devia receber um minucioso exame médico para avaliar suas condições físicas e seu grau de resistência. Ele devia continuar aferrado a uma esperança de vida.²³⁷ Para Mitrione: “Una muerte prematura significaría el fracaso del técnico.”²³⁸ Mitrione, com o orgulho da eficiência asséptica do *expert*, sintetizava o ideal da função do interrogador: “Dolor preciso, en el lugar preciso, en la proporción precisa.”²³⁹

Apesar da sua contundência, a frase de Mitrione está em plena concordância com a do diretor da CIA, William Colby, que, ao declarar diante do Congresso dos EUA sobre a Operação Phoenix, aplicada no Vietnã, afirmou que a mesma “[...] preconizaba la detención por cuanto respetamos la vida humana [provocando risos dos presentes]. Además, se sabe que el hombre viviente puede dar información y un cadáver no”.²⁴⁰ Colby falava com propriedade. Em 1966, como subdiretor da “Companhia”, colocara em prática aquela operação, parte do programa geral de “pacificação” do Vietnã, criando organizações paramilitares responsáveis por milhares de seqüestros e assassinatos em todo o país. Idealizada como “pacificação” das aldeias sul-vietnamitas, essa operação contava com “pelotões de exploração provincial” integrados por unidades irregulares que realizavam operações punitivas contra os povoados e eram apoiados por 44 centros de informação “[...]”

²³⁵ CALLONI, op. cit., p. 17.

²³⁶ “Os instrutores de polícia, como Mitrione, eram os soldados de infantaria da América Latina; os funcionários da CIA eram os oficiais; os embaixadores, os altos adidos militares; e os chefes dos postos da CIA dos escalões superiores de cada embaixada norte-americana, os comandantes de campanha”. LANGGUTH, op. cit., p. 41.

²³⁷ HEVIA, op. cit., p. 293.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem, p. 292.

cuyo personal torturaba de manera sistemática a compatriotas sospechosos.”²⁴¹ Cínicamente, Colby acrescentava que:

En más de dos años y medio de realización del programa Fenix, fueron capturadas 29 mil personas, convertidas en traidores 17 mil, y muertas 20.500. El 87 por ciento de las muertes fue ocasionado por unidades regulares y paramilitares y sólo el 13 por ciento por la policía y servicios análogos.²⁴²

Talvez o mais importante das declarações de Colby diante do Senado tenha sido o reconhecimento de que as ações da Operação Phoenix eram do conhecimento do governo dos EUA, do presidente, do Conselho de Segurança Nacional e até do Congresso.

Em fevereiro de 1970, quando a Agência de Segurança Nacional (NSA) instituiu a Comissão (Comitê) 40 e substituiu todas as diretrizes do NSC anteriores sobre as operações secretas. A nova estrutura era criada para centralizar e monitorar a atuação secreta da CIA, preocupação que vinha desde a administração Eisenhower. O significado dessa pequena estrutura de poder, diz o jornalista inglês Christopher Hitchens, está no fato de que se tratou de uma organização semiclandestina, presidida por Henry Kissinger entre 1969 e 1976, que, em síntese, centralizava e supervisionava as ações secretas dos EUA. Seu caráter nebuloso se confirmou com as denúncias de intervencionismo no Chile, nos trágicos acontecimentos de setembro de 1973. Em sessão do Senado, em 1973, William Colby, indagado sobre as atividades do Comitê 40, reconheceu que “O Doutor Kissinger é o presidente do grupo, como assistente do presidente nos assuntos de segurança nacional”.²⁴³ Com isso, conectava diretamente a administração Nixon ao “trabalho sujo” desenvolvido pela CIA no exterior. A afirmação de Colby, detentor de qualificada informação a respeito do funcionamento do sistema de espionagem e de interferência estadunidense no exterior, levou Hitchens a concluir que: “Em qualquer ação secreta importante que tenha ocorrido entre os anos de 1969 e 1976, é certo que Henry Kissinger se encontrava no mínimo ciente, e talvez fosse responsável por ela.”²⁴⁴

O mesmo Colby, posteriormente, declararia que: “[...] os Estados Unidos tem direito a atuar ilegalmente em qualquer região do mundo, acumular investigações nos demais países

²⁴⁰ CALLONI, op. cit., p. 21.

²⁴¹ Idem, p. 21.

²⁴² Idem.

²⁴³ Além de Kissinger, faziam parte do Comitê 40 o general George Brown (presidente dos secretários-adjuntos do Departamento de Estado), William Clements Jr. (secretário representante do Departamento de Defesa), Josep Sisco (subsecretário de Estado para Assuntos Políticos) e William Colby (Diretor da CIA). HITCHENS, op. cit., p. 53-54.

²⁴⁴ Idem, p. 54.

e até levar a cabo operações tais como a intromissão nos assuntos internos chilenos”.²⁴⁵ Efetivamente, a Operação Phoenix foi aplicado no Chile após a derrubada de Salvador Allende, quando se aplicou tudo aquilo que Colby considerava “de mais avançado” em matéria de operações secretas e criminosas.²⁴⁶ Os dossiês publicados por Noam Chomsky, na obra *Banhos de Sangue* (1976), mostram as profundas implicações da CIA na denominada Operação Chile através de linhas de financiamento, conexões profundas com os setores golpistas e no estímulo e apoio para as atividades repressivas desencadeadas.

O semanário uruguaio *Marcha* repercutia, em novembro de 1974, com profunda preocupação, que o volume de atividades clandestinas da CIA era de tal monta que, dos seus 16.500 funcionários, 11 mil destinavam-se a elas e, do seu orçamento anual (de aproximadamente US\$ 750 milhões), mais de dois terços destinavam-se às ações encobertas. Menos de 20% dos funcionários e menos do 10% do seu orçamento eram efetivamente destinados àquela que devia ser sua alegada função original, a análise de inteligência e o processamento de informação.²⁴⁷ Um ano antes, o mesmo semanário, delineando as complexas tramas da informação/contra-informação, anunciava, com consternação, quem era Ernest Siracusa, o novo embaixador que os EUA estavam destinando para o Uruguaio governado por Bordaberry. *Marcha* informava que Siracusa havia sido Assessor de Negócios da Embaixada dos EUA no Peru até outubro de 1969, quando foi expulso do país ao ser identificado como encarregado da Chefatura da CIA para América Latina. Nomeado embaixador na Bolívia, em 1970, conspirou contra o governo Ovando, que iniciara uma política de nacionalizações e expropriações, como a da *Gulf Oil*. Segundo uma fonte de *Marcha*, Siracusa era o autor das seguintes palavras:

Nuestros amigos industriales y del gran comercio, aquí en Bolivia, van a colaborar con el plan, limitando sus operaciones, y si es preciso, cerrando sus fábricas aduciendo dificultades económicas causadas por la política del gobierno con la finalidad de producir una verdadera explosión que enfrente a obreros sin pagar al gobierno de Ovando.²⁴⁸

Frase que, na sua essência, coincidia com o espírito das palavras emblemáticas do presidente Nixon quando, em relação ao Chile de Allende, ordenava “fazer a economia [chilena] gritar”.²⁴⁹ Quanto à Bolívia, os fatos comprovam que, independente da autenticidade da versão apresentada por *Marcha*, o país foi sacudido por uma onda de pressões político-

²⁴⁵ CALLONI, op. cit., p. 19.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Asesinos y bufones. La CIA y el culto del espionaje. *Marcha*, 15/11/74, p. 16.

²⁴⁸ El embajador de la CIA. *Marcha*, 22/06/73, p. 8.

²⁴⁹ HITCHENS, op. cit., p. 99.

empresariais que derrubou Ovando mas foi resistida pelo general Torres. Curiosamente, Siracusa continuou como embaixador dos EUA na Bolívia; e Torres foi derrubado em agosto de 1971. Os acontecimentos na Bolívia tornam inevitável o paralelo entre a metodologia de desestabilização desencadeada nesse país (sabotagem e *lockout* patrocinado pelo empresariado com apoio dos meios de comunicação, das companhias estrangeiras e do governo dos EUA), com aquela desenvolvida contra o Chile de Allende, dois anos depois. Não desconhecendo as peculiaridades de cada caso específico, é evidente a existência de um padrão comum quanto a uma estratégia de desestabilização, o que é corroborado pela documentação que comprova, na elaboração e na organização de tais eventos, a forte presença da CIA. Finalmente, cabe salientar que a “Companhia” também esteve implicada diretamente na posterior configuração da Operação Condor, fato apontado nas obras de Stella Calloni²⁵⁰ e de Francisco Martorell.²⁵¹

2.2.5 – A Aliança para o Progresso e a Missão Rockefeller: a influência político-econômica

A Aliança para o Progresso e a Missão Rockefeller foram iniciativas sobretudo de cunho político que procuraram incidir a partir das preocupações com as “fronteiras ideológicas”, a Segurança Nacional e o avanço das forças de oposição à ordem vigente latino-americana. A primeira, consistiu-se num ambicioso programa de ajuda econômica aos governos “amigos” da região, desencadeado pela administração Kennedy e condicionado à implementação local de políticas públicas que combatessem o desemprego e melhorassem as condições de vida, sobretudo das populações mais carentes. Quanto à Missão Rockefeller, esta foi uma iniciativa do governo Nixon para a elaboração de um amplo diagnóstico sobre a situação de cada país da América Latina que possibilitasse orientar, com eficiência, a política dos EUA no conturbado contexto do final dos anos 60, quando da expansão da radicalização política e social por todo o subcontinente.

Desenhados os novos desafios para os EUA e as elites locais aliadas, no início da década de 60, a proposição da ALPRO virou ponto destacado na estruturação de um forte esquema que pretendia enfrentar certos problemas crônicos na base produtiva das economias latino-americanas. A intenção era gerar, a médio prazo, dividendos políticos que permitissem

²⁵⁰ CALLONI, op. cit.

estancar a instabilidade social que alimentava protestos e mobilizações, sobretudo após a vitória da Revolução Cubana e sua definição pelo projeto socialista. Em março de 1961, em início de mandato, o presidente Kennedy tornava público, diante do corpo diplomático latino-americano, o programa que sua administração pretendia implementar nas relações com a região e que era denominado de Aliança para o Progresso. Paradoxalmente, este fato ocorreu poucas semanas antes da invasão da Baía dos Porcos, em Cuba.²⁵² Dois fatos que aparentemente são contraditórios, mas que mostram a ambigüidade da política estadunidense para a região (pelo menos até o início da era Kissinger-Nixon): a ajuda econômica emoldurada por um discurso de inclusão social e de fortalecimento democrático e o uso da força como mecanismo concreto de repressão e intervenção.

Para Vivian Trias, o fator desencadeador da ALPRO foi a irrupção da Revolução Cubana, a grande novidade da Guerra Fria na América Latina.²⁵³ A conexão entre o medo da expansão revolucionária pelo continente e a implementação de reformas que esvaziassem o processo de acirramento social e político é evidente. A proposição da ALPRO pela administração Kennedy era o atestado de que parte do *establishment* dos EUA concluía que não era possível continuar desconhecendo as profundas implicações entre pobreza e revolução. O processo de *cubanização* da América Latina precisava ser enfrentado não só no campo da política, mas também com mecanismos econômicos; para isso, tornava-se necessário ressaltar o caráter democrático do modelo norte-americano diante do avanço da ameaça comunista.²⁵⁴

Como marco geral, a ALPRO apontava, para a necessidade de enfrentar a grave crise estrutural regional, o que devia ocorrer através de um rigoroso planejamento na implementação de medidas que eram sugeridas aos governos aderentes. Estes, junto com os EUA, na *Declaração dos Povos de América*, acordaram desenvolver um vasto esforço para melhorar a vida dos habitantes do continente. Esperava-se dos governos latino-americanos o compromisso no cumprimento de todas as etapas do programa, o que, segundo o primeiro ponto do programa representaria “uma década de esforço máximo”. A administração Kennedy comprometia-se com uma quantia inicial de meio bilhão de dólares formando um fundo de financiamento para investimentos sociais. O leque de medidas propostas pelo programa era

²⁵¹ MARTORELL, Francisco. **Operación Cóndor. El vuelo de la muerte**. Santiago de Chile: LOM, 1999.

²⁵² Para Trias a proposição da ALPRO só se justifica pelas perdas econômicas e políticas dos EUA em Cuba. A relação é evidente; uma simples correlação de datas esclarece o sentido real das intenções da superpotência. Elucida tal questão saber que, em 13 de março de 1961, enquanto o presidente Kennedy apresentava as diretrizes da ALPRO, o Pentágono acelerava os preparativos para invadir a ilha. TRIAS, op. cit., p. 20-21.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ KRYZANEK, op. cit., p. 98.

significativo. Entre outras, destacavam-se: a implementação de reformas (agrária, administrativa, tributária, educacional) visando melhorar as condições de vida das populações; a ajuda emergencial dos EUA através de excedentes alimentícios para combater a fome; o apoio a processos de integração (configuração de áreas de livre comércio); a cooperação técnico-científica e a capacitação de recursos humanos; etc. Um dos pontos estabelecia: “Un programa de intercambio educacional y cultural para incrementar el aprecio en los Estados Unidos de logros latinoamericanos en el pensamiento y en las artes creativas.”²⁵⁵

Tratava-se de uma tentativa de tornar mais próxima da opinião pública estadunidense a realidade continental, mas também de superar preconceitos historicamente construídos. Tornava-se necessário diminuir as resistências quanto à ajuda que os EUA encaminhavam para seus aliados regionais e uma das formas era divulgando uma percepção de pertencimento à mesma matriz societária (cristã e ocidental), o que, aliás, era uma das principais linhas argumentativas da DSN. Em essência, pretendia-se romper com aquilo que Lars Schoultz identifica como uma rígida estrutura mental que determina a visão dos norte-americanos em relação à América Latina.²⁵⁶

Poucos meses depois, em agosto de 1961, elaborou-se a Carta de Punta del Este, onde foram detalhados os meios para a consecução dos objetivos traçados. Além de reforçar o fortalecimento da democracia republicana e representativa como objetivo central, reconhecia-se que o desenvolvimento econômico e social era a base da estabilidade política e da melhoria de vida para as populações da região. O documento expressa, como espírito de fundo, o reconhecimento do princípio de autodeterminação dos povos.²⁵⁷

No seu conjunto, as medidas inseridas dentro do espírito da ALPRO, eram a contraparte da contra-insurgência. Entretanto, a ambigüidade perceptível a partir de uma simples comparação entre as duas proposições era só aparente. Em realidade, faziam parte da mesma estratégia, e esta era escancarada no nono ponto do programa da ALPRO. O mesmo expressava: “Una renovación del compromiso norteamericano de defender a todas las

²⁵⁵ Idem, p. 99.

²⁵⁶ SCHOULTZ, op. cit.

²⁵⁷ As diretrizes econômicas apontavam para: a) Aceleração do desenvolvimento econômico-social com uma expectativa de crescimento de 2,5% anual *per capita*; b) diversificação equilibrada das estruturas econômicas e combate à monocultura; c) aceleração da industrialização; d) Impulsionar programas de reforma agrária; e) eliminação do analfabetismo estendendo o ensino em todos os níveis; f) melhoria das condições de salubridade visando aumentar, num prazo de cinco anos, as expectativas de vida; g) estabelecimento de política monetária e financeira que combata a inflação e a deflação, e política tributária baseada no imposto à riqueza; h) fortalecimento de acordos de integração econômica continental (Mercado Comum Latino-americano); i) busca de soluções cooperativas ao grave problema dos preços das matérias primas; j) estímulo da atividade privada. TRIAS, op. cit., p. 17.

naciones americanas ‘cuya independencia está en peligro’ mediante el sistema de seguridad colectiva de la OEA, permitiendo que estas naciones ‘dediquen al uso constructivo una porción mayor de esos recursos que ahora se gastan en instrumentos de guerra’”.²⁵⁸

Subentendia-se aqui três aspectos centrais. Primeiro, as reais motivações que moviam os EUA a propor um programa de ajuda de caráter reformista, vinculava-se ao combate das raízes das tensões sociais e relacionava a concessão de benefícios à colaboração conseqüente dos respectivos governos no cumprimento de ações de defesa interna. Segundo, conformava uma certa ingerência, pois condicionaria a continuidade da ajuda e das linhas de financiamento a partir do uso racional dos capitais disponibilizados para combater as mazelas sociais (fome, desemprego, analfabetismo, etc.). Havia pressão para que os recursos da ALPRO não fossem redirecionados ao gasto militar, o que, parecia entrar em contradição com os interesses centrais do CMI. Na prática, pretendia-se uma ação racional e centralizada no combate dos focos “subversivos”, não se tratava de acabar com o gasto militar, mas sim de adequá-lo às necessidades locais. Terceiro, os EUA inseriam como marco legitimador do esforço coletivo contra a ameaça comunista a própria OEA. Ou seja, esta perdia a função diplomática de estrutura mediadora de conflitos. Conseqüentemente, os países da região tornaram-se reféns desta ordem continental. A posterior expulsão de Cuba e o isolamento que lhe foi imposto mostraram os limites dos tão apregoados valores da tolerância da democracia e da justiça norte-americana enquanto que, o enquadramento da OEA, reduziu muito o espaço de negociação regional e do exercício da autodeterminação dos povos, diferente do que se havia estabelecido na Carta de Punta del Este.

O programa da ALPRO anunciava o alvo a ser enfrentado. Se o principal objetivo era a contenção da ameaça comunista, a tradição política latino-americana era percebida como fator inibidor do sucesso do programa de combate à miséria. Ao considerar que a instabilidade política da região resultava do acirramento de classes originado de um agudo desequilíbrio econômico e de uma injusta ordem social, reconhecia-se a existência de setores dominantes marcadamente conservadores e defensores de um *status quo* excludente e autoritário. Sua postura intransigente estimulava a radicalização da oposição. O boicote contra as reformas em curso levou essas frações da velha oligarquia a ter que enfrentar pressões dos defensores locais da ALPRO e do governo dos EUA. Era necessário convencê-las de que o insucesso das reformas poderia reforçar as tensões revolucionárias. De forma solene, o presidente Kennedy, que denominava a ALPRO de “revolução pacífica em escala hemisférica”, augurava, um ano

²⁵⁸ KRYZANEK, op. cit., p. 99.

após sua publicitação, que: “Essa revolução [...] continuará depois que seus objetivos tenham sido alcançados. Se não forem alcançados, a revolução continuará, mas seus métodos e resultados serão tragicamente diferentes.”²⁵⁹ Kennedy, mesclando apelo com ameaça velada, pressionava em um duplo sentido. Internamente, procurava enfraquecer a oposição ao programa com um discurso que anunciava a iminência da ruptura institucional e anticapitalista se a ALPRO falhasse ou fosse paralisada pelo Congresso. Externamente, sua fala parecia mais ameaçadora, repartindo a responsabilidade entre seus aliados (suspeitos de serem politicamente incompetentes) e os setores intransigentes que, apesar de tudo, comungavam do seu anticomunismo. Um ano depois, Kennedy mostrava-se mais ameaçador: “[...] aqueles que tornam a revolução pacífica impossível tornarão a revolução violenta inevitável”.²⁶⁰ Ficava bem claro que Washington exigia um alinhamento incondicional das elites locais.

É curioso constatar a contraposição feita pelo discurso oficial anunciando uma revolução pacífica (da sua iniciativa) em oposição a uma revolução violenta. Em síntese, a revolução comunista era violenta; já, a pretendida pelos EUA e seus aliados ocorria dentro dos limites da liberdade, da democracia e da constitucionalidade. Nas entrelinhas era dito que o não alinhamento às propostas da ALPRO enfraquecia a revolução pacífica e, simultaneamente, favorecia o avanço do comunismo. As palavras de Kennedy levaram aliados locais a pressionar as frações intransigentes da elite diante das reformas propostas.

Uma outra questão colocada pelo alerta do presidente estadunidense refere-se à compreensão de que havia duas revoluções possíveis. Não se trata aqui de discutir o conceito, embora, numa perspectiva de mudança estrutural, é evidente que o programa da ALPRO não passava de um conjunto de tímidas reformas e não uma transformação revolucionária da sociedade. Mas isto é secundário. O que é central no postulado semântico da “revolução pacífica” é a tentativa de apropriação conceitual que, em termos concretos, visava a possibilidade de mobilização de setores populares pouco politizados (cooptando-os ou tornando-os mais refratários às idéias e aos grupos insurgentes) e de alguns segmentos de classe média anticomunista e também anti-oligárquica. Ou seja, pretendia-se dar a tais segmentos um ideal, uma bandeira, um protagonismo, uma justificativa ideológica e psicológica para que não se sentissem diminuídos diante da revolução da “esquerda”.

Apesar desses impasses, a evolução da implementação das medidas parece ter

²⁵⁹ Mensagem Especial ao Congresso de 12 de março de 1962. KENNEDY, op. cit., p. 151.

²⁶⁰ Discurso de 13 de março de 1963, ao cumprir-se um ano da Aliança para o Progresso. SCHULTZ, op. cit., p. 394.

agradado o presidente Kennedy. Pelo menos é o que se desprende de vários discursos sobre a ALPRO. Em janeiro de 1963, em um extenso balanço sobre a situação interna e externa dos EUA, Kennedy avaliava assim a Aliança para o Progresso: “[...] Orgulho-me de um programa e de um país que tem auxiliado a armar, alimentar e vestir milhões de pessoas que vivem nas linhas de frente da liberdade. [...]”²⁶¹ Chama a atenção o trecho final de frase. Parece ser (e de fato é) a condição da contraparte. Viver “nas linhas de frente da liberdade” podia ser entendido como viver na primeira trincheira de defesa da superpotência, o que estava de acordo com o entendimento da sobreposição da defesa externa dos EUA com a segurança interna dos países da América Latina. Também era entendido como resistir ao embate do “inimigo interno” defendendo a democracia ocidental e impedindo processos de *cubanização*. Independente disso, parece não haver dúvidas de que foi, justamente, a condição de viver “nas linhas de frente” da liberdade que justificavam e tornavam obrigatório o auxílio dessas populações. No mesmo discurso, Kennedy mostrava dados concretos da ajuda estadunidense ao programa:

[...] Proporciona-se hoje na América Latina, a uma em cada quatro crianças em idade escolar, através desse programa, ração extra de alimentos oriundos de nossos excedentes agrícolas. Distribuíram-se 1,5 milhões de livros didáticos e construíram-se 17.000 salas de aula. Auxiliou-se a dezenas de milhares de famílias de lavradores a reinstalarem-se em terras que podem chamar suas. [...]²⁶²

Estes dados, embora genéricos, atestavam o cumprimento do compromisso de combater as mazelas sociais existentes na base do sistema. Funcionando como prestação de contas, tais informações eram colocadas dentro de um discurso apologético que não encontrava eco na análise dos especialistas. O eixo central do discurso centrava-se no reconhecimento das atitudes positivas e colaboracionistas dos aliados regionais e da superação, por parte deles, dos entraves esboçados pelas frações dominantes intransigentes. Kennedy concluía que: “O programa está estimulando nossos bons vizinhos a ajudarem a si próprios e a realizarem reformas fiscais, sociais, institucionais e agrárias. [...]”²⁶³ Era um discurso cujo tom de inflexão se justificava frente ao receio, sempre presente, de que alguns congressistas questionassem os custos materiais do programa e a consecução dos objetivos políticos desejados.

Poucos dias depois, Kennedy retomaria o assunto ALPRO, só que agora colocando

²⁶¹ Terceira Mensagem sobre a situação da União, proferida no 14 de janeiro de 1963. KENNEDY, op. cit., p. 44.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

diretamente o filtro da perspectiva da SN ao explicitar como a Revolução Cubana estava por detrás das preocupações do governo. Em entrevista à imprensa, no dia 21 de março, destacava os pontos de consenso e concertação vigentes entre as repúblicas americanas:

[...] Concordamos em continuar nossos esforços, sob a Aliança para o Progresso, a fim de construirmos e fortalecermos o mecanismo para cooperação econômica com os países da América Central e com o Panamá – e entre eles –, inclusive a criação de uma comunidade econômica unificada. E concordamos, também, sobre a necessidade de medidas destinadas a deter o fluxo de agentes, dinheiro, armas e propaganda, de Cuba para a América Central. Todas as nações presentes estavam determinadas a que nos protegêssemos contra o perigo imediato e prosseguíssemos na grande obra de construir sociedades dinâmicas e progressistas imunes às falsas promessas do comunismo. [...] ²⁶⁴

A clareza das suas palavras explicita a ordem das preocupações. Ao falar no plural, Kennedy reconhece um protagonismo dos governos latino-americanos, que, provavelmente, na maior parte dos casos, inexistia. Fica claro também que essa aliança costurada pelos EUA através dos mecanismos visíveis e invisíveis do processo de “pentagonização” era apresentada com pretensões universais. A identificação dos aliados como representantes da totalidade das populações e/ou das nações da América Latina escondia o fato de que os governos com os quais se estabelecia o programa da ALPRO representavam, política e economicamente, parcelas de população nacional. Omitia-se, nesse tipo de representação, o contraditório. Ou seja, o discurso de Kennedy, da mesma maneira que o teor dos documentos da ALPRO, interditava a oposição, sobretudo a de esquerda. E, assim como a OEA desconhecera o direito de autodeterminação da população cubana ao desconhecer a legitimidade do seu governo, a mesma lógica incidia em cada Estado-membro quanto às forças políticas e sociais que optavam por projetos diferentes daqueles alinhados aos EUA. Essa foi uma tendência crescente no decorrer dos anos 60: os setores de oposição deviam ser neutralizados, isolados e, seus direitos políticos, quando houvessem condições favoráveis, deviam ser retirados. A ALPRO não era alheia a essa iniciativa.

Portanto, é necessário refletir sobre o real significado da ALPRO. Vivian Trias é enfático ao afirmar que foi uma política do imperialismo, uma tentativa de reestruturar o *status quo* sobre novas e mais sólidas bases. ²⁶⁵ Já Gregorio Selser identifica na origem da ALPRO os esforços do grupo Rockefeller para assegurar e consolidar seus vastos interesses

²⁶⁴ A América Central e o desenvolvimento de sociedades progressistas, entrevista de 21 de março de 1963. KENNEDY, op. cit. p. 154.

²⁶⁵ TRIAS, op. cit., p. 19.

econômicos na América Latina.²⁶⁶ Para Paul Barán, foi o reforço da aliança entre o imperialismo e os setores oligárquicos regionais, onde estes foram cooptados para intermediar o processo de exploração dos respectivos países.²⁶⁷ Segundo ele, se os recursos consignados tivessem sido aplicados nos programas e obras sociais previstas, poderia ter ocorrido relativa melhoria das condições de vida da população, além de atrair setores médios e formando uma “aristocracias operária” que ajudasse a esvaziar riscos de tensão social. Provavelmente, se assim tivesse sido, o recurso à força militar não teria sido tão vital. Mas, com a implementação restrita, a instabilidade tendeu a fugir do controle e deixar o regime muito dependente de saídas autoritárias. Barán conclui afirmando que: “Soborno económico-social y capacidad militar represiva, varían en relación inversa”. Com isso, aponta para um dos grandes problemas enfrentados pelo programa: a existência de redes de corrupção vinculados a uma cultura política dos setores dominantes da região.²⁶⁸

Vivian Trias entende que a ALPRO abriu novas possibilidades de lucros aos EUA ao promover reformas importantes para otimizar os investimentos realizados. Ele aponta três conseqüências econômicas básicas: a relação entre o aumento da capacidade aquisitiva local e o favorecimento da pauta de exportações dos EUA na região; o aumento da produção de matérias-primas produzindo uma tendência de baixa nos preços (favorecendo, indiretamente, o maior importador global, os EUA); a multiplicação dos rendimentos dos investimentos externos. Uma quarta conseqüência decorre da disseminação do suborno como mecanismo de cooptação política.²⁶⁹ No seu conjunto, a análise de Trias sobre os efeitos da ALPRO na região, aponta para um aprofundamento da subordinação econômica e política dos países latino-americanos.

Trias conclui tentando responder a seguinte pergunta: “¿no es esto un principio de desarrollo, el comienzo de un desarrollismo, a la larga, liberador?” E responde: “No por cierto”.²⁷⁰ Para ele, não há contradição na modernização de estruturas econômicas arcaicas ou na implementação de nichos produtivos sofisticados no interior de sociedades que continuam sofrendo relações econômicas internacionais de subordinação, como propõe a ALPRO. Tampouco é contraditório o esforço modernizador com a persistência do peso da tradição oligárquica no controle da superestrutura estatal. Para Trias, subdesenvolvimento não significa ausência total de desenvolvimento. Significa sim deformação, limitação do

²⁶⁶ SELSER apud TRÍAS, idem.

²⁶⁷ BARÁN apud TRÍAS, idem.

²⁶⁸ BARÁN apud TRÍAS, op. cit. p. 22.

²⁶⁹ TRIAS, op. cit., p. 24.

²⁷⁰ Idem, p. 25.

desenvolvimento, subordinação a diretrizes e interesses externos. A estrutura de dominação internacional a que estão subordinados os países da região (estrutura que Trias chama de neoimperialismo) impede um desenvolvimento interno equilibrado e fundamentado na industrialização e na tecnologização segundo as necessidades da economia nacional. E mantém ou aumenta padrões de desigualdade altamente excludentes.²⁷¹ Cabe aqui relacionar a análise de Trias com a de José Acosta Sanchez, quando este afirma que uma sociedade subdesenvolvida, ao sofrer as relações de dominação e de exploração do “imperialismo capitalista”, não constitui uma sociedade “atrasada”. É sim uma sociedade tradicional “deslocada”, não “em transição à modernidade”, senão “[...] terminada como sociedad dependiente, periférica, y en este sentido, bloqueada.”²⁷² Para Acosta Sanchez, o duplo efeito produzido pela permanente extração de riqueza da periferia para os centros hegemônicos mundiais expressam que tais sociedades periféricas sofrem uma espécie de “desenvolvimento del subdesenvolvimento.”²⁷³

O fracasso da Aliança para o Progresso foi provocado por vários fatores. Em primeiro lugar, a persistência do entrave detectado pelo próprio Kennedy, ou seja, a oposição de certas frações oligárquicas que discordavam de qualquer proposta de reformas. Fosse porque atingiam diretamente suas bases de poder (caso da reforma agrária e do combate ao analfabetismo), fosse porque entendiam que eram concessões excessivas, fosse pela miopia diante das mudanças estruturais das últimas décadas, o fato é que usaram seu prestígio e influência para boicotar ou desvirtuar o espírito das reformas. Em segundo lugar, os mecanismos tradicionais de corrupção conseguiram amealhar, para contas privadas, boa parte dos recursos destinados aos investimentos sociais. Em terceiro lugar, a falta de agilidade de uma burocracia que funcionou, muitas vezes, como contrapeso da necessidade de urgência no atendimento das demandas sociais. Em quarto lugar, o que Trias considera a razão básica do fracasso: o fato dos EUA não terem proporcionado os investimentos diretos e indiretos prometidos. O que configurou uma escassez de dólares.²⁷⁴ Por sua vez, os EUA haviam condicionado²⁷⁵ a ajuda financeira à exigência de uma constrangedora fiscalização que

²⁷¹ Idem.

²⁷² ACOSTA SANCHEZ, op. cit., p. 20. Os grifos são do autor.

²⁷³ Esta discussão está relacionada com o debate sobre o Desenvolvimento Desigual e Combinado. José Acosta Sanchez diz que os efeitos de uma política reformista e de “modernização econômica” não está em contradição com as diretrizes que emanam dos centros hegemônicos capitalistas. Em realidade, pode aliviar as tensões internas e gerar bons dividendos para os setores dominantes locais e até um certo grau de autonomização diante dos parceiros internacionais, mas isto não implica em mudança de ordem estrutural. ACOSTA SANCHEZ, op. cit., p. 20. Veja-se, também, o texto de George Novack sobre El Desarrollo Desigual y Combinado en la Historia Mundial (In: **Para Comprender la Historia**. México: Fontamara, 1989).

²⁷⁴ TRIAS, op. cit., p. 26.

²⁷⁵ A Aliança para o Progresso gerou muita decepção. Demetrio Boersner afirma que, desde o início, era evidente

aumentava o mal-estar com os diversos governos.²⁷⁶

No Uruguai, a escassez de dólares também foi constatada. A embaixada norte-americana no país, através da publicação *La Alianza para el Progreso en el Uruguay*, editada pelo Serviço Cultural e Informativo dos Estados Unidos, reconhecia que o seu país havia concedido mais de US\$ 71 milhões em quatro anos de execução da ALPRO. Porém, denúncias do conselheiro Alberto Heber ao Conselho do Estado do Governo (18/03/65), corroboraram que o país somente havia recebido US\$ 19 milhões, ou seja, ¼ do total divulgado pela embaixada estadunidense.²⁷⁷

O fato é que, após a morte de Kennedy, o programa foi mingando gradativamente. A orientação da administração Johnson enfatizou a opção contra-insurgente relegando a ALPRO a um segundo plano. No final da sua gestão, o balanço mostrava que os resultados da aplicação do programa haviam ficado muito aquém das expectativas e promessas iniciais. Paralelamente, o Congresso dos EUA, em 1967, com a conivência da Casa Branca, realizou importantes cortes orçamentários nas estimativas de ajuda a América Latina. Isto ocorreu num contexto de envolvimento cada vez maior da superpotência na guerra do Vietnã, desafio prioritário da sua política externa. De qualquer forma é importante frisar que, apesar do fracasso, a ALPRO representou importante mecanismo de transmissão dos elementos de “pentagonização”, principalmente porque chamou a atenção dos setores dominantes menos conservadores para um projeto de mudança que contribuísse no combate às grandes demandas sociais. Entretanto, este nunca foi o objetivo central do programa; tais mudanças, no máximo, não eram mais do que concessões que deviam ser feitas para evitar o processo de radicalização revolucionária. O fundamental, alegava-se, era a defesa dos valores e princípios da civilização ocidental, democrática e cristã. Em realidade, a ALPRO, assim como os demais mecanismos de “pentagonização”, devia servir de estratégia para salvaguardar o que, de fato, era essencial: as relações capitalistas de produção e a propriedade privada.

Quando Nixon assumiu a presidência dos EUA, em 1968, defrontou-se com um processo de desgaste com a América Latina produzido pela falta de resultados mais concretos da aplicação dos mecanismos e das diretrizes da ALPRO, além da rejeição de significativas parcelas da população contra a guinada do governo Johnson em incrementar a escalada intervencionista. Antes de definir uma reorientação da sua política para a região, a nova

que seria mais um mecanismo para “[...] mantener la dependencia económica de América Latina: los fondos no debían ser utilizados para proyectos de cambio estructural que resultaran en una mayor autonomía del desarrollo económico [...], ni tampoco serían suministrados a quienes nacionalizaran empresas de propiedad privada.” BOERSNER, Demetrio. **Relaciones internacionales de América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1987. p. 297.

²⁷⁶ Idem.

administração optou por encomendar a elaboração de um diagnóstico geral sobre o conjunto dos países da região a Nelson Rockefeller (ex-governador de Nova Iorque, executivo vinculado à *Standard Oil* e homem de confiança do presidente Nixon). Essa tarefa foi assumida no formato de missão itinerante integrada por especialistas de diversas áreas, visando fornecer informações, observações e recomendações que servissem de base para a elaboração de uma estratégia simultaneamente distante da experiência da ALPRO (avaliada como reformista e paternalista) e do pragmatismo intervencionista de Lyndon Johnson. Mais de 90 técnicos e políticos assessoraram a Rockefeller na visita a vinte países da América Latina (com exceção, por razões políticas, de Cuba, Peru, Chile e Venezuela).

O objetivo essencial da Missão Rockefeller, portanto, foi a elaboração de um quadro diagnóstico que permitisse identificar as carências demandadas e os setores com possibilidade de atuação dos Estados Unidos, com o intuito de melhorar as relações hemisféricas. A situação encontrada pelos técnicos estadunidenses, salvando as particularidades de cada caso, foi muito preocupante quanto ao avançado do processo de deterioração social e, conseqüentemente, de fragilização político-institucional. Em alguns países, a missão foi recebida com franca hostilidade; protestos e ameaça de tumultos fizeram com que, em certos casos, fossem canceladas atividades programadas.

O documento final entregue ao presidente Nixon pela Missão Rockefeller intitulou-se Informe sobre a Qualidade de Vida nas Américas. Nele, indicavam-se algumas das questões que mais tensionavam as relações com as populações locais como a negociação da dívida externa, os acordos por mercadorias e o pedido de mais ajuda. Além da intensificação comercial com os países da região, sugeria-se a flexibilização das barreiras que dificultavam o acesso da produção agrícola e manufatureira ao mercado dos EUA.²⁷⁸ Uma outra recomendação consistia em que o governo dos EUA procurasse “[...] impedir que se apliquen reglamentaciones impositivas a las inversiones privadas de los Estados Unidos en el extranjero”.²⁷⁹ Particularmente, o Informe destacava a deterioração na base social desses

²⁷⁷ TRIAS, op. cit., p. 28.

²⁷⁸ O Informe apontava a necessidade de uma revisão imediata das condições de intercâmbio comercial entre os EUA e a América Latina (“urge una nueva política comercial”), alavancando o potencial exportador da região (substituindo *ajuda* por *comércio*: *Trade not Aid*). Paralelamente, a concessão de preferências aduaneiras em um prazo razoável, por parte dos EUA, parecia ser “[...] la ‘única solución’ para disminuir el crónico déficit en la balanza de pagos y para estimular, a la vez, el desarrollo de América Latina”, ou seja, abrindo o rico mercado norte-americano aos manufaturados latino-americanos: “[...] el sueño dorado de las burguesías asociadas latinoamericanas.” ROCKEFELLER apud SCHILLING, Paulo. **El expansionismo brasileño**. México: El Cid Editor, 1978. p. 35.

²⁷⁹ Segundo Paulo Schilling, tais recomendações foram aceitas e colocadas em prática, de tal forma que os privilégios e garantias ao capital externo tornaram-se cada vez maiores em quase toda a região. O autor aponta o Brasil como caso exemplar, pois neste país foram eliminados, praticamente, todos os mecanismos de controle

países como sendo um fator crucial que, se continuasse desenvolvendo-se, poderia derivar em um processo generalizado de instabilidade e de situação revolucionária.²⁸⁰

Como diretriz geral para a formulação de políticas para a região, o Informe da Missão Rockefeller recomendou que os EUA assumissem a responsabilidade de representar a liderança moral na região, em nome da defesa da liberdade e da justiça regional, desenvolvendo formas de cooperação para melhorar a qualidade de vida dos países latino-americanos. Para isso, deviam-se deixar de lado divergências quanto às políticas internas específicas. A existência das mesmas não devia impedir o trabalho comum em benefício mútuo. Era o entendimento de que os EUA deviam deixar de pressionar os governos aliados quando estes tomavam medidas antidemocráticas para combater com maior eficiência a ameaça insurgente. Tal postulado externava que, em relação ao discurso da ALPRO (mas não da prática dos seus administradores), a questão democrática deixava de ser um tema sensível. O mais curioso é que, para legitimar as posições de força dos aliados, o Informe Rockefeller recorria aos tratados internacionais de respeito ao direito de autodeterminação dos povos para justificar a posição norte-americana de neutralidade diante de acontecimentos internos dos países da região. Assim, sugeria coerência na atitude da política externa dos EUA diante dessas questões de política interna, apoiando-se no texto resultante da 9ª Conferência Internacional dos Estados Americanos (1948), que, concretamente, afirma no seu artigo XXXV: “O estabelecimento ou manutenção de relações diplomáticas com um governo não implica em qualquer julgamento relativamente à política interna desse governo.”²⁸¹

De qualquer forma, essas palavras tonaram-se “letra morta” diante dos fatos consumados. O governo norte-americano acabou aplaudindo a escalada autoritária rumo ao golpe de Estado dos governos de Jorge Pacheco Areco e de Juan María Bordaberry, no Uruguai (aceitando a justificativa de que era em defesa da democracia); já quando o governo Allende tentou proteger-se diante da conspiração permanentemente sofrida, foi denunciado como antidemocrático e golpista. Essa comparação é sempre pertinente, à luz das palavras de Rockefeller, na medida que são processos que se desenvolveram na região de forma simultânea, porém, com o detalhe de serem de signos opostos. No caso uruguaio, o golpe de Estado patrocinado desde a própria presidência contra a sociedade foi justificado com a necessidade de salvar as instituições democráticas; já, no caso chileno, quando o governo tentou defender-se dos

sobre o capital estrangeiro enquanto que as leis sociais foram modificadas. Neste sentido, as empresas estrangeiras foram beneficiadas com uma redução da alíquota do imposto de renda que passou de 25 para 15%; as empresas nacionais continuaram pagando 25%. Idem.

²⁸⁰ KRYZANEK, op. cit., p. 110.

²⁸¹ ROCKEFELLER, op. cit., p. 63.

mecanismos golpistas, os EUA acolheram a tese de que a administração Allende estava sendo antidemocrática em relação à sociedade. De qualquer maneira, a recomendação do relatório da missão de respeitar o direito de autodeterminação não foi seguida no caso do governo da Unidade Popular, mostrando claramente que os objetivos concretos da SN estavam por cima das decisões formais da diplomacia.

O Informe Rockefeller tocou, também, numa questão de permanente preocupação das corporações norte-americanas do pós-guerra: o velho argumento de que era preciso facilitar armamento moderno às Forças Armadas regionais para evitar a pressão e a presença de fornecedores de outras países.²⁸² Também neste ponto se observa distanciamento da posição da ALPRO, onde se recomendava não desviar recursos do programa para a compra de material bélico. Já o Informe, ao reforçar aquela posição, associava os negócios da indústria bélica (do CMI) com a tomada de consciência pelas Forças Armadas regionais do novo protagonismo e das novas responsabilidades que delas se exigia.

Decorrente desse novo papel, o diagnóstico da missão reconhecia que os militares latino-americanos: “[...] possuem um orgulho profissional compreensível, que faz surgir desejos igualmente compreensíveis de armas modernas.”²⁸³ Esta afirmação induziu a uma espécie de inversão de justificativas. Não se tratava mais de pressionar para vender maior volume de armas e aumentar os lucros do CMI; agora, utilizava-se o aforismo da solidariedade com os governos aliados atendendo suas demandas concretas. Ou, em outra perspectiva, colocava-se a situação de tal modo que não restava, aos EUA, outra alternativa a não ser a de participar sem outro interesse que o da colaboração com os governos “amigos”. O documento reforçava isso. Se a superpotência não respondesse às solicitações de apoio militar feitas pelos aliados, poderia ocorrer “ressentimento natural dos militares das outras nações americanas, quando os EUA se recusam a vender-lhes itens de equipamento moderno.”²⁸⁴ Portanto, utilizando-se desses artifícios, a partir do diagnóstico elaborado pela Missão Rockefeller, procurou-se deslocar a centralidade dos motivos da escalada militar, dos interesses das corporações e da política externa norte-americana para as demandas das Forças Armadas regionais imbuídas – agora - do protagonismo na luta contra as forças da subversão e na defesa da SN.

²⁸² Recomenda-se ao governo dos EUA que “[...] responda a los pedidos [...] en materia de camiones, jeeps, helicópteros y equipo militar para proveer movilidad y apoyo y otros equipos de control de comando, para la adecuada comunicación entre las fuerzas, y armas livianas para las fuerzas de seguridad” e que, “en vista de la creciente subversión contra los gobiernos del hemisferio, del terrorismo y la violencia [...] sean continuados y fortalecidos los programas de capacitación que traen personal militar y policial del hemisferio a los Estados Unidos y a centros de entrenamiento de Panamá”. Apud SCHILLING, op. cit., p. 34.

²⁸³ ROCKEFELLER, op. cit., p. 65.

Adjunta à entrega do Informe, Nelson Rockefeller escreveu uma carta ao presidente Nixon anunciando o cumprimento da solicitação (a elaboração do quadro-diagnóstico da América Latina); num tom mais reservado, o empresário mostrava-se preocupado com as críticas que se faziam aos EUA, na América Latina, de ser responsável pela crise social existente. Rockefeller afirmava que, no balanço final, a equipe de assessores constatara que:

[...] existe frustração generalizada pelo fracasso em conseguir uma melhoria mais rápida dos padrões de vida. Os Estados Unidos, por serem identificados com o fracasso das expectativas em torno da Aliança para o Progresso, são culpados. O povo nos países em apreço também se valeu da nossa visita como ensejo para demonstrar suas frustrações com o fracasso de seu próprio governo em satisfazer às suas necessidades. Além disso, demonstrações que começaram como protestos de caráter local foram usadas e agravadas por elementos subversivos antiamericanos, num esforço para enfraquecer e desacreditar os EUA e seus próprios governos ao mesmo tempo. É significativo como esses mesmos elementos estavam ativos nas demonstrações, ameaças e atos de violência tanto nos países sob regime democrático como naqueles de governos militares.²⁸⁵

A partir desse trecho, pode-se reordenar as avaliações e preocupações de Rockefeller. Houve a constatação de que a situação social encontrada era, de forma geral, muito deprimida e acompanhada de um clima de desesperança quanto às possibilidades concretas de mudança a curto prazo. Tal fato foi associado aos EUA tanto pelo fracasso da implementação da ALPRO quanto pelo apoio incontestado a regimes reconhecidamente antipopulares. Entretanto, o maior alerta referia-se à presença de elementos identificados como “subversivos antiamericanos” em países democráticos e em países com regimes autoritários. Disto podem-se desprender duas conclusões: o avanço regional de uma onda desestabilizadora e a ineficiência no combate contra os elementos perturbadores. Em ambos os casos, a recomendação reforçava o apoio aos processos de endurecimento das políticas coercitivas regionais.

Paradoxalmente, Rockefeller inferia, na sua interpretação, que as motivações das manifestações constatadas pela missão eram resultado da dinâmica local, isto é, tinham relação com disputas políticas e contradições sociais internas. Ou seja, os EUA eram alheios a tudo isso e injustamente envolvidos em uma espiral de acontecimentos marcados por cobranças sobre responsabilidades que, segundo Rockefeller, não lhes diziam respeito. Mas a presença e a ação desagregadora, perturbadora, do “inimigo interno” (também elemento antiamericano) transformou-se em importante fator de preocupação para a garantia de

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Idem, p. 15.

segurança e de paz hemisférica. Ao ressaltar que tais ações agrediam tanto os EUA quanto os governos locais, Rockefeller argumentava, com muita astúcia, a favor da mais estratégica de todas as recomendações: a necessidade de uma ação resultante de uma comunhão de esforços que precisavam proteger, simultaneamente, os interesses da superpotência e a estabilidade política dos aliados locais.

Essa foi a idéia-força do Informe Rockefeller e estava em perfeita sintonia com o processo de “pentagonização” da América Latina. Quanto as suas proposições, apresentava variações em relação ao programa da Aliança para o Progresso, mas elas eram decorrência das mudanças do contexto, do amadurecimento de um intervencionismo pragmático e da avaliação de que a radicalização dos questionamentos às velhas oligarquias, ao capitalismo e à própria presença dos EUA na região tinham atingido dimensões muito perigosas, o que exigia, logo, uma cirurgia muito mais profunda, mais extremada (leia-se violenta) e de caráter urgente.

CAPÍTULO 3

DO *PACHECATO* AO GOLPE DE ESTADO: TERROR DE ESTADO EM GESTAÇÃO (1968-1973)

Mi Gobierno, [...] cumplirá con su deber de ejercer la autoridad con la dureza y energía que las circunstancias impongan para garantizar las libertades amenazadas.
Presidente Jorge Pacheco Areco¹

Salgan a matar. No quiero prisioneros.
Victor Castiglioni
Diretor Geral da DII²

*Montevideo es ahora la ciudad de la angustia incierta. [...]
La muerte nos ha ganado. [...]
el país se nos ha ido de las manos [...].*
Mientras enterramos a nuestros muertos, con ello vamos enterrando al Uruguay.
Carlos Quijano³

Como el Uruguay no háy. Esta frase sintetiza uma percepção bastante generalizada sobre o que era a realidade uruguaia no contexto do imediato pós-Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coréia. Em outras palavras, era a “Suíça da América”, certamente uma expressão carregada de exagero mas que, de alguma forma, identificava uma sociedade marcada pela presença do Estado. Assentado numa conjuntura internacional favorável à tradicional pauta exportadora, intermediava as relações sociais através de uma política distributiva estatal, sustentando uma proposta de bem-estar social que, em termos latino-americanos, sem dúvida ficava acima da média. Entretanto, a partir do final da década de 50 e início dos anos 60, começou a desenhar-se uma crise de ordem estrutural que produziu desdobramentos intensos e profundos. A “Suíça da América”, mítica ou real, foi atingida por essa onda que se projetou durante as décadas seguintes e abalou os alicerces daquela que era considerada uma das democracias mais estáveis na região.

Desde o fim dos anos 50, começou a desfazer-se a ilusória prosperidade com o

¹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **História Contemporánea del Uruguay. De la colonia al Mercosur.** Montevideo: Colección CLAEH/Fin de Siglo, 1994. p. 243.

² CALACE, José. **Quince años en el infierno.** Montevideo: TAE, 1989. p. 12.

³ QUIJANO apud MARTÍNEZ, Virginia. **Los fusilados de abril. ¿Quién mató a los comunistas de la 20?** Montevideo: Edición del Caballo Perdido, 2002. p. 79.

esgotamento da expansão sustentada pela produção e pelos efeitos da industrialização por substituição de importações. A demanda crescente de insumos e de equipamentos para manter a competitividade e o impacto das novas transformações tecnológicas atingiram a economia uruguaia, pouco diversificada e de baixa produtividade. A conseqüente perda de rentabilidade induziu o deslocamento de capital produtivo para finalidades de fundo especulativo; mesmo assim, entre 1962 e 1967, por volta de US\$ 300 milhões foram retirados do país.⁴

A crise resultante produziu importante impacto demográfico, o qual, por sua vez, contribuiu para alimentar a intensidade e a extensão daquela, ao combinar-se com fatores de ordem estrutural como o estreitamento do mercado interno e a estagnação da sociedade. O Censo de 1963 registrava um total de 2.640.000 habitantes, uma taxa de natalidade acentuadamente baixa e a inexistência de imigração. Em decorrência destas variáveis, configurava-se um preocupante envelhecimento da população.⁵ A crise econômica dos anos 60 originou um inédito processo de emigração de “adultos jovens”, fato que se tornou mais grave com o posterior acréscimo do exílio produzido pela ditadura.⁶ Segundo dados do Censo citado, um outro aspecto demonstrativo do desequilíbrio demográfico a ressaltar é a progressiva concentração urbana da população (80,7%), com a especificidade da hipertrofia constatada na capital, onde vivia 44,5% da população total. Na prática, pode-se falar de uma *montevideanización* do país.⁷

O sistema político uruguaio se caracterizava pela existência de um Estado unitário e centralizado em Montevidéu, que soube se fazer respeitar por instituições como a Igreja e o Exército, mantendo-os afastados do centro decisório e limitando-os a suas funções específicas. O sistema partidário, único na América Latina, permitia a expressão de tendências diversas no interior da formação política, sem comprometer a unidade e a estabilidade através da *Ley de Lemas* (legendas partidárias).⁸ Assentado no bipartidarismo (o que não excluía a presença de partidos menores), a estabilidade política baseava-se no equilíbrio de duas

⁴ ALFARO, Milita. **El derrumbe de la Suiza de América. El Pachequismo y el Golpe Militar**. Montevideo: Las Bases, s. d., p. 6.

⁵ Comparando os dados dos Censos de 1908 e 1963, verifica-se o crescimento das faixas etárias de 15 a 64 anos (de 56,5% para 64,2%), a de mais de 65 anos (de 2,5% a 7,8%), a inferior a 15 anos diminuiu (41% para 28%). As implicações sociais e econômicas destas variações produziram impacto significativo sobre o conjunto da sociedade uruguaia.

⁶ Entre 1963 e 1975, aproximadamente 200 mil uruguaios emigraram. ALFARO, op. cit., p. 7.

⁷ Expressão de Luis C. Benvenuto. Montevidéu era, então, vinte vezes mais populosa que Salto, a segunda cidade do país. Alfaro diz que em 1971, a segunda maior cidade “uruguaia” era Buenos Aires, dado concreto da emigração e do esvaziamento do interior do país. Apud ALFARO, idem., p. 8.

⁸ A *Ley de Lema* permite que, no interior de um partido (*lema*), exista um certo número de correntes (*sub-lemas*) oficialmente reconhecidas e com organização própria. As mesmas podem apresentar, independente de outros *sub-lemas* do mesmo partido, seu candidato à presidência da República e outros aos demais cargos eletivos do Poder Executivo e do Poder Legislativo. O presidente eleito pertence ao partido mais votado. Ou seja, é o

grandes forças, o Partido Colorado (*colorados*) e o Partido Nacional (*blancos*), também conhecidos como partidos tradicionais, constituídos a partir de uma diversidade de forças internas.⁹ Juan Rial afirma que

[...] se trata de un sistema de PP [partidos políticos] que tiene dos instancias: una bipartidista y otra polipartidista, pero ambas se dan al mismo tiempo. Se trata de dos grandes partidos, el blanco y el colorado, que en realidad constituyen confederaciones de facciones partidarias casi totalmente autónomas, unidas para la acción electoral, únicamente.¹⁰

Historicamente, os partidos tradicionais adequaram-se para enfrentar demandas concretas de novos agentes sociais, produtos da imigração e da consolidação do protagonismo da classe operária. Para não perderem a hegemonia do processo eleitoral, estimularam o surgimento, no próprio partido, de novas facções, configurando um grande arco político que ia desde a extrema direita até, em certas conjunturas, a centro-esquerda. O que permitia absorver, para o partido, uma leva de votos que poderiam desaguar em opções partidárias mais a esquerda ou expressar uma vontade individual de abstenção frente ao embate eleitoral. Ambos os aspectos poderiam ter efeitos desestabilizadores na sociedade e afetar o consenso construído pelas classes dominantes ao redor dos partidos tradicionais. Apesar de ser, aparentemente, um elemento desagregador no seu interior, o fracionamento foi o método através do qual os partidos conseguiram suportar e absorver as tensões sociais sem desaparecer. Portanto, a vigência dos partidos tradicionais foi obtida mediante a transformação dos mesmos em uma espécie de federação de partidos, embora mantendo a identificação tradicional (muito importante na perspectiva eleitoral e na tradição política uruguaia). A regulamentação eleitoral frente a essas transformações que marcavam o interior desses partidos se deu, efetivamente, com a aprovação da *Ley de Lemas*, em 1934. A mesma garantia a manutenção da hegemonia política a *blancos* e *colorados* em um momento em que

candidato do *sub-lemma* mais votado no interior do partido vencedor.

⁹ Quase tão antigos como o Estado uruguaio os partidos tradicionais surgiram, inicialmente, como facções armadas identificadas por lideranças e interesses pontuais, assumindo essas cores para se distinguirem nos campos de batalha. Sobrevivendo à modernização do Estado, no final do século XIX, passaram a constituir-se como aglomerado de correntes (federação de partidos, segundo alguns analistas) dentro de um amplo leque entre o conservadorismo e o liberalismo-reformista. Historicamente, o Partido Colorado tem sido predominantemente vinculado a um cenário urbano-industrial, com destaque conjuntural de algumas correntes que defenderam forte intervenção estatal como mecanismo distributivo e reformista, o que lhe acarretou, além do apoio da burguesia comercial e industrial, a simpatia eleitoral dos setores médios e de importantes setores operários. Quanto ao Partido Nacional, tem representado, principalmente, setores mais vinculados à agropecuária, portanto, rurais e localizados no interior do país. De qualquer forma, sendo partidos policlassistas, tais afirmações devem ser relativizadas em função da conjuntura e da relação de forças internas. É importante frisar que até o advento da Frente Ampla, em 1971, os partidos tradicionais governaram o país, tanto no Poder Executivo (nacional e local) quanto no Parlamento.

¹⁰ RIAL, Juan. **Partidos políticos, democracia y autoritarismo**. T. 1. Montevideo: Centro de Informaciones y

partidos menores como o Socialista, o Comunista e a União Cívica (cristã) poderiam desequilibrar a relação de forças absorvendo setores sociais descontentes.

Os partidos tradicionais podiam acolher, praticamente, todos os segmentos da sociedade; podia ocorrer até a identificação de facções de partidos distintos. Pela *Ley de Lemas*, os cidadãos tinham o direito do duplo voto simultâneo (optavam por um partido e por um dos seus candidatos). Portanto, a institucionalização da *Ley de Lemas* permitiu a manutenção da coesão dos partidos Colorado e Nacional, evitando a pulverização dos mesmos pelo efeito das dissidências, e garantiu a preponderância política desses partidos. Porém, acabou se transformando em ponto de inflexão no processo de radicalização política e de desmoronamento democrático no final dos anos 60. Alguns dos seus aspectos mais questionáveis foram apontados por Wilson Ferreira Aldunate¹¹ durante o seu exílio, ao referir-se a fatos envolvendo a última eleição antes do golpe de Estado de 1973:

[...] o duplo voto simultâneo no Uruguai está estabelecido pela Constituição da república que diz, simplesmente, referindo-se à eleição do Presidente, que será eleito o candidato mais votado [...]. Em princípio, defender o sistema de duplo voto simultâneo parece ser defender um princípio democrático absolutamente indiscutível porque se se vota por um partido e se determina que partido ganhou e logo depois confere-se que candidato os eleitores preferiram, pareceria que se confirma um princípio democrático essencial, ou seja, afirma-se que mais importante são as idéias do que os homens, que a verdadeira opção que se oferece aos cidadãos é saber que ideologia preferem, que grande corrente de opinião convida as suas adesões e logo, de maneira secundária, também opinam quem, dentro desse partido, deve ser o administrador desta ideologia [...]. Claro que esse princípio democrático essencial que diz ser importante votar primeiro pela idéia e a seguir pelo homem, é de extrema validade. Isto funciona bem se há partidos coerentes, ideologicamente homogêneos, se há realmente uma coletividade política que sustenta toda ideologia e dentro, podem-se assinalar matizes, mas não contradições. Está bem que se vote pela idéia e logo se escolha o homem que a levará adiante, mas que acontece se o partido não é homogêneo, coerente e se o cidadão corre o risco de votar por um que pensa em concordância com o votante e sem dar-se conta acaba elegendo pelo sistema do duplo voto simultâneo a alguém que pensa exatamente o contrário daquele pelo qual votou? [...] se os partidos não são homogêneo, se no sistema de partidos ou, pelo menos, nos partidos dominantes na vida política de um país, não há coerência ideológica, então nada funciona bem com ou sem Ley de Lemas. O que funciona mal é a Democracia. A falta de partidos coerentes, a existência de partidos que através de um rótulo agrupam gente que pensa diferente, é uma grave enfermidade da democracia, e, enquanto não se trate, não há remédio na forma de eleição dos órgãos de Estado. [...] Sendo o

Estudios del Uruguay/Banda Oriental, 1984, p. 32.

¹¹ Nas eleições de 1971, Wilson Ferreira Aldunate, do Partido Nacional, foi o candidato mais votado, mas, no conjunto, o Partido Colorado fez mais votos, permitindo a vitória de Juan María Bordaberry (apesar deste ter feito menos de 23% do total de votos). Ferreira Aldunate, como senador mais votado no mesmo pleito eleitoral, se transformou num dos maiores críticos do novo governo. Em junho de 1973, quando ocorreu o golpe de Estado, partiu para o exílio.

próprio partido coerente, ele mesmo escolherá quem há de representá-lo. Assim não sendo, a aplicação do sub-lema conduz a um resultado anti-democrático e ainda mais, se o partido não for coerente, a aplicação da Ley de Lemas pode contribuir a fomentar ainda mais essa incoerência e transformá-lo numa mera cooperativa de ideologias diversas.¹²

As deficiências do sistema eleitoral uruguaio possivelmente ficaram mais expostas no processo da exasperação da crise dos anos 60, na medida em que as propostas de centro, normalmente as mais fortes nos partidos tradicionais, acabaram deslocadas, no seu interior, por outras mais extremadas.

A crescente deterioração do sistema político durante toda a década de 60 manteve uma linha de continuidade até o golpe de Estado. Mas, nesse conturbado contexto, ocorreram duas novidades institucionais que merecem destaque. A primeira foi a permanência do Partido Nacional no governo com a vitória eleitoral de 1962 (46,5% dos votos); apesar do crescimento do Partido Colorado em relação à eleição anterior, os *blancos* revalidavam o mandato inédito obtido em 1958. A segunda, a existência de um Poder Executivo organizado de forma colegiada,¹³ o que induzia a uma permanente prática de barganha, tanto diante do Partido Colorado, na oposição, quanto entre as diversas correntes do próprio Partido Nacional.

O comportamento eleitoral da população indicava, pelo menos até o surgimento do *Frente Amplio* (Frente Ampla), um dado expressivo. A soma da votação dos partidos tradicionais representava um apoio que oscilava entre 87% e 90% do eleitorado, o que é altamente significativo. Porém, esse dado esconde uma outra realidade, como aponta Aldo Solari. Segundo ele, a população

[...] jugará, un día cada cuatro años, al juego de la política como la proponen los partidos. Pero nadie creerá seriamente, o casi nadie, que con su voto está comprometiendo el destino del país para los próximos cuatro años. Todos saben que estarán eligiendo a determinadas personas, pero que el verdadero destino del país se jugará en el período intermedio, frente a cada situación concreta, en la presión embozada o abierta sobre el poder y los partidos.¹⁴

Este comportamento pode ser melhor entendido na distinção feita por César Aguiar entre “tiempo electoral” e “tiempo interelectoral”:

¹² Conferência proferida por Wilson Ferreira Aldunate no I Simpósio Nacional sobre Formas de Governo e Sistemas Eleitorais, organizado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 15/09/81. p. 78 (transcrito).

¹³ Desde a aprovação da Constituição de 1952, o Poder Executivo foi organizado de forma colegiada, integrada por nove conselheiros eleitos diretamente pelo eleitorado por um prazo de 4 anos. Seis deles pertenciam a lista mais votada dentro do partido mais votado; os outros três correspondiam à proporção das demais listas do mesmo partido. A presidência do conselho, de caráter representativo, funcionava através do mecanismo de rodízio anual entre os quatro primeiros titulares da lista vencedora. NAHUM, Benjamín. **Manual de Historia del Uruguay 1903-1990**. Montevideo: Banda Oriental, 1995. p. 195.

¹⁴ Apud Alfaro, op. cit., p. 9.

Mientras en el ‘tiempo interelectoral’ el ciudadano se mueve de acuerdo con intereses sectoriales o de clase que lo llevan a movilizarse para presionar al gobierno, en el ‘tiempo electoral’, otros intereses, que poco tienen que ver con propuestas políticas, lo definen en favor de uno u otro partido.¹⁵

Dentro desta lógica política, não surpreendem as palavras de um dirigente de partido político tradicional, quando desabafa:

Y ahí tiene la ingratitud de la gente, que vota a los blancos o a los colorados en las elecciones, pero en el sindicato siguen como ovejas al dirigente comunista. Lo que falla un poco es la Constitución y el sistema democrático porque eso no se debería permitir.¹⁶

Curiosamente, o político questiona o que ele entende ser contraditório no comportamento sindical do eleitor e não o contrário, ou seja, a opção de voto no pleito eleitoral.

A estagnação econômica dos anos 60 inviabilizou a permanência da conciliação social construída a partir do legado de Estado de “bem-estar” batllista.¹⁷ A deterioração dos padrões distributivos expôs um conflito social latente. Os setores dominantes contavam, para enfrentá-lo, com os recursos de cooptação política promovida por *blancos* e *colorados* e com os mecanismos recorrentes de pressão e de ameaça promovidos pelas associações patronais.

Um outro fenômeno somava-se a este cenário de tensões sociais. Vindos do departamento de Artigas, norte do país, colunas de trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar, os *cañeros*, irrompiam em Montevideu, o grande centro político decisório, trazendo suas reivindicações específicas e impactando o país ao tornar visível um inédito e organizado movimento de trabalhadores do campo desconexo das tradicionais práticas clientelísticas.¹⁸ Indo além das reclamações salariais, o movimento exigia mudanças profundas na estrutura agrária do país, somando-se, portanto, aos outros estratos populares no questionamento da situação sócio-econômica geral. Foi assim que, em 1965, ocorreu a realização do Congresso

¹⁵ Aguiar apud ALFARO, op. cit., p. 10. O partido político funcionava como escritório de resolução de demandas particulares (emprego, aposentadoria, obtenção de telefone ou certidão de nascimento). Alimentava, assim, a relação clientelística entre dirigente/partido e seus eleitores. Para Luis Costa Bonino, o sistema político, ao vincular desempenho eleitoral com capacidade de solucionar tais demandas em detrimento de propostas políticas para o conjunto da sociedade, tornou-se fator decisivo da “despolíticação” dos partidos tradicionais. Bonino apud ALFARO, idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Batllismo: referência à corrente do Partido Colorado historicamente vinculado a José Batlle y Ordoñez, presidente do país entre 1903-1907 e 1911-1915. Caracterizada por defender propostas de ativa intervenção estatal na economia e na intermediação capital-trabalho e políticas públicas inclusivas (ênfase na educação pública e no sistema previdenciário). De fundo nacionalista e reformista teve um perfil urbano-industrial com forte representação da classe média e dos trabalhadores urbanos.

¹⁸ No seio deste movimento, destacavam-se lideranças sociais comprometidas e de matizes diversos, como Raúl Sendic. Algumas delas, posteriormente, fizeram parte do núcleo fundacional do MLN-Tupamaros.

do Povo, convocado por entidades estudantis, sindicais, de aposentados e de pequenos produtores para elaboração de um diagnóstico sobre a realidade do país e como objetivo apresentar propostas para a superação da crise.

Os setores populares se mobilizaram mediante greves e ocupações de fábricas, confluindo com interesses comuns e articulados nas respectivas unidades sindicais; os trabalhadores fundaram, em 1964, a *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT), qualificada estrutura de organização e de superação da anterior atomização do movimento operário, o que atraiu inclusive a participação de estratos médios da população, até então distantes dos setores populares.¹⁹ O surgimento da central operária atesta a irrupção de um movimento que havia duplicado nos 10 anos anteriores e que contava com cerca de 200 mil operários, o que dá a dimensão do forte processo de industrialização e urbanização ocorrido no contexto da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coréia. Entretanto, parte expressiva desse operariado não era sindicalizada; o que pode ser sinal de uma conscientização ainda precária (principalmente em relação às novas levas originárias dos setores rurais). Este dado deve ser considerado, pois surgiu nos anos 50, produto da orientação da política externa dos EUA, a *Confederación Sindical del Uruguay* (CSU) vinculada à Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT), filial latino-americana da *Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Livres* (CIOSL). Assumindo uma forte postura anticomunista, escondia posições “amarelistas” que visavam dividir e sabotar a *Unión General de los Trabajadores* (UGT). Sob a égide patronal, tais sindicatos paralelos se tornaram massa de manobra divisionista no campo do movimento operário.²⁰

Mauricio Rosencof lembra que a CSU era financiada abertamente pela embaixada norte-americana, que distribuía material de propaganda visando atrair, especialmente, os arrozeiros. E que na primeira marcha dos *cañeros* a Montevideú, estes, no mês de junho, destruíram a sede da central “amarela” ateando fogo (episódio em que foi preso Raul Sendic,

¹⁹ Um fato regional marca a evolução da política operária em direção à construção de uma central única dos trabalhadores: o golpe de Estado no Brasil (1964). Diz Héctor Rodríguez: “En 1964, después del golpe de Estado en Brasil y el fracaso de la huelga general decretada por los sindicatos brasileños, el movimiento sindical uruguayo adoptó un estado de alerta frente a este tema y se firmó a la convicción, ya en esse año 64, de que los trabajadores como tales y los sindicatos como tales podían hacer algo contra un golpe de Estado: declarar una huelga general con ocupación de los lugares de trabajo”. (Apud ALFARO, op. cit., p. 11) Carlos Demassi diz que essa referência, presente na memória sindical, não consta das resoluções fundacionais. De qualquer forma, no final dos anos 60 e na virada dos anos 70, o aumento da escalada autoritária patrocinada pelo Estado levou o movimento operário a utilizar-se freqüentemente do recurso da greve geral como instrumento de luta, embora em escala limitada. O amadurecimento dessa estratégia foi colocado a prova com a deflagração do golpe de Estado (1973). Apesar da violenta repressão e das limitações impostas pela anterior militarização do Estado, a resposta imediata da CNT foi uma gigantesca greve geral de resistência que, entretanto, apesar de paralisar o país durante 15 dias, não evitou a confirmação da quebra institucional.

²⁰ LEGUIZAMÓN, Hugo. **Uruguay: la crisis política 1968-1973**. Historia del Movimiento Obrero, n° 78.

o futuro líder tupamaro). Rosencof é hilário ao contar tal fato: “[...] los cañeros pasaron por la sede y la cagaron a pedradas. Chau Confederación.”²¹ Como resultado do embate uma transeunte foi morta por um tiro disparado desde a sede, mas sua morte foi creditada aos *cañeros* e utilizada para tentar punir exemplarmente o movimento. Assim, 90 *cañeros* foram presos e outros 36 processados. Entretanto, as investigações sobre o incidente acabaram quando ficou claro que a morte e os tiros eram de responsabilidade dos dirigentes da CSU. Da mesma forma, ficaram sem resposta as denúncias de tortura contra os *cañeros* presos, proferidas pelos deputados Vivian Trias e Germán D’Elia.²²

Nas negociações que serviram de base para as discussões sobre a formação da CNT, estabeleceu-se um consenso em torno de um programa que reconhecia a complexidade do momento e entendia que medidas estruturais eram imprescindíveis para enfrentar a crise: reforma agrária, reforma e planejamento industrial, nacionalização dos monopólios, reforma tributária, nacionalização do setor financeiro e investimentos substanciais nas áreas de habitação, educação e previdência social. Concluídas as negociações, o processo de unificação do movimento operário consagrou a CNT como central única dos trabalhadores. O congresso de unificação aprovou a declaração de princípios, o programa e o estatuto da nova central. Paralelamente, confirmou-se uma ligação mais efetiva do movimento operário com o movimento estudantil, que remontava à segunda metade dos anos 50, através da confluência de ações que pressionavam tanto pela aprovação da Lei Orgânica da Universidade (que reconhecia a autonomia e o co-governo na Universidade) quanto por medidas específicas da pauta de reivindicações dos trabalhadores. A histórica consigna *Obreros y Estudiantes, unidos y adelante* voltou a ser ouvida.

É importante ressaltar, como apontado no capítulo anterior, o destaque que teve, como pano de fundo, a Revolução Cubana. As manifestações de solidariedade e simpatia encontradas junto aos setores operários, estudantis e intelectuais foram acompanhadas pelo alastramento de um virulento anticomunismo, refletido nas denúncias que a imprensa conservadora fez sobre suposta “infiltração comunista” em sindicatos, na Universidade e nos *liceos* (escolas secundaristas). Neste caldo de cultura, surgiram organizações violentas de direita que se reivindicavam como anticomunistas e nazistas, praticando atentados em atos vinculados à Revolução Cubana e agredindo judeus e militantes comunistas (Anexo II).²³

Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971. p. 618.

²¹ BUTAZZONI, Fernando. **Seregni-Rosencof. Mano a mano**. 3ª edición. Montevideo: Aguilar, 2003. p. 275.

²² BLIXEN, Samuel. **Sendic**. Montevideo: Trilce, 2000, p. 70.

²³ É o caso de Arbelio Ramírez, assassinado no final do ato em que discursava Che Guevara, na Universidade da República, em 1961. (ALFARO, op. cit., p. 11) Da mesma forma, o caso da conhecida militante e exilada

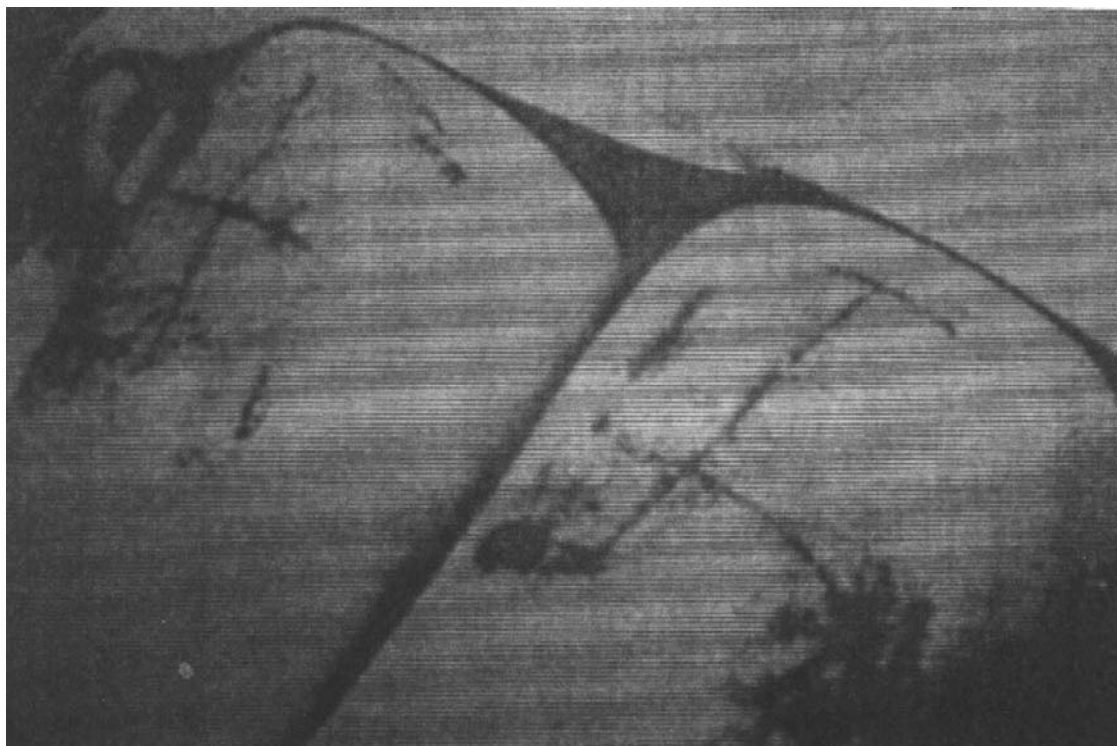
Diante de tudo isto, foi surgindo uma forma inédita de encarar o processo de mudanças: a perspectiva da luta armada. Até 1966, os primeiros núcleos trabalharam aspectos organizacionais e de discussão política interna, amadurecendo as possibilidades concretas de sucesso dentro de um cenário que, apesar da rápida deterioração, era marcado por uma certa tradição democrática e de convivência pacífica. Alguns alertas feitos por parte da esquerda exigiam cautela sobre as decisões a serem tomadas.²⁴ A evolução dos fatos assinala que, a partir de 1968, a guerrilha urbana se tornou uma presença constante no processo político do país. Nos primeiros anos, assumiu um estilo denominado de “Robin Hood”, com ações de provocar o regime, mas com toques de sutileza e de astúcia, sem maior uso de violência; posteriormente - e muito em função da reação do regime -, aumentou seu caráter militarista e de confronto violento.

Uma última característica a ser colocada sobre o panorama geral dos anos 60 diz respeito ao resultado de duas ordens de combinações: uma interna, de tensões e contradições resultantes do esgotamento econômico pela dependência estrutural do mercado mundial, da incapacidade política das velhas elites para encontrar soluções à crise e do protagonismo crescente de atores sociais em processo de pauperização acentuada; outra, na vinculação desses fatores internos com uma série de fatores e questões externas que realimentaram a dinâmica interna (a Revolução Cubana, a Guerra libertadora do Vietnã, a guerrilha de Che Guevara, o Maio Francês, etc.). Isso gerou um efervescente cenário que marcou a geração da crise, multifacetada quanto ao campo de atuação, mas coincidente em questões de fundo. Nessa perspectiva, o questionamento ao *status quo* também ocorreu dentro dos marcos do

política paraguaia Soledad Barret. Soledad foi seqüestrada por simpatizantes nazistas que, diante da sua resistência em gritar palavras de ordem nazistas e anticomunistas, teve uma suástica gravada a navalha na perna (Anexo II). É a mesma militante que, após todo um périplo de perseguições, exílios e torturas, foi traída, junto a vários companheiros, pelo Cabo Anselmo, morrendo sob os efeitos da tortura praticada pela equipe do delegado Fleury (8 de janeiro de 1973), no Massacre da Chácara São Bento. (Fonte: DOSSIÊ DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS A PARTIR DE 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. p. 202)

²⁴ Carlos Quijano, editor do semanário *Marcha* advertia: “Si la fuerza se desata no ha de ser en beneficio de los más y de los más necesitados. Hoy aquí, Uruguay 1964, clase media, 250.000 funcionarios públicos, 350.000 jubilados, servicios públicos nacionalizados, proletariado débil y sin organización, campesinato inexistente o disperso, la fuerza sólo puede traer la reacción, sólo puede ser manejada por ella. No hay objetivamente, ninguna posibilidad revolucionaria”. (Apud ALFARO, op. cit. p. 13) Quijano ia ao encontro das palavras que pronunciara Che Guevara, em 1961, na Universidade: “[...] en nuestra América Latina, en las condiciones actuales, no se da un país donde, como en el Uruguay, se permitan las manifestaciones de las ideas. Se tendrá una manera de pensar u otra, y es lógico. [...] Sin embargo, nos permiten la expresión de estas ideas aquí en la Universidad y en el territorio del país que está bajo el gobierno uruguayo. [...] Ustedes tienen algo que hay que cuidar, que es precisamente la posibilidad de expresar sus ideas; la posibilidad de avanzar por cauces democráticos hasta donde se pueda ir [...]” (LESSA, Alfonso. **La Revolución Imposible. Los Tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: Fin de Siglo, 2003. p. 62.) Com quase 2 anos de diferença, eram duas análises qualificadas sobre a inexistência de condições concretas, na realidade uruguaia, para o sucesso de uma estratégia de mudança via luta armada.

ANEXO II



**A simbologia das suásticas:
violência de extrema direita nos anos 60**

Fonte: *Documento*. Publicación de diário **La Juventud**
Año I, nº 10, miércoles 28 de Julio de 2004

movimento pela autonomia universitária, da proliferação do teatro independente, da canção de protesto, do núcleo vinculado a Carlos Quijano e ao semanário *Marcha*, entre outros. O que contribuiu à desestruturação dos últimos estertores da política estatal de “bem-estar social”, assim como à percepção de uma deterioração das expectativas de futuro. Tudo isso levou diversos setores sociais ao entendimento de que o modelo vigente não dava mais conta dos desafios do seu tempo histórico. A consciência disso aumentou com a intensificação da crise geral. O resultado das contradições produziu o choque dialético entre os setores que, a partir do Estado e em nome do anticomunismo (e na defesa dos privilégios de uma minoria), usaram, cada vez mais, o recurso da força para conter os setores questionadores de tal situação, assumindo inclusive formas de participação política mais direta, as quais transbordaram, por vezes, os limites meramente eleitorais.

3.1 – CRISE E ESGOTAMENTO DO MODELO *SUÍÇA DA AMÉRICA*

Nos anos 60, ocorreu o colapso final do velho modelo batllista, cuja deterioração se acentuara com a política econômica do governo *blanco* que assumira em 1958. As conjunturas favoráveis – proporcionadas tanto pela Segunda Guerra Mundial quanto pela Guerra da Coreia – que haviam possibilitado uma relativa industrialização (substituição de importações) e saldos comerciais positivos terminaram. Esgotava-se, assim, uma perspectiva governamental distributiva que, administrada pelo Estado, havia garantido uma coexistência social relativamente pacífica.

O Uruguai filiou-se ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1947, com uma cota de US\$ 15 milhões. Em um primeiro momento, não solicitou auxílio. A prosperidade do pós-guerra permitiu manter uma política protecionista, industrialista e distributiva, mas a crise, na metade dos anos 50, acucou o governo. Paliativos cambiários não diminuíram o impacto das mudanças no comércio internacional e os efeitos da revolução técnico-científica em andamento. Uma tentativa de recomposição salarial produziu desemprego e instabilidade. O resultado concreto foi a vitória eleitoral do Partido Nacional em 1958; pela primeira vez, após 90 anos de hegemonia colorada, os *blancos* assumiram o governo nacional e 18 dos 19 Departamentos em que se divide o país.

A nova administração colocou a agropecuária como eixo da recuperação econômica do país. A denominada “volta ao campo” estimulou a produção agropecuária, distribuindo

benefícios e reforçando as estruturas tradicionais de exportação. Paralelamente, houve diminuição da participação do Estado na política econômica do país e a orientação industrial e protecionista foi deixada de lado, o que respondia às pressões do FMI. Complementando essa orientação, estabeleceu-se, em 1959, a Reforma Cambiária e Monetária, que estabelecia: o câmbio único e livre (fim de câmbios múltiplos benéficos à atividade industrial); a livre importação; a eliminação de subsídios de artigos de primeira necessidade e cultivos industriais (trigo, girassol, etc.); e a desvalorização da moeda. Essa política econômica gerou questionamentos dentro do próprio partido; particularmente, uma livre importação vantajosa para produtos estrangeiros diante de similares nacionais desprovidos de política protecionista. Conseqüentemente, a balança comercial se tornou deficitária, os saldos positivos acumulados nas conjunturas favoráveis se esgotaram e o recurso de empréstimos externos para saldar as contas aumentou a dívida externa. Entrementes, o setor financeiro se fortaleceu; as instituições bancárias, entre 1959 e 1961, passaram de 45 a 61, com mais de 500 filiais em todo o país.

Injunções eleitorais obrigaram os *blancos* a manter, parcialmente, o caráter estratégico do Estado como tradicional empregador, ainda mais em tempos de crise e desemprego. A projeção dos efeitos eleitorais que a combinação entre inflação, estagnação econômica e excedentes decrescentes poderiam gerar levou o governo, no ano eleitoral de 1962, a manter uma cotação artificial da moeda, o que gerou especulação. A vitória eleitoral foi garantida, mas as tentativas de correção de rumo da nova administração fracassaram. Neste sentido, merece destaque o trabalho desenvolvido pela *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico (CIDE)*²⁵, constituída por especialistas vinculados à Universidade e de origem partidária diversa, trabalho que elaborou para um diagnóstico econômico-social do país. Tal iniciativa respondia a duas demandas simultâneas. Primeiro, a do governo *blanco*, vencedor nas eleições, preocupado em montar um projeto de modernização das estruturas econômicas. Segundo, servir de base para as negociações com os EUA dentro dos marcos da ALPRO, definindo prioridades, necessidades materiais e investimentos estratégicos. Nas suas conclusões, a CIDE apontou uma série de entraves estruturais destacando, particularmente, a estagnação produtiva na agropecuária, causada pelo regime inadequado de posse da terra (latifúndio, minifúndio) e pelo atraso tecnológico, no que coincidia com a avaliação geral da

²⁵ A CIDE foi criada, em 1959, para coordenar os investimentos do setor público. Em 1962, teve ampliadas as suas funções incorporando a elaboração de diagnósticos e o planejamento como instrumento para a implementação de políticas de desenvolvimento. Influenciada pela CEPAL, a CIDE propôs um conjunto de reformas estruturais que, entretanto, não foram acolhidas pelo governo.

ALPRO.²⁶

A CIDE também destacou a estagnação industrial, onde a substituição de importações reforçava a dependência de insumos importados, aumentando custos e inviabilizando a exportação – o que era gravíssimo, considerando que o mercado interno era insuficiente para sustentar uma escala de produção rentável.²⁷ A CIDE inferia, corretamente, que a estagnação produtiva aguçava o conflito social; a situação dos perdedores do sistema era desigual, de acordo com as possibilidades diferenciadas de resistência setorial e com o repasse das reposições salariais aos preços do produto final. Por último, a inflação cumpria um papel importante na deterioração vigente; ela resultava tanto de fatores externos (deterioração dos termos de intercâmbio) quanto de fatores internos (desvalorização da moeda nacional e endividamento externo). Conhecido o diagnóstico da CIDE, porém, o posterior caráter propositivo da mesma esbarrou na falta de vontade política dos agentes, que deviam confluir em uma grande concertação social.

Os sintomas da crise continuaram se manifestando (inflação e especulação) junto com o descontentamento do setor empresarial urbano-industrial. Em 1965, ocorreu o crack bancário e a decretação de moratória por parte do *Banco de la República*, o que iniciou o ciclo de negociações com o FMI visando o refinanciamento da dívida externa; nesse marco ocorreu o deslocamento do protagonismo dos setores agro-exportadores para o setor financeiro. Em 1963, ocorreu a desvalorização do câmbio oficial, um dólar aumentou de 11 para 16,50 pesos. Estabeleceram-se duas cotações: uma para o comércio internacional e para o pagamento da dívida externa, outra – afixado pela oferta e procura – para as demais situações. Procurando diminuir o impacto das importações, tentou-se aplicar uma política de taxações e depósitos prévios, o que afugentou capitais para o exterior e aumentou a especulação financeira através da compra-venda de moeda estrangeira a partir do visível enfraquecimento do peso uruguaio e das exigências de maior desvalorização pelos pecuaristas, exportadores e pelo setor financeiro.²⁸

A persistência dessa situação precipitou a crise bancária. Os setores produtivos se

²⁶ No período 1961-1966, o estoque de gado de 8,8 milhões de cabeças diminuiu 6,2%. A população rural caiu de 15% para 12%. As conclusões da CIDE apontavam as causas: baixa produtividade da terra, existência de latifúndio e minifúndio, má utilização dos solos e pouco uso de fertilizantes. NAHUM, op. cit., p. 257.

²⁷ A produtividade industrial era de 50% da capacidade instalada. Os setores mais afetados pela crise foram as indústrias novas (metalurgia, equipamentos elétricos); os setores mais vinculados ao mercado interno perderam menos (construção civil, transporte, alimentos). As indústrias da carne e da lã continuaram destacando-se no mercado internacional. NAHUM, idem.

²⁸ Os pecuaristas, lucravam mais com a desvalorização do peso do que com o aumento de produção; os exportadores obtinham mais pesos pela mesma quantidade de produtos vendidos; os bancos financiavam estes setores e ganhavam ao especular com a variação cambial. COURIEL; LICHTENSZTEJN apud NAHUM, op. cit., p. 260.

paralisaram e a especulação começou a quebrar os bancos. A quebra do *Banco Transatlántico* (segundo em importância) desencadeou uma onda de falências que exigiu a intervenção e o socorro do Estado, que garantiu os depósitos particulares de até 50 mil pesos. Tentando reverter a crise, restringiram-se as importações suntuosas, aumentaram-se as exportações e desvalorizou-se o peso (o dólar passou a valer 59,90 pesos). Todavia, tais medidas não resolveram a crise, pois a inflação corroeu os salários e atingiu frontalmente os setores populares e médios da sociedade.²⁹

Diante desse quadro, as eleições presidenciais de 1966 abriam a possibilidade da volta dos *colorados* ao governo e geravam expectativas de mudanças constitucionais. De acordo com a lógica da *Ley de Lemas*, *blancos* e *colorados* apresentaram, respectivamente, três e cinco candidaturas, sinal evidente da pulverização dos Partidos Tradicionais em correntes internas³⁰ - divisão esta que também ocorreu na esquerda e nos setores cristãos.³¹

Os resultados eleitorais confirmaram a vitória do Partido Colorado que, assim, voltou ao governo após um intervalo de 8 anos. Com 49,3% dos votos contra 40,3% do Partido Nacional, os *colorados* obtiveram uma diferença de mais de 110 mil votos. O *sub-lema* vencedor, Gestido-Pacheco Areco, recebeu 21% do total de votos. Os demais partidos dividiram o resto dos sufrágios.³² A soma das propostas de esquerda, mais uma vez, não superava o limite histórico dos 10%, o que confirmava a tradição bipartidária do eleitorado uruguaio. Em relação ao partido vencedor, embora tenha conquistado maioria na Câmara e no Senado, as divergências programáticas entre suas correntes evidenciavam a falta de unidade, o que tornou-se um entrave para a nova fórmula presidencial.

Simultaneamente à eleição presidencial, o eleitorado, mediante consulta plebiscitária, aprovou uma reforma constitucional (reforma *naranja*).³³ Através desta, os eleitores

²⁹ Idem, p. 261.

³⁰ Nas eleições de 1966, as candidaturas coloradas eram as seguintes: Gestido-Pacheco Areco (*Unión Colorada y Batllista*); Jorge Batlle-Lacarte Muró (*Unidad y Reforma*); Michelini-Aquiles Lanza (*Lista 99*); Vasconcellos-Rodríguez (*Listas 15, 14 e 99*) e Jiménez de Aréchaga-Berchesi. As candidaturas *blancas* eram: Etchegoyen-Dardo Ortiz (*Alianza Nacionalista*); Gallinal-Zeballos (*Reforma y Desarrollo*) e Heber-Storace (Herrerismo).

³¹ A esquerda se apresentou dividida nas seguintes propostas: *Frente Izquierdista de Liberación/FIDEL* (Aguirre González-Pastorino), a *Unión Popular* (de Enrique Erro) enquanto o Partido Socialista apresentava duas candidaturas, a radical e antiimperialista *Izquierda Nacional* e a moderada do *Movimiento Socialista* (Frugoni-Gavazzo). Os setores cristãos se dividiram no *Partido Demócrata Cristiano – PDC* - (Gelsi Bidart-Saralegui) e na conservadora *Unión Cívica* (Chiarino-Flores).

³² Os resultados eleitorais mostravam a seguinte votação para os partidos pequenos: PDC 3%; *Movimiento Cívico Cristiano* 0,3%; Partido Socialista 0,9%; *Unión Popular* 0,2% e FIDEL 5,7%.

³³ Nas eleições de 1966, o eleitor escolheu também uma de quatro propostas de reforma constitucional, indicadas em papeletas de cores diferentes. Setores majoritários *colorados* e *blancos* apoiaram a que foi vencedora, a *naranja* (laranja) que acabou com o Colegiado e aumentou as atribuições do Poder Executivo. A reforma *amarilla* (amarela), apoiada pelo FIDEL, obteve 5,21% dos votos e defendia a volta do presidencialismo sem alguns poderes como as *Medidas Prontas de Seguridad*. A reforma *gris* (cinza), de certos setores *blancos*, propunha o fortalecimento do Executivo (mais poder para dissolver as Câmaras) e obteve 10,57%. A reforma

referendavam o aumento das atribuições e das competências do Poder Executivo, revogando a existência do governo colegiado. As teses do sentimento reformista anti-colegiado foram confirmadas: o Colegiado era débil, muito lento e desprovido de agilidade para enfrentar os desafios do seu tempo. A cidadania optou por um comando único no Executivo para enfrentar, de forma firme e coesa, os efeitos da crise (inflação, baixos salários, desemprego, desabastecimento). Ou seja, que o governo assumisse a responsabilidade desse desafio e estabelecesse um disciplinamento planificador da atividade governamental.³⁴

A nova Constituição reafirmou o caráter democrático, republicano e laico do Estado embora Jellinek & Ledesma ressaltem também que ela seria um instrumento de importância crucial para o advento do crescente autoritarismo estatal.³⁵ As principais modificações ocorreram na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo com o fortalecimento do primeiro através das seguintes medidas: substituição do Conselho Nacional de Governo por um Presidente com mandato de 5 anos sem possibilidades de reeleição imediata; exercício do poder pelo Presidente eleito com seu ministério; ampliação das funções co-legislativas do Poder Executivo (matérias como criação de empregos, aumento de orçamento, gastos orçamentais); não-inclusão da obrigatoriedade de renúncia presidencial em caso de, dissolução das Câmaras – ocorrendo nova eleição legislativa, as novas Câmaras ratificariam as decisões das precedentes (disposição existente na Constituição anterior); iniciativa exclusiva do plano econômico-financeiro; faculdade de enviar leis de urgência; controle dos entes autônomos; etc. Uma outra questão que teria desdobramentos futuros foi a eliminação da disposição que suspendia a cidadania dos soldados de linha (fato inédito). Pode-se concluir que, além da possibilidade de implementar planos de desenvolvimento, o objetivo primordial da nova Constituição foi o de fortalecer o Poder Executivo diante da crescente mobilização da sociedade civil num quadro de agravamento da crise, munindo-o de mecanismos de contenção e de freio do protesto social.³⁶

A vitória do general da reserva Oscar Gestido e do discurso do homem providencial (no caso, um militar austero e honesto)³⁷ para moralizar o país coroava uma trajetória pessoal

rosada (rosa) coincidia com a *gris* no fortalecimento do Executivo, mas salvaguardava os direitos individuais; porém, seus patrocinadores colorados acabaram optando pela *naranja*, o que redundou em votação inexpressiva. Vencedora, a reforma *naranja* obteve 75% do total dos votos.

³⁴ NAHUM, op. cit. p. 245; BRUSCHERA, Oscar H. **Las décadas infames. Análisis político 1967-1985**. Montevideo: Lunardi y Risso, 1986. p. 15.

³⁵ JELLINEK, Sergio; LEDESMA, Luis. **Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal**. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980. p. 51.

³⁶ Idem.

³⁷ Oscar Bruscherla lembra que Carlos Quijano “[...] años despues, se encargó de disipar un equívoco, al hacer un claro distingo entre gobierno civiles y militares. El de 1966, aunque presidido por un militar, fue un gobierno civil; el del señor Bordaberry, aunque presidido por un civil, fue paulatinamente transformándose en militar.”

marcada pela experiência na função pública desempenhando cargos de intervenção na empresa estatal PLUNA (a linha aérea uruguaia) e na rede ferroviária, sempre pautada pela austeridade e pela eficiência. Os analistas corroboraram que a vitória de Gestido correspondeu ao desejo de um Poder Executivo forte em mãos de um homem honesto e bom administrador. A imagem transmitida pelo general ao eleitorado parecia talhada para enfrentar o clima de instabilidade e especulação que tomara conta do país.³⁸

Entretanto, a nova administração deixou transparecer, no transcorrer das semanas, que não possuía um programa definido. Pensar que a solução estava em compor uma equipe portadora das mesmas características pessoais do presidente (trabalhadores, honestos, técnicos) mostrou-se um grande equívoco, pois foi insuficiente para tirar o país da crise; as contradições foram evidentes. A inexistência de uma clara definição política fez com que, nos primeiros meses, coincidisse, no mesmo governo, uma equipe que, na área econômica, se orientava pelas diretrizes do FMI, e uma outra desenvolvimentista no setor de planejamento. Após um curto período de domínio dos últimos – quando se propôs o controle das importações, o regime de câmbios múltiplos e o controle de preços – a pressão dos pecuaristas e do setor financeiro, combinada com a falta de coesão no interior do próprio governo e a ausência de maior respaldo popular, reverteu a situação. Em outubro de 1967, o governo decretou *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS): medidas de exceção e de aplicação transitória previstas constitucionalmente, as quais restringiam os direitos individuais. As mesmas foram utilizadas para enfrentar a nova onda de greves provocadas pelo forte avanço inflacionário; enquanto dirigentes sindicais eram presos, a censura silenciava a imprensa. Os ministros comprometidos com o projeto desenvolvimentista do Estado (Amílcar Vasconcellos, Zelmar Michelini, Heraclio Ruggia e Enrique Véscovi) abandonaram o governo, o que acelerou a adequação da política econômica com o FMI, desvalorizando a moeda em 100% e impondo o mercado único de câmbio. A crise ministerial acelerou a ascensão de representantes diretos dos grandes grupos econômicos. Para Milita Alfaro, o insucesso da administração Gestido sintetiza o esgotamento definitivo do Uruguai reformista.³⁹

A situação piorou ainda mais quando, em dezembro de 1967, 9 meses após o início do seu mandato, falecia o presidente da República vítima de um infarto; a condução do país, em momentos tão incertos, acabou nas mãos do vice-presidente Jorge Pacheco Areco. A mudança de comando político implicou em inflexões autoritárias bem concretas, mas não em

BRUSCHERA, op. cit., p. 19.

³⁸ NAHUM, op. cit., p. 19; ALFARO, op. cit., p. 19.

³⁹ ALFARO, op. cit., p. 19.

alterações na orientação econômica. Por exemplo, Carlos Zubillaga & Romeo Pérez concluíam que a *propensão autoritária* e a substituição de políticos profissionais por tecnocratas representantes dos empresários e sem antecedentes de militância partidária na gestão Pacheco, vinham firmando raízes desde o final do governo Gestido.⁴⁰

3.2 – A ESCALADA AUTORITÁRIA DO *PACHECATO*

Pacheco Areco assumiu a presidência de acordo com os dispositivos constitucionais. Segundo o agente infiltrado na CIA, Manuel Hevíá, os EUA receavam que, aproveitando-se da situação, grupos militares de extrema direita patrocinassem um golpe de Estado.⁴¹ Porém, tal fato não ocorreu. O que aconteceu desde o início da nova administração foi um avanço consistente de medidas autoritárias, o que fazia antever o esboço do posterior TDE. Sem dúvida, o autoritarismo marcou a administração Pacheco Areco desde o início. Poucos dias após assumir, dissolveu diversos partidos, movimentos sociais e jornais identificados com o pensamento político de esquerda. O Partido Socialista, a *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU), o *Movimiento Revolucionario Oriental*, o *Movimiento de Acción Popular Uruguaya*, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* e os jornais *Época* e *El Sol* foram proibidos, sob a acusação de patrocinar a luta armada e de serem vinculados à “subversiva” Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS).⁴²

Com Pacheco Areco, consolidaram-se duas tendências experimentadas na gestão Gestido: a presença crescente de ministros alinhados às recomendações do FMI e o perfil “técnico” da escolha de muitos deles em detrimento de um perfil político. Essas tendências se mostraram negativas à sociedade e tiveram um peso importante no desenvolvimento dos acontecimentos. Em primeiro lugar, a forte presença de empresários dentro do governo respondeu a uma clara opção de classe do mesmo e ao abandono do Estado distributivo e mediador das contradições sociais. A presença de empresários como Frick Davie (Ganadería y Pecuária), Peirano Facio (Industria y Comercio) ou José Serrato (Transporte y Obras Públicas) atestava o controle de setores estratégicos do Estado por grupos particulares cujos representantes não tinham que prestar contas ao eleitorado; ou seja, estavam descomprometidos com o jogo eleitoral e, em última instância, com os valores democráticos

⁴⁰ NAHUM, op. cit., p. 55.

⁴¹ Segundo Hevíá, o agente da CIA William Horton avisou o governo para que apressasse o juramento do vice-presidente Pacheco Areco a fim de esvaziar um golpe em andamento, do qual participariam militares *colorados*. Alguns destes depois viraram baluarte do novo governo. HEVÍA, op. cit., p. 138.

da tradição política do país.⁴³ Em segundo lugar, a ausência de políticos “profissionais”, mostrou outra ruptura com a tradição política do país: a figura do partido e das instâncias políticas como fóruns de negociação e de embate, fator vertebral da democracia uruguaia. Ao contrário, divulgou-se a imagem de que a presença de “técnicos” no governo era positiva pois eles não se rendiam às pressões de cunho político-eleitoral. Acentuar a imagem do desprestígio dos partidos políticos e responsabilizá-los pela atuação ineficiente diante da crise social econômica que atravessava o país escondia um risco potencial de autoritarismo: o menosprezo pelo Parlamento e pela representação popular. Tais fatos foram reiteradamente praticados por essa administração.

Assim, as MPS foram decretadas preventivamente para desarticular uma aguardada mobilização popular diante de medidas de arrocho que seriam decretadas logo a seguir. Efetivamente, em junho de 1968, decretou-se o congelamento de preços e salários e a anulação do reajuste salarial de 1º de julho, esperado com expectativa por milhares de trabalhadores, cujos salários tinham sido duramente atingidos pela inflação. As MPS se tornaram condição imprescindível para impor uma política econômica onde o congelamento salarial foi peça chave e para impedir a reação do movimento operário.

A perda de apoio de certos setores colorados, diante da nova orientação, exigiu do governo uma recomposição de forças com a incorporação de setores *blancos* conservadores e o respaldo incondicional das organizações empresariais. Pacheco Areco, ao assumir enfaticamente a condição de homem providencial, “defensor das liberdades ameaçadas” e comandante de um governo “forte”, cooptou apoio de segmentos sociais temerosos frente ao clima de agitação social e de luta armada. Explorando e manipulando a sensação de medo dos setores anticomunistas, o governo cometeu excessos constitucionais usando a força, a censura prévia e a militarização dos funcionários públicos, formas cotidianas de controle social, ou seja, recorreu à polícia e ao Exército para resolver situações que tinham sido interdidas aos

⁴² CAETANO; RILLA, op. cit., p. 268.

⁴³ O grupo empresarial e oligárquico presente no governo se colocou acima dos compromissos político-partidários. A partir desse momento, outros foram os critérios defendidos. Didaticamente, Carlos Machado registra quem é quem neste novo círculo de poder: Peirano Facio (latifúndios, bancos Mercantil, Comercial e Popular; mais de 60 empresas associadas; interesses do grupo Rockefeller); Frick Davie (latifúndios, Banco de Crédito, associado a grupos de Boston e advogado de frigoríficos estrangeiros); Serrato (grupos Ferrosnalt e Cristalerías); Pintos Riso (grupo Torrendel, imobiliárias, construção civil); Venancio Flores (latifúndios, indústria, grupo controlador da *Unión de Bancos del Uruguay* – UBUR -); Bordaberry (latifúndios, Banco Comercial, indústria têxtil); Jiménez de Aréchaga (advogado da *Pepsi Cola*). Esses “funcionários” do Estado controlavam um poder econômico de cerca de US\$ 50 bilhões. Machado diagnostica, com propriedade: “Un equipo de banqueros para ‘controlar’ la banca. De estancieros para fijarle precios a la producción y rebajar tributos del sector”. MACHADO, Carlos. **De Batlle a los 70**. Historia de los Orientales. Tomo 3. Montevideo: Banda Oriental, 1997. p. 206.

canais tradicionais da negociação política.⁴⁴ Em suma, o governo ficou refém dessa dança dialética infernal, numa espiral onde o aprofundamento da crise econômica e a defesa dos interesses empresariais e financeiros implicaram em mobilizações de oposição mais contundentes e ousadas, as quais, por sua vez, aumentaram a repressão governamental.

A capacidade de articulação e de resposta das forças populares fez com que do interior da sociedade, junto às tradicionais formas de luta e resistência (greves, manifestações, paralisações, ocupações), surgissem duas novas variantes. Uma, inédita no país: a luta armada, com especial destaque para o *Movimiento de Libertación Nacional-Tupamaros* (MLN). Outra, dentro de uma tradição constitucional e como resposta e amadurecimento da mobilização popular na esfera política: a emergência do *Frente Amplio* (Frente Ampla), força política que, em 1971, ameaçou o bipartidarismo tradicional.⁴⁵

O fato de 1971 ser ano eleitoral intensificou o debate político, inclusive porque o próprio presidente decidiu ser candidato à reeleição, fato que, entretanto, não era constitucionalmente permitido. Entre 1968 e 1970, o governo havia procurado marginalizar e desprestigiar os partidos políticos e o Parlamento tentando estabelecer canais diretos de comunicação com a sociedade ao negar, àquelas instituições, a legitimidade e a representatividade do papel pertinente de intermediação. Particularmente, em relação ao Parlamento, tão grande foi o menosprezo que sofreu do governo que até setores radicais da esquerda constitucional e do MLN temiam a hipótese do seu desaparecimento e a realização das eleições. Entretanto, desencadeada a dinâmica eleitoral, o cenário político tradicional voltou a ser valorizado, mesmo que de forma um tanto restrita. Segundo Gonzalo Varela, a pseudolegalidade do governo deixava um espaço político de disputa que, apesar de restrito, foi explorado por partidos e parlamentares. Logo alimentaram-se expectativas eleitorais e, por conseguinte, de mudanças.⁴⁶

3.2.1 - Escalada Autoritária e *Medidas Prontas de Seguridad*

A escalada autoritária da administração Pacheco Areco foi marcada, sobretudo, pelo banalização e utilização indiscriminada das MPS, acentuando a insegurança geral e

⁴⁴ CAETANO; RILLA, op. cit., 224; NAHUM, op. cit., 267.

⁴⁵ LÓPEZ CHIRICO, Selva. *Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad*. Bases de la Historia Uruguaya, n° 23. Montevideo: Las Bases, s. d., p. 24.

⁴⁶ VARELA, Gonzalo. *De la República Liberal al Estado Militar. Crisis política en Uruguay (1968-1973)*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1988. p. 107.

acelerando o processo de radicalização e confronto no interior da sociedade. A bem da verdade, foram utilizadas, desde a gestão Gestido, mas de forma ocasional. Entretanto, durante o governo Pacheco Areco, foram intensamente utilizadas, tornando-se expressão da autonomização do Poder Executivo diante dos demais poderes e da sociedade civil. Nesse sentido, destacamos cinco fatores decorrentes do uso rotineiro das MPS e que confluíram na voragem de acontecimentos que aceleraram a deterioração das instituições políticas e da própria democracia.

Um primeiro fator que deve ser mencionado é o próprio recurso sistemático do regime, às MPS, aplicadas quase ininterruptamente entre junho de 1968 e 1971. Sua utilização estava prevista e normatizada pela Constituição de 1967, onde, no artigo 168 inciso 17, constava que o Poder Executivo podia:

Tomar medidas prontas de seguridad en los casos graves e imprevistos de ataque exterior o conmoción interior, dando cuenta, dentro de las veinticuatro horas a la Asamblea General, en reunión de ambas Cámaras o, en su caso, a la Comisión Permanente, de lo ejecutado y sus motivos, estándose a lo que éstas últimas resuelvan. En cuanto las personas, las medidas prontas de seguridad sólo autorizan a arrestarlas o trasladarlas de un punto a otro del territorio, siempre que no optasen por salir de él. También esta medida, como las otras, deberá someterse, dentro de las veinticuatro horas de adoptada, a la Asamblea General en reunión de ambas Cámaras o, en su caso, a la Comisión Permanente, estándose a su resolución. El arresto no podrá efectuarse en locales destinados a la reclusión de delincuentes.⁴⁷

Decretada a MPS, o Poder Executivo devia ater-se à resolução do Poder Legislativo. Entretanto, em julho de 1969, para enfrentar a greve dos bancários da rede privada, o governo aplicou o Decreto N° 354/69, o qual exigia a volta imediata ao trabalho, o que não aconteceu. Vencido o prazo dado, configurou-se o delito de deserção (tipificado pelo Código Militar). Nesse momento, o Legislativo revogou aquele decreto cancelando os efeitos da sua aplicação. Porém, desafiando a Constituição e a convivência entre os três poderes, o Executivo rejeitou a competência daquele de imiscuir-se nas suas atribuições e no exercício da Legislação Militar, mantendo sua posição.

Por outro lado, o mesmo artigo 168 autorizava o Executivo a prender ou trasladar pessoas dentro do país, mas obrigava a informar à Assembléia até 24 horas após produzida a detenção. O governo passou a ignorar essa normativa ao invadir inúmeros locais públicos e particulares, deter centenas de pessoas e mantê-las incomunicáveis durante dias. Na prática, a manutenção das MPS implicou em diversas irregularidades como a suspensão de garantias individuais e do direito de Hábeas-Corpus (Art. 17), o desrespeito da inviolabilidade de

domicílio (Art. 11), do processo legal (Art. 12), além da detenção arbitrária (Art. 12).

Diante da justificativa oficial de que o recurso às MPS era fundamental para enfrentar a ameaça tupamara, Oscar Bruschera argumenta que, em 1968, o MLN não era uma ameaça real para o governo e que aquelas foram, em realidade, instrumento de controle social e de militarização dos funcionários (recurso previsto na lei para situações muito especiais).⁴⁸ Efetivamente, nos meses de junho e julho desse ano, ocorreram as primeiras militarizações de empresas. Os bancos *Hipotecario* e o *de la Republica* e empresas estatais como *Usinas y Teléfonos del Estado* (UTE), *Administración de Ferrocarriles del Estado* (AFE), ANCAP e *Obras Sanitarias del Estado* (OSE) foram atingidas com a destituição de diretores e a militarização de centenas de trabalhadores, enquanto o governo, através do Banco Central, estimulava a fusão das instituições bancárias e a conseqüente estrangeirização do sistema financeiro.⁴⁹

O governo alegava:

Los beneficios del trabajo productivo, de una economía saneada, del respeto internacional y de la estabilidad de sus instituciones significaba, sin duda, una grave contrariedad para quienes persiguen, a través de la paralización económica del país y de la lucha gremial, la desintegración de nuestro sistema republicano democrático de gobierno.

Pero los fines anti-nacionales impulsados por ideologías contradictorias con nuestro estilo y forma de vida, jamás arraigarán en nuestro pueblo. Y el gobierno afirmará la defensa de los principios institucionales que son la vida misma de la República.

[...] Hoy, determinado nuevamente por las circunstancias, el establecimiento de medidas prontas de seguridad, con el fin de asegurar la vigencia del orden jurídico, y ante la violencia y el desprecio a la ley, desatados por una insignificante minoría extraviada, mantengo viva mi fe en la capacidad de mi país para restablecer dicho orden en toda su plenitud. (24/07/69)⁵⁰

Bruschera rebate esse argumento com firmeza. Para ele, foi durante o *pachecato* e por sua causa que cresceu a ação tupamara. E não só ela, mas a violência no conjunto da sociedade. Bruschera responsabiliza o governo pela radicalização e identifica uma metodologia de atuação que esboça um TDE:

[...] el conflicto con la Universidad se hizo crónico; se clausuraron sedes sindicales; se generalizaron los “hábiles interrogatorios”, eufemismo con el

⁴⁷ REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY – CONSTITUCIÓN. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1977.

⁴⁸ Para López Chirico, o apelo que Pacheco Areco fez às Forças Armadas para dobrar a resistência popular “[...] fue el canal a través del cual las FF.AA. [Forças Armadas] comenzaron a intervenir progresivamente en la escena nacional [...]” assumindo, a partir das MPS de 12 de junho de 68, a militarização dos bancos e, depois, de empresas públicas. LÓPEZ CHIRICO, Selva. op. cit., p. 24.

⁴⁹ BRUSCHERA, op. cit. p. 22.

⁵⁰ Discurso no “Consejo de Ministros”. In: CRAVIOTTO, W. **Jorge Pacheco Areco. La obra de um estadista.** Montevideo: s. ed., 1988, p. 31.

que se quería disfrazar la tortura, etc. Es evidente que el clima de inseguridad (conflictos sociales y económicos, agitación estudiantil, incremento de la acción subversiva, desatada represión en las calles) fue un ingrediente insustituible del estilo de Pacheco [...].⁵¹

Um segundo fator do uso das MPS foi a vulnerabilização do respeito dos direitos humanos.⁵² A repressão policial indiscriminada e o uso generalizado da tortura levou o Senado a nomear uma Comissão especial para analisar esses fatos. Uma questão vinculada dizia respeito à correspondência privada – cuja inviolabilidade era protegida pela Constituição –, mas que era alvo das MPS que delegavam poderes à Direção Geral de Correios para violá-la. Tal prática, se tornou comum após o golpe, mas já vinha sendo experimentada e aperfeiçoada, em escala significativa, durante o *pachecato*.

A violação de correspondência era fato grave num país onde a emigração era considerável. Além de rastrear redes e conexões “subversivas” internacionais, atingia, de forma generalizada, milhares de famílias separadas, que deviam suportar a insegurança produzida por palavras mal-interpretadas ou mal empregadas e que, por isso ou por algum outro motivo desconhecido, eram colocadas sob suspeição e vigiadas como prováveis ou potenciais inimigos internos. Como resultado disso, diante do medo de cair nas malhas da inspeção, na incerteza de saber o que era proibido ou não, no desconhecimento do que podia ser considerado suspeito e na dificuldade de inventar códigos, os contatos via correspondência foram espaçando-se e as famílias e amigos ficavam a espera da oportunidade de encontrar eventuais mensageiros de confiança. O controle do correio aumentou sensivelmente durante a ditadura, ao ponto da estrutura da Empresa de Correios ser infiltrada por estruturas de controle e vigilância que procuravam colaboradores entre os trabalhadores restantes após a depuração interna inicial. Se a “subversão” tinha uma dimensão internacional, nada mais estratégico do que vigiar o canal mais cotidiano de interconexão individual.

O controle de correspondência cumpre uma função amedrontadora: obriga os indivíduos a assumir comportamentos que os violentam, assim como desenvolve o especial temor de receber cartas, expor pessoas, mandar notícias, realizar perguntas inconvenientes ou perigosas, vigiar, não saber como agir e temer deixar pistas e acabar colaborando “inconscientemente” com a repressão. Um dado adicional do peso desta questão: sendo jovens a maior parte dos emigrantes e dos exilados, boa parte dos que esperavam notícias e estavam

⁵¹ BRUSCHERA, op. cit., p. 23.

⁵² É inegável que a temática dos direitos humanos na América Latina não possuía, antes da experiência das ditaduras de SN, o reconhecimento e o impacto que passaram a ter depois do fim daquelas. Acabaram tornando-se uma das bandeiras fundamentais levantadas pela sociedade civil, particularmente, como consequência do profundo trauma produzido pelas práticas de TDE. As consignas do *Nunca Mais*, com o seu componente ético,

vigiados pelo mecanismo de controle e seguimento de correspondência eram crianças (provavelmente sem conhecimento de tudo), e idosos, que, na maioria dos casos, suportavam essa situação com extrema dificuldade (pela idade, pela condição econômica, pelas expectativas de vida e pelo distanciamento dos afetos).

Como terceiro fator, estão as limitações ao trabalho da imprensa. As restrições à liberdade de informação foram significativas. Houve censura e proibição de circulação de diversos meios de comunicação. Informações e notícias sobre greves e outras mobilizações sociais foram proibidas, consideradas estratégicas no combate à “subversão”. Edições inteiras de um jornal com informações “inconvenientes” eram passíveis de apreensão. Em tese, o texto das MPS permitia isso; o que não permitia, entretanto, era o fechamento por um ou mais dias, e muito menos o definitivo – fato acontecido, por exemplo, com o jornal *Extra*. Fechado pelo Poder Executivo em 11 de junho de 1969, o Parlamento desautorizou tal procedimento. Porém, por meio de questionáveis argumentos inscritos no espírito das MPS, o governo voltou atrás e confirmou a primeira decisão.

Ainda dentro do tema liberdade de imprensa, a censura oral e escrita produziu situações ridículas como a proibição do uso das palavras Tupamaro e guerrilheiro para identificar a guerrilha urbana. A palavra permitida era sedicioso. A resposta não demorou em aparecer: se os integrantes do MLN eram proibidos de serem *nombrados* (nomeados), a identificação se dava pela sua nova condição, ou seja, *los innombrables*. A disseminação desta nova nomenclatura produziu um efeito inesperado nas forças da ordem: na tentativa de “*desaparecê-los*” da língua, acabaram realçando-os ao permitir uma brecha que foi explorada de forma criativa e jocosa por alguns setores da imprensa.⁵³

Um quarto fator foi a imposição da militarização de funcionários públicos e privados sob a alegação de que era necessário diante da ineficiência do sistema político em controlar a radicalização das ações guerrilheiras e dos movimentos sindical e estudantil. Os partidos políticos tradicionais há anos não conseguiam esvaziar os anseios populares e evitar a radicalização ideológica. Os dados referentes a 1968 são bem demonstrativos da inconformidade dos setores populares e do grau de ativação política e de mobilização dos mesmos. Nesse ano, ocorreram 134 greves em empresas e instituições estatais; 130 em

moral, político e humano, viraram síntese concreta dessa demanda.

⁵³ Rosanna Di Segni e Alba Mariani, nas conclusões de um texto escrito em 1969, ao referir-se ao MLN, informavam que: “Quando se estavam corrigindo as provas de impressão deste trabalho, uma resolução policial transmitida de viva voz aos órgãos de imprensa pelo Sr. Sub-Chefe de Polícia, proibiu mencionar os seguintes termos: células, extremistas, comandos, delinquentes políticos, delinquentes ideológicos, subversivo, terrorista. O leitor deve ter isso presente.” [tradução minha] DI SEGNI, Rosana; MARIANI, Alba. **Uruguay Hoy - Crônicas contemporâneas II**. Enciclopedia Uruguaya n° 60. Montevideo: Editores Reunidos/Editorial Arca,

empresas privadas; 56 em instituições de ensino; 446 paralisações e ocupações de fábricas; 220 manifestações estudantis; 40 ocupações de faculdades; etc.

A militarização dos trabalhadores consistia em obrigá-los a retornar ao trabalho em caso de greve e a enfrentar mudança de horários e de locais de trabalho como ação preventiva para desmobilizar e evitar greves em gestação. Dispositivos militares, incompatíveis com a condição civil desses trabalhadores, eram aplicados, o que implicava no confinamento em quartéis das lideranças e dos quadros sindicais mais combativos, deslocamento para centros militares de outras cidades, imposição de disciplina militar no local de trabalho, ou mesmo obrigação de exercício físico. O empregado ausente virava, na lógica militar, um “desertor” e como tal era tratado (até com ameaça de perda do emprego). Por outro lado, a intervenção nas empresas podia produzir o afastamento de diretores favoráveis ao diálogo. Até então, a Constituição dizia que a substituição de diretores de empresas estatais devia passar pelo Senado. Com as MPS, encontrou-se um atalho legal que permitia ao governo ignorar o Senado alegando que este entravava uma resposta imediata no combate à subversão sindical, como entendiam os Ministros de Fazenda, Interior e Defesa Nacional – os quais, de fato, controlavam as MPS. Fica claro que as duras medidas implementadas pelo governo contra os trabalhadores eram o reconhecimento da força de organização e de articulação do movimento operário – fator de resistência que, segundo a lógica da DSN, era preciso dobrar ou destruir.

O último fator a destacar, em relação às MPS, é a ação contra as instituições de ensino e a autonomia universitária, visando obter não só o controle político-ideológico dessas estruturas, como a própria gestão das mesmas. É importante lembrar que, historicamente, o Uruguai era visto como possuidor de um dos sistemas de ensino mais avançados do continente, o que lhe permitiu ter índices de analfabetismo muito abaixo da média latino-americana. A base filosófica e os programas educacionais assentados em critérios pedagógicos e científicos de grande conteúdo humanista e progressista eram reconhecidos internacionalmente. Foi contra essa experiência e esses valores acumulados e enriquecidos pelas distintas gerações de docentes e discentes que se enfrentou o governo “[...]en su intento por someter la enseñanza y la Universidad a su proyecto totalitario y regresivo, inaugurando uno de los períodos más oscurantistas que conociera la historia del Uruguay en materia educacional”.⁵⁴

A política do *pachecato* para a educação teve duas dimensões. Uma, a repressiva: a escalada contra a autonomia universitária, os *Consejos de Secundaria* e a *Universidad del*

1969. p. 199.

⁵⁴ JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 62.

Trabajo (UTU) vieram acompanhadas de violência. As invasões ilegais dos estabelecimentos de ensino contra as ocupações estudantis (modalidade tradicional de protestos) objetivaram também impedir o acesso dos estudantes aos locais de estudo (e de resistência), bem como suspender os cursos universitários através de decretos (ferindo uma prerrogativa exclusiva dos Conselhos das Faculdades). O Ensino Secundário, a UTU e os Cursos Preparatórios também tiveram seus prédios atingidos. Várias unidades foram fechadas enquanto os estudantes eram agredidos por bandos armados, principalmente os da *Juventud Uruguaya de Pié* (JUP) - apresentados pelo discurso oficial como “[...] estudantes de boas famílias uruguaias que decidiram resistir ao guevarismo” -, que agiam com total beneplácito policial. A violência estatal fez várias vítimas entre os estudantes, como Líber Arce, Hugo de los Santos e Susana Pintos, comovendo a sociedade uruguaia.

Manuel Hevía descreve como a CIA aproveitava esse tipo de situação para infiltrar-se e realizar ações encobertas que tensionavam ainda mais um quadro que, apenas por si, já era explosivo.⁵⁵ Hevía relata que, na noite do assassinato do estudante Líber Arce pela polícia, fato que provocou profunda indignação e clamor popular (virou marco da história do movimento estudantil), houve intensa disputa no comando da polícia. De um lado, o coronel Aguirre defendia que, para desalojar os estudantes entrincheirados na Universidade, a polícia devia ir armada só de cassetetes e espadas (sem armas de fogo). Por outro lado, um setor de linha dura defendia um ataque contundente. Oficialmente, segundo Hevia, a Embaixada dos EUA procurava convencer o Ministro do Interior a desarmar a polícia apoiando a proposta do coronel Aguirre. Entretanto, enquanto se resolvia esta queda de braço, o chefe local da “Companhia”, Saenz, ordenava (palavras do próprio Hevía) ao diretor de Investigações da Polícia de Montevideú, inspetor Emílio Guerra, que policiais vestidos de civil provocassem, durante a noite, os estudantes para gerar algum fato que pudesse ser imputado a eles. Simultaneamente, a CIA ordenou aos seus agentes infiltrados entre os estudantes que realizassem atos de vandalismo. Na prática, os agentes da CIA deviam iniciar um tiroteio com seus colegas infiltrados entre os estudantes. A idéia era produzir fatos consumados, responsabilizar os estudantes pelos mesmos, afastar a população da zona, diminuir a indignação popular pelo assassinato de Líber Arce e chamar a atenção para o fato de que, sem vigilância policial, a situação era de caos.⁵⁶

A segunda dimensão do governo, em relação ao ensino, foi a intervenção jurídica. O governo tentou impor o *Consejo Superior de Enseñanza* (CONSUPEN), cujo objetivo

⁵⁵ HEVIA, op. cit., p. 203.

⁵⁶ Idem.

primordial era a eliminação do caráter autônomo de gestão das instituições e, conseqüentemente, sua subordinação ao Poder Executivo. Do CONSUPEN, deveriam fazer parte o Ministro da Cultura (que exerceria a presidência), diretores gerais do Ensino Secundário, Primário e da Universidade do Trabalho, além do Reitor da Universidade, único a ser eleito. Pretendia ainda regulamentar os grêmios estudantis e selecionar o corpo docente segundo critérios de “confiabilidade”. A proposta foi muito criticada no Parlamento devido à quebra de autonomia do sistema de ensino e à promoção do ensino privado, implícita no seu texto. Barrado no Parlamento, sua operacionalidade não se configurou durante o governo Pacheco Areco, embora seus postulados fossem absorvidos pela posterior *Ley de Educación General* imposta pela ditadura civil-militar.

Ao concluir esta análise sobre as implicações que a aplicação das MPS possibilitou, cabe concordar com Hugo Cores quando sistematiza a importância estratégica que as *Medidas Prontas de Seguridad* tiveram para o *pachecato* e para a configuração do futuro Terror de Estado:

- 1) Reprimir al movimiento obrero y popular, en especial a sus sectores más movilizandos, persiguiendo a sus militantes, clausurando sus locales y ilegalizando temporariamente sus organizaciones (CNT, Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay, entre otras). [...]
- 2) Concentrar el poder en el Ejecutivo, neutralizando al Parlamento y al Poder Judicial. [...] anulando la autonomía de los Entes, de la Universidad, etc. [...]
- 3) La concentración de poder le permitió al gobierno realizar un corte tajante en la distribución del ingreso en favor de los capitalistas. [...]
- 4) Las MPS también dieron los instrumentos políticos para resolver en favor del sector conservador y autoritario la crisis interna del Partido Colorado. Este, después de ocho años en la oposición a gobiernos del Partido Nacional de derecha o centro derecha (1959-1967) había desarrollado en seno corrientes que retomaban aspectos del batlismo inicial, socialmente avanzado, de José Batlle, Domingo Arenas, y Julio César Grauert, cuyas cabezas más visibles eran, en esse momento, Zelmar Michelini, Alba Roballo y E. Rodríguez Fabregat).
- 5) Y finalmente las MPS abrieron el camino para coesionar en torno al Presidente a la plana mayor de la administración y de las FF.AA. a través de destituciones o remociones de jerarcas “legalistas” y el ascenso y nombriamiento de cuadros dóciles y a menudo entusiastas ejecutores del nuevo autoritarismo.⁵⁷

Um ano após ter assumido o governo, ao fazer um balanço da sua gestão, Pacheco Areco afirmava que:

[...] me propuse, desde la primera hora, actuar con determinación y firmeza,

⁵⁷ CORES, Hugo. **El 68 Uruguayo. Los antecedentes. Los hechos. Los debates.** Montevideo: Banda Oriental, 1997. p. 140.

para reclamar a todos los ciudadanos, su integración en la empresa de salvar el patrimonio nacional y nuestra democracia amenazados.

[...] obramos apoyado por la convicción de que sólo encontraríamos el camino de la recuperación y de la auténtica pacificación interna, en el acatamiento del orden democrático. [...]

El ejercicio abusivo de derechos y libertades llevó a nuestra sociedad al borde de la parálisis económica; y a servicios esenciales al límite del colapso. Mi Gobierno no tuvo otra alternativa que disponer las Medidas Prontas de Seguridad, en respuesta al deber constitucional de defender y asegurar el orden público y la tranquilidad interior [...]. (23/12/68)⁵⁸

O recurso sistemático às MPS foi a maior demonstração da opção autoritária de um Estado que optou por governar através de decretos, deixando de lado o Poder Judicial, os partidos políticos e o Parlamento. Enquanto isso, o Poder Legislativo era expressão de fragilidade, de impotência e de dificuldades, até para obtenção de quorum (em função das manobras do bloco oficialista). Aliás, o governo, na prática, fez do Parlamento (elemento fundamental da democracia uruguaia) seu inimigo. Primeiro o considerou um entrave; depois, um cúmplice da subversão. É o mesmo Parlamento que, após ter sua nominata de legisladores renovada nas eleições de 1971, foi dissolvido, fechado e teve vários dos seus integrantes presos, exilados e assassinados.

3.2.2 - Fermentação social: os alvos do Terror de Estado em gestação

Os partidos tradicionais estavam entre os principais responsáveis por uma crise que haviam enfrentado com subterfúgios, protelando a tomada de medidas ao seu respeito. No Partido Colorado, as correntes reformistas não tinham maior peso de negociação política e estavam reduzidas aos setores de Manuel Flores Mora e de Amílcar Vasconcellos. As correntes mais a esquerda, os setores de Zelmar Michelini e de Alba Roballo, haviam abandonado o partido para fundar a Frente Ampla ou se preparavam para fazê-lo. A saída desses setores era o sintoma do fortalecimento do projeto de um autoritarismo de direita que derivava do conservadorismo presente na formação da chapa vencedora em 1966 (Gestido-Pacheco Areco). Nas eleições de 1971, a novidade do partido foi a tentativa de reeleição de Pacheco Areco.⁵⁹ O afastamento dos setores de Michelini e de Alba Roballo beneficiou os

⁵⁸ Análisis de su gestión de Gobierno al cumplirse un año. CRAVIOTTO, op. cit, p. 20.

⁵⁹ Simultaneamente às eleições nacionais, a população era consultada, mediante a fórmula plebiscitária, se concordava ou não com a reeleição presidencial (possibilidade de mais um mandato), a partir desse momento. Pacheco Areco se candidatou à reeleição; Juan María Bordaberry era o candidato alternativo caso a reforma constitucional não fosse aprovada.

setores colorados mais conservadores. O agressivo discurso anticomunista, que reforçava a idéia de que somente um governo forte liderado por Pacheco Areco podia evitar a “subversão” tupamara e a ameaça marxista-leninista, recolheu apoio de parte dos setores médios e populares pouco politizados. Pacheco Areco chamou para si a responsabilidade num discurso marcado pelo tom personalista do homem providencial, do antipolítico e do antiparlamentar:

Si una sociedad es amenazada, tiene el deber de responder a la fuerza con la fuerza. Mi Gobierno, como representante y defensor de la organización jurídica de la sociedad uruguaya, cumplirá con su deber de ejercer la autoridad con la dureza y energía que las circunstancias impongan para garantizar las libertades amenazadas.⁶⁰

No ano eleitoral, diminuiu o recurso às MPS; certamente foi uma opção do governo em função do desgaste político que seu uso acarretava, o que podia inviabilizar as pretensões continuistas. A campanha pela reeleição colocou um grande desafio para Pacheco Areco, visto que este tornou-se concorrente dos setores dos partidos tradicionais que haviam dado sustentação ao seu governo, os quais também aspiravam a presidência. Essa situação se tornou mais dramática com a forte ênfase dada num gabinete de ministros tecnocráticos e dissociados da tradição político-partidária do país; no embate eleitoral, isso se constituiu em entrave pois eles não eram grandes captadores de votos como o eram as máquinas partidárias. Para compensar, o candidato à reeleição reforçou sua identidade com os símbolos nacionais e, apesar da virulência do discurso anticomunismo, tentou diminuir a menção explícita do poder repressivo já que, nessa conjuntura, se tornava improdutivo. Ressalte-se, entretanto, que, durante a campanha eleitoral, a violência cotidiana não cessou, pois os grupos paramilitares compensaram o estratégico recuo do poder repressivo “legal” aumentando suas ações encobertas.

Paradoxalmente, o Partido Nacional, tradicionalmente de perfil mais conservador que o Colorado, sob a liderança de Wilson Ferreira Aldunate, assumiu um posicionamento mais liberal no plano político enquanto que, no plano sócio-econômico, chegou a coincidir com a Frente Ampla em questões como a centralidade da reforma agrária e a nacionalização dos bancos. A candidatura de Ferreira Aldunate aglutinou descontentamentos com a orientação econômica do governo vigente e defendeu mudanças políticas moderadas reivindicadas por setores empresariais nacionalistas e determinados setores médios. A limitação das prerrogativas do Poder Executivo também foi defendida por essa candidatura para evitar o uso

⁶⁰ CAETANO; RILLA, op. cit., p. 243.

abusivo das mesmas – como vinha ocorrendo na gestão colorada –, desenhando um autoritarismo denunciado desde o Parlamento e na imprensa. Ferreira Aldunate também reforçava, para não deixar dúvida, que pretendia “terminar con la subversión armada sin violar la legalidad”.⁶¹ Com esta proposição, a candidatura assumiu um posicionamento claro de distanciamento da luta armada (bem mais enfática daquele que podia assumir a Frente Ampla, comprometida com suas forças internas e acordos políticos) enquanto se afastava da linha autoritária do governo *colorado* e da sua proposta continuista. Tais propostas receberam significativo apoio dos eleitores *blancos* em detrimento dos setores mais conservadores do partido (Aguerrondo, Etchegoyen, Heber). Estes, em função da falta de sinalização de mudança e de alternativa em relação ao governo *colorado* e, principalmente, pela seu apoio e participação no mesmo, foram sendo deslocados, no interior do Partido Nacional, a um segundo plano, limitados a ser uma espécie de linha auxiliar do Poder Executivo *colorado*.

Diante da tensão crescente e da escalada autoritária, ocorreram diversas respostas e o surgimento de protagonistas inéditos - caso da Frente Ampla e do MLN - diferentes quanto à modalidade de atuação, mas de profundo impacto qualitativo na evolução conjuntural, além de serem fatores de inflexão no estrelecimento das relações políticas na virada dos anos 60 para os 70.

a) A Frente Ampla – Esta frente de esquerda surgiu no meio do turbilhão de instabilidade social, crise econômica e descrença nos partidos tradicionais. As experiências anteriores de unificação da esquerda tinham ocorrido em pequena escala com frentes eleitorais reduzidas. Uma delas foi o FIDEL, congregando o *Partido Comunista Uruguayo* (PCU) e dissidências à esquerda de *blancos* e *colorados*, setores estudantis e movimentos esquerdistas independentes e que, nas eleições de 1962, recebeu 40.886 votos. Outra experiência foi a da *Unión Popular*, com base no Partido Socialista, dissidentes *blancos* e pequenos setores de extrema esquerda que, em 1962, obteve 27.041 votos.

Considerando que a procura da unidade das forças de esquerda não se limitava só ao campo político-partidário, deve mencionar-se outro antecedente correlato, só que do mundo dos movimentos sociais. No bojo das suas lutas específicas, em 1958, trabalhadores e estudantes identificaram algumas demandas semelhantes, elaboraram uma pequena pauta comum e unificaram sua mobilização; a consigna lançada virou referência histórica: *Obreros y Estudiantes, unidos y adelante*. Nesse sentido, o esforço de aglutinar os setores populares e

⁶¹ VARELA, op. cit., p. 114.

progressistas do país avançou muito com a criação da CNT, unificando e organizando os trabalhadores uruguaios. Tais antecedentes mostram o lastro de uma cultura política e sindical onde se manifestavam sintomas de amadurecimento dessa vinculação entre operários e estudantes.

Em outubro de 1970, veio a público um manifesto de cidadãos sem militância partidária onde se destacavam personalidades do entorno do semanário *Marcha*, intelectuais e alguns militares. Denunciando a situação política e a violência estatal, apelavam para que os setores progressistas viabilizassem uma aliança de “ação política permanente”. Na introdução do manifesto, diagnosticavam os graves problemas do país:

Los ciudadanos que suscriben, preocupados por la grave situación que le ha creado al país la aplicación sistemática de una política cuya regresividad y violencia no ha conocido precedentes en el correr de este siglo, y ante la oportunidad de la futura instancia electoral, declaran:

1º) Que estiman indispensable la concertación de un acuerdo sin exclusiones, entre todas las fuerzas políticas del país que se opongan a la conducta antipopular y antinacional del actual gobierno, con vistas a establecer un programa destinado a superar la crisis estructural que el país padece, restituirle su destino de nación independiente y reintegrar al pueblo la plenitud del ejercicio de las libertades individuales y sindicales. [...] ⁶²

Paralelamente a esse chamamento, ocorriam movimentos e conversações no interior dos partidos tradicionais, que expressavam possibilidades de confluência para aquela proposta. Em dezembro de 1970, a Lista 99 (*Por el Gobierno del Pueblo*) do Partido Colorado deu por esgotadas as possibilidades de convivência com os demais setores diante da impossibilidade de produzir mudanças internas. Zelmar Michelini, principal liderança da corrente, comunicou a desvinculação do Partido Colorado. Quase simultaneamente, produziu-se uma importante dissidência entre os blancos: liderado por Rodriguez Camusso, afastou-se a corrente *Movimiento Blanco Popular y Progresista*. Em janeiro de 1971, num comunicado conjunto, o Partido Demócrata Cristiano (PDC) e os dissidentes *blancos* e *colorados* formaram a *Frente del Pueblo*, além de tornarem público um manifesto a todas as forças progressistas que quisessem integrar uma Frente Ampla segundo as bases do documento dos cidadãos sem militância de 7 de outubro. O PCU, no seu XX Congresso, aderiu à criação dessa nova força política, da mesma forma que os principais movimentos sociais.

Finalmente, no 5 de fevereiro de 1971, ficou constituída a Frente Ampla. ⁶³ No

⁶² Declaração do 7 de Outubro de 1970. In: AGUIRRE BAYLEY, Miguel. **El Frente Amplio. Historia y documentos.** Temas del Siglo XX. Montevideo: Banda Oriental, 1985. p. 83.

⁶³ A Frente Ampla nasceu integrada pelos seguintes setores: FIDEL; *Grupos de Acción Unificadora* (GAU); *Movimiento Blanco Popular y Progresista*; *Movimiento Humanista*; *Movimiento por el Gobierno del Pueblo* (Lista 99); Partido Comunista; Partido Demócrata Cristiano; Partido Socialista; *Partido Obrero-Revolucionario*

documento fundacional, ressaltou-se não se tratar de uma fusão de partidos, e sim de uma coalizão onde as forças integrantes não se fundiam ou desapareciam dentro do novo organismo; mantinham-se as identidades, embora subordinassem seu programa e interesses particulares às bases programáticas resultantes de negociação no interior da coalizão.⁶⁴ As linhas mestras da Frente Ampla conferiam-lhe um perfil de esquerda, antiimperialista, popular, terceiro-mundista e anti-oligárquica. O programa destacava a necessidade de romper com a dependência e a consecução de fins socialistas de organização econômica. Portanto, pode afirmar-se que a formação da Frente Ampla consistiu na resposta de amplos setores populares diante de uma situação de deterioração social, econômica e política sem precedentes.⁶⁵

Com a constituição formal da coalizão política, a militância passou a trabalhar em função de um calendário eleitoral que previa eleições nacionais para o final do ano. Com o objetivo eleitoral presente, uma intensa atividade foi dedicada ao trabalho prioritário de divulgação do programa mínimo, de organização das bases e de discussão e escolha de candidatos. Para coroar esse esforço, no 24 de novembro de 1971, a coalizão encerrou sua campanha eleitoral com um comício em que seu candidato, o general Líber Seregni, discursou diante de mais de 200 mil pessoas, fato sem precedentes na história política do país. O bipartidarismo, expressão da hegemonia dos partidos tradicionais, sofria, a partir desse momento, o maior questionamento da cidadania.

As células de oxigenação da Frente Ampla foram os Comitês de Base, centros basistas de aglutinação de adesões organizados nos bairros montevideanos e de outras cidades. Em algumas zonas urbanas de extração social popular, existia uma tradição e cultura operária anterior, de cunho anarquista, socialista e comunista – comum à própria trajetória do movimento operário - que, nesses casos, serviu de sedimento. A Frente Ampla colheu essas simpatias. Os comitês surgiam antes da própria conformação da coalizão como apoio dessas vanguardas sindicais históricas à idéia proposta desde o núcleo dos cidadãos sem militância e das correntes políticas favoráveis. Tais comitês foram um instrumento de especial utilidade no recrutamento de novos quadros e conformaram um vital espaço democrático onde as bases participavam da discussão de questões chaves, numa manifestação permanente de atividade

(POR - trotskista). Pouco depois, se incorporaram os grupos *Unión Popular* (ERRO), *26 de Marzo* (MLN) e *Pregón* (Alba Roballo).

⁶⁴ Para o líder do Partido Comunista, Ródney Arismendi, a Frente Ampla era a via de “aproximação à revolução” e, diferentemente das experiências anteriores de unidade da esquerda, era uma união sem exclusões, abrindo um leque que permitia absorver à dissidência progressista dos partidos tradicionais. ARISMENDI, Ródney. **A revolução latino-americana**. Lisboa: Avante, 1977. p. 69.

⁶⁵ MACHADO, op. cit., p. 209.

política e mobilização. Enquanto conexão das estruturas partidárias da coalizão com as bases, sua própria dinâmica permitia um debate participativo, franco e oxigenado, que fortalecia à coalizão. Os Comitês de Base inovaram em relação à tradição existente de imobilidade política, estimulada pela classe dominante e pelos partidos tradicionais. Estes usavam os Clubes Políticos - espaços abertos pouco antes das eleições e desativados após o pleito – como simples “caça-voto”, reforçando velhas práticas clientelísticas e assistencialistas (tramitação de aposentadoria, promessas de emprego, etc).

Diante disso, os Comitês de Base inovaram radicalmente; não se propunha nenhum tipo de troca. Tratava-se de uma militância que assumia um espaço de participação e de discussão de um projeto político. O seu ineditismo advinha do fato de construir (com suas regras internas e seus cargos representativos de direção) um espaço para refletir sobre a situação do país, a conjuntura internacional, a disputa política-eleitoral, a organização do partido, os problemas da comunidade, do bairro, da praça e da rua. Também porque, além da ação positiva e bem sucedida de congregar as pessoas sem militância partidária, absorvia eleitores dos partidos tradicionais que não tinham espaço de participação política efetiva nos próprios partidos. Finalmente, os comitês funcionavam como escola de formação política, de conscientização nos bairros e de ativação social a partir da rede da vizinhança, “de porta em porta”. E, no debate político, permitia um elemento altamente qualitativo de formação política: não só a crítica aos partidos tradicionais, mas o cotejo das posições dos comunistas, dos socialistas ou da democracia cristã. Inegavelmente, seu funcionamento transformou-os na matéria-prima e no pulmão da coalizão. Arraigados à comunidade, capacitavam-se de uma dinâmica orgânica e popular. Para realizar grandes eventos (manifestações, comícios, passeatas), a Frente Ampla só precisava ativar os comitês; estes organizavam as colunas de militantes que convergiam aos atos.

Na medida em que toda essa ação escapava do controle dos partidos tradicionais, os Comitês de Base tornaram-se uma inesgotável fonte potencial de futuros militantes. O comitê se tornou expressão e presença da Frente Ampla no cotidiano de cada bairro, aprofundando uma relação orgânica onde o voluntarismo e a solidariedade na vizinhança se viu intensificada com a realização de eventos culturais (teatro, música, murais) – inseridos, é claro, dentro de uma perspectiva de politizar e conscientizar as comunidades. O fato de colocar o Comitê de Base como centro comunitário de serviço social e cultural foi um dos maiores logros que a Frente Ampla obteve quanto à canalização de esforços e de diálogo com a cidadania e atração e convencimento de novos quadros. O bairro foi percebido como centro nervoso, dinâmico e integrado à vida política – particularmente, nas zonas urbanas mais populares, onde muitas

vezes a presença do Estado e dos poderes instituídos só se fazia presente através da repressão policial à comunidade.⁶⁶ Foi justamente em função da receptividade que recebeu esta proposta da Frente Ampla de interação com as comunidades, o que lhe permitiu, em tão pouco tempo, apresentar-se como opção eleitoral viável, principalmente, em relação à eleição de Montevideu.⁶⁷

Inegavelmente, o trabalho de mobilização e de politização realizada pelos Comitês de Base nas zonas populares, fundamentalmente na capital do país, tornou-se alvo estratégico das ações repressivas posteriores. A experiência de participação direta e permanente naqueles centros foi combatida com a violência e a imposição do medo. Bairros populares como o Cerro, La Teja, Sayago e Capurro, entre outros, estiveram entre os mais visados e atingidos pelo TDE posterior.

Em outra ordem de coisas, deve-se salientar que o programa da Frente Ampla tinha como objetivos pontuais: a plena vigência das liberdades, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; a reforma agrária; a nacionalização do sistema financeiro, dos grandes monopólios e do comércio exterior; o fomento do cooperativismo; a reforma do sistema tributário (prevendo a taxaço da riqueza e do capital improdutivo); e uma nova política salarial. Dentro da coalizão, cada partido conservava sua autonomia, participava das instâncias colegiadas representativas e reconhecia autoridades comuns. Seu primeiro presidente foi o general Líber Seregni, na reserva desde que divergira com o governo por causa da militarização dos funcionários públicos e da manutenção das MPS.⁶⁸

O surgimento e a construção da Frente Ampla ocorreu dentro da terrível conjuntura de guerra interna aberta entre as Forças Armadas e o MLN. O fato de que alguns setores da Frente Ampla mantivessem canais de conversação com a guerrilha não significava que a coalizão respaldasse ou apoiasse a luta armada. As principais lideranças enfatizavam sua discordância com os métodos dos tupamaros. Aliás, neste sentido, o historiador Oscar Bruschera, um dos signatários da declaração dos cidadãos sem militância de outubro de 1971, explicita que a coalizão nasceu como força pacífica e pacificadora, marcando distância da proposta “violentista”.⁶⁹ Seu objetivo mais imediato foi o de constituir-se como opção político-eleitoral democrática, distanciada da tese da ação direta da luta armada. Aliás, o

⁶⁶ SEREGNI, Líber. **El ABC del F.A.** Montevideo: Ediciones Índice, 1985. p. 22.

⁶⁷ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit. p. 73.

⁶⁸ Seregni provinha de um pequeno setor militar influenciado por correntes coloradas progressistas. Sua trajetória era marcada por forte postura constitucionalista. Num contexto de desprestígio dos políticos e de temor diante de um militarismo golpista, Seregni constituía uma referência ética para grande parte da população. VARELA, op. cit., p. 113.

⁶⁹ Embora a crítica à opção armada, Bruschera reconhece que seu surgimento ocorreu frente à falência dos

surgimento da Frente Ampla, seu rápido crescimento e sua proposição de um caminho pacífico também representou um desafio à estratégia tupamara, na medida que se configurava uma espécie de sobreposição de simpatias sobre as mesmas parcelas da população. Avaliado o impacto e o potencial da nova força política, o movimento guerrilheiro emitiu um comunicado expressando seu apoio crítico à coalizão, porém, sem abrir mão da sua opção pela luta armada. De qualquer forma, na voragem de acontecimentos em que imergiu a dinâmica política uruguaia após o momento eleitoral, as relações entre Frente Ampla e MLN se tornaram, em alguns momentos, diluídas, difusas e até ambíguas, acarretando maior complexidade a uma conjuntura de decisiva deterioração democrática.⁷⁰

b) O Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros - Nos anos 60, sob o exemplo cubano, surgiram grupos armados e manifestações de violência de diferentes teores no contexto de aprofundamento da crise econômica, descrença nos partidos políticos tradicionais e desconfiança nos mecanismos de negociação. Ao responder a essa crise estrutural, as organizações armadas ressaltavam as deficiências do sistema vigente e, com sua modalidade de atuação, o enfraqueciam ainda mais, acelerando a deterioração da democracia e da coexistência política. Existe uma polêmica política e acadêmica sobre o verdadeiro motivo da virada autoritária do governo e onde se colocam duas hipóteses: a que aponta para a necessidade de resposta à ação dos grupos armados (fortemente presentes a partir de 1968) e a que ressalta as manifestações sociais, cada vez mais ousadas e radicais – particularmente o movimento sindical e o movimento estudantil.

Independente disso, é inegável que o recrudescimento da repressão estatal e a intensificação das ações armadas estão vinculadas. Oscar Bruscher reconhece que “la represión y el autoritarismo oficial, por un lado y la respuesta violentista por el otro, recíprocamente se alimentaban”.⁷¹ Dentro da sua estratégia, a guerrilha visava a ruptura violenta de uma ordem democrática considerada falida e ilegítima. Entretanto, como afirmam Jellinken & Ledesma, a luta armada não era o fator de provocação da crise, e sim uma das suas formas de manifestação.⁷² O que ela fez foi desnudar os instrumentos coercitivos e, sintomaticamente, endurecê-los, o que pode ser visto como fator tendencial de autonomização dos mesmos, em relação ao Poder Executivo, processo iniciado no governo Pacheco Areco.

Na dinâmica infernal da guerra interna, a guerrilha entendia que, diante da espiral de

partidos tradicionais. BRUSCHERA, op. cit.

⁷⁰ Idem, p. 47.

⁷¹ Idem, p. 44.

violência do *establishment* para defender os interesses dos setores dominantes em uma conjuntura de arrocho profundo, as formas de resistência e de luta tradicionais eram insuficientes; ou seja, os caminhos legais do protesto social eram inúteis. Para o governo, o surgimento e a expansão da atividade guerrilheira legitimavam medidas de força, mesmo que estas ficassem perigosamente próximas da fronteira da legalidade. Mas, independente da existência da guerrilha e da sua real força, deve-se ressaltar o componente autoritário do governo Pacheco Areco. Paralelamente, travava-se de outra batalha no campo da informação e do “convencimento e/ou esclarecimento” da população, onde a propaganda oficial se encarregava de escamotear o verdadeiro alvo da guerrilha (interesses de grandes grupos econômicos nacionais/internacionais) ao canalizar o foco para um ataque linear e geral às instituições e à democráticas.

Por outro lado, o regime dizia ignorar a existência de bandos armados de extrema direita, alguns com raízes no anticomunismo do início dos anos 60, outros surgidos no quadro de radicalização posterior como a citada JUP, o *Comando Caza Tupamaros* ou o Esquadrão da Morte. Atentados de diferente natureza contra militantes de esquerda, sindicalistas e estudantes marcaram a forma de agir dessas organizações e os fatos em que estavam implicados tais fatos não eram esclarecidos, apesar das exigências no Parlamento, motivando tentativas de moções de censura contra as autoridades correspondentes e de denúncias pelo que era considerado uma estranha “tolerância” com esses grupos.⁷³

Dentro da esquerda, a principal organização armada foi o *Movimiento de Libertación Nacional-Tupamaros*.⁷⁴ Segundo Nahum, desde 1962 existia um organismo que coordenava vários grupos de ação direta vinculados ou derivados de organizações legais e que confluíram, por volta de 1965, na fundação do MLN.⁷⁵ Nessa fase de clandestinidade do movimento (ainda desconhecido do público), seus integrantes ainda estavam na legalidade, embora participassem de ações de expropriação de armas e dinheiro,⁷⁶ recrutamento de quadros, estruturação interna, avaliação de estratégias e acumulação de informação (por exemplo, sobre a rede cloacal de Montevideú). Ainda era fase de definições internas e de dissidências,

⁷² JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 44.

⁷³ Esse comportamento das autoridades havia sido previsto por Carlos Quijano em 1964, quando procurava desencorajar ações violentas contra o Estado por temer que, em última instância, essa violência desabasse sobre “los más necesitados”. Cf. nota 22 deste capítulo.

⁷⁴ Também estavam as *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FARO) e a *Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales* (OPR-33); esta realizou seqüestros de empresários no meio de conflitos trabalhistas e expropriou a histórica bandeira usada pelos 33 Orientales. Deve-se acrescentar que outras organizações partidárias, como o PCU, também tinham dispositivos militares de defesa.

⁷⁵ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 67.

⁷⁶ Em 1963, aconteceu uma das primeiras grandes ações da organização, o assalto ao Clube de Tiro, na cidade de Nueva Helvécia, que conclui com a expropriação de umas trinta armas.

caso de um grupo originário da *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU). De qualquer forma, a organização se tornou pública em dezembro de 1966, e, gradativamente, muitos dos seus quadros viram-se na contingência de passar à clandestinidade.⁷⁷

Entre 1968 e 1969, o movimento intensificou seu protagonismo através de uma tipologia de ações que caracterizaram essa fase de luta como “etapa Robin Hood”. Orientado pelos dirigentes “históricos” (entre os quais se destacava Raul Sendic) e recebendo lideranças provenientes da luta social e calejadas no trabalho subterrâneo de organização e acumulação de experiência, o MLN centrou a ação nas denúncias de corrupção política (caso da Financeira Monty). Realizando ações que ridicularizavam as forças policiais pela sua ineficiência, os tupamaros efetuavam expropriações de bancos, financeiras e casas de penhora, ações de apropriação de documentos comprometedores sobre sonegação fiscal ou ganhos ilegais de grupos econômicos e expropriações massivas de alimentos que eram repartidos nas comunidades mais carentes, etc.⁷⁸ Nessa fase, evitava-se o uso da violência, embora já ocorresse o seqüestro de autoridades governamentais, que eram detidas nos *cárceles del pueblo*⁷⁹ com finalidade política ou para obtenção de informação.⁸⁰ Havia uma orientação da direção da organização para evitar ações indiscriminadas e, na medida do possível, perda de vidas; nas “expropriações”, o alvo devia ser a “propriedade burguesa”, e não os trabalhadores, pequenos comerciantes ou produtores.⁸¹

A estratégia tupamara de evitar o confronto aberto com a polícia mostrava-se

⁷⁷ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 67.

⁷⁸ Os próprios depoimentos dos dirigentes tupamaros obrigam a uma reflexão sobre o que é verdadeiro e o que virou lenda sobre o MLN, perspectiva também presente nos casos de “banditismo social”. Nas memórias de dirigentes históricos, como Eleutério Fernández Huidobro, é recorrente a ênfase na precariedade da organização, especialmente na fase “Robin Hood”, o que contrastava com a eficiência e estratégia sofisticada divulgada nos meios de comunicação. Com exageros ou falta de precisão, o fato é que há registros dessas ações. Langguth cita algumas: “Assaltando arsenais, os tupamaros roubavam uniformes da polícia, que eram depois utilizados em assaltos a bancos. Se havia clientes nas filas dos caixas, os tupamaros faziam com que o empregado registrasse cada depósito, para que o banco, e não o cliente, sofresse o prejuízo.” Langguth lembra também que, após a expropriação de um cassino, os crupiês se queixaram de que, no montante retirado da empresa, estavam suas gorjetas; no dia seguinte, os trabalhadores receberam, pelo correio, a percentagem que lhes pertencia. LANGGUTH, op. cit., p. 220.

⁷⁹ Os “Cárceles do Povo” (*Cárceles del Pueblo*) foram esconderijos especiais adaptados com certa infra-estrutura para receber, durante tempo prolongado, pessoas seqüestradas pelo MLN. Geralmente eram pequenos espaços subterrâneos que contavam com sistema de segurança, enfermaria, celas individuais, entrada de veículos e uma fachada legal de residência.

⁸⁰ A obtenção de informações não incluía violência física ou ameaça de represália. Não se deve confundir com a metodologia do mesmo nome aplicado pela repressão estatal. Feito esse esclarecimento, porém, não há como ignorar que o seqüestro e a detenção desses “reféns” da guerrilha eram formas de violência, independente dos motivos alegados e de quem eram os alvos visados. Assim como houve casos de cidadãos seqüestrados que reconheceram posteriormente terem sido bem tratados, outros se queixaram de pressão psicológica (caso de Pereyra Reverbel). A situação do torturador Dan Mitrión foi diferente. Não havendo interesse dos EUA e do governo uruguaio em negociar sua libertação, seu “juízo” por um “tribunal revolucionário”, sua condenação e execução eram perfeitamente factíveis.

⁸¹ BRUSCHERA, op. cit., p. 50.

positiva tanto no sentido operacional quanto político, já que permitia poupar quadros “militares”⁸² e acumular apoio de parcelas da população que viam suas ações com indisfarçável simpatia. Enquanto isso, expunha a ineficiência e o despreparo do dispositivo de segurança, informação e repressão. A irritação que os tupamaros produziam nas autoridades contaminou até o responsável pelo Programa de Recrutamento de Instrutores para treinamento policial no exterior, do Departamento de Estado, Byron Engle, o burocrata que enviara Dan Mitrione à América Latina. Para ele, o fato de que os tupamaros não enfrentassem abertamente à polícia só podia ser sinal evidente de covardia.⁸³

Partidários das teses foquistas, os tupamaros viam-se irradiando, como onda contagiante, a consciência revolucionária ao conjunto da sociedade. No Documento Nº 1, expressavam o entendimento de ser a luta armada a “única vía para la liberación nacional”, a “principal forma de lucha de nuestro pueblo y a ella deberán supeditarse las demás” e o “mejor instrumento para crear condiciones revolucionarias”.⁸⁴ Entendiam a luta armada como resultado do “esgotamento” e da “ineficiência” das formas tradicionais da política legal. O impacto da Revolução Cubana, a influência de Che Guevara e o insucesso eleitoral da esquerda uruguaia, em 1962, pareciam reforçar essa opção. A Conferência da OLAS, em 1967, inseria essa opção dentro de um marco de insurreição continental. Coerente com essas orientações, a consigna “Habrà patria para todos o no habrá patria para nadie”, das colunas do velho caudilho *blanco*, Aparicio Saravia, foi estampada nos documentos da organização.⁸⁵

O documento de “apresentação” do MLN fundamentava, como objetivos primeiros, o nacionalismo anti-oligárquico, o socialismo, além da integração e da solidariedade latino-americana.⁸⁶ A adaptação do “foquismo” à especificidade uruguaia implicava em abandonar a tática clássica da “montanha como refúgio” pois, nas condições geográficas e demográficas existentes do Uruguai, isso não tinha sentido. Assim, o MLN teria que ser um fenômeno

⁸² A formação de quadros “militares” (aqueles diretamente envolvidos nas ações armadas) tinha um alto custo operacional. A falta de preparação mínima dos quadros voluntários e as dificuldades de fornecimento de treinamento (fator vital para a organização) aumentavam pelo fato do Uruguai não possuir um serviço militar obrigatório que tivesse transmitido conhecimento mínimo sobre armamento, táticas militares, etc., como ocorria no Brasil e na Argentina. Quanto ao treinamento que muitos quadros receberam em Cuba, de pouco adiantava, dadas as condições geográficas do Uruguai e a concepção de guerrilha cubana onde a montanha, a selva e o mundo rural tinham centralidade, condições que inexistiam no Uruguai.

⁸³ LANGGUTH, op. cit., p. 220.

⁸⁴ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMARO. Documento nº 1 (IV- Conclusiones generales). Junio de 1967.

⁸⁵ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 68.

⁸⁶ Nacionalismo entendido como movimento de identidade cultural nacional orientado à independência política e econômica. Socialismo visto como reestruturação social e intervencionismo econômico estatal (planejamento centralizado da produção, maior igualdade na distribuição do ingresso). A luta contra os EUA devia apoiar-se na unidade latino-americana: luta continental, identidade latino-americana e solidariedade entre os movimentos revolucionários da região. Coincidia com a idéia de “criar muitos Vietnãs”. BONINO apud NAHUM, op. cit., p.

urbano, particularmente montevidiano. A grande cidade teve que substituir a montanha e a selva fornecendo as condições necessárias de cobertura, anonimato, clandestinidade e de ação violenta e rápida.⁸⁷

Em 1968, a organização decolou. Suas ações vitoriosas e as simpatias recolhidas junto a alguns setores da população explicam um grande crescimento em número de quadros, qualidade técnica, operativa, organizacional e influência política. Três formas principais de operações são identificadas na fase “Robin Hood”, geralmente mescladas entre si: 1º) operações políticas de denúncia de corrupção; 2º) operações de demonstração de força, que reforçavam a percepção sobre o poder de fogo da organização; 3º) operações de expropriação financeira destinadas à sustentação da infra-estrutura clandestina e dos quadros imersos nessa rede, bem como para a aquisição de armas, equipamentos e veículos. Também havia operações de devassa fiscal e financeira, onde o MLN seqüestrava e tornava públicos documentos comprometedores e de empresas que sonegavam impostos, praticavam fraudes e corrupção em altas esferas administrativas. Ações que expunham mazelas da corrupção nas altas esferas, sem utilização de violência física, geravam repercussões muito favoráveis ao movimento.⁸⁸

A evolução dos fatos e o crescimento da organização tornaram inevitáveis confrontos cada vez mais violentos contra a polícia. O crescimento da violência fez refluir a simpatia e admiração que o MLN havia capitalizado até então.⁸⁹ O seqüestro e execução de supostos ou reais responsáveis de violação dos direitos humanos e integrantes de esquadrões da morte não foi bem digerido por uma sociedade que não tinha familiaridade com esse tipo de luta. A guerra de informação sobre tais fatos garantiu a versão oficial, e com isso a guerrilha se isolou cada vez mais. Esta inflexão começou em outubro de 1969, com a “Operação Pando”, a qual terminou sendo um marco da escalada da violência entre a guerrilha e o governo.⁹⁰ O Documento nº 4 do MLN tentou explicar essa mudança.⁹¹ A relevância adquirida nos anos “Robin Hood” e as expectativas geradas junto à população impunham uma dinâmica à

273.

⁸⁷ BRUSCHERA, op. cit., p. 43.

⁸⁸ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 70; LANGGUTH, op. cit., p. 229.

⁸⁹ Em fevereiro, os tupamaros assaltaram a Casa Financeira Monty; em junho, quando da chegada da Missão Rockefeller ao país, explodiram a planta da *General Motors*. Em setembro, seqüestraram Gaetano Pellegrini Giampietro, dirigente da Associação de Bancos e diretor dos jornais *La Mañana* e *El Diario*.

⁹⁰ No 8 de outubro, aniversário da morte de Che, um comando do MLN ocupou a cidade de Pando ocupando a delegacia de polícia, o quartel de bombeiros e a central telefônica. Quatro bancos foram assaltados. Finalmente, divulgaram uma proclamação. Na fuga um dos grupos foi cercado por um enorme dispositivo militar. O saldo foi de 16 guerrilheiros presos e três mortos. (CAETANO; RILLA, op. cit., p. 227) Esta ação assinalou um salto qualitativo no estilo da organização, abandonando o estilo “Robin Hood” em troca de outro mais espetacular e parecido à clássica ação guerrilheira. BRUSCHERA, op. cit., p. 45.

organização onde nem sempre esta controlava os acontecimentos. Havia novas responsabilidades: “Antes podíamos decidir actuar o no actuar, de acuerdo a nuestra conveniencia. Ahora, querámoslo o no, hemos contraído compromisos que debemos respetar y asumir a veces indefectiblemente.”⁹² Fatos como o seqüestro, julgamento e execução de Dan Mitrione – especialista dos EUA em técnicas de “interrogatório” –, em julho de 1970, foram rejeitados por boa parte daqueles que haviam simpatizado com o movimento. De nada adiantou informar que haviam tentado trocar Mitrione por dirigentes presos e que a “queda” da direção “histórica”, nesse momento, precipitou a decisão sobre Mitrione uma vez constatado o desinteresse do governo de Pacheco Areco em negociar sob qualquer termo. Mitrione, paradigma de torturador e difusor da modernização e sofisticação dos recursos disponíveis para a tortura, recebeu desproporcional homenagem póstuma do governo Pacheco Areco, quem despediu seus restos mortais com pompa e circunstância além de declarar dia de luto nacional (Anexo III). Tudo custeado com dinheiro público:

Ley N° 13.871⁹³

DUELO NACIONAL

SE DECLARA POR LA MUERTE DEL CIUDADANO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA, SEÑOR DAN ANTHONY MITRIONE.

PODER LEGISLATIVO

El Senado y la Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, reunidos en Asamblea General.

DECRETAN:

Artículo 1°.

Declárase Duelo Nacional el día de hoy, por la muerte del ciudadano de Estados Unidos de América, señor Dan Anthony Mitrione, debiendo cesar en sus actividades las oficinas públicas, establecimientos bancarios y Bolsa de Comercio.

Artículo 2°.

Los gastos del sepelio serán costeados por el Tesoro Nacional.

Montevideo, 10 de agosto de 1970

(Obs.: grifo meu)

Na conquista pela opinião pública, venceu a imagem do Mitrione pai de família,

⁹¹ MOVIMIENTO DE LIBERACIÓN NACIONAL-TUPAMARO. Documento n° 4. Enero de 1969.

⁹² ALFARO, op. cit., p. 22.

funcionário dedicado e eficiente no seu trabalho, bom católico, etc. Na disputa midiática sobre o perfil a ser lembrado do funcionário estadunidense, o governo levou a melhor sobre os setores de esquerda: parte da população reconhecia em Mitrione um pacato pai de família. As aulas de tortura com o uso de cobaias humanas, mendigos e presos políticos, assim como a preparação de novos quadros repressivos foi desconhecida por parte importante da população uruguaia quando da sua morte. A figura de Mitrione se torna mais emblemática ainda ao constatar a exploração da sua imagem feita pelo governo (inclusive ao ponto de fechar o serviço público, a Bolsa de Comércio e até os Bancos!).

A direção tupamara que se formou depois da prisão dos “históricos” possuía um perfil diferente, pois se havia formado dentro de uma organização guerrilheira já atuante e onde o peso militar prevalecia em detrimento de uma perspectiva de mediação política e de procura de conexões com a sociedade civil. A nova liderança apostava na eficiência militar, nos aspectos organizativos e no verticalismo da tomada de decisões. Na fase mais violenta do confronto, ocorreram novas execuções de torturadores e foram seqüestrados diplomatas estrangeiros como os cônsules Dias Gomide (Brasil)⁹⁴ e Geoffrey Jackson (Grã-Bretanha), para servirem de moeda de troca por dirigentes prisioneiros ou para impactar a opinião pública internacional. Também foram seqüestradas autoridades como o presidente da empresa estatal UTE, Pereyra Reverbel (pela segunda vez).⁹⁵ Porém, as ações de maior impacto promovidas pelos tupamaros, em 1971, foram as fugas massivas e espetaculares envolvendo 38 presas da *Cárcel de Mujeres* (28/07/71) e 111 presos da penitenciária de Punta Carretas (06/09/71). Segundo Bruschera, “Muchos tuvimos la sospecha - que no podemos probar - de

⁹³ Registro Nacional de Leyes y Decretos (R.N.L.D.).

⁹⁴ O seqüestro de Dias Gomide, em 31 de julho de 1970, se relacionou com o auxílio que o governo uruguaio recebia do Brasil quanto à instrução de técnicas repressivas. Dias Gomide, vinculado à organização Tradição, Família e Propriedade, teve sua soltura condicionada à troca de presos políticos do MLN. Porém, a administração Pacheco Areco não aceitou negociar, apesar das pressões da ditadura do general Médici. Esta, por sua vez, concentrou unidades de pára-quedistas na fronteira e enviou especialistas em contra-insurgência urbana e integrantes do Esquadrão da Morte para colaborar na busca do funcionário. O próprio delegado Fleury teria sido enviado para colaborar com a polícia uruguaia. Algumas versões indicam que houve pagamento de resgate negociado diretamente com a esposa do cônsul; este, finalmente acabou libertado em 21 de fevereiro de 1971, quase 7 meses depois de ser seqüestrado. DEMASI, Carlos. **La caída de la Democracia. Cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

⁹⁵ Pereyra Reverbel foi responsável pela militarização dos funcionários da UTE durante um conflito trabalhista radicalizado. Como represália, foi seqüestrado e mantido cativo entre agosto e novembro de 1968. Libertado pela guerrilha, persistiu na postura repressiva contra os funcionários da estatal, o que ocasionou novo seqüestro em março de 1971. Somente em maio de 72, foi libertado pelas *Fuerzas Conjuntas*. Durante esse período, em pelo menos um cinema de Montevideú, os tupamaros, após ocuparem o local, projetaram imagens de Pereyra Reverbel trabalhando no local de confinamento em troca de um salário do mesmo valor àquele que recebiam seus funcionários, e do qual eram descontados os gastos com a sua manutenção. Algumas cenas mostravam-no cansado, chorando e reclamando do pouco que recebia pelo trabalho. Era uma espécie de punição revolucionária com finalidades pedagógicas.

que los tupamaros – más que escaparse – los dejaron escapar [o governo]. Porque a Pacheco

ANEXO III

Cuando un amigo se va...

**Embarque do corpo de Dan Mitrione –
Aeroporto Internacional de Carrasco (Montevideu)**

O governo Pacheco Areco proclama luto nacional e presta homenagem póstuma oficial.
Fotografia de Maurecy Santos (“Santinho”) – 12/08/1970

le servían más los tupamaros sueltos que los tupamaros presos.”⁹⁶ Mauricio Rosencof, em recente depoimento, descreve negociações entre a organização e o governo britânico pela libertação do cônsul Geoffrey Jackson com a intermediação de Salvador Allende, fato que, entretanto, não se concretizou. Mas resolvida a libertação dos guerrilheiros por esforço próprio (a fuga dos 111), em reconhecimento ao esforço de Allende, libertaram a Jackson.⁹⁷ O fato é que, com a fuga massiva de Punta Carretas, a humilhação do governo e da polícia chegou ao limite. A partir daí, o Poder Executivo convocou as Forças Armadas para assumir a luta anti-subversiva e criou a *Junta de Comandantes en Jefes* (JCJ) e o *Estado Mayor Conjunto* (ESMACO), instâncias de comando da nova rede de segurança que começava a se montar.

A reincorporação dos quadros históricos à direção da organização coincidiu com as conversações políticas que levaram à fundação da Frente Ampla. Durante a evolução da conjuntura eleitoral de 1971, os tupamaros expressaram publicamente seu apoio crítico à coalizão de esquerda. A integração à Frente Ampla resultou de um debate intenso onde pesaram as posições das velhas lideranças. Paralelamente, em maio, fomentaram a fundação do *Movimiento de Independientes 26 de Marzo* (M-26), “fachada legal” e braço político do MLN dentro da Frente Ampla.⁹⁸ A nova corrente, evitando maior exposição, decidiu não apresentar candidatos às eleições, mas orientou seus simpatizantes a votarem em determinados candidatos de outros setores da coalizão. Maurício Rosencof, o responsável pelo trabalho político do MLN, diz que o M-26 foi um movimento de massas que desenvolveu uma imprensa legal e política de alianças importante com outras correntes, teve conexões profícuas com os *cañeros*, com o movimento operário e com importante base de apoio estudantil, intelectual e comunitário.⁹⁹ Varela coincide na valorização do M-26: “tuvo un éxito espectacular.”¹⁰⁰

Numa reflexão final sobre o MLN, alguns autores coincidem que este cometeu um grande erro ao subestimar os valores políticos da tradição democrática uruguaia. Por exemplo, Oscar Bruschera destaca que o princípio da convivência pacífica, o respeito ao direito alheio e o valor da vida humana eram substanciais nessa tradição. E reforça sua hipótese ao lembrar que, enquanto o MLN se comportou dentro dos limites prudentes da etapa “Robin Hood”, a sociedade recebeu com simpatia as denúncias a respeito de corrupção; mas, quando a

⁹⁶ BRUSCHERA, op. cit., p. 44.

⁹⁷ BUTAZZONI, op. cit., p. 160.

⁹⁸ VARELA, op. cit., p. 130.

⁹⁹ BUTAZZONI, op. cit., p. 173.

¹⁰⁰ VARELA, op. cit., p. 130.

violência recrudesciu e contabilizou perdas humanas, o rechaço foi generalizado.¹⁰¹ Segundo ele, a organização foi elitista, desconectada dos setores sociais dos quais se dizia porta-voz e não teve capacidade de perceber o crescente isolamento em que caía ao persistir em estratégias e métodos que transgrediam princípios éticos profundos da sociedade uruguaia. O PCU também criticou a linha do MLN. Sua principal liderança, Ródney Arismendi, questionou a ausência de uma teoria revolucionária coerente e de uma correta apreciação da correlação de força, além da escolha do pior momento político para deflagrar uma ofensiva militar (abril de 1972), após o processo eleitoral, quando a Frente Ampla podia conformar, com outros setores descontentes, uma força parlamentar politicamente mais forte e conseqüente.¹⁰²

c) A Convención Nacional de Trabajadores - Em junho de 1967, ocorreu a primeira assembléia nacional da CNT, onde se discutiu a conjuntura nacional e o posicionamento do movimento operário frente a ela. Também fez parte da pauta o debate sobre o aprofundamento da crise, a sujeição ao FMI e a política salarial do governo. A administração Gestido trouxe maior arrocho para os trabalhadores ao propor maior austeridade, recortes orçamentários e ao aceitar a ingerência do FMI. A utilização de MPS para reprimir a mobilização dos trabalhadores seguiu a tradição anterior (1963 e 1965); de 1967 em diante, mas principalmente desde a ascensão de Pacheco Areco, seu uso com esse fim se intensificou consideravelmente. O agravamento da tensão social e a resposta cada vez mais violenta do governo, acentuaram o caráter político das lutas sindicais.

Em junho de 1969, o conflito social foi exasperado pela visita da Missão Rockefeller (21 de junho): a CNT, os estudantes e o MLN se mobilizaram para demonstrar sua reprovação pela presença do representante dos EUA. Preventivamente, o governo suspendeu as aulas nos estabelecimentos públicos e privados de todo o país na segunda quinzena de junho. O motivo oficial foi a constatação de uma epidemia de gripe que a população, ironicamente, identificou como *gripe Rockefeller* ou *gripefeller*.¹⁰³ No mesmo período, o movimento dos bancários desencadeou uma dura greve que, após 23 dias, sofreu a militarização do setor. Fato semelhante ocorreu com os trabalhadores das estatais UTE, ANCAP e OSE. O sindicato dos bancários, uma das principais forças da CNT, diante do processo de “reestruturação bancária” do governo (concentração acelerada e internacionalização do sistema financeiro), tentou

¹⁰¹ BRUSCHERA, op. cit., p. 55.

¹⁰² ARISMENDI, op. cit., p. 156.

¹⁰³ DEMASI, op. cit., p. 95.

reverter esse processo e denunciou os casos de corrupção beneficiando o sistema privado e estrangeiro. A existência de uma organização sindical com esse perfil entravava o processo de monopolização em andamento; seu enquadramento foi exigido pelos atores financeiros envolvidos; silenciar tal resistência era pré-condição para a reestruturação “sin ruido y sin dolor”.¹⁰⁴

Com a militarização, os bancários passaram à jurisdição da Justiça Militar e receberam um prazo de 6 dias para voltar ao trabalho – fato que, massivamente, foi ignorado. O governo, usando as MPS, declarou desertores mais de 2 mil bancários públicos. Mesmo assim, as atividades não foram retomadas e a greve radicalizou. A CNT, em solidariedade, convocou a uma jornada de paralisação, no início de julho, acompanhada de mobilizações setoriais de apoio aos trabalhadores em greve.¹⁰⁵ Em agosto, diante de nova jornada de paralisação geral, a militarização foi estendida ao setor privado. Após 3 meses de conflito, as denúncias de abuso de poder originadas no Parlamento, amplamente apoiadas pela população, levaram o governo, pressionado política e economicamente (ameaça de asfixia econômica com a paralisação do sistema bancário), a rever suas posições e recuar das sanções administrativas que usara como instrumento de perseguição. Para Rodriguez “[...] el gobierno fue derrotado políticamente. La militarización debió ser levantada, los ‘desertores’ volvieron a sus lugares de trabajo, los sancionados de 1968 asegurados hasta el momento de su reincorporación.”¹⁰⁶

Na mesma época, conflitos com trabalhadores dos frigoríficos levaram o governo a declarar zona militar o bairro operário do Cerro, um dos mais combativos e de longa tradição anarquista e comunista. A greve articulada pela Federação da Carne foi provocada pela iniciativa do governo em liquidar a legislação trabalhista no setor e dismantelar a empresa estatal frigorífica em benefício dos grandes consórcios estadunidenses (*Deltec, International Packer, Armour*), que, segundo Enrique Rodriguez, pretendiam, há muito tempo, controlar a “bacia vermelha” de proteínas do sul da América.¹⁰⁷

Para enfrentar uma repressão violenta, os trabalhadores organizaram barricadas em volta das plantas frigoríficas e em pontos estratégicos do bairro operário. Atividades de apoio foram organizadas pela CNT nos bairros industriais vizinhos.¹⁰⁸ Um dos desdobramentos

¹⁰⁴ RODRIGUEZ, Enrique. **Uruguay: raíces de la madurez del movimiento obrero**. s. c., s. d., p. 141.

¹⁰⁵ Entre as ações inéditas, houve o apoio dos trabalhadores das empresas de ônibus urbano que se negaram a levar passageiros para a zona financeira da cidade. Idem, p. 143.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem, p. 144.

¹⁰⁸ Mais uma vez recorremos a Enrique Rodriguez para ter uma visão panorâmica da amplitude e do impacto deste conflito e as conexões solidárias que se estabeleceram pelo conjunto da sociedade: “[...] el movimiento

diretos do conflito foi o fortalecimento da unidade desse setor de trabalhadores, superando velhas divergências internas de organização e aproximando-o à CNT, fato simbolicamente retratado nas atividades de apoio e, visivelmente, na *Marcha al Cerro* de dezenas de milhares de trabalhadores convocados pela CNT, protesto que concluiu com o “abraço histórico” destes com os trabalhadores das empresas frigoríficas. Outro desdobramento deste conflito foi a moção de censura e de destituição votada pela Assembléa Geral contra o Ministro de Indústria e Comércio, Peirano Facio, acusado de ter interesses pessoais nos processos de privatização e internacionalização dos setores públicos, acabou renunciando.

Nesse contexto, a participação do movimento operário e dos trabalhadores, de forma geral, foi muito intensa, afirmação daquilo que O’Donnell chamaria de ativação do movimento popular. Rodriguez, para demonstrar o grau de combatividade do movimento operário e de outros setores da sociedade nesse contexto, afirma que, durante 1969, milhares de homens e mulheres: “Pasaron [...] por comisarías, cuarteles, cárceles, [presídio da] Isla de Flores [...]; fue en ese período que recrudecieron las torturas repugnantes que en estos días se denuncian y se investigan a nivel del Senado”.¹⁰⁹

A radicalização do enfrentamento levou a direção da CNT a tirar três diretrizes consideradas estratégicas diante dos cenários formados a partir da evolução política do país e onde o horizonte eleitoral não estava garantido; ameaças golpistas apoiadas nas MPS eram percebidas. O desencadeamento do processo eleitoral não afastava a possibilidade golpista; dependendo dos resultados eleitorais, era vista como factível. Assim, em outubro de 1970, a CNT veio a público para informar que:

- 1) Reafirmaba el papel dirigente de la clase obrera en el proceso, precisamente cuando la oligarquía se había juramentado para descabezarla;
- 2) Creaba condiciones para que, si había elecciones, éstas se realizaran desde el inicio sobre el definido eje “oligarquía o pueblo”, con los temas sociales y económicos al rojo vivo y no con el planteo farisaico de “orden o subversión”; [...]
- 3) Si el proceso político se inclinaba a la ultraderecha y al golpe, lograr que el pueblo estuviera unido, vigilante y dispuesto a enfrentarlo, luchando.¹¹⁰

obrero en su conjunto, desplegó una inmensa y múltiple iniciativa, que abarcó desde paros parciales, por industria, por zonas, con manifestaciones, con ocupaciones de fábricas; que conoció desde marchas al Parlamento hasta barricadas en La Teja y el Pantanoso, que fue acompañada por toda clase de refriegas y de decenas de marchas y paros estudiantiles, todos los días en distintas zonas, con iniciativas tan interesantes como los ‘peajes’ en los Liceos, reclamando la ayuda económica a los huelguistas de la carne, etc. Y las marchas de las mujeres, en solidaridad con los presos, y las jornadas en los atrios de las iglesias o en la Catedral, y la ocupación, varias veces, del local de la Junta Departamental de Río Negro, y las carreteras con sus ‘caminantes’ [...]”. RODRIGUEZ, op. cit., p. 132.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem, p. 150.

Para o movimento operário, a situação parecia definida: junto à denúncia das mazelas produzidas pela crise estrutural, havia a necessidade de resistir à imposição de um projeto econômico que acelerava o desmonte do que restava do velho Estado de bem-estar e que exigia o enquadramento (“saneamento”) dos trabalhadores, sindicatos, CNT, etc. Era necessário resistir à ofensiva repressiva que visava instalar um sindicalismo dócil e um movimento operário despolitizado e sem pretensões de protagonismos. A construção da unidade que confluía na CNT ocorria paralelamente à formação da Frente Ampla, o que gerou enormes expectativas nas possibilidades eleitorais de 1971.

d) O Movimento Estudantil - Durante a década de 60, a mobilização estudantil se intensificou. Houve uma indissociabilidade com a dinâmica que explodiu por todo o mundo e que gerou um acentuado protagonismo estudantil. Todavia, no Uruguai, como aponta Nahum: “[...] la mayor conflictividad obedecía a la coyuntura crítica que vivía el país. El deterioro de los niveles de vida de las clases medias y de los sectores populares, agudizados en el periodo, dificultaban la permanencia en el sistema educativo de los jóvenes de esos sectores sociales”¹¹¹ que se haviam integrado massivamente ao ensino médio e, em menor proporção, à Universidade. No momento em que aumentava o número de alunos no sistema de ensino, o governo, com a justificativa da crise, diminuía consideravelmente o orçamento destinado à educação.

Um outro paradoxo se detectava com toda crueza no meio universitário. A realidade do mercado de trabalho para os jovens recém formados apresentava uma dura realidade: a disponibilidade de qualificada mão-de-obra diante de um mercado de trabalho saturado,¹¹² fator permanente de tensionamento. O resultado era o desemprego, o sub-emprego e a emigração de um alto percentual de jovens bem qualificados.

O movimento estudantil¹¹³ vinha questionando, há tempo, a política econômica do

¹¹¹ NAHUM, op. cit., p. 308.

¹¹² Os dados atestam essa realidade. Em 1968, aos 18.650 estudantes matriculados na Universidade se somaram 4.621 novos. Sua origem social apresentava o seguinte perfil: 32%, setores médio altos; 57%, setores médios; 11%, setores médios baixos. Aproximadamente, 30% trabalhavam de forma permanente enquanto que outros 30% o faziam eventualmente. Ainda, 42% eram maiores de 25 anos e cerca de 40% (do total) acabavam desistindo. A distribuição por áreas era desequilibrada: 45,5%, Ciências Jurídicas e Humanas; 30%, Ciências Médicas; 23,5%, Agropecuária, Tecnologia Aplicada, Ciências Exatas e Naturais.

¹¹³ Segundo Bañales & Jara, o espectro ideológico estudantil da época comportava: a) *Comunistas*. Vinculados ao PC, controlavam cargos de direção e procuravam conter os setores radicais alegando que as condições revolucionárias não estavam dadas. Favoráveis à negociação, consideravam essencial o amadurecimento da consciência de toda a população. Majoritariamente provinham dos setores médios. b) *Cristãos*. Seus ícones eram os padres revolucionários Camilo Torres e Juan C. Zaffaroni. Só o caráter religioso os distinguia dos grupos radicais. Originários dos setores médios e populares. c) *Movimiento de Unificación Social Proletaria* (MUSP). Auto-definidos como leninistas. Eram considerados muito críticos à orientação do PCU. Eram minoritários. d)

governo, a crise estrutural e o uso das MPS. As mobilizações de 1968 se iniciaram com duas questões pontuais: o aumento da passagem escolar e a discussão do orçamento da *Universidad de la República* (pública). Entretanto, a dinâmica do movimento ampliou o leque de reivindicações, assumindo a rejeição das MPS, o repúdio ao congelamento salarial, o protesto contra a invasão policial nos *campis* universitários e, finalmente, o confronto com o governo quando este tentou destituir as autoridades universitárias.¹¹⁴ Tudo isso se retroalimentou com os desdobramentos dos acontecimentos que varriam a França, o Brasil, a Argentina, o México, a Tchecoslováquia, os EUA, etc. Os eventos se aceleraram em maio quando, diante das massivas mobilizações, o governo promoveu violenta onda repressiva de intervenção contra os atos estudantis. A interrupção de ruas, as “sentadas” (no estilo *sit-in* dos EUA) e apedrejamento de ônibus foram fatos que acompanharam a discussão da passagem escolar por exemplo. Os secundaristas realizavam manifestações relâmpagos, ocupavam seus locais de estudo e enfrentavam a Guarda Metropolitana com barricadas de pneus incendiados e coquetéis “molotov”. Simultaneamente, a *Universidad del Trabajo* decretava greve geral – funcionários, alunos e professores reivindicavam a falta dos repasses do governo à instituição, o que inviabilizava seu funcionamento. Apesar do aumento das detenções, a mobilização não arrefeceu. Com os *liceos* ocupados, surgiram os “contra-cursos” (inédito no Uruguai), experiência que havia expandido, nos anos 60, pelos EUA e na Europa.

As negociações com as autoridades geraram dissidências entre os estudantes, o que tornou mais complexa a situação. No início de junho, a crise colapsava todo o sistema de ensino, com paralisações que se multiplicavam em função da falta de repasse de recursos. No 6 de junho, 5 estudantes da UTU foram feridos com gravidade originando, como resposta, ataques contra a *Pan American*, *Pepsi Cola*, *General Electric* e diversas agências bancárias, num processo de crescente radicalização e acusações contra o governo e contra os EUA. A onda atingiu cidades próximas a Montevideu (Las Piedras, Pando, Santa Lucía). No 12 de junho, violentos confrontos no centro de Montevideu deixaram dezenas de feridos e 300 estudantes detidos. Diante desse quadro, o governo implantou novas MPS para “por fim à subversão nas ruas”, o que gerou mais revoltas e mais prisões. Residências e locais de ensino foram alvos de batidas policiais a procura de material “subversivo”. Na evolução das

Radicais. De origem política diversa (anarquistas, dissidências do PSU, *Movimiento Revolucionario Oriental - MRO* - e do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria - MIR*). Provinham de setores populares, eram críticos das posturas dos cristãos e de Cohn-Bendit e Marcuse e sua referência era Che Guevara. Questionavam toda organização tradicional, mesmo de esquerda. Defensores da ação a partir de pequenos comitês. e) *Direita*. Núcleo reduzido originado nos setores abastados. Muito limitados, apostaram em métodos diversionistas e na ação de contrapropaganda. BAÑALES, Carlos; JARA, Enrique. **La rebelión estudiantil**. Montevideo: Arca, 1968. p. 77-79.

hostilidades, o Governo, apoiado pela grande imprensa e pelas correntes conservadoras dos partidos tradicionais, veiculou peças de propaganda sustentadas na tese da “Nação Agredida” e colocou-se como garantia incondicional de “tranqüilidade” contra a “subversão” dos “maus uruguaios”. Por outro lado, realizaram-se articulação entre as mobilizações estudantis e as dos funcionários públicos e bancários. Enquanto o governo decretava a militarização dos locais de trabalho desses últimos, o Ministro de Cultura, Garcia Capurro, ameaçava invadir a Universidade e violar sua autonomia por ser fonte de distúrbios.

A metodologia da ação estudantil apresentava um certo padrão de luta: ocupação de prédios (no caso dos secundaristas, com a participação de alunos com idade entre 12 e 14 anos; montagem de barreiras no trânsito com distribuição de panfletos à população; cobrança de pedágios para arrecadar fundos; manifestações relâmpago de alta mobilidade com palavras de ordem e panfletagem; manifestações contra alvos específicos (bancos, empresas dos EUA, sedes de organismos estatais), combinadas com apedrejamento e ataques com coquetéis *molotov* (ações comuns contra ônibus em jornadas de greve geral).¹¹⁵

A construção de barricadas foi outro recurso tático importante para bloquear ruas e prédios. A dispersão em pequenos grupos consistiu em tática diversionista empregada para dividir, cansar e distrair a polícia; de certa forma, a vantagem numérica facilitava o movimento de recuo, reagrupamento e nova progressão. Embora houvesse planejamento, o calor do embate exigia rápidas decisões e mudança de planos – às vezes, motivadas por desavenças internas entre base e direção.

Entre 11 e 14 de julho de 1968, dezenas de estudantes foram cercados na Faculdade de Medicina e atacados com armas de fogo. Poucas semanas depois, a polícia invadiu o prédio central da Universidade e o das faculdades de Agronomia, Arquitetura, Belas Artes e Medicina. Montevidéu virou palco de nova onda de confrontos; as críticas contra a violência estatal partiram até dos aliados do próprio governo. Na segunda-feira, 12 de agosto, mais de trinta estudantes foram feridos; um deles, Líber Arce, foi morto pela polícia. Seu velório, no prédio central da Universidade, concentrou uma multidão que acompanhou seu corpo até o cemitério. A seguir, mais de 5 mil manifestantes avançaram sobre o centro da cidade, o qual estava sem defesa policial. Nesse momento, houve divergências entre os manifestantes. Parte das lideranças tentaram concentrar o movimento na Universidade. A violência que se desencadeou faz pensar em provocadores infiltrados, fato que parece ter respaldo no

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ O arsenal defensivo podia contemplar estilingues, os citados coquetéis *molotov*, pedras, pimenta (para esfregar nos olhos dos cavalos das unidades montadas), lenços molhados com suco de limão (para resistir aos

depoimento de Seregni (conivência policial ao abandonar o centro da cidade) e nos comentários de Manuel Hevia.¹¹⁶ Ambos relatos coincidem no fato de que, durante a noite, os estudantes que ocupavam o prédio central da Universidade foram provocados por paramilitares. O general Seregni comenta o fato:

[...] la noche del entierro de Líber Arce, cuando se montó una trampa, una inmensa trampa [...] entre las fuerzas policiales y el gobierno. Una trampa en que la policía desapareció. Desapareció de las calles de Montevideo y aparecieron bandas hechas para provocar y empezaron a romper vidrios ¡A provocar en serio! Fueron hasta la Casa Presidencial [...].¹¹⁷ (BUTAZZONI, 2003, p. 60)

Na manhã anterior, considerando a delicada situação que se vivia, Seregni, então Comandante em Chefe do Exército, havia sugerido, contra a opinião da maioria das autoridades, que não devia haver policiais a menos de 10 quadras do velório, para que não parecesse provocação contra a população revoltada com a recente morte do estudante. Para Seregni, a situação era bem clara: bandos de provocadores infiltrados procuravam criar um fato concreto que justificasse a repressão: por isso, entendeu que era uma armadilha, fato corroborado nas memórias de Hevia ao relatar as ordens da CIA (com anuência da embaixada estadunidense em Montevideú) a seus agentes, para provocar um conflito de grandes proporções. O general impediu que suas tropas reprimissem e, ao saber da montagem da ação provocadora, solicitou aos líderes sindicais que colocassem grupos de proteção para evitar que as Forças Armadas pudessem ser induzidas a cometer excessos irreversíveis. Dessa forma, a FEUU, o Partido Comunista e a CNT organizaram grupos que enfrentaram os provocadores e os mantiveram afastados da grande massa concentrada na Universidade.¹¹⁸

Nas semanas seguintes, o conflito manteve alta intensidade. O governo proibiu a circulação do semanário *Marcha* por três edições enquanto a oposição se manifestava contra a imprensa governista dos jornais *El Dia* e *El Debate* e do *Canal 4* de televisão. Houve um aumento das ocupações dos *liceos* e das faculdades, levantaram-se novas barricadas, bloquearam-se ruas e multiplicaram-se as manifestações relâmpago. Trabalhadores da fábrica Alpargatas e estudantes da Faculdade de Medicina pressionavam, conjuntamente, nas proximidades do Palácio Legislativo. No 21 de setembro, diante da Universidade, os estudantes Hugo de los Santos e Susana Pintos¹¹⁹ foram mortos pela repressão. O clima de

gases lacrimogêneos), etc.

¹¹⁶ Cf. item 3.2.1 deste mesmo capítulo.

¹¹⁷ BUTAZZONI, op. cit., p. 63.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Susana Pinto foi atingida quando um grupo de estudantes acenando com lenços brancos tentava ajudar o

tensão atingiu o ápice. O governo cancelou as aulas na Universidade e no Ensino Secundário até meados de outubro, procurando desmobilizar os estudantes – fato aproveitado pelas Forças Armadas para assumir o controle dos prédios, forjando provas que confirmavam que os *liceos* e a Universidade tinham se tornado antros “subversivos”. Mais uma vez, as ações eram efetuadas com o apoio dos setores oficialistas da imprensa que repercutiam a versão oficial e o silêncio da oposição, censura mediante.

O movimento estudantil entrava em fase de refluxo temporário. A repressão assumiu, cada vez mais, perfil inconstitucional, e as Forças Armadas, que ainda só se envolviam quando atacadas, prestavam serviço de assessoria à polícia, repassando seu *know-how* em técnicas de espionagem e de obtenção de informação. Isso permitiu à polícia iniciar-se na tarefa da infiltração nos movimentos estudantil e sindical, tentando prever e antecipar ações da oposição. A desconfiança da infiltração piorou o clima interno das organizações (presença ostensiva de agentes à paisana, estudantes colaboracionistas, “alcagüetes”, infiltrados). O discurso oficial procurava convencer a população de que os estudantes se haviam transformado em massa de manobra da guerrilha urbana; definitivamente, o movimento passava a ocupar o rol de “inimigo interno” junto com o MLN, a CNT e os partidos “marxistas”.

A direita via os estudantes como ingênua massa de manobra, ovelhas perdidas pelo canto de sereia subversivo. Setores despolitizados viam suas ações como reflexo do choque de gerações onde assumiam um caráter romântico e idealista, o que não era, necessariamente, motivo suficiente de condenação, até porque entendiam que isso era transitório e fazia parte do ritual de amadurecimento. Desde a esquerda, o movimento estudantil foi visto como protagonista contra o *establishment* existente, denunciando a crise estrutural e o capitalismo como sistema enquanto desempenhava a função estratégica de ser ponte de integração entre os setores médios e populares.

De qualquer forma, apesar das restrições colocadas pela repressão estatal, o aspecto mais importante foi o aprofundamento da relação dos estudantes com os sindicatos. Independente de problemas de linguagem, da desconfiança persistente em alguns setores operários ou o entendimento político da transitoriedade do “ser estudante”, a construção de uma pauta comum convergente se expressou através de uma rede de circuitos solidários, na visualização de um inimigo comum e na elaboração de pontos programáticos próximos. A

colega mortalmente atingido. Hugo Cores afirma que Susana foi atingida por perdigões. (CORES, op. cit., p. 153) Rosencof lembra que alguns dos estudantes mortos após a morte de Líber Arce foram atingidos por franco-atiradores *cuyo propósito era asesinar* e que estariam vinculados a esquadrões da morte formados a partir da

CNT assumiu que a autonomia universitária era parte da luta popular e a consigna *Obreros y Estudiantes: unidos y adelante* manteve persistência e vitalidade.

Portanto, é verdade que a formação da Frente Ampla impactou e assustou o poder dominante, já abalado com a existência da guerrilha tupamara; mas o temor não se restringia a esses setores. A mobilização estudantil e o peso da tradição de luta e resistência sindical, confluindo na exigência de mudanças profundas, amplificaram o medo da ordem vigente levando-a ao recurso de uma repressão cada vez mais freqüente, desenfreada e feroz.

3.3 – O PROCESSO ELEITORAL DE 1971

Dentro desse quadro geral de tensionamento ocorreram as eleições de 1971. Para o governo era fundamental garantir o continuísmo; assim, encaminhou medidas “eleitoreiras”, como a criação de novos cargos públicos, aumentos salariais e de pensões, controle de preços da cesta básica, etc. Inclusive, contrariando toda lógica anterior, diante da reivindicação de 25% de reposição salarial, por parte dos trabalhadores, surpreendeu concedendo 27,2%! Paralelamente, o clima de ilegalidade e violência da campanha pré-eleitoral foi se acentuando. Por isso, o fato de terem ocorrido as eleições foi de admirar-se. A Frente Ampla sofreu forte campanha orquestrada pelos setores conservadores dos partidos tradicionais, um anticomunismo visceral acompanhado pela ação impune parapolicial contra seus militantes e Comitês de Base.

Simultaneamente, o MLN optou pelo apoio crítico à Frente Ampla e reconheceu, com isso, a importância conjuntural das eleições. Gonzalo Varela afirma que a maioria da esquerda não duvidava da importância da manutenção do sistema democrático. Entretanto, o programa da Frente Ampla propunha a neutralização do conflito governo-guerrilha; discordava da perspectiva militar tupamara apesar das relações políticas que alguns dos seus setores mantinham com a guerrilha. Varela enfatiza:

[...] la izquierda legal y el MLN conservaban un campo de referencias políticas y culturales comunes. En la visión de la izquierda [...] los tupamaros no eran delincuentes ni aventureros, sino revolucionarios sinceros aunque equivocados, movidos por la injusticia económica y social y por la conducta dictatorial del Poder Ejecutivo.¹²⁰

assessoria dos EUA. BUTAZZONI, op. cit., p. 205.

¹²⁰ VARELA, op. cit., p. 110.

O processo eleitoral de 1971 apresentou diversas peculiaridades. Uma delas foi, como já foi comentado, o fato de que, simultaneamente à escolha dos cargos executivos e legislativos nacionais e departamentais, os cidadãos deviam posicionar-se em relação à reeleição. Ou seja, para que Pacheco Areco pudesse garantir um segundo mandato, além de vencer a eleição, deveria obter a aprovação da reforma eleitoral. Caso a reforma não fosse aprovada, os seguidores de Pacheco Areco deveriam ter um outro candidato a disposição. Quer dizer, deveriam sufragar pela reforma, votar em Pacheco Areco e por outra fórmula se a reeleição não fosse aprovada. Uma outra peculiaridade consistia em que, pela primeira vez, se impunha, constitucionalmente, a obrigatoriedade do voto;¹²¹ isto, posteriormente, gerou especulações a respeito da opção de voto de um contingente de idosos que, presumivelmente conservadores, não votavam na esquerda. Também, a partir da Constituição de 1967, se permitiu o voto dos soldados de linha, o que gerou novas discussões; a esquerda denunciou o efeito de uma linha de comando caracterizada por evidente disciplina que recomendava o voto nos setores conservadores dos partidos tradicionais.

As candidaturas postulantes aos cargos tiveram matizes específicos. O Partido Colorado apresentou cinco sub-legendas para a presidência. A pretensão continuista do governo deslocou o partido mais à direita, fato que se consolidou com a saída das correntes que se engajaram na Frente Ampla; os setores residuais da matriz reformista batllista foram sensivelmente marginalizados. Nessas condições, a corrente majoritária vinculava-se ao esforço da reeleição (*Unión Reelectionista*) com a fórmula Pacheco Areco-Bordaberry. Caso a reforma constitucional não fosse aprovada, as mesmas forças tinham a alternativa de votar na candidatura Bordaberry-Sapelli. De qualquer forma, a campanha foi montada em cima do presidente e seu discurso de “homem forte” para “manter a ordem” e “deter a subversão”. O núcleo continuista aproveitava a grande vantagem de ser governo e de ter o próprio presidente como candidato. Outras duas fórmulas coloradas também se destacaram. Por um lado, a Lista 15 (*Unidad y Reforma*), articulada ao redor do jornal *El Día* e com a candidatura de Jorge Batlle, setor político que, salvo em casos pontuais, se havia alinhado com o governo. A outra fórmula, Vasconcellos-Flores Mora, era vinculada aos resquícios do batllismo reformista e se constituía como oposição colorada ao governo mas sem maior densidade eleitoral.

No Partido Nacional, havia-se produzido, contrariamente ao caso colorado, o crescimento das forças reformistas. Duas candidaturas foram apresentadas. A primeira aglutinou em volta de Wilson Ferreira Aldunate correntes identificadas com a mudança e com

¹²¹ Mesmo este princípio existindo desde 1934, somente uma lei de 18/09/70 normatizou sanções para os cidadãos que não comparecessem às mesas de votação.

pontos programáticos, onde despontavam-se a reforma agrária, a nacionalização do sistema financeiro e o fortalecimento da democracia – contraponto ao autoritarismo vigente; a idéia era apresentar-se como opção de mudanças moderadas para cooptar um eleitorado crítico da gestão Pacheco Areco. A segunda candidatura, de perfil conservador, era liderada pelo general Aguerrondo, reconhecido pela sua trajetória conspiratória e golpista e referência da nova geração de setores *duros* do Exército.

A esquerda vinha coligada na inédita Frente Ampla e apresentava como candidato presidencial o general Líber Seregni, militar de origem progressista que havia sido Chefe da Região Militar Nº 1 e que, por divergências com o governo Pacheco Areco, em novembro de 1968, passara para a reserva.

El Frente Amplio se postulaba como la “única opción de cambio” y criticaba a los sectores progresistas de los partidos tradicionales por la “timidez” de sus proyectos y su contribución indirecta al triunfo de las alternativas más conservadoras. A su vez, de éstos recibió críticas por contar con la presencia del Partido Comunista y el apoyo tácito de la guerrilla tupamara.¹²²

Diante da necessidade de convencer a população para aprovar a reforma reelecionista, Pacheco Areco forçou a polarização com a esquerda baseado no discurso da DSN – polarização que visou impactar a sociedade:

Mía es la conducción del Estado, mías son las decisiones que he estado tomando muchas veces – solo – para defenderlos [aos homens e mulheres do Uruguai] de la violencia, la inflación, el descrédito internacional en que estaba el país y la delincuencia económica.

[...] Refiriéndome directamente al tema de la sedición, de la violencia, del crimen, el robo y el secuestro como acción contra la democracia, quiero hacer algunas precisiones para que [...] las mediten en sus hogares. Este tipo de delincuencia, presente en todo el mundo, organizada con la ayuda extranjera, es relativamente nueva en la vida del país.

Por ser nueva, por ir contra las costumbres civilizadas que han imperado en nosotros, la Nación no estaba adecuadamente preparada para enfrentarla. Nosotros tuvimos que hacerlo en el marco del régimen democrático, con escasos medios a nuestro alcance [...].

Gente – en muchos casos universitarios – cuya inteligencia se organizó clandestinamente para la destrucción, el robo, el asesinato a sangre fría y la alevosía más despreciables que ha conocido el país, ha creado un clima bélico en nuestro pacífico Uruguay, comprometiendo en la defensa de la seguridad de bienes y personas, la acción sacrificada y difícil de una policía que es extracción de este pueblo humanitario e pacífico.

No se trata de una guerra clásica, internacional o civil. El agresor se hace invisible; agrede por la espalda y se refugia en el seno de sus propias familias o en los medios donde habitualmente y normalmente actúa, tan pronto como ha cambiado su ropaje salpicado con el sangre de sus víctimas.

En nuestras luchas intestinas del pasado, jamás un oriental mató a un hombre

¹²² NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 78.

atado y por la espalda. En la historia de la delincuencia universal, no es fácil registrar la muerte de los seres indefensos, ni la agresión salvaje a los desprevenidos.

[...]

Y hoy le digo a mi pueblo que asumiré la responsabilidad histórica de enviar un Mensaje y Proyecto de Ley, estableciendo las correcciones necesarias para un debido control por parte de la Nación, de la enseñanza primaria, media y superior, para que los centros de estudios sean centros de formación intelectual y moral de la juventud y no centros de adoctrinamiento ideológico al servicio de los enemigos del país [...]. Los que quieren la frustración del joven para prepararlo para destruir el Estado democrático, no tendrán más sitio en la enseñanza nacional. Y espero que el Parlamento le diga a la República, por su parte – y a Uds. Padres hoy tan preocupados por la educación y el porvenir de vuestros hijos – si está con la subversión y el caos actualmente imperante en la enseñanza, o con las grandes tradiciones educativas del país.

El decreto que dicté [...] y por el que dispuse que nuestras Fuerzas Armadas asumieran la conducción de la lucha antiseditosa, con la colaboración de la Policía, señala claramente que a partir de ahora, sin contemplación de especie alguna, tomaré todos – entiéndase bien que digo todos – los caminos que estime necesarios para derrotar este flagelo y garantizarles seguridad.

[...]

Yo no traicionaré a mi pueblo ni permitiré que lo traicionen.

El dilema es claro y dramático: le damos paso libre a la delincuencia y el totalitarismo y nos quedamos sin país, o salimos victoriosos del enfrentamiento y el Uruguay se salva.

Quisiera que el pueblo retuviera mentalmente los términos de esta ecuación, ante cualquier avatar de la historia. [...]¹²³

A riqueza do discurso permite vários ângulos de abordagem. Na sua essência, inicia ressaltando, com tom autoritário e personalista, o seu caráter de “homem providencial”, individual, sozinho; Pacheco Areco, contra todo o aparato subversivo, numa alusão direta à conspiração mundial e às ameaças internas contra o pequeno e civilizado país. Reforça-se que o sistema de ensino foi tomado por estudantes que conspiram abertamente; pior, aproveitaram as condições de acesso ao conhecimento para participar da conspiração, logo, além de subversivos, são traidores. E, na medida que os demais estudantes parecem não resistir a essa contaminação dos infiltrados, torna-se necessário uma profunda intervenção nos estabelecimentos de ensino. Por outro lado, defende as ações da polícia e lembra que: “[...] este tipo de delinqüência [...] é relativamente nova na vida do país”. E, por isso, “[...] a Nação não estava adequadamente preparada para enfrentá-la”. Ao que se refere Pacheco Areco quando trata disso? Às novas técnicas de interrogatório? Ao uso encoberto de policiais na forma de grupos paramilitares ou do Esquadrão da Morte? À infiltração de agentes policiais e da CIA nos movimentos sociais? Ao uso da censura como recurso de desinformação,

¹²³ Discurso del 11 de setiembre de 1971. In: CRAVIOTTO, Wilson. **Jorge Pacheco Areco. La obra de um estadista.** Montevideo: s. ed., 1988, p. 75-79.

tergiversação e diversionismo?

Pacheco Areco, ao afirmar que “[...] jamás un oriental mató a un hombre atado y por la espalda [...]” (alusão a certas execuções realizadas até esse momento pelo MLN), esquece qual era a atividade de atuação profissional dessas pessoas-alvos. Se é verdade que o MLN executou policiais (acusados da prática de tortura), talvez seja necessário lembrar qual era a especialidade a que se dedicava Mitrione, a nacionalidade dos seus esforçados alunos e a nacionalidade daqueles que estavam sendo vítimas da colocação em prática do “aprendizado” desses alunos. Em todo caso, a manipulação da informação e o colaboracionismo de setores da imprensa garantia que as afirmações de Pacheco Areco fossem aceitas por parcelas significativas da população.

Os resultados eleitorais registraram que 97% dos cidadãos habilitados participaram da votação, percentual inédito, talvez, em função das ameaças de sanções para quem não votasse ou, talvez, como resultado do clima de incerteza e de polarização vivido. A vitória pertenceu ao Partido Colorado. Concretamente, os resultados foram os seguintes:

Resultados eleitorais			
Eleições nacionais e plebiscito constitucional do 28 de novembro de 1971			
Habilitados	1.878.132		
Votantes	1.664.119	88,6%	
		dos votantes	do Partido
PARTIDO COLORADO	681.624	41,00%	
Bordaberry-Sapelli	379.515	22,81%	55,07%
Batlle-Rodriguez	242.804	14,59%	35,62%
Vasconcellos-Flores Mota	48.844	2,94%	7,17%
Pintos	5.402	0,32%	0,80%
Ribas	1.034	0,06%	0,15%
PARTIDO NACIONAL	668.822	40,20%	
Ferreira-Pereyra	439.649	26,49%	65,73%
Aguerrondo-Heber	228.569	13,74%	34,17%
FRENTE AMPLA	304.275	18,28%	
Seregni-Crottogini			
UNION CÍVICA CRISTIANA	8.844	0,53%	
Pérez del Castillo-Saralegui			
Plebiscito constitucional	*		
Projeto de reeleição	491.680 votos		

(* Para a aprovação da reforma eram necessários 832.060 votos)

(Fonte: NAHUM, op. cit., p. 279)

Como a reforma constitucional não atingiu o percentual mínimo necessário para aprovação, Pacheco Areco viu frustradas suas pretensões continuistas e seu candidato alternativo, Juan María Bordaberry, acabou eleito presidente. O *blanco* Ferreira Aldunate foi

o candidato individualmente mais votado, mas seu partido acabou derrotado pelo Partido Colorado, o que deu margem, posteriormente, à interpretação de que o candidato mais votado não havia assumido. Tal afirmação, entretanto, perde sentido diante das regras do jogo político-eleitoral uruguaio. Os números finais indicaram que os colorados tiveram 13 mil votos a mais do que os *blancos*. Nos dias seguintes à eleição, surgiram denúncias de fraude eleitoral, possibilidade especulada anteriormente no clima rarefeito do período pré-eleitoral alimentando, posteriormente, o debate político sobre a legitimidade do governo Bordaberry.¹²⁴ Recente declaração do general Seregni, candidato da Frente Ampla derrotado em 1971, refuta essa tese:

[...] en las elecciones del 71, hubo irregularidades electorales debido, principalmente, a lo complejo del mecanismo de votar con la reforma constitucional, pero no hubo fraude. Y en esto quiero ser muy enfático: no hubo fraude electoral. Aquellas irregularidades se subsanaron, además, en el segundo escrutinio. Todo esto fue reconocido de forma explícita por el escribano Eladio Fernández Menéndez, nacionalista de toda la vida, integrante del Movimiento Nacional de Rocha [setor que apoiou Ferreira Aldunate].¹²⁵

O Partido Colorado venceu somente em cinco dos dezenove departamentos; os *blancos* nos demais. Não tendo maioria no Parlamento, Bordaberry, assim como ocorrera com Pacheco Areco, teve que negociar com os *blancos* conservadores. Quanto à Frente Ampla,¹²⁶ atingiu 18% do total de votos, superando a marca histórica dos 10% da esquerda dividida; concretamente, obteve 5 senadores e 18 deputados, fato inédito para a esquerda. Na capital, embora não vencesse, obteve 30% dos votos, tornando-se a segunda força política (atrás dos colorados). Deve-se lembrar que a Frente Ampla tinha menos de um ano de existência, o que torna seus resultados mais expressivos. Dentro de Montevidéu, a Frente Ampla fez grande votação nos bairros operários e aceitável nas zonas de setores médios. Também se pode inferir que a obrigatoriedade do voto prejudicou a esquerda. As estatísticas confirmaram que a coalizão teve um desempenho muito baixo nos circuitos correspondentes a pessoas de idade elevada. Paradoxalmente, milhares de simpatizantes e militantes da Frente Ampla ainda não tinham idade suficiente para votar.

O resultado das eleições legislativas mostravam outro dado preocupante.

¹²⁴ As denúncias passaram pela constatação da falta de listas de votação dentro das cabinas de votação, a existência de mais votos do que eleitores em alguns circuitos. Houve, também, ameaças, promessas de compensação futura e a utilização de favores (transporte durante a eleição).

¹²⁵ BUTAZZONI, op. cit., p. 209.

¹²⁶ Os votos da Frente Ampla para o Legislativo se repartiram da seguinte forma: PDC (12,5%), Michelini (10,3%), FIDEL (32,7%), ERRO (23,4%), PS (11,4%), outros (9,2%). Filgueira apud JELLINEK; LEDESMA,

Considerando a nova composição e as posições que as correntes dos partidos tradicionais haviam assumido no governo anterior, previa-se um quadro de negociação de muita dificuldade para a nova administração.

P A R L A M E N T O		
PARTIDO COLORADO	Nº Senadores	Nº Deputados
<i>Bordaberry</i>	7	28
<i>Batlle</i>	5	12
<i>Vasconcellos</i>	1	1
Total	13	41
PARTIDO NACIONAL	-	-
<i>Ferreira Aldunate</i>	8	30
<i>Aguerrondo</i>	4	10
Total	12	40
FRENTA AMPLA	5	18
TOTAL GERAL	30	99

Fonte: *Opción* (Montevideo, 02/03/82, nº 17, p. 6)

Embora a contabilização dos votos no Parlamento não fosse um simples somatório das correntes, o fato é que, em muitas questões, a radicalização dos acontecimentos aproximou os setores de Ferreira Aldunate e da Frente Ampla, atraindo, às vezes, os votos solitários da corrente colorada de Vasconcellos. Mesmo nos primeiros momentos, a contagem mais positiva para o governo Bordaberry mostrava uma margem muito estreita a seu favor e, mesmo assim, garantida com muitas concessões às correntes que haviam apoiado os candidatos Batlle e Aguerrondo. Portanto, no Poder Legislativo, configurava-se um equilíbrio no confronto entre os campos delineados por uma oposição reformista e pelo continuísmo conservador e autoritário. Considerando os antecedentes das relações entre Executivo e Legislativo, no governo anterior, a grande pergunta era como interpretaria, a nova administração, o resultado das urnas? Que tipo de iniciativa assumiria em relação ao Parlamento? Procuraria uma política de distensionamento com a corrente de Ferreira Aldunate para isolar a esquerda, dentro dos limites democráticos? Ou manteria uma política de

confronto que, ignorando o Parlamento, poderia levá-lo a um isolamento político crescente? Os fatos responderiam tais indagações.

Diante dos resultados oficiais e considerando os eventos que se seguiram, Ferreira Aldunate assumiu uma postura muito crítica contra o funcionamento do sistema político-eleitoral do país. Sendo em 1971 o candidato mais votado, a derrota do seu partido teve incidência inegável no desenrolar imediato dos fatos. Para Ferreira Aldunate, as regras que permitiram o duplo voto na legenda e na sub-legenda se mostraram perniciosas no caso daquelas eleições na medida que os partidos políticos com sublegendas careciam de unidade ideológica, doutrinária e programática. Na prática, as alianças articuladas pelos governos Pacheco Areco e Bordaberry mostraram que os setores conservadores dos partidos tradicionais, independente da histórica rivalidade que marcava sua relação, num contexto de aguçamento do conflito de classes e de radicalização ideológica, encontraram pontos de confluência suficientemente atrativos para estreitar relações. O mesmo, embora de forma mais relativa, pode dizer-se das articulações da oposição. A Frente Ampla surgiu desse entendimento: não só resultara da união dos pequenos partidos de esquerda como do encontro com setores progressistas *blancos* e colorados que dissentiram em seus partidos e confundaram a coalizão de esquerda. Mas não ficou só nisso. Apesar das diferenças programáticas e filosóficas, a Frente Ampla e a maioria *blanca* (corrente de Ferreira Aldunate) conseguiram assumir posições e ações comuns diante da espiral autoritária gerada pelo governo. Inclusive até com a corrente colorada minoritária de Vasconcellos e Flores Mora foi possível articular algumas resoluções comuns; se o anti-comunismo desses colorados os afastava da Frente Ampla, a defesa da democracia e a resistência contra o autoritarismo e a implantação do TDE, os identificava. A conclusão que resulta da reflexão sobre os fatos eleitorais – que as palavras de Ferreira Aldunate reforçam – é o da inoperância do sistema político uruguaio diante dos desafios vividos desde o final dos anos 60 com uma fórmula eleitoral que não aferia com precisão, na dinâmica existente, a legitimidade política e ideológica do eleitorado.

Um último esclarecimento ainda sobre a conjuntura eleitoral: o clima das semanas imediatamente anteriores à eleição foi marcado por ameaças, agressões e atentados contra os simpatizantes da Frente Ampla, seus Comitês de Base, suas caravanas, assim como contra jornais de esquerda. Acusações de vinculação da JUP com os interesses dos governos de Pacheco Areco, dos EUA e do Brasil foram recorrentes. A Embaixada dos EUA repercutiu esse clima. Em documento interno, informava que o jornal comunista *El Popular* havia denunciado em manchete que “Equipe da CIA conduz campanha contra a Frente Ampla” e

que o jornal *El Eco* apontava a presença da “Companhia” por detrás de uma “Guerra Psicológica” contra a coalizão de esquerda. Também informava que os funcionários Irwin Rubenstein, Jeffrey Bunnigham, Harry Camill e John Hennessy, alocados na Embaixada, estavam sendo associados à CIA, da mesma forma que o cidadão panamenho Anthony Barbicri, também funcionário, e que era acusado de ser, simultaneamente, membro da CIA e do Esquadrão da Morte brasileiro.¹²⁷

Concluindo a análise do processo eleitoral e da importância que assumiu na evolução dos fatos, pode-se apontar um forte questionamento aos partidos tradicionais e às regras eleitorais. A reafirmação da liderança de Pacheco Areco no interior do Partido Colorado constituiu um elemento a mais na deterioração das relações democráticas. Mesmo o seu insucesso reelecionista tem que ser matizado, pois garantiu a vitória do seu sucessor. Em realidade, configurou-se “[...] una peligrosa situación de ‘empate’ entre las tendencias autoritarias y democráticas que culminaría cuando las primeras recorrieran el camino del Golpe de Estado.”¹²⁸ O fato do presidente eleito ter recebido pouco mais de um quinto dos votos implicou em fragmentação política e enormes dificuldades para compor uma base de apoio parlamentar. Se, na gestão anterior, as relações entre Executivo e Legislativo haviam sido conturbadas, com o esvaziamento do Parlamento como espaço da mediação política, as expectativas futuras não eram esperançosas, fosse pela escassa votação do setor do novo presidente, fosse pela forte presença de uma esquerda articulada, fosse pela próprio menosprezo que o setor vencedor tinha pelas regras democráticas e pelo equilíbrio de poderes. Configurava-se, sim, “un muy comprometido horizonte de gobernabilidad”, e o “[...] empate relativo que emanaba de estos comicios cruciales – y que luego se evidenciaría en el Parlamento – indicaba la irresolución de los conflictos de fondo [...]”¹²⁹ Ou seja, com enormes dificuldades para negociar acordos no Parlamento e forte resistência no seu interior (mais qualitativa do que quantitativa), a trajetória dos setores que haviam ascendido ao poder com Pacheco Areco e que garantiram a continuidade do projeto com Bordaberry apontava para a ruptura inconstitucional, não mais através do uso e abuso das MPS, mas através de soluções mais definitivas.

¹²⁷ Telegrama de uso oficial limitado do Embaixador dos EUA no Uruguai, Charles Adair, endereçado ao Secretário de Estado, 09/11/71. The National Security Archive.

Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~msarchiv/NSAEBB/NSAEBB71>>. Acesso em: 23 fev. 2003.

¹²⁸ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 81.

¹²⁹ CAETANO; RILLA, op. cit., p. 231.

3.3.1 – “Amigo Externo” contra “Inimigo Interno”? O fator Brasil

Nas semanas anteriores à eleição, circularam versões sobre movimentação de tropas brasileiras na fronteira com o Uruguai, o que fazia pensar sobre uma eventual invasão por parte do Brasil em caso de vitória da Frente Ampla.¹³⁰ Tal ação, indicavam os rumores, era conhecida nos círculos militares do Brasil e da Argentina como Operação Trinta Horas. O Departamento de Estado dos EUA, no final de agosto de 1971, havia solicitado informações a suas embaixadas na Argentina e no Brasil sobre a posição dos governos desses países diante da hipótese de uma vitória eleitoral da coalizão de esquerda uruguaia. Dessa forma, procurava aferir a veracidade das notícias que circulavam a respeito da existência de um possível plano brasileiro para impedir aquele desenlace, assim como a ação conjunta entre Brasil e Argentina para tal.¹³¹ As questões que se derivaram dessa situação explosiva foram, basicamente, as seguintes: 1º) Existiu de fato essa operação ou tudo não passou de propaganda utilizada pelos protagonistas do pleito eleitoral de 1971? 2º) Os EUA sabiam da mesma? Qual era sua posição? 3º) A operação em questão tinha conexões com grupos políticos, econômicos e/ou militares uruguaios?

O pensamento geopolítico brasileiro vinha amadurecendo há algum tempo a idéia de que o espaço territorial uruguaio devia ser absorvido pelo Brasil. Paulo Schilling, exilado brasileiro que colaborava com o semanário *Marcha*, afirma que, durante o governo Castelo Branco, o Brasil avaliou a tese de intervencionismo no Uruguai com a justificativa da ameaça que representavam a convulsão social e a intensa atividade sindical que lá ocorria.¹³² O comandante do III Exército, general Justino Alves Bastos, relator daquele diagnóstico, enquanto desmentia o deslocamento de tropas sobre a fronteira comum, reconhecia o cuidado com que a mesma era vigiada de forma sistemática.¹³³ Possivelmente, as preocupações com o Uruguai referiam-se também com o fato de ter recebido centenas de exilados brasileiros; pior, sabidamente a fronteira comum era atravessada com certa assiduidade pelos “pombos correios” que carregavam informação de um lado a outro, o que confirmava a existência de uma rede de rotas de passagens que, evidentemente, se concentravam no Rio Grande do Sul.¹³⁴ Flavio Tavares afirma que por volta de 1965, a presença de Brizola (exilado) no

¹³⁰ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÖN, op. cit., p. 75.

¹³¹ Telegrama secreto do Departamento de Estado, 20/08/71. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB71>> Acesso em: 23 fev. 2003.

¹³² SCHILLING, Paulo. **El expansionismo brasileño**. México: El Cid, 1978.

¹³³ Idem, p. 25.

¹³⁴ A esse respeito cf.: VARGAS, Índio. **Guerra é guerra, dizia o torturador**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. São Paulo: Globo, 1998.

Uruguai, e a formação do Movimento Nacionalista Revolucionário, constituíram o eixo político da rebelião que atemorizava o nascente regime militar brasileiro.¹³⁵ Montevidéu era, para Tavares “a mecada revolução nacionalista-popular no Brasil”.¹³⁶ Também Cláudio Gutiérrez lembra que, em 1965, a imprensa brasileira noticiava sobre a tentativa do Coronel Jeferson Cardin de iniciar uma revolta militar no sul do país a partir de uma invasão via fronteira uruguaia.¹³⁷ Avelino Capitani¹³⁸ rememora que a casa onde morava, em Montevidéu, com a turma da “pesada” (os exilados que defendiam a guerrilha) era sugerentemente conhecida como “Viet-Cong”.¹³⁹ Portanto, a capital uruguaia era centro de articulações e contatos do exílio brasileiro.

O general Seregni, pelo seu lado, lembra palavras do embaixador brasileiro Pio Corrêa; segundo este, o Brasil tinha estruturado um esquema do serviço de informação para controlar seus exilados no Uruguai desde 1964.¹⁴⁰ O ex-agente da CIA, Philip Agee, comenta que a partir do início da chegada dos exilados brasileiros a Montevidéu, a base do Rio de Janeiro solicitava o seguimento dos mesmos e relatórios sobre suas atividades e seus contatos para passar aos seus aliados no Brasil.¹⁴¹ Quer dizer, existiam outras preocupações para o regime brasileiro em relação ao Uruguai, além da evolução da sua conjuntura interna. Não se pode esquecer que, em meados de 1971, os regimes de Allende (Chile), Torres (Bolívia) e Alvarado (Peru), dentro da lógica da DSN, eram considerados “comunistas” e inimigos. Nesse contexto, a sensação de um cerco “comunista” em expansão pelo sul do continente, por parte dos setores anticomunistas do Brasil, da Argentina, do Uruguai e dos EUA, não pode ser desconsiderado.

Um outro dado importante a considerar, segundo Paulo Schilling, era o fato de que a ditadura brasileira não estava sozinha na posição intervencionista. Para ele, havia uma grande sintonia entre Castelo Branco e o general Onganía, Comandante em Chefe do Exército

¹³⁵ TAVARES, op. cit., p. 85.

¹³⁶ Assim descreve Flávio Tavares o significado de Montevidéu para o exílio brasileiro: “Propício mesmo para a conspiração era aquele clima de Montevidéu: liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da avenida 18 de Julio ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta. Juntos mas não misturados, ministros, subalternos da armada, dirigentes sindicais. Gente do norte e do sul do Brasil contando os planos e os êxitos de uma guerrilha hipotética, para a qual já marcavam data. Inclusive a do triunfo”. Idem, p. 175.

¹³⁷ GUTIÉRREZ, Cláudio A. Weyne. **A guerrilha Brancaléone**. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999. p. 27.

¹³⁸ CAPITANI, Avelino. **A Rebelião dos Marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

¹³⁹ Idem, p. 97.

¹⁴⁰ BUTAZZONI, op. cit., p. 148.

¹⁴¹ AGEE, op. cit., p. 368.

argentino – posterior ditador entre 1966 e 1969 –, a respeito das fronteiras ideológicas.¹⁴² Segundo ele: “[...] en la época, llegaron a Montevideo noticias muy concretas, originadas en el propio Estado Mayor de las Fuerzas Armadas brasileñas, de que los dos jefes militares habían acordado la intervención conjunta del Uruguay en caso de necesidad [...]”¹⁴³ [grifo de Schilling] Por outro lado, as declarações do general Onganía defendendo “[...] uma aliança entre os Exércitos da Argentina e do Brasil, a fim de constituir o núcleo de uma força interamericana e circundar os dois países com uma fronteira ideológica, como medida preventiva contra a expansão do comunismo”, ao tornarem-se públicas, causaram visível mal-estar em todo o continente, particularmente pela ameaça de intervenção que pairava sobre o Uruguai.

[...] caso sua situação se deteriorasse e a ameaça subversiva, a manifestar-se através de greves e de operações de guerrilha urbana aumentasse, em meio da comoção social e política, que o crack financeiro, com a insolvência do Banco da República e a quebra do Banco Transatlântico, provocara.¹⁴⁴

Desde junho de 1965, aumentavam os boatos sobre um golpe de Estado no Uruguai, vinculado ao general Aguerrondo. Paralelamente, o comandante do III Exército brasileiro, general Justino Alves Bastos, colocara de sobreaviso as guarnições da fronteira. Este general, em consonância com Castelo Branco, defendia a revisão das doutrinas de política externa e sua substituição por normas mais realistas e objetivas pois “[...] nadie puede estar tranquilo en su casa cuando la casa del vecino se prende fuego”.¹⁴⁵ Segundo Moniz Bandeira, o general Bastos, assim como outros oficiais em serviço na Embaixada do Brasil, em Montevideú, fora sondado por políticos uruguaios a respeito da possibilidade do Brasil intervir militarmente no seu país a fim de evitar que os setores comunistas das Forças Armadas apoiassem uma revolução eminente da esquerda. È evidente que tal fato era irreal; tratava-se sim de manifestações sociais e políticas derivadas da profunda crise que atingia à economia uruguiaia, como o surgimento da CNT; fora isto, inexistia uma ação revolucionária.¹⁴⁶

A embaixada brasileira, entendendo que a situação interna era muito complexa e sem uma liderança forte e confiável, recomendou prudente distanciamento dos setores golpistas ou dos que solicitavam uma intervenção militar do Brasil. Para Moniz Bandeira, o embaixador Pio Corrêa apostava na intensificação da crise e num impasse constitucional que levaria ao

¹⁴² SCHILLING, op. cit., p. 25.

¹⁴³ Idem, p. 26.

¹⁴⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 222.

¹⁴⁵ SCHILLING, Paulo. Las fronteras ideológicas y el satélite privilegiado. *Marcha*, 08/10/11, p. 12.

¹⁴⁶ MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 225.

golpe de Estado e à reforma constitucional. O Brasil parecia apostar nesta possibilidade. Entretanto, as citadas declarações de Onganía comoveram a sociedade uruguaia e produziram um efeito contrário até nos setores golpistas locais.¹⁴⁷ A partir deste fato, o fantasma da intervenção estrangeira tornou-se mais um complicador da situação interna do Uruguai.

O semanário *Marcha*, em agosto de 1970, ao analisar o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevideú, Dias Gomide, pelo MLN, informava que “[...] llegaron a circular rumores sobre un acuerdo entre los [agora] presidentes Costa e Silva y Onganía, para no permitir que un gobierno de izquierda tuviese condiciones de sobrevivencia en Montevideo.”¹⁴⁸ Sabe-se que, nesse período, ocorreram contatos e negociações entre o governo brasileiro e o MLN tentando algum acordo sobre o funcionário brasileiro. O governo Pacheco Areco, entretanto, rejeitou qualquer tipo de negociação com a guerrilha, mesma postura adotada pelo governo argentino em casos semelhantes, mas distinta à do governo brasileiro que negociava os seqüestros de estrangeiros no seu território. Simultaneamente àquelas negociações, a presença de torturadores brasileiros no Uruguai fora denunciada por *Marcha* ao citar o caso do preso político Andrés Cultelli, torturado por um especialista brasileiro, um estadunidense e dois uruguaiois, no dia 11 de agosto de 1970.¹⁴⁹

No 14 de janeiro de 1971, um editorial de “O Estado de São Paulo” gerou intensa polêmica no Rio da Prata, particularmente no Uruguai:

Lo que ocurre en Uruguay está lejos de ser un asunto interno de ese pequeño país enclavado entre dos grandes potencias de América latina, Brasil y la Argentina. Dentro de los cuadros continentales y hemisféricos, lo que allí ocurre afecta a la seguridad nacional de sus vecinos. [Note-se aqui como se assume o discurso da geopolítica e da DSN] Es natural, pues, que los gobiernos responsables y las opiniones públicas de los países latinoamericanos más directamente interesados acompañen con creciente preocupación la crisis uruguaya, que hoy está prácticamente institucionalizada. [...] como ya en 1966 observó en un editorial este diario – en uno de esos momentos críticos por los que atravesó Uruguay, viviendo aún bajo un gobierno colegiado y desafiado por el peligro de la “revolución (comunista) de arriba” -: “no nos hallamos en condiciones de dormir tranquilos, pues si no pueden ser mejores las relaciones entre los gobiernos argentino, paraguayo, uruguayo y brasileño, la verdad es que los acontecimientos de Uruguay nos amenazan colocarnos, de un momento a otro, delante de una situación perfectamente idéntica a aquella que en 1851 forzó a Brasil a trasponer las fronteras del sur para que el Uruguay no fuese absorbido por la Argentina de Rosas. [grifo de Schilling que reforçamos] El problema, hoy, en el Uruguay, como también en grados variados en tantos

¹⁴⁷ O desconforto se traduziu na suspensão temporária de atividades de intercâmbio no âmbito das Forças Armadas e num comunicado do Ministério das Relações Exteriores que denunciava as ameaças de intromissão nos assuntos internos do país. O embaixador Pio Corrêa negou qualquer propósito de intervenção.

¹⁴⁸ “Secuestros y geopolítica”. *Marcha*, 21/08/70, p. 18.

¹⁴⁹ “Torturas foraneas”. *Marcha*, 21/08/70, p. 21.

otros países de la América latina, es el desafío representado por la subversión del comunismo internacional. En el país oriental, a mediados de la década de 1960, se intentó aplicar la receta de la “revolución de arriba”, según el modelo janguista. Hoy hay dos grupos totalitarios que intentan conquistar el poder: los tupamaros anarquizantes de inspiración castrista, que emplean los métodos terroristas, y el de la Unidad Popular, que pretende repetir el éxito de su homónima chilena. [Surpreende a comparação e tentativa de identificação do Uruguai do governo colegiado com a experiência de João Goulart.]

El Pacto Andino, originalmente un tratado de mercado común subregional, está recibiendo una connotación ideológica, pudiendo, por tanto, intensificar peligrosamente la guerra fría en América latina. La progresiva comunización de Bolivia y las crecientes inseguridades del Uruguay son nuevas amenazas ante las cuales la diplomacia brasileña tendrá que movilizarse.¹⁵⁰

O trecho sublinhado por Paulo Schilling é a chave das intenções e ameaças concretas de invasão contra o Uruguai. Por outro lado, o mesmo Paulo Schilling aponta dados que evidenciavam iniciativas e motivos do que daria origem à denominada Operação Trinta Horas. Suas fontes provinham de círculos militares argentinos. Um documento enviado do Rio de Janeiro a Buenos Aires pelo general argentino Osiris Villegas apontava indícios sobre uma provável intervenção brasileira no Uruguai. Villegas afirmou que o Brasil alertara os meios diplomáticos latino-americanos da decisão de invadir o Uruguai num prazo não superior a seis meses (tais fatos se referem a julho de 1971), de acordo com a evolução interna daquele país.¹⁵¹ Villegas confirmava que, desde o seqüestro do cônsul Dias Gomide, no ano anterior, tropas do Brasil haviam sido mobilizadas sobre a fronteira uruguaia, não para pressionar as negociações do governo Pacheco Areco com a guerrilha, mas com o intuito de conhecer a região e avaliar as condições de manobra em caso de intervenção. A análise e as conclusões sobre a deterioração da política interna do Uruguai teriam originado o plano em questão.

Segundo Schilling, os estrategistas brasileiros concluíram que bastavam 30 horas para o Brasil ocupar o solo uruguaio e esmagar qualquer resistência. O plano era justificado com uma série de afirmações que, segundo Schilling – sempre embasado na informação da sua fonte argentina –, demonstravam que o Brasil vinha considerando há algum tempo projetar-se sobre esse cenário territorial. Nesse sentido, afirmava-se que:

- a) As forças armadas uruguaias careciam de armas e homens para neutralizar e derrotar uma ofensiva militar brasileira. A cidadania oriental, embora politizada em grau extremo, não estava preparada emocionalmente e nem tecnicamente para oferecer uma resistência massiva.
- b) A ação guerrilheira podia isoladamente provocar alguns transtornos, mas

¹⁵⁰ SCHILLING, Paulo. **El expansionismo brasileño**. México: El Cid, 1978. p. 13.

¹⁵¹ *Marcha*, 23/07/71, p. 16.

não estava em condições de ensaiar nenhuma resposta de abrangência contra um exército em pé de guerra, como o brasileiro.

c) As opções políticas do futuro uruguaio eram duas: em caso de acontecerem as eleições, podia triunfar a Frente Ampla, ou um partido tradicional, o que intensificaria a ação da guerrilha. Qualquer uma dessas duas alternativas era considerada perigosa e bastava, na opinião das autoridades brasileiras, para justificar a invasão.

d) Vistas as urgentes necessidades de expansão do Brasil e considerando que a ocupação do Uruguai poderia satisfazer essas necessidades e também ajudar economicamente o país oriental, resultaria possível consolidar a paz social interna na medida em que se incrementassem as fontes de trabalho sob controle brasileiro.

e) Lateralmente, como ponto a favor, o plano destacava um generalizado sentimento antiargentino ou antiportenho do uruguaio médio o que, psicologicamente, beneficiaria a estratégia a curto e longo prazo do Itamarati.¹⁵²

De qualquer forma, a hipotética invasão do país e sua ocupação não deviam demorar mais do que 2 dias, tempo insuficiente para uma reação militar argentina imediata e, no campo diplomático, da OEA e da ONU, que então deveriam defrontar-se com fatos consumados e não em aberto (o que poderia favorecer e fortalecer a posição do país agredido).

Em outubro de 1971, as manobras do III Exército brasileiro previstas para acontecer sobre a fronteira uruguaia, foram suspensas. Em realidade, foram deslocados para a região do Vale do Paraíba. Segundo Schilling, não se deu nenhuma versão oficial sobre tal mudança para evitar que a esquerda uruguaia considerasse tal suspensão como uma vitória política sua.¹⁵³ Enquanto isso, o debate político do Parlamento uruguaio deu centralidade a esta questão. Um editorial de *Marcha*, do 30 de julho, intitulado *Uruguay y Brasil. La sombra de la Cisplatina*, chamava a atenção, especificamente, para as declarações do chanceler brasileiro Gibson Barboza, o qual afirmava: “A medida que nuestros caminos [do Brasil] van llegando a todas las fronteras, iniciamos un proceso mas íntimo de convivencia con los países vecinos.”¹⁵⁴ A seguir, destacava-se uma outra frase na qual o citado ministro aludia a: “Una forma de diálogo directo del cual sólo puede surgir el estrechamento aun mayor de una alianza de convicciones y de propósitos [...]”¹⁵⁵ Isso gerou uma indagação sobre o que seria essa aliança de convicções e de propósitos com os países vizinhos. Considerando que, naquele contexto, o Brasil era uma ditadura vinculada à DSN e desempenhava um papel estratégico na região, tal afirmação reforçava o medo de tratar-se de simples expansão

¹⁵² SCHILLING, *El expansionismo brasileño*. Op. cit., p. 66.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ “Uruguay y Brasil. La sombra de la Cisplatina”. *Marcha*, 30/07/71, p. 7.

¹⁵⁵ Idem.

territorial (dentro da lógica dos seus cânones geopolíticos). Ou então, de interferência nas questões internas dos países vizinhos, desequilibrando as disputas internas em benefício dos setores alinhados às convicções da DSN.

Mas esse editorial de *Marcha* alertava para outro fato que tornava mais ameaçadoras as palavras do chanceler Barboza. *Marcha* relacionava a idéia de “caminos que van llhegando a la frontera” com um documento do Departamento de Estradas do Brasil em que se informava ao Ministro de Obras Públicas, Mário Andreazza, a construção de mais de 27 mil quilômetros de novas estradas, sendo que, seis delas (consideradas prioritárias), confluindo sobre a fronteira brasileiro-uruguaia.¹⁵⁶ A notícia que acompanhava esses dados acrescentava:

El amplio dominio de las carreteras orientadas hacia la frontera uruguaya ha merecido la explicación oficial de que el polo del desarrollo se proyecta hacia el sur a partir desde San Pablo; pero resultan también, inocultables los intereses políticos que la diplomacia brasileña ha mostrado en los últimos tiempos por el pequeño país del Río de la Plata. Según fuentes bien informadas, la situación política del Uruguay ha sufrido un acelerado deterioro en los últimos tiempos, es el centro de las preocupaciones de la cancillería brasileña y la mayor parte de sus iniciativas destinadas a consolidar un frente antiguerrillero en el continente tienen por objetivo crear las condiciones adecuadas para contener el peligro de una irradiación del fenómeno tupamaro o de la “izquierdización” del país mediante un eventual triunfo del Frente Amplio.¹⁵⁷

Essas informações circulavam simultaneamente às divergências entre Brasil e Argentina, no marco da IV Reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos países da Bacia do Prata, quanto à questão do controle dos rios da região (fato que mais tarde se desdobraria na polêmica questão do controle energético/hidroelétrico e da construção da Usina de Itaipu).¹⁵⁸ Finalmente, o editorial aludia às palavras do Diretor do Departamento de Integração Regional da Eletrobrás, general Amir Borges Fortes: “A Bacia do Prata é a grande arena onde estão em jogo os interesses nacionais” e continuava “[...] o Uruguai e a Bolívia são os países que mais preocupam [pela ameaça “comunista”] à grande família da Bacia do Prata e a eles deve dirigir-se atenção e apoio quando for necessário”. O editorial do semanário concluía com ironia ao comentar as palavras do diretor da Eletrobrás:

Lembramos alguns fatos. Porém, há mais ainda. Mas podemos respirar um

¹⁵⁶ Segundo *Marcha*, as estradas seriam a BR-471 (668 Km) de Soledade à fronteira; a BR-472, de São Borja à Barra do rio Quarai; a BR-337, entre Carazinho e Quarai (489 Km). Também são citadas, embora de forma genérica e, talvez, imprecisa, Fortaleza-Jaguarão (4.403 Km); Belém-Brasília-Aceguá (3.749Km); e a BR-158, de São Félix (Mato Grosso) até Livramento (2.714 Km).

¹⁵⁷ “Uruguay y Brasil. La sombra de la Cisplatina”. *Marcha*, 30/07/71, p. 7.

¹⁵⁸ “Brasil quiere disponer de los ríos que nacen en su territorio y después corren por el nuestro, con entera libertad”. Denúncia do editorial de *Marcha* de 06/08/71, p. 7.

pouco. Vela sobre nós, paternalmente, o Brasil. Bastará com que o chamemos. Sempre contaremos com sua ajuda. E talvez tente nos salvar, mesmo que não o chamemos ou queiramos.¹⁵⁹

Esta última frase do editorial indica um outro foco de atenção, independente da ironia intencional. Da idéia central de que o Brasil pode “ajudar”, “mesmo que não o chamemos, ou queiramos”, se desdobra um plural questionável: “Nós” quem? Toda a população do país? Todos os leitores de *Marcha*? Todos os cidadãos de esquerda? Em realidade, tem sentido pensar que talvez alguns setores, de fato, quisessem receber a “generosa ajuda” do governo brasileiro.¹⁶⁰

Por outro lado, a idéia de respeitar o princípio de autodeterminação dos povos era cada vez mais questionada com um argumento simplista mas que obtinha respaldo na lógica da Guerra Fria e da DSN: como afirmara há alguns anos o general Justino Alves Bastos, tal princípio servia somente aos comunistas.¹⁶¹ Paulo Schilling retomou a discussão praticamente no mesmo momento em que ocorria a eleição uruguaia. Ao publicar a última parte do artigo *¿Irá Brasil a la guerra?*, citava a imprensa brasileira para mostrar a evolução da Operação Trinta Horas. Assim, descrevia o “jogo de guerra” simulado nos exercícios militares do Vale do Paraíba, onde tudo girava ao redor da seguinte dinâmica: “Ante una situación de caos en el país amarillo, el país azul lo invade. El país rojo declara guerra al azul y pasa a apoyar al país invadido. Los países verde y lila se mantienen neutrales.”¹⁶² Para Schilling, tratava-se de um cenário escancaradamente platino: avaliava-se uma reação argentina frente à invasão do Uruguai pelo Brasil e uma possível neutralidade do Paraguai e da Bolívia diante dos fatos.

Um fato importante marcava a evolução da conjuntura continental. Em agosto de 1971, o general Torres era derrubado da presidência boliviana, com apoio explícito do regime brasileiro.¹⁶³ Tal fato tensionava ainda mais o cenário pré-eleitoral uruguaio. Do *Marcha*, Paulo Schilling anunciava que: “El éxito de la ‘operación Bolivia’ constituye a la vez un estímulo para nuevos avances. Después del derrocamiento de Torres, el blanco principal pasó

¹⁵⁹ Idem. [Tradução minha]

¹⁶⁰ Uma nota escrita por militantes da Frente Ampla também parece apontar nessa linha: “Es imperioso que la mesa dirigente del Frente Amplio saque una declaración pública sobre los planes de invasión de los gorilas brasileños. Se debe plantear que si al gobierno uruguayo no le importa la soberanía, al pueblo y a los trabajadores sí. Que si ellos no toman todo tipo de medidas preventivas, el pueblo deberá tomarlas. No sabemos si estos planes son serios o sólo una campaña para atemorizar. En cualquiera de los dos casos ¿por qué dejarles la iniciativa a ellos? Una gran campaña de denuncia puede enterar al pueblo y contrariar en mucho los planes reaccionarios.” (“Desde la Base”. Carta de los lectores. *Marcha*, 30/07/71, p. 5)

¹⁶¹ SCHILLING, Paulo. Las fronteras ideológicas y el satélite privilegiado. *Marcha*, 08/10/11, p. 12.

¹⁶² *O Estado de São Paulo* apud SCHILLING, **El expansionismo brasileño**. Op. cit., p. 64.

¹⁶³ “El golpe de Bolivia, financiado, planeado y orquestado por la diplomacia y los servicios secretos brasileños, constituye una prueba fehaciente de que los militares de derecha brasileños ya pasaron de la teoría a la práctica”. SCHILLING, Paulo. *¿Irá Brasil a la guerra?* *Marcha*, 26/11/71, p. 22.

a ser el Uruguay”.¹⁶⁴ Schilling, a seguir, reforçava sua argumentação a partir da análise de alguns editoriais e manchetes da imprensa brasileira que se perfilavam na linha intervencionista, como o já apresentado editorial de *O Estado de São Paulo* (de 14/01/71) ou o do jornal *O Globo*: “En el póquer de la subversión latinoamericana, Bolivia acaba de liberarse del castro-comunismo. Uruguay, mientras tanto parece dispuesto a candidatarse para ocupar su puesto”.¹⁶⁵ Os militares brasileiros vigiavam e preparavam a intervenção a partir da avaliação da situação das instituições do Uruguai. Segundo o brigadeiro Burger, se os tupamaros conquistassem o poder, criariam graves problemas ao hemisfério.¹⁶⁶ No 24 de agosto, Fidel Castro denunciava o golpe da “tríplice aliança contra-revolucionária” (Brasil, Paraguai e EUA sob articulação da CIA) que derrubou Torres na Bolívia. O objetivo do golpe, segundo o líder cubano, era isolar Cuba, Chile e Peru e desencorajar o povo uruguaio de avalizar a esquerda.¹⁶⁷

Elencando frases e discursos de militares brasileiros proferidos naquele contexto, (além de alguns fatos paralelos),¹⁶⁸ Schilling se perguntava se o Brasil de fato desencadearia a Operação Trinta Horas. Especulava em relação a duas hipóteses. Primeiro, a de que, naquele contexto, os EUA não queriam uma intervenção; logo, uma provável expansão do Brasil não contaria com a simpatia da superpotência.¹⁶⁹ Segundo, a de que uma intervenção no Uruguai envolveria a Argentina. O general Onganía fora substituído pelo general Lanusse e Argentina e Brasil voltavam a se defrontar em uma dinâmica de competição, apesar das coincidências baseadas na convicção da centralidade da DSN e na crença das fronteiras ideológicas. Há um memorando secreto do Departamento de Estado (EUA) de 27 de novembro que parece confirmar essa hipótese. No mesmo, eram fornecidas informações sobre pesquisas de opinião que mostravam a derrota da Frente Ampla na eleição presidencial mas deixavam em aberto a possibilidade de uma vitória em Montevideú. Sugeria-se, então, aos governos do Brasil e da Argentina, que avaliassem as vantagens de intervir na política interna do Uruguai. Ao lembrar

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Apud SCHILLING, idem.

¹⁶⁶ CONTREIRAS, Hélio. **Militares: confissões: Histórias Secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 60.

¹⁶⁷ Trends in Communist Propaganda, 25/08/71. Foreign Broadcast Information Service (FBIS), confidencial. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchive/NSAEBB/NSAEBB71>> Acesso em: 23 fev. 2003.

¹⁶⁸ Referia-se ao já comentado esquema de construção de estradas estratégica que levam ao Uruguai, a construção da maior base aérea da América Latina em Santa Maria (Rio Grande do Sul) e à presença de um homem chave da inteligência brasileira, o coronel Moacir Pereira, como simples agregado militar “en una embajada de ‘tercera categoría’ como es la de Brasil en el Uruguay”. SCHILLING, Paulo. ¿Irà Brasil a la guerra? *Marcha*, 26/11/71, p. 22.

¹⁶⁹ Os EUA enfrentavam: sérios problemas no Vietnã; forte questionamento por todo o Terceiro Mundo; desafio com a Unidade Popular chilena. Por outro lado, encaminhavam uma política de distensão Leste-Oeste e

que este país funcionara, até aquele momento, como pára-choque entre as duas potências latino-americanas, a mensagem dos EUA era bem direta. O equilíbrio da região na podia ser rompido pela radicalização da esquerda no pequeno país nem por uma ação unilateral da Argentina e do Brasil. O entendimento entre ambos devia nortear as ações na geopolítica do Prata.¹⁷⁰

A derrota eleitoral da Frente Ampla em 1971 e a derrota militar do MLN em 1972 esvaziaram o tensionamento que parecia estar por detrás das versões da existência do plano brasileiro de invasão. Um manto de silêncio e de negativas encerraram a discussão; a evolução da política uruguaia rumo à consolidação de uma ditadura de Segurança Nacional definiu o posicionamento dos setores dominantes do país junto à comunidade da DSN e das fronteiras ideológicas. Aparentemente, a Operação Trinta Horas caíra no esquecimento, ou não havia passado de especulação da contra-informação da época.

Mas o jornalista Evandro Paranaguá, do *Correio Brasiliense*, baseando-se em documentos e entrevistas divulgou, em 1991, que a ação de fato existira e que devia ter acontecido, em caso de vitória da Frente Ampla, imediatamente após a divulgação dos resultados eleitorais.¹⁷¹ As informações colhidas pelo jornalista apontam para duas hipóteses. Uma, na qual a ação envolvia todo o comando militar, inclusive o Presidente Médici e o Ministro do Exército, Orlando Geisel. A outra, restringia-se a um planejamento autônomo do III Exército a espera de uma ocasião concreta para, provavelmente, apresentá-lo ao resto da cúpula militar – hipótese também sugerida pelo jornalista Elio Gáspari.¹⁷²

Anos antes, em 1985, veio a público o depoimento do coronel brasileiro Dickson Grael,¹⁷³ quem desiludido com os rumos que tomou o regime iniciado em 1964 – o qual apoiara com entusiasmo e participação –, decidiu apresentar seu relato sobre alguns fatos notórios de abuso de poder e de corrupção envolvendo o regime militar. Entre eles, em um texto pequeno mas qualificado pela fala testemunhal, Grael trouxe à luz importantes informações e esclarecimentos que confirmaram a existência de um plano para invadir o Uruguai, se necessário.

realizavam a complexa e estratégica diplomacia do Ping-Pong com a China comunista.

¹⁷⁰ Memorando secreto do Departamento de Estado para o Assessor de Segurança Nacional Henry Kissinger. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchive/NSAEBB/NSABB71>> Acesso em: 23 fev. 2003.

¹⁷¹ Citado por Marco Antônio Vargas Villalobos. **Ditadura e resistência democrática. República Oriental del Uruguay: 1968-1985**. Tese de Doutorado. PPG-História/PUCRS. Porto Alegre, 2003.

¹⁷² GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁷³ GRAEL, Cr. Dickson M. **Aventura, corrupção e terrorismo. À sombra da impunidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

Segundo Grael, o livro de Paulo Schilling, “O Expansionismo Brasileiro”,¹⁷⁴ foi o primeiro registro sobre o plano. Em realidade, os capítulos de Schilling referentes à expansão brasileira sobre o Uruguai e sobre a Operação Trinta Horas foram publicados, originalmente, no *Marcha*, entre 1971 e 1973, portanto, quase 10 anos antes da edição brasileira reconhecida por Grael. O registro deste fato parece pertinente porque contextualiza melhor o teor dos textos de Schilling, escritos no “calor dos acontecimentos”. Grael rejeita as teses de Schilling sobre as pretensões expansionistas do Brasil na América do Sul (“inverdade”, “fantasia tendenciosa do autor”) e o desqualifica como exilado ressentido.¹⁷⁵ O que é curioso é o fato de as críticas de Grael desconhecerem o teor das teses clássicas defendidas pela escola geopolítica brasileira - a partir das quais Paulo Schilling elabora suas teses -, produzida, principalmente, pelos círculos militares da ditadura brasileira.

O coronel Grael afirma que, no fim de 1971, houve grande possibilidade de ocorrer a invasão do Uruguai. Para tanto, houve uma ação planejada; as peças foram dispostas em posição de mobilização imediata. Não foi somente uma ameaça para pressionar e incidir sobre a política interna daquele país, mas de fato se preparou um ataque. Grael assume ter sido contrário tanto à hipótese de ameaça quanto à de invasão concreta. Segundo ele, a possibilidade de uma vitória da Frente Ampla preocupava o regime brasileiro por dois motivos. Primeiro, pela instalação de um governo de esquerda na fronteira sul do Brasil afetava sua Segurança Nacional e colocava em risco a estabilidade das “fronteiras ideológicas”. Segundo, a participação de exilados brasileiros na campanha da Frente Ampla, sobretudo nas cidades fronteiriças, fazia pensar que, se a Frente Ampla vencesse, esses setores de exilados poderiam tentar algum tipo de ação mais ousada (voltar ao país, infiltrar-se no Rio Grande do Sul, intensificar denúncias e pressões internacionais, etc.). Tudo isso acontecendo no momento em que o “milagre brasileiro” decolava, beneficiando determinados setores médios da população.

Nas suas considerações, Grael também ressalta o fato de que a Argentina, nesse momento, atravessava um processo de abertura política e o tema “guerrilha” não aparentava ter o mesmo significado que no Brasil, o que pode explicar uma certa despreocupação com uma hipotética vitória da Frente Ampla.¹⁷⁶ Para o coronel, a ação mais imprudente seria a invasão do Estado Oriental sem o apoio ou conivência da Argentina.

¹⁷⁴ Obra publicada pela Editora Global de São Paulo em 1981. Há pelo menos uma versão em espanhol publicada anteriormente (*El Expansionismo Brasileño*. México: El Cid Editor, 1978).

¹⁷⁵ GRAEL, op. cit., p. 11.

¹⁷⁶ Grael chega a especular que poderia ser do interesse argentino, na eventualidade de ocorrer o avanço da esquerda no Uruguai, o Brasil como interventor, assim assumindo o ônus político-econômico que certamente

Tal posição é bem diferente da defendida pelo tenente Marco Pollo Giordani,¹⁷⁷ que, na obra “Brasil sempre”, tece duras críticas a Grael. Giordani diz ter sido mobilizado para a intervenção do Uruguai (ação que denomina como Operação Charrua); informa que havia muita vibração entre aqueles que deviam participar – “parecíamos viver um momento grandioso” – e afirma que a intervenção só não ocorreu porque os uruguaios resolveram o problema através das urnas. Mas o que mais se destaca da sua análise, apesar de alguma imprecisão cronológica e conceitual dos fatos, é a constatação de que o Brasil havia tomado uma decisão que mostrava sua pretensão de abandonar uma posição de “inércia continental” diante das ameaças de subversão sobre suas fronteiras.¹⁷⁸

Voltando ao coronel Grael, seu depoimento é taxativo. Desde o final de 1969, encontrava-se na zona fronteira brasileira-uruguaia, zona que era área de segurança. Como oficial do Estado-Maior do Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria,¹⁷⁹ recebeu ordens para

[...] efetuar um primeiro estudo das diretrizes a serem seguidas por aquela Divisão, visando sua participação em um plano de intervenção militar no Uruguai. Tal fato deveria ocorrer caso a chamada Frente Ampla viesse a vencer as eleições a terem lugar, ainda naquele ano, no país vizinho.¹⁸⁰

Ao discordar da missão que lhe fora atribuída com argumentações de cunho político e militar, Grael foi colocado, pelo superior imediato, o general Pellegrino, à margem do seu planejamento.

Uma informação importante no depoimento de Grael é seu testemunho de ter acompanhado, junto com o coronel Newton Alvarez Rodriguez, representante do Estado-Maior do Exército, o Adido Militar dos EUA, general Arthur Moura, em uma visita às guarnições da região. Grael conta que, descendo o rio Uruguai, Moura chegou inclusive a fotografar algumas atividades da Frente Ampla. Tudo indica que a presença do militar estadunidense na fronteira era parte de uma ação de monitoramento. Nas palavras de Grael: “[...] essa visita do General Moura fazia parte do acompanhamento exercido pelo Governo dos Estados Unidos em relação à conturbada situação no Uruguai e aos preparativos militares brasileiros dela decorrentes.”¹⁸¹

teria que enfrentar.

¹⁷⁷ GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil Sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

¹⁷⁸ Idem, p. 246.

¹⁷⁹ O autor informa que a 2ª Divisão de Cavalaria era comandada pelo General de Brigada João Jacobus Pellegrini e que era diretamente subordinada ao Comando do III Exército, sediado em Porto Alegre e comandado, na época, pelo general Breno Borges Fortes. GRAEL, op. cit., p. 15.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem.

Em outubro de 1971, GraeI comandava o 22º Grupo de Artilharia de Campanha; alguns dos seus subordinados faziam parte de unidades que se preparavam para a intervenção. Mesmo que afastado do planejamento, o coronel recebia os documentos do andamento do mesmo. Sabia também que há alguns meses, nos círculos militares uruguaios, já se conhecia alguma informação sobre a operação. Efetivamente, o general Seregni afirma que, no inverno de 1971, se recebia muita informação sobre o plano brasileiro e se tinha conhecimento prévio de uma grande concentração de tropas próximas à fronteira:

Y nos enteramos de que el plan de invasión estaba en marcha porque a los boliches de Rivera y de Santana do Livramento llegaban muchos soldaditos brasileros y comentaban que se estaban preparando y que estaban tratando de aprender castellano [...].¹⁸²

Mauricio Rosencof também lembra que Fidel Castro já havia advertido ao MLN: “Vocês podem vencer, mas no outro dia terão os brasileiros metidos ali”.¹⁸³ Um fato surpreendente, apontado por GraeI, é que a ação seria de conhecimento e responsabilidade exclusiva do Exército, como apontado em uma das hipóteses do jornalista Paranaguá. O coronel GraeI levanta fortes suspeitas de que a Força Aérea e a Marinha desconheciam a existência do plano de intervenção ou de que estariam marginalizados do mesmo.¹⁸⁴

Poucos dias antes de ocorrerem as eleições uruguaias, o Comandante do III Exército, general Breno Borges Fortes, fez uma última visita às guarnições verificando a preparação da operação e reunindo-se com a oficialidade envolvida na mesma. GraeI diz que, nessa ocasião, através de um assessor militar do general Breno, ficou sabendo que estava sendo engajado no planejamento da ação e de que deveria inteirar-se “[...] de todos os planos, inclusive dos reconhecimentos já efetuados na ‘futura zona de ação’, já que me estava destinada uma importante função nas operações a cargo da nossa Divisão”.¹⁸⁵ Como a intervenção não aconteceu, GraeI somente soube, 6 anos depois, o teor da missão que lhe estava destinada: comandar a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Apesar de que, naquele novembro de 1971,

¹⁸² BUTAZZONI, op. cit., p. 146.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ GraeI cita o contato com oficiais superiores da Força Aérea Brasileira em nome do Ministro da Aeronáutica e com o comandante Ivar Oleris Pereira, Capitão dos Portos do rio Uruguai e com o almirante José da Silva Sá Earp, comandante do 5º Distrito Naval (sediado em Florianópolis). Cita ainda um diálogo que teria acontecido entre o Ministro da Aeronáutica e o general Médici onde o primeiro se queixava de não estar ciente da ação contra o Uruguai. Alertava ainda para o risco do envolvimento da Argentina em tal situação, assim como do seu receio diante de uma resposta militar da mesma. GRAEL, op. cit., p. 19.

Já no depoimento do brigadeiro Burger, este afirma que, além de haver uma tropa do Exército para a intervenção, “[...] se fosse necessário o apoio da Força Aérea, ela estaria pronta para cumprir a missão”. Isto faz supor que havia uma outra ação preparada e que não seria, de fato, a Operação Trinta Horas. CONTREIRAS, op. cit., p. 59.

¹⁸⁵ GRAEL, op. cit., p. 17.

sem seu conhecimento, tudo estava pronto para acontecer:

A esta altura os reconhecimentos imprescindíveis à “operação” já tinham sido realizados e as unidades estavam em suas posições de partido para deslocamento em direção à fronteira. Restava apenas aguardar o desenrolar dos acontecimentos no Uruguai (resultado das eleições) para se passar à execução do plano, caso viesse a ordem superior nesse sentido.¹⁸⁶

A derrota eleitoral da Frente Ampla e a posterior derrota militar do MLN deixou sem efeito o plano. O depoimento do coronel Graef é de fundamental importância por ser um oficial sabidamente anticomunista, engajado no golpe militar que derrubou João Goulart e que, em 1971, estava localizado na zona onde se preparava a invasão. Suas afirmações e sua convicção sobre a existência do plano e a mobilização decorrente demonstram que não se tratou simplesmente de ação de contra-informação ou de ameaça política sobre o país vizinho. Sua sensibilidade para contextualizar a presença de oficiais dos EUA, assim como o desconforto e as desavenças entre as Forças Armadas brasileiras (indicando uma certa autonomia do Exército nessas decisões), é também preciosa. Em 1998, veio a público o depoimento do brigadeiro Sérgio Luiz Burger, quem, de forma breve e enfática, reafirmou a existência do operativo:

Houve realmente um plano de intervenção do Brasil no Uruguai, aprovado no governo do general Médici, no início da década de 70, na época em que havia ameaça de golpe dos tupamaros, após a eleição de Bordaberry. Os tupamaros pretendiam impedir a posse do presidente eleito, e se eles tomassem o poder pela força, o Brasil interviria, cumprindo uma decisão da OEA.¹⁸⁷

Pode-se ver que há uma série de dados que divergem das contribuições anteriores. Mas o que se pode ter como princípio é o reconhecimento de que o Uruguai foi monitorado e ameaçado, concretamente, por uma intervenção armada. Provavelmente há imprecisões no seu depoimento. Em primeiro lugar, pelo superdimensionamento feito sobre o poder de fogo e numérico da organização tupamara. Mesmo que, em algum momento, os governos de Pacheco Areco e de Bordaberry sofreram momentos de grande fragilidade política, isso nunca foi exclusivamente em função de uma ação guerrilheira, mas, na melhor das hipóteses, de uma combinação de fatores onde o MLN era um dos mesmos. Em segundo lugar, ele não faz nenhuma referência à possibilidade eleitoral da Frente Ampla, mas, refere-se à posse do novo presidente, o que é incongruente, pois esta é posterior.

A partir disso constata-se que, ou ele confundiu tupamaros com Frente Ampla, o que

¹⁸⁶ Idem, p. 18.

não seria, necessariamente confusão, mas uma leitura de auto-convencimento das múltiplas formas do “inimigo interno”, ou então o brigadeiro fala de outra ação que é diferente daquela denunciada por Paulo Schilling e confirmada pelo coronel Graef. Mas cabe uma outra interpretação; a de que, uma vez montada a Operação Trinta Horas, o fato da sua não concretização diante da reversão das expectativas do que seria seu fato gerador (a vitória eleitoral da Frente Ampla) não quer dizer que o modelo, a estratégia da invasão não tenha sido mantido a espera de novas conjunturas emergenciais, talvez até com a preservação de pequenas unidades móveis de rápida intervenção.

De qualquer maneira, o depoimento de Burger também pode ser visto como a confirmação de um monitoramento contínuo dos processos mais explosivos da região, os quais, no caso uruguaio, confirmariam as preocupações com sua situação interna, independente do resultado eleitoral. Os setores vinculados à DSN, dentro e fora do Uruguai, têm o entendimento de que o Uruguai apresenta essa dupla possibilidade: a perspectiva de vitória político-eleitoral que acaba em 1971 e a possibilidade da ascensão de uma esquerda armada, que se inviabilizaria em 1972. Entretanto, há um dado surpreendente no comentário de Burger. O fato de que o Brasil interviria em outro país sob o manto justificador da OEA, como fizera, sob a liderança dos EUA, em 1965, na República Dominicana. Não foram encontrados outros registros que permitam cotejar esta afirmação, mas é inegável que uma ação de força legitimada pela OEA seria, politicamente, muito menos desgastante, em termos do que é a identidade latino-americana, do que o apoio dos EUA.

Elio Gáspari¹⁸⁸ confirmou a existência do plano e o papel central do Comandante do III Exército no mesmo. A 2ª Brigada de Cavalaria Motorizada estava mobilizada e tinha comandante definido. Segundo Gáspari, entretanto, houve atritos entre o general Breno Borges Fortes¹⁸⁹ e o general Médici, não ficando claro se o desentendimento ocorreu porque Médici descobriu a operação (que, conforme esta hipótese, seria de responsabilidade exclusiva de alguns setores do Exército), ou porque, diante dos resultados da eleição uruguaia, ao esvaziar-se a justificativa para a invasão, Médici teria desativado a operação, o que teria irritado o Comandante do III Exército.¹⁹⁰

Parte das dúvidas ainda existentes diminuíram quando, em 2002, os EUA desclassificaram, dentro do Projeto Argentina, uma série de documentos relacionados com o

¹⁸⁷ CONTREIRAS, op. cit., p. 59.

¹⁸⁸ GÁSPARI, op. cit.

¹⁸⁹ O que parece não ter prejudicado Borges Fortes, que virou Ministro do Exército da administração Médici.

¹⁹⁰ Além de apoiar-se na obra do coronel Graef, Gáspari teve acesso a conversações e depoimentos envolvendo importantes integrantes do alto escalão militar e do governo: Danilo Venturini, Heitor Ferreira, Francisco

processo eleitoral uruguaio de 1971 e a administração Nixon. Segundo a análise do Proyecto de Documentación del Cono Sur do National Security Archive, os EUA mostravam-se muito preocupados com a possibilidade do Uruguai virar um outro Chile de Allende. Além das propostas do modelo Frente Popular (Unidade Popular chilena, Frente Ampla uruguaia), a cronologia era quase paralela. Argentina e Brasil estavam articulados com os EUA para desencadear ações abertas ou encobertas que impedissem a vitória da Frente Ampla. Assim, no 27 de agosto, a Embaixada dos EUA na Argentina informou ao Departamento de Estado dos EUA suas preocupações com as eleições uruguaias e as expectativas que produziam no país. Através de um telegrama secreto,¹⁹¹ o Embaixador Lodge apontou as preocupações dos militares argentinos com a evolução do cenário eleitoral uruguaio. O documento transmitia importantes e esclarecedoras informações para o eixo da nossa discussão. Segundo o mesmo, preocupados com a ineficiência do governo uruguaio em combater a subversão, os governos de Onganía e depois de Levingston passaram a dar assistência para capacitação da luta anti-subversiva. O mesmo documento, além de registrar a conexão entre os sistemas repressivos, manifestava particular preocupação diante do aumento das vinculações entre terroristas argentinos e uruguaio. Tais dados refutam a tese de Graef de que, na conjuntura pré-eleitoral uruguaia, o tema “guerrilha” era para o governo argentino um tema menor que para o brasileiro.

Uma outra informação diz respeito a intensificação de contatos de inteligência entre Brasil e Argentina e um monitoramento conjunto a respeito da situação do Uruguai. Esta informação relativiza as posições de Paulo Schilling e do coronel Graef de um potencial conflito entre a Argentina e o Brasil em função de interesses opostos em relação ao Uruguai. De qualquer forma, a embaixada informava que a Argentina, por causa da sua política interna de distensão, não se envolveria em um plano de intervenção nas eleições uruguaias, mas estaria disposta a apoiar um golpe de Estado de Pacheco Areco se a Frente Ampla vencesse as eleições. Finalmente, deve destacar-se a informação de que o governo argentino mandou ao Uruguai uma equipe de especialistas em interrogatório [grifo meu] logo após a prisão do líder tupamaro Raul Sendic, o que demonstra, concretamente, o grau de colaboração com o governo de Pacheco Areco.

Um outro documento que confirma a importância que os EUA e o Brasil davam à situação uruguaia é a troca de sugestões de minuta para a visita que o general Médici faria aos

Dellamora, Ernesto Geisel e João Figueiredo. GASPARI, op. cit., p. 194.

¹⁹¹ Telegrama secreto da Embaixada dos EUA (Buenos Aires) ao Departamento de Estado, 27/08/71. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchive/NSAEBB/NSAEBB71>> Acesso

EUA entre os dias 7 e 9 de dezembro. Efetivamente, o Brasil sugeria (em 03/11/71) 25 pontos de pauta (vários deles tratando sobre questões de segurança na região); o ponto XII era sobre o Uruguai. A resposta dos EUA (em 13/11/71) reduziu a pauta sugerida pelo Brasil a nove pontos; o 8º era sobre “Problemas Hemisféricos: a) Cuba, Chile, Uruguai.” Isto é digno de nota. Praticamente na véspera das eleições uruguaias, os EUA consideraram o país um caso tão preocupante quanto Cuba e o Chile de Allende! O fantasma de uma hipotética vitória da Frente Ampla era avaliada com muito receio.¹⁹² Posteriormente, na véspera do encontro entre ambos os presidentes, Kissinger alertou Nixon sobre algumas preocupações que Médici certamente colocaria na mesa de negociações, entre as quais a força da esquerda no hemisfério, a situação da Argentina, do Chile e da Bolívia e, particularmente, os 20% da votação nacional obtida pela Frente Ampla no Uruguai. Ao dizer que Médici simpatizava com a aplicação das orientações estadunidenses, Kissinger lembraria a Nixon que aquele poderia vir a perguntar sobre o que se poderia fazer para restabelecer a ordem no Uruguai.¹⁹³

Na época, questionava-se o resultado do processo eleitoral uruguaio com acusações de fraude. Uma segunda recontagem de votos foi necessária até declarar, definitivamente, a vitória de Bordaberry. Nesse ínterim, intensificaram-se as acusações contra a intervenção da Embaixada estadunidense, estimulando ainda mais o medo psicológico resultado da intensa propaganda anticomunista veiculada através da imprensa oficial e dos atentados intimatórios da JUP. Curiosamente, o embaixador Adair não rejeita as acusações que lhe são feitas. Simplesmente informa ao seu governo que, consumada a derrota da Frente Ampla, tais acusações deverão intensificar-se.¹⁹⁴

Colateralmente à discussão sobre a existência ou não de um plano de intervenção no Uruguai e sua relação com a conjuntura eleitoral, deve-se destacar que se confirma a conexão colaboracionista dos governos dos países vizinhos com o governo Pacheco Areco e com a extrema direita uruguaia. Os documentos desclassificados pelo governo dos EUA apresentam

em: 23 fev. 2003.

¹⁹² Memorando secreto do Departamento de Estado para o Assessor de Segurança Nacional Henry Kissinger, 13/11/71. The National Security Archive. Disponível em:

<<http://www.gwu.edu/~nsarchive/NSAEBB/NSAEBB71>> Acesso em: 23 fev. 2003.

¹⁹³ Memorando secreto de Henry Kissinger ao Presidente Nixon, início de dezembro de 1971. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchive/NSAEBB/NSAEBB71>> Acesso em: 23 fev. 2003.

¹⁹⁴ Charles Adair se expressa nos seguintes termos: “A imprensa de esquerda tem tentado, reiteradamente, no passado, atribuir responsabilidades à Embaixada dos Estados Unidos por ataques contra a ‘Frente Ampla’ e de apoiar um ou outro partido tradicional e às ‘forças repressivas’ (polícia). Esta última acusação e outras que certamente lhe seguirão são esforços evidentes de culpar-nos pela sua derrota nas eleições”. Telegrama confidencial do Embaixador dos EUA no Uruguai, Charles Adair, ao Secretário de Estado, 07/12/71. The National Security Archive. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchive/NSAEBB/NSAEBB71>> Acesso em: 23 fev. 2003.

a solicitação de colaboração sugerida pela sua Embaixada no Uruguai: “[...] é desejável que [...] Argentina e Brasil colaborem efetivamente com as forças de segurança uruguaias”.¹⁹⁵ Houve uma resposta imediata (já citada), confirmando a ajuda do governo argentino.¹⁹⁶ Por sua vez, o general Seregni lembra que o papel do governo estadunidense não foi importante só nas eleições de 1971, mas também durante todo o período imediatamente anterior: “Todo ese aparato que funcionaba en el Ministerio del Interior [refere-se aos grupos paramilitares e ao Esquadrão da Morte] [...] fue creado por Estados Unidos, y traído y orquestado a través de Brasil”.¹⁹⁷ As conexões entre Brasil e EUA parecem bem explícitas.

Seregni cita também o ex-Embaixador brasileiro Pio Corrêa, que publicara, nas suas memórias, a entrega de armamento e explosivos à extrema-direita uruguaia.¹⁹⁸ O coronel Grael contribui a lançar luz sobre essa conexão ao afirmar que o Adido da Aeronáutica na Embaixada brasileira, coronel Leuzinger, sugeriu e obteve apoio da Agência Central do SNI para ajudar organizações anticomunistas uruguaias como a JUP, a TFP e setores da polícia e das Forças Armadas que agiam de forma encoberta. O próprio Leuzinger se encarregaria de introduzir explosivos para aqueles grupos.¹⁹⁹ Gáspari confirma a existência da conexão brasileira do terrorismo de direita uruguaia.²⁰⁰

Diante de tudo o que foi exposto e a partir das fontes analisadas, pode-se concluir que houve uma operação militar brasileira para intervir no Uruguai que não chegou a fase final diante da derrota eleitoral da Frente Ampla. Portanto, as denúncias feitas por parte da imprensa uruguaia não eram só propaganda política da esquerda, embora seja compreensível que, no ambiente eleitoral de 1971, procurassem-se capitalizar tais “rumores” em benefício da candidatura de Líber Seregni.

Também se pode afirmar que os EUA não só conheciam o plano como o encorajaram. O monitoramento testemunhado por Grael e a documentação desclassificada são bastante claros a esse respeito. O único receio da superpotência residia na possibilidade de divergências no entendimento de como resolver a questão entre Argentina e Brasil: daí o apelo insistente dos EUA no sentido de evitar ações unilaterais que confrontassem esses países, pois isso destruiria o equilíbrio existente na região e a desestabilização desta seria muito mais perigosa do que os riscos contidos no motivo originário da preocupação, “o

¹⁹⁵ Análise e Papel Estratégico Preliminar secreto da Embaixada dos EUA-Uruguai, 25/08/71. The Nacional Security Archive. Doc. cit.

¹⁹⁶ Telegrama secreto da Embaixada dos EUA (Buenos Aires) ao Departamento de Estado, 27/08/71. Doc. cit.

¹⁹⁷ BUTAZZONI, op. cit., p. 210.

¹⁹⁸ Idem, p. 228.

¹⁹⁹ GRAEL, op. cit., p. 19.

²⁰⁰ GASPARI, op. cit., p. 349.

avanço comunista na região”. Isto permite supor que, considerando as boas relações entre os governos Nixon e Médici, caso a invasão viesse a ocorrer, não se configuraria como a sonhada expansão das fronteiras naturais defendida por alguns setores do pensamento geopolítico, e sim como uma ocupação transitória que devolveria o governo a aliados locais confiáveis.

Em relação aos EUA, há uma outra conclusão a ser tirada. No primeiro capítulo, procurou-se evidenciar o papel da CIA como um dos mecanismos mais eficientes e agressivos da política de “pentagonização” da América Latina. Através de todo tipo de ação encoberta, às vezes com certa autonomia do seu governo, sua presença é constante na desestabilização de governos “inimigos”, na articulação com setores golpistas de direita, no financiamento e divulgação de propaganda anticomunista, no treinamento de unidades paramilitares, etc. Na conjuntura pré-eleitoral uruguaia, esse protagonismo e essa metodologia de ação também estiveram presentes. Entretanto, a documentação desclassificada coloca no centro do envolvimento de interesses estadunidenses não a CIA e suas ações encobertas, sempre estratégicas, mas o próprio governo norte-americano, na sua forma mais visível, a institucional – com sua rede de embaixadas, a Secretaria de Estado e o Conselho de Segurança Nacional –, conspirando abertamente.

Na medida que se queria evitar a ascensão da Frente Ampla, a opção seria apoiar um governo forte da direita uruguaia; naquela conjuntura, tudo apontava para o setor de Pacheco Areco, homem de “mão muito dura” apesar dos entraves que lhe colocava a Constituição vigente. Mesmo assim, extrapolara no uso das *Medidas Prontas de Seguridad* e negara-se a qualquer negociação com o MLN, colocando-se com um perfil de tamanha inflexibilidade política que deixou um grau de desgaste acentuado até entre seus aliados e apoiadores. A correspondência entre as Embaixadas dos EUA na região e delas com o Departamento de Estado apontam para esta conclusão, fato também indicado pelo historiador norte-americano Scott Myers.²⁰¹

Entre as questões secundárias a concluir, deve-se ressaltar que, embora o fantasma da luta armada fosse permanentemente usado pelo discurso anticomunista, na “hora da verdade” viu-se que não era o único inimigo que devia ser destruído. Certamente, mais do que o MLN, o movimento estudantil e a CNT, a grande ameaça foi a Frente Ampla. Talvez

²⁰¹ Ao comentar a postura de Pacheco Areco nas negociações com o MLN no seqüestro do Cônsul Dias Gomide, Myers diz que: “Las relaciones entre los dos países se hicieron muy tensas, especialmente a lo largo de las zonas fronterizas, en las que se corría el rumor de la existencia de movimientos de tropas brasileñas. Se especuló, aunque nunca llegó a confirmarse, que Pacheco permitiría la entrada al país de las fuerzas brasileñas si la situación con los Tupamaros llegaba a una fase crítica.” MYERS, Scott. **Los Años Oscuros 1967-1987.**

porque albergou dentro do seu interior todas as outras modalidades de luta (como espécie de dupla militância). Talvez pelo grande impacto eleitoral que produziu – apesar da derrota, pois teve uma vitalidade desbordante apesar da sua origem recente. Quem sabe se pelo ineditismo de conseguir abranger, em uma pauta mínima, mas centrada, quase toda a esquerda do país. Quiçá foi pelo dinamismo que impôs a partir da militância nos Comitês de Base. E, se não bastam todos estes argumentos, talvez, então, como expectativa de ameaça futura. Que outra coisa poderiam esperar os setores conservadores e golpistas de uma sociedade cada vez mais imersa em um caldo de cultura de mazelas sociais e de uma crise estrutural incessante? O que poderiam fazer enquanto, simultaneamente, se consolidava uma força política nova que recebia quase 20% dos votos nacionais além de uma importante e combativa representação legislativa, com uma militância jovem, permanente e conectada organicamente no movimento social através dos sindicatos, das associações de bairros, do movimento estudantil, da CNT, da cultura popular e de parte da intelectualidade? O Terror de Estado a caminho responde estas interrogações.

As eleições de novembro de 1971, com as frustrações e incertezas que deixaram de cada lado, se transformaram em um verdadeiro ponto de inflexão na disjuntiva nacional e regional. Até porque elas não alteraram radicalmente a relação de forças, nem mudaram a lógica das tendências que se vinham manifestando e amadurecendo no interior da sociedade uruguaia (que não era imune, por sua vez, à dinâmica do contexto regional). E, certamente, tudo isso foi reforçado pela experiência da Unidade Popular no governo do Chile e pelos desafios que produzira dentro da perspectiva das “fronteiras ideológicas” e do anticomunismo.

Ainda pode-se acrescentar que não se cumpriu a hipótese levantada por Schilling a partir das suas fontes militares argentinas de que, se a vitória eleitoral pertencesse a um partido tradicional, os tupamaros intensificariam sua ação e justificariam também a intervenção brasileira. O resultado eleitoral confirmou a vitória do continuísmo do governo anterior só que com Bordaberry. De fato, o MLN retomou com intensidade o confronto, mas, com a disseminação da tortura, a organização rapidamente foi derrotada e destruída. Com isso, a última justificativa para intervir militarmente no Uruguai deixou de existir; mesmo assim, a desmobilização da Operação Trinta Horas, logo após conhecidos os resultados eleitorais, é um forte sintoma da hierarquização e da percepção que se tinham sobre os diversos “inimigos internos”.

Quanto à posição do governo argentino, a situação parece um pouco duvidosa. Schilling e Graef apontam no sentido de que a invasão brasileira poderia introduzir um conflito militar com a Argentina. Mas o teor das informações da Embaixada dos EUA em Buenos Aires diverge daquelas interpretações. Pelo contrário, confirma-se a troca de inteligência e a posição coincidente em reforçar a situação do governo Pacheco Areco. Particularmente, o governo argentino teme uma radicalização da esquerda. O fato de registrar-se que a Argentina não participaria de uma intervenção conjunta (por razões de política interna) não é suficiente para concluir que era contrária a uma ação militar direta. Até porque a orientação de Washington havia sido clara: o que não podia ocorrer era uma intervenção unilateral, ou seja, decidida sem consulta à outra potência regional. Pode-se inferir também que o governo argentino estivesse dividido quanto a isso; mesmo assim, tal situação estaria distante de redundar em um conflito aberto e imediato com o Brasil. De qualquer forma, uma questão parece evidente: independente do apoio ou conivência ser consensual ou parcial, considerando o peso do nacionalismo argentino, é quase impossível pensar na aceitação de uma simples anexação territorial do Uruguai pelo Brasil; isso reforça a hipótese de que o mais provável seria uma ocupação temporária para esmagar os focos “comunistas” e garantir o governo aos aliados confiáveis.

Finalmente, o distanciamento temporal dos acontecimentos e a publicitação de novas fontes ajudam a cercar as diversas hipóteses abertas naquele momento, elucidando fatos, precisando dados, tornando mais complexas as posições e os protagonismos. Entretanto, independente dos avanços produzidos e do que ainda deverá ser aprofundado nos próximos anos, a base geral das informações já era conhecida no período pré-eleitoral, como bem mostram as matérias do semanário *Marcha*.

3.4 – A GESTAÇÃO DO GOLPE DE ESTADO

O processo político uruguaio entrou em franco processo de deterioração a partir de 1968 e se acelerou no biênio 1972-1973. A ineficiência do novo governo (Bordaberry) em responder às demandas há tanto tempo deprimidas, associou-se à insistência com uma política econômica que inviabilizou qualquer expectativa de mudança de rumo a curto prazo e às dramáticas opções políticas realizadas. A democracia sofreu, entre março de 1972 e junho de 1973, sua decomposição terminal, em um processo que alguns autores denominam de “golpe de Estado em câmara lenta”. No plano regional, a lenta agonia do sistema político uruguaio teve

paralelo na conturbada experiência da Unidade Popular chilena, sinal de que a rede tecida pela Doutrina de Segurança Nacional se espalhava pelo Cone Sul.

3.4.1 – A administração Bordaberry: da eleição ao golpe de Estado

O primeiro grande desafio para o novo presidente, Juan María Bordaberry, foi o de tentar construir uma base mínima de sustentação parlamentar, já que seu setor político contava somente com 7 senadores de 30 e 28 deputados de 99. Num primeiro momento, garantiu a manutenção da aliança que se havia constituído na gestão anterior em troca de cargos e da inclusão de certos pontos programáticos daquelas correntes no programa de governo; assim, Bordaberry atraiu os setores do líder *colorado* Jorge Batlle, bem como a minoria *blanca* conservadora – o que lhe garantia, em hipótese, o apoio de 16 senadores (sobre um total de 30) e de 50 deputados (sobre 99). Sua grande derrota foi não obter apoio de Ferreira Aldunate nem rachar sua base parlamentar. O embate eleitoral e a sensação de fraude tornaram irreconciliáveis as posições de Ferreira Aldunate com os setores governistas. Considerando a coesão da esquerda e o virtual equilíbrio político entre governo e oposição (nas situações conjunturais em que esquerda e *blancos* de Ferreira Aldunate coincidiam, representavam quase 40% de votos contra o governo), produzia-se a seguinte lógica de confronto: o governo evitava o Parlamento e assumia a estratégia de esvaziamento das suas sessões enquanto que a oposição tentava acuar os ministros de Bordaberry.²⁰² Porém, alguns setores da maioria *blanca* distanciavam-se dos grupos radicais da Frente Ampla e faziam forte crítica ao MLN, assumindo postura diferente daquela da coalizão de esquerda, que tinha uma posição ambígua em relação à organização guerrilheira.

De qualquer forma, essa paridade inicial de forças no Parlamento significou um retorno *sui generis* do regime democrático, já que as MPS foram momentaneamente deixadas de lado, o movimento sindical se reativou (organizando treze greves gerais em 6 meses) e a elite política retomou a totalidade dos cargos no gabinete em detrimento do perfil tecnocrata-empresarial e desconectado dos partidos tradicionais da gestão anterior.²⁰³ Mas, rapidamente, a situação se perfilou de acordo com as expectativas imediatamente pós-eleitorais, retomando-se a espiral de violência de esquerda e de direita enquanto reforçava-se a impotência do Parlamento para frear os avanços do autoritarismo e o desmoronamento das normas de

²⁰² NAHUM, op. cit., p. 281.

²⁰³ VARELA, op. cit., p. 126.

convivência democrática.

O governo Bordaberry, como fizera o de Pacheco Areco, priorizou a luta anti-subversiva por três motivos. Primeiro, porque o MLN havia crescido em quadros ativos, em nível operativo, em armamento e em base política, desafiando não só o governo, mas os partidos tradicionais como um todo; estes reconheciam que havia limites constitucionais que exigiam a eliminação da guerrilha. Segundo, a luta contra a “subversão” era a única iniciativa em que o governo podia contar com o apoio de Ferreira Aldunate (o que não significava coincidência nos instrumentos e métodos repressivos utilizados), isolando a esquerda. Terceiro, abria espaço para a irrupção protagônica das Forças Armadas, o que mudaria a relação no quadro de forças em benefício do governo.²⁰⁴ Conseqüentemente, o confronto com o MLN se intensificou; após a trégua eleitoral, a organização guerrilheira retomou as ações armadas, o que serviu de pretexto para os excessos repressivos. Em janeiro de 1972, o MLN lançava, em Paysandú, sua “declaração de guerra”:

Al pueblo oriental lo han humillado. Lo humillaron con el hambre y la desocupación, con la estafa electoral, con la cárcel y el encierro, con la tortura y la muerte. Pero el pueblo oriental, ofendido y humillado, responde como respondieron los que antaño se alzaron en cuchillas contra la injusticia... Y en esta guerra van a temblar, porque a pobrería no tiene otra cosa que perder en esta batalla que un hambre muy vieja, y ustedes, los ricos de siempre, van a dormir inquietos. Porque les vamos a entrar en sus mansiones y en sus despensas y sus cajas fuertes. Ahora los humildes alzan su brazo armado. Y cuidado, que son muchos. Que somos muchos. Que somos todos. Y queremos patria.²⁰⁵

Alfaro lembra que o novo patamar de luta projetado pela guerrilha resultara da avaliação dos resultados eleitorais:

Hemos ganado ya el apoyo que es dable ganar en el marco de la actual línea. Es imposible ganar mayores contingentes de masa si no elevamos en cantidad y calidad el nivel de nuestra acción.²⁰⁶

Ou seja, concluía-se que, sem intensificar o confronto com o governo, tornava-se impossível atrair os setores populares ainda distantes do MLN. Enquanto isso, a aplicação da tortura pelas forças repressivas e uma intensa pugna entre o Poder Executivo e os demais poderes tornaram-se rotina. O governo respondia com a lógica “ordem *versus* subversão”, identificando como “inimigo interno” a todo cidadão que assumisse posicionamento crítico contra ele. Desta forma, o estado Uruguaio procurava, perigosamente, alijar a esquerda

²⁰⁴ Idem, p. 127.

²⁰⁵ ALFARO, op. cit., p. 25.

²⁰⁶ Idem, p. 26.

parlamentar da dinâmica política. Em fevereiro de 1972, o MLN ocupou a cidade de Soca, nas proximidades de Montevideú, e seqüestrou um integrante do “Esquadrão da Morte” (o fotógrafo e funcionário policial Nelson Bardesio).²⁰⁷ A partir do depoimento deste, o MLN forneceu informações sobre aquela organização a juízes, fiscais e legisladores e divulgou que:

Hemos demostrado del modo más palmario que el Escuadrón de la Muerte no se mueve en las sombras, ni mucho menos, se mueve desde el Ministerio del Interior, desde el Comando de las *Fuerzas Conjuntas*, desde el Gobierno. Tiene nombres y apellidos notorios; viste (o mejor, ensucia) el uniforme de las Fuerzas Armadas.²⁰⁸

No documento, registravam os nomes daqueles que foram condenados a morte pelo *Tribunal del Pueblo*. No mês de abril, ocorreu o início do desfecho. Após a fuga de quinze prisioneiros do presídio de Punta Carretas (12/04), o MLN desencadeou a ofensiva do dia 14 de abril, orientada pela avaliação de que havia necessidade de intensificar o confronto para ter maior incidência sobre a população. As conseqüências de tal decisão, entretanto, foram completamente inversas ao que era esperado. Na manhã daquele dia, os tupamaros executaram o vice-secretário do Interior, Armando Acosta y Lara, e mais três integrantes das forças repressivas, todos acusados de vinculação com o Esquadrão (fato confirmado pelas declarações de Bardesio).²⁰⁹

A resposta repressiva veio no mesmo dia, numa escalada inédita. Diversos esconderijos da guerrilha, mapeados anteriormente, foram atacados; oito tupamaros foram mortos. As ações das Forças Armadas e dos grupos paramilitares não se restringiram ao MLN; outros setores da esquerda também foram atingidos. Victor Castiglioni, diretor geral da *Dirección de Información e Inteligência* (DII), ordenou a sua equipe: “Salgan a matar. No quiero prisioneros.”²¹⁰ Entre os dias 15 e 16 de abril, dezenas de atentados perpetrados por forças paramilitares atingiram residências de diversos advogados e figuras públicas identificadas com a Frente Ampla, assim como alguns dos seus Comitês de Bairros, uma

²⁰⁷ Em cativeiro, Bardesio descreveu o esquema de controle da CIA sobre a Direção de Inteligência da Polícia e relatou como surgiu o Esquadrão da Morte, sua estrutura, o nome dos seus integrantes e suas ações. No mesmo dia 14 de abril, dia em que o MLN desencadeou ações contra os integrantes do Esquadrão, seu depoimento chegou aos senadores da Frente Ampla, os quais, ao tentar expor o grau de vinculação dessa organização com o governo, visavam evitar a aprovação do *Estado de Guerra Interno*. MARTÍNEZ, op. cit., p. 33.

²⁰⁸ *Aviso a la población*. Documento do MLN-Tupamaros de 14/04/72.

²⁰⁹ A través de cadeia de rádio e televisão, Bordaberry conclamou a população a unir-se ao governo para salvar o Uruguai da destruição e participar do enterro dos cidadãos executados pelos tupamaros (qualquer alusão ao seu pertencimento ao Esquadrão foi evidentemente evitado). Martínez acrescenta que a homenagem aos quatro mortos ocorreu na *Plaza Independencia*; posteriormente, os corpos foram levados ao *Cementerio Central* por um “[...] cortejo encabeçado por una cureña [carruagem] tirada por seis caballos blancos”. O ministro de Educação e Cultura, Julio Maria Sanguinetti, fez o discurso de despedida dos “[...] cuatro uruguayos caídos en el más glorioso de los deberes: el de servir a la patria”. [grifo do autor] MARTÍNEZ, op. cit., p. 21.

²¹⁰ CALACE, op. cit., p. 12.

imprensa, a Igreja Metodista (local onde o comando tupamaro disparara contra Acosta y Lara) e a residência do editor de *Marcha*, Carlos Quijano.²¹¹

Diante da onda de violência, a Assembléia Geral aprovou, no 15 de abril, a suspensão das garantias individuais, de acordo com os artigos 253 e 31 da Constituição,²¹² declarando o *Estado de Guerra Interno* (por 30 dias) e legitimando a repressão desencadeada contra toda oposição ao governo.²¹³ A aprovação dessa medida respondia às alegações das Forças Armadas de que “[...] la marcha de las operaciones [antissubversivas] había puesto de relieve el cúmulo de obstáculos, de diverso orden que entorpecía su acción, comprometiendo sus resultados.”²¹⁴ O governo pressionava pela aprovação dessa lei desde o dia 6 de abril. O espírito da mesma era o de criar mecanismos para enfrentar situações de conflito não contempladas pela Constitucional. Em realidade, com a aprovação do *Estado de Guerra Interno*, o Parlamento legalizou o que já acontecia de fato, ou seja, ações policiais sem necessidade de ordem judicial, interrogatórios sem prazo, suspensão de *habeas corpus*, a intervenção da Justiça Militar nos delitos políticos, a criação de novos delitos, o aumento das penas e a reclusão dos detidos em qualquer parte do país.²¹⁵ Na noite da aprovação do *Estado de Guerra Interno*, o senador Zelmar Michelini, da Frente Ampla, acusou o governo e seus representantes no Parlamento de ameaçarem com um golpe de Estado se a medida não fosse aprovada:

En la noche de hoy la Asamblea General ha trabajado no dentro de la sala sino en el Ambulatorio, con un fantasma que se ha movido permanentemente y es el fantasma de las Fuerzas Armadas exigiendo que se voten determinadas medidas porque de otra forma quién sabe lo que puede pasar [...]. Lo que yo digo, señor Presidente [da Assembléia], es que en el Ambulatorio ha estado permanentemente el fantasma de las Fuerzas Armadas. Se há dicho que si no se hacía tal cosa, las Fuerzas Armadas adoptarían tal actitud. En definitiva, há existido el fantasma y el cuco [bicho papão] del golpe de Estado.²¹⁶

Logo em seguida (17/04), ocorreu o massacre contra uma sede do PCU (*Seccional*

²¹¹ MARTÍNEZ, op. cit., p. 39.

²¹² O artigo 31 estabelecia que a segurança individual somente poderia ser suspensa com a anuência da Assembléia Geral. O artigo 253 garantia a jurisdição militar sobre delitos militares e no caso do estado de guerra.

²¹³ A Assembléia Legislativa, apesar das denúncias documentadas que implicavam às vítimas do MLN com o Esquadrão da Morte, claudicantemente declarou o 15 de abril dia de Luto Nacional (Ley Nº 10.050, Duelo Nacional, 15/04/72, R.N.L.D.). Posteriormente, em 1976, Armando Costa y Lara foi homenageado pelas Forças Armadas, através do Conselho de Estado, que conferiu seu nome a um estabelecimento de ensino público de Montevidéu. (Ley Nº 14.582, Liceo “Armando Acosta y Lara Díaz”, 11/10/76, R.N.L.D.) Certamente que associar um estabelecimento de ensino com um reconhecido integrante do Esquadrão da Morte diz, por si só, o clima vivido na época. Entretanto, esse estabelecimento de ensino, 20 anos depois do final da ditadura, continua com o mesmo nome, sinal das dificuldades produzidas pela desmemória e pelos resquícios do Terror de Estado.

²¹⁴ NAHUM, op. cit., p. 282.

²¹⁵ NAHUM, idem.; MARTÍNEZ, op. cit., p. 21.

20).²¹⁷ Oito trabalhadores, militantes do partido, foram assassinados e considerados, pelas Forças Armadas, “subversivos” mortos em enfrentamento. Nesse acontecimento, morreu um oficial do Exército, atingido pelo “fogo amigo”, mas a responsabilidade dessa morte foi imposta aos trabalhadores comunistas executados. Tudo indica que no ataque participaram homens do Esquadrão, o que poderia desresponsabilizar às Forças Armadas de uma ação cometida por organizações paramilitares. Porém, as Forças Armadas deram cobertura aos responsáveis pelo massacre, protegendo-os, obstaculizando toda informação a respeito e ameaçando testemunhas; elas consideraram a ação como “[...] se trata de actos de guerra y éstos no pueden someterse a juicio de la ciudadanía ni de la justicia civil.”²¹⁸

O MLN respondeu com mais violência no dia do Exército (18/05), abatendo 5 soldados que faziam a guarda do Comandante em Chefe. O contra-ataque foi devastador e resultou da unificação das ações anti-guerrilheiras sob comando militar cobrindo todo o país, do reforço da tortura e da criação de um clima de guerra e de terror através de comunicados na imprensa. Na época, Seregni definia essa violência como “[...] la lógica de la guerra que, una vez puesta en marcha, no puede anularse a sí misma”.²¹⁹ Em poucos meses, o MLN estava militarmente derrotado. Em julho, os partidos tradicionais (inclusive com o apoio do setor de Ferreira Aldunate) garantiram a aprovação da *Ley de Seguridad del Estado*²²⁰ ampliando as prerrogativas das medidas repressivas. Bruschera, quem considerava o *Estado de Guerra Interno* uma ficção inconstitucional, entendia que, com essa lei, o governo tentava resolver aquela ficção²²¹ colocando os delitos cometidos pela guerrilha sob jurisdição militar. Ou seja:

[...] jueces que no son jueces, sino subordinados del estamento castrense, sin idoneidad ni independencia, en procesos que no son procesos, porque faltan las garantías mínimas de la defensa (hubo una parodia indecente de defensa). Aquí no se trataba de juzgar a un

²¹⁶ MARTÍNEZ, op. cit., p. 34.

²¹⁷ Fato conhecido como *Los Fusilados de Abril* ou *La masacre del Paso Molino*. Dois dias antes, em uma operação semelhante, a sede central do PCU foi atacada durante um ato político com centenas de pessoas. Wladimir Turiansky, integrante do Comitê Executivo do PCU em 1972 relembra: “La invasión a Sierra [sede central] fue una acción premeditada y planificada. Querían que el Partido Comunista reaccionara, querían mezclarnos en actos de violencia, querían tirar más muertos sobre la mesa. La masacre iba a ser allí, pero sucedió dos días más tarde en la 20. Los dos operativos tuvieron iguales características y la misma justificación.” Martínez conclui que a ação foi um atentado frustrado ou um ensaio do ataque que ocorreria contra a *Seccional 20*. Anos depois, Turiansky concluía que fora uma ação premeditada com o objetivo fundamental de produzir respostas da mesma magnitude que justificassem o golpe de Estado: “El MLN comenzaba a caer, liquidada la subversión armada, se imponía seguir con la subversión comunista”. MARTÍNEZ, idem, p. 30 e 112.

²¹⁸ MARTÍNEZ, idem, p. 100-103.

²¹⁹ ALFARO, op. cit., p. 27.

²²⁰ Ley N° 14.068, Ley de Seguridad del Estado y el Orden Interno, 10/07/72, R.N.L.D.

²²¹ BRUSCHERA, op. cit., p. 78.

delincuente por un delito que cometió o que se presume que cometió, por un juez imparcial y técnico, sino por un subordinado del vencedor, que ejercita la venganza en lugar de la justicia. Además, era previsible lo que después ocurrió. Por ejemplo, decretar la ilegalidad del Partido Comunista y detener, procesar y condenar a cualquier ciudadano con la sola probanza o sospecha de que era afiliado o simpatizante de dicho partido, en el momento de su detención, o antes. [...] Como se trataba de actuar contra los subversivos, a los que la inmensa mayoría del país repudiaba, sólo algunos pocos paramos mientes en torno a las consecuencias del estropicio; y así fueron víctimas de él, primero los tupamaros, luego los comunistas y, después todos lo que no eran bien vistos por el Superior Gobierno.²²²

Para o senador Michelini, nada mais era do que

[...] entregar la Justicia, es decir, el poder de discernir sobre la vida, el honor, los bienes y la libertad de las gentes, a hombres que no estaban capacitados para ello, que no eran independientes, porque dependían de los mandos militares, que no tenían vocación, porque no habían estudiado para ello. Y que no tenían vocación, además, porque habían elegido otra carrera profesional.²²³

Significativamente, a aprovação dessa lei permitiu que tudo aquilo que podia ser identificado como delito cometido contra o Estado, passava para a jurisdição do Código Penal Militar como, por exemplo, atentados, serviços políticos ou militares, revelação de segredos, serviço de inteligência, sabotagens, etc. (Art. 60º). Da mesma forma, eram encarados os delitos políticos considerados terroristas: subversão, associação para delinquir, manutenção de impunidade, encobrimento, conspiração, etc. (Art. 60º - V, VI, VII e XI), uso de documentação falsa (Art. 258º e 259º), seqüestro de pessoas (Art. 138º), etc. O Poder Executivo recebeu a prerrogativa de suspender reuniões que considerasse que podiam alterar a ordem pública (Art. 5º) e exigir de instituições públicas e privadas a implantação de medidas de segurança (Art. 3º). Por outro lado, o Artigo 59º estabelecia que eram responsáveis do delito, além do autor, todos os que concorriam como provocadores, co-autores e cúmplices, ampliando o alcance e os efeitos que podia ter uma medida como essa.

Havia artigos ambíguos, imprecisos, onde tudo podia ser computado como delito, como no caso do Art. 150º, de *Asociación para delinquir* - “Los que se asociaron para cometer delitos, serán castigados por el simple hecho de la asociación (...)” -, o Art. 147º, de *Instigación pública a delinquir* - aquele que “instigare públicamente a cometer delitos, será castigado, por el sólo hecho de la instigación (...)” -, ou o 148º, de *Apología de hechos calificados como delitos*. Veja-se que é de difícil percepção o limite entre o fato de delinquir, de instigar a delinquir ou de fazer

²²² Idem.

²²³ PREGO, Omar. **Reportaje a un Golpe de Estado**. Montevideo: Suplemento - La República, 1988. p. 44.

apologia.

Além disso, havia um Capítulo III correspondente aos artigos que se referiam à tipificação dos crimes cometidos pela imprensa como a divulgação de fatos qualificados como delitos, divulgação maliciosa de notícias falsas que ocasionassem tensões junto ao público, alteração da ordem ou prejudicassem a imagem interna ou externa do governo, apologia de pessoas procuradas ou condenadas por delitos, etc. Quanto à responsabilização por esses delitos, havia uma gama de sujeitos: empresários, redatores, jornalistas, depoentes e entrevistados. O Art. 27º chega à bizarra fórmula de que: “El redactor responsable no se halla obligado a revelar el nombre del autor [do texto censurado], pero si se abstiene de hacerlo se hará efectivo el aperebimiento y se le castigará como autor del delito”.

Uma medida quase despercebida foi a contida no Art. 46º do Capítulo IV (Disposições Gerais) da lei, que suspendeu, por 4 anos, os tempos mínimos exigidos para a ascensão policial, o que significou, na prática, a promoção do inchaço de oficiais e o abandono do critério do tempo de serviço. Dois artigos do Capítulo I foram ignorados na sua aplicação. Um deles, o Art. 60º (VIII), sobre a *Asociación Usurpadora de Autoridades Públicas* dizia, literalmente, que: “Los que se asociaran para sustituir a la autoridad pública, en los casos en que a ella compete entender en la prevención o represión de actos real o presuntivamente delictuosos, por el sólo hecho de la asociación, serán castigados con pena de 2 a 12 años de penitenciaría”. Destaque-se, porém, que se desconhecem registros de que as ações das organizações paramilitares da JUP e do Esquadrão da Morte tenham sofrido a aplicação da lei bem como civis que cometeram seqüestros, atentados e crimes políticos contra militantes de esquerda, Comitês de Base, sedes estudantis e sindicais. Isso talvez ocorreu pelo fato de que, nas suas ações, não estavam substituindo a autoridade pública, e sim, a representavam, ou agiam no seu nome (embora de forma “subversiva” e ilegal).

O outro artigo a destacar é o 7º, que anunciava que:

O funcionário público encarregado da administração de um cárcere, da custódia ou do traslado de uma pessoa detida ou condenada que cometesse com ela atos arbitrários ou a submetesse a rigores não permitidos pelos regulamentos, será castigado com pena de seis meses de prisão a dois anos de penitenciaría.

Esta medida parece ser uma verdadeira peça kafkiana. Salvo raríssimas exceções, os casos de maus tratos e torturas foram generalizados, e, embora o governo se obstinasse na política de negar tais fatos, a denúncia dos mesmos tornavam sua ocorrência de domínio público. Apesar da lei, não se conhecem, no período, informações oficiais de reeducação de indivíduos que tivessem esse padrão de desvio de conduta.

A *Ley de Seguridad del Estado* conformava, portanto, o “marco legal” que legitimava a metodologia de ação das Forças Armadas e intensificou sua atuação “preventiva” e repressiva, como no caso corriqueiro das “batidas” nas residências da população. Como se pode observar, no Anexo IV (*Constancia de Allanamiento*), as unidades que participavam dessas operações impunham aos moradores, uma vez concluída tal ação, o preenchimento de um formulário padrão no qual era permitido registrar queixa sobre o procedimento militar, mas, como outra peça kafkiana, vinha com a resposta da pergunta principal impresa (veja-se a observação escrita pela própria pessoa que recebeu tal “visita”).

A escalada do autoritarismo foi facilitada pelas divergências entre os setores democráticos no Parlamento diante dessa situação, como ocorreu quando da votação dessa lei, momento em que Wilson Ferreira Aldunate fundamentava seu apoio à mesma: “Vamos a votar cosas que no nos gustan. Pagamos este duro precio a cambio de seguridad”.²²⁴ A implementação das medidas decorrentes da lei aprovada deteriorou, rapidamente, a relação entre os militares e o poder civil, levando o Parlamento a questionar os excessos institucionais das Forças Armadas. Meses depois, Ferreira Aldunate, arrependido, desabafava: “Nos equivocamos. Les dimos facultades [ao governo e às Forças Armadas] que no se usaron para aquello que se pidieron [...]”²²⁵

Em outubro, aconteceu um primeiro ato de insubordinação das Forças Armadas diante da resolução de um juiz militar que mandara libertar quatro médicos presos. Os oficiais responsáveis pela sua detenção se negaram a cumprir a ordem, gerando um impasse que repercutiu em toda a cadeia de mando e culminou com a renúncia do Ministro da Defesa e na passagem à reserva do Comandante em Chefe do Exército.²²⁶ Quer dizer, mesmo quando ocasionalmente a Justiça Militar tomava alguma medida que discrepava do entendimento dos chefes militares, impunha-se o poder destes. Carlos Quijano, através do *Marcha*, aproveitou a ocasião para explicar aos seus leitores o que ainda parecia não ser inteligível para parte dos setores democráticos - as profundas implicações do fato - enquanto escrevia ácido comentário

²²⁴ ALFARO, op. cit., p. 27.

²²⁵ NAHUM, op. cit., p. 283.

²²⁶ Assim descreve os acontecimentos, Gonzalo Varela: “La resolución de un juez militar, de liberar a cuatro médicos detenidos en un cuartel no había sido obedecida. El Ministro de Defensa [Augusto Legnani] tomó conocimiento de la situación y, en acuerdo con el presidente, dio al Comandante en Jefe del Ejército [general Gravina] la orden de acatar lo resuelto. El cuál la transmitió al jefe de la Región Militar Nº 1 [general Cristi]; éste, al comandante del cuartel en cuestión y éste, al oficial de guardia. El oficial de guardia comunicó a su superior la decisión del cuerpo de oficiales del destacamento de no obedecer. La noticia rehizo el camino como un boomerang, pero sin golpear a todos por igual. El comandante del cuartel y el Jefe de la Región Militar Nº 1 se solidarizaron con la rebelión. El ministro renunció; el Comandante en Jefe del Ejército pidió el pase a retiro; el jefe de la Región Militar y el comandante del cuartel no renunciaron. El poder militar (y con él el poder político) se había desplazado a los jefes con mando directo de tropas.” VARELA, op. cit., p. 162.

ANEXO IV

CONSTANCIA DE ALLANAMIENTO

Por la presente **JUAN BRUNO** dejo constancia, al solo efecto de
NOMBRE Y APELLIDO
 ser presentado ante las autoridades pertinentes, que en el día de la fecha fué allanado mi domicilio
 sito en la calle **Ruperto Martínez** N.º **757** a la hora **07:30** y el suscrito **no** tiene
 observaciones que formular respecto a la corrección del procedimiento realizado por el Ejército,
 para lo cual se firman dos ejemplares del mismo tenor.

Montevideo, **15 de Marzo** de 1971.

A: **Juan Padros** 878.552
 Firma y documentos de identidad de la persona que oficia de jefe de hogar.

Ruperto Pérez Martínez
TOMAS CASSELLA
 Firma del Oficial o Clase interviniente.

NOTA: Si tiene observaciones que realizar se tacha el no y
 las mismas se detallan al dorso de ambos ejemplares con
 sus correspondientes firmas.
 Un formulario quedará en manos del que oficia de Jefe
 del hogar.

ACLARACIÓN

① **JUAN PADRÓS BRUNO**
 ② **HORA 7y30 DE LA MAÑANA**
 ③ **RUPERTO PEREZ MARTINEZ**
 ④ **FECHA 15 de MARZO de 1973**
USABAN BOLETAS VIEJAS

EL SUSCRITO **NO** TIENE OBSERVACIONES QUE FORMULAR
 Y MENOS BAJO LA MIRA DE 6 EFECTIVOS MILITARES

sobre a postura do presidente diante da insubordinação dos quartéis. Quijano registrou que:

El ministro de Defensa que cabe suponer está respaldado por el Presidente de la República, jefe supremo de las Fuerzas Armadas, ordena algunas liberaciones y trasmite esa orden, para que la haga cumplir, al comandante en jefe. Éste a su vez, como corresponde a una jerarquía vertical la comunica al comando de la región. De aquí, siguiendo su curso va al cuartel donde están los encarcelados; pero, en definitiva, los presos siguen presos. ¿Dónde está el poder? ¿En el gobierno que ordena la libertad o en quienes mantienen la prisión? ¿Esta oposición gobierno poder, hasta cuándo puede mantenerse? Indefinidamente mientras el llamado gobierno se resigne a ser una ficción. [...] ²²⁷

Entre março e setembro de 1972, os militares prenderam 1.441 pessoas acusadas de subversão; requereram outras 284; mataram 38 e feriram 19. No mesmo período, sofreram 18 mortos e 25 feridos. Em setembro, anunciavam a derrota do MLN. A violência da guerrilha deu ao governo legitimidade para convencer ou neutralizar, por apatia ou temor, setores importantes da sociedade que não questionaram os excessos cometidos na luta contra a subversão. Até para os partidos políticos foi se tornando muito difícil negar aos militares suas leis de exceção. A combinação de violência guerrilheira com manipulação da informação e explicitação de ação repressiva isolou os tupamaros. O medo diante de represálias físicas ou difamatórias (“traidores”, “aliados da subversão”) foi importante fator de paralisia e um dos grandes objetivos conseguidos pelo TDE. ²²⁸

Um fato que marcou o confronto entre o MLN e as *Fuerzas Conjuntas*, nesse ano, foi o que se denominou “trégua” entre ambos inimigos. ²²⁹ Em meados do ano, se formaram, dentro de alguns quartéis, estranhas comissões de trabalho “[...] donde, conjuntamente, Tupamaros y militares procesaban información en torno a ilícitos económicos que involucraban a importantes figuras del elenco político.” ²³⁰ Algumas declarações proferidas no interior das Forças Armadas preocupavam seus apoiadores; por exemplo, a do brigadeiro José

²²⁷ QUIJANO, Carlos. “Confusiones peligrosas”. *Marcha*, 27/10/72, p. 7.

²²⁸ ALFARO, op. cit., p. 27. NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHON, op. cit., p. 86.

²²⁹ Desde meados de 1972 os líderes guerrilheiros presos receberam sinais para estabelecer conversações ao redor de dois temas: o fim do confronto, negociando algum tipo de rendição do MLN, e os denominados ilícitos econômicos. Houve permissão, inclusive, para a saída externa de uma liderança para contatar a direção na clandestinidade. Durante alguns meses, os tupamaros passaram aos militares informação sobre a rede de corrupção que envolvia empresários, políticos e setores do governo. Segundo alguns relatos, parecia um acelerado curso de conscientização dos militares envolvidos. Em troca, a aplicação da tortura nas prisões havia parado durante esse período. A “trégua” parecia confirmar que havia setores militares interessados na moralização do país e no combate à sonegação e ao enriquecimento ilegal. Aparentemente, esses objetivos aproximavam-nos do MLN. De qualquer forma, esse processo acabou bloqueado. Tudo indica que fazia parte de uma disputa interna nas Forças Armadas que concluiu com a vitória da linha dura. A situação dos tupamaros presos voltou a piorar e parte dos militares que trabalharam com eles caíram em desgraça e foram afastados.

²³⁰ ALFARO, op. cit., p. 27.

Jaume: “Tan enemigos como los Tupamaros son los agiotistas, los usureros, los contrabandistas, los especuladores y los estafadores del Erario Público”.²³¹

La corrupción pasaba a ser considerada como causa profunda de la sedición y ello parecía imprimir un alcance inesperado a la lucha antissubversiva. Esta nueva inquietud de las FFAA tenía como protagonistas a ciertos sectores de la oficialidad joven que, encargada de las tareas concretas de la represión, habría tomado conciencia de la problemática nacional a través de los interrogatorios a los detenidos. [...] como cabeza visible de la nueva tendencia, aparecía el coronel Trabal [...] como artífice del dispositivo de inteligencia que provocó el desmantelamiento del MLN. En este contexto, algunos sectores del ejército impulsaron un intento de efectiva represión de ilícitos, siendo su expresión más espectacular la detención de Jorge Batlle que permaneció durante algunos días en dependencias de un cuartel.²³²

Tal fato não teve maiores desdobramentos pessoais, mas enfraqueceu a base política de apoio a Bordaberry, pois os três ministros da corrente de Jorge Batlle renunciaram ao gabinete.

Os acontecimentos vinculados à “trégua” surpreenderam o mundo político, especialmente à oposição. Começou-se a falar da existência de uma corrente “peruanista”²³³ dentro das Forças Armadas uruguaias. Isto induziu a leituras, interpretações e expectativas que depois se mostraram equivocadas, obtusas.²³⁴ Caula & Silva²³⁵ consideram que o “encontro de trabalho” resultante da trégua, resultou em uma espécie de “tupamarização das Forças Armadas” e apontam que essa interpretação conseguiu simpatizantes inclusive entre os círculos militares, como cita o capitão Trócoli:

La gran paradoja a analizar es cómo el MLN, en franca retirada, vió desde el cautiverio y habiendo conocido su enemigo, otra forma de llevar a cabo su guerra política, otra forma de alcanzar sus objetivos: realizando una especie de alianza con su enemigo táctico.²³⁶

O tenente coronel Queirolo faria uma posterior autocrítica a respeito dessa atitude de alguns integrantes da oficialidade das Forças Armadas:

²³¹ Idem.

²³² Idem, p. 28.

²³³ O termo *peruanistas* se refere ao grupo de militares que, em 1968, sob a liderança do general Velasco Alvarado, no Peru, iniciou um governo marcado pela nacionalização do petróleo, reforma agrária, criação de empresas de propriedade social e uma política externa independente e terceiro-mundista. Em função dessa postura, virou sinônimo de militares de cunho nacionalistas ou reformistas (independente de terem perfil autoritário). No cenário prévio ao golpe de Estado, no Uruguai, especulava-se sobre a existência de um grupo militar com esse perfil (os oficiais mais citados eram Gregorio Alvarez e Ramón Trabal).

²³⁴ Algumas lideranças do MLN justificaram essa trégua como necessidade de parar, mesmo que temporariamente, a “máquina” (tortura), que estava devastando a organização.

²³⁵ CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. **Alto el fuego 2. La Logia de los Tenientes de Hitler**. Montevideo: Rosebud Ediciones, 1997.

²³⁶ TRÓCCOLI, Jorge Néstor. **La ira de Leviatán. Del método de la furia a la búsqueda de la paz**.

Creo que se cometieron algunos errores por parte de oficiales muy tiernos en aquella época, que estaban descubriendo un mundo nuevo. Y, muy vivos los líderes do MLN, los embalaron para que fueran para el lado de los ilícitos económicos.²³⁷

3.4.2 – A ascensão militar ao poder

O profissionalismo e o abstencionismo são características que marcaram as Forças Armadas uruguaias até os anos 60, quando se intensificaram os cursos de formação para oficiais ditados pelo Pentágono, no marco da estratégia continental para os exércitos latino-americanos, a qual impulsionava uma nova concepção das funções militares. Nelson Caula & Alberto Silva discordam da tese de que os soldados fossem despolitizados até o advento da ditadura.²³⁸ Os autores retrocedem aos anos 40 para registrar a presença de lojas militares onde certos setores conspiravam contra as instituições democráticas.²³⁹ Seu protagonismo, portanto, era perceptível desde antes dos anos 60-70, bem como anterior ao surgimento das organizações armadas. Selva Lopez Chirico²⁴⁰ acrescenta que o marco para a análise da ação das Forças Armadas na conjuntura do Uruguai nos anos 70, foi o processo de elaboração e de exportação da DSN, por parte dos EUA, logo após o início da Guerra Fria. Mas considera que no Uruguai tal fato só teve impacto quando se aprofundou a crise resultante do esgotamento econômico e esta se combinou com a intensificação da mobilização popular e sindical, o surgimento da guerrilha urbana e a unificação política das esquerdas na Frente Ampla. Mesmo assim, ela é enfática:

toda discussão sobre a ante-sala do autoritarismo militar nos anos setenta deve começar com a alusão à DSN que, trazida dos Estados Unidos, introduz a concepção do inimigo interno durante a Guerra Fria - o ‘comunismo internacional’ - dentro de fronteiras, convertendo-o no inimigo interno.²⁴¹

Assim, foca-se o marco de mudança no comportamento institucional das Forças Armadas em meados dos anos 60, discordando, nesse sentido, de Caula & Silva. López

Montevideo: Revista Tres, 1996. p. 81.

²³⁷ CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. **Alto el fuego 2. La Logia de los Tenientes de Hitler**. Op. cit., p. 141.

²³⁸ Idem, p. 63.

²³⁹ Em meados de 1965, tornou-se pública a existência da loja “Tenentes de Artigas”. Segundo Caula & Silva, a mesma se caracterizou pelo perfil conspirativo, clandestino, subversivo, e dela fizeram parte muitos dos comandantes golpistas dos anos 70. Idem, p. 64.

²⁴⁰ LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Uruguai 1985-1993. Estrategia e tática da reprodução militar no pós-ditadura**. Tese de Doutorado. Campinas/SP, 1995.

²⁴¹ Idem, p. 28.

Chirico esclarece ainda que a importação da DSN ocorreu, num primeiro momento, sob intermediação brasileira²⁴² e, posteriormente, a relação se estabeleceu diretamente com a própria matriz (estadunidense), mediante os fluxos do pan-americanismo e da Guerra Fria.²⁴³

A assimilação dos ensinamentos da luta contra-insurgente exigiu a maximização da estrutura de inteligência para a detecção do “inimigo interno”, o que aproximou as tarefas militares das policiais, precedente que preparou o terreno para a posterior centralização de comando nas *Fuerzas Conjuntas*. Paralelamente, desenvolveram-se atividades que foram inseridas no marco da “ação cívica” visando melhorar a imagem pública das Forças Armadas, dissociando-as do caráter mais repressivo e tornando-as mais presentes no envolvimento em atividades de infra-estrutura física (construção de pontes, aeroportos, estradas, represas). Estas atividades foram associadas à própria trajetória do então presidente, o general Gestido, detentor de longa folha corrida de serviços comunitários e de salvação civil. Havia um esforço em tornar extensivas, ao conjunto das mesmas, suas características pessoais de honestidade, austeridade, eficiência e disciplina.²⁴⁴ Era a época em que as Forças Armadas ainda se regiam pelas diretrizes da Lei Orgânica Militar de 1941, que, no seu Art. 1º, dizia:

El Ejército Nacional tiene por misión esencial defender el honor, la independencia y la paz de la República, la integridad de su territorio, su Constitución y sus leyes, debiendo actuar siempre bajo el mando superior del Presidente de la República [...].²⁴⁵

Essa lei foi substituída por uma nova *Ley Orgánica Militar*, em 1974, que, de acordo com os novos tempos, determinava:

Art. 1º - Las Fuerzas Armadas son el nucleo básico de la población organizado para planificar y ejecutar los actos militares que impone la Defensa Nacional.

Art. 2º - Su misión fundamental consiste en dar la Seguridad Nacional exterior o interior.²⁴⁶

Portanto, cabia às Forças Armadas assumir, como tarefa primeira e fundamental, a defesa da SN.

Um dado que reflete a evolução da ascensão do protagonismo militar na década de

²⁴² José Luis Ramagli, militar uruguaio do setor de informações, estudou na Escola de Comando e Estado Maior do Brasil e divulgou as concepções brasileiras nos cursos de oficiais do Instituto Militar de Estudos Superiores, dos qual virou diretor entre 1964 e 1966. GINESTA apud LÓPEZ CHIRICO, idem, p. 29.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional**. Bases de la Historia Uruguaya, n° 23. Montevideo: Las Bases, s. d., p. 24.

²⁴⁵ LEY N° 10.050, *Ley Orgánica Militar*, 27/09/1941. R.N.L.D.

²⁴⁶ LEY N° 14.157, *Ley Orgánica Militar*, 05/03/1974. R.N.L.D.

70 refere-se ao crescimento do número de efetivos vinculado ao emprego crescente da violência contra as tensões sociais do país. Os dados levantados por López Chirico mostram que os setores vinculados à defesa da SN passaram de 42.235 (1970) para 49.235 (1973) e 64.303 1978. Simultaneamente, criaram-se novas unidades, fruto da reestruturação modernizadora orientada pelos EUA.²⁴⁷

Lopez Chirico também afirma que, entre 1970 e 1973, a ajuda militar anual do governo dos EUA havia aumentado de US\$ 1,9 milhões para US\$ 6 milhões e que a média de venda de material militar, entre 1970 e 1972, foi 17 vezes superior à média do período 1950-1969. Da mesma forma, registrou-se importante crescimento do fluxo de militares nas escolas de treinamento militar estadunidenses. Por outro lado, a fundação da *Escuela Superior de Seguridad y Defensa Nacional* (ESEDENA), em 1978, visou a conformação de uma elite civil-militar apta para administrar os assuntos de Estado e especializada em disciplinas relacionadas ao exercício do governo dentro dos marcos da “segurança para o desenvolvimento”.²⁴⁸

Embora a presença da influência militar dos EUA no Uruguai seja anterior - assim como a participação de oficiais uruguaios nos diversos cursos ministrados pelo Exército estadunidense -, foi durante a gestão de Pacheco Areco que as Forças Armadas foram chamadas a cuidar de novas tarefas: a manutenção da ordem interna e a defesa do sistema econômico, social e político, iniciando um processo de sobreposição das funções militares e políticas das Forças Armadas e produzindo tensões entre o poder civil e o militar. Particularmente, em setembro de 1971, como já foi visto, após a fuga massiva do presídio de Punta Carretas, os militares receberam do presidente Pacheco Areco a tarefa de elaborar e executar um Plano de Operações destinado a acabar com a subversão, o que lhes permitiu maior autonomia de ação para definir sua estratégia política, fortemente inspirada na DSN.²⁴⁹ A Resolução Nº 1 (secreta) do Plano de Operações da *Junta de Comandantes em Jefe* estabelecia como objetivo político: a) a luta militar contra a subversão, desmantelando a guerrilha urbana como passo imediato; b) a inserção das novas funções militares de *seguridad nacional* no sistema político e no ordenamento constitucional.²⁵⁰

O atendimento da convocação de defender a SN produziu a ênfase repressiva contra o

²⁴⁷ López Chirico conclui que o aumento de efetivos e a criação de novas unidades estão relacionadas com a ênfase das tarefas de “ação cívica” e com a guerra “irregular” e suas exigências de comunicações, mobilidade e controle de motins urbanos. LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Uruguai 1985-1993. Estratégia e tática da reprodução militar no pós-ditadura**. Op. cit., p. 35.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ ALFARO, op. cit., p. 25; NAHUM, op. cit., p. 285.

²⁵⁰ AMARILLO, María del Huerto. **El ascenso al poder de las Fuerzas Armadas**. Cuadernos Paz y Justicia 1.

“inimigo interno”, pautada na doutrina contra-insurgente, e também o fortalecimento dos setores “duros” no interior das Forças Armadas; ou seja, aqueles que assumiram a luta contra-subversiva (deslocando os setores reconhecidos como “constitucionalistas”) e que estavam mais influenciados pelas diretrizes que emanavam majoritariamente da DSN, mas também pelas doutrinas repressivas da França (contra os revolucionários argelinos).

O fator repressão consolidou a fusão dos grupos “duros” com os governos Pacheco Areco e Bordaberry; a vitória militar contra o MLN significou, definitivamente, a perda de influência dos militares “constitucionalistas” dentro de cada uma das armas. Na prática, a maior parte deles acabou na reserva, por opção, pressão ou instrumentalização das regras de ascensão militar pelos setores vinculados organicamente ao governo. Alguns daqueles militares foram associados à “subversão” e acabaram presos; o caso mais emblemático foi o do general Seregni e do grupo militar que o havia acompanhado na opção pela Frente Ampla. Portanto, a crise no interior das Forças Armadas se resolveu em favor dos setores mais alinhados à DSN; seu resultado deixava como saldo da depuração interna “[...] un colectivo más cohesionado, homogéneo, autónomo y consustanciado con su función coercitiva”.²⁵¹

Em contrapartida, o fortalecimento do fator militar com a vitória sobre o MLN enfraqueceu, consideravelmente, o sistema político, percebido, cada vez mais, como uma estrutura inoperante, desarticulada e débil.²⁵² As Forças Armadas, desde sua irrupção no cenário político, procuraram discernir duas categorias de inimigos. Por um lado, os indivíduos associados com crimes de “subversão”, ou seja, “[...] todos aquellos actos o situaciones, ajenos al derecho público al estilo de vida autóctono y a la básica escala de valores morales que deterioran el ordenamiento institucional, social, moral y económico nacional.”²⁵³ Por outro lado, aqueles indivíduos reconhecidos como sediciosos, especificidade subversiva constituída pelo conjunto de ações que “[...] pretende alterar el mencionado ordenamiento empleando medios violentos, o bien por la lucha armada”.²⁵⁴

Isso significa reconhecer que as organizações armadas constituíram a “sedição” a ser enfrentada pelas Forças Armadas quando convocadas pelo presidente Pacheco Areco. Entretanto, a própria DSN orientou para a flexibilização da figura do “inimigo interno” de forma a garantir a necessária permanência do novo protagonismo dos militares. Em outras

Montevideo: SERPAJ, 1986. p. 30.

²⁵¹ LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional.** Bases de la Historia Uruguaya, n° 23. Montevideo: Las Bases, s. d., p. 25.

²⁵² NAHUM, op. cit., p. 284.

²⁵³ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. **Las Fuerzas Armadas al pueblo Oriental.** T II. **El proceso político.** Op. cit., p. 79.

²⁵⁴ Idem, p. 80.

palavras, a “sedição” foi compreendida como sendo a organização armada da “subversão”. As forças de segurança uruguaias reconheceram que

[...] ha existido en el país una sedición que ha sido contrarrestada por las FF.AA. en el terreno meramente militar, pero continúa existiendo una subversión, nadie puede negarlo, que afecta directamente la seguridad nacional. Así, pues, de acuerdo a la función y misión expresadas, las FF.AA. están obligadas a empeñar hasta el último de sus esfuerzos para combatir y extirpar la subversión.²⁵⁵

A ampliação do horizonte a procura de novos alvos “subversivos” é uma tentativa de convencimento da opinião pública já que, segundo os objetivos originários, a derrota da “sedição” (leia-se organizações armadas), significava a perda da legitimidade da permanência do protagonismo militar no plano político.²⁵⁶ A necessidade de autojustificar-se levou as Forças Armadas a criar fatos que pudessem ser avalizados por parcelas da opinião pública uruguaia, como no caso do crime contra os oito trabalhadores comunistas da 20ª Seccional, identificados como parte de um dispositivo militar do PCU (ou seja, operativos sediciosos), o que poderia ser melhor aceito pela sociedade. Daí a versão oficial de que estavam entrincheirados e responderam com armas de fogo (fato comprovadamente falso) ao cerco repressivo. Da mesma forma, devem ser colocadas as ondas repressivas contra o exílio uruguaio na Argentina, sobretudo a partir de 1976. Independente disso, após o golpe de Estado promovido por Bordaberry e seus associados militares, a fronteira entre a identificação entre “subversivo” ou “sedicioso” se diluiu e se confundiu, tornando-se, na prática, irrelevante.

O conceito subversão chega a ser tão amplo quanto ambíguo, como se constata numa reunião de sub-oficiais em agosto de 1972, onde os participantes

[...] manifiestan su profundo repudio a cualquier forma de subversión, ya sea la que empuña las armas para asesinar cobardemente, la que espolia la economía nacional, la que usurpa al pueblo el producto de su trabajo, la que lleva a la corrupción moral, administrativa y/o política, la que practica el agio y la especulación en desmedro de la población o la que compromete la soberanía nacional.²⁵⁷

No mesmo ano de 1972, um documento das Forças Armadas tornado público no Parlamento confirmava sua pretensão de aumentar seu rol protagônico na direção política do país ao diagnosticar a crise econômica e a deterioração de valores morais como fatores

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ AMARILLO, op. cit., p. 45.

²⁵⁷ LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad**

perturbadores da estabilidade social, numa crítica aguda ao próprio Poder Executivo ao qual estavam subordinadas, de “[...] una conducción política que responde a intereses particulares sin buscar las grandes soluciones nacionales”.²⁵⁸

Lopez Chirico destaca que, simultaneamente a explicitação de objetivos de ordem política, as Forças Armadas começaram a marcar posição defendendo um perigoso processo de autonomização das suas ações diante dos Poderes Legislativo, Judiciário e até do Executivo. Para tanto, lembra do caso dos quatro médicos torturados e libertados pela Justiça Militar, ordem desobedecida pela linha de comando (fato citado no item anterior), o que mostra os limites entre uma tênue legalidade e a força e vontade repressiva em fase de autonomização dos marcos jurídicos. Trata-se de um claro sintoma de uma ação que aponta para a crescente insubordinação diante do sistema político como um todo, inclusive, diante do próprio Poder Executivo.²⁵⁹

Essa tendência se acentuou ainda mais em fins de 1972, com a consolidação da vitória militar sobre o MLN, com a expansão e pressão dos militares e também com a claudicante atitude dos partidos políticos:

La falta de coesión de las fuerzas políticas opositoras al militarismo, la incapacidad de concertar una estrategia de defensa común del régimen democrático y los escasos impulsos de fidelidad al sistema gravitaban en el quiebre de la democracia y el ascenso al poder de los militares.²⁶⁰

A persistência das Forças Armadas em desobedecer ao presidente, ultrapassando os limites constitucionais estabelecidos e frente à hesitação de Bordaberry em enquadrá-las, fez com que, no Parlamento, legisladores insatisfeitos pela permissividade do Poder Executivo começassem a levantar a hipótese de substituição do presidente. Dentro dessa conjuntura, uma nova sublevação do Exército ocorreu em fevereiro de 1973, contra a nomeação do general Francese para o Ministério da Defesa. Francese era homem de confiança de Bordaberry e havia recebido a ordem de “frear os militares”.²⁶¹ Para Bruschera, “[...] los mandos militares no admitieron que su superior jerárquico pudiera ser otro que el que ellos decidieran.”²⁶² Nesse quadro, o Exército e a Força Aérea se insurgiram contra tal medida, enquanto a Marinha assumiu uma posição legalista ao lado de Bordaberry. Tal fato é digno de menção pois foi a única vez que

Nacional. Op. cit., p. 26.

²⁵⁸ Idem, p. 27.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ AMARILLO apud ALFARO, op. cit., p. 28.

²⁶¹ LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional.** Op. cit., p. 27.

²⁶² BRUSCHERA, op. cit., p. 79.

houve divergência de tamanha relevância entre as distintas armas. Os líderes da insubordinação se comunicaram com a população através de um comunicado veiculado por cadeia nacional de rádio e televisão, onde “[...] han decidido desconocer las órdenes del Ministro de Defensa Nacional, Gral. Francese al mismo tiempo que sugerir al señor Presidente de la República la conveniencia de su relevo.”²⁶³

Bordaberry, então, decidiu conclamar a cidadania a defender suas instituições. Concretamente, “[...] ni la población, ni el Parlamento, ni los partidos políticos acudieron al llamado de un Presidente por quien nadie se sintió representado.”²⁶⁴ Até porque, “[...] el Presidente no tenía credibilidad alguna y era tan o más golpista que los sublevados.”²⁶⁵ Carlos Quijano, por sua vez, ironizava:

¿Donde estaban los casi doscientos ochenta y un mil ciudadanos que votaron en Montevideo por el coloradismo en la elección de 1971? ¿Donde, los ciento sesenta mil largos, que dentro del coloradismo, sufragaron por el *pachequibordaberrismo*? ¿Por qué algunos miles de ellos no salieron a defender “la constitución y las instituciones” y a solidarizarse con el presidente [...]? ¿Por qué no se dejaron ver los [...] celosos defensores de la legalidad, acérrimos cruzados de la anti-subversión? [...] ¿No fue el de estos días un plebiscito por ausencia?²⁶⁶

O próprio Bordaberry acabou reconhecendo este fato patético de chamar a cidadania para defender a democracia, pedido que sequer seus eleitores atenderam:

En febrero de 1973 me sentí solo. Cuando las Fuerzas Armadas desacataron el nombramiento del nuevo Ministro de Defensa, yo hablé por cadena de radio y televisión. Convoqué, entonces, al pueblo y a los Partidos Políticos. Pero a la Plaza Independencia no fueron más de cincuenta personas. [...] la ciudadanía fue indiferente a lo que estaba pasando. Si es que alguien sabe exactamente lo que es un golpe de estado, hay que afirmar que se produjo el 9 de febrero ante la indiferencia general.²⁶⁷

Advertindo que Bordaberry não conseguia negociar apoio político nem mobilizar seus simpatizantes, o Exército publicitou os Comunicados 4 e 7 uma espécie de sugestões de medidas para que o país pudesse superar a crise. Nos Comunicados, foi apresentado um diagnóstico sobre a situação do país e proposições que continham certo teor desenvolvimentista, o que confundiu, ainda mais, parte de uma esquerda que ainda não havia compreendido o significado da frustrada “trégua” das Forças Armadas com o MLN. Por

²⁶³ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 91.

²⁶⁴ ALFARO, op. cit., p. 29.

²⁶⁵ BRUSCHERA, op. cit., p. 79.

²⁶⁶ QUIJANO, Carlos. La era de los militares. *Marcha*, 16/02/73. In: CUADERNOS DE MARCHA. **Carlos Quijano. Escritos Políticos I**. Montevideo: Marcha. Tercera época, año I, n° 2, julio 1985.

²⁶⁷ CAMPODÓNICO, op. cit., p. 80.

exemplo, uma das idéias que confundiam os setores democráticos estava implícita no quarto item do Comunicado N° 4:

Los integrantes de las FF.AA. a todos los niveles, tomaron consciencia plena de la problemática que afecta al país, a través de su participación en el quehacer nacional ocurrida en el último año y han valorado la gravedad de la situación, la que exige una reacción firme, con la participación honesta de todos los sectores del pueblo uruguayo, porque en su defecto irremediamente se llegará al caos total.²⁶⁸

Há uma questão fundamental explícita na expressão “tomaron consciencia de la problemática que afecta al país”. Duas inferências parecem imediatamente pertinentes. A primeira e mais óbvia é a que permite apontar que ela resulta da descoberta da real gravidade do desafio representado pelo MLN. Entretanto, tem-se demonstrado que o início da evolução do protagonismo das Forças Armadas foi anterior a essa descoberta; paralelamente, o próprio MLN já tinha uma trajetória e um peso na dinâmica da sociedade bem conhecido, inclusive (e principalmente), pelas Forças Armadas - através dos seus sistemas de inteligência, do intercâmbio de informação com os EUA e os países vizinhos e da própria preparação recebida através dos mecanismos de “pentagonização”. Mesmo que a falta de informação induzisse a pensar nessa hipótese, ela podia ser rejeitada com relativa eficiência pelo Parlamento e imprensa, a qual ainda sobrevivia ao crivo da censura. Portanto, a “tomada de consciência” não podia referir-se à guerrilha. O que sim parece estar por detrás, e esta é a segunda inferência possível, é que, em decorrência do combate à subversão e da necessidade de compreender suas origens, seus postulados e seus questionamentos, as Forças Armadas passaram a relacionar-se com a dinâmica social a partir de uma perspectiva diferente (fora das simplificações do anticomunismo e da DSN); assim, entraram em contato com uma realidade que desconheciam e da qual tomaram consciência pelas conversações com os tupamaros sobre problemas estruturais do país (corrupção, negócios ilícitos, favorecimentos, etc).²⁶⁹ Contudo, deve enfatizar-se: esta é uma interpretação que resulta dos comunicados e de um contexto muito complexo, onde pouco se conhecia sobre a relação de forças e o peso das correntes de pensamento no interior das Forças Armadas.

A CNT e a Frente Ampla foram mais longe na avaliação dessa postura. Entendiam

²⁶⁸ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. *Las Fuerzas Armadas al pueblo Oriental*. T II. *El proceso político*. Op. cit., p. 88.

²⁶⁹ Um dos objetivos do Comunicado N° 4 tinha o seguinte enunciado: “Atacar con la mayor decisión y energía los ilícitos de carácter económico y la corrupción donde se encuentre, procurando que la moral privada y pública nuevamente constituya un elemento principal en la personalidad del hombre uruguayo, creando a los efectos, tribunales especiales para tratar en la materia y dando participación decisiva a los Comandos Militares en el esclarecimiento de los hechos dada su grave incidencia en los problemas de seguridad interna.” Idem, p. 89.

que certas posições das Forças Armadas apresentavam coincidências com a plataforma defendida pelo movimento popular quanto a certos objetivos de reforma econômico-social: combate ao desemprego; redistribuição da terra; resgate da dívida externa; desenvolvimento energético do país e da infra-estrutura viária; combate aos monopólios; controle público da produção; participação dos trabalhadores na direção das empresas; incremento nos ingressos dos setores mais prejudicados; aumento das fontes de trabalho; etc.²⁷⁰ Portanto, a CNT reconhecia, publicamente, que algumas das preocupações presentes nos Comunicados 4 e 7 coincidiam com as reivindicações dos trabalhadores e identificava, assim, o que parecia ser manifestação de setores “peruanistas” nas Forças Armadas. Diante do impasse criado, a Frente Ampla defendia a tese de que só a renúncia de Bordaberry possibilitaria uma solução constitucional, enquanto que Ferreira Aldunate contactava o Comandante da Marinha, Juan José Zorrilla - o qual, como constitucionalista, se posicionara junto a Bordaberry -, e exigia novas eleições. Já o Partido Comunista lançava a consigna de que a contradição fundamental não era entre poder civil e poder militar, e sim entre oligarquia e povo, sendo que “[...] dentro de éste caben indudablemente todos los militares patriotas que están con la causa del pueblo, para terminar con el dominio de la rosca oligárquica.”²⁷¹ Para Virginia Martínez, alguns políticos não só identificavam proximidade entre as posições dos militares com as da esquerda como apostavam em não insistir nas denúncias sobre os excessos repressivos - para não fortalecer os setores mais reacionários das Forças Armadas - enquanto se defrontavam com o governo Bordaberry. Tinham a expectativa de que os que haviam redigido aos comunicados fossem maioria e tivessem realmente vontade de mudança. Se, dentro da instituição militar, existiam correntes progressistas, era o caso de apoiá-las e fortalecê-las, mas não fustigá-las.²⁷²

O combativo senador Zelmar Michelini é outro que fez uma valorização positiva da posição das forças insubordinadas e dos Comunicados 4 e 7 (após o golpe, fez sua autocrítica²⁷³). Lembrou que o Ministro da Defesa, nomeado pelo Presidente e fortemente

²⁷⁰ ALFARO, op. cit., p. 29; LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional.** Op. cit., p. 27.

²⁷¹ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 92.

²⁷² Wladimir Turiansky, destacado dirigente do PCU, afirma que: “[...] confiábamos en la existencia dentro de las Fuerzas Armadas de sectores no golpistas, progresistas. Tuvimos un exceso de ingenuidad. Creímos que existía la posibilidad de que ese grupo tuviera algún peso. Por eso éramos muy cuidadosos en el manejo público de la información, para no debilitar a esos sectores”. (MARTÍNEZ, op. cit., p. 112) “Creíamos que el sector peruanista [...] tenía peso. Que era una fuerza real [...] aquella que puede influir y transformar la realidad, pero la verdad es que si existieron, no tenían capacidad de mando ni peso en las decisiones militares.” Idem, p. 128.

²⁷³ “Se ha sostenido que algunos militares eran pro-peruanistas, se ha sostenido que los sucesos de febrero, con los comunicados 4 y 7 indicaban una sensibilidad distinta o una ideología diferente. Todo esto puede ser cierto, en alguna medida. Preo no lo es en lo fundamental. El Ejército mantiene su verticalidad y las fuerzas [armadas], con tal de no romper la unidad de las armas, no están dispuestas a hacer sentir su discordia, su disenso [...]”.

questionado pelo Exército e pela Força Aérea, general Francese, fora homem de confiança de Pacheco Areco e vinculado à aplicação das MPS. Portanto, devia considerar-se o fato de que as “[...] fuerzas armadas del Uruguay se nieguen a servir bajo las órdenes de un militar a qui se acusa de obligar al ejército a ser en el pasado reciente el brazo armado de intereses económicos y políticos ajenos al interés nacional”. Para Michelini, tal fato indicava que, nas Forças Armadas, havia “[...] una toma de conciencia que merece aprobación, una madurez de juicio que no vacila en reconocer como propios los argumentos que ayer sostenían aparentes enemigos.”²⁷⁴

Quijano, desde o primeiro momento, questionou fortemente as interpretações “positivas” que setores progressistas e democráticos faziam sobre os comunicados militares. No início de um editorial de *Marcha* intitulado *La era de los militares*, de 16 de fevereiro de 1973, perguntava à queima roupa: “Miremos a nuestro alrededor y ordenemos los hechos. ¿O es que los orientales todavía vamos a seguir mintiéndonos, tomando los deseos por realidades y arropándonos con grandes y vacías palabras?”²⁷⁵

Enquanto a confusão reinava nas interpretações da esquerda, a própria *Junta de Comandantes em Jefe* se manifestou esvaziando qualquer ilusão ao respeito. O teor da sua mensagem corroborou a interpretação de Quijano. Para dirimir dúvidas, a Junta esclareceu: “Si bien la CNT reconocía la identidad de sus objetivos con los expresados por las FFAA en sus Comunicados 4 e 7, éstas entendían que los caminos preconizados por ambas instituciones son irreconciliables”.²⁷⁶ [grifo meu]

O dirigente sindical e do PCU, Wladimir Turiansky, ao lembrar de uma entrevista da CNT com os comandantes militares daquela época, aponta que, enquanto alguns deles, aparentemente, se mostravam dispostos a incorporar algumas reivindicações dos trabalhadores no programa que elaboravam, outros se mostraram muito refratários, como o general Gregório Alvarez (que já fora reconhecido como “peruanista”). Ao final da reunião, este explicitou aos delegados da CNT: “Todo muy bien con el programa, pero lo primero va a se limpiar todo esto, limpiarlo de antipatrias, de subversivos, de corruptos y de putos.”²⁷⁷ Tais

Y en cuanto a que hubiese militares pro-peruanistas, que pudiesen encontrar probanza en lo que fueron los comunicados 4 y 7, podemos admitirlo. Pero esto no pasó sino de un esbozo, de un intento y, en definitiva, fueron copados por las fuerzas mayoritarias que representaban los gorilas al estilo brasileño y que, además, tenían en sus manos el mando de tropas.” MICHELINI apud PREGO, 1988, p. 47.

²⁷⁴ MICHELINI, Zelmari. **Siempre el pueblo**. Documento Político n° 1. Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1985, p. 21.

²⁷⁵ QUIJANO, Carlos. *La era de los militares*. *Marcha*, 16/02/73. In: CUADERNOS DE MARCHA. **Carlos Quijano. Escritos Políticos I**. Op. cit.

²⁷⁶ ALFARO, op. cit., p. 30.

²⁷⁷ MARTINEZ, op. cit., p. 128.

ameaças reforçavam a postura do senador *colorado* Amílcar Vasconcellos - uma das poucas vozes, junto a Carlos Quijano, que se mostrava contrária ao teor das manifestações anteriores. Vasconcellos assumiu fortemente a defesa das instituições, mesmo que isso representasse colocar-se do lado de Bordaberry:

“Es necesario colaborar con el Presidente de la República como lo haríamos [...] con cualquier Presidente correctamente elegido por la democracia de este país, [sea] de nuestra simpatía, de nuestra antipatía o de otro partido, porque con ello nos va la permanencia de las instituciones”.²⁷⁸

Entretanto, apesar dos lúcidos alertas de Vasconcellos e Quijano, não surpreende que tantos políticos e movimentos sociais democráticos tenham se confundido ao interpretar algumas das medidas que os militares defendiam nos Comunicados 4 e 7. Até porque tratava-se de um documento oficial que, divulgado no meio de uma crise institucional profunda, ensejava cautela. Por isso, é interessante a análise do cientista político Gerónimo de Sierra, o qual parte do entendimento de que o que consta nos documentos confundiu os contemporâneos; sendo assim, analisou o que não constava dos mesmos, como forma de entender o espírito norteador dos mesmos. Segundo Gerónimo de Sierra, os Comunicados 4 e 7 nada diziam a respeito da

[...] destrucción sistemática de las libertades democráticas; graves violaciones de los derechos humanos; papel que cabría a las organizaciones políticas y sindicales existentes dentro de este nuevo contexto; lineamientos a seguir en la Enseñanza donde [já] se había implantado, en enero, la Ley General de Educación [...] que terminaba [...] con las autonomías de Primaria, Secundaria y UTU.²⁷⁹

Ou seja, através das lacunas “presentes”, intencionais ou casuais, de questões centrais do cotidiano daquele contexto, era possível prever certos cenários ou, pelo menos, desconfiar daqueles propostos.

A presença de preocupações desenvolvimentistas nos comunicados pode entender-se como a existência de uma relação de forças conjunturais rapidamente dirimida na pugna interna militar. Para ele, isto explicaria o porquê de um distanciamento tão grande entre as ações desencadeadas e as posições assumidas, posteriormente, pelas Forças Armadas. Não se trataria, portanto, de postura confusa das Forças Armadas, e sim da existência de contradições ou projetos de matizes diferentes. O afastamento do setor defensor daquelas medidas expressava a superação da contradição e justificava, evidentemente, o posterior abandono

²⁷⁸ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 93.

²⁷⁹ DE SIERRA apud ALFARO, op. cit., p. 29.

daquele teor desenvolvimentista originariamente presente. Muitos protagonistas destes momentos atribuem a autoria do texto de tais comunicados²⁸⁰ ao coronel Trabal, homem chave no combate ao MLN e protagonista das negociações que ocorreram durante a “trégua de 1972, momento em que a organização guerrilheira forneceu dados e documentos sobre os ilícitos econômicos que, naquela oportunidade, parecem ter servido de ponto de encontro entre os tupamaros e os militares percebidos como de orientação “peruanista”. Com a configuração do golpe, Trabal perdeu espaço na nova dinâmica política e acabou executado, em Paris, onde cumpria funções de adido militar.²⁸¹

Independente das interpretações divergentes a respeito daqueles acontecimentos, o posterior memorando das Forças Armadas de 11 de fevereiro, base das negociações com Bordaberry, dava o tom das reais intenções das mesmas; aqueles objetivos considerados “progressistas” sequer constavam, e a ênfase foi colocada nos aspectos repressivos: promulgação de leis de *Seguridad del Estado*, de regulamentação sindical e de ensino, medidas destinadas a controlar a mobilização dos setores populares. Este memorando é a real carta de intenções políticas das Forças Armadas, pois extrapolava suas funções históricas e assumia o protagonismo alimentado pelas orientações da DSN:

[As Forças Armadas] salen de su espacio habitual para desempeñar una tarea represiva, dirigida no solamente contra el enemigo “interno” armado - yá derrotado por esa época - sino contra todo el movimiento popular.²⁸²

Avaliação diferente fazem Caula & Silva, os quais entendem que há nos Comunicados 4 e 7 “[...] una matriz socializante y que son hijos dilectos de la que quizás haya sido la más gravitante acción de la guerrilla en el quehacer nacional [grifo dos autores].²⁸³ Tal reconhecimento não significa a aceitação da idéia de que os Comunicados resultavam de um consenso entre os militares, mas, ao contrário, de divergências onde havia grupos “conscientizados” pelo MLN - ao ponto de, em outra obra, em função desses acontecimentos,

²⁸⁰ Bordaberry acredita que os Comunicados foram elaborados desde o ESMACO por gente vinculada ao general Gregório Alvarez, talvez pelo general Raimundez e pelo coronel Martinez, da Força Aérea (este último, braço direito de Álvarez). CAMPODÓNICO, op. cit., p. 90.

²⁸¹ Trabal foi enviado como Adido Militar da Embaixada na França, onde veio a sofrer um atentado mortal que o regime identificou de autoria subversiva (dando margem a nova onda repressiva); tudo indica que, em realidade, Trabal foi vítima de um comando vinculado à Operação Condor. Seu assassinato configurou-se como queima de arquivo ou eliminação de alguém que, por divergências internas, dentro do sistema, tornara-se incômodo. Tudo o que envolve este militar e sua morte ainda são tema de muita especulação, embora já existam alguns trabalhos pontuais, como o de Sergio Israel.

²⁸² LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional**. Op. cit., p. 27.

²⁸³ CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. **Alto el fuego. La Logia de los tenientes de Hitler**. Op. cit., p. 141.

os autores utilizarem a expressão *tupamarización* das Forças Armadas.²⁸⁴.

Após dias de enorme tensão, negociou-se uma saída: o Pacto de Boiso Lanza. O mesmo significava a claudicação de Bordaberry e a inserção das Forças Armadas no sistema político - mediante a co-participação militar na condução do Estado através de um novo organismo, o *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA),²⁸⁵ que assessoraria o presidente em matéria de SN. Como a Bordaberry

[...] sólo le interessaba conservar la investidura formal, solucionó el conflicto [...] por el que defenestraba al militar que él mismo había llamado al ministerio de Defensa Nacional [o general Francese] y lo substituía por alguien tan flexible, que sólo había que indicarle con el dedo, donde debía firmar.”²⁸⁶

Abriam-se, aos militares, as portas da administração e direção de entes autônomos e serviços descentralizados, assim como ministérios, configurando a implantação de um regime que, formalmente, governavam os civis, entretanto, de fato, os militares se haviam aquinhado de boa parte do poder. O próprio Bordaberry reconhece que, após o Pacto de Boiso Lanza, teve sua autoridade enfraquecida, como comprovava na questão das promoções militares: “Después del febrero del 73, cuando los militares tomaron para sí los ascensos, cuando ellos mismos los hacían, me los proponían, por cierto, pero ya venían preparados.”²⁸⁷

A partir dos resultados das negociações entre Bordaberry e o comando militar, preservava-se a permanência do primeiro como presidente, mas a um custo altíssimo, como mostra a charge de Francisco Graells (Anexo V). Pelo *Marcha*, Quijano havia sentenciado:

Según la Constitución y la ley, el jefe de las Fuerzas Armadas es el Presidente de la república. Y entre sus elementales potestades tiene la de designar a los ministros, a todos los ministros, incluido, claro está, el de Defensa. [...] ¿Cómo califican a este acto [a sublevação do Exército e da Força Aérea à nomeação de Francese] los códigos, las leyes y demás? ¿Cómo lo castigan? ¿Sólo merece el título de subversión la otra, la derrotada? [...] Para sobrevivir, el señor Bordaberry pierde las razones de vivir. La opción, sin embargo, no era dudosa: resistir o demitir. Eligió someterse. Prefirió el emparchado a la decisión. Para él, según se desprende de sus propias palabras, lo fundamental es durar hasta el término de su mandato, aunque su mandato, penda de un hilo que no está en sus manos y aunque el poder consiguiente sólo ejerza, menos del que le compete o poco o nada.²⁸⁸

²⁸⁴ CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. **Alto el fuego. FF.AA. y Tupamaros**. 3ª ed. Montevideo: Monte Sexto, 1986. p. 185.

²⁸⁵ O COSENA era integrado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Defesa, Interior, Relações Exteriores e Economia, o Diretor da Oficina de Planejamento e Orçamento, pelos Comandantes em Chefe das três armas e pelo Chefe do Estado Maior das *Fuerzas Conjuntas*.

²⁸⁶ BRUSCHERA, op. cit., p. 79.

²⁸⁷ CAMPODÓNICO, op. cit., p. 63.

²⁸⁸ QUIJANO, Carlos. La era de los militares. *Marcha*, 16/02/73. In: CUADERNOS DE MARCHA. **Carlos Quijano. Escritos Políticos I**. Op. cit.

ANEXO V



Presidente Bordaberry, após os acontecimentos de fevereiro de 1973

Charge de Francisco Graells

Fonte: *Marcha*, 16/02/73.

Oscar Bruschera (que, naquele contexto, também acreditava em setores “peruanistas”²⁸⁹) concluiu que em Boiso Lanza finalizou “[...] la pre-dictadura y comenzó la era militar, que sólo unos pocos meses después, con el beneplácito y el impulso del Sr. Presidente, tomó su verdadera forma, el 27 de junio de 1973.”²⁹⁰ No editorial já citado, Quijano era preciso:

Todo se ha subvertido tanto, tanto se ha manoseado y prostituido, que ya no existen constitución, leyes, instituciones. Lo que debía ser, fue: el colapso. [...] lo que está en juego es todavía algo más substancial y hondo [...]. La cuestión es simple; va más allá del respecto o no de la constitución, del mantenimiento o no de las instituciones; de la permanencia o no de un presidente; se trata de que el poder militar, lo quieran o no lo quieran, quienes lo ejercen, ha substituido al poder político. En todo lo que va del siglo [...] nunca ocurrió nada semejante. [...] lo comprendan o no los orientales, lo quieran o no los protagonistas, una nueva era se abrió en esta tierra. La era de los militares que puede durar no poco.²⁹¹

E, ao referir-se à solidão do intelectual diante da confusa expectativa gerada entre os setores democráticos e a esquerda pelo enfrentamento militar contra Bordaberry, o mesmo Quijano encerra, amarguradamente:

Tiempos hay para todo. Tiempo para quedar solo, también. No sería la primera vez. Puede si que sea la última. Pero eso no importa. Otros verán lo que nos fue negado o no supimos conquistar.²⁹²

Gonzalo Varela coincide com essa reflexão e acrescenta que a crise de fevereiro foi o início do período conhecido como *golpe en cámara lenta* (que durou até o final de junho), nesse período, preparou-se a dissolução do Parlamento pelo presidente - o qual estava associado às Forças Armadas contra a elite política, que, tardia e inutilmente, tentou resistir.²⁹³ No mês de março, o Poder Executivo encaminhou a Assembléia Geral um projeto de “Consolidação da Paz” (lei do *Estado peligroso*) que aprofundava os traços repressivos. Tal pedido era justificado com a afirmação de que militarmente a subversão havia sido derrotada, mas que a organização ainda subsistia e podia ser reativada. A solicitação mostrou um visível contra-senso; se a subversão já estava militarmente derrotada - como reconhecia o governo -, para que se queriam mais

²⁸⁹ “Nos equivocamos obnubilados por la creencia de que había un solo enfrentamiento valedero, entre oligarquía y pueblo. [...] cometimos dos erros: el admitir la presencia castrense, que ya era más que una tutela, porque el fusil es omnímodo; y segundo, no advertir que se inauguraba realmente la era militar y el desplazamiento efectivo del poder civil.” BRUSCHERA, op. cit., p. 82.

²⁹⁰ Idem, p. 80.

²⁹¹ QUIJANO, Carlos. La era de los militares. *Marcha*, 16/02/73. In: CUADERNOS DE MARCHA. **Carlos Quijano. Escritos Políticos I.** Op. cit.

²⁹² Idem.

²⁹³ VARELA, op. cit., p. 162.

prerrogativas legais para a ação repressiva? Aqui cabe retomar o alerta permanente exigido pela DSN e a instrumentalização flexível do conceito de “inimigo interno”. Não só se devia eliminar os últimos resquícios do velho inimigo guerrilheiro, como deviam ser tomadas medidas preventivas para evitar o surgimento futuro de novos focos de contestação em outros espaços sociais (estabelecimentos de ensino, sindicatos, organizações de bairros), o que incluía “acompanhar” o comportamento dos partidos políticos e dos políticos de oposição, assim como das organizações sociais, particularmente os estudantes e os trabalhadores. Todo fato podia ser motivo de desconfiança e de repressão estatal (Anexo VI).

O motivo que precipitou os eventos foi o pedido de cassação, feito pelo Poder Executivo, do senador frente-amplista Enrique Erro, acusado de estar envolvido com o MLN. A pressão do governo sobre o Parlamento se intensificou. Finalmente, a Câmara de Representantes, profundamente dividida, rejeitou a solicitação do governo (49 a 48 votos), fato que definiu o assalto final sobre a democracia. A atitude do Parlamento foi vista como provocação subversiva. Diante disso,

[...] el 27 de junio, el Poder Ejecutivo decretó la disolución de las Cámaras y su substitución por un Consejo de Estado. Se disolvieron también las Juntas Departamentales, se estableció la censura de prensa y se limitó el derecho de reunión. La dictadura militar comenzaba su marcha.²⁹⁴

Meses depois, consumado o golpe, Ferreira Aldunate reconhecia o equívoco do sistema político quando, em relação aos Comunicados 4 e 7, avaliara que existiam setores “peruanistas” no meio dos núcleos duros (identificados como golpistas ou “brasileiros”), no interior do Exército. O golpe de junho enterrava essa interpretação:

“El símbolo de todo esto es la entrada a las siete de la mañana [no dia do golpe] al Palacio Legislativo, tomados de la mano, del Brasil y del Perú. Porque el general Gregorio Alvarez [“peruanista”] y el general Esteban Christi [“brasileiro”] entraron juntos al Palacio.”²⁹⁵

Tardiamente, dirimiram-se todas as dúvidas: em realidade, os Comunicados 4 e 7 apenas fomentaram a confusão entre os setores democráticos; a percepção da existência de setores progressistas no interior das Forças Armadas não passara de ilusão.

Um dado importante na hora de aferir a percepção das forças em confronto, na época dos acontecimentos. Em diversos momentos, tem se destacado a existência ou não de setores “peruanistas” nas Forças Armadas uruguaias. Os acontecimentos parecem rejeitar esta tese.

²⁹⁴ NAHUM; FREGA; MARONNA; TROCHÓN, op. cit., p. 95.

²⁹⁵ FERREIRA ALDUNATE apud PREGO, op. cit., p. 20.

ANEXO VI

*Encapuchados*

Alusão à intensificação do TDE há poucos dias do golpe de Estado.

Fonte: *Marcha*, 23/06/73.

Mas o que interessa aqui é registrar que, se há uma alusão a militares “peruanistas” (dentro dos marcos do que aparece como positivo na experiência de Velasco Alvarado no Peru), ela é colocada como contraponto à maioria da oficialidade uruguaia (a linha dura), considerada como aderente à experiência da ditadura brasileira. As simpatias, motivações e conexões em relação a ela se foram consolidando durante toda a década de 60, mesmo em situações de tensão entre ambos os países. Entre elas, podem ser destacadas a interferência, mais ou menos velada, na política interna uruguaia: as pressões sobre os exilados brasileiros; a presença de agentes do “Esquadrão da Morte” de Fleury e do SNI; as derivações do seqüestro de Dias Gomide; a Operação Trinta Horas; a ajuda militar e econômica aos governos de Pacheco Areco e de Bordaberry; etc. O fato é que, na época, o regime brasileiro era diretamente associado com o que de mais repressivo e mais vinculado ao imperialismo estadunidense havia na região. Nas páginas de *Marcha* registraram-se permanentes alusões ao *gorilismo*¹ e ao *sub-imperialismo* do Brasil, sendo que muitas delas foram elaboradas por exilados brasileiros. Por isso, não surpreende essa contraposição entre “peruanistas” (militares de perfil progressista, antiimperialista e/ou popular) e “brasileiros” (militares associados à DSN, à repressão, à oligarquia e aos EUA). Trata-se de um sentimento muito forte, certamente cultivado pelas simpatias que aquele regime dedicava a boa parte da cúpula militar uruguaia e ao próprio Bordaberry. Por isso, não surpreende quando, no momento do golpe, no meio de tantas frustrações, se fazem essas alusões.

Como ilustração, podem ser arrolados alguns trechos retirados das entrevistas realizadas por Omar Prego na sua obra *Reportaje a un Golpe de Estado*. Por exemplo, o senador do PDC, Juan Pablo Terra, entrevistado após o golpe, acusou Bordaberry pela sua “obsessão repressiva” e sua admiração obtusa pela ditadura brasileira. Ao comentar a Greve Geral (que tentou frustrar o golpe), disse: “Los trabajadores están librando una espléndida batalla en defensa de sus derechos y de las mejores tradiciones del país. Tienen que saber estos abrasilados que el Uruguay no es el Brasil” [grifo meu].² Zelmar Michelini, ao comentar sobre os Comunicados 4 e 7, reconheceu que o controle dos mandos de tropas era de “gorilas al estilo brasileño” [grifo meu].³ Finalmente, ao lembrar a metáfora de Wilson Ferreira Aldunate quando diz que, na hora em que os golpistas invadiram o Parlamento, nele entraram de mãos dadas Brasil e Peru (ou seja, o pretense “peruanista” Alvarez e o

¹ Ligado à truculência e ao uso da força. Nos anos 60, é um sinônimo dos militares golpistas. O desenho de um gorila fardado, geralmente descomunal, violento e pavoroso é recorrente nos núcleos de denúncia e/ou resistência de todo o continente.

² Idem, p. 26.

³ Idem, p. 47.

reconhecido “brasileiro” Christi).⁴

De qualquer forma, pode-se tentar avaliar até onde houve participação brasileira no golpe de Estado. O Presidente da Câmara de Deputados, Héctor Gutierrez Ruiz, identificou, no golpe, uma certa referência a um “esquema brasileiro”:

[...] el esquema brasileño es algo evidentemente importante en nuestro golpe de Estado. [...] Pienso que Itamaraty se ha movido sabiendo que tenía a su disposición un material muy dúctil, muy propicio a ellos. Algunos amigos nos preguntan: ‘¿Ha habido presencia brasileña?’ Y mi respuesta es que sí, que hubo presencia brasileña. Pero lo que ha habido es una vocación – de los militares, de Bordaberry – de refugiarse junto al régimen brasileño. No olvidemos que cuando asumió el poder, el señor Juan María Bordaberry expresó su solidaridad intelectual con el régimen brasileño.⁵

Independente dos excessos de linguagem e da emoção e subjetividade existentes e produzidos pelos acontecimentos, deve-se compreender o papel do Brasil na região desde 1964 e a forma como ameaça a autonomia e a soberania dos países vizinhos, principalmente os que apresentavam graus de fermentação social e política tão acentuada como o Uruguai dos anos 60. Portanto, a percepção da associação, direta ou indireta, entre os setores golpistas e o regime brasileiro pode ser exagerado e talvez impreciso na questão pontual de junho de 1973. Todavia, resulta de uma realidade concreta.

3.4.3 - O desfecho do “Golpe em Câmera Lenta”

No dia 27 de junho de 1973, unidades militares posicionaram-se estrategicamente em Montevideú, assumiram o controle dos meios de comunicação e ocuparam o Palácio Legislativo. A seguir, o presidente Bordaberry comunicava à população a dissolução do Parlamento e a instalação de um Conselho de Estado. As autoridades departamentais (eleitas) foram substituídas (nenhuma pertencia à Frente Ampla) e as empresas públicas foram intervidas. O ex-presidente Pacheco Areco, desde a Embaixada do Uruguai, na Espanha, aderiu ao golpe e anunciou o apoio da sua corrente política. Os demais setores *colorados* rejeitaram a ação e os *blancos* de Ferreira Aldunate procuraram articular-se, como resistência, com a Frente Ampla. O motivo pontual do golpe foi o pedido de cassação, do senador Enrique Erro, feito pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo. Alegava-se que o mesmo tinha ligações com o MLN. Em realidade, Erro era visado por ser

⁴ Idem, p. 20.

⁵ Idem, p. 55.

responsável pelas contundentes denúncias contra o governo e as Forças Armadas. Após delicadas e tensas deliberações, o Parlamento se pronunciou contra o pedido.

A CNT reagiu imediatamente e conclamou a Greve Geral; os locais de trabalho foram ocupados, bem como os prédios da Universidade e os *liceos*. Diante dessa reação, o governo decretou a dissolução da CNT e ordenou a detenção imediata dos seus dirigentes, acusando-os de subversão. A escalada de detenções, entre as quais as do presidente da Frente Ampla, Líber Seregni, obrigou, inclusive, a utilizar um estádio coberto (o *Cilindro Municipal*) como centro de reclusão.

Durante duas semanas, os trabalhadores enfrentaram o golpe de Estado com a Greve Geral. Porém, embora as significativas mobilizações e a tenaz resistência popular, a disparidade de forças se tornou um fator de desequilíbrio favorável aos setores golpistas. A direção da CNT, na clandestinidade, avaliou a dureza do enfrentamento, a tendência dos acontecimentos e o custo pago pelo movimento operário. Dividida entre a continuação da resistência a qualquer preço e o recuo tático para recompor forças e tentar retomar a luta, em uma conjuntura mais favorável, decidiu-se pela desmobilização dos grupos que ainda persistiam nessa hipótese. A verdade é que as possibilidades de retomar a luta após a recomposição de forças esfumou-se rapidamente. A dinâmica repressiva desencadeada pelo governo impediu qualquer articulação. A CNT foi declarada ilegal, as greves foram proibidas e impôs-se uma nova legislação sindical que acabou com qualquer ilusão de retomada de ação ou autonomia do movimento sindical.

O encerramento da greve, por parte da CNT, inviabilizou a sobrevivência de uma resistência democrática e significou uma importante descompressão para o novo regime.⁶ Neutralizada a CNT e a liderança da Frente Ampla, a ditadura continuou identificando novos alvos. Nesse sentido, rapidamente dissolveu partidos e organizações políticas de esquerda (PCU, PSU, *26 de Marzo*, *Unión Popular*) e suspendeu as atividades políticas dos demais. Na área do Ensino, destituiu professores, fechou institutos de formação docente e interveio na Universidade após uma eleição cujo resultado contrariou os interesses do novo regime. Inúmeras organizações estudantis foram dissolvidas.

Uma intensa propaganda oficial foi desencadeada nos meios de comunicação: *Póngale el hombro al Uruguay*. Curioso jogo de palavras e fatos. Pacheco Areco, pouco anos antes, em nome da defesa da Segurança Nacional do país, dissera que enfrentava a subversão de “peito aberto”; buscando galvanizar apoio a partir de uma imagem de força; mas de nada adiantou: foi constitucionalmente rejeitado. Com um tom militar que parecia mais uma

ordem, seus sucessores golpistas convocaram a população a *poner el hombro al Uruguay*. Considerando-se o espírito daqueles tempos, é possível inferir que quem não respondesse tal convocação poderia ser visto como antipatriota. Logo, estava ameaçado de cair na vala comum do “inimigo interno”, de ser o próximo da fila ou, em definitivo, ser estocado para quando se precisasse de outros candidatos para desempenhar esse que era o papel protagônico mais cultuado e valorizado da DSN e dos seus administradores. Sem delongas, o novo regime decidiu estender a identificação de inimigo a todo aquele que divergia do processo de reestruturação político e econômico que conduziam Bordaberry e as Forças Armadas.

Secundariamente, um rumor muito forte percorreu alguns círculos políticos e ecoou no exterior: a colaboração de tropas brasileiras nos eventos do golpe de Estado. Bordaberry nega tais insinuações; ele acredita que a origem das mesmas se encontra em denúncias equivocadas feitas por Ferreira Aldunate em Buenos Aires, a partir de informação transmitida por fonte confusa ou desinformada e contextualizada naquelas tensas jornadas.⁷

Apesar da aparente obviedade, parece cabível reforçar que Juan María Bordaberry continuava utilizando o cargo de Presidente do Uruguai e que, portanto, promoveu um autogolpe; ou seja, o presidente Bordaberry, eleito democraticamente, foi derrubado pelo ditador Bordaberry, mantido, rigorosamente, pelas Forças Armadas, enquanto eram fechadas as instituições democráticas e atropelavam-se as liberdades e o Estado de direito.

Também é instrutivo ver os malabarismos discursivos de Bordaberry, na hora de justificar o golpe, ao resgatar as “surradas” mas sempre eficientes ameaças da agressão externa e do “inimigo interno”. Ao lembrar e comparar, naquele contexto, as situações de Uruguai e do Chile, o ex-ditador é muito preciso:

Uruguay y Chile soportaron la misma agresión nacida en la decisión de Fidel Castro de exportar la revolución a Argentina, a Bolivia, a Chile y a Uruguay. Incluso a Brasil, pero en este país resolvieron el problema bien a la brasileña, los detuvieron a todos y los mandaron para Suecia, así se terminó con el peligro, no pasó más nada. Es necesario insistir en que la agresión que se dio contra Chile fue la misma que tuvimos que sufrir nosotros en Uruguay. Y que después también se vivió en la Argentina. Era evidente que había un enemigo común.⁸

⁶ NAHUM, op. cit., 1995, p. 130.

⁷ Segundo Bordaberry, o Exército comprara algumas camionetas no Brasil; estas haviam sido pintadas de verde. Segundo sua versão, para economizar no transporte de navio, mandaram-se motoristas ao Brasil para que as trouxessem por terra. Logo, o que Ferreira Aldunate denunciou como uma invasão de veículos com militares brasileiros era, em realidade, diz Bordaberry, camionetas do Exército uruguaio. CAMPODÓNICO, Miguel Angel. **Antes del silencio. Bordaberry. Memorias de un presidente**. Montevideo: Lunardi y Risso, 2003. p. 112.

⁸ Idem, p. 138.

Dentro da polêmica sobre o momento particular do golpe de Estado, Caula & Silva reafirmavam que, efetivamente, o mesmo ocorreu no 27 de junho de 1973 e não em fevereiro, no momento em que os militares impuseram o Pacto de Boiso Lanza.⁹ Os autores reconhecem, mesmo assim, que, com esse fato, se cometeram agressões contra as liberdades públicas e se intensificou a presença militar; porém, alegam que não se pode esquecer que continuava existindo um Poder Judicial, um Poder Legislativo (mesmo que acudados) e uma Central Sindical, que, apesar das perseguições, ainda mantinha capacidade de mobilização. Lembram ainda que tanto o *Estado de Guerra Interno* como a cassação do senador Erro foram votados livremente. Este quadro das instituições fragilizadas mudou, na sua essência, no final de junho de 1973.¹⁰

Para Milita Alfaro, o golpe se inicia

[...] en los desajustes estructurales que, presentes en nuestra realidad desde fines de la década del 50, conducirán a la crisis política que se hace irreversible en 1972. En esa conyuntura, la amenaza de la guerrilla desencadena la “ingobernabilidad” y el vacío de poder latentes desde tiempo atrás en el sistema, creando las condiciones para la inserción creciente de las FFAA en el aparato estatal, de acuerdo con las “nuevas funciones” que les asignaba la Doctrina de la Seguridad Nacional.¹¹

Quijano, por sua vez, apontava a importância da administração Pacheco Areco no amadurecimento da espiral autoritária: “El señor Pacheco bien pronto (junio de 1968), a pretexto de combatir la subversión, implantó el estado de sitio que mantuvo, con algún breve intervalo, durante todo el período de su gobierno y continúa hasta hoy.”¹² O golpe foi visto, por muitos setores, como o amadurecimento de uma série de fatores que estavam marcando e tensionando a frágil democracia há alguns anos. Um documento exemplar, nesse sentido, foi o *Manifiesto del Consejo de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*, publicado 2 dias após o golpe e que, além de dissecar a fundo as arbitrariedades que os governos Pacheco e Bordaberry foram acumulando, anunciou o surgimento de uma postura de banalização e/ou rotinização por parte da população diante do poder discricionário. Destacamos alguns trechos, no que diz respeito à evolução da espiral autoritária:

[Há] una continuidad indudable desde el punto de vista político en el proceso que comienza en diciembre de 1967, cuando el Poder Ejecutivo de la época,

⁹ CAULA; SILVA, op. cit., p. 197.

¹⁰ “Bordaberry no empezó en febrero a cogobernar con los militares; ya lo venía haciendo desde antes, lo que hizo fue estrechar un programa elaborado por militares, avanzar hacia un objetivo, despojar la última máscara de legalidad que sustentaba el país: dar [...] un golpe de estado, [...] un 27 de junio de 1973”. Idem, p. 198.

¹¹ ALFARO, op. cit., p. 31.

¹² QUIJANO, Carlos. **Los golpes de Estado (1973)**. Volumen II. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989. p. 317.

encabezado desde hacía pocos días por el señor Jorge Pacheco Areco, dispuso ilegal y inconstitucionalmente la clausura de varios periódicos y organizaciones políticas. Junio de 1968, a su vez, marcó el inicio de la aplicación de medidas prontas de seguridad, con un alcance y una intensidad jamás vistos en la Historia de la República, determinando que el Poder Ejecutivo sustituyera de hecho, en todos los planos en los que ello le pareció oportuno, al Poder Legislativo y al Poder Judicial, pues dictó normas que derogaron o suspendieron leyes, y resolvió por sí ante sí las controversias derivadas de su aplicación – además de continuar ejerciendo competencias de administración y de ejecución, especialmente en el plano de las libertades y derechos fundamentales, con notorio abuso de las atribuciones que se le han conferido. El Uruguay comenzó a habituarse a las muertes de los estudiantes baleados por la policía; a las torturas, practicadas cada vez con más profusión de técnicas, pero desde el principio con la misma barbarie y el mismo desprecio por la dignidad humana; a la presencia masiva de efectivos armados patrullando las calles; a la necesidad de transitar munido de una completa documentación para no ser arrestado, y la inseguridad más total aun en ese caso; a las clausuras de periódicos, a los diarios con espacios en blanco por la censura. Nuestro pueblo se iba acostumbrando a la reiterada y cotidiana violación de todos los derechos humanos.¹³

Por outro lado, se a presença cada vez mais decisiva das Forças Armadas estava vinculada ao golpe de Estado, então não há como dissociar o papel e o comportamento do MLN desse processo, já que sua ofensiva de abril de 1972 caiu como uma luva para as pretensões do governo de intensificar a repressão. Embora seja verdade que a organização estava militarmente derrotada antes do golpe (o que esvazia o argumento de que o mesmo foi necessário para enfrentar e derrotar a organização), é inegável que o fortalecimento dos militares e sua ascensão ao poder foram impulsionados pela necessidade de enfrentar, em certo momento, a guerrilha urbana. Ao longo de 1972, o desafio desta e a crise do sistema político criaram as condições para a ascensão das Forças Armadas ao poder.¹⁴

Carlos Quijano escreveu sobre os sangrentos acontecimentos de abril de 1972, antecipando o futuro cada vez mais próximo do TDE:

Otra vez los cortejos fúnebres, transidos y tensos. Vivimos para enterrar a nuestros muertos y en el desolado acecho de los que puedan caer. Montevideo es ahora la ciudad de la angustia incierta. Angustia que es cifra de todas las angustias. Como en territorio ocupado, se está atento al golpe despiadado, sigiloso o aleve. Pero sobre este fondo vitando de persecución, torturas, y asesinatos, nada puede construirse. La muerte nos ha ganado. Hay que vencer a la muerte que ha llegado a ser dueña y señora de nuestro quehacer. Porque el país se nos ha ido ya de las manos y el tiempo de reconquistarlo no admite espera. Mientras enterramos a nuestros muertos, con ellos vamos enterrando al Uruguay.¹⁵

¹³ Manifiesto del Consejo de Facultad de Derecho y Ciencias Sociales (29/06/73). In: PREGO, Omar. **Reportaje a un Golpe de Estado**. Montevideo: Suplemento - La República, 1988. p. 67.

¹⁴ ALFARO, op. cit., p. 25.

¹⁵ QUIJANO apud MARTÍNEZ, op. cit., p. 79.

É correto afirmar que os partidos políticos não participaram nem avalizaram o golpe (com exceção da corrente pachequista). Mas foram ineficientes para evitar que ele se confirmasse; *blancos* e *colorados*, concederam aos militares funções que lhes escapavam reconhecendo prerrogativas que, mesmo temporárias, se confirmaram como permanentes.¹⁶

A insubordinação militar de fevereiro de 1973 tornara complexa a evolução do processo. A postura ambígua, confusa e dividida da esquerda e dos setores democráticos diante daquela situação tornou mais perceptível, para os setores golpistas das Forças Armadas, as enormes dificuldades dos políticos para orientarem-se de forma coerente em questões que deviam ser de consenso, como a defesa da democracia, da Constituição e da figura do Presidente da República. Bordaberry consegue captar a contradição daquelas forças que historicamente vinham reafirmando, de forma convicta, seus compromissos com a democracia:

No hubo ni una huelga, no hubo manifestaciones de ninguna clase. Trataron de leer los Comunicados 4 y 7 de un modo favorable y, incluso, dieron pasos de aproximación a las Fuerzas Armadas. [...] la izquierda que en febrero no había hecho nada para oponerse a los planteamientos de los militares [...], en junio de 1973 declaró la huelga general por tiempo indeterminado.¹⁷

Bordaberry constata a postura diferente de setores da sociedade civil e política nos eventos de fevereiro e de junho de 1973, mas poderia ampliar seu horizonte de reflexão e contribuir para o debate se também fizesse sua autocrítica no sentido de tentar entender e explicar por que a sociedade uruguaia tinha tanta dificuldade em identificá-lo ou associá-lo à democracia, à Constituição e à própria Presidência da República.

A negativa do Parlamento em cassar o senador Enrique Erro leva Bordaberry a refletir. Nas suas memórias, reconhece que a posição do Parlamento diante dessa questão, não justificava, em si, a quebra da ordem institucional do país. Mas considera que “[...] fue la razón circunstancial que culminó un largo proceso de enfrentamientos [entre governo e Parlamento].” Ele assume que coincidia com aquela solicitação pois “[...] resultaba inadmisibile que, desde tiempo atrás, legisladores que, obviamente, gozaban de los privilegios que les daban los fueros parlamentarios, aprovecharan su condición para mantener conversaciones con los tupamaros, es decir, con sediciosos que actuaban al margen de la ley.”¹⁸

Carlos Quijano, em um artigo em que analisava o posterior afastamento de

¹⁶ NAHUM, op. cit., p. 283.

¹⁷ CAMPODÓNICO, op. cit., p. 93.

¹⁸ Idem, op. cit., p. 106.

Bordaberry (em 1976), concluía a respeito dos acontecimientos de 1973:

[...] el golpe de estado formal fue, sí, el 27 de junio. La caída de las instituciones se consumó antes: el 9 de febrero de 1973. Ese día hubo un pronunciamiento militar que hizo retroceder a Uruguay cien años. [...] De las instituciones civiles quedó sólo la cáscara. Comenzó la era militar. Cuatro meses más tarde, el 27 de junio, la cáscara se convirtió en polvo. [...] Uruguay olvidó, lo indujeron a que olvidara, que el poder militar tiene que inclinarse ante el poder civil y que esta norma sabia es de todos los tiempos y latitudes.¹⁹

Por sua vez, Bordaberry insiste em que, institucionalmente, nada mudou naquelas jornadas de fevereiro:

Se ha pretendido que la solución hallada (la aceptación de las condiciones fijadas por los jefes del pronunciamiento) cercenaría las instituciones. Nada de eso existe. Todas las instituciones de la República permanecen intactas; el Poder Ejecutivo tiene la plenitud de sus facultades, el Parlamento goza de todos sus fueros y la justicia de su independencia; los derechos y garantías individuales están en vigencia; las corporaciones autónomas están regidas por sus leyes; el orden jurídico rige en su totalidad y se aplica a todos los habitantes sin excepciones. [...] sólo entregaré la responsabilidad presidencial a mi sucesor electo libremente en los comicios que se realizarán en la fecha que marca la Constitución.²⁰

Porém, é Quijano quem, na época, percebia com clareza a situação:

[Bordaberry] Mentía y sabía que mentía. Tres meses y algunos días más se pasaron, y el 27 de junio, la ficción se derrumbó. Bordaberry, por orden superior, cerró el Parlamento, proscribió a los partidos políticos, clausuró a los sindicatos, anuló todo derecho individual y ya no habló de elecciones ni de sucesores.²¹

O mesmo Quijano, em outro momento, talvez influenciado pelo fato de analisar os acontecimentos com um certo distanciamento temporal e geográfico -estava no seu exílio mexicano -, ao analisar os eventos que levaram ao golpe, reavaliou o peso do aspecto externo:

El golpe estaba conectado con el que iba a darse en Chile y es presumible [...] que lo haya apresurado la situación en Argentina. El proceso que por entonces se desarrollaba en este país, marchaba a contramano del proyecto imperial y perturbaba los planes de los conspiradores vernáculos, planes que en Chile estaban muy en sazón.
¿Qué se traía entre manos ese peronismo que volvía después de diez y ocho años de ostracismo y, desde el primer momento, decretaba amnistía y reanudaba relaciones con Cuba [...]? La reaparición de la democracia en

¹⁹ “El despido de Bordaberry. Réquiem para nadie.” Publicado originalmente pelo jornal mexicano *Excelsior* em 14/06/76. In: QUIJANO, C. **Los golpes de Estado (1973)**. Vol. II. Montevideo: Cámara de Representantes / República Oriental del Uruguay, 1989. p. 321.

²⁰ Idem.

²¹ Idem, p. 322.

Argentina rompía la alianza dictatorial del Cono Sur introduciendo en la zona un peligroso factor de desequilibrio. Había que actuar, antes de que el gobierno de Cámpora se organizara, antes de que Allende pudiera contar con nuevo respaldo.

Cámpora asume la presidencia el 25 de mayo. Un mes después, el 27 de junio, Bordaberry [...] da el golpe en Uruguay. Apenas pasan cuarenta e ocho horas y se produce en Chile el “Tancazo”, ensayo general de la tragedia que conoceremos el 11 de septiembre.²²

Argentina queda advertida y cercada. Las dictaduras están apostadas en todas las fronteras. En Bolivia, Banzer; en Paraguay, Stroessner; en Brasil, Garrastazú Médici y la logia militar; en Uruguay, otra logia militar sin rostro, pero que se sirve de un mascarón. [...] ²³

Conhecendo os textos e a trajetória de Carlos Quijano, pode-se afirmar que não se explica um processo político tão complexo como este somente a partir de uma variável, e, sim, na articulação de várias delas. Seus textos o confirmam. Porém, cabe ressaltar, até pela sua dimensão intelectual, o reconhecimento que dá a uma conjuntura internacional que afeta muito o Uruguai devido à suas debilidades estruturais - visto que este é um pequeno Estado latino-americano - ao ponto de uma das suas teses mais constantes, presente até nos seus últimos escritos, ser a idéia de uma integração latino-americana como única possibilidade de sobrevivência de países como o Uruguai, tão frágil diante de grandes vizinhos e da superpotência. Portanto, essa pontualização sobre uma conjuntura regional em uma curta cronologia resgata como elemento explicativo do processo uruguaio, para além das suas particularidades internas, a dimensão externa e os interesses dos EUA (recolocando os mecanismos e a rede da “pentagonização”, a persistência do medo diante da possibilidade de eclosão de qualquer foco progressista e/ou socialista, e a vigência da DSN).

Para finalizar, as palavras de Amilcar Vasconcellos, que já tinham destoado do “canto geral” dos políticos progressistas e democráticos diante dos Comunicados 4 e 7 e que, diante do golpe de Estado de junho, mais uma vez parecia enxergar bem mais do que era visível.

Hasta aquí, las Fuerzas Armadas y el Presidente están de acuerdo, marchan juntos. Pero, ¿cuánto tiempo durará el entendimiento? Pienso que no mucho. Dentro de algunos meses, es muy probable que Bordaberry se convierta en un estorbo para los militares. Y entonces las Fuerzas Armadas van a prescindir de su asociado.²⁴

²² Os mesmos fatos são apontados pelo deputado Gutierrez Ruiz, o qual acrescenta, ainda, o “Massacre de Ezeiza”. PREGO, op. cit., p. 53. Este fato relaciona-se com a volta de Perón à Argentina (20/06/73). Enquanto centenas de milhares de pessoas aguardavam com grande expectativa o fim do exílio do velho líder, grupos armados vinculados à extrema direita peronista atacaram, matando 13 pessoas e ferindo outras 355. Fonte: VERBITSKY, Horacio. **Ezeiza**. Buenos Aires: Planeta, 1995. p. 189.

²³ **Los caminos de la liberación**. Publicado originalmente no *Cuadernos de Marcha*, México, mayo-junio de 1979. Também, no *Cuadernos de Marcha*. **Carlos Quijano: Escritos Políticos I**. Montevideo, Tercera época, nº 2, julio 1985, p. 28-29.

²⁴ Apud PREGO, op. cit., p. 30.

Para concluir, tecem-se as seguintes considerações. É inegável que houve uma linha de continuidade entre os governos “constitucionais” de Pacheco Areco e de Bordaberry quanto a uma escalada autoritária gerada desde 1968. Não é pertinente considerar que os governos desse período tenham sido iguais, na sua essência, ao regime ditatorial que se instalou em junho de 1973. Mas o estudo do período imediatamente anterior ao golpe de Estado aponta, a partir da consulta documental e dos depoimentos dos protagonistas, à existência de diversas conexões que permitem estabelecer algumas afirmações finais:

Em primeiro lugar, considerando a noção de processo histórico, houve evidente deterioração das relações políticas, marcada por diversos solavancos (execução de Mittrione, eleições de 1971, “14 de abril” de 72, insubordinação militar, etc). Tais relações funcionaram como pontos de inflexão resultantes da combinação de crise estrutural com conjuntura internacional que, de forma explosiva, se projetava e se manifestava no continente.

Em segundo lugar, a ditadura civil-militar se configurou, definitivamente, em junho de 1973, mas é inegável que, como ameaça potencial, foi se gestando desde 1968. O que significa inferir também que a democracia realmente existente no Uruguai, na segunda metade dos anos 60, estava muito distante da aludida “Suíça da América” ou de uma propalada democracia forte e estável, muitas vezes apontada como cenário destruído pelo regime de Segurança Nacional. Isto não significa desconhecer que, mesmo assim, tratava-se de uma democracia (mesmo que frágil), nem que não existisse uma crença na tradição democrática da dinâmica política do país.

Em terceiro lugar, o Terror de Estado foi a essência da ditadura de Segurança Nacional uruguiaia. Como tal, constitui-se a partir do momento em que as Forças Armadas tiveram condições de ordenar a sociedade de forma plena, segundo seus objetivos e critérios. Isto começou a ocorrer não só em junho de 1973, mas a partir da claudicação do poder civil e, particularmente, do governo Bordaberry, em fevereiro de 1973.

Finalmente, não se pode falar em Terror de Estado no período anterior (administração Pacheco Areco) no sentido de uma estrutura global, geral, complexa, articulada. Mas parece inegável a existência de mecanismos e de dinâmicas que são componentes do Terror de Estado e que funcionaram naqueles governos, como se fossem uma espécie de laboratório (tortura, organizações paramilitares, esquadrões da morte, desaparecimentos, etc.). Neste sentido, acumulou-se experiência, testaram-se situações e preparou-se a rotina do medo e do silêncio,

embora ainda em escala e dimensões limitadas, como explicitado no elenco de arbitrariedades cometidas num cenário democrático e denunciado no citado *Manifiesto del Consejo de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*.

CAPÍTULO 4

A CONSOLIDAÇÃO DO TERROR DE ESTADO: A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL URUGUAIA

Juro por mi honor mi adhesión sin condiciones ni reservas al sistema republicano democrático de gobierno que la nación ha implantado por su voluntad soberana y declaro no haber pertenecido ni pertenecer a las organizaciones antinacionales disueltas por el Poder Ejecutivo, así como a toda otra que atentase contra el actual sistema de gobierno.

Declaración de Fe Democrática

Hermano militar, nadie puede obedecer o seguir una orden contra la ley de Dios, contra la integridad de la vida de su hermano, por más culpable de la culpa que se le considere. Es obligación obedecer a Dios, y es obligación desobedecer una orden pecaminosa.

Padre Luis Pérez Aguirre

Em junho de 1973 iniciava o período da ditadura civil-militar uruguaia. A mesma apresentava como peculiaridade o fato de ter sido promovida pelo próprio presidente eleito, Juan María Bordaberry. A visibilidade da presença de civis no comando do Poder Executivo não esconde a presença militar existente desde o início do novo regime. A interrupção democrática foi a conclusão de uma escalada autoritária que resultava da decomposição de um sistema político que não encontrava soluções para a pressão por mudanças reivindicadas pelos setores populares. Tais reivindicações esgotaram a capacidade política do governo de criar subterfúgios que permitissem, através de algumas concessões, disciplinar e reverter a contestação social. O novo regime estava marcado pelo forte protagonismo das Forças Armadas, catapultadas a um papel inédito desde a administração Pacheco Areco, e pela complexificação do sistema repressivo. As práticas de Terror de Estado (TDE) manifestadas na gestão anterior, de forma ainda limitada, tornavam-se, a partir desse momento, política de Estado, sendo ampliadas e potencializadas de tal forma que se tornavam característica fundamental da ditadura de Segurança Nacional (SN) uruguaia.

4.1 – ESBOÇO HISTÓRICO DO PERÍODO DITATORIAL¹

Os estudos sobre a ditadura uruguaia de 1973-1984 destacam uma periodização que contém três fases diferentes. A primeira, iniciada logo após a consolidação do golpe de Estado e que se estende até o afastamento do presidente golpista Bordaberry pelas Forças Armadas, em 1976. Trata-se de uma fase marcada pela imposição da ordem disciplinadora sobre o conjunto da sociedade - “poner la casa en orden”² -, pelo início da violenta repressão contra a comunidade exilada na Argentina (início da participação uruguaia na coordenação repressiva da Operação Condor) e pelo confronto de dois projetos autoritários para o país, o de Bordaberry e o da cúpula militar, que se impôs com o afastamento do primeiro. Inicia, então, a segunda fase, quando o novo regime controla a ordem social e política interna, o que lhe permite desencadear uma série de medidas com o intuito de consolidar mudanças modeladoras da nova ordem institucional, a partir da imposição de estruturas políticas decorrentes da interpretação das diretrizes gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Trata-se de uma tentativa de disseminar os seus princípios pelo tecido social mediante disposições e normatizações da vida sindical, do sistema educativo e da vida cotidiana, através de um programa orgânico que, transformado em projeto constitucional, é colocado sob o crivo plebiscitário da cidadania, que o rejeita. Este surpreendente resultado, em 1980, assinala a passagem para uma última fase que, apesar da persistência de ameaçadores recuos, se conforma como momento de transição e de negociações políticas que abrem espaço, mesmo que limitado, para um diálogo que permite avançar rumo à redemocratização do país.

4.1.1 - A consolidação da Ditadura (1973-1976)

O coroamento do golpe de Estado fortaleceu os setores militares vinculados rigorosamente à DSN, os denominados “brasileiros”.³ O fim da greve geral decretada pela

¹ Este ponto se apoia, principalmente, nas análises de NAHUM, Benjamín. **Manual de Historia del Uruguay 1903-1990**. Montevideo: Banda Oriental, 1995; CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve historia de la dictadura**. 2ª ed. Montevideo: Banda Oriental, 1998; CASTAGNOLA, José Luis; MIERES, Pablo. La ideología política de la dictadura. In: ASTORI, Danilo et al. **El Uruguay de la Dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 1996; LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional**. Bases de la Historia Uruguaya, n° 23. Montevideo: Las Bases, s. d.; LERIN, François; TORRES, Cristina. **Historia política de la dictadura uruguaya (1973-1980)**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1987.

² CAETANO; RILLA. **Breve historia de la dictadura**. op. cit., p. 14.

³ Alusão aos militares que se orientavam segundo as diretrizes da DSN e que representavam a linha “dura”,

Convención Nacional de Trabajadores (CNT), após duas semanas de intensas mobilizações de resistência com ocupação de fábricas, sindicatos e ruas, foi o reconhecimento do vigor golpista. Mas isto não diminuiu essa resistência, que adquiriu características quase épicas se consideradas a relação de forças, o monolitismo das Forças Armadas e o fato da CNT ter sido dissolvida no início de julho. De fato, três dias após o início da greve geral a central sindical foi declarada ilegal e acabou dissolvida. Atos, reuniões e manifestações foram proibidos e as sedes foram fechadas e seus bens confiscados. Os trabalhadores (públicos ou privados) que haviam paralisado suas atividades e haviam aderido à convocação grevista sofriam ameaças de demissão imediata sem indenização, enquanto seus dirigentes eram “caçados” e detidos.

Decapitado o movimento sindical, o regime impôs um instrumento jurídico que regulamentava o ordenamento das relações entre Estado, empresários e trabalhadores, a *Reglamentación Sindical*, marco da nova legalidade que visava o enquadramento da força de trabalho e a conformação de um movimento sindical dócil e colaboracionista com a política econômica do regime. Como pano de fundo desta medida, ocorreu importante queda do poder aquisitivo da população, tendência anterior que persistiria até o final da ditadura. Em 1979, o poder de compra dos assalariados correspondia a 54% da capacidade que possuíam em 1968 (ano do início da escalada autoritária), enquanto o índice de desemprego era da ordem de 12,8% em 1976. Evidentemente, esta política só podia ser adotada a partir da quebra da estrutura sindical.⁴ Para Caetano & Rilla o governo optou pela “desigualdade como estratégia”, na qual a acentuada exclusão econômica e social dos trabalhadores se deu em benefício do lucro empresarial e do capital estrangeiro, verdadeira “base social” do novo regime. Conseqüentemente, a pauperização de amplos setores da população foi explícita.⁵

Os principais políticos de oposição, na eleição de 1971, foram perseguidos. Líber Seregni (Frente Ampla) foi preso; Wilson Ferreira Aldunate (Partido Nacional) partiu para o exílio na Argentina, onde já estavam os senadores Erro e Michelini (Frente Ampla). Diversos partidos e movimentos foram declarados ilegais imediatamente, caso dos partidos comunista e socialista, da *Unión Popular* e do *Movimiento 26 de Marzo*. Também ocorreu a depuração dos oficiais constitucionalistas das Forças Armadas. A virulência golpista contra velhos e novos “inimigos internos” levou a oposição a uma rápida e infrutífera clandestinização das suas

golpista. Identificavam-se pela valorização que faziam da ditadura brasileira e o fato de terem nas Forças Armadas desse país importante referência. Por outro lado, contrapunham-se ao setor “peruanista”, o qual perdera espaço com o golpe de Estado. Deve-se tomar cuidado para não confundir os “peruanistas” com os militares constitucionalistas; estes, acabaram afastados, presos ou passaram à reserva.

⁴ JELLINECK, Sergio; LEDESMA, Luis. **Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal**. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980. p. 92.

⁵ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. La era militar. In: ASTORI, Danilo et al. **El Uruguay de la Dictadura**

ações. A imprensa sofreu duras restrições. Escritores e jornalistas foram perseguidos. O emblemático semanário *Marcha*, entre outros, foi definitivamente proibido após desgastantes clausuras temporárias. Quase todos seus integrantes foram presos ou condenados ao ostracismo; muitos foram obrigados a exilar-se diante de ameaças de novas prisões ou de morte, como aconteceu com seu vice-diretor, o jornalista e *maestro* Julio Castro, seqüestrado e desaparecido em 1977 (leia-se morto).⁶

Um dos setores mais castigados foi o da educação. Os corpos docentes e discentes da *Universidad de la República* e de *Secundaria*, junto com os professores de *Primaria*, foram escolhidos como alvos prioritários no processo de descontaminação, ancorado na DSN e executado pelo novo regime. A primeira onda repressiva (prisões, fechamento de unidades ocupadas, suspensão desmobilizadora de aulas), ocorreu dentro da pugna da ditadura contra a resistência da greve geral, onde os estudantes despontavam. Após a derrota do movimento, curiosamente, o Poder Executivo permitiu que na Universidade fosse retomado um calendário eleitoral interno previsto estatutariamente para a escolha dos Conselhos de Governo da Universidade, escolha por meio de voto secreto e obrigatório. Pretendendo evitar maior desgaste, o regime considerou que, dado o novo contexto e com o fim da resistência ao golpe, os candidatos afinados com os “novos tempos” sairiam vencedores do pleito e orientariam a Universidade, sem maiores traumas, além de aceitarem os novos preceitos que entraram em vigor em todo o país. Se assim fosse, o regime poderia usar como propaganda favorável seu pretenso respeito democrático à autonomia universitária.

Entretanto, o resultado foi o oposto. A comunidade universitária elegeu para representá-la lideranças reconhecidas pela firme postura crítica ao golpe de Estado. Diante disso, não restou outra coisa a fazer, ao novo regime, a não ser reconhecer que não tinha aliados de peso dentro do âmbito acadêmico o que eliminava a expectativa de cooptar setores docentes e discentes a curto e médio prazo. Sendo assim, decidiu “cortar o mal pela raiz”, decretando a intervenção da Universidade (27/10/73).⁷ As autoridades legítimas foram presas

(1973-1985). Montevideo: Banda Oriental, 1996. p. 264.

⁶ Cf. capítulo 7 sobre os desaparecidos.

⁷ “Decreto 921/973: Art. 1 – Interviénese la persona pública Universidad de la República. Art. 2 – Cométese transitoriamente al Ministerio de Educación y Cultura la administración general de la Universidad de la República y proyectar las normas jurídicas a adaptar para asegurar la regularidad y eficacia en la prestación de los servicios de Enseñanza Superior, así como la investigación exhaustiva de los hechos descriptos en las partes expositivas de este decreto para deslindar las responsabilidades consiguientes. Art. 3 – Suspéndanse todas las actividades docentes y administrativas atribuidas a la Universidad de la República con la excepción de la administración del Hospital de Clínicas, clausurándose todos sus locales dependientes. Art. 4 – Dispónese el arresto de los miembros del Consejo Directivo de la Universidad de la República, hasta tanto se pronuncien los órganos jurisdiccionales competentes. Art. 5 – Pasen estos antecedentes al Ministerio de Defensa Nacional y al señor Fiscal de Corte y Procurador General de la Nación, a los efectos que hubiere lugar por derecho. Art. 6 –

(o Reitor e oito Decanos); o Exército ocupou todos os estabelecimentos dependentes da instituição. Mais de 150 estudantes foram presos naquele momento. Depois, centenas de docentes, funcionários e estudantes foram perseguidos, destituídos ou detidos, acarretando considerável perda de qualidade científica tanto na produção de conhecimento quanto na formação de novas turmas de diplomados. A emigração ou exílio dessa mão-de-obra altamente capacitada produziu importante esvaziamento nesse setor estratégico. Depuração semelhante também ocorreu em *Primaria* e *Secundaria*.

A militarização da educação foi confirmada e normatizada através da Lei de Ensino (janeiro de 1973), produzindo mudanças diretas nos programas de estudo e métodos de ensino, além de censurar textos, etc. Essa lei criou o *Consejo Nacional de Educación* (CONAE), concentrando os três setores de ensino não-universitários: *Primaria*, *Secundaria* e Técnico. Em termos ideológicos, houve uma adequação concreta às diretrizes da DSN:

Debemos entonces estar alertas ante la infiltración foránea, y hechar mano sin dilaciones del arma más firme que disponemos: la Educación de nuestro pueblo. Debiendo entenderse que educar significa proporcionar orientación formativa integral, esto es, fortalecer el espíritu de la persona humana, enriquecer su mente robustecer su cuerpo.⁸

O Estado devia controlar o sistema educativo. A persistência de um poder autônomo como o que persistia na *Universidad de la República* era considerado, segundo a lógica local de interpretação da DSN, um foco de subversão; assim alegavam sempre os porta-vozes da ditadura. Na justificativa para a aprovação da Lei do Ensino, o governo Bordaberry recorreu à doutrina das três vontades:

1) Vontade geral: “En la medida en que existe un amplio y mayoritario pronunciamiento de la ciudadanía a favor del régimen democrático-republicano, el estado estaría incurriendo en una omisión si no fuera capaz de garantizar que en los establecimientos de enseñanza se cumplan los principios de este régimen.”

2) Vontade particular: “Una enseñanza comprometida con el país y su futuro no puede ser una enseñanza que se transforma en el campo de elucidación y militancia de los problemas políticos y sociales.”

3) Vontade técnica: “La idoneidad técnica [...] no da garantías de probidad ética y reafirmación democrática [...] el ruinoso estado de nuestra enseñanza se ha efectuado en base a

Dése cuenta al Consejo de Estado, comuníquese, etc.” RICO, Álvaro. **La Universidad de La República. Desde el golpe de Estado a la intervención**. Montevideo: CEIU/Universidad de La República/Ciencias de la Educación, 2003. p. 188.

⁸ SOTO, Julio (Vice-diretor do CONAE). Apud JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 100.

ese criterio parcial [...] la voluntad técnica está politizada y desvirtuada.”⁹

No que se refere à Vontade geral, é curiosa a inversão que se faz. Reconhece-se a essência democrática da sociedade uruguaia e é por causa dela que o novo regime diz-se obrigado a fazer cumprir esses princípios nos estabelecimentos de ensino. No jogo de palavras, chama-se democrático o novo sistema de ensino, ou seja, o que resulta da intervenção. Quer dizer, uma ditadura é implementada para defender os valores constitucionais e democráticos. E é baseado nessa doutrina e concepção filosófica que o regime transformou o sistema educativo em uma região militar mais onde o CONAE oficiou de Estado Maior ditando orientações em matéria educacional que deviam ser aplicadas disciplinarmente em *Primaria*, *Secundaria* e na Universidade.

A partir da intervenção no universo educacional, toda sua estrutura formal e a convivência cotidiana entre seus integrantes foram atingidas. Assim, recreios foram suprimidos para evitar possíveis distúrbios provocados pela concentração de estudantes. Uma férrea disciplina foi imposta a professores, funcionários e alunos, com medidas punitivas que podiam levar à exclusão do sistema de ensino. Dentro das escolas, *liceos* e faculdades, estabeleceu-se um controle policial que extrapolou os evidentes critérios políticos e ideológicos, assumindo uma vigilância também baseada na ordem moral e comportamental. Exigiu-se o uso de um crachá de identificação com nome, curso e número da carteira de identidade; o mesmo se tornou acessório obrigatório do uniforme de secundaristas e universitários. Quanto às moças, normatizou-se o comprimento das suas saias e seus cabelos deviam ser curtos ou, então, estar recolhidos. Os rapazes eram obrigados a usar cabelo e bigode pequeno; a barba foi proibida.

CIRCULAR DEL CONSEJO DE ENSEÑANZA SECUNDARIA (3.1975)

Los funcionarios docentes y no docentes varones deben asistir a los liceos con la cara rasurada y con el bigote moderado y las damas, en caso de concurrir de pantalones, deben ir con algo que les cubra las caderas. Para ambos sexos existe la prohibición de ir con pantalones vaqueros [jeans].¹⁰

No “novo Uruguai”, suspendia-se a dinâmica político-partidária, subordinava-se o cronograma eleitoral ao ditame das necessidades da “segurança” e propagandeava-se, com pretensões fundacionais, a campanha publicitária do regime: “Ahora es diferente” ou “Póngale el hombro al Uruguay”.

⁹ Idem.

¹⁰ DEMASI, Carlos (coord.). **El régimen cívico-militar. Cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1973-1980)**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2004. p. 365.

No plano repressivo, aumentou consideravelmente o número de presos políticos, piorando acentuadamente as condições de reclusão. Ainda criou-se a inédita condição de “refém” da ditadura para diversas lideranças tupamaras; a censura imperou entre os meios de comunicação e entre as manifestações culturais. Pouco tempo depois, passou a exigir-se dos funcionários públicos a apresentação, sob pena de destituição imediata em caso contrário, de uma certidão de “fé democrática”, que devia ser solicitada junto à autoridade policial do bairro, que a concedia segundo os antecedentes do solicitante.¹¹ A não-apresentação do documento, quando exigido, implicava na perda de direitos e de oportunidades. Os funcionários e professores do sistema de ensino público foram os primeiros a serem obrigados a apresentar esse documento correspondente a tão bizarra exigência. Tratava-se de um paradoxo. O documento padrão dizia textualmente:

Juro por mi honor mi adhesión sin condiciones ni reservas al sistema republicano democrático de gobierno que la nación ha implantado por su voluntad soberana y declaro no haber pertenecido ni pertenecer a las organizaciones antinacionales disueltas por el Poder Ejecutivo, así como a toda otra que atentase contra el actual sistema de gobierno.

Nota: Acepto que la falsedad de la presente declaración implique la aplicación de lo dispuesto en la ley 14.248 del 1º de agosto de 1974 y en el artículo 239 del Código Penal.

20 de setiembre 1974.¹²

No caso universitário, esta declaração, aplicada com efeito retroativo, reforçou um sistema persecutório contra todos aqueles que, direta ou indiretamente, haviam tido algum tipo de vinculação com a Frente Ampla, o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN), ou outras organizações de esquerda. Em última instância, usou-se até a estabilidade e a segurança do emprego como mecanismo amedrontador.

Em fevereiro de 1974, foi aprovada a *Ley Orgánica Militar*, documento que explicitamente definiu o regime, o campo de atuação dos novos protagonistas e consagrou a Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Nahum, foi a principal elaboração teórica do regime. A persistência de elementos formais residuais dos três poderes constitucionais não esconde o fato de que, na prática, o comando decisório estatal foi concentrado nas Forças Armadas. A criação de uma extensa rede de instâncias com capacidade decisória satisfaz as ambições de protagonismo militar dentro do espírito atribuído pela DSN.¹³ Surgiram, assim, as seguintes instâncias organizativas:

¹¹ Posteriormente, a exigência de apresentação da certidão de “fé democrática” foi ampliada a outros setores (alguns setores da iniciativa privada, estudantes, pensionistas), tornando-se mais um dispositivo de controle e restrição.

¹² Apresentado por JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 105.

- a) *Junta de Oficiales Generales* das três Armas – composta por 14 generais do Exército, 5 brigadeiros generais da Força Aérea e 5 contra-almirantes da Armada.
- b) *Junta de Comandantes en Jefe* (JCJ) - núcleo decisório durante todo o período ditatorial.
- c) *Estado Mayor Conjunto* (ESMACO) – organismo de estudo, planejamento e coordenação da influência militar na administração pública. Foi o organismo militar que exercia o controle sobre toda a administração pública através do *Servicio de Inteligencia de Defensa* e dos oficiais de ligação.
- d) *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA) – organismo de assessoria do Poder Executivo imposto a Bordaberry desde a crise de fevereiro de 73. Atribuiu tarefas de controle dos planos de desenvolvimento estatal, dentro do espírito do acordo de Boiso Lanza. Foi integrado pelo presidente da República, os comandantes das três armas, o chefe da ESMACO e os ministros do Interior, Defesa e Relações Exteriores.

O verticalismo e o princípio da autoridade tomou conta das estruturas estatais através de uma espécie de “ocupação por dentro” do governo. A transposição hierárquica militar para dentro do Poder Executivo militarizou o Estado e a função pública. As Forças Armadas passaram a ter ingerência e controle de todos os setores da administração estatal através da rede de oficiais de ligação, o que esvaziava o perfil civil e político daquela. Os oficiais de ligação desempenharam papel essencial, pois, através deles, fluiu a informação sobre ministérios, empresas públicas e outras instituições sob controle direto ou indireto do Estado. Na prática, executaram dupla função, já que, às atribuições militares designadas, acrescentaram tarefas na administração civil. Efetivamente, a depuração de quadros civis (funções de chefia e cargos de confiança) criou um vácuo que foi aproveitado pela oficialidade, respaldada por leis que legitimavam sua presença nos principais escalões da administração pública, realizando uma verdadeira usurpação de papéis. Nesse sentido, Selva López Chirico afirma que houve massiva remoção de funcionários públicos, muitos com cargos de chefia, substituídos por militares incorporados na administração estatal, os quais

¹³ NAHUM, op. cit., p. 231.

não deixavam de ser nem de cumprir suas obrigações militares; quer dizer, os cargos administrativos também passaram a ser considerados como “destino militar”.¹⁴

Simultaneamente, a habitual ascensão dos oficiais por concurso foi substituída pelo mecanismo de eleição efetuada pelos próprios pares, que, por sua vez, também controlavam o dispositivo da passagem à reserva obrigatória, eliminando qualquer forma de controle externo sobre a corporação, deste modo garantindo a coesão no exercício do poder repressivo.¹⁵ Assim, as Forças Armadas se tornaram monolíticas, se homogeneizaram internamente e se estruturaram ao redor de uma lógica corporativa.

Em termos econômicos, o governo Bordaberry implementou um plano baseado nas orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), intensificando a subordinação econômica do país à economia mundial e eliminando as restrições e o controle sobre a abertura da economia nacional ao capital financeiro. O privilegiamento das exportações alavancou o setor agropecuário, que era o que tinha as melhores vantagens comparativas de inserção internacional. A ênfase no mercado e nos agentes privados foi concomitante à retração estatal na regulação da economia. Sob a orientação de Végh Villegas, procurou-se enfrentar uma conjuntura econômica internacional bastante adversa para o país; a combinação da crise do petróleo com o fechamento da Comunidade Econômica Européia às exportações de carne acentuou o desequilíbrio da balança comercial.

Desde 1974, desregulou-se o mercado de câmbios e o movimento de capitais, o que, junto com a abertura da economia e os saldos negativos da balança comercial, levou à desvalorização do peso uruguaio e à configuração do país em “praça financeira” com garantia de liberdade total de investimento e de disponibilização de lucros. Os saldos financeiros negativos foram compensados com a entrada de capitais argentinos direcionados à especulação financeira e imobiliária - sobretudo na região balneária de Punta del Este - e o sensível aumento no endividamento externo do país que, entre 1973 e 1985, passou de US\$ 716 milhões a US\$ 6 bilhões.¹⁶

A imposição do modelo “praça financeira”, desde 1974, criou as condições para que o Uruguai assumisse importante papel de local de “lavagem” de dinheiro na região. Organizações

¹⁴ LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Uruguai 1985-1993. Estratégia e tática da reprodução institucional militar no pós ditadura**. Tese de Doutorado. Campinas/SP, 1995. p. 87.

¹⁵ A nova *Ley Orgánica Militar* inovou nos critérios para o retiro obrigatório do oficial. Até então, consideravam-se os limites de idade ou de anos no grau. A novidade foi que os Comandantes em Chefe passaram a ter a prerrogativa de solicitar o retiro imediato e obrigatório de qualquer oficial subordinado. Amparado pelo espírito corporativo, pela fidelidade à hierarquia e à obediência devida, acentuou-se, com este mecanismo, o processo de depuração de elementos dissidentes ou pouco confiáveis. LÓPEZ CHIRICO, Selva. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional**. Op. cit., p. 29.

¹⁶ CARRIO, Miguel. **País vaciado. Dictadura y negociados (1973-1985)**. Montevideo: Monte Sexto, 1987. p.

como a Loja Maçônica P-2 e a Seita Moon se instalaram no país, assim como grande parte dos capitais vinculados à ditadura argentina. Inegavelmente, as altas taxas de remuneração e a garantia de rígido segredo bancário captaram importante volume de capitais especulativos, parte deles, em trânsito para mercados mais seguros.¹⁷

O governo ainda procurou promover exportações não tradicionais¹⁸, outorgando, para tanto, linhas de crédito preferenciais, facilidades fiscais, exoneração de impostos e induzindo a forte queda dos custos salariais. De todas as formas, a balança comercial permaneceu negativa em função do aumento persistente das importações.¹⁹

Paralelamente, ensaiavam-se tímidos pedidos de normalização das instituições. No Conselho de Estado, juristas como Alberto Demichelli e Aparício Méndez estudavam propostas de institucionalização restritiva. Apesar da violenta repressão do novo regime, a população ainda tinha alguma expectativa de que a “ação de saneamento”, justificadora do golpe, respeitasse o calendário eleitoral constitucional que indicava eleições gerais para 1976. O próprio Bordaberry, quando indagado sobre o restabelecimento da legalidade constitucional, se encarregou de dirimir dúvidas. Ao confrontar-se com uma “Carta aberta ao Governo” (01/09/74), na qual cerca de cem personalidades dos partidos tradicionais solicitavam o pleno funcionamento dos partidos e “la vigencia de la Constitución y la ley”, Bordaberry respondeu contundentemente: “Estamos en el tiempo de la Nación y no en el de los partidos políticos. [...] Por eso, todos los que invocan el plazo constitucional de noviembre de 1976, soñando con volver a la caza de votos, [...] que hoy pierdan toda esperanza.”²⁰

A aproximação do ano eleitoral gerou expectativas entre a oposição reprimida e incertezas entre os apoiadores do regime que, por sua vez, confrontavam-se internamente. Tomando a iniciativa, Bordaberry sinalizou propondo um Estado que devia continuar vigilante no enfrentamento do inimigo (o marxismo internacional), e defendendo forte posição contra qualquer retrocesso que pudesse abrir expectativas de volta à democracia formal.

As Forças Armadas, até então, estavam envolvidas em uma política de aproximação com a população, visando melhorar sua popularidade e prestígio. Para isso, utilizaram um forte esquema de propaganda e de apropriação de símbolos da tradição histórica uruguaia, procurando capitalizar os resultados dessa identidade forçada. Neste sentido, o ano de 1975 foi singularmente instrumentalizado por ser a comemoração do Sesquicentenário da Independência

7.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Os setores que mais se beneficiaram foram a construção e o comércio; dentro da indústria manufatureira, o setor têxtil, material elétricos, produtos metálicos, papel e derivados. NAHUM, op. cit., p. 351.

¹⁹ Idem, p. 352.

(1825); para registrar tal evento os militares declararam-no *Año de la Orientalidad*. Inúmeros eventos marcaram o surto apologético de uma história oficial que se conectou aos grandes marcos da história do país, em uma verdadeira apropriação indevida, que evidenciava a autopromoção das Forças Armadas e escondia as mazelas, as contradições e as responsabilidades da sua atuação nos eventos recentes. Entre outros fatos, criou-se a condecoração *Protetor de los Pueblos Libres Gral. José Artigas* (concedida aos ditadores Pinochet, Videla e Strossner), repatriaram-se os restos mortais do ex-ditador Lorenzo Latorre e, construindo a história oficial do seu tempo, passou-se a comemorar o 14 de abril de cada ano como o *Día de los caídos en la lucha contra la sedición* (aludindo à data da funesta ofensiva do MLN contra o Esquadrão da Morte, em 1972) e realizaram, em 1975, a XI Conferência de Exércitos Americanos em Montevideú.²¹

Apesar de que, com o passar do tempo, insinuaram-se alguns descontentamentos do setor rural, houve, de forma geral, o alinhamento do empresariado à ditadura. Inclusive, nos dias anteriores prévios ao golpe, o empresariado estava articulado ao capital estrangeiro pressionando o governo Bordaberry e as Forças Armadas para que acabassem com as greves, desmobilizassem os trabalhadores e privatizassem o setor público.

No mundo do trabalho, após a repressão desencadeada com o golpe de Estado, o novo regime impôs uma diretriz de regulamentação sindical (decreto-Lei 622/973), visando controlar e regulamentar o direito de greve e de sindicalização. Dessa forma, o Estado procurava assumir o controle explícito sobre as atividades sindicais (particularmente nos processos eleitorais internos) e sobre os direitos dos trabalhadores filiados. A intenção foi evidente: subordinar a estrutura sindical ao Estado. O sindicato que não estivesse inscrito no Registro Nacional de Sindicatos (RNS) do Ministério de Trabalho e Seguridad Social, estava proibido de atuar. A condição para receber o registro era a entrega de informações, entre as quais os dados pessoais e endereços de dirigentes e filiados, os estatutos do sindicato - com a explicitação dos direitos e dos deveres do filiado assim como as formas de designação, renovação e revogação de autoridades, origens dos recursos econômicos, etc. De posse dessas informações, facilitava-se o controle sobre a agremiação e seus quadros e, quando era necessário, não era muito difícil forjar provas que justificassem uma intervenção, alegando motivos de inadequação dos estatutos do sindicato com a lei, a moral, os bons costumes, a ordem pública ou o sistema “democrático”. Com isso, podia-se negar o registro, colocando-o na ilegalidade. Mediante o Registro Nacional Sindical, o governo regulamentava as eleições internas, a elaboração de estatutos, a organização interna e

²⁰ Apud CAETANO; RILLA. **La era militar**. Op. cit., p. 41.

²¹ Idem.

impedia (se fosse do seu interesse), o direito de afiliação a entidades internacionais.

O direito constitucional de greve (art. 57) foi ignorado e a ameaça de demissão coletiva foi utilizada para pressionar os trabalhadores rebeldes; toda modalidade de interrupção do trabalho por motivos reivindicativos acabou proibida (braços cruzados, redução de produtividade, piquetes, etc.). Na medida em que os sindicatos foram sofrendo intervenções, tiveram suas sedes fechadas, seus bens confiscados e suas lideranças colocadas à disposição dos tribunais militares ou empurradas à clandestinidade. As possibilidades de resistência, a partir da consolidação da ditadura, se tornaram inócuas.

As diretrizes do RNS restringiram tais possibilidades à situação exclusiva de suspensão coletiva do trabalho resultante de reclamação de natureza profissional dos trabalhadores apresentada por escrito, através de um formulário padrão, ao Ministério de Trabalho e Seguridade Social. Portanto, o Poder Executivo podia declarar ilegal a greve quando entendesse que as motivações eram extraprofissionais, causadas por conflito individual ou quando persistisse o conflito parcialmente após se considerar terminada a greve. Já em relação ao funcionalismo público, a proibição de associação foi total, pois o governo considerou o serviço público como fator estratégico de segurança, tranquilidade e ordem pública. De qualquer forma, a RNS foi abandonada pouco depois da sua implementação, diante das insatisfações produzidas.²²

Enquanto isso, a expectativa diante de um incerto cenário eleitoral transformou 1976 em um ano de definições. As Forças Armadas deviam pronunciar-se quanto à duração da “interrupção constitucional” para a realização dos seus objetivos e sobre sua relação com Bordaberry. A primeira dúvida estava em assumir que sua atuação se limitaria ao mandato de Bordaberry ou se tinha pretensões de continuidade. A segunda, caso a interrupção persistisse, era esclarecer se continuava com Bordaberry ou apoiava outra chefia formal do Poder Executivo. Havia, ainda, uma outra possibilidade, dar um giro de 180 graus e permitir a realização, mesmo que com restrições, das eleições constitucionalmente previstas.

As Forças Armadas deviam decidir. Ou apoiavam o processo eleitoral (fato muito improvável) ou se encaminhavam para um processo de abertura política, com alguma definição de prazos, ou se decidiam pela consolidação de um novo regime distinto do existente antes do golpe de Estado, abandonando o caráter de transitoriedade assumido até então.²³

Essas indagações e expectativas não escondiam, entretanto, um fato concreto. Independente da disputa interna que se desenhou entre os núcleos no poder vinculados ao

²² JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 93-97.

²³ NAHUM, op. cit., p. 333.

comando militar e a Bordaberry, era perceptível que o Terror de Estado recrudescia. Violentos ataques atingiam a comunidade exilada na Argentina, configurando-se uma espécie de área externa de jurisdição da repressão uruguaia. Os seqüestros e assassinatos do ex-senador Zelmar Michelini e do ex-Presidente da Câmara de Deputados Héctor Gutierrez Ruiz, entre tantos outros que ocorreram no vizinho país, as centenas de novas prisões e destituições internas, a segunda detenção do general Seregni, o afastamento de vários oficiais do Exército, os novos desaparecimentos de pessoas, as perseguições na Argentina – (particularmente contra o *Partido por la Victoria del Pueblo* - PVP), marcaram esse contexto. Diante desses fatos, acabaram-se as poucas expectativas eleitorais projetadas pela oposição.

Tanto Nahum²⁴ quanto Caetano & Rilla²⁵ afirmam que as tendências continuistas do protagonismo militar e da manutenção da ordem repressiva devem ter estimulado Bordaberry a encaminhar uma proposta que, desconsiderando o calendário eleitoral, visava estabelecer uma nova ordem institucional. Os documentos que Bordaberry encaminhou aos militares marcaram sensíveis divergências no interior do Poder Executivo. Bordaberry propôs eliminar todos os partidos políticos aos quais responsabilizava, junto à classe política, pelo processo de deterioração institucional e de divisão da sociedade, o que afetava a tão propugnada “unidade nacional”, um dos pressupostos básicos da DSN. Para Bordaberry, os partidos deviam ser substituídos por “correntes de opinião pública espontânea”.

O núcleo do poder militar e alguns civis, como o Ministro de Economia Alejandro Végh Villegas, discordaram da proposta de Bordaberry, sobretudo por considerar que a ausência dos partidos políticos poderia gerar um perigoso “vazio de poder” a ser explorado pelos “setores marxistas”. Os setores militares estavam engajados na eliminação dos partidos subversivos, mas, entre eles, não incluíam *blancos* e *colorados* (salvo alguma corrente interna); pelo contrário, com eles mantinham relações próximas e dos seus quadros provinham quase todos os civis que davam apoio ao governo. E, sabidamente, desde o início da evolução da espiral autoritária, os setores da população que a apoiaram pertenciam às correntes conservadoras dessas forças políticas. Abrir mão da formalidade desse apoio era correr o risco de ver aumentar as críticas que o regime já sofria no exterior. O fato de poder contar com aquele apoio, ao contrário, não só ajudava a rebater as acusações de ser um regime de força como, ao contrário, era uma resposta de setores sociais “agredidos” com a expansão do comunismo internacional e seus aliados locais. Para as Forças Armadas o fundamental era garantir a proscrição da geração política que, segundo elas, eram responsáveis pela crise e pela “subversão”. Porém, tinham claro que os partidos

²⁴ Idem.

²⁵ CAETANO; RILLA. **Breve historia de la dictadura**. Op. cit.

políticos eram instrumento de identidade, coesão e organização da sociedade uruguaia; ou seja, regulamentados por uma legislação restritiva, poderiam ser importantes uma vez concluído o processo de “descontaminação” da sociedade.

Bordaberry, ainda, propunha a eliminação definitiva da Constituição anterior e a elaboração de outra que correspondesse à nova realidade do país, inclusive sepultando expectativas de reversão de uma ordem que, para alguns setores da sociedade, ainda parecia transitória. De fato, era uma proposta mais radical. Até esse momento, a Constituição de 1967 havia sido deixada de lado, ficando sem efeito nas questões essenciais. Mas o Poder Executivo apelava a ela quando lhe permitia legitimar medidas pontuais infringindo, porém, o espírito da mesma ao dar-lhe um mero uso instrumental, fragmentando-a e parcializando-a. Para a população submetida, a não vigência da Constituição não impedia que a mesma persistisse como referência e como uma das bandeiras unificadas da recuperação da normalidade institucional. Sem dúvida, o aceno de uma nova Constituição perturbava a relação com essa referência e gerava a frustração do fato consumado e a angústia de novas regras e códigos a conhecer.

Entre as divergências que começavam a afastar Bordaberry das Forças Armadas estava a discussão sobre o futuro papel dessas dentro do cenário político. Bordaberry reconhecia que eram a base de sustentação do Governo, mas discordava de que continuassem participando da condução política, como pretendiam. Para Bordaberry, deviam restringir-se à defesa da Segurança Nacional e do governo civil, quer dizer, cuidar das tarefas de vigilância, inteligência, repressão interna e defesa externa. Mas as Forças Armadas entendiam que, para garantir a “segurança para o desenvolvimento”, deviam institucionalizar sua participação no governo como ator protagonista. Portanto, constatada a crescente presença militar no espaço político, Bordaberry pretendia a volta dos militares aos quartéis. Entretanto, naquela conjuntura e naquela relação de forças, tal pretensão se mostrava fora da realidade, era inviável. Primeiro, porque a essência da DSN apontava justamente na direção do protagonismo do fator militar; segundo, porque as Forças Armadas haviam ocupado, com sua irrupção saneadora, cargos e espaços político-administrativos estratégicos que, constitucionalmente, sempre lhes haviam sido interditados e que, agora, não pretendiam devolver; terceiro, porque a relação de forças internas dos setores golpistas não havia sofrido nenhuma mudança substancial desde o Pacto de Boiso Lanza, quando as Forças Armadas “enquadraram” o presidente Bordaberry.

Outro fator de distanciamento assentava-se nos mecanismos eleitorais da futura ordem constitucional. Os militares pretendiam respeitar a tradição política eleitoral do país, apesar da disposição em manter as conhecidas e rigorosas restrições (proibições) à esquerda e a persistência em impedir manifestações de autonomia dentro de instituições como os partidos

políticos ou a Universidade. Já Bordaberry propunha correntes de opinião no lugar de partidos políticos, como mecanismo de aglutinação de interesses ao redor de algumas idéias e personalidades, com objetivo exclusivamente eleitoral. Em essência, eram projetos institucionais que se defrontavam no interior da estrutura de poder da ditadura. Apesar das divergências visíveis, ambos projetos comportavam acentuado componente autoritário.

As divergências entre Bordaberry e as Forças Armadas culminaram, em junho de 1976, na pugna interna quanto ao caminho a ser seguido: as Forças Armadas demonstraram que controlavam, de fato, as instâncias de decisão. Bordaberry acabou destituído e substituído (12/07/76) por Alberto Demicheli, Presidente do Conselho de Estado. No documento que publicaram a respeito, as Forças Armadas declararam que não queriam “[...] compartir el compromiso y la responsabilidad histórica de suprimir los Partidos Políticos Tradicionales[...]”, nem implantar de imediato uma Constituição.²⁶ As Forças Armadas justificavam a destituição de Bordaberry em função de divergências insuperáveis:

1. En que el Presidente no acepta el futuro funcionamiento de los Partidos Políticos tradicionales. Entiende que éstos no tienen cabida en el Uruguay del futuro. Propone en sustitución de la vigencia de ellos, la promoción y desarrollo de corrientes de opinión que en definitiva vendrían a ocupar el vacío dejado por aquéllos. En cambio las FF.AA. [Forças Armadas] no quieren compartir el compromiso, la responsabilidad histórica de suprimir los Partidos Políticos Tradicionales.

2. El señor Presidente de la República no acepta el pronunciamiento popular a través del voto, porque considera que esa práctica en las democracias actuales es algo superado, argumentando que el voto solamente se debe requerir a los ciudadanos a través de referendium o plebiscitos sobre puntos o temas específicos que el PE [Poder Ejecutivo] considere conveniente. En contraposición a esto, las FF.AA. sostienen que la soberanía está radicada en la Nación y que, entre otras, una forma auténtica de expresión de esa soberanía, es el voto popular. [...]

Surge así una incompatibilidad entre el pensamiento político de las FF.AA. y el del señor Juan María Bordaberry que impide a este continuar dentro de un proceso en el que no cree [...]. Por lo expuesto y para garantizar la continuidad del proceso cívico-militar en procura del Bienestar Nacional, se hace indispensable revitalizarlo con una actualización de los hombres responsables de esa conducción. En base a ello, las FF.CC. [Fuerzas Conjuntas] han retirado su confianza y apoyo al señor Juan María Bordaberry.²⁷

A queda de Bordaberry definiu e tornou pública a posição dos militares quanto às expectativas eleitorais existentes. Efetivamente, Alberto Demicheli, Presidente do Conselho do Estado e substituto de Bordaberry, após ter assumido firmou o Ato Institucional Nº 1, que suspendeu a convocação de eleições gerais, e o Ato Institucional Nº 2, que criava um *Consejo*

²⁶ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. **Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental**. T II. **El Proceso Político**. Montevideo: 1978. p. 383.

de la Nación, integrado pelo Conselho de Estado e pela Junta de Oficiais Gerais das três Armas e ao qual cabia indicar o Presidente da República, os membros da Suprema Corte de Justiça, do *Tribunal de lo Contencioso Administrativo* e da Corte Eleitoral. Em síntese, dentro da estrutura hierárquica de poder montada, os máximos organismos do Estado ficavam subordinados às decisões da Junta de Oficiais Gerais, presentes no Conselho da Nação. Com a queda de Bordaberry houve importante refluxo do pólo civil da ditadura e iniciou-se o período marcado pela tentativa da sua institucionalização.

4.1.2 O ensaio *fundacional* (1976-1980)

Com a substituição de Bordaberry por Demichelli e a divulgação dos primeiros Atos Institucionais, iniciou-se um segundo período da ditadura. Entretanto, logo a seguir, ocorreu uma divergência pontual entre o novo Presidente e os militares. Foi quando estes exigiram a proscrição de todos os políticos com atuação nos últimos anos, fato ao qual Demicheli se opôs. Diante do impasse, acabou substituído por outro jurista membro do Conselho do Estado, Aparício Méndez, quem assumiu a Presidência da República (01/09/76) e assinou, sem maiores constrangimentos, o Ato Institucional Nº 4, pelo qual se excluía da vida política do país, por um prazo de quinze anos, cerca de 15 mil cidadãos.

Art. 3º. Prohíbese, por el término de quince años, el ejercicio de todas las actividades de carácter político que autoriza la Constitución de la República, con exclusión del voto, a:

- a) La totalidad de candidatos a la Presidencia y Vice Presidencia de la República que integraron las listas para las elecciones de 1966 y 1971.
- b) Titulares y suplentes que hubieren ocupado efectivamente el cargo, en las Cámaras electas en 1966 y 1971, salvo los que están ocupando cargos políticos a la promulgación de la presente disposición.
- c) Miembros de los actuales Directorios de los Partidos Políticos.²⁸

As proscricões eram justificadas através de acusações genéricas contra os políticos de cumplicidade com a subversão ou de envolvimento com a corrupção. A duração das mesmas faz pensar que as Forças Armadas tinham uma expectativa de futuro considerável e que, quinze anos, provavelmente, era o tempo que consideravam necessário para completar a missão de “saneamento” da sociedade. Segundo Caetano & Rilla, o mecanismo das proscricões políticas trazia uma vantagem interessante para o regime. Na prática, condenava-se ao ostracismo toda uma geração de políticos. Para eles, encerrava-se, quase que definitivamente, a vida política. E a

²⁷ Idem.

estratégia do regime não precisava arcar com o desgaste da supressão dos partidos políticos, instrumentos que, em outra conjuntura, poderiam incorporar uma nova geração de políticos alinhados com os critérios da DSN e os interesse das Forças Armadas.²⁹

Dentro do âmbito das definições estruturais, reafirmou-se a política econômica de abertura ao capital estrangeiro (*Reunión del Parque Hotel*), aplicada desde 1974 por Végh Villegas. Em termos políticos, vale destacar a fundação, sob inspiração da experiência da Escola Superior de Guerra brasileira, da *Escuela Superior de Seguridad y Defensa Nacional* (ESEDENA), visando formar uma elite civil-militar para administrar o Estado dentro dos marcos da “segurança para o desenvolvimento”.³⁰

Tempo depois, no Conclave de Santa Teresa (agosto de 1977), foi decidido que, em 1981, realizar-se-iam eleições com candidato único e sufrágio universal e que as mesmas seriam antecedidas de uma consulta plebiscitária em relação a um texto constitucional a ser proposto à população. Concomitantemente à volta do jogo político-eleitoral (com marcadas restrições), acenava-se com a concessão da volta pública dos partidos tradicionais. Dessa forma, respondiam-se as questões geradas diante das expectativas do ano eleitoral de 1976 e do confronto no interior do regime. Apesar de que 1981 parecesse longínquo em 1977 e de que as regras anunciadas fossem fortemente restritivas, as Forças Armadas haviam definido data, normas e cenário para algum tipo de manifestação cidadã.

Independente das novas definições, a essência repressiva do regime permaneceu. O Terror de Estado permanecia vigente na vida cotidiana, no interior das prisões e das instituições intervidas. Como pano de fundo, o Ato Institucional Nº 5 (20/10/76) reduzira a vigência dos direitos humanos às exigências da segurança interna.

O Ato Institucional Nº 7 (27/06/77) criou mecanismos para a destituição de milhares de funcionários do Estado. O saneamento da Administração Pública era justificado, mais uma vez, pelas denúncias de “infiltração” da subversão em todos os níveis. Inclusive, detectaram-se alarmantes sinais de descontentamento com os rumos tomados pelo autodenominado “Processo Nacional”, no interior das Forças Armadas. López Chirico informa que, em 1977, houve um debate, no interior do âmbito militar, sobre um memorando onde 26 coronéis propunham uma saída política diante do insucesso militar em resolver a grave situação econômica e social que sofria o país. Esses oficiais acabaram sendo passados compulsoriamente à reserva por uma cúpula militar contrariada e preocupada com as críticas encontradas no interior da corporação.

²⁸ Acto Institucional Nº 4. In: DERECHOS HUMANOS EN URUGUAY. **Actos Institucionales - Comentarios.**

²⁹ CAETANO; RILLA. **La era militar.** Op. cit., p. 45.

³⁰ LÓPEZ CHIRICO. **Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional.** Op.

Segundo a autora, este mesmo mecanismo foi aplicado, na mesma ocasião, contra mais de 40 oficiais da marinha e da direção do Clube Naval, suspeitos de posições constitucionalistas durante os eventos de fevereiro de 1972.³¹

No contexto internacional, na segunda metade da década de 70, ocorreu um ponto de inflexão particular para as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. A mudança de administração na política externa estadunidense trouxe efeitos negativos para aqueles regimes. O peso que a questão dos direitos humanos adquiriu na administração Carter se refletiu na relação da superpotência com as ditaduras. Alguns setores do Partido Democrata estadunidense se tornaram caixas de ressonância das denúncias que os exilados latino-americanos apresentavam nos fóruns internacionais. Em decorrência disso, em setembro de 1976, o Congresso dos EUA suspendeu a ajuda militar ao Uruguai, o que acirrou ainda mais a postura do regime. Como resposta, o governo assumiu uma postura revanchista, restringindo a ação interna das organizações internacionais enquanto a propaganda oficial apregoava no exterior que “El Uruguay no tortura, no veja, no maltrata ni al más abyecto de los criminales.”³²

Pressionado externamente, o regime começou a esboçar, em 1978, “uma abertura mínima”, como havia sido anunciado na Reunião do Parque Hotel. Tal fato coincidiu com a ascensão do tenente general Gregório Alvarez ao cargo de Comandante General do Exército. Reafirmando a linha oficial das Forças Armadas, o círculo de Alvarez anunciava a incorporação prudente dos políticos ao projeto de estatuto partidário elaborado pela Corte Eleitoral.³³ Embora fosse ainda um aceno tímido para que os partidos tradicionais abandonassem a clandestinidade do seu funcionamento, era uma abertura, mesmo que mínima, de espaço e negociação política.

A linha de continuidade da política econômica foi mantida com a nomeação de Valentín Arismendi no Ministério da Economia. A entrada de capitais estrangeiros especulativos e de empréstimos externos junto com a dolarização da economia, acompanhada da ausência de controle oficial e do aumento das taxas de lucro, alimentaram a expansão financeira. Desta forma, houve sensível crescimento do volume de operações bancárias, a imposição da dolarização da economia, o abandono quase total de mecanismos de controle sobre a circulação de recursos financeiros e a tendência crescente das taxas de juro. O privilegiamento da atividade financeira sobre a produtiva se traduziu no encarecimento das exportações, cujos subsídios foram drasticamente retirados, e no barateamento das importações, com redução gradual de taxas. Acentuava-se, assim, uma opção que dificultava cada vez mais a inserção das

cit., p. 29.

³¹ Idem, p. 30.

³² CAETANO; RILLA. **La era militar**. Op. cit., p. 45.

empresas nacionais no mercado internacional, enquanto aumentava o déficit negativo da balança comercial, gerando, conseqüentemente, maior endividamento externo. Em síntese, destruição produtiva, especulação, crescimento das dívidas interna e externa, desemprego crescente e arrocho salarial (salário 21% menor que o da média 1973-1978).³⁴

Em 1979, o tenente general Álvarez passou para a reserva e foi substituído pelo general Queirolo. Corroborando o objetivo de legitimação do processo iniciado em 1973, o projeto de reforma constitucional entrou na ordem do dia dos militares. Uma primeira e discreta aproximação com alguns setores políticos fracassou diante da relutância destes em aceitar um projeto unilateral com manutenção de proscricções. Tal atitude acarretou em fortes pronunciamentos castrenses. Queirolo, da cúpula do poder, ameaçou: *a los vencedores no se les ponen condiciones*. Era a permanente reafirmação, por parte das Forças Armadas, de que os partidos políticos tradicionais – ou algumas correntes internas - também haviam sido considerados “inimigos internos” durante a vitoriosa missão (guerra) “saneadora”; ou seja, também haviam sido, em algum momento, agentes da subversão ou seus cúmplices. Os militares enfatizavam que não estavam realizando nenhuma consulta ao procurar os partidos; em realidade, estavam fazendo concessões. Sem retroceder, o regime endureceu a proposta e exigiu que o candidato único para a eleição de 1981 à Presidência da República deveria ter a chancela das Forças Armadas.

Por outro lado, o projeto constitucional dos militares estava concluído e a expectativa da consulta plebiscitária ativava e mobilizava a população, apesar das sensíveis restrições existentes. Era evidente que o debate pontual sobre a proposta constitucional acabaria extrapolando os limites permitidos pela ditadura. Reuniões e debates, proibidos desde 1973, se multiplicaram pelo país e promoveram a avaliação da ditadura como um todo e não só do projeto de Constituição.

O texto proposto era um mecanismo de legalização de uma série de práticas que o regime havia desencadeado desde o golpe de Estado de Bordaberry e que, apesar de alguns artifícios jurídicos, se constituíam, até então, em franca violação dos termos constitucionais anteriores. Assim, por exemplo, foram propostas: a eliminação da proibição de batidas noturnas; a exclusividade da regulamentação do direito de greve por parte do Poder Executivo e o estabelecimento de fórmulas de mediação, conciliação e arbitragem prévias ao seu exercício; a supressão da estabilidade dos funcionários públicos; o reconhecimento da competência direta das Forças Armadas em matéria de “segurança nacional”; a institucionalização do COSENA; a

³³ NAHUM, op. cit., p. 336.

³⁴ NAHUM, idem, p. 354; ASTORI, op. cit., p. 131.

criação do Tribunal de Controle Político, para destituição de autoridades partidárias; a eliminação do duplo voto simultâneo (*lema e sub-lema*); a imposição de candidaturas únicas; restrições ao funcionamento e à formação de partidos políticos e a confirmação de todos os Atos Institucionais implementados desde o afastamento de Bordaberry.³⁵ Propunha-se ainda que o Poder Executivo pudesse governar mediante decretos de situações de emergência, nos quais se previam três situações de suspensão dos direitos individuais: as *Medidas Prontas de Seguridad*, o Estado de Subversão e o Estado de Guerra. O teor antidemocrático da proposta verificava-se também na exigência de dois terços dos votos da Assembléia Geral (legislativo) para revogar tais decretos, além de ser omissivo quanto ao esclarecimento de quais os instrumentos concretos que estariam disponíveis para a atuação do Poder Executivo contra as situações de emergência.³⁶

O desencadeamento da campanha plebiscitária rapidamente registrou a desigualdade de possibilidades das duas correntes que se enfrentavam. De um lado, o governo desencadeou fortíssima campanha publicitária visando a obtenção do apoio da população à opção *SI*, visando a aprovação de uma Constituição que legitimaria a ditadura de SN. Politicamente, recebeu sustentação das correntes conservadoras *blancas* e a colorada de Pacheco Areco, além de importante apoio empresarial e de influentes meios de comunicação, que abriram espaço para o slogan de “*Un nuevo Uruguay*”. A oposição se concentrou, principalmente, no semanário *Opinar*, que, independente da filiação colorada do seu diretor, Enrique Tarigo, foi um referencial que extrapolou matizes político-partidários liderando a campanha pela opção *NO* à reforma constitucional apresentada pelas Forças Armadas. A esquerda, exilada ou presa, se juntou aos remanescentes das correntes *blancas* e *coloradas* de oposição. A adversidade das condições existentes para enfrentar a vontade do regime foi enorme. Entretanto, e de forma surpreendente, uma onda crescente foi se conformando e ganhando densidade participativa. Pela primeira vez, desde junho de 1973, a população teve oportunidade para manifestar-se publicamente, embora sempre com restrições.³⁷ O resultado do plebiscito foi impactante. Apesar do medo e da falta de igualdade de condições para debater o projeto, o mesmo foi rejeitado por 57,2% a 42,7%.³⁸

³⁵ CAETANO; RILLA. **La era militar**. Op. cit., p. 47.

³⁶ LERIN; TORRES, op. cit., p. 115.

³⁷ Dentro de marcos tão restritivos, sobrou espaço para a criatividade cotidiana do corpo a corpo. Os armazéns de bairro espalharam seus cartazes habituais com sutis adaptações eleitorais: *NÃO se vende fiado; NÃO há tomates; NÃO há troco*. “Por trás do não, uma ampla mobilização popular.” *Cadernos do Terceiro Mundo*. Dez/jan. 1981. p. 45.

³⁸ Assim descreve Benjamín Nahum como a oposição conseguiu burlar e superar os limites e restrições impostas desde o centro do poder: “[...] el protagonista fue la mayoría del pueblo uruguayo que, en la noticia propalada boca a boca, en la organización de reuniones políticas en casas de familia disfrazadas de “cumpleaños de 15” para no despertar sospechas o atraer la represión, en reuniones informales y poco numerosas en clubes deportivos, centros sociales o culturales, cafés, encuentros deportivos, etc., se comunicó, se encontró a si mismo, y encontró que el vecino – con quien no había hablado durante años más que del tiempo por temor a que fuera un “soplón” [dedo-duro] de los militares – pensaba también que al fin se presentaba la oportunidad – pacífica – de

Havia medo? [...]. Medo sim, mas diferente do medo de antes. Era o medo de pôr tudo a perder com um passo em falso. E por isso as palavras-de-ordem eram claras no sentido de evitar qualquer provocação, não fazer comentários nem exteriorizar alegria ante os resultados, por mais animadores que fossem. Acatar a disposição governamental de não sair à rua para festejar em nenhuma circunstância; permanecer em casa, se possível com as janelas fechadas, para não deixar que as comemorações íntimas fossem vistas.

Tudo na mais absoluta disciplina e com clara consciência de que o povo estava medindo forças com o regime. O governo tinha que continuar confiante de que ia ganhar até o último momento, quando fosse tarde demais para voltar atrás.

E assim aconteceu. [...]³⁹

Fora do país, analistas políticos não compreendiam como uma ditadura que controlava ferreamente a estrutura de poder no interior do país - com o medo, com a censura e com a repressão - conseguia ser derrotada (na mesma época, cabe lembrar, a ditadura chilena aprovava sua proposta de reforma constitucional, o que podia ser explorado como legitimação do processo). Nahum avalia que o alto percentual de votos favoráveis à reforma expressa que, para muitos, essa era a única forma de que o regime terminasse algum dia. “No se [...] ofrecía ninguna otra salida política a la situación de hegemonía militar, sino a través de este proyecto.” Por isso, afirma, é mais surpreendente a votação que a rechaça, pois “[...] no quedaba otra opción política abierta [...]” e “[...]el presunto vacío institucional que podría abrirse fue preferible - para esa mayoría - al régimen que se vivía. Con él no había transacción posible, sino rechazo frontal.”⁴⁰

4.1.3 - A procura da saída negociada (1980-1984)

O resultado do plebiscito surpreendeu o comando militar. Entre as especulações anteriores ao mesmo, o cenário da derrota sequer fora considerado. Dadas as precárias condições de liberdade de expressão existentes, a linearidade das certezas militares tão afeitas à ordem e à disciplina desconsideraram a dinâmica política que se havia aberto, mesmo que, ainda, de forma muito tímida. Talvez as Forças Armadas acabaram reféns da sedução e do convencimento gerado pela sua própria autopropaganda. Ou então, foram cegadas pelo seu discurso e pelos “feitos” constantemente repetidos à exaustão, menosprezando a capacidade de articulação e de resistência de parcelas significativas da sociedade, mesmo após sete anos de consolidação de

oponerse al régimen.” NAHUM, op. cit., p. 337.

³⁹ “Por trás do não, uma ampla mobilização popular”. *Cadernos do Terceiro Mundo*. Op. cit., p. 47.

⁴⁰ NAHUM, op. cit., p. 337.

uma política de TDE. E, simultaneamente, por desgaste ou discordância política, perdiam apoio de alguns setores com os quais, originalmente, haviam confluído na “cruzada anticomunista”.

Aparentemente, a sociedade, ao derrotar o projeto constitucional, forçava uma volta à estaca zero, pois ao rejeitar a proposta de um Estado tutelado pelo poder militar, mantinha, mesmo que isso não fosse uma opção, um regime ditatorial em sentido estrito, sem matizes ou aparência democrática. O Comandante da 2ª Divisão, general Rapela, expressou um curioso raciocínio, numa tentativa frustrada de esvaziar a vitória da oposição. Segundo ele, havia três tipos de votantes do *NO*. Os “inimigos da pátria”, os que por razões doutrinárias rejeitavam o projeto e os que votaram *NO* porque são contrários a qualquer mudança e querem que o processo continue como está.⁴¹ Independente destas bizarras interpretações, o resultado plebiscitário apontou, à cúpula militar, vários sinais para a reflexão como, por exemplo:

1) a negação da maioria da população em legitimar uma proposta de Estado elaborada a partir da lógica da Doutrina de Segurança Nacional;

2) a constatação de que, passados sete anos de restrições de toda ordem (fechamento do Parlamento, censura, intervenções no ensino, proscricções, política repressiva, etc.), a “pedagogia do medo” e a propaganda oficial haviam sido insuficientes para garantir adesismo ao oficialismo, impor inércia à oposição e evitar a rejeição do “Processo Militar” e das suas propagandas “façanhas”;

3) o reconhecimento de que as Forças Armadas possuíam um capital de apoio e simpatia bem inferior ao imaginado;

4) o impacto do eco no exterior, festejado pelo exílio latino-americano e pela solidariedade democrática internacional, isolando ainda mais o regime;

5) a geração de expectativas de abertura produzida pela dinâmica da consulta e pelo triunfo da oposição removeu a imobilidade tão visível até então, fruto do medo e da ausência de canais políticos que capitalizassem o descontentamento latente;

6) o reconhecimento de que a proposição do jogo da consulta popular legitimadora, resultou num verdadeiro “tiro pela culatra” e que, apesar das restrições vigentes, o plebiscito produzira um “descongelamento” relativo da sociedade civil.

Diante dessas considerações, reverter os resultados com o uso da força parecia fora de questão, fosse pela reação da comunidade internacional ou por que seria reconhecer que o plebiscito não passara de um verdadeiro blefe para garantir legitimidade para o regime. E, principalmente, se, com a metodologia do TDE vigente até então, tinham-se colhido tais

resultados, uma saída coercitiva implicaria em ter que aplicar uma dose repressiva muito maior e, provavelmente, insuportável para o regime. Tudo indicava que essa possibilidade sequer podia ser cogitada. O regime já era acentuadamente repressivo. Aumentar esse teor podia abrir riscos muito perigosos. Nem as condições internas e externas auspiciavam uma opção dessas e, certamente, nem seria aceita pelos setores que continuavam simpatizando com a ditadura. Portanto, optar por mais repressão podia criar fissuras irreversíveis junto à base social de apoio e até no interior dos quartéis. Sem dúvida, o resultado da consulta popular impedia a legitimação da ditadura e se o recurso de maior repressão parecia inadmissível, o caminho da negociação política ganhava consistência.

Em decorrência disso tudo, ocorreram algumas mudanças na cúpula militar e decidiu-se por nova aproximação com a sociedade civil, só que agora reconhecendo a necessidade de incluir os partidos políticos em qualquer discussão e negociação sobre uma hipotética abertura. Esta também havia sido uma sinalização resultante do plebiscito. Mas a situação continuava muito complexa. Como lembra López Chirico, uma saída negociada, naquele contexto, devia levar em conta a correlação de forças existente. Por um lado, “[...] unas FF.AA. cohesionadas, autónomas, acrecidas em la experiencia del ejercicio del poder, por otro, una sociedade civil agredida, desarmada, castigada, pero crecientemente nucleada en demostraciones masivas contra el autoritarismo y las prácticas dictatoriales.”⁴²

É inegável que os resultados do plebiscito abriram brechas para negociações políticas com alguns interlocutores do *NO*. Neste contexto, embora se possa afirmar que certas práticas de TDE tenham diminuído de intensidade, a dinâmica repressiva, em essência, permaneceu inalterada. Como expressão disso, em março de 1982, o padre Luis Pérez Aguirre, figura histórica do *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ),⁴³ pronunciou uma homilia na Catedral Metropolitana de Montevideu no aniversário do assassinato do salvadorenho Monsenhor Romero. Na mesma, Pérez Aguirre, corajosamente, denunciou publicamente, após tantos anos de

⁴¹ LERIN; TORRES, op. cit., p. 129.

⁴² LÓPEZ CHIRICO. *Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional*. Op. cit., p. 31.

⁴³ O SERPAJ é uma organização não-governamental que iniciou suas atividades no país em abril de 1981, como seção local do SERPAJ latino-americano sob a orientação do Prêmio Nobel da Paz, o argentino Adolfo Pérez Esquivel. Tendo como bandeira a defesa dos direitos humanos, constituiu-se como entidade que aglutinou aqueles que denunciavam a tortura, as condições das prisões e os desaparecimentos de indivíduos. Sua principal liderança e porta-voz foi o padre Luis Pérez Aguirre. Definindo-se como uma entidade leiga a serviço daqueles que temiam represálias por parte do regime autoritário, a ação do SERPAJ extrapolou fronteiras e suas campanhas lhe valeram ameaças de fechamento e exigência de explicações por parte dos militares. Desde então, tornou-se referência internacional. Terminada a ditadura, persistiu na defesa dos direitos humanos, da memória e da justiça, tornando-se um referencial de ética e coerência para o conjunto da sociedade uruguaia até os dias de hoje. O Informe *Uruguay. Nunca Más* foi produto do esforço coletivo congregado sob sua orientação e iniciativa.

ditadura, censura e autocensura, a tortura e demais mecanismos repressivos do Terror de Estado uruguaio:

Tenemos una prensa sin libertad, amordazada para decir ciertas cosas, sujeta a la arbitrariedad de criterios que lo único que producen es una tremenda autocensura: ¿les parece que Dios puede estar conforme con esto? Tenemos los derechos de reunión y asociación controlados y limitados; tenemos a los hermanos, nuestros hermanos, clasificados en tres categorías: A, B y C, de acuerdo a sus ideas: y esto ciertamente les abre o les cierra las puertas para trabajar, aun para subsistir sus familias; tenemos una creciente desocupación; tenemos falta de libertad para defender a los que viven de sus sueldos; tenemos toda la enseñanza intervenida; las expresiones culturales, el teatro, el cine, la pintura, el canto [...] están todas controladas; y así podríamos seguir.[...] ⁴⁴

Este trecho da homilia é a descrição e denúncia do controle e intervenção que a ditadura exerce nas mais diversas dimensões da sociedade uruguaia. Mas Pérez Aguirre explicita ainda mais o caráter repressivo:

desde el mes de setiembre pasado, aproximadamente, se ha venido realizando aquí en Uruguay, lo que llamo, por darle algún nombre, “secuestros de estado”, es decir, que se detiene a personas en la vía pública, donde sea, generalmente sin testigos, y se les mantiene recluidos secretamente, con interrogatorios, mientras se niega fríamente la detención a los familiares que interponen recursos o hacen las denuncias correspondientes, y se los tiene así mucho tiempo, los más de los casos más de 60 días, antes que aparezcan como detenidos. [...] ⁴⁵

Dois dados importantes aparecem neste trecho. Um é a alusão de que, em 1981, ainda continuavam ocorrendo casos de repressão segundo a metodologia do seqüestro seguido de desaparecimento. A outra, o entendimento de que esses seqüestros são posteriormente legalizados; portanto, estamos diante do reconhecimento de que há uma modalidade de seqüestro-desaparecimento em que ocorre a devolução do indivíduo seqüestrado, seja colocado em liberdade ou, majoritariamente, dando-se ciência da sua detenção e passagem à Justiça Militar. Isto é importante porque amplia significativamente o universo dos seqüestrados-desaparecidos. A análise da metodologia do procedimento permite inferir, então, que há casos de desaparecimentos temporários enquanto que outros são permanentes e, portanto, definitivos. Provavelmente, a modalidade temporária é bem mais freqüente do que a outra. Merece registro também a expressão usada por Pérez Aguirre: *secuestro de Estado*. Lembrando que o SERPAJ maneja uma quantidade significativa de informações sobre a dinâmica repressiva da ditadura e

⁴⁴ *Lo que no trae la paz en el Uruguay de hoy*. Homilia de Luis Pérez Aguirre em celebração do martírio de Monseñor Oscar Romero. Catedral Metropolitana de Montevideú, 24 de março de 1982. Trechos extraídos de: SERPAJ. Op. cit., p. 99-102.

⁴⁵ Idem.

considerando a legitimidade e a autoridade moral do seu porta-voz, a expressão citada, que alude a uma política de Estado, se recobre de uma importância ímpar. Segundo se depreende das palavras de Pérez Aguirre, os seqüestros e os desaparecimentos imediatos de indivíduos, independente do seu destino final, são mecanismos orgânicos da racionalidade do Estado de Segurança Nacional e dos seus objetivos clássicos.

Certamente, o maior desafio contido na homilia foram as palavras finais que o representante do SERPAJ dedicou aos militares. Provavelmente, as mesmas causaram muita apreensão dentro da caserna, sobretudo considerando os recados anteriores da homilia e, tendo tais palavras, vindo de um representante da Igreja que, mesmo que não falasse pela instituição (de atuação muito discreta até então diante dos excessos repressivos), o fazia dentro da própria Catedral:

A los militares – porque Monseñor Romero también les hablaba a los militares, y muy bien - ¿qué les diría?: que cuiden y que protejan la vida de todos sus hermanos sin distinción, que nadie nunca dé una orden de apremio físico, o moral, de tortura como se dice simplemente, contra su hermano. ¡Nadie tiene autoridad ni en el cielo ni en la tierra para una tal infamia! Y que no me digan, hermanos, que eso no se da en Uruguay; como no voy a saber yo que eso se da, si yo mismo he sido víctima de eso. Hermano militar, nadie puede obedecer o seguir una orden contra la ley de Dios, contra la integridad de la vida de su hermano, por más culpable de la culpa que se le considere. La ley de Dios de la integridad de la vida, está por encima de todo. Es obligación obedecer a Dios, y es obligación desobedecer una orden pecaminosa. Hermano militar, o hermano funcionario del Ministerio del Interior, o hermano de Inteligencia, que supongo que estarás aquí cumpliendo con tu trabajo: busca, hermano, busca con tus compañeros establecer todos tus valores, esas actitudes que fomentan el respecto de la persona y de la justicia en todos. Hermanos militares, no se manejen con esquemas bélicos simplistas para nuestra patria, de “amigo y enemigo”; yo les pediría que sí, que combatan y con toda la valentía de que fueran capaces, con firmeza, que combatan toda la arbitrariedad interna y externa de las Fuerzas Armadas, y que confíen, por último, que confíen siempre en el pueblo, al que pertenecen, para que podamos encontrar todos juntos, y sin discriminaciones ni proscripciones, una salida digna para el país. [...] ⁴⁶

Veja-se que anos antes das discussões formais sobre a lógica militar da “obediência devida” (que acontecem no início da redemocratização e sob o impacto do julgamento das Juntas Militares argentinas), Pérez Aguirre afirma, nas entrelinhas das suas palavras, que são conhecidos os excessos repressivos cometidos pelo Estado e prega, certamente que sem maiores ilusões, uma verdadeira “desobediência devida” no interior da caserna, fato que muito deve ter desagradado ao comando militar e sua moral de disciplina e obediência sem questionamento. ⁴⁷

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ A grande imprensa fez absoluto silêncio sobre as palavras de Pérez Aguirre e o profundo impacto que causaram aos ouvintes. Mas a revista *La Plaza* publicou a homilia integralmente na edição de abril, fato que

A gravidade das críticas contidas na homilia somente é comparável à gravidade das denúncias formuladas publicamente. Neste sentido, tal documento é de extrema importância porque ajuda a colocar em perspectiva histórica - no momento em que, mesmo com percalços, se avança rumo a uma abertura política - o fato de que a sociedade, como um todo, começa a inteirar-se, a tomar consciência ou simplesmente a superar o medo de falar e avaliar a verdadeira dimensão do Terror de Estado que sofreu. E com um dado complicador: o fato dos militares que aplicaram tanta desinformação, diversionismo e “pedagogia do medo” terem, cada vez mais presente, o desabrochar daquela consciência, o que, de certa forma, endurecerá sua posição de força.

Em julho de 1981, o governo definiu os critérios sobre os quais basearia a abertura política: transição de três anos, inclusão de representantes partidários no Conselho de Estado, reversão gradual de proscricções, discussão de estatutos partidários, reforma constitucional e eleições nacionais. Contatos e sondagens entre militares e alguns políticos ainda proscritos se multiplicaram.⁴⁸ Logo depois eram divulgados uma primeira lista anunciando o fim de cem proscricções e o Ato Institucional nº 11, que estabelecia um período de transição de três anos e a indicação de um novo “presidente” para comandá-lo. Após tensas negociações internas, a *Junta de Oficiales Generales* designou o tenente general Gregório Álvarez para presidir esse período de transição a partir do 1º de setembro de 1981.

A indicação de Álvarez apontou uma mudança no comportamento político da corporação militar, que até então fizera questão de mostrar um rosto civil, mesmo que isso fosse uma contingência de fachada (sobretudo com Aparicio Méndez). Efetivamente, até esse momento, as aspirações políticas individuais haviam sido desencorajadas pela estrutura do poder militar. A postulação de Álvarez resultou de pressões do seu entorno, mas também como consequência da ausência de uma figura civil de confiança que deveria administrar o papel crucial de dirigir e proteger, desde o Poder Executivo, a retirada militar.⁴⁹ Provavelmente, essa dificuldade de encontrar quadros civis de confiança já era o reflexo do isolamento crescente das Forças Armadas desde a derrota na consulta constitucional. Como exemplo, cabe registrar que até o jornal *El Día*, marcado pelo sua vinculação orgânica com a ditadura, nos últimos meses da mesma, registrava diariamente e de forma destacada na capa do jornal, a contagem regressiva para a volta da democracia.

acarretou seu fechamento por oito edições e a convocação do padre e dos responsáveis da publicação para prestarem esclarecimentos à Justiça Militar. “Comoção na catedral”. *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, junho 1982. p. 46-49.

⁴⁸ NAHUM, op. cit., p. 339.

⁴⁹ LÓPEZ CHIRICO. *Las Fuerzas Armadas. De la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional*. Op.

Militares e dirigentes políticos passaram a discutir regras para a convocação de eleições partidárias internas. O desencadeamento desse processo não contou com a esquerda, marginalizada do mesmo, nem com os setores *blancos* que respondiam à liderança de Ferreira Aldunate e que se abstiveram de participar. Decorrentes deste clima, embora ainda muito restritivo, diversos atores sociais reassumiram protagonismo numa espiral crescente de organização, articulação e manifestações públicas. O movimento sindical começou a rearticular-se e o movimento estudantil, retomando uma militância combativa desde o Plebiscito, fundou, em 1983, a *Asociación Social y Cultural de Estudiantes de Enseñanza Pública* (ASCEEP), herdeira da tradição da proibida *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay* (FEUU).

Após intensas negociações, o Conselho de Estado aprovou o Estatuto dos Partidos Políticos em junho de 1982, desencadeando, assim, a dinâmica política das eleições internas das direções dos partidos tradicionais e da pouco expressiva *Unión Cívica*. Novas lideranças surgiram e as críticas contra o regime polarizaram o processo, reforçando o antagonismo entre os setores assumidamente de oposição ao regime e os que faziam parte da sua base de apoio, tornando explícita a evolução da linha de continuidade originada na disputa plebiscitária.

A participação da esquerda no processo foi solicitada pela sociedade, assim como pelos partidos tradicionais (inclusive os setores oficialistas), demanda diante da qual as Forças Armadas se mostraram irredutíveis. Cabe uma explicação a esse respeito. Como a participação nas eleições internas era de simpatizantes e não de filiados, as correntes alinhadas com o governo temiam que os eleitores da esquerda, impedidos de votar no seu desaguadouro natural (a proibida Frente Ampla), participassem e incidissem nas disputas internas dos partidos tradicionais votando nas correntes mais opositoras e produzindo resultados inesperados, desequilibrando a relação de força no interior do partido e relegando a um plano secundário os setores aliados do regime.

No Partido Colorado, o oficialismo se aglutinou em volta do ex-presidente Pacheco Areco e do jornal *El Día*; as correntes de questionamento ao regime se expressaram através da fórmula Sanguinetti-Tarigo e de Flores Silva. Dentro do Partido Nacional, os setores vinculados a Ferreira Aldunate predominaram diante das correntes conservadoras. A dinâmica do embate partidário indicava, cada vez mais, que a disputa interna se havia transformado em uma outra jornada plebiscitária que beneficiava os setores que assumiam de forma mais concreta a crítica à ditadura, apesar do recrudescimento da censura contra seus órgãos de imprensa. O que estava em questão agora, para uma boa parcela da população, era, após ter rejeitado a proposta

constitucional militar, derrotar os setores pró-ditadura existentes dentro dos partidos tradicionais.⁵⁰

Parte dos votos dos simpatizantes da Frente Ampla se diluíram entre os setores de oposição dentro dos partidos tradicionais, confirmando o temor da sagração de uma espécie de “voto útil” de eleitores que não eram nem orgânicos nem simpatizantes dos partidos que tinham escolhido para manifestar uma opção eleitoral. Isso ocorreu, sobretudo, na corrente que representava a Ferreira Aldunate no interior do Partido Nacional. Aliás, essa era uma orientação da “Convergência Democrática”, organização recentemente criada no exílio que reunia simpatizantes da Frente Ampla e das correntes *blancas* daquele ex-candidato presidencial. Outro importante contingente de *frenteampelistas* acompanhou a orientação de lideranças que, desde o exílio e a prisão, como no caso do general Seregni, recomendavam o voto em branco como forma de registrar a ausência forçada da Frente Ampla. Tal fato era de extrema importância, pois até então era muito difícil avaliar qual era o peso dessa força política dentro do país. Sua história se resumia a dois anos e meio de vida democrática e quase dez anos de ditadura. Era evidente que a sua sobrevivência como entidade política era uma incógnita, pois era muito difícil de mensurar. Daí a importância de tornar público, de alguma forma, a existência de eleitores que não se sentiam representados pelas opções “permitidas”. De qualquer forma, apesar da conclamação ao voto em branco, o “voto útil” ocorreu. Efetivamente, não podendo votar na coalizão de esquerda, muitos dos seus simpatizantes reforçaram os setores de oposição dos partidos tradicionais.

Os resultados da consulta interna partidária apresentaram os seguintes resultados:

Eleições internas dos partidos políticos (28/11/1982)

Habilitados	2.079.566	100%	
Votantes	1.260.506	60,61%	dos habilitados
Partido Nacional (<i>blancos</i>)	619.945	49,18%	dos votantes
Partido Colorado	527.562	41,85%	idem
Movimiento Cívica	14.986	1,19%	idem
Voto em branco	85.373	6,77%	idem

(Fonte: Albornoz, A. apud NAHUM, op. cit., p. 341)

⁵⁰ NAHUM, op. cit., p. 340.

As correntes pró-ditadura foram derrotadas. Entre os *blancos*, o setor de Ferreira Aldunate foi majoritário e se consolidou com uma postura de intransigência frente ao regime. No Partido Colorado, a corrente de Pacheco Areco, a principal força política de sustentação da ditadura, foi superada pela chapa Sanguinetti-Tarigo. Os votos legitimaram essas correntes como principais representantes da maior parte da cidadania; simultaneamente, a derrota dos setores pró-ditadura impedia que os militares negociassem sua retirada diretamente com políticos mais próximos e confiáveis. Quanto ao peso do voto em branco, mesmo considerando a existência do “voto útil”, era inegável que representava uma esquerda cujos números não podiam ser desconhecidos, o que trazia de volta a questão: o que fazer com ela?⁵¹

A etapa seguinte foi marcada por uma complexa “teia” de fatos que indicavam um clima de abertura política, tanto no campo oficial quanto na reorganização das estruturas partidárias, sindicais e estudantis, quanto de retrocessos autoritários. Em função dos resultados internos dos partidos, estruturaram-se as convenções partidárias. Simultaneamente, houve uma tentativa frustrada de Gregório Alvarez em encorajar a formação de um partido do regime que incorporasse apoios para propor uma via continuista; entretanto, tal iniciativa não encontrou eco na cúpula militar e, muito menos, junto à população.

A instabilidade permaneceu. Em dezembro, a imprensa voltou a ser censurada, particularmente, CX 30 *La Radio*,⁵² por transmitir ao vivo as convenções partidárias, o que estava proibido. Seu diretor Germán Araújo, futuro senador da Frente Ampla e, naquele momento, radialista muito popular, foi detido. Apesar de uma certa abertura política do regime, o clima de insegurança e censura continuava vigente. Mesmo assim, em abril de 1983, o movimento sindical reorganizou-se através de uma nova central, o *Plenario Intersindical de Trabajadores* (PIT), e preparou as comemorações do 1º de maio com a envergadura da tradição que as jornadas massivas de mobilização popular tinham antes do golpe de Estado.

Ainda em maio, iniciou o duro “diálogo político-militar” conhecido como negociações do Parque Hotel. Determinados setores militares, descontentes com sua progressiva retirada de cena e com o que entendiam ser concessões desnecessárias da corporação, pressionaram com nova onda repressiva de censura e prisões. A ameaça de retrocesso e de imposição de uma Constituição sem negociação política ativou reações de descontentamento da sociedade civil. As

⁵¹ Idem, p. 341.

⁵² O nome desta emissora de rádio era *Radio Nacional*. Historicamente, era vinculada aos setores de esquerda e às organizações sindicais combativas. Alvo de ataques de grupos paramilitares que se escondiam sob a sombra do governo Pacheco Areco e diversas vezes censurada desde então, teve seu nome proibido pela ditadura e seu público fiel foi hostilizado. Mesmo assim, continuou funcionando sob permanente ameaça de censura e de repressão. Não podendo nomeá-la publicamente, seus ouvintes passaram a identificá-la como *La Treinta*, ou simplesmente, *la Radio*. Dirigida por Germán Araújo, posterior senador da Frente Ampla, *La Radio* teve papel

caceroleadas (panelaços) se disseminaram por todo o país, com graus variados de adesismo, e foram acompanhadas por mobilizações e campanhas específicas de denúncias e resistência sindical (PIT), estudantil (ASCEEP) e das nascentes organizações de direitos humanos como o SERPAJ. A esquerda, proscrita e ausente das conversações com os militares, era visível nas manifestações sociais. A criação da Intersetorial, organismo de discussão de todos os partidos políticos e dos movimentos sociais, foi um esforço no sentido de criar um fórum representativo da sociedade uruguaia e que, de certa forma, denunciava a ausência de outros interlocutores nas negociações com os militares.

Todos esses esforços de mobilização e os avanços das negociações dos setores políticos legalizados com os militares (apesar dos recuos e entraves existentes) confluíram na maior manifestação de massa da história do país até então, el *Obelisco* ou *El Río de Libertad*. Efetivamente, no 27 de novembro de 1983, em Montevideu, na área onde está situado o Obelisco, mais de 400 mil pessoas reclamaram a volta do regime democrático e repudiaram o regime existente. O ato contou, pela primeira vez após tantos anos, com a participação pública de dirigentes da proscrita esquerda.

O crescente protagonismo popular preocupou os mandos militares. A abertura e as negociações sobre o fim da ditadura pareciam irreversíveis, e tudo indicava que os prazos se esgotavam. A expectativa das Forças Armadas de impor a “melhor saída” (seu afastamento do poder sem prestação de contas presente ou futura) era questionada pela sociedade, e até no interior dos partidos políticos havia sinais de contrariedade diante daquela iniciativa. A maioria *blanca* do exilado Ferreira Aldunate defendeu a tese de negociar com uma posição firme; mas, isolada entre as demais forças políticas partícipes, abandonou as conversações do Parque Hotel. Um dos principais motivos do impasse residia na irreduzível posição militar de pôr um ponto final à proscricção do líder exilado. Contrapondo-se a essa postura, o Partido Colorado, liderado por Sanguinetti, e outros setores *blancos*, consentiam com uma saída moderada que permitisse a retirada da corporação militar sem que a mesma se sentisse ameaçada.

Inegavelmente, os desdobramentos dos resultados da consulta plebiscitária marcaram o crescimento de uma disposição à pressão da sociedade civil e das correntes políticas de oposição, apesar do temor ao recrudescimento da repressão ou frente ao impasse de que, rejeitado o projeto continuista, poderia ficar tudo como estava. No interior das Forças Armadas, também ocorriam debates sobre o rumo a seguir. A pouca publicitação da pugna entre setores “duros”, favoráveis a congelar ou reverter as expectativas da oposição gerada pela convocação do plebiscito, e os

setores que defendiam a normalização institucional, mesmo que pausada e com restrições, confirmava a procura de uma saída coesa, disciplinada e até discreta dos militares e do aparato estatal. Da mesma forma, as forças de oposição que negociavam com as Forças Armadas também eram perpassadas por debates internos, polêmicas e dissidências; sinais da complexidade das negociações, do que estava em jogo e da difícil conjuntura que devia ser enfrentada.

Quanto à situação econômica, as dificuldades se acentuavam. O ano de 1982 foi chave. A estagnação produtiva foi acompanhada de um crescente desequilíbrio financeiro produzido pela retirada de capitais. A captação de recursos no exterior para compensar o desequilíbrio acentuou ainda mais o endividamento externo. Por outro lado, os gastos com segurança e com compra de armas geravam recortes permanentes em áreas de investimento social do Estado e incidiam no desequilíbrio da balança comercial. Paralelamente, o endividamento dos setores produtivos, com o sistema financeiro mediante juros altos, se tornou tão grave que os bancos privados, pressionados pelos seus compromissos e seus acionistas, solicitaram o auxílio do Banco Central. Ou seja, o Estado assumiu essas dívidas em troca de novos empréstimos externos e evitou a quebra dos bancos privados, diminuindo ainda mais as reservas do Banco Central. Sem condições de manter uma paridade cambiária artificial e pré-fixada (*tablita*), o Banco Central, em novembro de 1982, deixou o câmbio livre; em 2 dias, o preço do dólar triplicou, quebrando centenas de empresas endividadas naquela moeda.⁵³

O refinanciamento da dívida externa junto ao FMI, em 1983, obrigou o governo a aceitar um acordo de cunho neoliberal: equilíbrio orçamentário, controle do dinheiro, arrocho salarial, eliminação de subsídios às exportações, aumento de 50% no imposto sobre o valor agregado, aumento das taxas públicas (entre 25 e 50%), manutenção de impostos aos salários (2%), etc. Exigiu-se também que o Banco Central continuasse com a política de resgatar as dívidas dos bancos privados. A aplicação daquelas condições de negociação acabaram produzindo maior recessão, desemprego e aumento da dívida externa. Tentando ganhar tempo, o governo negociou o adiamento dos vencimentos da dívida, aceitando a compensação de taxas mais altas que ficaram como compromissos a serem saldados pelos futuros governos civis. Ou seja, uma das heranças que a ditadura deixaria para as futuras administrações civis seria uma frágil saúde financeira, que comprometeria as expectativas sociais acumuladas pela população durante todo o período autoritário e que, em suma, enfraqueceria a incipiente redemocratização. Quanto às mazelas sociais diretamente derivadas, elas sinalizavam a existência do pior salário

⁵³ Idem, p. 355.

real da história do país e um desemprego que atingia 15% na capital, no final de 1983.⁵⁴

Em 1984, aceleraram-se as definições políticas do processo. No mês de março, foi libertado o general Seregni após quase 10 anos de prisão. Tal fato era interpretado como sendo o reconhecimento dos militares, após as avaliações posteriores do plebiscito e do comportamento do sistema político em geral, quanto ao peso da esquerda no conjunto da sociedade e do equívoco em tê-la ignorado. Por outro lado, a libertação do maior líder da Frente Ampla gerava a expectativa de que cabia à esquerda assumir um papel importante nas negociações de “saída” da ditadura.

A radicalização dos setores *blancos* de oposição, exigindo o fim das proscricções e de um plebiscito para reformar a Constituição, acabou isolando-os. Divergindo deles, os *colorados* e a Frente Ampla passaram a integrar a “Multipartidária”, uma mesa permanente de negociação que deveria apontar caminhos para a democratização do país. Era o início de uma dupla ação dessas forças políticas: a negociação e pressão contra a ditadura militar e a definição de estratégias para uma campanha eleitoral com regras ainda incertas e na qual a manutenção das proscricções de Ferreira Aldunate e de alguns dirigentes históricos da Frente Ampla pareciam irreversíveis.

Durante o mês de abril, Ferreira Aldunate, na Argentina, anunciou sua volta ao país, o que veio a acontecer em junho. Em uma jornada muito tensa, foi detido ao ingressar no país; a anunciada comoção política prometida por algumas lideranças do seu entorno não se verificou. Durante o mês de julho, ocorreram as negociações do Pacto do Clube Naval entre os Comandantes em Chefe das Forças Armadas e os representantes do Partido Colorado e da Frente Ampla; o objetivo principal era encontrar uma saída de consenso.

Para López Chirico, a especificidade da abertura uruguaia resultou da conjunção de três fatores centrais: disposição da cúpula militar para negociar, participação qualificada de representantes da elite política e apoio das mobilizações populares. Particularmente, diz a autora, a singularidade do processo uruguaio resultou da “[...] dosificação equilibrada de todos esses elementos atuando em um clima e um espaço político que regenera com vigor inusitado uma cultura política cimentada nos valores liberal-democráticos, a prática negociadora e a participação cidadã”.⁵⁵

O final da ditadura, independente dos acordos políticos que permitiam a devolução do aparato estatal aos civis, foi marcado pela forte pressão das Forças Armadas para que sua

⁵⁴ ASTORI, op. cit., p. 141.

⁵⁵ LÓPEZ CHIRICO. **Uruguai 1985-1993. Estratégia e tática da reprodução institucional militar no pós ditadura.** Op. cit., p. 97.

retirada ocorresse sem sobressaltos e com garantias de imunidade. Apesar de todo o desgaste e da crescente pressão de uma sociedade que recuperara espaços de resistência (no plano cultural, na imprensa, nos *liceos*, nos sindicatos, etc.) e que mostrava vigor nas mobilizações massivas, as Forças Armadas impuseram suas condições. Pelo acordo, era garantido a preservação da sua autonomia, a presença, em instâncias de co-participação, no exercício do poder político civil (através do Conselho de Segurança Nacional) e a manutenção do controle do ascenso dos oficiais de maior posto, com a apresentação de uma lista de candidatos indicados pelo comando militar, para a escolha do presidente. No interior da corporação, o critério de escolha e de cooptação foi mantido em detrimento do concurso, garantindo a coesão do núcleo da ditadura, assim como sua autonomia diante do poder político.⁵⁶

Mesmo considerando o fracasso plebiscitário de 1980 e a derrota dos seus aliados políticos nas internas partidárias de 1982, o regime autoritário ainda tinha reservas de poder para negociar. Beneficiava-se, sem dúvida, da vontade política de mudança que havia entre os interlocutores da sociedade civil e, sobretudo, pelo fato de que havia fragmentado a unidade da oposição ao isolar o setor de Ferreira Aldunate e distanciá-lo da Frente Ampla, objetivo sempre perseguido, pois afastava o pior cenário possível nas avaliações que os estrategistas do regime de Segurança Nacional faziam desde o golpe de Estado. Simultânea e sorrateiramente, as Forças Armadas transferiram o *Servicio de Información de Defensa* do Ministério de Defesa à *Junta de Comandantes en Jefe*, estratégia para evitar que o futuro governo civil se imiscuísse em tão estratégica estrutura do poder militar.

Praticamente, no período final da ditadura, as Forças Armadas continuavam com a mesma postura com a qual haviam consagrado o TDE. Como síntese da retirada militar, ficaram as palavras do general Rapela: “No hay desaparecidos en nuestro país. Por lo menos no en lo que se entiende normalmente por ese término.”⁵⁷ Mais de uma década após sua interrupção no cenário político nacional, continuavam negando sua essência repressiva. Após a retomada da democracia, numa nova demonstração de força, os militares obtinham do governo Sanguinetti uma lei que, sancionada pelo Parlamento, garantia a impunidade dos delitos cometidos contra os direitos humanos durante a ditadura; a imunidade recebida recaía sobre a sociedade como um prolongamento do TDE, mesmo após expirar o regime de Segurança Nacional.

4.2 – A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NO URUGUAI

⁵⁶ Idem., p. 31.

⁵⁷ RAPELA apud CAETANO; RILLA. *Breve historia de la dictadura*. Op. cit, p. 139.

4.2.1 – Antecedentes

Como já foi visto no segundo capítulo, os regimes militares latino-americanos dos anos 70 se inspiraram nos postulados da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Independente do perfil da atuação das corporações militares nos diferentes casos nacionais, podem-se identificar alguns traços similares resultantes dos postulados da visão de mundo da DSN. Tal doutrina não foi originária das instituições militares latino-americanas - com exceção do caso brasileiro, onde houve reelaboração específica, embora também a partir de fontes externas. A DSN tampouco foi a única matriz de pensamento externo dos regimes militares, apesar de ter sido a de maior impacto e, sob certa forma, a que sintetizou a contribuição de outras matrizes doutrinárias que foram, em parte, absorvidas por ela e que, através dela, foram retransmitidas à América Latina.

As matrizes de maior peso com incidência no Uruguai foram:

1) A derivada da teoria e da prática da repressão colonial francesa nas guerras de independência da Argélia e da Indochina, a Contra-Insurgência. A tese básica fundamentava-se na debilidade do sistema democrático liberal e na crítica à influência da Revolução Francesa nos processos nacionais, apregoando a tese conservadora do retorno a modalidades filosóficas e ideológicas autoritárias. Nessa matriz, o conceito de “guerra psicológica” adquiria centralidade como política estatal em função da possibilidade de manipulação intensa sobre a sociedade civil. No caso das Forças Armadas uruguaias a aquisição direta da experiência francesa parece ter sido razoável; a oficialidade lia os manuais dos estrategistas franceses assim como assistia alguns cursos por eles ministrados na região. Mas a incorporação dessa metodologia de ação ocorreu, principalmente, através da mediação da DSN estadunidense e de cursos ministrados na Argentina e no Chile.

2) As doutrinas militares da Espanha franquista também apresentaram certo impacto em alguns casos latino-americanos, tanto através da vertente do pensamento falangista quanto das idéias desenvolvidas por setores católicos conservadores e/ou pela própria experiência do franquismo. Todas elas coincidiam, no reconhecimento à instituição militar, de um papel preponderante na condução política da sociedade. Por exemplo, José Antonio Primo de Rivera, principal liderança falangista, defendia que os militares deviam manter-se à margem da luta político-partidária; porém, entendia ele, se a sociedade estivesse sob o risco de um colapso interno, as Forças Armadas deveriam intervir para evitar o questionamento dos fundamentos tradicionais da mesma e custodiar a manutenção dos objetivos nacionais permanentes (elemento importante da posterior

DSN).

O espírito “cruzadista”, de origem hispânica, teve forte aceitação nas experiências uruguaia e chilena e se articulava com os postulados do anticomunismo e da presença persistente do “inimigo interno” (apresentado como tal pela DSN). As alusões feitas a “marxistas”, “comunistas”, “sediciosos” ou “subversivos” encontram importante antecedente nas expressões “bolcheviques”, *herejes*, *rojos* e *rojillos* da Espanha franquista. No caso uruguaio, houve uma forte presença de elementos originados do hispanismo no projeto de ensino pretendido pela nova ordem autoritária, como a família, a cruzada das forças de segurança, a afirmação dos valores do catolicismo tradicional e a moral.⁵⁸ Este fenômeno foi estudado com profundidade na obra de Campodónico, Massera & Sala.⁵⁹

3) Niurka Sala aponta uma raiz de pensamento nazifascista que confluuiu, posteriormente, com as orientações da DSN.⁶⁰ A difusão daquelas idéias ocorreu tanto por intermediação de setores políticos de direita quanto pelos círculos militares que haviam tido contato com missões militares da Alemanha e da Itália na região ou através de militares uruguaio que haviam sido enviados àqueles países antes da Segunda Guerra Mundial. Nas publicações especializadas dos círculos das diversas forças armadas da época, encontram-se diversos artigos doutrinários e apologéticos da disciplina e do poder militar da Alemanha. Os acontecimentos posteriores levaram a um recuo dessas influências no Uruguai. A tese de Sala é a de que tais influências não foram extintas. A autora se pergunta: tais correntes são antecedentes significativos de assimilação e aplicação da DSN no Uruguai? Sem dúvida, há importantes pontos de contato com a DSN, seja na concepção do avanço (real ou figurado) do comunismo e a necessidade de dar-lhe respostas concretas, seja como crítica à democracia liberal.⁶¹

4) Algumas correntes de pensamento tiveram uma visibilidade mais restrita. Entre elas, podem-se apontar algumas leituras feitas sobre a interpretação argentina da DSN, algumas expressões da corrente da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e, sobretudo, a Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira (e nela o pensamento de

⁵⁸ ROJAS MIX, Miguel. La dictadura militar en Chile y América Latina. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (Orgs.). **Dictaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

⁵⁹ CAMPODÓNICO, Silvia; MASSERA, Ema; SALA, Niurka. **Ideología y educación durante la dictadura. Antecedentes, proyecto, consecuencias**. Montevideo: Banda Oriental, 1991.

⁶⁰ Ver CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. **Alto el fuego 2. La logia de los Tenientes de Artigas**. Montevideo: Rosebud Ediciones, 1997.

⁶¹ SALA, Niurka. Antecedentes Del catolicismo ultraderechista, del hispanismo y de la doctrina de la seguridad nacional en nuestro país. In: CAMPODÓNICO; MASSERA; SALA, op. cit., p. 73.

Golbery do Couto e Silva).⁶² Esta adequou seu discurso às estratégias “pentagonistas” da Guerra Fria, priorizando o combate à subversão interna, à agressão comunista e enfatizando a conexão entre segurança e desenvolvimento. Segundo Baumgartner, Duran Matos & Mazzeo, o golpe de 1964 contra João Goulart, no Brasil, foi a primeira realização da DSN na América Latina. Os militares tomaram o poder com um projeto próprio, assumindo o controle do Estado e procurando legitimar-se mediante “atos institucionais” enquanto que, no plano repressivo, aplicaram uma política de laboratório onde esquadrões da morte, tortura massiva, assassinatos políticos e desaparecimentos foram modalidades experimentadas.⁶³

5) A Doutrina de Segurança Nacional, estruturada a partir das necessidades dos EUA, no entendimento de que havia uma “guerra permanente” entre o “mundo comunista” e o “mundo livre”. Partindo do princípio de que a URSS decidira utilizar o comunismo internacional como instrumento de agressão e de subversão interna, foi necessário contrapor a tal ameaça uma guerra total e permanente. Os EUA se auto-proclamaram defensores do “mundo livre”, impondo uma divisão de tarefas no plano militar onde cabia aos países latino-americanos arcarem com o esforço de proteger seus territórios nacionais, prevenindo a infiltração comunista e reprimindo todas as modalidades e tentativas subversivas. O avanço da DSN na região foi simultâneo ao processo de *pentagonização* dos exércitos latino-americanos, a partir de 1951, com a aprovação pelo Congresso dos EUA da “Lei de Segurança Mútua”, sob cuja cobertura estabeleceram-se as premissas dos empréstimos de material bélico e de missões de assessoria militar.⁶⁴

Um “novo profissionalismo” das Forças Armadas foi proposto pelos EUA através da DSN focalizando a preservação da segurança interna diante da “ameaça subversiva”, o que exigia uma capacitação política e civil dos militares para assumir com eficiência as novas tarefas.

⁶² A base da DSN brasileira foi formulada ainda em 1945 por militares ligados à Força Expedicionária Brasileira (FEB) e sob a influência da experiência gerada pela convivência com a máquina de guerra dos EUA. Em 1945, em uma reunião desses militares saíram os pontos norteadores da futura Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com Joel Silveira, quem cobriu a reunião, as diretrizes aprovadas surgiram das seguintes premissas: “a) faliram as elites civis do Brasil; b) tem havido um completo descaso pelos problemas fundamentais do Brasil; c) os quadros dirigentes vem sendo mal escolhidos e quase sempre se põe à testa de uma tarefa relevante a pessoa menos indicada para isso; tem prevalecido, no trato da coisa pública, o interesse pessoal, sempre colocado acima do interesse nacional; a corrupção se alastra. Rigidamente fechada dentro desse pentágono (sem trocadilho), a FEB-ESG negava-se ferozmente a aceitar na direção do país quem não se enquadrasse nas exigências daqueles cinco pontos. Daí a sua permanente conspiração que iria acabar na tomada do poder - o que ocorreu no dia 31 de março de 1964 [...]”. SILVEIRA, Joel. **Segunda Guerra Mundial: todos erraram, inclusive a FEB**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

⁶³ BAUMGARTNER, José L.; DURA MATOS, Jorge; MAZZEO, Mario. **Os Desaparecidos. A História da Repressão no Uruguai**. Porto Alegre: Tchê!: 1987. p. 139.

A DSN admitiu o protagonismo político das Forças Armadas e a submissão do poder civil aos objetivos daquelas, os quais se organizaram em torno da centralidade da “segurança para o desenvolvimento”. Dentro desta perspectiva, a segurança foi condição fundamental para qualquer possibilidade de desenvolvimento e sua imposição implicou na implantação da “ordem” e da eliminação do conflito mediante o emprego da força. Por sua vez, a ocupação do Estado pelas Forças Armadas instrumentalizou-o como irradiador dos valores castrenses (disciplina, verticalidade, hierarquia e ordem) sobre o conjunto da sociedade civil. O resultado desta orientação significou a percepção de um alcance ilimitado da ação profissional militar, onde as Forças Armadas se viram como fator fundamental da “construção nacional” e com a conseqüente tendência a intervir em todos os âmbitos da vida social.

Há uma observação que deve ser realçada. Embora o contato dos militares uruguaios com as teses da DSN, nos cursos ministrados pelos EUA, remonta ao fim da Segunda Guerra, a orientação legalista e constitucionalista das Forças Armadas se manteve, apesar de alguns percalços, até meados da década de 60. De 1968 em diante, porém, ocorreu o início da mudança fundamental. Durante o governo de Pacheco Areco, as Forças Armadas foram incorporadas ao projeto autoritário, mesmo ainda de forma subordinada.

Para Sala, a contribuição uruguaia à DSN inexistiu.⁶⁵ Entretanto, sua importância sobre o Exército uruguaio foi fundamental. Joseph Comblin, um dos maiores estudiosos sobre o assunto, na sua obra clássica⁶⁶, afirma, entretanto, que o Uruguai deu uma importante contribuição à DSN. Segundo ele, o esboço elaborado por Bordaberry sobre o que deveria ser um novo Estado uruguaio seria a mais completa exposição de uma proposta de “nova ordem”, conforme as orientações da DSN, em toda a América Latina. Em todo caso, é importante lembrar que Comblin escreveu a obra citada em 1978 e, portanto, desconhecia as propostas constitucionais que as ditaduras uruguaia e chilena plebiscitariam em 1980.

Por outro lado, o jurista Gross Espiell precisa que a DSN não foi importante no país antes de 1973,⁶⁷ enquanto Baumgartner, Duran Matos & Mazzeo registram que o termo “segurança nacional” estava presente na Resolução Nº 1 da *Junta de Comandantes en Jefe* e do ESMACO, de setembro de 1971, resolução na qual as Forças Armadas assumiam “[...] restabelecer a ordem interna e oferecer segurança ao desenvolvimento nacional[...]

⁶⁴ Idem, p. 138.

⁶⁵ SALA, op. cit.

⁶⁶ COMBLIN, Padre Josep. **A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁶⁷ Héctor Gross Espiell. Painel: El Derecho y la Política en situaciones de crisis. Evento: **1973-2003. Voces, memorias y reflexiones sobre el golpe de Estado y la dictadura en el Uruguay**. Montevideo, 26/06/03.

consolidar e manter a adesão ativa da população aos ideais democráticos republicanos”.⁶⁸ Mesmo que de forma esboçada, é inegável que a DSN estava sendo publicamente apresentada e assumida. Posteriormente, sua presença se tornou implícita e constante nos documentos fundamentais e nos projetos jurídicos (*Ley de Seguridad Nacional*, Projeto de Estatuto sobre os Partidos Políticos, *Ley de Enseñanza*, *Juramento de Fe Democrática*, Projeto de Constituição, etc.) que as Forças Armadas impuseram, assim como também nas ações perpetradas junto à sociedade (relação Estado-sociedade civil, Atos Institucionais, etc).⁶⁹

Seja como for, pode-se afirmar que a partir do decreto do Poder Executivo de 11/09/71 e da Resolução nº 1 da *Junta de Comandantes em Jefe*, iniciou-se o processo que colocou as Forças Armadas no centro do poder.⁷⁰ As mesmas extrapolaram o autoritarismo já presente no período democrático, durante as administrações de Pacheco Areco e de Bordaberry (na fase anterior ao golpe). As Forças Armadas amadureceram um outro projeto de sociedade no qual elas eram o elemento determinante - visão coerente, aliás, com os preceitos da DSN.⁷¹

4.2.2 – A doutrina no Uruguai: princípios e aplicação

Na escalada autoritária do processo histórico uruguaio dos anos 60 e 70, as duas matrizes teóricas que lhe servem de maior fundamento são a DSN e o catolicismo nacionalista de ultradireita. Campodónico, Massera & Sala estudaram essas matrizes e apontam que a segunda, vinculada sobretudo ao entorno civil dos setores golpistas, acabou subordinada à DSN, de maior penetração nas Forças Armadas (pelas vias já comentadas da “pentagonização”).⁷² O catolicismo nacionalista de ultradireita teve importante lastro no sistema educativo reestruturado

⁶⁸ BAUMGARTNER; DURAN MATOS; MAZZEO, op. cit., p. 141.

⁶⁹ JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 32.

⁷⁰ Jellinek & Ledesma arrolam as etapas que caracterizaram a escalada das Forças Armadas ao poder e a implementação de um novo projeto estatal edificado a partir das premissas da DSN: 1º Derrota do MLN (1971-1972); 2º Violentação do sistema de Democracia Representativa e Militarização do Estado e da Sociedade Civil (1972-1976): I) Golpe de Estado e dissolução do Parlamento; II) Proibição dos Partidos Políticos; III) Projeto de Regulamentação Sindical; IV) *Ley de Enseñanza*; V) *Juramento de Fe Democrática*; VI) Política geral do emprego das Forças Armada; 3º) Institucionalização do seu papel no Estado e a condução do país (1976-1977): I) Destituição de Bordaberry; II) Atos Institucionais; 4º) Constitucionalização do Projeto totalitário da DSN (1978-1981): I) Cronograma político; II) Pautas Constitucionais; III) Anteprojeto da *Ley Estatuto de los Partidos Políticos*. JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 33.

⁷¹ Idem, p. 31.

⁷² As autoras identificam esse catolicismo nacionalista de ultradireita como integrismo católico e apontam que o Hispanismo, a TFP e a OPUS DEI são variáveis daquele corpo doutrinário. O mesmo apresenta uma visão de mundo e um tipo de pensamento fundamentalistas que rejeitam toda a tradição de pensamento liberal do ocidente, desde o Renascimento até a Revolução Francesa, derivando em posições conservadoras, autoritárias e até pró-fascistas.

a partir do golpe de Estado de 1973. Esta corrente, no cenário da crise anterior ao golpe de Estado, se expressava através de publicações como *Lepanto* e *Hoja Informativa de la Vicepostulación*, vinculadas, respectivamente, às filiais uruguaias da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e da OPUS DEI. Circulava também a revista *Tribuna Cristiana*, que, desde maio de 1966, apresentava o programa *Radiatorama*, da Rádio Rural - principal instrumento de divulgação dos setores integristas contra as mudanças desencadeadas pelo Concílio Vaticano II e pela Igreja latino-americana, que, posteriormente, também se respaldaria na Conferência Episcopal de Medellín.⁷³ Como exemplo da manifestação integrista, as autoras identificam no seguinte discurso do general Ballestrino pronunciado em 1979:

Existe un orden natural de todas las cosas, de las sociedades inclusive, orden natural del que forma parte el orden moral y porque el orden natural molestó, al desenfreno y a la soberbia del hombre, se lo fue desconociendo con teorías cada vez más contrarias a la naturaleza de las cosas, al orden de la propia Creación; y las corrientes racionalistas, iluministas, libertarias, en particular el liberalismo y sus hijos, el marxismo, el socialismo y el comunismo, llevaron a nuestro mundo moderno al caos intelectual y moral, al fondo del abismo al cual quieren arrojarnos.⁷⁴

Outro discurso do mesmo Ballestrino é utilizado para exemplificar os pontos de encontro com uma matriz aproximada do nazifascismo:

Levantando la bandera del auténtico nacionalismo oriental y castrense, lucharemos juntos por la Patria, contra enemigos internos y externos, contra la agresión psicopolítica y la subversión, contra las acciones de la gran finanza y sus oligarquías derivadas, contra los designios y la perfidia de los terribles secretos de los poderes supranacionales, contra los agitadores profesionales y los sátrapas de los grandes medios de comunicación social. Señores Tenientes Primeros, el futuro es vuestro, encárenlo con mentalidad y espíritu militar, fortifiquen cada día el amor a la Patria, exalten las virtudes de la raza y la conciencia de crear y mantener una fuerza militar poderosa, mantengan el culto a la acción cuya expresión máxima es el combate, finalidad fundamental de nuestra preparación militar.⁷⁵

O pensamento do presidente Bordaberry também foi fortemente marcado pela matriz integrista. O que transparece quando assume um acentuado antiliberalismo que defende o “Princípio da Autoridade” e onde o poder se legitima pela justiça exercida em benefício do bem comum. Contrário à divisão de poderes, postula sua centralização e questiona fortemente os partidos políticos e o sistema eleitoral, os quais responsabiliza pela existência de uma sociedade fragmentada, dividida; enfim, culpa-os pelo que entende ser o fim da unidade nacional. Para

⁷³ CAMPODÓNICO; MASSERA; SALA, op. cit., p. 67.

⁷⁴ BALLESTRINO apud SALA, op. cit., p. 79.

⁷⁵ *La Mañana*, 07/12/79. Apud SALA, op. cit., p. 79.

Bordaberry, os partidos devem ser substituídos por outras instituições que não gerem as tensões fomentadas por aqueles. Em 1975, pragmaticamente, avaliava que:

El país estaba en paz, en orden, además estaba trabajando bien, la gente no vivía mal, ¿por qué íbamos a cambiar todo eso? Y en lo que teníamos en ese momento no había Partidos Políticos, no había elecciones, no había un poder parcelado en múltiples sectores. En cambio, había una cabeza dirigente con autoridad, un poder único y nacional. [...] la necesidad del voto es lo que corrompe. De modo que habría un órgano que al no estar sometido a la soberanía popular, estaría sometido a la soberanía de Dios. La eliminación de los Partidos Políticos sería una consecuencia. Lo que yo agredí fue el principio de que la soberanía está en el pueblo.⁷⁶

Como visto nessas argumentações, Bordaberry defendia a vinculação do poder público às Forças Armadas, o que constitui importante coincidência com os objetivos da DSN. Isto não esconde, porém, as crescentes discrepâncias entre Bordaberry e as Forças Armadas quanto ao entendimento da constituição da nova ordem. Para Sala⁷⁷, a evolução do distanciamento entre Bordaberry e os setores militares majoritários passa por propostas fundacionais divergentes baseadas em matrizes doutrinárias que, embora sendo diferentes, não são excludentes. Tais divergências e diferenças, em determinado momento, foram resolvidas em favor das orientações da DSN.

Entre os princípios básicos da DSN que encontram receptividade junto às Forças Armadas uruguaias, destaca-se, em primeiro lugar, a concepção bipolar do mundo, com seus dois campos percebidos como excludentes entre si. A percepção dessa bipolaridade - onde há um “mundo livre”, cristão, ocidental, democrático e de liberdades individuais, que se opõe a um “mundo comunista”, totalitário, sem liberdades individuais e sem democracia - se manifesta com intensidade nos textos, documentos e pronunciamentos oficiais da nova ordem uruguiaia. Por exemplo, o entendimento de defesa da democracia apregoado pela DSN aparece no discurso do então Ministro de Relações Exteriores, Alejandro Rovira, um dos principais quadros civis dos períodos turbulentos de Bordaberry e da ditadura militar. Palestrando sobre o tema “Política de Segurança”, para representantes de organizações estadunidenses, argumentava que:

Las Fuerzas Armadas no accedieron al gobierno para extender el certificado de defunción de la democracia representativa uruguaya, sino para habilitar a la República a que, en una marcha segura y firme, pueda inocuizar a los enemigos de la democracia que guarecidos en su seno traman su ruína, y procede a la recuperación institucional, material y espiritual del país.⁷⁸

⁷⁶ CAMPODÓNICO, Miguel Angel. **Antes del silencio. Bordaberry. Memorias de un presidente uruguayo.** Montevideo: Lunardi y Risso, 2003. p. 119.

⁷⁷ SALA, op. cit.

⁷⁸ ROVIRA, Alejandro. **Subversión, terrorismo, guerra revolucionária: la experiencia uruguaya.** Montevideo: 1981. p. 30.

A persistência desse discurso se mantém mesmo na fase final do período militar, como no discurso do general Rapela, durante as negociações com os partidos políticos, em 1983:

Lo cierto es que existen en el mundo, en este momento – de eso tenemos que convencernos – dos grandes ideas: las occidentales que se aferran a la democracia y las orientales manejadas y dirigidas desde Rusia y Cuba, explotando si todas las necesidades, las debilidades y las falencias que tienen los países occidentales y explotando, además, la debilidad que tiene la democracia para autodefenderse, cosa que no sucede en los regímenes comunistas porque ellos son fuertes y se dan seguridad.⁷⁹

Na mesma ocasião, o general Hugo Medina assinalava:

[...] no es únicamente a la luz de la subversión que se toman estas medidas, sino a la luz de los acontecimientos que están ocurriendo en todo el mundo y a la aparición de un poder como el ruso que es el que alimenta los distintos focos: a los palestinos, a los que están en Perú, en Cuba y en Nicaragua. Toda esa gente está alimentada por la misma fuente. Todos son, diría yo, astillas del mismo palo.⁸⁰

Por outro lado, apontado o “inimigo interno”, este devia ser confrontado em todos os terrenos. O espírito da cruzada reforçava esta ação, que teria que ser constante, profunda, abrangente e que sempre cumpria uma dupla função: a de fazer parte do esforço mundial do Ocidente na luta universal contra o comunismo internacional e a de conter e destruir a subversão no âmbito nacional, revertendo o caos e a desordem produzida pela infiltração marxista, restaurando “a paz, a ordem e a tranqüilidade”. A lógica da bipolaridade emoldura toda a interpretação feita a partir dos setores da DSN. E nem o Parlamento escapava a essa lógica:

Insolitamente, el Parlamento fue transformándose en uno de los más calificados voceros de la subversión. Ésta lograba así un objetivo esencial: el de que fuese una de las piezas básicas del propio Estado la que cultivase y alimentase los gérmenes destinados a aniquilarlo.⁸¹

Na medida em que as denúncias sobre a violência do regime uruguaio contra os direitos humanos foram tornando-se mais comuns, os organismos e instituições internacionais que os acolheram também se tornaram alvos de acusações sustentadas pelos critérios da lógica da bipolaridade e da DSN. Foi o caso da Anistia Internacional, da Cruz Vermelha, da Organização Internacional do Trabalho e até da Organização das Nações Unidas⁸², todas acusadas de estarem

⁷⁹ DINARP. Actos del Parque. *Sesión del 16/06/83*. Apud CASTAGNOLA; MIERES, op. cit., p. 80.

⁸⁰ Idem, p. 81.

⁸¹ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. **Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental**. T II. **El Proceso Político**. Op. cit., p. 46.

⁸² JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 38.

contaminadas pela subversão internacional e de procurarem manipular uma população indefesa e alvo de pregações e denúncias sobre uma “hipotética” política repressiva estatal; as denúncias dessas organizações internacionais foram manipuladas internamente pelas Forças Armadas para criar ou aumentar a sensação de cerco hostil contra os valores e a tradição uruguaia.

Um segundo princípio central da DSN que cabe mencionar é o da Nação. No caso em estudo, verifica-se uma associação intrínseca entre Nação, Estado e Forças Armadas, constituindo uma vigorosa unidade. Na percepção clássica da DSN, a Nação é um Estado, um território e uma comunidade que comparte uma concepção de mundo comprometida com a defesa dos valores ocidentais e cristãos. E quem discordar da mesma é excluído do corpo social como traidor (“inimigo interno” vinculado ao comunismo internacional). Todo opositor que não pertença à Nação acaba identificado como subversivo, torna-se alvo “legítimo” do aparato repressivo e é combatido como qualquer inimigo externo.⁸³ Este é um princípio geral também presente nas outras experiências de Segurança Nacional do Cone Sul. Nação e Estado são vistos como organismos vivos que exigem proteção para impedir sua contaminação pelo “vírus” do comunismo internacional. Tal proteção é uma missão estratégica das Forças Armadas, as quais devem agir com o máximo rigor, celeridade e eficiência para obter sucesso. Nas suas próprias palavras:

Todo ser vivo – y la Nación es un ser vivo – debe, si quiere subsistir defenderse contra todo aquello que pueda dañarlo, en sí mismo, como desde afuera. Es ilusorio contar con una situación providencial tal que garantice que el cuerpo social no podrá nunca enfermarse.

Ni las personas físicas, ni las personas morales, pueden contar con tal suerte de inmunidad milagrosa.

Frente a la agresión subversiva, que constituye una enfermedad de la nación uruguaya, debe concluirse que el primer papel de la defensa es, y será siempre, el de proteger las bases fundamentales de la sociedad, construidas y ratificadas por el pueblo, contra las perturbaciones que puedan amenazarlas, porque las enfermedades del cuerpo social son como las de los seres humanos: es menester prevenirlas y atacarlas cuando se manifiestan. [...] ⁸⁴

Veja-se que as Forças Armadas não aceitam a idéia de que questionamentos e propostas de mudança possam vir da própria sociedade. Na medida em que falam em “subversão” e não em “sedição”, fica subentendido que não se referem só às ameaças de cunho militar, mas estão identificando organizações políticas, sociais e agentes religiosos e culturais. Entretanto, ao frisar que as bases fundamentais da sociedade sob ameaça foram construídas e ratificadas pelo povo, reforçam a idéia de um povo compacto, monolítico, sem divisões ou disputas internas, sem

⁸³ GAYOSO, Andrea. **La Doctrina de Seguridad Nacional**. Montevideo: Librosur, s. d. p. 17.

⁸⁴ JUNTA DE COMANDANTES EM JEFE. **Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental**. T I. **La Subversión**. Montevideo: 1977. p. 12.

contradições de classe ou de outra ordem. O que for considerado de origem “subversiva”, logo, só pode ser contra o povo e não pode vir dele. E se os agentes da “subversão” forem elementos internos, então, estão a serviço da grande conspiração mundial; portanto, são traidores e, como tais, tornam-se externos à comunidade que deve ser protegida. As Forças Armadas esclarecem como ocorre este fenômeno:

La amenaza más grave contra el cuerpo de la Nación es el peligro de intrusión de ideologías extrañas a la mentalidad popular que, basándose en el poder, sea mental o económico, de sus adherentes, pretende propiciar y justificar la destrucción total de lo existente como precio de un mañana utópico bien definido. El pueblo debe entonces asumir las múltiples formas de tal clase de agresiones.⁸⁵

Essa concepção de Nação é um dos pilares ideológicos básicos da atuação das Forças Armadas, já que justificam sua intervenção e a continuidade da sua “missão” de reorganização estatal para o fortalecimento dos mecanismos de proteção da sociedade constantemente ameaçada. O bem estar da Nação é garantido pela proteção e segurança proporcionadas pela vigilância das Forças Armadas, condição para o prometido futuro desenvolvimento nacional. Essa é a base da nova ordem fundada a partir de 1973.

A ocupação militar do Estado para “defender” a Nação ameaçada exige, como contrapartida da sociedade, a disseminação e o cumprimento de valores militares de disciplina, obediência, fidelidade, hierarquia, etc. A coesão da Nação exige a unidade política do Estado, e cabe à autoridade governamental a missão de fixar objetivos nacionais e subordinar a vida da sociedade à consecução dos mesmos apelando, se for preciso, ao emprego da coação e da força física. Diante dessa perspectiva, a existência de um pluralismo na sociedade - expresso através da diversidade de grupos políticos, sociais, sindicais ou culturais - se interpreta como manifestação de interesses particularistas que podem, potencial ou efetivamente, atentar contra a unidade nacional. Ou seja, o pluralismo político, social e cultural devem ser limitados ao ponto de não inviabilizarem a unidade nacional e a consecução dos objetivos nacionais. Essa é a tarefa básica do poder estatal: regular, vigiar e estabelecer sanções no funcionamento da vida política, social e cultural, assim como administrar os mecanismos que socializam valores, conhecimentos e pautas de comportamento (educação, meios de comunicação, família) para disciplinar a consciência nacional.⁸⁶

Um terceiro princípio, a idéia de confrontação total, também está presente no discurso dos militares uruguaios. O cenário do confronto “mundo livre” versus “mundo comunista” é

⁸⁵ Idem, p. 13.

planetário, o que o diferencia da guerra convencional, espacialmente restrita. Por outro lado, abrange toda a sociedade, afetando-a de forma global, ou seja, não só no âmbito militar, mas em todas suas dimensões (cultural, política, econômica, social, militar, etc.). Cada fato social ou ação individual incidem sobre a dinâmica do conflito, o qual, na perspectiva da DSN, sempre possui um agressor, o comunismo internacional. No Uruguai, isso aparece em muitos testemunhos como o que segue:

El mundo vive en guerra. No hay más que dos caminos: de los que siguen a Moscú y se aprovechan de las libertades democráticas para socavar el orden establecido y el de los que advirtieron a tiempo los peligros del totalitarismo rojo, y están dispuestos a sacrificar circunstancialmente algunas libertades con la esperanza de recobrar sus derechos cuando sea posible. Peor para los que no hayan comprendido aún que la civilización llamada occidental y cristiana está asediada por poderosos enemigos. O nos defendemos o no tardamos en caer en sus garras.⁸⁷

Diante da ameaça contra a democracia, é necessário abrir mão de parcelas da mesma para protegê-la. Certamente, entre as liberdades que se precisam sacrificar, não estão contempladas a do direito à propriedade e a do direito à segurança (que se divulga como nacional mas que é, em primeiro lugar, segurança de classe). No final da ditadura, a ótica permanece a mesma. O declínio da administração Carter e o reforço da (nova) Guerra Fria, resultante da ascensão de Reagan nos EUA, atualiza e legitima a persistência do enfoque das Forças Armadas uruguaias:

La guerra actual es distinta. Están enfrentados bloques. ¿Como se pelean y se enfrentan esos dos bloques? A través de estos estados de subversión, infiltrándose en los distintos países. Basta mirar el mapa del mundo para darse cuenta como el marxismo-leninismo ha ido acaparando países sin gastar un solo tiro. ¿Por qué? Porque se ha infiltrado por dentro. Ha hecho la revolución interna y se ha apropiado del gobierno.⁸⁸

Portanto, a percepção da incessante persistência de ameaça que esse inimigo externo projeta sobre a sociedade civil ao mimetizar-se no interior do tecido social e político legitima a “panacéia” da DSN, da qual as Forças Armadas são gestoras e garantia.⁸⁹ Da mesma forma, o “inimigo interno” também é visto permanentemente como sobrevivendo à ação repressiva. No discurso militar, é recorrente a idéia de que a subversão nunca está definitivamente derrotada, mas sempre à espreita, esperando a melhor oportunidade para atacar. Assim, perpetua-se um

⁸⁶ CASTAGNOLA; MIERES, op. cit., p. 104-106.

⁸⁷ MINISTERIO DEL INTERIOR. *UJC. Escuela de Comunismo*. Idem.

⁸⁸ General Rapela. DINARP. Actos del Parque Hotel. *Sesión del 16/06/83*. Idem.

⁸⁹ JELLINEK; LEDESMA, op. cit., p. 40.

cenário de indefinição e de insegurança que justifica a vigilância constante das Forças Armadas. Inclusive porque, no discurso da DSN, condiciona-se a possibilidade do desenvolvimento a partir da eliminação dos obstáculos que o impedem, no caso, a subversão. Uma vez que esta for destruída, estará aberto o clima para o desenvolvimento econômico. Porém, tal promessa é impossível de cumprir em função da essência dos compromissos econômicos do regime militar. Portanto, a subversão, no discurso da DSN, sempre persistirá, pois é a única forma de legitimar o Estado de SN e o TDE. Tal concepção da subversão assim aparece em um discurso de outro militar, o general Christi:

Como lo ha destacado no hace mucho el señor Presidente de la República, la sedición no está vencida, en el interior y el exterior continúa trabajando en forma solapada. Además de las informaciones concretas y siempre vigentes en el que se funda dicha afirmación, hay que atender a la naturaleza íntima de la guerra subversiva para comprender que para erradicar la sedición emergente de esa subversión, es necesario una acción en profundidad que, en mi criterio, aún no se ha iniciado formalmente.⁹⁰

As Forças Armadas assumem que houve uma agressão terrorista e que o poder político as incumbiu de proteger a Nação, a democracia e os direitos humanos. Aliás, esta é uma argumentação que elas reforçam até hoje ao lembrar que foi o Poder Executivo que as convocou para combater a subversão, com a posterior chancela do Parlamento ao referendar o Estado de Guerra Interna. Diante das denúncias sobre excessos repressivos que constantemente e convictamente rejeitaram, alegam que, se de fato fossem pertinentes, teriam que se ater a uma realidade concreta, a de que o “pecado original” foi marcado pela presença e atuação do poder civil. Ou seja, as Forças Armadas afirmam que não cometeram excessos. Mas se os tivessem cometidos, teriam sido como resposta aos apelos dos políticos e autoridades de um Estado democrático. Nessa linha de raciocínio, expressava-se Alejandro Rovira:

La [...] pregunta [...] es si el estado democrático debe mantenerse inerme y pasivo en actitud prácticamente suicida, frente a los embates que pretenden destruirlo, para reemplazarlo, no por nada mejor, ni siquiera por algo medianamente definido, sino por un sistema tiránico y opresivo; o si por el contrario, tiene el derecho, o la obligación, de defenderse.⁹¹

Rovira é enfático: “El Estado tiene el derecho elemental de defenderse”.⁹² E cita, como exemplo, a decisão tomada pelo governo uruguaio em 1972. Considerando as medidas repressivas que foram adotadas naquele contexto, pode-se concluir que, para o funcionário e

⁹⁰ Discurso do general Christie. Idem, p. 41.

⁹¹ ROVIRA, op. cit., p. 25.

⁹² Idem.

representante da ditadura, a autodefesa do Estado democrático para enfrentar qualquer agressão interna implica em considerar válidas todas as armas e modalidades operativas, convencionais ou não, legais ou ilegais, o que transformará a guerra interna numa “guerra suja”. Essa é a essência da argumentação que justifica o TDE: a subordinação de tudo à defesa da ordem e da segurança da Nação. Em seu nome, as denúncias de crimes cometidos pelo Estado, com a violação dos direitos humanos, tortura psicológica e física, assassinato político, destruição das instituições democráticas e toda a repressão contra os movimentos, partidos e organizações políticas são negadas e consideradas acusações infundadas do comunismo internacional para desqualificar a missão dos regimes de Segurança Nacional:

Cuando, invocando presuntas violaciones de los derechos individuales de los terroristas, los partícipes en el forjamiento de la catástrofe a la que empujaron al Uruguay, lanzaron falsas acusaciones contra el gobierno y las autoridades, estaban actuando con la consabida mala fe comunista, para inducir deliberadamente a engaño a los órganos internacionales competentes en materia de derechos humanos.

Esas acusaciones, engañosas y mendaces, persisten. No solo no cesan, sino que arrecían, protegidas por la ingenuidad, la ignorancia de la verdad, el miedo a la coacción terrorista, o la benévola complicidad de quienes las recogen o escuchan.⁹³

As Forças Armadas não só negaram as denúncias contra todo tipo de maus tratos e excessos repressivos contra suas vítimas, como fizeram questão de tornar público documentos que provam exatamente o contrário, ou seja, “recomendavam” um tratamento correto e adequado aos presos:

I) Vista la nueva misión asignada por el PE [Poder Ejecutivo] a las FF.AA. [Forças Armadas] y Policiales, por el cual se acentuará el contacto con la población;

II) Atento a que se deben extremar las medidas de precaución a fin de evitar situaciones que desmerezcan la imagen de las FF.AA. ante la opinión pública, lo que traería aparejado como consecuencia un factor negativo en el cumplimiento de la misión, se dispone:

1) Todos los comandos subalternos empeñados en las tareas asignadas, mantendrán un estricto control y tomarán las medidas necesarias para que el trato directo con civiles, incluso detenidos, se ajuste a las más estrictas normas de educación y corrección.

2) Deberán respetarse, al máximo compatible con la seguridad, los derechos individuales.

3) Toda transgresión constatada a las presentes directivas, será considerada como falta gravísima, responsabilizándose de las mismas a los Comandos correspondientes a todos los niveles.⁹⁴ [grifos meus].

⁹³ Idem, p. 27.

⁹⁴ Documento de 29 de junho de 1973. JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. **Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental**. T II. **El Proceso Político**. Op. cit., p 258.

Declarações deste tipo são insustentáveis diante dos fatos.⁹⁵ Mas, de fato, as Forças Armadas se apresentam no seu discurso de autopromoção como sendo a única salvaguarda moral e material para enfrentar a “subversão”. Acreditam nisso e se esforçam para convencer o resto da população. Nessa tarefa, desenvolvem uma metodologia de enfrentamento que, de forma geral, articula três conjuntos de ações que podem ser independentes entre si, simultâneas ou complementares: a repressão propriamente dita, a prevenção e a profilaxia.

A repressão propriamente dita, a tarefa mais comum, implica em ações destinadas à destruição das organizações “subversivas”, seus eventuais aparatos armados, seus recursos de infra-estrutura e seus integrantes. A prevenção diz respeito às medidas de controle e vigilância que os organismos de segurança adotam para evitar o ressurgimento das organizações “subversivas”, tarefas complexas que visam identificar suas modalidades clandestinas de atuação, tornando a violência um instrumento de prevenção. A profilaxia refere-se à implementação dos mecanismos da “guerra psicológica”. Isso ocorre, fundamentalmente, através de medidas a curto prazo, de efeito mais imediato - como o controle e a manipulação da informação sobre a opinião pública - e de medidas a médio e longo prazo, mais complexas - como a intervenção no ensino e na educação.

A implementação dessas ações exigiram organizar um abrangente aparato de informação e de inteligência, o que, num pequeno país como o Uruguai, propiciou um controle sufocante, como se infere da frase lapidar de Castagnola & Mieres: “[...] el régimen uruguayo generó un agente de seguridad en la cabeza de cada habitante”.⁹⁶

Um quarto princípio da DSN relaciona-se com o reconhecimento da anunciada situação de debilidade do Ocidente diante da guerra total resultante da lógica bipolar e a necessidade de fortalecê-lo para a mesma. A fragilidade se explica pela permissividade das instituições com o pluralismo de opiniões e cultural, com a crise dos dogmas e a aceitação de relativismos e questionamentos. A debilidade do Ocidente é verificada no abandono, por parte da sociedade “contaminada”, de uma ética e uma forma de vida que abandona as tradições e o *status quo*. E também nos limites impostos por princípios jurídico-institucionais ineficientes para enfrentar a agressão do comunismo internacional. Nesse sentido, questiona-se a democracia liberal pela sua insuficiência em proteger eficientemente o estilo ocidental de vida; conseqüentemente, é necessário mudar a legislação para estruturar uma efetiva defesa diante de uma “subversão” que

⁹⁵ Diante das pretensas posturas respeitadas, alguns autores reagem com ironia: “As Mães dos Desaparecidos precisam saber onde, como, quando e graças a quem, seus filhos receberam um ‘tratamento’ tão educado e correto e se – por casualidade, não mais que isso – ninguém constatou alguma transgressão ao cavalheiresco estatuto...”. BAUMGARTNER, DURAN MATOS; MAZZEO, op. cit., p. 152. [grifo dos autores]

⁹⁶ CASTAGNOLA; MIERES, op. cit., p. 88.

abrange todos os âmbitos da sociedade.⁹⁷

Diante dessa constatação, a DSN pretendeu orientar a ação das Forças Armadas na elaboração de “Objetivos Nacionais” que dessem conta de todos os aspectos da sociedade, destacando tudo o que se referia à defesa da segurança, e apresentando ações propositivas de essência fundacional.

Um quinto princípio a destacar é a inversão da essência da defesa dos direitos humanos que produziu o discurso da DSN, mediante a tergiversação, hierarquização ou nova fundamentação dos mesmos. Assim, as Forças Armadas uruguaias, que acusavam de “comunista” todo indivíduo, organização ou governo que denunciava suas práticas de TDE, procuraram capitalizar para si, pretensiosamente, a mudança da política externa dos EUA no quesito direitos humanos, a partir do desfecho do resultado eleitoral estadunidense de 1980, quando ocorreu a derrota do presidente Carter para a fórmula conservadora de Ronald Reagan. É o que fez, por exemplo, o Ministro das Relações Exteriores, o já citado Alejandro Rovira:

Cuando vuestro actuales (sic) Presidentes, Ronald Reagan y el Secretario de Estado, Alexander Haig, anuncian que desde ahora, para los Estados Unidos, tendrá prioridad la lucha contra el terrorismo sobre el problema de los derechos individuales, están admitiendo lo que el Uruguay pregona desde hace años. Pero, entiéndase bien, no para eludir el problema de los derechos del hombre, sino para su más auténtica defensa, porque los grandes delincuentes de los derechos humanos, en el Uruguay, y en todo el mundo, fueron los terroristas. [grifo do autor]⁹⁸

Com muita habilidade, o discurso de Rovira, que segue o discurso oficial das Forças Armadas uruguaias, coloca a ditadura como vítima da incompreensão da administração Carter, conclamando uma nova vinculação com os EUA diante de objetivos estratégicos comuns. Ou seja, assumiu uma postura de autoridade moral no tema em si ao afirmar que, de fato, está preocupado com os direitos humanos sim, tentando apropriar-se da luta pela sua defesa e reforçando, como sempre, a responsabilidade das forças subversivas na sua deterioração. Diante do advento da administração Reagan e da nova orientação belicista da política externa dos EUA (Segunda Guerra Fria, Guerra nas Estrelas e Conflitos de Baixa Intensidade), o governo uruaio assume o papel do aliado confiável que nunca cessou na luta contra o grande inimigo comum, mesmo quando temporariamente foi abandonado (“injustamente”) pelo grande aliado, matriz do pensamento da DSN. E este fato merece menção, pois, se é verdade que a ditadura uruaia não

⁹⁷ A implementação de atos institucionais e a tentativa de aprovar o projeto constitucional no plebiscito de 1980 apontava nesse sentido. Contudo, a rejeição da proposta demonstrou a insatisfação com os instrumentos jurídicos, como as *Medidas Prontas de Seguridad* ou o *Estado de Guerra Interno*, implícitos no texto plebiscitado e fortemente questionados pelo significativo componente autoritário que expressavam.

⁹⁸ ROVIRA, op. cit., p. 19.

contribuiu na elaboração teórica da DSN, permanentemente se mostrou muito fiel aos seus postulados básicos.

Segurança e Desenvolvimento são os conceitos básicos do discurso da DSN, mas, em termos concretos, a segurança foi a essência da doutrina e a defesa interna foi o complemento da estratégia hemisférica para permitir enfrentar a subversão e garantir a proteção e o controle da região. No artigo 2º da Lei Orgânica Militar de 1974, consta que a missão fundamental das Forças Armadas consiste em garantir a Segurança Nacional externa e interna.⁹⁹ Cabe a elas sustentar os princípios de defesa interna mediante ações de segurança que protejam o desenvolvimento e o “patrimônio nacional” contra agressões de origem externa ou interna. No Art. 5º da mesma lei, estabelece-se que:

La Defensa Nacional es uno de los medios para lograr la Seguridad Nacional y consiste en el conjunto de órganos, leyes y reglamentaciones que con ese fin el Poder Ejecutivo acciona a través de los Mandos Militares, para anular, neutralizar o rechazar a los agentes capaces de vulnerar dicha seguridad.¹⁰⁰

A *Junta de Comandantes en Jefe* reafirmava tal postura ao reconhecer que o objetivo fundamental das Forças Armadas, ao iniciar a “luta anti-subversiva”, foi o de consolidar e manter a adesão da população aos ideais democrático-republicanos, restabelecer a ordem e relacionar a segurança ao desenvolvimento nacional. Esse objetivo seria atingido através do controle da situação “subversiva”, da destruição do aparato político-militar da “sedição” e da proteção do desenvolvimento nacional através do fator militar.¹⁰¹

Portanto, a missão fundamental das Forças Armadas consistia em garantir proteção, interna ou externa. Sem detrimento dessa proteção, também deveriam assumir e executar planos de desenvolvimento que lhe fossem designados, realizando obras de conveniência pública de acordo com as exigências ou previsões do cumprimento da sua missão fundamental.¹⁰²

Aliás, as Forças Armadas entenderam que a crise sócio-econômica explicava o surgimento e a intensificação da subversão, o que lhes permitia arrolar mais uma responsabilidade ao sistema político-partidário pela sua ineficiência em evitar aquela crise e controlar a radicalização do descontentamento decorrente. Eram acusações como estas que justificavam a marginalização dos setores políticos da nova ordem que estava sendo gestada. Frisar essa conexão entre a crise e a agitação subversiva ajuda a compreender os objetivos das Forças Armadas:

⁹⁹ Ley N° 14.157, *Ley Orgánica Militar*, 21/02/74. R.N.L.D.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. *Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental*. T II. *El Proceso Político*. Op. cit., p. 50.

Desde un primer momento las FF.AA. se apercibieron que la lucha contra la sedición no era problema exclusivamente represivo. Sin duda, lo primario y más apremiante, era derrotarla. Pero, paralelamente, y para prevenir futuras eclosiones, se volvía indispensable diseñar y cumplir permanentemente toda una omitida acción social, económica, educativa y moral, omisiones que justamente habían hecho posible que la sedición floreciese, prosperase, y pudiere intentar resurgir.¹⁰³

Portanto, a Segurança Nacional foi vista como “[...] el estado según el cual, el patrimonio nacional en todas sus formas y el proceso de desarrollo hacia los objetivos nacionales, se encuentran a cubierto de interferencias o agresiones, internas y externas”.¹⁰⁴ Assim se estabelece o contraponto. Diante de um Estado de “subversão”, postula-se um Estado de segurança que deve enfrentar um “inimigo interno”, o qual é percebido sempre pela sua capacidade de mutação, o que o torna um perigo permanente. É esta característica conferida ao “inimigo interno” a que justifica a permanência do Estado de Segurança Nacional.¹⁰⁵

O discurso das Forças Armadas acenava com o desenvolvimento, uma vez imposto o regime de segurança. Porém, derrotada a “subversão”, ocorreu uma modificação no discurso oficial. Da prometida segurança como condição para o desenvolvimento, passou-se para a idéia de “desenvolvimento em segurança”. O sentido instrumental conferido ao conceito de Segurança Nacional pelas Forças Armadas permitiu que, independente do jogo de palavras, se diluíssem as diferenças entre violência e não-violência, política exterior e política interior, violência preventiva e violência repressiva.¹⁰⁶

4.2.3 – Características

Um elemento importante para a conformação da Segurança Nacional foi o denominado Poder Nacional, que consistia na ocupação militar do Estado e a utilização de todos seus recursos (humanos, políticos, econômicos, militares, psicológicos, culturais, técnicos, ideológicos, repressivos), concentrados em quatro áreas: militar, econômica, política e psicossocial. O Estado foi verticalizado dentro da racionalidade castrense, e o poder foi concentrado no Poder Executivo. O Poder Legislativo, no Uruguai, deixou de existir. Quanto ao Poder Judiciário, foi

¹⁰² Ley Nº 14.157, *Ley Orgánica Militar*, 21/02/74. Artigos 1, 2 e 3. R.N.L.D.

¹⁰³ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. *Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental*. T II. *El Proceso Político*. Op. cit., p. 248.

¹⁰⁴ Ley Nº 14.157, *Ley Orgánica Militar*, 21/02/74. Artigo 4. R.N.L.D.

¹⁰⁵ CASTAGNOLA; MIERES, op. cit., p. 88.

¹⁰⁶ SALA, op. cit., p. 46.

atrelado ao Poder Executivo com a ampliação da atuação da Justiça Militar que era subordinada à cúpula militar.

Outro elemento importante vinculado à identificação de um “inimigo interno” relacionou-se com o entendimento do impacto produzido pela existência da “subversão”.

La subversión perturba el proceso normal de la vida nacional, transformando las posibilidades de desarrollo en seguridad [...] y contribuye a la destrucción de las bases mismas en que se sustenta el Estado. Se alimenta de todas aquellas actividades, sean o no ilícitas, que [...] afectan fundamentalmente los valores y las concepciones éticas de un pueblo [...].¹⁰⁷

Ou seja, a subversão compreendida não como um mero problema ou desafio de dimensão militar. Para as Forças Armadas uruguaias, de acordo com o que depreendiam da própria DSN, a abrangência do que foi denominado como “subversão” extrapolou as atividades das organizações armadas revolucionárias. Como foi visto, a luta armada era percebida como uma das modalidades “subversivas” e, por seu caráter militarista, foi qualificada como “sedição”; ou seja, a “sedição” era o braço armado da “subversão”.¹⁰⁸

As Forças Armadas reconheciam que no plano militar a “sedição” estava derrotada. Mas, para evitar que a partir dos seus próprios argumentos fosse exigida a normalização institucional do país, as autoridades responsáveis denunciavam que a “subversão” persistia e afetava diretamente à SN. Ao tornar pública essa constatação, visavam garantir sua permanência diante da sobrevivência de um interminável inimigo. Fica claro também que parte do que a DSN e as Forças Armadas consideravam “subversão” eram atividades e ações inseridas na legalidade jurídica da tradição democrática do país, mas que, diante da mudança de critérios do que era legal ou deixava de sê-lo, provocado pelo processo de militarização do Estado e da implantação da nova ordem, foram transformadas em crimes contra a SN. E quem decidia isso eram os mesmos atores que combatiam a “subversão”.

A segurança foi a contra-cara da “subversão”, o antídoto para enfrentá-la. Se os conceitos “subversão” e “inimigo interno” receberam um tratamento de extrema flexibilidade, ao ponto de poderem abranger e justificar, ininterruptamente, novas ações e protagonistas, o mesmo tratamento foi dado ao conceito segurança. O “inimigo interno” era apresentado como um ator que podia ser derrotado militarmente ou politicamente, mas que não podia ser eliminado definitivamente, porque era sustentado desde o exterior (comunismo internacional). Por isso, era identificado como traidor e antipatriota e justificava a obsessão permanente da DSN com a

¹⁰⁷ General Rapela. DINARP. *Actas de Sesión*, 16/06/83, apud CASTAGNOLA; MIERES, op. cit., p. 86.

¹⁰⁸ O universo dos “inimigos internos” reais ou potenciais é configurado pelo sistema repressivo estatal como círculos concêntricos onde as organizações armadas (sediciosas) ocupam o espaço do alvo primeiro e principal.

segurança.

Concomitantemente, a DSN, na consecução dos seus objetivos essenciais, defesa da SN e destruição dos focos “subversivos”, desenvolveu e aplicou a noção de “guerra psicológica”, o que potencializou a capacidade de influenciar e manipular a população através da interferência e controle da informação, da educação e da cultura, entre outros, confluindo na construção de um discurso legitimador da implantação do novo regime. Como instrumento, a “guerra psicológica” foi duplamente eficiente, pois “demonizou” a subversão aos olhos da população e tentou atrair sua simpatia para o novo regime. As Forças Armadas uruguaias a utilizaram amplamente durante todo o período ditatorial. Inúmeros fatos foram distorcidos para produzir o efeito esperado junto à população ou bloquear reações negativa diante da política repressiva, assim como foi recorrente o diversionismo e a mentira oficial. Tudo isso para atemorizar os dissidentes e confundir e neutralizar os indecisos.

As Forças Armadas, na sua escalada ao poder e na consolidação do mesmo, conformaram um amplo discurso patriótico que se apropriou do sentimento da *orientalidad* e do artiguismo, mitos fundadores ou de consolidação da nacionalidade uruguaia, de profundo enraizamento popular, e que foram transformados em objeto de culto e adequados às diretrizes da DSN. Da mesma forma, estimulou-se um culto à Pátria e aos símbolos nacionais como política de Estado, sobretudo junto aos jovens estudantes, considerados alvos frágeis da infiltração comunista. Multiplicaram-se pelo país atos oficiais carregados de uma postura marcial castrense. A inauguração de todo prédio público teve ato oficial e, nestes, o culto à bandeira e ao hino nacional estiveram acompanhados de “pronunciamentos” salvacionistas. Praças e monumentos espalharam-se por todas as cidades. O culto aos heróis (os “pais fundadores” da orientalidad, casualmente militares) mostram mais uma faceta da militarização da sociedade. A imposição de atos cívicos obrigatórios foram acompanhados pelo uso oficial do hino nacional cantado, muitas vezes, de forma provocadoramente baixa para contrastar com o tom alto do estribilho *tiranos temblad*; tal modo de cantar, de origem desconhecido, rapidamente foi assumido como forma de resistência popular, massivo e pacífico.

Entre marchas e desfiles, a ditadura civil-militar inaugurou a Praça da Bandeira. Esta praça com sua enorme bandeira uruguaia tremulando permanentemente virou uma das imagens preferidas do novo regime e ilustrou capas de diversas obras de cunho oficial.¹⁰⁹ Junto a isso,

Paradoxalmente, já estavam derrotadas militarmente quando Bordeberry formalizou o golpe de Estado.

¹⁰⁹ As capas das volumosas obras “Testimonio de una Nación Agredida” e “Uruguay Hoy 1973-1980” trazem esta imagem. A bandeira sempre é destacada contrastando com um céu bem azul e, no caso da segunda obra, com a presença de alunos de escolas públicas. Inclusive, a ditadura cria um espaço para seus rituais, a Praça da Bandeira. Ver: MARCHESI, A. **El Uruguay inventado. La política audiovisual de la dictadura, reflexiones**

fizeram parte dos discursos oficiais expressões como *defensa de la orientalidad, nuestro modo uruguayo de vida* e a identificação do ano 1975 como sendo o *año de la orientalidad* (referente ao sesquicentenário da independência do país, ocorrida em 1825).

Uma outra característica da ênfase da nova ordem com símbolos nacionais se centrou na apropriação da figura de José Gervasio Artigas, máximo “herói nacional”. Sua imagem e suas palavras foram interpretadas de acordo com os interesses das Forças Armadas, que realçaram o caráter militar a respeito de Artigas e seus feitos, ignorando, entretanto, seu pensamento social e político. A figura de Artigas acabou reciclada e identificada com os marcos da DSN; o *Protector de los Pueblos Libres* terminou associado à defesa dos valores ocidentais. E o comando militar definiu o exército que ocupou o Estado como sendo o Exército de Artigas. Ou seja, impondo a visão de uma linha de continuidade autolegitimadora.¹¹⁰

Apropriar-se da figura de Artigas significou um enorme esforço para vincular-se àquele que foi o maior elemento fundador da nacionalidade uruguaia. Com isso, procurou-se estabelecer a seguinte conexão: Artigas, o grande prócer, traído e abandonado diante dos inimigos e que lutou até as últimas conseqüências por um determinado projeto político, finalmente encontrou sucessores a altura, em outra geração de militares que, assim como ele, não mediram esforços contra a traição interna e os poderosos inimigos externos que almejavam conquistar a antiga Banda Oriental.

Dois comentários se tornam necessários. Uma, a de que a grosseira apropriação da figura do prócer escondia noções diferentes de pátria. É evidente que a pátria das Forças Armadas da Segurança Nacional estava distante da “Pátria Grande” artiguista, tanto na dimensão geográfica quanto, fundamentalmente, em termos políticos e sociais. A outra precisão diz respeito a que, apesar do culto oficial de Artigas patrocinado pela ditadura, a população, como um todo, manteve uma outra relação de identidade com seu herói nacional, sobretudo no que implicava quanto a valores e princípios. Ela resultava dos fundamentos adquiridos desde tenra idade, na escola pública, laica e democrática, antes da intervenção militar. Pode-se afirmar que, durante a ditadura, houve uma disputa velada sobre a herança dessa figura histórica, fato que persiste, como legado, até hoje.¹¹¹

sobre su imaginario. Montevideo: Trilce, 2001.

¹¹⁰ GAYOSO, op. cit., p. 15.

¹¹¹ A figura de Artigas sempre foi reivindicada por quase todos os setores políticos do país, desde os partidos tradicionais até as diversas organizações de esquerda. As cores da sua bandeira estão nos emblemas da Frente Ampla e o próprio movimento tupamaro também o reivindicou. No período anterior ao golpe de Estado, parte dos futuros militares golpistas integravam a organização secreta *Tenientes de Artigas*. Em traços gerais, a situação se mantém inalterada, o que, por si, fala da importância desse mito fundador. Entretanto, nos últimos anos, a vinculação de Artigas com os princípios da DSN se limitou aos núcleos “duros” do entulho autoritário sobreviventes em volta da cúpula das Forças Armadas, mas que, sem dispor da máquina estatal a sua disposição

A DSN partiu da premissa de que as Forças Armadas detinham “reserva moral” para assumir funções que extrapolavam a tradicional defesa territorial e as eventuais operações de ação cívica incorporadas nos anos 60. Assim, a segurança da Nação e a guarda dos valores civilizatórios ocidentais foram novas responsabilidades adjudicadas e que lhes abriu um campo ilimitado de atuação. Uma outra tarefa consistiu em assumir sua autonomia diante das diversas concepções político-partidárias, autonomia assentada numa pretensa isenção diante das contradições sociais; ou seja, as Forças Armadas viam-se e apresentavam-se como estando acima de interesses particulares, o que lhes conferia uma legitimidade moral para assumir protagonismos em situações de profundo conflito interno e decomposição das relações político-institucionais, como no caso uruguaio do início dos anos 70. Assim, arvoraram-se em defensoras do povo e da Nação, explicitando que, diferentemente dos partidos políticos e dos sindicatos, falavam em nome de toda a comunidade nacional, o que, segundo elas, justificava sua irrupção ilimitada no cenário político. As Forças Armadas também deviam assumir uma função que partia de uma aparente contradição: assumir a incumbência de defender as instituições intrometendo-se no funcionamento do Estado. Entretanto, para a DSN, defender as instituições não implicava, necessariamente, garantir a persistência do regime democrático, e, sim, proteger os valores da vida ocidental, da família, do ensino e da religião, diante da agressão subversiva.

Concomitantemente, as Forças Armadas deviam garantir a defesa das instituições e da ordem interna. Ou seja, incorporando funções policiais, deviam tornar-se instrumento de controle e de vigilância sobre o tecido social. Logo, a partir desses novos protagonismos, tornavam-se responsáveis pelas funções de defesa das instituições mediante a manutenção da ordem, a garantia de segurança ao desenvolvimento nacional e sua condução a partir do controle estatal. Tudo isso dentro de uma eficiente capacidade de manutenção da coesão interna e de uma apresentação pública monolítica. Independente das tensões internas que de fato existiram, a imagem corporativa e o comando colegiado assumido pelos militares foram características específicas da ditadura uruguaia.¹¹²

Ainda segundo Castagnola & Mieres, as novas funções das Forças Armadas exigiram um conjunto de medidas e ações de intervenção ou de reorientação dos múltiplos campos da vida social. Por exemplo, a adequação funcional das Forças Armadas ao novo protagonismo adquirido, inserindo-as na estrutura e na dinâmica do aparato estatal. Dessa adequação faziam parte as seguintes medidas:

como durante a ditadura, não têm conseguido maior influência junto à população.

¹¹² CASTAGNOLA; MIERES, op. cit.

- 1) Criação da *Junta de Comandantes en Jefe* (JCJ) e do *Estado Mayor Conjunto* (ESMACO), garantindo condução única e centralizada entre as armas e no interior de cada uma delas.
- 2) Criação do *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA) e do *Consejo de la Nación*, instituições de integração das Forças Armadas na condução do governo e na definição das normas institucionais para reger a dinâmica social.
- 3) Estruturação de um sistema de *enlaces* militares [oficiais de ligação] no aparato estatal de oficiais de alta patente em cargos estatais chaves, coordenados pelo ESMACO.
- 4) Promulgação de nova Lei Orgânica Militar baseada em princípios básicos da DSN: missão das Forças Armadas (Art. 1º, 2º e 3º); Defesa Nacional (Art. 5º); competência e integração do COSENA (Art. 6º e 7º), do ESMACO (Art. 9º) e do Serviço de Informação de Defesa (Art. 9º); etc.¹¹³

O objetivo da implantação do binômio segurança-desenvolvimento esteve sempre presente no discurso das autoridades do regime, no qual o primeiro fator foi visto como pré-condição para a consecução do segundo, sendo este identificado como um dos principais “interesses” da Nação. A preocupação com o desenvolvimento foi mais freqüente no início da ditadura; posteriormente, diluiu-se e sumiu até dos discursos, o que pode ser explicado por certa autonomização da gestão da equipe econômica em relação ao resto do governo. Na prática, esgotada a desculpa do adiamento dos acenos de melhoria social em função da necessidade de enfrentar inesgotáveis “inimigos internos”, a fragilidade do discurso veio à tona, confirmando a incongruência das promessas de desenvolvimento dentro dos marcos estruturais que estavam por detrás das orientações gerais da DSN. Ao contrário, o projeto econômico da ditadura aprofundou as relações de dependência e subordinação da economia do país aos grandes interesses dos monopólios internacionais. Não só no discurso se interditou esse tema; no plano concreto, os resultados das medidas econômicas implementadas estiveram muito aquém de qualquer possibilidade concreta de desenvolvimento, o que transformou em simples retórica o compromisso de considerá-lo objetivo e meta nacional.

O campo de atuação mais fértil para as Forças Armadas consistiu no reordenamento da esfera político-institucional, completamente contaminada pela “subversão”, segundo seu próprio entendimento. Nas palavras de Rovira:

Todas las estructuras vitales de la República habían sido alcanzadas, infiltradas y corrompidas por la larga y permanente acción de zapa del comunismo y la subversión. Prácticamente no quedaba nada sano e incontaminado ni en la propia administración y en los servicios estatales, y el país se hallaba pronto para entrar en la última etapa de la guerra revolucionaria, el objetivo estratégico final, o sea, la toma del poder [pelo MLN] [...].¹¹⁴

¹¹³ Idem, p. 92.

¹¹⁴ ROVIRA, op. cit., p. 28.

Nesse sentido, tornou-se fundamental uma nova regulamentação do exercício da cidadania e a readequação das suas formas de expressão e de representação política. Isso levou à implementação de medidas inéditas a partir do suporte da DSN, assim como mudanças das estruturas operativas do Estado, visando uma centralização administrativa mais eficiente:

- 1) Dissolução do Parlamento, anulação das formas de representação política e do exercício da cidadania e intervenção nas Intendências Municipais.
- 2) Dissolução de organizações políticas e suspensão de direitos políticos de pessoas com cargos eletivos ou candidatos nas eleições de 1966 e 1971.
- 3) Estabelecimento de novas condições para organizações políticas de representação da cidadania (Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1982).
- 4) Estabelecimento de um sistema de classificação de cidadãos em categorias A, B e C a partir de antecedentes políticos e sindicais (fornecidos pelos serviços de inteligência), limitando direitos constitucionais.
- 5) Eliminação da independência do Poder Judiciário e da estabilidade funcional dos juízes.
- 6) Fim da estabilidade funcional e constitucional do funcionalismo público.

Para concluir, cabem algumas reflexões finais a partir da análise que o padre Comblin fez sobre a DSN uruguaia. Como visto, ele considera Bordaberry e sua proposta como marcos da DSN latino-americana. Apresenta como prova das suas afirmações um memorando de 9 de dezembro de 1975, onde Bordaberry propõe uma nova estrutura política, externando a intenção de acabar com o caráter provisório da nova ordem e assumindo, em última instância, uma vontade fundacionista, o que, para Comblin, não só se insere dentro dos cânones da DSN como é uma das propostas mais refinadas surgidas na região.¹¹⁵ Bordaberry destaca, nesse memorando, o anticomunismo como eixo permanente do novo Estado e a eliminação de limites constitucionais para o exercício do poder. Quanto ao perigo pelo uso excessivo do poder, Bordaberry alega que tal possibilidade inexistente, pois há uma “consciência nacional” vigilante. E conclui: “A liberdade da Pátria, os direitos da pessoa humana, a ordem e a segurança nas relações sociais, a autoridade a serviço da Nação devem ser defendidos contra o inimigo agressor e não mais contra o poder”.¹¹⁶

¹¹⁵ COMBLIN, op. cit., p. 199.

¹¹⁶ Idem, p. 200.

Para Bordaberry, o poder devia centrar-se no *Consejo de Estado*, órgão supremo e fonte de tomada de decisões controlado pelo Exército, depositário dos “valores essenciais da Nação”. Reconhecendo a existência de áreas de atrito no interior da cúpula do poder, Bordaberry defendia que o governo e a administração estivessem nas mãos dos civis, evitando às Forças Armadas o desgaste do exercício dessas funções. Ele argumentava que: “Há necessidade de governos civis que o exército possa substituir quando tiverem perdido sua popularidade. O governo será civil para que o regime possa ser permanentemente militar.”¹¹⁷ Bordaberry considerava também que, na medida em que o governo recebia o poder dos militares, teria autonomia diante dos grupos econômicos (retomando a percepção tecnocrata de que os militares estavam isentos das contradições de classe existentes no interior da sociedade uruguaia). Quanto aos partidos políticos, defendia abertamente sua eliminação, pois não passavam de mecanismos instrumentalizados pelo marxismo. O Poder devia ser concentrado e centralizado; as funções legislativa, executiva e judiciária deviam estar sob a tutela do *Consejo de Estado*. Além disso, ainda propunha uma curiosa distinção entre os direitos humanos:

Existem os direitos essenciais do ser humano (vida, honra, liberdade, segurança, trabalho e propriedade): estes serão defendidos e garantidos pelo Estado. Em seguida, vêm os direitos derivados ou secundários (associação, reunião, imprensa); esses deverão ser estreitamente controlados e limitados, exatamente para que não se transformem em um perigo para os direitos prioritários.¹¹⁸

É curioso ressaltar que Comblin faz uma associação direta de Bordaberry com a DSN, desconsiderando que o ditador civil possa estar imbuído de outras matrizes de pensamento que confluem em alguns pontos com a DSN, sem ser excludentes ou contraditórias, como assinalam Campodónico, Massera & Sala.¹¹⁹ Mas, para estas autoras, Bordaberry e sua interpretação integrista da sociedade acabam sendo relegados por umas Forças Armadas mais coerentes com a DSN. O que chama atenção é o fato de Comblin considerar a proposta de Bordaberry como sendo a mais completa surgida na América Latina até então, dentro da perspectiva da DSN, o que parece um exagero. Sua proposta parece ser muito mais um projeto híbrido, como pode ser inferido da análise de Campodónico, Massera & Sala. Colocá-la como destaque paradigmático, como faz Comblin, parece ser um tanto impreciso, explicado por ser uma análise, talvez, prematura dos acontecimentos uruguaiois ou pelo entendimento de que a matriz integrista não possui importância nem qualidade na

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem, p. 201.

¹¹⁹ CAMPODÓNICO, MASSERA; SALA, op. cit.

incidência dos fatos do processo de escalada autoritária uruguaio. Talvez Comblin considere que suas diferenças em relação à DSN são insignificantes. Seja como for, Comblin justifica a queda de Bordaberry como sendo o resultado da rejeição das Forças Armadas a sua proposta de nova ordem. As reflexões de Comblin, de qualquer maneira, parecem dar a Bordaberry um protagonismo maior que aquele que decorre das análises e interpretações contemporâneas do ditador e até das formuladas pelas gerações posteriores, nas quais se reforça o entendimento de que Bordaberry foi subordinado aos militares, a partir de fevereiro de 1973, o que não significa diminuir-lhe protagonismo e responsabilidades no processo, condição que ele próprio reivindica nas recentes memórias publicadas.¹²⁰

Comblin reconhece a disputa no interior da ditadura, mas não se manifesta quanto à existência de um projeto militar que se contrapõe ao de Bordaberry e que teve pretensões de refundação nacional. Acertadamente, não aceita a argumentação de que as Forças Armadas se livraram de Bordaberry porque, diante das posturas autoritárias deste, aquelas representaram certa fidelidade à tradição democrática uruguaia. Comblin acrescenta: “[...] os militares não gostam que seu poder seja limitado nem mesmo por um sistema que pareça consagrá-los”. Por isso, rejeitam a proposta de um programa político completo, uma nova estrutura de Estado e de vida política permanente. Eles “preferem a flexibilidade do provisório”.¹²¹

Em realidade, as Forças Armadas tiveram um projeto de reorganização global do Estado e da sociedade, segundo os cânones da DSN, no qual tentaram extrapolar a mesma e assumiram um protagonismo central. Sua implementação foi intensificada a partir da substituição de Bordaberry e tomou forma na proposta constitucional que, contudo, ao ser rejeitada na consulta plebiscitária de 1980, impediu sua institucionalização orgânica e fundacional.

¹²⁰ CAMPODÓNICO, op. cit.

¹²¹ COMBLIN, op. cit., p. 199.